

JOSÉ MANUEL DE BIVAR CORNÉLIO DA SILVA

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL 1537-1929

**UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE
MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL**

(Esta tese não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri)

ORIENTAÇÃO DO
PROFESSOR DOUTOR VÍTOR SERRÃO
E
PROFESSOR VIRGOLINO FERREIRA JORGE

*Universidade de Évora
Setembro de 2003*

JOSÉ MANUEL DE BIVAR CORNÉLIO DA SILVA

**TEORIA E HISTÓRIA DO
RESTAURO EM PORTUGAL
1537-1929**

***UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE
MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL***

(Esta tese não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri)

***ORIENTAÇÃO DO
PROFESSOR DOUTOR VÍTOR SERRÃO
E
PROFESSOR VIRGOLINO FERREIRA JORGE***

***Universidade de Évora
Setembro de 2003***

U.E Serviços Académicos	N.º <u>3626</u>
<u>11/10/03</u> <u>Oliveira</u>	Sector:

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

Por José Manuel de Bivar Cornélio da Silva, Arquitecto



169 738

"On se délivre de l'oeuvre du Temps par la remembrance, par l'anamnèsis" Mircea Eliade

"Salve-me V.Sª o passado, que o presente, esse perdido vai ; e oxalá que o abismo não engula também o futuro"

Alexandre Herculano

"A pretexto de restaurar a verdade, falsificou-se o intento, mentiu-se na execução, conseguindo apenas pôr máscara no rosto de Portugal"

Hipólito Raposo

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

**UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO
NACIONAL**

PLANO DA TESE:

AGRADECIMENTOS	7
INTRODUÇÃO	11
<i>Uma palavra sobre a cronologia da Tese</i>	65

CAPÍTULO PRIMEIRO:

ARQUÉTIPOS DE MEMÓRIA, DE MONUMENTO E DE RESTAURO: DA ANTIGUIDADE À IDADE MÉDIA

1. O Culto do Passado na Antiguidade	72
2. O “Museion”	92
3. As Sete Maravilhas do Mundo Antigo	105
4. Antiguidade Tardia e Europa Medieval	119
5. Roma e a descoberta das antiguidades	157
6. Medieval Peninsular e a Casa de Avis	173

CAPÍTULO SEGUNDO:

***ANTIQUÁRIOS, ANTIGUALHAS E TRADADÍSTICA NO
RENASCIMENTO***

<i>1. Culto do “Antico”, teorias antiquárias do Restauro</i>	<i>186</i>
<i>2. Antiquários e tratadísticas no universo lusitano</i>	<i>229</i>
<i>3. André de Resende: o Antiquário</i>	<i>245</i>
<i>4. D. Miguel da Silva: o Cortesão Antiquário</i>	<i>253</i>
<i>5. Francisco de Holanda : o Primeiro Tourer Antiquário</i>	<i>269</i>
<i>6. O Restauro Antiquário do Aqueduto da Água de Prata</i>	<i>275</i>
<i>7. Influências do culto Antiquário em Portugal</i>	<i>294</i>
<i>8. O novo culto das Antiguidades Cristãs</i>	<i>296</i>

CAPÍTULO TERCEIRO:

DA IDADE AUGUSTA AO TERRAMOTO DE 1755

1. *O novo Príncipe Antiquário: “Le Cabinet du Prince”, Mecenate e Academias ----- 315*
2. *A Viagem a Itália e a “Escola do Grand Tour”-----330*
3. *O Decreto de D.João V de 1721-----340*
4. *A grande destruição do Terramoto de 1755 -----354*
5. *Princípios para a reedificação de Lisboa: atitudes padrão ----- 361*
6. *Engenheiros, Arquitectos, Memórias, Tratados e Tecnologias-----375*

CAPÍTULO QUARTO:

A EXTINÇÃO DAS ORDENS RELIGIOSAS E OS MONUMENTOS

1. *A extinção das Ordens Religiosas em Portugal. ----- 339*
2. *Almeida Garrett: o sentimento de João Mínimo ----- 431*
3. *Alexandre Herculano: a Herança Nacional-----455*
4. *Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque: A Tutela -----492*
5. *D. Fernando II: uma cultura do Património Nacional----- 510*

CAPÍTULO QUINTO:

PROCURA E AFIRMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE CULTURAL PORTUGUESA

1. <i>Património Nacional e Identidade da Memória</i>	530
2. <i>A acção de Possidonio Narciso da Silva</i>	560
3. <i>A fundação em 1864 da “Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portuguezes</i>	583
4. <i>Alfredo de Andrade: um expoente em Itália</i>	589
5. <i>Ramalho Ortigão: os Monumentos Nacionais</i>	623
6. <i>Contributos do pensamento da “Renascença Portuguesa” e do “Integralismo Lusitano” para a Teoria do Património Nacional</i>	641
7. <i>A fundação da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais</i>	662
CONCLUSÃO	669
BIBLIOGRAFIA	685
DOCUMENTOS	730

AGRADECIMENTOS

Deseja o autor manifestar a sua gratidão, em primeiro lugar, aos seus Orientadores, ao Professor Doutor Vítor Serrão, amigo e Mestre e ao Professor Virgolino Ferreira Jorge que, ao me convidar para lecionar esta matéria no Mestrado que criara em Évora, propiciou a formalização de interesses e pesquisas avulsas, no empenhativo trabalho de doutoramento que agora se apresenta. Sem a confiança de ambos este trabalho nunca tomaria forma.

Registam-se também os nossos agradecimentos ao programa PRAXIS XXI da FCT (ex-JNICT), que através de uma Bolsa de Doutoramento de três anos (1997-2000), sustentou importante parte desta investigação. Este apoio foi economicamente decisivo para uma fase que obrigou o autor a afastar-se da actividade profissional como arquitecto.

À Universidade de Évora que acreditou neste empenho e em cujos claustros e belas salas tive o prazer de ensinar.

À Universidade de Notre Dame, *Rome Studies Program* em Itália, onde fui docente convidado durante dois anos e á Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional das Beiras, Pólo de Viseu, que manifestou o interesse em me convidar para Coordenador da primeira Licenciatura de Arquitectura daquela Universidade.

Em resultado da amplitude de temas abordados foi necessário recorrer directa e indirectamente a vários investigadores e amigos que me permitiram entender e estudar áreas complementares á investigação, a todos agradeço a disponibilidade e interesse. Em particular destaco as conversas havidas com os Professores da Universidade de Notre Dame, Samir Younés, Carroll William Westfall, Michael Lykoudis, Norman Crowe, Ettore Mazzola, Victor Deupi e Richard Ekonomakis, o Prof. Branko Mitrovic (Bolseiro de I Tatti, Harvard), o Prof. David Watkin da Universidade de Cambridge, o Prof. Renato Cevese, o Prof. Gabriele Tagliaventi da Universidade de Ferrara, o Prof. Roberto Marta, Profs. Giuseppe Amoruso e Cristiana Bartolomei da Universidade de Bolonha, Prof. Jukka Jokilehto do ICCROM (de quem fui aluno no ICCROM), Prof. Derek Linstrum da Universidade de York, (de quem fui aluno no ICCROM), Padre Samuel, Padre Luis Miguel, Cónego Pascual, Monsenhor Agostinho da Costa Borges, Reitor de Santo António dos Portugueses em Roma, Monsenhor Arnaldo Pinto Cardoso, Conselheiro Eclesiástico da Embaixada de Portugal junto da Santa Sé, Dom Manuel da Rocha Felício, Bispo Auxiliar do Patriarcado de Lisboa, o Senhor Embaixador de Portugal junto da Santa Sé, Dr. António Pinto da França, Prof. Sebastião Formosinho Sanches Simões, Prof. João Inês Vaz, Prof. Rafael Moreira, Prof. Pedro Dias, Prof. Antonio Rafael Amaro, Dr. Paulo Ribeiro, Dr. José Cardim Ribeiro, Dr. Gonçalo Sampaio e Mello, Dr. Pinharanda Gomes, Dr. José Pinto Soares, Dr. Sérgio de Carvalho, aos colegas Mestre Álvaro Barbosa, Lucien Steil e José Alfredo Franqueira Baganha (co-fundadores da licenciatura em Viseu); e ainda a todos aqueles que na humildade e

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

*UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO
NACIONAL*

discrição que caracteriza os maiores, me abonaram com ideias, pistas e simples conversas que me conduziram a enquadrar com maior rigor este trabalho.

Aos responsáveis das Bibliotecas e Arquivos consultados em Portugal, em Itália, em Indiana nos E.U.A., vai um justo agradecimento pela disponibilidade e digna tutela.

A meus Pais devo uma educação e interesses que me colocaram na estrada de Sophia.

À minha família, Maria Adelaide e Lourenço devo a compreensão, carinho, o apoio nas horas difíceis e uma dívida de ausência que jamais poderei compensar.

Casa Grande de Soito, Lobão da Beira, Setembro de 2003

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

***UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO
NACIONAL***

...em memória de minha irmã Cuca

INTRODUÇÃO

Várias são as razões que justificam a necessidade e utilidade de haver um tratamento teórico, histórico e cronológico do que foi o pensamento que desenvolveu uma Teoria e História do Restauro, aplicado ao caso português. As que reputamos de maior importância prendem-se com o necessário conhecimento dos antecedentes que nos permitem ponderar com maior rigor o enquadramento e limites teóricos das intervenções de conservação ou restauro, efectuadas no presente. Por outro lado, Portugal ainda não dispõe de uma reflexão global teórica e histórica que descreva o seu relacionamento ao longo do tempo com um acumulado e antiquíssimo passado, vertido em significativos exemplos patrimoniais, vistos também comparativamente ao quadro geral europeu.

Todavia, este tema de estudo vem já colhendo na década de 90 do século XX, interessados e estudiosos, ganhando *curriculum* académico e universitário o que, cada vez mais, têm vindo a aprofundar determinados aspectos deste percurso histórico peculiar. Curiosamente não têm sido os

arquitectos a abordar esta matéria mas, em particular, os historiadores formados na vertente da História da Arte.

É deveras sintomático que assim seja. Em verdade, a formação do arquitecto foi sendo afastada do estudo das humanidades e dos grandes arquétipos conceptuais da História, da História da Arquitectura e das artes em geral, que estiveram tradicionalmente presentes como inspiração e crítica, fazendo dessa corrente interior, o imorredouro fio condutor de tantas visões e concepções. Hoje, o historiador especializado em História da Arte consegue mover-se melhor nas várias fontes, articular-se com a arqueologia, com a arquivística, com a paleografia, e outras disciplinas mais ajustadas ao seu treino profissional de uma metodologia e análise histórica.

Poderíamos assim representar o nosso contributo como um atrevimento, irrompendo por áreas de tal modo especializadas que ensombrassem os nossos intentos. Mas todavia, e sem requerer presunção exaustiva, buscamos neste nosso trabalho uma resposta satisfatória à pergunta: o que significa conservar ou restaurar em Portugal?

Percorrendo as várias áreas que permitem uma contribuição esclarecedora, ilustradoras de perspectivas, de hipóteses, conjugámos a nossa experiência profissional de arquitecto com o conhecimento

histórico-documental, no sentido de se delinearem ideias e conceitos estabelecidos por variadas teorias, pensamentos, gestos que serviram de exemplo, constituindo um *corpus* de sugestões capazes de trazer uma luz sustentável sobre o nosso relacionamento nacional com a ideia de monumento, com a ideia de identidade representada através de um parque monumental preservado e cultivado¹.

Nestas reflexões procurámos a máxima de Vitrúvio (sec. I AC), citada logo no início do seu Tratado de Architectura², advertindo aqueles que se limitam a perseguir a sombra das coisas, uma vez que desconhecem a “*re aedificatoria*”, que é conhecimento dos arquitectos. Feita esta reflexão por um Arquitecto, ressaltamos desde logo a eventualidade de apenas vislumbrar uma descrição histórico-documental, descolada de uma realidade construtiva ou edificada.

No entanto não era assim no passado, pois formado nesse preâmbulo Vitruviano da “*architettura est scientia pluribus disciplinis*” (a arquitectura é um acumulado de saberes concorrentes), o conhecimento do Arquitecto

¹ Fernando Catroga, *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, 2001; as reflexões organizadas neste texto enquadram os critérios de análise desenvolvidos pelo autor no âmbito de construção de uma identidade nacional: “Cada indivíduo participa, simultaneamente, em vários campos mnésicos, conforme a perspectiva em que coloca a sua retrospecção.”p.16.

² Vitruvio, *De Architectura Libri Decem*, Liv. I, Cap.I, ed. Latina, Ex-Typographia Societatis, MDCCCVII.

estendia-se a um importante leque das áreas do saber, nomeadamente a dimensão histórica, sempre dominante desde o Renascimento até ao início do século XIX, quando o ensino Politécnico em França introduziu uma importante vertente técnico-científica, que progrediu depois numa escola de conceptualidade arqueológica e *anatômica* de vertente positivista.

Compreende-se melhor, assim, porque é que as intervenções contemporâneas em património histórico edificado tendem a ser inspiradas por uma redução à obra nova, sua teorização arquitectónica e tectónica, pois é somente essa a linguagem estrita hoje ensinada nas escolas de arquitectura em Portugal, seguindo ainda uma abordagem conceptual “*sergista*”³, aplicado ao restauro.

Afastados de um conhecimento dos grandes arquétipos culturais nacionais, que foram totalmente esquecidos pelas teorizações do *ex-novo* internacional, ao arrepio das variadas recomendações internacionais, e nomeadamente de pensadores como Claude Lévi-Strauss, que estão na

³ António Quadros, referindo-se ao idealismo racionalista de António Sergio, “*E toda uma geração aplaudiu o idealismo racionalista ou o «racionalismo místico» de Sérgio, fazendo, como ele, tábua rasa dos valores originais e de transcendência, definidores da identidade nacional, acompanhando-o, pois, no seu intento sistemático de esvaziar a cultura portuguesa dos seus elementos de diferença para a igualar na grande ilusão abstractiva do internacionalismo sociocultural*”, *Poesia e Filosofia do Mito Sebastianista*, Ed. Guimarães, Lisboa, 1982-83, p.261

base da doutrina da própria UNESCO ⁴, tendeu-se à aceitação acrítica das teses individuais dispersantes a que se foi inconscientemente aderindo sem uma rigorosa ponderação conjunta, sem uma reflexão de respalde de autenticidade.

Vítor Serrão, no seu texto *Ensaio de Cripto-História de Arte, Análise de obras de arte inexistentes*⁵, refere muito justamente que: “as correntes historiográficas que prevalecem no terreno conduzem, de facto, à redução das obras que estudam a um estatuto de meras ‘obras de arte-documentos históricos’, quando o que importava verdadeiramente destacar era, antes, a sua consistência de ‘obras de arte-monumentos’ (no sentido que Michel Foucault lhes soube tributar), isto é, peças providas de valências estéticas discerníveis através da sensibilidade crítica. A urgente revalorização do fragmento, não só como memória da obra ausente, mas como testemunho vivo da sua essência, é um aspecto que importa revelar, como de resto o soube tão bem fazer Ernst H. Gombrich, pondo a tónica no valor do ‘indício’ a fim de nunca se perder de vista a ideia do conjunto artístico e analisando-o no campo da História da Arte como um modelo precioso em dois planos, o da informação histórica e o da sensibilização estética.”

⁴ Claude Lévi-Strauss, *Race et Histoire*, Paris, 1965, “a civilização mundial não pode ser senão a coligação, à escala mundial, das culturas, cada uma preservando a sua originalidade”, p.77; Esta reflexão constitui a doutrina de base da UNESCO, na expressão de Lévi-Strauss a quem foi encomendado a obra mencionada.

⁵ Vítor Serrão, *Ensaio de Cripto-História de Arte. Análise de obras de arte inexistentes*, Livros Horizonte, 2001, introdução.

Adiante, refere uma outra premissa fundamental: *“também a acção geral da Crítica de Arte, exclusivamente virada para a apreciação das produções artísticas dos nossos dias mas com deliberado menosprezo pela inserção histórica desse seu olhar, reflecte uma fase de autismo que impede uma serena reavaliação de valências criativas e uma reflexão cuidada sobre o seu sentido – esquecendo que todas as obras de arte que se apreciam, ou já alguma vez foram ‘contemporâneas’, ou rapidamente se tornarão em ‘obras do passado’”*.

Ainda a propósito desta fenomenologia da intervenção, ocorre-nos por analogia de pensamento, uma pertinente reflexão revelada por João Carlos Espada (1996) a propósito de Lord Dahrendorf, que neste caso se aplica com justa oportunidade: *“ao elevarem-se os princípios de Feyerabend, anarquista do método, à teoria do conhecimento, o “anything goes”, vai encorajando a tese de que os valores “emergem” necessariamente através da libertação das pessoas de todos os constrangimentos, encorajando-as a serem apenas “elas próprias”. O resultado demonstra-se por um nivelamento estagnante, desorientação e consequente perda da memória, corre-se efectivamente o risco da anomia”*.

O Prof. Gellner (1925-1995) sustentou em Cambridge o princípio da *“Uniqueness of Truth”*, propondo uma via estabilizada do conhecimento,

articulada num tronco comum, que permitisse colher frutos, “o nosso mundo é realmente plural, mas é baseado na unidade da verdade”.

Já em 1954, António Quadros (1923-1994), no seu ensaio “*Introdução a uma estética Existencial*”(1954), trazia outro pertinente argumento também a este propósito, “*mas cada Homem- e mais largamente cada país, está colocado em situação diferente em relação à verdade, relação da parte para o todo, entenda-se. A verdade é só uma, mas desabrocha em infinita variedade e plasticidade. Reduzir todos os planos da paisagem a um só, ontem o plano de Florença e Roma, hoje o plano de Paris, amanhã o plano de qualquer outra cultura igualmente totalitária e exigente, é empobrecer as possibilidades de alargamento da compreensão universal. Pelo contrário, possibilitar o desenvolvimento de tantas estéticas quanto os países, de tantos prismas de observação e de conhecimento, quantas resultantes de um determinado circunstancialismo geográfico, étnico, psicológico, político, social e filosófico, é aumentar em número proporcional as «tomadas de contacto» com a verdade*”⁶

Afinal aqui também se continha uma importante mensagem de Karl Popper (1902-1994), “*falar da unidade da verdade é apenas outra maneira de dizer que existem princípios universais, não só no terreno do conhecimento, mas também no da moral. Eles têm de ser procurados embora possam nunca ser encontrados. A busca da*

⁶ António Quadros, *Introdução a uma Estética Existencial*, Lisboa, 1954, p.13

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

*verdade é uma busca sem fim. Por isso devemos contrariar simultaneamente o dogmatismo e o relativismo, reafirmando a necessidade da busca da verdade e da tolerância. Mas a tolerância não pode ser confundida com o “anything goes” de P.Feyerabend. Se efectivamente “anything goes”, todo o debate e toda a disputa desaparecem, bem como todo o sentido.” Segundo P. Feyerabend (1924-1994) em *Against Method* (1975): “the only principle that does not inhibit progress is: anything goes”*

António Quadros explicitamente comenta qual o condicionalismo do “Eu”⁷, “a integração de um artista nas coordenadas da cultura que o transcende, ou seja pelo enriquecimento de uma tradição ou seja de outro modo, pela novidade da atitude assumida frente não só a essa tradição como a tradições estrangeiras coetâneas por uma junção, por uma síntese de elementos nacionais e estrangeiros que, por conseguinte, se nacionalizam – tem como resultado a valorização dessa cultura. A integração de um artista nas coordenadas de uma cultura alheia consegue apenas resultados negativos: nem a cultura alheia se enriquece com o contributo evidentemente inferior de um estrangeiro, nem a sua cultura nacional se enriquece com a adopção postiça de processos «de importação» - a não ser, claro, que se dê a completa desnacionalização do artista”⁸.

⁷ Ortega y Gasset, “Meditaciones del Quijote”, *Revista de Occidente*, 3ª edição, Madrid, 1956, p.18, “Eu sou Eu e a minha circunstância...”

⁸ António Quadros, *Op. cit.*, p.14

Este discurso tende a tornar-se particularmente visível na arquitectura e em particular a reflectir-se nas políticas de conservação e restauro quando assumidas por entidades que detêm um numeroso espólio sujeito a intervenções pontuais e experimentalismos. Não será possível realizar uma política de Restauro, sem uma ideia agregante nacional, fruto de uma reflexão maturada e transversal, sobre a ideia de património-monumento que espelhará, não o projecto individual daqueles que serão meros instrumentos da implementação, mas o de toda uma sociedade sujeita em si a princípios universais e que se revê numa identidade monumental tangível:

“ o arquitecto não está isolado, como por exemplo o pintor diante da sua tela ou o escritor diante da sua folha de papel, não estando isolado passa a exprimir-se num plano do ser que, não abandonando totalmente a solidão inspirada, aparece impregnado de um valor por assim dizer supra-pessoal. No caso mais simples da casa de habitação, esse valor supra-pessoal é dado pela busca de um acordo entre o artista, o futuro habitante da casa e ainda o ambiente, urbano ou rural, físico ou espiritual, adentro de cujo condicionalismo a habitação se vai erguer. No caso da arquitectura monumental, semelhante valor mais relevante se torna ainda: o acordo realiza-se num plano do ser em que o indivíduo quase desaparece para dar lugar à colectividade ou até ao espírito da nação...Na distância do mestre de obras ao arquitecto se mede bem o carácter essencial

da arquitectura. Enquanto o mestre de obras se preocupa apenas com aquilo que se diz hoje «funcional», isto é, na casa de habitação a função puramente utilitária de dar guarida em condições de salubridade a um dado número de pessoas, e na igreja a função puramente quantitativa de reunir um determinado número de fiéis em volta de um determinado número de altares — pelo contrário o arquitecto toma em linha de conta outros valores. A arquitectura principia onde acaba a utilidade despojada, porque exprime formas de sentir e de conceber a realidade e exprime-as porque o habitante da casa pretende encontrar nela uma harmonia com a sua própria vida interior e porque o praticante do culto sente-se tanto mais perto da divindade quanto a «casa de Deus» no seu rincão terrestre reflecte o seu próprio caminho para Deus, caminho necessariamente diverso do de outras nações e do de outras épocas.”⁹ A profecia de Quadros, demonstra-se tanto mais real quanto ameaçante, “a arte moderna como um reflexo da atitude idealista, quando esta concede a cada homem o poder de reconstruir o mundo,...este tipo de idealismo tão sedutor em gnoseologia e metafísica, quando expresso plasticamente pelos artistas, conduz ao arbitrário e evolui logicamente para o maior de todos os subjectivismos, o abstraccionismo, promotor da exteriorização de mundos interiores aos quais se tivessem cortado todos os pontos de contacto com a realidade, mundos portanto, irreais, inexistentes.”

⁹ *Idem, Op. cit.* p 28

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

Rasgando uma janela, num percurso indicativo, adiante afirma: *“a lição, a grande lição não se aprende só junto dos mestres das mais famosas escolas de pintura, aprende-se também na vida e no ambiente que nos rodeia, na cultura típica segregada por esse circunscrito sector da existência, em tudo, enfim, quanto um povo possui de original e inconfundível, desde a religião á filosofia, desde a literatura à música, no transito do modo de ser ao modo de pensar”*¹⁰.

Poderíamos também evocar um outro pensador nacional, Luis António Verney (1713-1792), nas palavras de José de Arriaga (1848-1921): *“para Verney a inteligência é uma e a mesma nos dois casos; e não é mais nobre quando se aplica aos actos da consciência do que quando se aplica ao estudo da criação, ou das coisas externas, como julgam Kant e outros metafísicos. Segundo o nosso filósofo, a inteligência não se eleva quando se dedica ao espírito, nem se rebaixa quando se deixa influenciar pelos sentidos. Tão importante é o estudo do mundo interior da alma, como o do exterior da criação. É uma das maiores virtudes da filosofia portuguesa o querer acabar com o antagonismo da alma com o corpo, criado pelos peripatéticos e pelos metafísicos, sobretudo cartesianos”*¹¹.

¹⁰ Idem, Op. cit.p.15

¹¹ José de Arriaga, *A Filosofia Portuguesa (1720-1820)*, Lisboa, (edição do Cap.III,LivroII), 1980, p.52

Poderemos também abonar a incansável consciência de Alexandre Herculano (1810-1877), quando demonstra que a importação e conversão ao liberalismo se faz através de uma transformação profunda da história e da cultura passando pelo incontornável reconhecimento da nossa realidade histórico-monumental: *“mas que é este crime, comparado ao daquele que vende a pátria? Esse, não vende o progenitor somente: vende a família, os ossos de avós, a fonte do baptismo, a cruz do cemitério; vende as saudades, os afectos e as esperanças de todos os seus irmãos. E todavia, nos conciliábulos dos tribunos proclama-se que no aniquilamento está o segredo da nossa futura grandeza.”*¹²

A construção cultural e civilizacional verifica-se, é verdade, no exercício e na demonstração de princípios universais, que estão na base da pluralidade. Existindo todavia e sempre, uma relação recorrente e refrescante dessa pluralidade, no confronto sucessivo com o arquétipo revisitado e consolidado pela tradição nacional. Este permanente exercício de recorrência, por novos observadores em momentos históricos diferentes, encontrando visões novas, representa afinal a consciente sustentação dos verdadeiros espíritos progressistas, que não rendem a sua independência e a sua liberdade.

¹² Alexandre Herculano, *Opúsculos*, edição organizada e comentada por Jorge Custódio e José Manuel

É também na base do percurso historiográfico recorrente, que se edificou o pensamento ocidental e consolidaram ao longo do tempo os seus arquétipos e diversidades.

Importa pois, corrigir de modo consciente, as distorções metodológicas e sobretudo os dogmatismos que frequentemente seduzem e contribuem cada vez mais para radicalizar também as intervenções na área da conservação e restauro, cancelando consciente ou inconscientemente o processo histórico e destruindo fontes de informação preciosas.

Com efeito essa sistemática e dogmática negação da preexistência, relegado a elemento “*museológico*” ou “*artefacto histórico*”, (votado a simples objecto de curiosidade para arqueólogos ou historiadores), descontextualizado por forma a converter-se à nova epistemologia do autismo da mensagem arquitectónica, meramente como apontamento compositivo, alibi de autoridade, revela-se uma metodologia de intervenção destrutiva da nossa memória patrimonial a muito curto prazo, se tivermos em conta as numerosas intervenções, já concluídas, projectadas e em curso.

Assim, de frente para a fachada do novo século em que entramos, Portugal falece de uma obra de análise, de reflexão teórica e histórica, que

lhe permita contemplar de relance a natureza do seu relacionamento com a herança edificada, ponderando as suas atitudes em contexto. Procurando inteirar-se de uma substancial parte da sua “*unidade de verdade*”, contextualizada e comparada, para permitir separar o fundamental do acessório, mas também confirmar a diferença, que deverá posteriormente enriquecer a pluralidade, na certeza de que esta tem um futuro preservado, porque ligada ao arquétipo civilizacional e cultural nacional.

José Ortega y Gasset (1883-1955) afirmava nas *Meditaciones del Quijote*: “*eu sou eu e a minha circunstância, e se não a salvo a ela não me salvo a mim*”¹³, tal como também nos afirma Quadros, recordando Herculano, “*pretender atingir a universalidade pela eliminação ou o menosprezo do que distingue as culturas, nos seus diferentes níveis de profundidade, desde o mítico ao linguístico e ao filosófico, é uma operação abstractiva, redutora e esterilizante*”¹⁴.

Na verdade só recentemente assistimos à publicação de várias teses de mestrado e doutoramento que começam a contribuir neste novo quadro

¹³ Ortega y Gasset, “*Meditaciones del Quijote*”, *Revista de Occidente*, 3ª edição, Madrid, 1956, p.18

¹⁴ Antonio Quadros, Op. cit.p. 283.

para esta área de estudo¹⁵. Com efeito, este tema não tem merecido por parte dos investigadores uma apreciação científica que viesse a enquadrar histórica e cronologicamente o desempenho das ideias e das teorias na relação das várias gerações com o passado, heróico ou não. Tampouco nunca foi colocado senão há cerca de uma década, no seu devido espaço curricular, definidos limites, áreas de pesquisa, e muito menos abordado nos seus contextos mentais. Torna-se portanto relevante definir o âmbito das fontes que nos permitem colher as informações necessárias ao nosso estudo.

Jorge Alarcão, em 1988 no segundo volume dos *Cadernos de Arqueologia e Arte*, do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, com o título de *Introdução ao Estudo da História e do Património Locais*¹⁶, propõe uma frutuosa e possível metodologia que nos conduz a uma interessante

¹⁵ Consultar a tese de doutoral de Lucília Verdelho da Costa, *Alfredo de Andrade 1839-1915, Da pintura à invenção do Património*, Lisboa, 1997, a sua tese de mestrado também publicada, *Ernesto Korrodi, 1889-1944, arquitectura, ensino e restauro do património*, Editorial Estampa, Lisboa, 1997 ; consulte-se com proveito a tese de mestrado de Maria João Baptista Neto, *James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX*, publicada na Editorial Estampa, Lisboa, 1997; e igualmente a sua tese doutoral pela Faculdade de Letras de Lisboa, *A DGEMN e o Património Arquitectónico Nacional 1929-1960*; de relevo também a dissertação de doutoramento de Lúcia Rosas, pela Faculdade de Letras do Porto, *Monumentos Pátrios. A arquitectura Religiosa Medieval-Património e Restauro, 1835-1928*; cf. com a bibliografia geral.

¹⁶ Jorge Alarcão, "Introdução ao Estudo da História e do Património Locais", *Cadernos de Arqueologia e Arte*, 2, Coimbra, 1988



recensão e pesquisa de fontes, delimitando num primeiro espaço, o espólio de investigação e análise histórica.

Esta metodologia de abordagem encontra-se dividida em quatro partes operativas. Em razão do seu objecto de estudo tratar-se do Património Local, (em si um arquétipo desde Resende), situa desde logo em primeiro lugar e na primeira parte, o *topos* geográfico e iconográfico, acrescentando as respectivas fotografias. Associa preciosas informações de localização arquivística e limitações dos respectivos documentos. Trata em segunda parte as fontes documentais, manuscritas, inéditas e impressas sistematizando as fontes, apontando as limitações e também a respectiva localização arquivística.

Na terceira parte aborda a bibliografia, (tendo em conta o objectivo a que se destina - História e Património Local), fazendo uma cuidadosa distinção entre as bibliografias de estudos monográficos locais, Corografias e obras afins, monografias regionais, jornais e revistas locais, História de Portugal e História da Igreja em Portugal, bibliografia sobre o património construído, sobre o artístico móvel, sobre o arqueológico, sobre o etnográfico e sobre o natural. Por fim na quarta parte lança as bases de um programa para uma monografia local.

Este pequeno trabalho no formato, mas de grande utilidade metodológica apresenta-se, desde logo, como uma tentativa pragmática de sistematização bastante útil para o tipo de pesquisa que procuramos desenvolver, não esgotando o âmbito das fontes, aponta efectivamente as essenciais, assistindo-nos desde logo num rumo mais sólido face à dispersão da informação e às diversas áreas a que é necessário recorrer.

Não nos serve totalmente a sua obra no nosso roteiro metodológico, pois falta-nos a dimensão teórica e as correntes do pensamento arquitectónico, tampouco era a nossa, a sua direcção, mas outros complementos virão a respalde sem que desde logo desdenhemos este muito valioso contributo digno desde logo de destacada menção.

Na área das ideias e mentalidades, procurando entender a respectiva evolução colhida em referências e fragmentos, para além de obras clássicas e antigas, consideradas fontes da história portuguesa, (crónicas, crônicas, historiografia religiosa, sermões, história genealógica, corografias, etc.) que iremos referindo à medida que avançamos no texto ou na bibliografia final, considerámos também essenciais, por forma a criar um quadro cultural integrado, teórico e iconográfico, outras de publicação mais recente e de âmbito europeu, como por exemplo as obras de Germain Bazin, *Histoire*

de *l'Histoire de l'Art* (1986), de Lionello Venturi, *History of Art Criticism* (1936), de Udo Kultermann *History of Art History* (1993), de James Hall, *History of Ideas and Images in Italian Art* (1983), etc., que nos assistem nas várias leituras teóricas e abordagens metodológicas da História da Arte; as obras de De Burgh, *The Legacy of the Ancient World* (1923), de R.R.Bolgar, *The Classical Heritage* (1977), de Gilbert Highet, *The Classical Tradition* (1985), Amedeo Quondam, *Rinascimento e Classicismo-Materiali per l'analisi del sistema culturale di Antico regime* (1999), Roberto Weiss, *La Scoperta dell'Antichità Classica nel Rinascimento* (1969), Pierre Duhem, *L'Aube du Savoir* (1997), ou ainda W. Tatarkiewicz, *Storia dell'Estetica* (1979). Dedicadas ao estudo dos conceitos, sua evolução ou permanência e do renascimento das ideias e dos modelos greco-latinos, assistem-nos num entendimento mais abrangente da tradicional formação cultural.

Para o caso peninsular não deixa de ser profundamente interessante a obra de Menendez Pelayo, *Historia de las ideas estéticas en España* (1890), bem como as obras de António José Saraiva, Costa Ramalho, Veríssimo Serrão, António Quadros, Pinharanda Gomes, dedicadas a estudos de cultura portuguesa etc.; em Bobber e Rubinstein *Renaissance Artists and Antique Sculpture*, em Francis Haskell, *Patrons and*

Painters (1963) e *Taste and the Antique* (1981), em F.H. Taylor, *Artisti, Principi e Mercanti* (1954), em A.Schnapp, *La Conquête du Passé* (1993), e em Ruggieri Tricoli e Vacirca, *L'idea di museo* (1998), abordamos o universo dos colecionismos, dos ícones culturais, dos interesses arqueológicos e dos museus; nas teorias da arte e da arquitectura são múltiplas as obras, em particular Hanno-Walter Kruft, *Storia delle teorie architettoniche* (1987), B. Gravagnuolo e A. Cappellieri, *Le Teorie dell'Architettura nel Settecento* (1998), C.Harrison, P.Wood e J. Gaiger, *Art in Theory, 1648-1815*(2001), *1815-1900* (1998), etc.

Esta referência de autores e de várias obras, citadas aqui numa referenciada amostragem, (ver recensão mais completa na bibliografia final), desde logo nos coloca numa perspectiva sobre as várias áreas do conhecimento e do saber, a que acrescerão as demais obras referidas e especializadas, com a devida oportunidade, ao longo do texto nas notas de rodapé e também na bibliografia geral.

Dirigidos a este tema de reflexão sobre a teoria e história da Conservação e Restauro, queríamos destacar particularmente a tese doutoral pela Universidade de York do nosso mestre Jukka Jokilehto, *The History of Conservation in Europe* (1999), Carlo Ceschi Teoria e storia del

restauro (1953), os livros de Françoise Choay, *La Regle et le Modèle* (1980), em particular *L'Allégorie du Patrimoine* (1992) e ainda a obra de Isabel Ordieriez Diez sobre o mesmo tema abordando o caso espanhol *Historia de la Restauración Monumental en España, 1835-1936* (1995). Para a dimensão cultural portuguesa remetemos à bibliografia e às obras referenciadas em pé de página, destacando as teses de Lúcia Rosas, Maria João Baptista Neto, Nuno Rosmaninho, Lucília Verdelho da Costa, Ana Cristina Nunes Martins, José Manuel Carneiro, e outros.

A razão da diversidade das fontes justifica-se em nosso entender, porque a informação histórica existente enquadrada na teoria cultural e história das ideias, permite-nos atingir dois objectivos fundamentais, vislumbrar uma dinâmica onde seja possível obter uma reflexão comparada, da tendência histórico-cultural, lida na referência ao contexto europeu e propor um método de leitura e tratamento da informação dirigida à reflexão sobre o património edificado em Portugal.

Segundo a tese do Professor Gilbert Highet,¹⁷ o que legitima os estudos sectoriais, preocupados em investigar determinado pormenor histórico, é precisamente a edificação de uma *verdade*, que à semelhança de tijolos

¹⁷ Gilbert Highet, *The Classical Tradition*, Oxford University Press, 9ªEd., 1981.

dispostos com regra, virão um dia a construir uma grande catedral. Mas é sua conclusão, que, em lugar de vermos grandes edifícios levantados, lamenta-se o Professor Highet, de contemplar “*armazéns de materiais de construção*”. Este desapontamento de uma leitura global, substituída por miríades de pequenas peças e estudos atomizados, cuja publicação ocorre igualmente dispersa no tempo e no espaço, foi também um argumento que nos levou a abraçar o presente desafio, associando-me às recentes investigações nesta área, para cujo cumprimento será desde logo necessário estabelecer objectivos e limites.

No reconhecimento e respeito do edificador e permanente palimpsesto que é a história, como fluir e ponto de observação, esperamos desafiar outros a estudar e debater este tema fascinante, pelo exercício de observação e cruzamento de áreas da cultura que exige, pela necessária complementaridade de formações e por conseguinte, sujeitarmos o nosso trabalho a ser criticado, rescrito e encorpado. No entanto, julgamos não ter sido menor o nosso mérito quando porventura conseguirmos sustentar a tese de uma estrutura temporal e dos conteúdos ideológicos, correspondendo a uma cronologia e períodos históricos propostos para o percurso nacional.

À semelhança do célebre ditado popular que nos diz que «*só encontra aquele que sabe o que procura*», esperamos que à luz desta nossa leitura, se valorizem espaços de investigação e pesquisa, bem como se destaquem alguns episódios e personalidades que a história esqueceu, ensaios teóricos depostos pelo tempo, intervenções que devem ser preservadas e não alteradas, mas que todavia contribuíram para caracterizar as ideias e atitudes de um povo na sua relação histórica com o passado e com os monumentos, e que nessa mesma atitude se definiu como tal.

Por fim, gostaríamos de olhar de novo os monumentos à luz dessas teorias, salvaguardando até, o que nelas foi modo de intervir. Por esta via talvez se preserve de forma mais consciente, de uma forma mais humanista e integrada, não permitindo que o ritmo e o modo das intervenções, baseadas num dogmatismo e materialismo formal, cancele permanente e repetidamente, os vestígios que nos permitem escolher melhor o nosso futuro, por nos dar melhor experiência do nosso próprio passado.

O estudo da Filosofia da História¹⁸ já ha muito que nos ensinava que “*a vista*” só dependia do lugar do “*observador*” e como tal, para além da legitimidade que advém ao historiador que se impõe uma disciplina de

¹⁸ H-I. Marrou, *De la Connaissance Historique*, Ed.Seuil, Paris, 1954.

coerência, verdade e rigor, a leitura do passado é sempre a história do presente. Mas o passado não poderá ser conhecido senão num confronto que de certa forma o coloca em relação com a nossa existência. O que só é possível através de uma «longa viagem» - μαχρα η περιοδος- tal como citava Platão.

“a história aparece por sua vez como uma ciência auxiliar do pensamento; não se basta a si mesmo, mas seria descuidado prescindir dos seus serviços. Afinal, ensina ao filósofo a ampliar o seu horizonte, a tomar consciência da complexidade dos problemas e das suas implicações, propondo inclusive e por vezes, soluções - ou até objecções - que muito certamente não se teriam colocado, sequer imaginado ou previstas. Arranca do afunilamento inevitável que implica o isolamento, integrando na mais vasta sociedade dos espíritos através de um diálogo sempre enriquecedor. Aliás era o que Seneca já tinha dito numa das suas belas páginas, tão queridas ao humanista - nenhum século nos é proibido (através da história) a força do nosso espírito pode atravessar os limites da fraqueza do homem só, egredi humanae imbecillitatis angustias. Podemos assim discutir com Sócrates, duvidar com Carneades, conhecer a tranquilidade de Epicuro, com os Estoicos vencer a natureza humana e ultrapassá-la com os Cínicos. Uma vez que a natureza do ser (rerum natura) nos permite de entrar em comunhão com todo o passado, porque não

*havemos de nos arrancar à estreiteza da nossa temporalidade e partilhar com os melhores espíritos estas verdades magníficas e eternas, quae immensa, quae aeterna sunt*¹⁹ ?²⁰

Esse confronto ou dialéctica entre a realidade vencida e a permanentemente conquistada permite o enquadramento futuro em maior liberdade, expondo os *modismos* e dogmatismos às suas limitações temporais.

*“A história liberta-nos dos entraves, das limitações que se impõem à nossa experiência face ao devir ou determinado lugar, em determinada sociedade e num determinado momento da sua evolução - por essa forma ela é de certo modo um instrumento e um meio de liberdade”*²¹

Neste contexto a história ganha um duplo papel dinâmico - o de princípio animador e fecundador da experiência futura:

“A história não pode assumir na cultura e na vida humana o único papel do seu desempenho mais humilde, o de um princípio animador. Ao nível do real, o que resulta bem mais precioso, é o de fornecer a sua fecundidade à consciência do homem que sente, que pensa, que se move numa abundância de matérias, sobre as quais exerce o seu

¹⁹ Seneca, *De Brevitate Vitae*, 14,1-2

²⁰ H.I. Marrou, *Op. cit.*, p.272

²¹ *Ibidem*.

juízo e a sua vontade; e é aí que reside, nessa extensão praticamente indefinida onde se realiza através da nossa experiência e do conhecimento do homem. É aí que se encontra a sua grandeza e a sua utilidade”²²

Esta postura perante a História ambiciona mais do que a simples fórmula antiga que a considerava «*magister vitae*». Essa historiografia feita de *topos*, arquétipos e referências morais é no entanto a verdade preciosa para o entendimento das ideias e objectivos que foram animando as gerações. Assim, se coloca que o futuro da nossa identidade, do nosso património histórico edificado, passa pela incontornável experiência de relacionamento com o passado, (Bourdieu, Candau, Catroga, Halbwachs, Le Goff).

Se por um lado se procura dominar a histórica angústia do desconhecido, através de uma melhor experiência e controle do passo a dar no futuro, por outro, se consolida uma dinâmica de recorrente continuidade que é o garante de perenidade de uma forma de identidade e natureza cultural.

Com efeito, se progredirmos na concretização física do observador da História, definindo-o temporal, topográfica e culturalmente, forçoso será concluir que estabelecemos desde logo um sediado ângulo de visão. Por

²² Marrou, *Opus cit.* p.271

essa razão não poderemos invocar para Portugal sobreposições com as atitudes de outros povos na sua relação com o passado, mas relevar uma identidade própria, que antes é paralela e cumulativa²³.

De facto a Teoria e História do Restauro em Portugal, não deverá ser lida somente de fora para dentro, assentando numa metodologia comparativa, mas também de dentro para fora, apoiada na sua própria construção cultural evidenciando a sua peculiaridade tanto quanto a matéria assim o sustente. Deverá o estudo ter em conta os universos histórico-culturais que estiveram na origem e formaram as ideias ou ainda que lhes deram tonalidades locais. Nomeadamente distinguir as representações arquétipas de passado e os modelos mentais decorrente do contexto ibérico, contraposto a outras culturas.

Torna-se assim, por exemplo, como um ponto de partida pertinente comparar-se a ideia renascentista de passado romano, vista num contexto muito próprio em que a omnipresença dos imponentes vestígios da antiguidade é factor determinante, com a situação oposta de um Portugal,

²³ António Quadros, Op. cit., p.285, "*Portugal tornou-se mais cinzento, mais medíocre, mais alinhado com os lugares comuns de todas as convenções europeias ou internacionalistas, cada vez mais divorciado da sua identidade psicológico-cultural, até se chegar à insignificância complexada em que se vê hoje, impotente para reencontrar uma autonomia cultural, intelectual e criadora capaz de corresponder, como um conteúdo, aos slogans formais de «independência nacional» ou de «país restituído ao seu destino», que não logram ultrapassar a esfera da demagogia política.*" Esta opinião coincide igualmente com declarações recentes do Nobel português José Saramago (nomeadamente ao jornal *El País*).

tipograficamente alheado dessa profusão patrimonial latina, numa confluência ibérica de culturas militantes cristã, judaica e sobretudo muçulmana. Esta matriz desde logo condiciona um ecumenismo estrutural do pensamento ibérico, patente na patrologia ibérica, em Santo Isidoro de Sevilha (560-636), em Santo António (1195-1231), mas também em Averroés (1126-1198) e Maiomonides (1135-1204).

Como contemporizar neste quadro a expansão marítima feita de descobertas e novidades que avançavam para fora do mundo ptolemaico, numa novidade de universos e culturas jamais conhecidas dos antigos e cada vez mais longe ?

Não que as gestas fossem menos heróicas e gloriosas comparativamente aos sucessos daqueles varões conhecidos dos anais do mundo grego e do império romano. Na verdade elas chegavam a extravazar o périplo de Odisseus e de Eneias, em duração e distância, cotejando universos jamais descritos pela antiguidade, e de certo modo rescrevendo-a no seu tempo.

Onde se situam então os arquétipos, esses heróis e esses modelos, no passado ou no presente ?

O primeiro modelo essencialmente platonista, reflecte contemplativa e experimentalmente a história, evocando o mito de uma *Idade do Ouro*

perdida, na esteira de Hesíodo e Homero, sublinhando a necessidade de restabelecimento dos cânones antigos recorrendo à tese da *imitatio*, como via directa para a *instauratio* renascentista.

O outro modelo de dimensão aristotélica, vive na acção, uma *Idade do Ouro* moderna, de abertura a uma nova visão do mundo e da *Rerum Natura* totalmente desconhecidas até então, mas dominada pela posição centralizada do Homem como expressão microcosmo da *Machina Mundi*.

Em propósito de ilustração destas ideias contrastantes entenda-se a tese sintetizada por Miguel Ângelo (1475-1564) na Capela dos Médicis(1526-33) em Florença: Lourenço simboliza a vida contemplativa, Juliano a vida activa. No oposto a expressão da Wunderkammer, do exótico, as colecções do Padre Kircher SJ (1602-1680), o universo Kepleriano como *Machina Mundi* aberta a um entendimento racional. Ambas as perspectivas representarão o avanço para uma dinâmica experimental que caracterizará todo o século seguinte.

Espelhando nitidamente a dualidade do primeiro modelo, recorde-se com oportunidade a imensa oração proferida por Egídio de Viterbo (1469-1532), na presença do Papa Júlio II em 1507 em S. Pedro, dedicada à *Idade do Ouro*, elogiando o pontífice pelo restauro da Basílica e o rei D. Manuel

(1469-1521) , o novo «*Emmanuel*», pelas suas conquistas que davam início a uma nova *Idade do Ouro*²⁴.

Também Cataldo Parísio Sículo, reconhecido no campo da filologia como o verdadeiro introdutor dos estudos humanísticos em Portugal, numa carta a D.João II (1455-1495), em que elogia a visão do monarca e a grandeza da expansão africana, escrevia com manifesta consciência histórica que denotava as suas leituras e o reconhecimento de uma dimensão completamente nova, no exterior do universo ptolemaico : ...”*não sereis comparado aos maiores reis e aos antigos césaes, mas preferido a eles.*”²⁵ Sículo sabia bem que não só no restauro, mas também na acção, na gesta gloriosa, se emulavam os antigos.

D .Pedro de Meneses, 2º Conde de Alcoutim e 3º Marquês de Vila Real, numa oração em latim na Universidade de Lisboa, perante o Rei D. Manuel a 18 de Outubro de 1504, afirmava também conscientemente a ténpera dos novos heróis que desafiavam os antigos : ...”*nas acções tanto de África como de Ásia não um, mas vários Aquiles, Heitores, Epaminondas; vários Décios, vários*

²⁴ John W. O'Malley, “Fulfillment of the Christian Golden Age under Pope Julius II: Text of a discourse of Giles of Viterbo, 1507”, em *Rome and the Renaissance Studies in Culture and Religion*, London, 1981; DESWARTE, Sylvie, “Neoplatonismo e Arte em Portugal”, p.217, em *História da Arte Portuguesa*, direcção de Paulo Pereira, Temas e Debates, 1995.

²⁵ Americo da Costa Ramalho, “Uma carta de Cataldo a D.João II”, *Biblar*, LXII, Coimbra, 1986, pp.297-304.

*Cipões, Marcelos, Camilos”, e acresce: “E se o nosso povo tivesse algum dia encontrado tais escritores quais os de Roma e da Grécia no seu apogeu, ler-se-ia a respeito dele com não menos interesse e louvor do que se lê a respeito desses que nomeei” ...*²⁶

Luis Vaz de Camões (1524-1580) virá sem dúvida a preencher dignamente esse cobiçado papel em *Os Lusíadas*²⁷, logo na terceira estrofe do Primeiro Canto, dá-nos bem a consciência disto mesmo:

“Cessem do Sábio Grego, e do Troiano,

As navegações grandes que fizeram;

Calle-se de Alexandro, e de Trajano,

A fama das victorias que tiveram:

Que eu canto o peito ilustre Lusitano,

A quem Neptuno, e Marte obedeceram:

Cesse tudo o que a Musa antiga canta,

Que outro valor mais alto se alevanta.”

²⁶ idem, “Cataldo e a expansão portuguesa” em *Para a História do Humanismo em Portugal*, INCM, Lisboa, 1998, p.36.

²⁷ idem, p.36, “Como salientei mais do que uma vez, ao longo dos anos, esta referência aos gregos e romanos para valorizar os portugueses, vai ser repetida depois na literatura em português do século XVI até cristalizar nos versos de *Os Lusíadas*.”

Será fundamental considerar desde logo este importante aspecto, em que Portugal se distingue dos outros reinos europeus, e que desde logo diferencia na raiz as opções ideológicas e culturais, para se entender bem a especificidade europeia do humanismo português e dos seus arquétipos culturais, que necessariamente encontrarão particular reflexo na política da acção e nas descobertas e nos novos universos comerciais.

Portugal não busca uma áurea histórica mística, uma *idade do ouro* de poeta grego platonista, mas na realidade «*restaura*» na acção um novo império «*Cesareion*» espalhado pelo planeta. O projecto iniciado por D. João II, confirmado por D. Manuel, será retomado em termos peninsulares por Carlos V (1500-1558) e sobretudo por Filipe II (1527-1598).

Necessariamente que os interesses comandantes da acção estarão preferencialmente na cartografia, na matemática, no estudo da fisiologia, no estudo das ciências, do exótico, na mecânica e embrionária engenharia, na fortificação e pirobalística, etc. Se quisermos comparar em friso cultural esta ideia, melhor ilustração não nos ocorreria senão uma reedição monumental da coluna de Trajano, com *Os Lusíadas* esculpidos!

Será também reducionista sustentar que Portugal se alheou dos estudos

clássicos-humanísticos, trocados pela nau aventureira, pela espada e pelo exótico.

De facto, poderemos sustentar que desde muito cedo o sucesso da epopeia mediterrânea da Casa de Aragão, (com quem se liga por casamento a casa de Avis) contém em si uma parte substancial da origem e estímulo do renascimento italiano pelo alto nível de florescimento cultural a que conduziu os seus reinos e em particular a cidade de Nápoles, de que a célebre *palla strozzi* é um ícone ilustrador, de par com o arco neo-romano do *Castel'Nuovo*²⁸, em Nápoles, residência de Afonso de Aragão (1416-1458) e obra de Laurana (c.1430-1502).

Acompanhando estes primeiríssimos sinais, que ilustram já o âmbito dos estudos bem como se apresentam como protagonismos do proto-humanismo, em Portugal, destacam-se grandes figuras da denominada

²⁸ De certo modo até recorda a *Porta Especiosa* da Sé de Coimbra.

Ínclita geração, paralela aos *Infantes de Aragão*, como D. Duarte²⁹(1391-1438) e D. Pedro (1392-1449), grandes eruditos e epistolares, e também D. Henrique (1394-1460). A prova de que a origem da corrente de saber era ainda por via cortesã, demonstra-se também pela natureza das personalidades.

O primeiro Duque de Bragança, D. Afonso (1377-1461), era já um dedicado colecionador de manuscritos e de autores clássicos, (até de epigrafia latina!), bem como o seu filho, movido no estudo e na acção, D. Afonso (1419-1460), Conde de Ourém e Marquês de Valença.

De entre todas as figuras, destaca-se D. Pedro, Duque de Coimbra, particularmente por ser o primeiro verdadeiro príncipe actualizado nas matérias discutidas pelos estados Italianos, por ser grande viajante, sensível à alvorada cultural humanista, que acompanha com o conhecimento dos autores clássicos mais cultivados. Numa carta que o Marquês de

²⁹ As obras de D. Duarte reflectem conhecimentos que testemunham uma grande proximidade à cultura italiana renascente. A descrição das obras que compunham a sua biblioteca informam-nos dos seus interesses com evidentes paralelos aos proto humanistas de então, veja-se o artigo de I.F.da Silva, "Memoria ácerca da Biblioteca de El-Rei D. Duarte", na revista *O Panorama*, vol. XI, Lisboa, 1854, pp.315,316,317. Queremos reconhecer nomeadamente na tipologia do *apartamento* nobre, de que é o primeiro autor peninsular a descrever, um testemunho do elevado requinte da corte portuguesa de Avis, testemunhando o acompanhamento do que ocorria na península itálica. A tipologia que refere apresenta-se em Roma pela primeira vez no Palácio Veneza, obra em que colaborou Alberti (cf. Peter Thonton). A primeira verdadeira intérprete dessa tipologia, aplicada em *villa* e que influenciará o modelo hoje reconhecido como tal, definido por Ackerman e Coffin, será a *Villa di Poggioreale* em Nápoles, justamente a *villa* de Afonso de Aragão.

Santillana³⁰(1398-1458) enviou ao Condestável de Portugal, D. Pedro, dando resposta ao seu interesse pela «*gaya sçiençia*», ao fim e ao cabo pelos estudos antigos, que “*Gayo César, Octávio Augusto, Tiberio e Tito, emperadores, que maravilhosamente metrificaram*”..., fala-se de autores clássicos, de Homero, de Virgílio (70-19aC), de Horácio (65-8aC), de Boécio (470-524), de Petrarca (1304-1374), de Bocácio (1313-1375), de Dante (1265-1321), autores franceses, provençais, antigos autores galegos e portugueses, ilustrando sobejamente o alcance já alargado e o universo multicultural destes interesses humanísticos na corte portuguesa.

Nesse alvor de passagem para a península da madrugada trazida por Petrarca³¹, os pouquíssimos mas ávidos estudiosos iam trocando entre si testemunhos de um saber, que transcendia a utilidade do imediato, incutindo valores de contemplação da natureza, e de ascese humana, respaldadas prudentemente na patrística convertida, que *salvaguardava*, no quadro da Fé os estudos dos «*gentios*». Nomeadamente em Santo Agostinho (354-430), assentavam as razões que permitiam a divulgação das obras

³⁰ Menéndez Pelayo, *Historia de las Ideas Estéticas en España*, Santander, 1940, vol.I, pp. 495 a 504.

³¹ Destacamos a monumental contribuição para os estudos sobre Petrarca de Rita Marnoto, *O Petrarquismo Português do Renascimento e do Maneirismo*, Universidade de Coimbra, 1997.

clássicas latinas e dos modernos que, inspirados nos autores da antiguidade, iam espalhando o modelo do humanismo.

Foi por ocasião da sua viagem a Veneza que D. Pedro recebeu como presente de estima do Senado daquela cidade, o livro de Marco Polo, *Il Milione*- o *Milhão* - que terá muito certamente contribuído, (como vários pesquisadores já aventaram, Pedro Dias e Rafael Moreira), para a formação do ideário expansionista do seu irmão D.Henrique, que recebeu entusiasticamente este livro, e que constaria entre os livros da biblioteca de D.Duarte.

Mas essas erudições também se concretizavam em acções cujo intercâmbio marcava o panorama das artes visuais e edificadas. Com efeito, D. Afonso, Conde de Ourém e Marquês de Valença, não só seguirá os estudos do pai, como fará também a viagem de Itália, por duas vezes, sendo até considerado, (de par de seu tio que antagonizava, o infante D. Pedro), dos portugueses mais viajados do seu tempo.

Conhecemos o seu papel de primeiro introdutor da arte florentina em Portugal, confirmada pela primeiríssima encomenda estrangeira efectuada às oficinas dos Della Robbia. A sua paixão pela edificação e até pelas novas tecnologias da construção, levou-o a trazer consigo para Portugal um

mestre edificador que foi discípulo de Michelozzo (1396-1472), reflectiu-as até no símbolo da sua empresa - as gruas ou os engenhos³² - muito certamente reflectindo desde logo grande sensibilidade aos conhecimentos de vanguarda das escolas de engenharia que se desenvolviam em resultado da obra do *duomo* de Florença e a da experiência da hidráulica de Siena, como o demonstrou na novidade de edificação dos seus paços de Ourém e Porto de Mós³³. Segundo José Custódio Vieira da Silva³⁴ em escavações efectuadas no Paço de Porto de Mós, demonstrou-se que anteriormente a D. Duarte referir no *Livro dos Conselhos* (Livro da Cartuxa), de “*Como se fazem as cisternas em Itália*”³⁵, já ele o antecipara, pormenor que aliás ajuda a confirmar essa novidade em Portugal mas também a do seu interesse pelas tipologias e tecnologias arquitectónicas italianas.

Da activa Feitoria portuguesa de Pisa, partiam numerosas encomendas de Itália para Portugal, existindo uma importante comunidade portuguesa

³² Compare-se com os painéis semelhantes existentes no Palácio de Federico Da Montefeltro no seu Palácio de Urbino. Há que reconhecer manifesta origem comum e testemunho de muito provável passagem pelo palácio do *Condottiere* do Papa.

³³ José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses*, IPPAR, 1995, pp.148 a 157.

³⁴ idem, Op. cit., p.155 e nota (111) p.193, “Como se fazem as cisternas em Itália sem abobeda”, *Livro dos Conselhos* de el-rei D.Duarte (livro da Cartuxa), edição diplomática (transcrição de J.J.Alves Dias), Lisboa, Ed.Estampa, 1982, p.155

na vizinha Florença onde se foram distinguindo pintores como Álvaro Pires d'Évora, Luís Eanes e João Gonçalves, que foi discípulo de Fra Angélico (1400-1455) e mestre de reconhecido mérito na galeria dos ilustres varões da pintura italiana, granjeado pelo conjunto dos frescos da Badia Fiorentina que lhe estão atribuídos em plena razoabilidade. Demonstrando assim que “*los itálicos*” não eram procurados somente pela «*gaya sciência*», mas pelas “*invenções*” de que eram capazes.

No entanto, apesar destes sinais promissores, que permitem não alhear Portugal do primeiríssimo percurso evolutivo no sentido da eclosão de um novo momento cultural na sociedade lusitana, do estudo das humanidades, do culto filológico e arqueológico filo-italico permanece todavia, no final do século XV e início do século XVI, ainda circunscrito a elites culturais e a *grupos* de reflexão animados por personalidades directamente ligadas à corte e às missões religiosas e diplomáticas.

²⁵ Contrapoem-se o método de Itália ao método tradicional árabe que depois de barrar o interior da cisterna a cozia com uma fonte de calor interna, conforme a arqueologia interpretou a formação da cisterna no Castelo de S. Jorge em Lisboa.

Progressivamente foi surgindo uma classe de eruditos³⁶ com cargos diplomáticos, jurídicos ou pedagógicos, próximos da cõrte, com formação nas universidades de Salamanca e Alcalá de Henares, de Paris, Lovaina, mas sobretudo em Itália, nos estudos de Bolonha, de Pádua, de Pisa, de Siena, de Florença, de Roma, tais como Luís e Álvaro Teixeira, Pedro Faleiro, Gonçalo Mendes, Pedro de Coimbra, João de Barros (1496-1570), Aires Barbosa (1470-1540, e discípulo de Ângelo Poliziano), Henrique Caiado, Martim de Figueiredo, Francisco de Holanda (1517-1584), Damião de Góis (1502-1574), alguns nobres com tradição de estudo, como Rodrigues de Sá de Meneses, Sá de Miranda (1487-1558), Gonçalo Baião, Brás Pereira Brandão, clérigos como o Arcebispo D. Diogo de Sousa (1505-1532), André de Resende (1500-1573), o Bispo e depois Cardeal D. Miguel da Silva (1480-1556), o Bispo Jerónimo Osório (1506-1580), e outros. O próprio rei e os infantes, D. João III (1502-1557), e seus irmãos

³⁶ Consulte-se a extensa bibliografia sobre o tema dos bolseiros em Itália, de que referimos a mais interessante: Virgínia Rau, "Italianismo na cultura jurídica portuguesa do século XV", in *Revista Portuguesa de História*, 12, 1969; Moreira de Sá, "Humanistas portugueses em Itália", *Subsídios para o estudo de Frei Gomes de Lisboa, dos dois Luíses Teixeiras, de João de Barros e de Henrique Caiado*. Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1983; idem, "Duas Obras desconhecidas de Henrique Caiado":RFLI, s.2, 22, 1956; idem, "Humanistas portugueses em Itália(...)"; Américo da Costa Ramalho, "Cataldo e João Rodrigues de Sá de Meneses", "A idade de João Rodrigues de Sá de Meneses", em *Estudos sobre o século XVI*. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1983; G.Manupella, "Os lentes portugueses na Universidade de Pisa (ligeiros apontamentos para o futuro historiador)"; José Sebastião da Silva Dias, *A Política Cultural na época de D.João III*; Luís de Matos, *Les portugais à l'Université de Paris entre 1500 et 1550*, Universidade de Coimbra, 1950; idem, *Les portugais en France au XVI siècle*, Universidade de Coimbra, 1952, e outros.

D. Luís, D. Afonso e D. Henrique serão igualmente protagonistas e mecenas, pelo exemplo das suas côrtes.

Expandindo-se então plenamente no país o modelo humanista italiano, de figurino romano, (pós saque de Roma), nas duas décadas de 30 a 50 de quinhentos, continuando o outro projecto de «*instauratio*» esse particularmente apostado numa política salomónica e cesareia de D. Manuel.

Mas até essa eclosão o moderno varão português seria definido como virtuoso na acção bélica mas também nas letras e ciências, como define Cataldo Sículo na *Visio tertia*, de 1513 a propósito da figura de D. Pedro de Meneses.

Não nos situamos portanto num contexto cultural totalmente estranho ao modelo renascentista albertiano, que define igualmente os versáteis talentos a que se obrigam os novos varões e que igualmente nos confirma: ...”*a mio giudizio, sono più di tutti da approvare quei saggi indiani i quali affermano che il monumento migliore per un uomo è il ricordo che di lui si conserva nella posterità.*”³⁷, reflectindo igualmente o conhecido arquétipo de Plutarco, um paradigma a seguir.

³⁷ Leão Batista Albert, *De Re Aedificatoria*, Livro VIII, cap.II, p.670.

A acção do *Império* configurou em Portugal uma atitude singular, porventura mal entendida ou mal enquadrada no quadro dos estudos do Renascimento e todavia não menos humanista, pois que a evocação do áureo passado plasmava-se pela acção heróica, na esteira dos varões ilustres de Plutarco e dos modelos da antiguidade.

O interesse antiquário desenvolve-se a partir do culto das virtudes antigas, evoluindo da formula circunstancial para um modo mais palpável, através do estudo e colecionismo da epigrafia e numismática, da investigação topográfica das origens latinas e das antiguidades nacionais, ao mesmo tempo que passava pela questão da pureza do latim e da discussão etimológica da língua, argumentos fundamentais na sustentação das primeiras gramáticas.

Falecendo os modelos visuais e portanto o referencial tangível nas ruínas dos monumentos da antiguidade em Portugal, nem por isso deixou de se aproximar arquitectonicamente do gosto arqueológico denominado na época de «*ao romano*» ou «*antico*». Naturalmente a falta dos grandes modelos fez com que essa influência arqueológica decorresse do culto humanista e antiquário de raiz literária e ciceroniana, com os erros e

imprecisões de desenho que resultaram necessariamente da informação sem contacto directo com o objecto.

Iniciando-se então o estudo por uma via filológica, foi-se aprofundando no estudo da regra, das proporções e da matemática até cristalizar-se num saber profissional e numa cultura iconográfica construída a partir das limitadas fontes disponíveis. Por outro lado também justifica a sua precocidade na evolução e teorização do Maneirismo³⁸. Ganhando cada vez mais presença, consciência e corpo quanto se estreitavam as relações com os canais italianos e naturalmente com a divulgação das obras impressas.

Como estado político, Portugal goza desde 1248 de fronteiras estabelecidas e praticamente incólumes até aos dias de hoje, o que é notavelmente prematuro se atentarmos a comparação aos restantes estados europeus. Efectivamente desde o século XII que Portugal vem participando de forma muito activa na caracterização da mentalidade peninsular-europeia e atlântica, contribuindo extraordinariamente para a sua dimensão ecuménica através da experiência pluricultural e racial, postura expansionista, simultaneamente catequética, humanista e

³⁸ Vítor Serrão, *O Maneirismo* (dir. Vítor Serrão), vol.7 da História da Arte em Portugal, Lisboa, Alfa, 1986

comercial. Em resultado dessa abertura não deixou de receber profundamente e por sua vez, influências de variadas heranças culturais. Fosse logo de início através da presença da cultura muçulmana e hebraica no território, de alianças, acordos internacionais, trocas económicas ou todo um alinhamento novo procurado pelas elites culturais, pela enorme circulação cosmopolita e multirracial, etc.

O frequentemente alegado “*isolamento geográfico*”, em relação à Europa, atitude historicamente flutuante para ser verdade, concedeu a Portugal uma posição paradoxal, cuja resposta deve ser encontrada na sua determinada e determinante, histórica independência política e cultural. Deve ainda à sua posição atlântica, fora de um eixo centro-mediterrânico-europeu, delimitando por um lado o seu sentido de grupo, a sua individual vanguarda na procura de um modelo nacional de universalidade, que por estas razões é necessariamente diverso dos outros estados europeus.

A sua especificidade ibérica, permitiu uma experiência mais rica e duradoura no relacionamento com outros povos e regiões do mundo. Não podemos pois pretender coincidir com outras posturas históricas, mais localizadas uma vez que pela própria natureza são questões alheias ao nosso contexto. Se vários autores consideram o fim do modelo clássico

winckelmaniano durante o século XIX em resultado do confronto com uma universalidade de culturas, americana, africana, indiana e oriental, que dizer do quadro português de finais de 400 e de 500 já perfeitamente exterior ao quadro do universo ptolemaico?

Se considerarmos que a população portuguesa por volta de 1540 era de cerca de 1,4 milhões de pessoas, sendo que aproximadamente 200 mil estavam embarcadas e fora do continente; que na mesma data o reino vizinho continha cerca de 7 milhões e a França 14 milhões; o nosso papel heróico na mobilidade configura tanto a singularidade do universo cultural, como ditou o destino. Na verdade o império cessareis foi a herança que Portugal deu à Europa, permitindo o progresso do conceito dual de início para o estudo da *Machina Mundi* e do universo natural.

Na verdade, quanto não poderemos sublinhar em variadas áreas do conhecimento humanístico a novidade e vanguarda da nossa postura cultural no alvor da idade moderna, que indiscutivelmente contribuímos a titular como tal.

A experiência histórica lusa no quadro peninsular, apresenta-se com efeito, particularmente única, o que se reflecte directa e indirectamente no contexto europeu, e que, ao ser estudada e valorizada através da sua

divulgação, determinará claramente a natureza específica do seu contributo.

Entende-se, por exemplo, que a discussão vitruviana³⁹, na base do Renascimento dos cânones da arquitectura clássica levada no confronto de monumentos e levantamentos arqueológicos não pudesse ter em Portugal⁴⁰ o campo cultural que tinha em Itália, não por oportunidade dessa discussão

³⁹ A discussão vitruviana em Itália, e em particular em Roma centrava-se no comentário filológico dos Dez Livros de Vitruvius e na corespondência iconográfica das imagens ao significado do texto. Reflectiu-se numa discussão erudita divulgada também como argumento de distinção, numa nova arquitectura de cariz mais arqueológica e ainda na publicação e comentário dos livros de Vitruvius, com variados tipos de ilustração. À semelhança do trabalho de «purificação» do Latim, efectuado por Lorenzo Valla na sua obra sobre a *Elegância da Língua Latina*, a arquitectura do renascimento florentino, baseada mais na «chave» modular do modelo Brunelleschiano, e em parte Albertiano, buscava sobretudo inspiração na grande herança do românico toscano. De facto muitos monumentos do rico, geométrico e policromado românico toscano foram tomados na época por verdadeiras obras romanas do melhor período, como por exemplo o foram os Baptistérios. Bramante começará a sua estadia romana por uma dedicadíssima obra arqueológica de investigação e levantamento de monumentos romanos que lançarão as bases dos modelos arquitectónicos do renascimento Romano. O entendimento da regra proporcional entre as partes já referido por Alberti e patente nos traçados geométricos de Brunelleschi são substituídos por cânones extraídos de um conjunto de exemplos patentes que são instituídos como modelos, e desenhados sucessivamente por todos aqueles que desejavam apreender o sistema proporcional. Este imenso trabalho que representa de facto a grande revelação da obra de Bramante, estão afinal na base da discussão vitruviana, uma vez que os «notáveis» da geração que a protagoniza, Rafael de Urbino, Peruzzi e Sangallo foram alunos e colaboradores do grande Donato Bramante. Poderá quase dizer-se que este Mestre não só descobriu esse vocabulário como o utilizou em toda a plenitude. Não há soluções e tipologias que não tivessem sido repetidas depois vezes sem conta. Ilustração disso mesmo é a considerada maneirista “janela paladiana”, que afinal já tinha sido utilizada por Bramante em Santa Maria delle Grazie em Milão e no ninfeo de Gennazzano, próximo de Palestrina, a escada em espiral (Belvedere), o uso de coluna sobre um arco (Claustro de Santa Maria della Pace), etc.. A discussão vitruviana virá a estabelecer uma espécie de «Gramática» da “*Correcta Regra da Architectura*” que teria florescido sob a regra de Vitruvius, facto que será por exemplo antagonizado por Miguel Angelo que permanecerá contrário a esse princípio, protagonizando uma oposição frontal a António da Sangallo o Jovem (Protagonista da Academia Vitruviana). Essa oposição contada por Vasari, praticamente ofuscou o mérito de António Da Sangallo o Jovem. Em nosso entender, é fruto precisamente da discussão Vitruviana, do estabelecimento da regra codificada, o nascimento do *maneirismo* como princípio anti-racional. Defensor de uma plástica emocional e sensorial Miguel Angelo, formado como escultor, opunha à “regra” uma experiência de antropomorfismo sensual. Os olhos do artista treinados a julgar as formas e a integra-las num discurso, denominado de “*invenção*” bastariam para gerar obra nova. Como facilmente se deduz, esta discussão vitruviana, embora denotando uma indiscutível actualidade e contemporaneidade, só poderia existir em Portugal como divertimento cortesão e de limitado núcleo de eruditos.

⁴⁰ Avelino Jesus da Costa, *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVI*, Braga, 1985, p.23; O livro de Vitruvius era pelo menos conhecido em Braga desde o século XV, fazendo parte da Biblioteca da Sé.

ou por falecerem os comentadores⁴¹, mas porque eram escassos e já bastante arruinados os vestígios da romanidade, limitando-se assim este autor a ser citado como uma venerada autoridade⁴² e modelo. Sobretudo depois de valorizada por André de Resende e Francisco de Holanda que no seu regresso de Itália dava também eco dessa acesa discussão por contacto directo com os protagonistas da academia vitruviana⁴³, nomeadamente com Cláudio Tolomei⁴⁴ (1492-1555) e Melenghino, mas também com um opositor de peso, o próprio Miguel Angelo.

⁴¹ A rogo do Infante D.Luís, Pedro Nunes efectuou uma tradução de Vitruvius,(supondo-se tratar da edição de Cesariano de 1521) em curso no ano de 1542 (ano da fundação da Academia da *Virtú* fundada por influência dos Sangallos), o que não pode deixar de assinalar uma certa actualidade da Côrte portuguesa nesta matéria, já que coincide com o auge da mesma discussão em Roma. Desconhece-se o destino dessa tradução que embora conste ter sido realmente efectuada, terá permanecido em documento manuscrito, e que entretanto terá sido levada para Espanha por Filipe II e integrado a biblioteca de Juan de Herrera; v.Sylvie Deswarte, "Francisco de Hollanda et les Etudes Vitruviennes en Italie", em *A Introdução da Arte da Renascença na Península Ibérica*, p.238 e notas (3) na mesma página; Rafael Moreira, em *História da Arte Portuguesa*, vol.2, p350; Miguel Soromenho, idem, p.399.

⁴² Vitruvio é referido em Portugal pela primeira vez por João de Barros na *Rópica Pniefma* em 1532; (Rafael Moreira, 1992).

⁴³ C. Visconti, *Sulla fondazione dell'insigne Congregazione dei Virtuosi del Pantheon*, Roma, 1869. A Academia foi fundada em 1542 por influência dos Sangallos, Antonio Da Sangallo O Jovem, aluno de Bramante e Rafael, foi o seu primeiro presidente, juntou-se-lhe o seu irmão Batista, Mangoni, Pierin Del Vaga, Melenghino, Clementi, Labacco (que foi primeiro secretário), sendo o promotor o Prelado Desiderio de Auditorio. Esta congregação precede de pouco a Academia Vitruviana, presidida por Marcello Cervini que teve como secretário o Vinhola e cujo programa foi elaborado por Claudio Tolomei (veja-se a carta de 14 de Novembro de 1543 em que expõe ao Conde Agostino Landi, quais as finalidades e o trabalho da Academia da Vitruviana). Os membros da Congregação expunham os seus trabalhos no interior do átrio do *Pantheon* em Roma perante uma comunidade de interessados de vários notáveis da Cúria e eruditos interessados pelas antiguidades romanas.

⁴⁴ Em Carta ao Conde Agostino, C.Tolomei descreve os objectivos da Academia della Virtú, veja-se M.Maylender, *Storia delle Accademie d'Italia*, Bologna, 1926-30, pp.478 a 480; J.Schlosser-Magnino, *La Letteratura Artistica*, Firenze, 1967, pp. 254-255.

Se entretanto todo este quadro do universo clássico ptolemaico renascido vem chegando a Portugal através dos contactos com a Itália, quanto do novo saber foi de Portugal ao encontro dos países da Europa, todo um novo mundo, levando as mais diversa e extraordinárias contribuições científicas, geográficas, comerciais, objectos exóticos que formarão as Wunderkammer, justamente contrapondo ao primeiro universo arcaico apolíneo, um novo-mundo?

A introdução de uma nova visão planetária, cartografada, coordenada e mensurada, rotas navais registadas planimetricamente, novas tecnologias aplicadas à navegação, introdução de novas espécies botânicas e preciosas madeiras, de novos animais (veja-se a história da Embaixada de 1514, ao Papa Leão X⁴⁵), do exótico (que está verdadeiramente na origem das Wunderkammer mais tarde famosas pela Europa central⁴⁶), de toda uma nova geografia, de estudos matemáticos e científicos, etc.

Portugal restaura efectivamente a “*Idade do Ouro*” de modo diferente e complementar às definições de Hesíodo, apresentando um macrocosmos

⁴⁵ A. Bedini Silvio, *The Pope's Elephant*, Carcanet Press, Manchester, 1997; Sylvie Deswarte, Rafael Moreira, Pe.Batista de Castro, e outros.

⁴⁶ Annemarie Jordan Gschwend, “As Maravilhas do Oriente: Coleções de Curiosidades Renascentistas em Portugal”, no Catálogo da Exposição da iniciativa da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses que decorreu na Misericórdia de Lisboa com o título *A Herança de Rauluchantim, Ourivesaria e Objectos preciosos da Índia para Portugal nos séculos XVI-XVIII.*”, Lisboa, 1996

que povoa escultoricamente em simbologias e representações na arquitectura Manuelina, a arquitectura do Novo Império⁴⁷.

O “*país de Ofir*” do grande Salomão é restaurado e conquistado pelos novos heróis que calam as vitórias de Alexandre e de Trajano, no dizer de Camões, por irem além da Tapobrana, mas sobretudo por saírem do mundo Ptolemaico.

Um *Condottiere* Italiano poderia invocar uma descendência Cesarea, e edificar “*al antico*” como um novo César no seu limitado território, mas poderia rivalizar com a expansão e gesta Manuelina, garantida num quadro planetário de um Tratado de Tordesilhas?

Julgamos poder compreender melhor assim porque razão o Renascimento português não segue os mesmos cânones do renascimento italiano segundo o modelo florentino ou romano. Todavia, comparativamente, tem mais em comum com o Renascimento do Reino de Aragão conforme se verificou na Sicília e em Nápoles do que do Renascimento da Itália central ou do norte.

Compreende-se então melhor porque a História Natural de Plínio-o-Velho, espécie de *enciclopédia da antiguidade* preenche maior sufrágio, curiosidade e

⁴⁷ Roberto Marta, (com a colaboração de José Cornélio da Silva), *L'Architettura Manuelina, protagonista*

utilidade na cultura portuguesa da época. Com efeito, o desembargador do Paço Martim (ou Martinho) de Figueiredo, aluno como diz de Ângelo Poliziano (1454-1494), manteve uma aula pública em Lisboa sobre o comentário e esclarecimento de passagens do escritor latino, que só terminou interrompida pela peste.

Talvez até confrontado com uma visão radical de perder todo o trabalho de erudição sepultado para a eternidade sem memória, editou em 1529, a que seria a primeira obra de comentário em Latim publicada em Portugal *Epistola Plinii secundum Veram Lectionem ex exquisitissimis et antiquissimis exemplaribus, ab Angelo Politiano, magnis sumptibus et summa diligentia perquisitis*.

A obra de Plínio composta em 36 livros poderá considerar-se efectivamente como uma espécie de *enciclopédia* dos conhecimentos da antiguidade e uma fonte para os vários universos do saber.

Cinquenta e sete anos antes da publicação em 1525 do comentário latino de Plínio de Martim de Figueiredo e segundo Poliziano, Leão Batista Alberti (1404-1472) deixava reveladoramente expresso no seu testamento

de 19 de Abril de 1472 o importante legado de um manuscrito da História Natural de Plínio ao seu parente Giovanni Francesco d'Altobianco Alberti.

O estudo e crítica deste autor antigo, não representavam por outro lado discreta tarefa se recordarmos que Erasmo (1466-1536) também em 1525 “*prometia fama eterna a quem emendasse bem um só locus desperatus de Plínio*”.

Duarte Pacheco Pereira bebeu extensamente em Plínio como contribuição para o *Esmeraldo de Situ Orbis*. D.João de Castro (1500-1548) alicerçou os seus estudos e descrições científicas tendo por base as suas leituras de Plínio Antigo.

D. Miguel da Silva, Bispo de Viseu, depois Cardeal em 1541, no próprio ano da sua fuga do reino para Itália, encontrou-se com Jerónimo Osório em Bolonha com quem estudou e comentou algumas passagens obscuras de Plínio conforme nos informa Frei Luís de Sousa ⁴⁸.

Tudo isto atesta de uma erudição e de uma genuína e contínua devoção aos estudos histórico-filológicos dedicados em grande parte às Ciências Naturais, também aplicados aos monumentos mas sobretudo aos estudos “*antiquários*” em geral, numa atitude filológica de comparação do conhecimento e informação antiga com as novas realidades e descobertas

⁴⁸ Frei Luís de Sousa, *Anais de D.João III*, Lisboa, Sá da Costa, 1954, vol. II, Cap. IX, p.166.

da época, como André de Resende interpretará na sua obra sobre as antiguidades da Lusitânia.

Demonstrando o elevado nível dos estudos sobre o mundo natural, que conduzirá ao fascínio do colecionismo pelas Wunderkammer e pelos estudos fisiológicos e da natureza, é digno de menção o grande acolhimento em Itália nos núcleos eruditos, da obra do físico judeu português Amato Lusitano, *In Dioscoridis Anazarboei de Medica Materia librum quinque enarrationes eruditissimae*, publicada em Veneza na tipografia de Gualtierium Scotum, em 1553. Recorde-se a propósito a sobrevivência de uma reconhecida e prestigiosa tradição médica peninsular (também com paralelo no caso da Sicília), ilustrada na permanência e actualidade, ainda durante o século XVI, dos tratados do Papa Português Pedro Hispano (1205-1277), cuja receita oftalmológica ainda curou os olhos de Miguel Angelo em resultado dos fadigosos trabalhos da Capela Sistina.

Desta curiosidade científica destacamos a propósito e como significativo exemplo, a discussão sobre o “*esturjão*” em Resende ou a do “*plátano*” com D.Miguel da Silva⁴⁹, o que levará Rodrigo de Sá e Meneses a

⁴⁹ Recorde-se que D.Miguel da Silva recebeu prolongadamente na sua *Villa* de Roma o célebre alquimista Zoroastro, cf. Sylvie Deswarte.

conceber a sua obra *De Platano*⁵⁰ (dedicada ao Cardeal D. Henrique) e certamente nesta mesma continuidade também se terá colocado a “*questão do aqueducto da água de prata*” em Évora, respaldada em Vitruvius, Frontinus (40-103), Alberti, Plínio e discussão epigráfica.

Se a Itália é a pátria reconhecida da alvorada dos estudos humanísticos, a Portugal cabe de direito a introdução de novas realidades do mundo natural que serão acompanhadas com uma referência crítica das fontes clássicas. Retenha-se como imagem visual deste contraste cultural, a de Lisboa dos finais do século XV: um glorioso portal, (síntese do portal manuelino), decorado com o macro e o microcosmo do novo mundo que se ia descobrindo, a “*instauratio*” do império cesareio, contraposto à imagem italiana de um arco de triunfo antigo e às ruínas de Roma, deixando imaginar uma fabulosa e mítica antiguidade perdida a restaurar.

Estas são as duas dimensões de abordagem na sua oposição conceptual. Se a primeira se alimenta de uma tese aristotélica a segunda vive da

⁵⁰ Certamente jamais publicada em resultado do banimento total do Bispo de Viseu, D. Miguel da Silva, decretado por D. João III, envolvido directamente nos diálogos, que indiscutivelmente alimentou. Esta obra não se alheia dos conhecidos colóquios de Giovanni Rucellai no seu jardim sob um frondoso plátano, o qual espécime arbóreo D. Miguel da Silva chegou a conhecer, especulando-se sobre a sua antiguidade e nobreza, referido como cenário dos diálogos de Platão e Cícero, sobre a sua possível extinção, e até sobre a sua manutenção através da rega das raízes com vinho de acordo com uma referência na *História Natural* de Plínio e também constante das *Saturnais* de Macróbio. Era afinal um pretexto para um exercício de erudição e conhecimentos da antiguidade levando-se ao confronto experimental com a realidade.

construção platónica⁵¹, mas ambas se procuram encontrar na visão que Rafael de Urbino (1483-1520) pintou na Escola de Atenas, nas *stanze della Signatura* do Vaticano - a tentativa de conciliação de ambas.

Esse projecto será temporariamente conseguido através do grupo dos neoplatônicos portugueses viajados na Itália, entre os quais se distingue Francisco de Hollanda⁵² pela obra militante no campo da pedagogia e renovação da teoria das artes em Portugal. É também na influência cultural dos bolseiros de Itália e daqueles que tiveram a oportunidade por razões diplomáticas ou eclesiásticas de contactarem os círculos eruditos italianos que se desenvolvem na sociedade portuguesa as ideias e as teses no sentido de uma aproximação aos modelos e cânones do renascimento.

Recentemente, P.Fortuni Brown, professora de Arte e Arqueologia da Universidade de Princeton nos Estados Unidos demonstrou através da

⁵¹ Mircea Eliade, *Aspects du Mythe*, Gallimard, Paris, 1963, p147, «Le souvenir est pour ceux qui ont oublié» écrivait Plotin (*Énéades*, 4,6,7). La doctrine est platonicienne. «Pour ceux qui ont oublié, la remémoration est une vertu; mais les parfaits ne perdent jamais la vision de la vérité et ils n'ont pas besoin de se la remémorer» (Phédon, 249,c,d.)

⁵² Sylvie Deswarte, "Francisco de Hollanda, teórico entre o renascimento e o maneirismo", em *O Maneirismo* (dir. Vítor Serrão), vol.7 da História da Arte em Portugal, Lisboa, Alfa, 1986; idem, *As imagens das Idades do Mundo de Francisco de Holanda*, Lisboa, INCM, 1987; idem, "Rome Déchue. Décomposition d'une image de Francisco de Hollanda", em *Monuments et Mémoires* publicado pela *Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, tomo 71, Paris, Fondation Eugène Piot, PUF, 1990; idem, "Francisco de Hollanda e Frei Heitor Pinto", em *Jerónimos, 4 séculos de Pintura*, vol I, catálogo, Lisboa, 1991; idem, "L'essence et le sens de Francisco de Hollanda" em Portugal et Flandres. Visions de l'Europe (1550-1680), Bruxelas, Europália 91, Musées Royaux des Beaux-Arts, 1991; idem, *Ideias e Imagens em Portugal na Época dos Descobrimentos. Francisco de Hollanda e a teoria da Arte*, Lisboa, Difel, 1992; idem, "Francisco de Hollanda: Maniera e Ideia", em *A Pintura Maneirista em Portugal. Arte no Tempo de Camões* (dir. Vítor Serrão), catálogo, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995.

análise da relação de Veneza com a Antiguidade⁵³ a possibilidade de uma nova abordagem aos estudos sobre a específica contribuição veneziana para o renascimento.

Efectivamente Veneza apresentava-se como um caso singular entre as várias cidades italianas, ao não possuir um passado clássico próprio, tangível, feito de monumentos como acontecia em Roma e noutras cidades da península italiana. O autor demonstra a natureza particular e os universos referenciais que caracterizavam a ideia de passado para os venezianos demonstrando que outros valores da experiência histórica constituíram irreversíveis percursos no sentido da modernidade, e nomeadamente o cosmopolitismo e contactos com centros de cultura diversos. Beneficiando, se assim se pode dizer de um culto mais vitruviano somente em resultado da fuga dos artistas ao saque de Roma de 1527⁵⁴ e culminando na edição comentada de Vitróvio de Daniele Barbaro (1513-1570), Patriarca de Aquileia, de 1556, um dos maiores, senão mesmo a maior autoridade naquele autor em Itália, com ilustrações da autoria de Andrea Palladio (1508-1580).

⁵³ Patricia Fortini Brown, *Venice & Antiquity*, Yale University, 1996

⁵⁴ Vejam-se as biografias de Vasari de Serlio, Michelozzo, Sansovino, etc., e a obra de A.Chastel, *Le sac de Rome, Paris, 1985*.

O caso português encontra assim também a sua especificidade no movimento do renascimento europeu, não como um estado periférico e longínquo, espelho meio baço de um reflexo, mas verdadeiro protagonista independente e efectivo introdutor de novas realidades que naturalmente criam novos modos de actuar, consolidando tradições únicas e culturas próprias. Que a história não retire com a injustiça do tempo e a ignorância dos homens aquilo que lhe deve de mérito.

Prosseguiremos o nosso trabalho alargando as referências aos vários universos que nos permitem compreender também um certo modo peninsular e porventura lusitano de entender o passado e por que razão esses modelos de passado eram efectivamente considerados como perspéticos para um futuro.

UMA PALAVRA SOBRE A CRONOLOGIA DA TESE:

Cronologicamente o nosso universo de trabalho, referido-se a Portugal, desenvolve-se entre 1537 e 1929. Convém recordar que, embora as datas correspondam a factos a que damos relevância cronológica, representam substancialmente referências a mentalidades, o que poderá explicar as referências anteriores a 1537 e eventualmente posteriores a 1929.

Estas datas balizam cronologicamente a inauguração da primeira obra pública de “*restauro*” de um monumento em Portugal, já Conscientemente concebida à luz de autores clássicos, estudo de antecedentes históricos e no espírito do restauro Albertiano da “*instauratio*” urbana, do Aqueduto da Água de Prata em Évora patrocinada por D.João III.

Não foi uma simples intervenção de reparação de uma obra pública necessária à cidade de Évora, sem debate público e a desinteressado comando do rei. Trata-se de uma obra que se inscreve num acto de consciente política cultural, fazendo eco dos restauros famosos de aquedutos que também se faziam em Roma e nomeadamente no da *Acqua Vergine*, que arrastou consigo um aceso debate entre eruditos e humanistas, com discussões históricas e panegíricos em Latim à boa maneira romana,

envolta de autores clássicos nomeadamente Frontinus e Vitrúvio. Conduziu de facto à primeira realização de escavações arqueológicas em Portugal e inclusive à falsificação epigráfica⁵⁵ como forma de consolidar argumentos. Estimulou a circulação e divulgação de obras importantes da teoria arquitectónica e de meios técnicos.

Este facto notável que coloca D.João III como monarca sensível às questões do “*restauro*” é também assistido por outro exemplo que desmente qualquer dúvida⁵⁶, e assim permite-nos considerar desde logo a ideia de que em Portugal se encetou muito cedo, de forma consciente e inequívoca a experiência sobre o restauro e a recuperação do passado, ainda no final do primeiro quartel do século XVI. Por comparação Cosimo I (1519-1574) em Florença iniciará o projecto de restauro do aqueduto romano daquela cidade somente em 1540, fazendo desembocar também numa fonte que desse lustre ao seu nome e á sua família.⁵⁷ Não resistimos a lançar atrevidamente uma pista de onde ocorria a ideia...não casou em 1539 com

⁵⁵ cf.com notas de Theodor Momsem no *Corpus Inscriptionum Latinorum*

⁵⁶ cf. Publicação oficial, s/autor, *Monumentos Nacionais*, Lisboa, 1910, D.João III mandou ao Convento de Vila do Conde um inspector com ordens suas de mandar a Abadessa repôr “na sua antiga traça” as demolições que fizera no velho convento. Este acto como outros não deixa dúvidas quanto às intenções conscientes do Monarca.

Eleonora de Toledo em grande pompa de cortes e acompanhantes sob festividades dedicadas ao culto da água⁵⁸?

Embora o projecto de trazer a água do antigo aqueduto ao centro da cidade de Évora se iniciasse pelos anos de 1533, tendo a obra demorado quatro anos, servimo-nos da data de inauguração, ocorrida numa quinta-feira dia 28 de Março de 1537, para atribuírmos o início de uma nova atitude. Com esta obra em Évora, à semelhança da água trazida para o centro da cidade, acabava de brotar em Portugal a “*obra de restauro*”, em plena Corte, seguindo o modelo italiano, mais propriamente romano.

Por outro lado, em 1929 data a formação da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a que corresponde a assunção definitiva pelo Estado de que haveria necessidade de constituição de uma organização administrativa nacional de tutela do património considerado representativo de uma identidade nacional, e uma política de restauro de

⁵⁷ Antonella del Panta, “Un progetto archetipo Mediceo com alcune considerazioni” volII, p.211, “Il ‘restauro’ dell’acquedotto romano di Cosimo I” em *La Toscana al tempo di Lorenzo il Magnifico- Política, Economia, Cultura, Arte*, 3vols, Pisa, 1996;

⁵⁸ Idem, Op. cit, p.201

acordo com valores e teses nacionais embora partilhando modelos teóricos de inspiração francesas e italianas.⁵⁹

Estabelece-se entre estas datas uma tentativa de continuidade de leitura e reflexão histórica e teórica que permita uma leitura cultural dinâmica do espaço que medeia o primeiro gesto de um monarca e o primeiro gesto da república.

Estabelecemos entretanto vários capítulos que caracterizam ou vieram a condicionar as diversas atitudes perante a herança patrimonial. Cada capítulo desenvolverá aspectos de ordem histórico-cultural e teórica, procurando referir as teses em presença na época, a forma como surgiram ou como chegaram a Portugal e a sua implementação. Algumas personalidades e obras serão necessariamente destacadas pelo seu protagonismo e através de alguns exemplos procurar-se-á transmitir os resultados e efeitos das variadas intervenções. Não nos acanharemos de

⁵⁹ Para além de se considerar uma data limite que cronologicamente pega com a tese doutoral de Maria João Baptista Neto, *A DGEM e o Património Arquitectónico Nacional 1929-1960*.

tratar também as notícias de atitudes de consequências menos felizes ou até vandálicas, porque delas importa colher lições⁶⁰.

Clarificando então os objectivos que iremos prosseguir ao longo da nossa reflexão:

--- Estabelecer uma cronologia de atitudes culturais que explicam e caracterizam as várias posturas históricas perante a herança patrimonial.

--- Entender a origem dessas posturas e universos culturais subjacentes que lhes serviam de inspiração, numa leitura comparada.

--- Seleccionar exemplos que ilustrem positiva ou negativamente essas atitudes.

--- Clarificar os protagonistas dessa história, cuja biografia nos permita captar a riqueza e envolvimento pessoal das várias posturas culturais, profissionais e psicológicas.

--- Desenvolver uma bibliografia referencial para o tema, que também sustente a tese.

⁶⁰ Veja-se a propósito a obra de Louis Réau, *Histoire du Vandalisme - Les Monuments détruits de l'Art Français*, edição aumentada por Michel Fleury e Guy-Michel Leproux, Ed. Robert Laffont, Paris, 1994, é um excelente exemplo da história "do-que-não-se-deve-fazer", e pedagogicamente útil. A obra de Dario Gamboni, *The Destruction of Art*, Yale University Press, 1997, é outro testemunho de igual tom, abordando também as raízes iconoclastas modernas.

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

--- Preencher a lacuna existente na matéria, ao proporcionar um documento de reflexão comparada que permita o entendimento e natureza do percurso nacional, contextualizado numa evolução europeia, na teoria e história das ideias de salvaguarda da herança edificada.

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

***UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO
NACIONAL***

CAPÍTULO PRIMEIRO:

***ARQUÉTIPOS DE MEMÓRIA, MONUMENTOS E RESTAURO,
DA ANTIGUIDADE À IDADE MÉDIA:***

1: O Culto do Passado na Antiguidade

“Quando o criador organizou o mundo inteiro, chamou um dos seus mensageiros e perguntou-lhe se notava a falta, na terra ou na água, de qualquer ser em particular. Ele então respondeu-lhe que tudo estava no auge da perfeição e que só faltava uma coisa que de toda a obra fosse o permanente elogio. Quando ouviu esta consideração, o pai do mundo concordou e disse que não distava o tempo em que apareceria a estirpe das Musas e dos cantos, dotada de uma imensa força: a sempre virgem memória, Mnéme, a quem a maior parte dos povos modificaram o nome para Mnémosyne.”⁶¹

O culto do passado, das memórias e dos monumentos é venerado desde a mais remota antiguidade, certamente tendo origem nos cultos religiosos, tal como o apontam a maioria dos autores antigos e modernos.

Na Antiguidade grega a palavra que significa “monumento”, *μνημεῖον* deriva de *mnéme*, a memória.

⁶¹ Philon de Bizantium (265-202), *De Plantatione*, 129, citado por Michel Simondon em “La Memoire et l'Oubli” pp106-107. O texto é comentado por Marcel Detienne em *I maestri di verità nella Grecia Arcaica*(Paris 1967), trad.italiana Roma-Bari 1983.

Mnéme ou Mnemosyne, segundo a mitologia grega era considerada filha de Urano e Gaia, e pertencendo dentro das divindades ao grupo dos Titãs. Da sua relação com Zeus resulta como Mãe das Musas. Na verdade é através da Memória que se perpetuam as coisas e os talentos.

Platão em *Fedro* (274-2756), fazendo falar o rei Thamus a propósito do deus egípcio Thot, conhecido como inventor do alfabeto, acusa aquela divindade de ter gravemente errado em conceder aos homens esse potente instrumento. Thot, com esse gesto, no seu entender não trouxe a verdade aos homens, mas um meio para atingir a verdade, que é a escrita. Assim, o homem não buscará mais as recordações na Memória, que é como quem diz em si mesmo, mas confiando nos sinais externos dessa escrita fará reviver a Memória, aludindo assim aos diversos testemunhos.

Este argumento demonstra claramente o papel da Memória nas sociedades arcaicas de raiz oral. No entanto, conduz também à percepção da natureza do ícone como um reflexo “*externo*” da linguagem da Memória. Serão estes “*sinais externos*” o veículo e único meio de perpetuar e de fazer reviver os factos por esse modo registados. Será portanto uma Memória externa, *μνημετογ*. Este processo do ícone (i.e. não contido na Memória,

mas correspondendo à representação exterior) será continuado nas comunidades através do gradual crescimento de produção de artefactos, até chegar da escrita aos edifícios, e em particular aos registos epigráficos, que representaram uma notável expressão cultural da sociedade grega. A cultura grega dos epitáfios conforme revelada amplamente nas colectâneas epigráficas mas sobretudo na Antologia Palatina, é uma Mnéme que nos recorda a hierarquia da Mnemosyne sobre as Musas e a razão da sua natural associação. A Memória na cultura grega é um factor de civilização porque torna possível aos homens adquirir as virtudes e os talentos das divindades. Sem Memória de nada valem as Musas como nos ensina a punição infligida por estas a Tamari, em resultado da sua arrogância.

Não deixa de ser um aviso aos nossos tempos que se convenceram de que existiria um convívio só com as Musas, sem a Memória. Recordando a propósito Platão⁶², afirmando que as Musas teriam sido criadas pelos deuses por compaixão com o género humano. De facto qual será o remanescente do género humano se a dele excluirmos o contributo das Musas e da Memória?

⁶² Platão, *Leis*, parag. 653

Segundo as indicações do hermetismo Órfico às almas dos infernos, resta somente uma entre as duas alternativas, avizinhar-se da fonte da Memória, Mnémosyne-Áthanatos - a imorredoura-memória - que é o garante da Metempsicose, da vida eterna, afastando-se da segunda fonte, a do esquecimento.

No sentido histórico filosófico, representa também a imortalidade colectiva, pois consente aos homens o conhecimento das origens e a perpetuação das regras. É assim perfeitamente reconhecido na cultura Grega o papel da Memória como meio incontornável da integridade existencial do indivíduo e do colectivo.

Já para a tradição romana a palavra “*monumentum*”, derivando de moneo, contém referências de outra ordem, nomeadamente políticas e morais, assinalando o poder da autoridade governativa⁶³.

Alexandre Herculano também se refere a uma definição de Monumento, atribuindo-lhe a raiz romana: “O mais antigo escritor por mim conhecido que definisse a palavra monumento, é o romano Festo. Monumento – diz ele – é qualquer coisa que se fez por memória de alguém ou de alguma coisa⁶⁴. Disse eu: Um monumento

⁶³ Segundo Jukka Jokilehto, *A History of Architectural Conservation*, Butterworth-Heinemann, 1999, p4.

⁶⁴ “*Monumentum est quidquid ob memoriam alicujus factum est*”

é um meio de transmitir ao futuro uma lembrança do passado”⁶⁵ O “*Monumentum*”, de Festus, demonstra assim originar num contexto universal evoluído a partir do argumento grego, do qual deriva, aplicando-se a pessoas e coisas.

Segundo Higino (Papa 136-140), na *Fábula* 277, teriam sido as Moiras a inventarem as sete primeiras letras do Alfabeto. No discurso de Prometeu em Ésquilo, este reivindica a invenção de todas as artes e de todas as técnicas humanas, afirmando que o alfabeto é a “*Mãe das Musas*”. Recorde-se que Prometeu é conhecido por ter conseguido furtar aos deuses o fogo sagrado e passa-lo aos homens, por isso mesmo foi condenado a imensos suplícios. Na verdade ensinou aos homens as extraordinárias maravilhas que estes poderiam operar se adquirissem os talentos dos deuses.

Ambos os conceitos acabarão várias vezes por se fundir num só, mas não deixa de ser sintomático o conceito etimológico de ambas as culturas, em particular o modo místico e poético da cultura grega contraposto ao mundo pragmático da cultura romana.

As primeiras memórias e monumentos justificam-se pela perpetuação de determinados ícones ligados à celebração religiosa, cuja permanência e

⁶⁵ Alexandre Herculano, *Opúsculos*, edição de Jorge Custódio e José Manuel Garcia, Porto-Lisboa, 1982-1987, vol.III, p141

simbologia balizava o espaço desconhecido⁶⁶. Representação de divindades, de defuntos⁶⁷, de factos de relevo, de locais de culto, etc. Por isso é lícito dizer-se que os primeiros “*restauros*” que se conhecem referem-se igualmente à perpetuação dos cultos e salvaguarda de templos e santuários.

Das referências mais antigas que nos comprovam um interesse consciente em recuperar o passado através de uma atitude de restauro, destaca-se um testemunho arqueológico particular, registado num tijolo com inscrições cuneiformes, encontrado nas fundações do templo de Larsa no Iraque e datado do VI século AC. Pela natureza estável e resistente do material, ao que acresceu a colocação judiciosa numa parte da estrutura que o preservou da destruição, vem este documento arqueológico comprovar, já existir nessa época bem remota uma consciente vontade de restaurar, de salvar do Tempo consumidor, um santuário, um monumento. A inscrição,

⁶⁶ Mircea Eliade, Op.cit., dá-nos uma frutífera via para o entendimento dos mitos cuja função era a de contribuir para uma significação do mundo e da existência humana e que afinal estão na base das religiões. Veja-se em particular os capítulos sob os títulos: «Mythes et rites de renouvellement», p.54; «Le Temps peut être maîtrisé», p.95; «Mythologie, ontologie, histoire», p.116 e «Mythologies de la Mémoire et de l'Oubli», p.142. Maria Clara Ruggieri Tricoli e Maria Désirée Vacirca, *L'Idea di Museo - Archetipi della comunicazione nel mondo antico*, Lybra, Milão,1998, defendem a tese da origem religiosa do colecionismo e do museu.

⁶⁷ Cf.Doro Levi, *Antioch Mosaic Pavments*, Princeton University Press, 1947, p296ess., no pavimento em mosaico de um túmulo do século IV em Antioquia pode ver-se uma representação feminina com a inscrição de Mnémosyne, que participa num banquete fúnebre.

ainda que na sua limitação, contudo leva-nos mais longe. Confronta-nos até com o estímulo psicológico do monarca promotor desse restauro, que desde logo também consolida por si uma atitude tipológica continuada e que virá a repetir-se em cadeia ao longo dos tempos.

O que deveras nos deixa extraordinariamente impressionados é sobretudo a completa consciência do acto praticado e a decidida atitude do rei Nabonide (556-539), na vontade clara e efectiva de deixar uma memória duradoura: o tijolo incluído numa estudada parte construtiva da fundação com a inscrição que tudo nos revela! Até precisamente na cuidadosa localização deste registo na fundação, preservando até com saber técnico, um local onde teria reconhecidamente mais hipóteses de sobreviver à agressão dos tempos. Assumindo todavia, a futura e previsível decadência da estrutura, preservou a vontade nítida de triunfar o tempo e perpetuar diálogo com as futuras gerações. Tudo nos conduz a confirmar uma notável percepção global do gesto, levando forçosamente a concluir não se tratar de atitude isolada. Para mais, atente-se à própria inscrição:

“Je suis Nabonide, roi de Babylone, pasteur, appelé par Marduk, pourvoyeur de L'Ésagil et de l'Ézida, qui multiplie les offrandes, qui restaure les métropoles des grands dieux, aux mains pourvoyeuses, qui traite somptueusement tous les temples,

pourvoyeur des sanctuaires, qui magnifie les présents, envoyé inlassable, conquérant des hautes montagnes, berger réfléchi, conducteur du peuple, lui dont le seigneur des dieux, Marduk, a fermement prononcé le nom pour pourvoir aux métropoles et restaurer les sanctuaires (...) Quand le grand seigneur des Têtes noires, le seigneur de l'humanité - Larsa, sa ville de résidence, L'Ebabbar, sa demeure de dilection, qui depuis longtemps étaient un désert et redevenus ruines, sur lesquels poussière et gravats, en gros tas de terre, s'étaient entassés au point que l'implantation n'en était plus reconnaissable, le plan plus visible - sous le règne de mon prédécesseur, le roi Nabuchodonosor, fils de Nabopolassar, on enleva la poussière, tas de terre qui s'étaient entassés sur la ville et le temple et l'on découvrit le téménos⁶⁸ de l'Ebabbar d'un ancien roi, Burnaburiash, un prédécesseur, mais on chercha, sans le découvrir, le téménos d'un roi plus antique. Il refit l'Ebabbar sur le téménos de Burnaburiash qu'on avait vu pour y faire habiter le grand seigneur Shamash (...). C'est alors qu'en l'an 10 en un jour favorable de mon règne, pendant mon éternelle royauté qu'aime Shamash, Shamash se souvint de sa demeure ancienne; il décida joyeusement de la chapelle de la ziqqurat d'élever le faite⁶⁹, mieux qu'auparavant, et c'est à moi le roi Nabonide, son pourvoyeur, qu'il confia le soin de restaurer l'Ebabbar et de refaire sa demeure de dilection.

⁶⁸ téménos : câmara sepulcral (?), em grego Θεμελιον(το): fundação ou fundações

⁶⁹ faite : fuste, coroamento

Sur l'ordre du grand seigneur, Marduk, se levèrent les vents aux quatre points cardinaux, de grandes tempêtes: la poussière qui couvrait ville et temple fut enlevée: on put voir l'Ebabbar, le formidable sanctuaire (...). Du siège de Shamash et d'Aya, de sa chapelle élevée de la ziqqurat, saint lieu éternel, chambre éternelle, apparut le téménos; leur plan devint visible. J'y lus l'inscription de l'antique roi Hammurabi, qui avait construit pour Shamash, sept cents ans avant Burnaburiash, l'Ebabbar sur l'antique téménos et je compris son sens. J'adorai en tremblant ; je m'inquiétai, je pensai : "le sage roi Burnaburiash refit le temple et y fit habiter le grand seigneur, Shamash. Pour moi, (...) ce temple et le restaurer". Je me fiaï à la parole de mon très grand seigneur Marduk, et à celle des seigneurs de l'univers, Shamash et Adad; aussi mon coeur exulta, s'illumina mon foie; s'éclairaient mes traits et je m'employai à mobiliser des travailleurs pour Shamash et Marduk, tenant le pic, portant la pelle, transportant le couffin. Je les envoyai en masse refaire l'Ebabbar, le formidable temple, mon sanctuaire exalté. Des spécialistes inspectèrent l'endroit où se rencontrait le téménos pour en comprendre la décoration.

En un mois favorable, en un jour propice, de l'Ebabbar, le temple de dilection de Shamash et d'Aya, le sanctuaire, leur divine demeure, la chambre de leur délices, en suivant l'ancienne décoration de Hammurabi. Je refis ce temple à l'antique et je décorai sa structure. Du lien du ciel et de la terre, son habitation de dilection , j'élevai le faite.

*J'achevai la construction de l'Ebabbar pour Shamash et Aya et je construisis sa voie d'accès (...).*⁷⁰

Ce qu'il n'avait encore accordé à aucun roi, mon grand seigneur, Shamash, me l'accorda, à moi, son dévot, et me le confia. Je refis bien l'Ebabbar à l'antique, pour mes seigneurs, Shamash et Aya, et je le restaurai. Je mis, sur une tablette d'albâtre, l'inscription de l'antique roi Hammurabi que j'y avais lue avec la mienne et je la remplaçai à jamais."

Para a nossa reflexão preambular sobre o já antigo culto do passado e da sua recuperação, esta inscrição cuneiforme traduzida por arqueólogos franceses, vem revelar uma antiga tradição perpetuada e continuada até aos nossos dias começando pelo sentimento original do restaurador.

Sempre foi discurso a condição humana face à voragem do Tempo. A tragédia da existência que por mais gloriosa, acaba em pó. Como ultrapassar o Tempo, senão através dos grandes feitos perpetuados depois por memórias, edifícios, inscrições, monumentos, etc. Por outro lado, o honrado gesto, diria até piedoso gesto do restaurador, que com devoção e não sem amor, se preocupa em repor, mas com apegada fidelidade ao

⁷⁰ Krysztof Pomian, *De l'encyclopédie de Tlön*, 1983, pp.48-49

ícone: “...je refis bien l'Ebabbar à l'antique...”-como era! Deixando depois uma lápide comemorativa desse mesmo acto de piedosa e honrada devoção.

Essa lápide certamente elegante e preciosa, perdeu-se. Mas a inscrição prudentemente deixada na modesta fundação, flutuando acima de todas as vicissitudes, escapou ao voraz apetite de Cronos, o que consome tudo o que cria⁷¹.

Além do mais, parece que os povos Sumérios, Assírios e Babilónicos, já possuíam uma particular definição do Tempo: “*Pour désigner le futur le terme employé est warkatu, ce qui signifie en réalité, ce qui se trouve derrière le dos. Tandis que le terme qui signifie «dans le passé», «autrefois», pananu, derive d'une racine qui signifie «face», devant. Le futur étant «ce qui est derrière soi, tandis que le passé est ce qu'on a devant les yeux»*”⁷²

Esta observação deveras curiosa, está na origem de um dos mais extraordinários ícones da mitologia clássica, o Janus Bifrons, considerado como um dos deuses itálicos mais antigos.

⁷¹ A representação do deus Cronos é figurada por um velho, representando a longevidade e o tempo, que entretanto devora uma criança, seu filho, pois aquilo que o tempo cria o tempo consome. Cronos na mitologia grega era filho de Urano e de Gaia, é o mais joven dos Titãs. Surge por vezes como o rei da Idade do Ouro. Corresponde a Saturno na mitologia romana.

⁷² Elena Cassin, “Cycles du Temps et Cadres de l'espace en Mésopotamie ancienne”, em *Revue de Synthèse*, nº56, 1969, p.243 ; Jean-Jacques Glassner,(apresentação e tradução), *Chroniques Mésopotamiennes*, Ed. Les Belles Lettres, Paris, 1993, p.24.

A posição do observador é afinal o ponto de viragem entre o passado e futuro. Aquilo que se nos defronta, imediatamente se transforma em passado, no entanto, aquilo que é passado sendo recorrente pode ser futuro. Na raiz grega: *περίοδος* - significa também, viagem, distância, ou ainda percurso recorrente ou cíclico.

Para estes monarcas antigos a repetição dos gestos dos passados soberanos, é também afinal uma forma garantida de ir preservando e perpetuando o futuro. Até porque em termos políticos, desse passado decorria a sua legitimação e o seu próprio futuro como reis.

É no mínimo surpreendente o testemunho desta leitura, que contraposta com uma visão teológica egípcia. Apresenta-se com um arquétipo, repetido vezes sem conta ao longo de toda a história da humanidade. Resumindo afinal a atitude do grande príncipe esclarecido, que tem a visão temporal, ciente do seu papel numa ininterrupta cadeia, que procurará perpetuar e glorificar pelas obras do seu reinado - o paradigmático modelo retomado mais tarde por Plutarco, e consecutivamente repetido em panegíricos e elogios históricos.

Uma outra história extraordinária sobre o monumento, visto no sentido

como testemunho-relíquia, conta-nos Plutarco⁷³(46-119), na sua obra intitulada *Vidas Paralelas*, também conhecida por *Vidas dos Varões Ilustres*, na história da “*Vida de Teseu*”.

Plutarco descreve o episódio em que Teseu regressa vitorioso a Atenas depois de ter enfrentado e vencido o Minotauro, que representava a submissão a Creta. O momento é de evidente entusiasmo e no regresso a Atenas, Teseu esqueceu-se de um pormenor fatal, trocar a vela negra com que partira, pela branca conforme combinado com seu pai Egeu, que o esperava em grande angústia. Egeu em Atenas, no seu palácio sobre a falésia, perscrutava o horizonte na ânsia de conhecer o desenlace do

⁷³ Plutarco, autor grego do II século da nossa era, natural de Chaeronea, situada na fronteira norte da Beócia, descendente de família reconhecida pelos méritos de saber, estudou em Delfos sob a direcção de Amonius onde se familiarizou com a filosofia e matemática. Reconhecido publicamente pelos seus conterrâneos como distinta personalidade apesar da sua juventude, foi presente a Roma em sua representação, desincumbindo-se com mérito e vantagens para os seus concidadãos. Viajou pelos grandes centros de saber do mediterrâneo, nomeadamente o Egipto e a Grécia, estabelecendo-se em Roma, onde abriu uma escola, cujo sucesso deveu-se à sua reputação. Teve a admiração do Imperador Trajano que o nomeou Consul e ainda governador de Illyricum. Após a morte do seu benfeitor retirou-se para a sua terra natal fazendo uma vida tranquila e retirada. Aí dedicou-se à sua obra literária mais conhecida *As Vidas dos Homens Ilustres* ou *Vidas Paralelas*. Na sua terra veio a falecer em idade avançada pelos anos de 140 DC. Referimo-nos à célebre tradução em francês de toda a obra, de Jacques Amyot editada pela primeira vez em 1559, mas na sua edição in-folio em dois volumes de 1645 de Paris. Durante o século XV era acessível a obra através da versão Latina de Guarino e outros. Vinte e seis vidas foram vertidas para o italiano por B.Jaconello em 1482, oito para alemão por H.Boner em 1534 e o resto em 1541. Afonso de Palencia traduziu a obra em 1491. Em francês traduziram-se quatro das vidas em 1530 por Lazare de Baïf, oito por George de Selve, Bispo de Lavaur e outras por Arnault Chandon que continuou Selve, mas seria ultrapassado por um notável humanista e tradutor. Jacques Amyot em 1559 lançou a sua versão completa que viria a durar até ao século XIX. A versão inglesa de Thomas North de 1579 teve enorme influência em Shakespeare. Plutarco é um dos clássicos mais lidos e inspiradores do século XV ao XVII.

combate de Teseu. Ao ver ao longe a vela negra convenceu-se que o filho se perdera e de desgosto, saltou para o vazou.

Segundo Plutarco foi daqui em diante este mar chamado de Egeu.

Este preâmbulo à história que nos interessa, revela-se de grande importância, pois dá-nos bem a ideia de quão remoto no tempo se coloca a notícia que segue. Aliás, o mesmo autor inicia a sua obra com as vidas dos gregos ilustres de que Teseu é justamente o primeiro. Situamo-nos pois num limiar mitológico.

Teseu apesar da tragédia sucedida, é recebido pelos Atenienses em verdadeiro herói, pois libertara o jugo de Creta sobre os Atenienses. O barco em que regressara, convertido em monumento, símbolo da liberdade vitoriosa, é levado para o santuário de Olímpia e aí venerado.

Passando o tempo, o barco construído em madeira, fora da água salgada e sujeito às intempéries, foi apodrecendo.

Venerado como monumento e relíquia sagrada, o zelo dos sacerdotes levou a que fosse reparado permanentemente, substituindo-se as tábuas apodrecidas por outras novas. Assim foram procedendo ao longo do tempo até praticamente reconstruírem a totalidade do barco. Só que entretanto estalou uma crise de fé no santuário.

Os mais velhos acreditavam na veracidade incontestada de que estavam perante o barco de Teseu. Os mais novos, certamente incrédulos perante um barco com a madeira toda fresca, não se convenciam que fosse aquele o célebre e venerado barco de Teseu. Ao fim de certo tempo acabou sendo retirado do santuário, des-sacralizado pela aplicação nova do material de que se compunha.

O seu aspecto efectivamente já não coincidia com o símbolo, e até o punha em causa.

Deverá ser porventura o mais antigo testemunho que se conhece sobre a noção da integridade de um monumento e que afinal está na base mesma do seu valor. Ao substituir-se a matéria original perdeu-se o monumento.

Este apontamento de Plutarco, escrito no século II da nossa era, é uma reflexão que já decorre de uma experiência e confronto entre originais e falsos, mas vem sublinhar o valor único e insubstituível de um monumento, de um original.

Note-se como testemunho do cerne deste argumento, poderemos referir esta mesma cisão como o antagonismo básico das teorias de Ruskin (1819-1900) e Viollet-Le-Duc (1814-1879). O primeiro, visando uma

integridade material e temporal, o segundo objectivando uma razão de unidade caracterizada pela sua unidade tectónica.

Noutro episódio, o mesmo autor a propósito da vida de Alexandre o Grande, refere que após a conquista da Pérsia, descobriu que o túmulo de Cyro tinha sido saqueado. Ofendido com a profanação daquela memória mandou perseguir os responsáveis e ordenou que fosse restaurado o túmulo, que ainda hoje existe. Impressionado com a inscrição traduzia para grego numa lápide: *"O man whoever you are and wherever you come from, for I know you will come, I am Cyrus who won the Persians their empire. Do not therefore grudge me this little earth that covers my body"*⁷⁴.

Ainda Plutarco, na vida de Péricles, justifica o grande talento do estadista, tendo por base três grandes virtudes, a qualidade oratória, que o faz apelidar de Olímpico, o interesse pelas belas obras e edificação pública com que embelezou a cidade de Atenas e por fim uma avisada governação tanto em tempo de paz como da guerra.

Descrevendo em pormenor os méritos das obras da acrópole que ornamentavam e ilustravam a cidade, conta-nos também a história de que foi acusado pelos seus opositores políticos, de gastar excessivamente em

⁷⁴ Cf.Plutarco, "Vida de Teseu" e também Jukka Jokilehto, *A History of Architectural Conservation*,1999,p.4.

obras públicas. Virando-se para o povo respondeu com uma pergunta geral - se aquela assembleia o considerava gastador? Ao que a assembleia lhe respondeu que o considerava até bastante gastador. Então reclamou para si a responsabilidade dos edifícios, dizendo que ficariam as obras a seu cargo pessoal e que nelas colocaria o seu nome. Aí o povo reconheceu que preferia ficar também associado à memória desses grandiosos monumentos que perpetuariam a sua largueza de visão e talento, honrando-os ao longo dos tempos.

Uma vez mais vem sublinhar a grande tradição da edificação como um dos supremos deveres do príncipe, o promotor e edificador da memória colectiva.

Demonstrando uma atitude comum a várias culturas na antiguidade, citaremos outro testemunho, do planalto iraniano. A poucos quilómetros da actual cidade de Kermanshah, existe um monumento levantada pelo soberano Sassanida Khosroés no século VI, nas grutas de Taq - I - Boustan. Foi colocado num local em que domina a vista na passagem da Mesopotâmia para o planalto iraniano, nitidamente para ser visto e conhecido. A entrada da gruta está marcada por pilastras

ornamentadas por rica decoração floral, sustentando um arco, ao centro estão representadas em alto relevo dois grupos escultóricos sobrepostos.

Em cima, três personagens, no centro o rei Khosroés, ladeado de dois personagens. Em baixo, o monarca a cavalo em pose bélica.

Na tradição Sassânida foi sempre reconhecido este monumento e desde o século X que a ele se referem muitas descrições por autores muçulmanos. Estas davam sempre a entender que os personagens que ladeavam o monarca, eram o seu general e o seu arquitecto.

Esta trilogia representada, não totalmente correcta do ponto de vista arqueológico moderno, mas assim mesmo reconhecida ao longo dos séculos, sublinha a hierarquia, e nos dá de certo modo a chave do conceito subjacente: o monarca, figura central, próximo da divindade e de onde lhe vem o direito de comando, faz as conquistas e cobre-se de glórias através do seu general, mas é através do arquitecto que edifica e que faz perdurar para a eternidade a sua memória e os gloriosos feitos militares do seu reinado.

Levantar edifícios para o engrandecimento das cidades e dos seus promotores era considerado na antiguidade, conforme vão demonstrando os vários exemplos, um papel digno do mais elevado monarca, porque

com a pedra desafiava o tempo e com a beleza associava a magnitude do seu carácter.

Mas apesar das imensas glórias, o Tempo, esse grande adversário a combater, o Cronos nivelador, tudo consumia e apagava, indiferente aos mais heróicos feitos ou grandiosos monumentos.

Recorda-nos a propósito o poema de Shelley (1792-1822) que em *Ozymandias* (1817-18) dá-nos bem conta dessa fantástica luta inglória contra a voragem do Tempo, a que nem sequer os mais míticos monarcas da antiguidade conseguiram sobreviver. Por outro lado ilustra o estímulo das arqueologias e ruínas em longínquas e míticas paragens que entretanto estavam em voga:

*I met a traveller from an antique land
Who said: To vast and trunkless legs of stone
Stand in the desert. Near them, on the sand,
Half sunk, a shattered visage lies, whose frown,
And wrinkled lip, and sneer of cold command,
Tell that its sculptor well those passions read
Which yet survive, stamped on these lifeless things,
The hand that mocked them, and the heart that fed;*

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

**UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO
NACIONAL**

And on the pedestal these words appear:

'My name is Ozymandias, king of kings:

look on my works, ye Mighty, and despair!

Nothing besides remains. Round the decay

Of that colossal wreck, boundless and bare

The lone and level sands stretch far away.

2: O “*Museion*”

Originalmente o “*museion*” era o templo das Musas e depois o espaço dedicado ao culto das Musas. As Musas na mitologia grega representavam no início as Ninfas das fontes, depois deusas do canto em geral e mais tarde interpretes também das várias formas de poesia, de artes e ciências.

Homero ora se refere a uma só ou a várias, sem no entanto especificar o seu número ou os seus nomes. Considera-as deusas que residindo no Olimpo, se ocupam de amenizar com doces canções ao som da lira de Apolo, as refeições dos deuses.

Hesíodo na sua *Teogonia*⁷⁵ define-as como as nove filhas de Zeus e Mnémossine. A primeira é Calíope, a da bela voz, que Hesíodo considera a mais nobre, a Musa da canção épica. Entre os seus atributos estão a tablete de cera e o respectivo estilete. Clio, a que enfatiza, a Musa da história, sendo um rolo de papiro o seu atributo. Euterpe, a Musa da canção lírica, com uma dupla flauta como símbolo. Thalia, a que floresce, Musa da comédia e da poesia bucólica, possuindo como atributo uma máscara cómica, uma grinalda de hera e uma vara de pastor. Melpomene, a que

⁷⁵ Hesíodo, *Teogonia*, cap. 52 e 76.

canta, Musa da tragédia, representada com uma máscara trágica, grinalda de hera e ocasionalmente os atributos de heróis individuais, como por exemplo a massa de Hércules ou uma espada. Terpsicore, a que se alegra com a dança, a Musa da dança, interpretada pela lira. Erato, a graciosa, Musa da poesia erótica, representada também por uma lira mas de menor dimensão. Polimnia (ou Poly-hymnia), a que é rica em hinos, a Musa mais religiosa e dedicada aos cânticos sagrados, representada sempre velada e meditativa. Urânia, a celestial, representava a Astronomia com o globo celestial.

Dá-se o caso de se representarem outras musas distintas destas. Melete, a meditação, Mnéme, a memória, Aoidé, o canto cujo culto teria sido introduzido próximo do monte Helicon por Trácios.

Para se compreender este culto religioso das Musas deverá entender-se as suas referências primárias. Parece assim, que teriam sido colonos Trácios a estabelecer aos pés do Olimpo e em Helicon na Beócia as origens deste culto, sendo portanto reconhecidos como seus primeiros adoradores. De facto estas zonas constituem-se por si os seus santuários originais. Os locais favoritos das Musas eram as fontes junto das quais teriam sido edificadas santuários e colocadas estátuas em sua honra. Em Castalia

próximo do monte Parnaso e Aganipe e Hipocrene ou Helicon, próximo das cidades de Ascra e Tespia. Depois do declínio de Ascra, os habitantes de Tespia dedicaram-se ao culto das Musas estabelecendo concursos em sua honra, realizados de cinco em cinco anos.

No entanto, havia outros locais de adoração das Musas na Grécia. Assim em Atenas ofereciam-se sacrifícios às Musas nas escolas, enquanto os Espartanos sacrificavam-lhes antes das batalhas.

Como inspiradoras Ninfas das nascentes eram frequentemente associadas com Dionísios. Apolo o deus dos poetas, frequentemente é reconhecido como o seu director, com o epíteto de Apolo “*Musagetes*” ou “*condutor*” das Musas, com quem trocam conhecimentos do passado, do presente e do futuro. Como seres que agradavam aos homens e aos deuses com as suas canções Hesíodo descreve-as no Olimpo com as Graças ou Carites⁷⁶ e Himeros⁷⁷. Eram representadas para as Artes como virgens de longas vestes. Os atributos das Musas acima referidos só tardiamente começaram a surgir.

⁷⁶ Deusas da Graça e de tudo o que tende à Beleza na natureza e na vida humana

⁷⁷ Personificação da vontade e do desejo, companheiro de Eros.

Os romanos desde logo as identificaram com as suas Camenae, Ninfas das fontes que profetizavam e intercediam aos nascimentos ⁷⁸. Chegaram a ter o seu próprio bosque sagrado em Roma junto da Porta Capena.

Interpretando o significado religioso destas divindades, que afinal espelham modos referenciais da natureza humana entender-se-á a importância do “*Museion*”, como fonte de saber, de prazer, de graça e de renascença. Compreende-se a analogia dos conceitos e o progressivo patrocínio das Musas no saber, na música e nas artes.

Neste contexto o “*Museion*” mais extraordinário da antiguidade foi o estabelecido pelo rei do Egipto Ptolomeu Philadelphus na primeira metade do século III AC, com a contribuição de Demetrius de Phalerus (350-280) e Straton de Lampsaque ⁷⁹(330-270), da escola de Aristóteles.

Ao Museion estabelecido deve-se uma contribuição inegável para a preservação e divulgação do pensamento, da literatura e das artes gregas. Foi definido como sendo um edifício sumptuoso e amplo, com todos os equipamentos e espaços adequados, um observatório, biblioteca, galeria de estátuas, etc.

⁷⁸ Os gregos deram o nome das Musas às suas poetisas mais notáveis: Praxilla, Moero, Anite, Erina, Telesilla, Corina, Nossis, Mirtis e Safo.

⁷⁹ Roland Schaar, *L'invention des Musées*, Gallimard, Paris, 199, p13..

Notáveis e eruditos eram mantidos nesse edifício as expensas do estado, para que sem preocupações de ordem material, pudessem dedicar-se inteiramente as suas obras de pesquisa e aos estudos. Mantinham-se sob a direcção de tutores que por sua vez estavam sujeitos ao sacerdote que provia ao culto das Musas.

Mesmo sob o Império Romano, quando o Egipto passou a província do Império, após a batalha de Actium, ainda continuou como um centro irradiante de saber, em particular das matemáticas e da astronomia.⁸⁰

O Imperador romano Caracalla (211-217) foi o primeiro responsável pela decadência da instituição ao retirar as pensões e começar a afastar os eruditos desse centro de saber, agravando-se a decadência até à sua destruição total durante as guerras civis do século III AD, durante o período do Imperador Aureliano.

Tem sido prática habitual nos estudos que se referem à origem dos museus iniciarem-se com referências ao renascimento, conferindo a esse período da História da Arte o início dos conceitos modernos de preservação dos objectos, o que não será totalmente verdade. Nessa época os primeiros humanistas denominavam o pequeno espaço dedicado às

⁸⁰ Estrabão, *Geografia*, ed. Loeb, p.794

colecções com a palavra *sacellum* que deixa entrever a sua etimologia associada à ascendência sacra do colecionismo, e é efectivamente com este nome que consta no caso do Palácio Real de Urbino⁸¹.

A sacralidade inicialmente associada aos objectos de arte e arquitectura, onde quer que se encontrem, é efectivamente considerada como o fundamento próprio do conceito de tutela.

Recordemos o famoso processo de Alcibíades (415 A.C.), por causa da destruição dos ermitérios e toda a legislação amplamente documentada dedicada à intangibilidade das muralhas e das portas. Na Magna Grécia conhecemos um episódio ao mesmo modo relevante, o do apelo dos habitantes de Siracusa aos Cartagineses em 408 A.C., para que estes não arrasassem a grandiosa cidade de Selinunte, uma vez tomada a cidade.

Este respeito pelas grandes obras monumentais do passado, evoluindo a partir de um conceito de sagrado será objectivamente reflectido mais tarde no Direito Romano que virá a herdar dos gregos a mesma atitude de veneração do monumental, substanciando este

⁸¹ Lugli, Adalgisa, *Naturalia e mirabilia*, Marzzotta, Milano, 1983, pp.56 e 57

argumento como “*signa, marmora et columnae*”⁸² não a considerando propriedade singular mas de pertença do colectivo, e portanto devendo ser tutelado, conservado e registado. Este conceito aqui expresso pela primeira vez só será claro depois da Revolução francesa, com Grégoire (1787-1831), e do estabelecimento do Direito Romano que conduziu ao reconhecimento do património nacional.

A relação de Roma com a herança patrimonial grega é ilustradora de outras continuidades que se virão a verificar.

Sabemos, por exemplo, que o sucesso do colecionismo de antiguidades em Roma, ainda em período Republicano, tinha já levantado o problema dos falsos.

⁸² *Codex Theodosio*, 15.1.14, citado por Cesary Kunderewictz, “La protection des monuments d’architecture antique dans le Code Théodosien”, em *Studi in Onore di Edoardo Volterra*, 4, Giuffré, Milano, 1971, pp.137-153.

Conta-nos Estrabão⁸³(27aC-14AD) que por ocasião da fundação por Júlio César (100-44aC) de uma colónia romana em Corinto, precisamente sobre a localização da velha cidade grega, abandonada e totalmente em ruínas, a descoberta de objectos antigos levou Roma a um grande entusiasmo colecionista: *“longtemps Corinthe resta déserte, c’est le dieu César qui, sensible aux avantages naturels du site, y installa une colonie en majeure partie composée d’affranchis. Ces nouveaux venus, en remuant les ruines et en retournant les tombeaux, découvrirent une foule d’objets céramiques modelés et beaucoup de bronzes. Admirant leur qualité, ils ne laissèrent aucun tombeau sans l’avoir inspecté, en sorte qu’ils s’en procurèrent un grand nombre, et, les vendant fort cher, ils remplirent Rome de Necrocorinthia. Ainsi nommèrent’ils les objets qui provenaient des tombes et en particulier les ceramiques. Au début on les estima beaucoup, tout autant que les bronzes*

⁸³ Estrabão, foi um geógrafo, natural de Amasia no Pontus. O seu nascimento situa-se por volta de 64 AC e supõe-se que venha a falecer cerca do ano 24 da nossa era.. Viveu alguns anos em Roma e viajou bastante. Ele próprio nos conta que esteve com o seu amigo Aelius Gallus no Egipto em 24 AC. Escreveu um trabalho histórico em 47 livros que entretanto se perdeu. Começava onde a história de Políbio acabava, e viria certamente até à batalha de Actium. Mas a obra que o imortalizou é a *Geografia*, (Γεωγραφία), em 17 livros, que chegaram intactos até nós, com excepção do sétimo do qual só possuímos uma forma abreviada. No terceiro livro dá-nos uma descrição da Península. A obra de Estrabão foi concebida para quem possuía uma preparada educação mas sobretudo aparentemente dirigida aos altos funcionários da administração. O seu trabalho apresenta um notável contraste com a *Geografia* de Ptolomeu e com a seca lista de nomes a qual se acrescenta qualquer referência, que forma a parte geográfica da *História Natural* de Plínio. A obra de Estrabão teve variados comentários e edição, desde a célebre de Paris, de Casaubon de 1620, *in-folio*, ou a de Amsterdão em dois volumes, também *in-folio*, de 1707. A mais recente e usada como obra de referência é da *Loeb Library* em 8 volumes, traduzida para inglês por H.L.Jones.

de Corinthe, ensuite la mode passa, les vases commencèrent à manquer et pour la plupart de mauvaise qualité.”⁸⁴

A beleza das peças, o seu valor artístico, levantaram também evidentes motivos para a sua procura. A paixão do coleccionismo como meio material de um certo modo de cultivar o passado, remonta também a períodos muito antigos, surgindo entre o tesouro do templo, os troféus e colecções pessoais, representando um forte veículo para se manifestar o culto da antiguidade.

Este interesse coleccionista estará na base do surgimento dos Museus privados que tendo como se verificou origens na Antiguidade, se desenvolveu como corolário de prestígio e ornamento do saber Renascentista. Prosseguirá na sua evolução para as colecções de curiosidades que se apelidarão vulgarmente de *Wunderkammer*. Virá a evoluir para um espaço de resguardo e apreciação, o “*Cabinet*” ou galeria, onde se reuniam, se conservavam, se apreciavam e se expunham, objectos raros, antiguidades e exemplares artísticos.

Com este modo tangente de lançar a mão do homem através das gerações e do Tempo, novas especulações filosóficas se construíram em

⁸⁴ Estrabão, *Geografia*, VIII, 6, 23

volta do tema da conquista da memória. O que chegou a levar Píndaro (520-446) a desafiar com a Poesia a pedra e o tijolo, considerando-a uma forma mais robusta de perpetuar a memória, defendendo a longevidade de um poema contra a pedra.

A beleza contida na imaterialidade do poema seria uma forma de perpetuar a memória. Sabemos bem quanto as lendas e histórias, perpetuadas como património oral se revelaram fontes de grande interesse arqueológico para confirmar factos. É bom exemplo e prova disto mesmo a obra historicamente atribuída a Homero, a *Ilíada* e a *Odisseia*, que as recentes investigações nos revelam como um provável conjunto de histórias, contos e relatos, que remontam até ao século IX AC. Em 1870, Heinrich Schlieman (1822-1890), ao escavar na Turquia a cerca de 5km da costa, uma colina entre Hissarlik e Alexandria Troas, veio a descobrir a mítica Tróia, provando afinal que grande parte desse conto encantador, se baseia efectivamente numa realidade histórica. Demonstrando também o antigo argumento de Píndaro.

Heródoto (484-432), apelidado muito justamente de “pai da *História*”, preocupou-se em defender do esquecimento, salvaguardando através da escrita, os factos que em si mesmo eram dignos de memória,



sendo que a sua preocupação de exactidão coincide com a sua consciência de registo face ao futuro. Ele próprio nos enuncia: *“Herodote de Thourioi expose ici ses recherches, pour empêcher que ce qu’ont fait les hommes avec le temps s’efface de la mémoire, et que de grands et merveilleux exploits accomplis tant par les Barbares que par les Grecs cessent d’être renommés.”*⁸⁵

Esta forma de registo iniciada por Heródoto, será retomada na forma e no espírito, apresentando-se também como legado. Heródoto constituiu o arquétipo de uma nova forma de monumento. Através desse registo torna-se possível reviver o momento, já difuso num longínquo passado. Torna-se então possível compreender as memórias, assim edificadas, cuja voz não é mais do que um sussurro de vento. Nestes termos o códice adquire um valor de chave dourada, aquela que abre no futuro, acontecimentos do distante passado.

No contexto da história moderna, muito contribuiu para a história do culto da Antiguidade, o fenómeno da apaixonada procura dos registos e códices que estão na base do renascimento. Os livros greco-latinos encontram-se efectivamente na fundação e expansão do movimento

⁸⁵ Heródoto, I,1.

humanista e tal como os monumentos arquitectónicos, testemunhos palpáveis desses períodos heróicos, constituíam-se em modelos.

Encontramos assim desde remota antiguidade uma preocupação constante e diversificada de todas as civilizações em “*memorizar*”, em estabelecer uma continuidade, uma ponte, espécie de diálogo com as gerações futuras. Mensagem deixada em volumosas construções, como as pirâmides e zigurates, santuários, complexos fortificados, arquitecturas de ornamento e lazer, estátuas, lápides, moedas, artefactos diversos, códices, documentos manuscritos, crónicas e também numa cultura oral e poética, que se mantinha viva através da permanente transmissão. Esta última forma pela sua imaterialidade, conseguia apesar de tudo resistir aos tempos levando os gregos a meditar desde muito cedo sobre este tipo de memória.

O culto da memória, desde a mais remota antiguidade que foi entendido como factor condicional de permanência e da transmissão do saber. Permitiu ao homem primitivo progredir da noite dos tempos às descobertas universais do mundo greco-latino. Apesar das profundas mudanças e de uma extensa dimensão tecnológica e material, o homem de hoje perpetua, tantas vezes sem o saber, modos de pensar, vidas e atitudes que testemunham séculos de uma cadeia milenar.

A ilusão da criação de um mundo ex-novo foi um mito que o século passado cultivou para se permitir manipular os factores que o conhecimento e a ciência iam individuando. Hoje, perante a complexidade e os resultados adversos de muitas engenharias, urge reencontrar os factores de continuidade que permitiram ao homem renascer ao longo dos tempos, num vocabulário ecuménico e no encontro de uma tradição-Mãe atraçoada, que se é verdadeiramente universal assenta justamente na sua intrínseca diversidade nacional.

Na Antiguidade, as limitações do homem, incutiram-lhe uma prudência, modéstia e reverência perante a vida, hoje foi varrida dos valores da modernidade pelas vitórias da Ciência. Nos testemunhos enunciados apercebemo-nos da lição antiga: a Memória é a pegada da passagem do humano, que no dizer de um epigrama da *Antologia Palatina*⁸⁶, “*não é mais do que um sopro!...*”.

⁸⁶ A *Antologia Palatina*, constitui-se por cerca de 3700 epigramas gregos descobertos em 1607 na Biblioteca Palatina de Heidelberg, ed.de F.M.Pontani, Einaudi,1978 e trad. Gualteri-Valechi, Firenze, 1973.

3: As Sete Maravilhas do Mundo Antigo

Na Antiguidade clássica a ideia de monumento, como espantosa realização ou grande arquétipo, era plenamente reconhecida, atestando disso mesmo as veneradas “*Sete Maravilhas do Mundo*”. Tratavam-se de sete conjuntos monumentais que o mundo antigo classificava como notáveis referências, fosse pela sua dimensão ou beleza. Julgamos não ser abusivo considerar esta selecção como a primeira lista do “património mundial”, entendido o universo como o mundo ptolemaico.

Procurando precisar os conceitos da época e segundo Peter Clayton e Martin Price⁸⁷, a expressão grega “*thaumata*” (maravilhas) não seria a original, pois efectivamente tratava-se de “*theamata*”, (θεαματα, coisas a serem vistas, espectáculo), no sentido de sublimes visões. A evolução das palavras teria conduzido a -“*thaumata*”(θαυματα, maravilhas, prodígios) - e assim ficou. A pertinência desta discussão filológica não coloca em causa o conceito, pois ainda vem sublinhar mais o grau de excepção que estes monumentos despertavam, ao colocarem-se como superlativos de excepção.

Heródoto deslumbrou-se com a civilização persa e seus monumentos, ficando completamente impressionado com os egípcios. De frente para as pirâmides de Gizeh, meditou sobre a capacidade do homem ter quase emparceirado com o poder da natureza ao erguer aquelas pirâmides cujo volume e massa é comparável a montanhas.

Supõe-se que a obra perdida de Calímaco de Cyrene (305-240AC), denominada *Colecção de várias maravilhas espalhadas em várias terras do mundo* teria sido o inspirador dessa primeira lista. A verdade é que a primeira referência é atribuída a Antipater de Sidon, cerca de um século depois de Calímaco, e referida num poema:

“contemplei as muralhas da inconquistável Babilónia, ao longo das quais os carros de guerra só podem contornar, e Zeus junto às margens do rio Alphaeus. Vi o Jardins Suspensos e o Colosso de Helios, as grandes montanhas levantadas pelo homem nas massiças pirâmides e o gigantesco túmulo de Mausolo. Mas quando olhei a sagrada casa de Artemisa que se ergue altivamente para as nuvens, os outros ficaram na sombra, pois até o próprio sol nunca contemplou um seu igual fora do Olympo⁸⁸”

⁸⁷ *The Seven Wonders of the Ancient World*, Edited by Peter Clayton & Martin Price, Routledge, N.Y,1988, p4

⁸⁸ Opus cit.p.12, tradução nossa do texto inglês.

Antipater de Sidon praticamente enunciou a totalidade da lista de monumentos que será consagrada mais tarde e composta pelo conjunto das Pirâmides de Gizé, Kéops, Kephren e Mikerinos, pelos Jardins suspensos da Babilónia, pela estátua de Zeus em Olímpia, pelo templo de Artemisa em Éfeso, pelo Mausoléu do Rei da Cária em Halicarnasso, pelo Colosso de Rhodes e pelo Farol de Alexandria. Permite-nos também colocar cronologicamente por volta do segundo século antes de Cristo, esta ideia de património monumental que será referida por vários prestigiados autores clássicos como Diodoro Sículo na *Biblioteca de História*, Heródoto na sua *História da Guerra do Peloponeso*, Manetho na *História do Egipto*, Pausanias na *Descrição da Grécia*, Philo nas *As sete vistas do Mundo*, Plínio Antigo na sua *História Natural*, Estrabão na sua *Geografia* e até Vitruvius nos seus *Dez Livros da Architectura*.

Estamos efectivamente perante um culto que inspirará em particular os Imperadores romanos, os príncipes do Renascimento, e todos aqueles que assumirem uma paternidade cultural na antiguidade clássica, conduzindo-os a não serem simples promotores, mas a procurarem extravazar a respectiva dimensão e limites de funcionalidade conferindo um grau de excepção no

refinamento estético ou na dimensão das edificações, e por outro lado o reconhecimento, exemplo e protecção das grandes obras do passado.

Aliás, este culto dos monumentos estendia-se também às antiguidades em geral e mesmo ao coleccionismo.

Dos povos da antiguidade que deixaram importantes testemunhos, tanto pela resistência à erosão nos monumentos, bem como à variedade e riqueza do espólio, destacam-se os egípcios. A sensibilidade às produções artísticas e a visão da sua interpretação pelos mais variados métodos e técnicas disponíveis no universo que os rodeava, veio a proporcionar uma efectiva imortalidade a este povo. Se quisermos associar em parte à religião a verdadeira origem deste culto pelos monumentos, poderemos mais facilmente compreender a razão, tratava-se de edificar para a divindade, de albergar o tesouro da cidade, um saque de guerra, perpetuar a memória de um defunto, levantar memória por ocasião de celebração, enobrecer a cidade e assim distingui-la das demais.

Os Faraós da XVIII dinastia empreenderam uma grande actividade construtora de templos e palácios, dando o exemplo aos grandes dignatários civis que possuíam também opulentas residências ao longo do Nilo, com profusão de ornamentos e extensos jardins. Toda esta

situação de grande bem-estar e conforto exigia uma poderosa produção de objectos artísticos, aos quais se juntavam a diversidade e riqueza dos espólios de conquista.

O Faraó, quando se fazia sepultar, acreditando na passagem para uma vida no além, onde os bens deste mundo poderiam vir a ser necessários, levava para o túmulo tudo o que necessitava em vida e particularmente os objectos de estimação e afeição pessoal. Os túmulos do Vale dos Reis mostram quanto os egípcios admiravam e cultivavam a arte nas suas mais diversas formas e com sentido de aperfeiçoamento, testemunhando já nesse tempo até de um sentimento de respeito e admiração pelo passado. Disso é prova as colecções de antiguidades que foram encontrados juntamente com os espólios dos Faraós, tratavam-se de objectos de reinados anteriores recolhidos com evidente interesse coleccionista.

Segundo Howard Carter, o túmulo de Tutankhamon era uma colecção de arte de vários períodos e de vários países, representava em suma uma colecção de objectos do Palácio do Faraó, cuja herança vinha-se acumulando ao longo do tempo. O Faraó Amenhotep III, também era colecionador e Thutmosis III, além do seu interesse pelas ciências naturais, possuía uma copiosa biblioteca.

Sir Leonard Woolley (1880-1960), investigando as tradições colecionistas dos egípcios conseguiu ainda remontar a maior antiguidade, à Mesopotâmia. Em Uruk, a Erech da Bíblia, na Ur dos Caldeus e em vários outros locais, encontrou as colecções hereditárias dos reis Sumérios, da Babilónia e da Síria. Em dado momento se dera início ao “Museu”, um local não propriamente religioso, mas onde se reuniam, conservavam e se expunham objectos raros, antiguidades e exemplares artísticos.

Foi sobretudo nas bibliotecas públicas dos Babilónios e Assírios que encontramos as mais ricas e mais remotas colecções da Antiguidade. Ao que parece a biblioteca de Assurbanípal, continha 30.000 tabletas de argila dedicadas à literatura, história, ciência e religiões da Mesopotâmia. Nela se encontravam cópias de antigas cabeças Sumérias, arquivos de templos, colecções de pássaros, vaticínios, preceitos morais, encantamentos, textos sobre medicina e direito. Todo este espólio só virá a encontrar paralelo no imenso monumento à Antiguidade que representou a Biblioteca de Alexandria, no período Helénico.

Alexandre e os seus generais utilizaram por sua vez os vários aspectos da cultura como modo de projectarem a sua fama, justificando

com essa atitude uma consciencialização do valor histórico do património .

Em Pella, Alexandre, movido pelo fascínio de pureza da antiga civilização ateniense, transformou-se num apaixonado colecionador de antiguidades. Assim os monarcas helenísticos passaram sistematicamente a recolher os vestígios e fragmentos da Idade Clássica. Scycione transformou-se no local por excelência dos antiquários. J.P.Mahaffy, (1839-1919) chegou a descrever esta cidade como uma Florença renascentista em Idade Helénica. Afirma ainda, que a partir deste momento nenhum rei ou satrapa deixaria de possuir a sua colecção de antiguidades. A geração dos Attalidas de Pergamo, dedicadíssimos à cultura e segundo Vitróvio, *“atraídos pelo prazer da ciência filológica, fundaram uma excelente biblioteca para o prazer do público”*. Esta reputada biblioteca possuía ainda vários monumentos artísticos. Foram estes reis dos primeiros que se conhecem terem feito escavações para recuperarem obras de arte de idades mais antigas.

Teria sido ainda no ambiente das suas bibliotecas que se forjaram os juízos estéticos herdados e propagados por Cícero (106aC-43 AD) e Quintiliano (35-96). Segundo Hauser (1892-1978), cabe o mérito a Attalo I ter sido o iniciador de uma colecção de obras famosas de arte antiga de

outros países, a primeira do género na antiguidade. Com todos estes estímulos, a procura de obras de arte e antiguidades, veio a criar um mercado florescente e permanentemente abastecido, nem que fosse com cópias. Na biblioteca de Pergamo contavam-se várias cópias de esculturas de Fídias. A própria cidade de Roma será inundada de cópias gregas.

Aliás, foi esta febre que acabou por salvar as grandes esculturas gregas do total desaparecimento, sendo entretanto perdidos os originais que frequentemente eram em bronze, sobreviveram essas cópias de mármore. Testemunho disso é o massiço lítico que se acumulava junto dos pés da estátua, desnecessário quando se tratava de uma escultura em bronze⁸⁹.

Com o retorno dos grandes generais republicanos que estiveram em campanhas pela Grécia e Ásia Menor, Roma viu chegar os primeiros ecos destas ideias bem em voga no mediterrâneo oriental, protagonizadas por espólios de guerra fabulosos dando expressão ao início do coleccionismo. A própria face urbana da cidade de Roma ia modificando-se com a iniciativa das fortunas privadas, edificando sumptuosas residências para conter algumas novidades tais como, bibliotecas, galerias de arte, esculturas e colecções variadas.

⁸⁹ Gisela M.A. Richter, *A Handbook of Greek Art*, Phaidon, London, 1959.

Lucullus (110-57aC), não hesitará a transportar até um obelisco egípcio para o seu jardim. Roma inspirou-se no modelo de Pergamo. A febre do coleccionismo atacou inclusive o austero Cícero, pois também ele não resistiu a essa paixão. Conhecem-se as suas cartas preocupado com as estátuas que encomendara, e mesmo invectivas contra a desmedida paixão do colecionismo que rapidamente se espalhou pelos romanos. Da Grécia e do Egipto, chegavam objectos de arte e esculturas de pedra e bronze para serem vorazmente disputados pelo patriciado romano. O gosto da ornamentação sumptuosa ia crescendo e Roma ia absorvendo cada vez mais todo este imenso património.

Plínio, escrevendo em 72, *“depois da conquista de Acaia, Mummió inundou toda a Roma de esculturas...os Luculus, também esses levaram um grande número de estátuas; ainda se podem ver cerca de 73.000 em Rhodes, segundo Muciano, que foi Consul por três vezes, supõe-se que outro tanto ainda se encontre em Atenas, Olímpia e Delfos”*.

O Imperador Augusto (31aC.-14AD), no seu *filo-helenismo* reformou a velha Roma etrusca, edificada no tufo cinzento denominada *“peperino”*, que se reconhece na maior parte das fundações dos forum, substituindo-o pelo mármore e travertino. A sua acção urbanística, expandida por todo o

mundo romano em virtude da Pax Augustea, foi o primeiro passo em direcção do grande arquétipo da cidade romana representada pelo forum com os seus edifícios religiosos e civis, os teatros e termas, as vias de comunicação e pontes, os portos de mar e faróis, etc. A Roma imperial começa a ser afeiçoada por Augusto, Nero (37-68), pelos Flávios, por Trajano (53-117) e Hadriano⁹⁰(76-138). Este último reconhecido como o Imperador-Arquitecto, para além de edificar extensamente, preocupou-se também em restaurar, o que nos interessa em particular.

A sua verdadeira veneração pelo passado, leva-nos a destacar algumas das suas intervenções mais conhecidas, como o Panteon, a cidade de Atenas e os Banhos de Cyrene na Judeia.

O Panteon teria sido edificado por Marco Vespasiano Agrippa, genro de Augusto, e associado ao culto da gens-Julia. Foi destruído pelo fogo no ano 80. Hadriano restaurou o edifício e em lugar de colocar o seu nome, como era habitual e seu privilégio, manteve o do fundador. Esta atitude tão

⁹⁰ Paul MacKendrick, *The Mute Stones Speak- The Story of Archaeology in Italy*, WW Norton & Company, NY-London, 1983, 2ªEd.; Axel Boethius, *Etruscan and Early Roman Architecture*, The Pelican History of Art, 1978, J.B.Ward Perkins, *Roman Imperial Architecture*, The Pelican History of Art, 1983; D.S. Robertson, *Greek and Roman Architecture*, Cambridge University Press, 1988; W.J. Anderson & R.Phené Spiers, *The Architecture of Greece & Rome*, Batsford, London, 1907; W.J.Anderson, R. Phené Spiers & Thomas Ashby, Batsford, London,1927; James Steele, *Hellenistic Architecture in Asia Minor*, Academy Editions, N.Y.,1992; Sir Banister Fletcher, *A History of Architecture on the comparative method*, Batsford, 12ªEd., London, 1945; Paul Zanker, *Il Foro di Augusto*, Fratelli Palombi Editori, Roma 1984; Stewart Perowne, *Hadrian*, Hodder and Stoughton, London, 1960; Mary Taliaferro Boatwright, *Hadrian and the City of Rome*, Princeton University Press, 1987; Roberto Vighi, *The Pantheon*, Tipografia Artistica Editrice, Roma 1960.

discreta, embora referida na *História Augusta*, permaneceu praticamente desconhecida até 1892, quando um arquitecto francês denominado Georges Chedanne (1861-1940), investigando a construção, encontrou nos selos dos tijolo a datação do tempo de Hadriano.

Um outro cuidado ocorreu com a expansão da cidade de Atenas onde, para preservar a diferença entre a cidade antiga e a nova, foi levantado como separação, um arco triunfal. De um lado pode-se ler a inscrição “*Esta é a cidade de Teseu, a cidade antiga*”, do lado oposto, “*Esta é de Hadriano e não a cidade de Teseu*”.

Em Cyrene na Judeia, após a revolta dos Judeus, muitos edifícios ficaram destruídos e reduzidos a escombros. Hadriano preocupou-se com a reconstrução, mas sempre no seu modo particular de preservar a memória. No complexo dos Banhos existe ainda uma lápide com uma inscrição latina que diz o seguinte: “*o Imperador Trajano Hadriano César, filho do divino Trajano, o Parthiano sobrinho do divino Nerva Augusto, Maximo Pontífice, detentor no terceiro mandato do seu poder Tribunício, três vezes Consul, mandou (ordenou) restaurar os Banhos para a cidade de Cyrene com todos os pórticos e salões,*

bem como edifícios anexos, que foram destruídos e queimados durante a revolta dos judeus⁹¹”.

Na sua vila de Tívoli, Hadriano construía imensamente, num quase “*museu de arquitectura do Império*”, ao ar livre, reunindo as escolas de arquitectura mais austeras com as mais ornamentadas, instalando as antiguidades que ia recolhendo nas suas viagens, estátuas, objectos, manuscritos, etc.

Mas a sua preocupação com os monumentos do passado levou-o também a fazer decretos, tal como o que proibía por todo o império a demolição de edifícios com o propósito de se lhe retirar os materiais para reutilização noutra cidade. Ou ainda o pacote legislativo do *Senatus Consultus Acilianum* de 122 que reforçava as leis anti-demolição, proibindo a recolha de materiais dos edifícios antigos, mas também de simples desmantelamento, por razões de lucro.

A sofisticação legislativa ia tão longe quanto a não permitir que se deixasse em testamento peças de um edifício, tais como colunas, ornamentos, etc. Conhece-se até uma carta do dia 1 de Março de 127, que Hadriano dirigiu aos cidadãos de Stratonicaeia-Hadrianopolis, na Lycia, a

⁹¹ S.Perowne, Opus cit. p13 ilustração após p136

qual ordenava a Tiberius Claudius Socrates que fizesse reparações na sua casa ou então seriam os cidadãos a intervir, por forma a recupera-la do estado de decadência motivado pela idade e abandono. Tratava-se de não permitir o decaimento da imagem da cidade e bem demonstrativa do interesse pessoal do Imperador pela arquitectura e pelos monumentos.⁹² Embora já desde Augusto tinham sido criados os *curatores aedium sacrarum locorumque publicorum, curatores viarum*.

Tratavam-se de membros de dignidade consular com designadas incumbências de conservação e preservação da propriedade dos templos. Mesmo assim o Imperador Hadriano, chamava a si muitas destas incumbências como se demonstra pela necessidade da sua autorização pessoal para restaurar os altares e templos do culto Imperial.

Entende-se o fascínio destas culturas num Imperador interessado e culto como Hadriano, que viveu 18 anos em permanente deslocação pelo Império, absorvendo sobretudo a riquíssima corrente da filosofia helenística da Escola de Alexandria.

Compreende-se, pois, que a imensa herança da romanidade, que fez do mar mediterrâneo um lago, tenha divulgado e uniformizado uma

⁹² M.T.Boatwright, Op. cit. p.23

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

***UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO
NACIONAL***

cultura através de uma linguagem - o latim - igualmente através do modelo urbano e jurídico, mas sobretudo através do imenso edificado.

4: Antiguidade Tardia e Europa Medieval

Constantino em 312, após a vitória na ponte Milvio, atravessou Roma em triunfo sob bandeira Cristã. Logo em 324, com o afastamento de Licinius (308-324), ficou único senhor do Império, e no ano seguinte após o conselho dos Bispos em Niceia, o Cristianismo foi estabelecido como a religião do Império. Esta decisão trouxe consigo também consequências para o património monumental. Muitos templos foram desmontados ou convertidos à nova religião, efectuaram-se aproveitamentos de monumentos e de partes de edifícios que chegaram até a ser trasladados para a capital do Império Romano do Oriente.

Em 382 os patrimónios dos templos foram colocados à disposição do fisco, e em 391, Teodósio (346-395) proibiu a celebração religiosa. Este aspecto que atingiu a herança edificada, não se circunscreveu a Roma, vindo a afectar todo o património cultural da romanidade com a progressão da conversão das províncias do Império ao Cristianismo. As antigas divindades e os templos foram destruídos, ou por decreto ou por simples atitude iconoclasta.

Pelo século VI, Gregório o Grande (540-604) perante as atitudes iconoclastas que iam transformando em ruína um imenso património defendia: *“não destruam os templos pagãos, mas tão somente os ídolos que aí se encontram. Para o monumento, abençoai com água benta, levantai nele altares e colocai nele relíquias”*⁹³.

Deverá ainda ter-se em conta as várias crises do poder imperial e revoltas que naturalmente não deixariam de fazer os seus estragos no património construído.

Foi uma longa sobrevivência, feita de conversões e heresias, de sublimações e condenações, de surpreendentes sacralizações e liminares autos-de-fé, a que conduziu desde os tempos paleo-cristãos a herança clássica greco-romana integrada na doutrina cristã.

Na verdade, os testemunhos pagãos ou gentios, como frequentemente eram denominados, surgiam inicialmente desprezados por razões evidentes, que reflectem afinal a condenação de Jesus Cristo e os diversos martírios. São os povos que desconhecem a Revelação.

Assim, os textos sagrados sobrepuseram-se a uma herança cultural, feita de uma extraordinária riqueza de testemunhos, a que se associavam

⁹³ Gregório o Grande, *Patrologie Latine*, LXXVI.

registos, crónicas, epistolários e repositórios de trovas e poesias, denominados cancioneiros. Tudo o mais eram profanos que contradiziam e inquinavam o pensamento da Bíblia e dos Evangelhos. O pensamento prosseguiu sob a forma de interpretação dos textos sagrados instalando-se uma visão do universo exclusivista. Os restos da cultura clássica antiga foram colocados fora desta visão e simplesmente esquecidos.

Vários autores consideram o declínio da cultura antiga já a partir do II século da nossa era. Não será correcto imputar ao Cristianismo a decadência do mundo romano antigo, mas a um amplo conjunto de factores, bem mais ligados a uma crise materialista do que a um fenómeno de misticismo.

Com efeito o escol filosófico e literário da República ou ainda do início do Império não será renovado, exceptuando alguns fenómenos pontuais, cujo alcance se entende mais numa filiação à cultura e pensamento grego, do que ao pragmatismo civil romano.

Progredia a decadência nas classes mais desafogadas de Roma, outrora isentas e pujantes culturalmente, comprazendo-se em manipulações culturais e monopólios ideológicos, afogados num contentamento cada vez mais materialista. Rodando entre a perversão política, apoiada na

retórica, e nos interesses particulares das famílias mais potentes, com grave prejuízo para o ensino, o Império evoluiu para a cisão, separando-se o universo latino do mundo grego⁹⁴.

Esta divisão apresentava-se como agravante porquanto somente uma parte do pensamento grego era divulgado e traduzido. De facto, o Cristianismo está ausente das transformações operadas no início do Império, com a tirania da retórica ou com a redução das versões dos textos clássicos greco-latinos.

A fórmula de recuperação e interpretação dos autores pagãos só virá a efectuar-se a partir do IV século, e apesar de tudo não tratou todos de modo igual, como veremos adiante.

Se por um lado evidenciará alguns autores, como próximos da doutrina da Igreja, inclusive tratando outros como profetas⁹⁵, haverá muitos que permanecerão quase totalmente sepultados, sendo objecto de uma arqueologia humanística que virá despertar *renascimentos* diversos, até desabrochar completamente a partir de Itália por meados do século XV.

⁹⁴ Esta tese é largamente desenvolvida por Gaston Boissier na sua interessante e obra fundamental, *La Fin du Paganisme*, Paris, 1891.

⁹⁵ Constantino o Grande, Imperador romano que dedicou o Império ao culto Cristão, sustentava que o poeta Virgílio, autor do I século e contemporâneo de Augusto, profetizava a vinda do Salvador na IV *Écloga*, dedicada a Polião, quando se refere ao nascimento de uma criança, que descendo dos céus, virá iniciar uma nova idade do ouro e um novo reino de Apolo.

A mudança operada pela separação do Império, coincide sensivelmente com o triunfo do Cristianismo no mundo romano, testemunhando o ocaso da civilização, criada na cultura do paganismo. Á pax romana augustea, e à capitalização de Roma, como cabeça de todo o Império, caldeirão de todas as culturas, teologias e ideias de que era a união, sucedera uma unidade provincial que a partir deste novo momento passaria a evoluir de forma cada vez mais individual e dispersante. Oriente e Ocidente, outrora unidos nessa grande capital, ficam definitivamente separados no universo mediterrâneo.

É neste contexto que a influência da Igreja Ocidental se apresenta preponderante tanto nas letras como na filosofia, atacando o paganismo agonizante. Quanto mais o cristianismo ia ganhando adeptos nas classes superiores da sociedade, mais se tornavam difíceis os argumentos do debate.

A tese cristã via-se necessariamente envolvida nas várias doutrinas contra as quais se manifestava, apoiando-se numas para combater outras, á medida que a discussão evoluía das classes menos cultas para as mais preparadas.

Evidentemente que as fórmulas apologéticas não excluía as mesmas elaborações e subtilezas de tom, como forma de ganhar cada vez mais adeptos, ao aproveitar as formas já conhecidas.

É por este modo que Minucius Félix recorre a Cícero para construir o seu *Octavius*, iniciando assim uma tradição de imitatio formal que Santo Ambrósio no seu tratado levará ainda mais longe, fazendo convergir e harmonizar imperativos da moral cristã com pensamentos da moral estóica.

Disso é exemplo Prudêncio (348-405) fazendo o transporte do mundo dos infernos pagão, com a sua geografia, para mais facilmente exaltar a Revelação.

S. Justino (100-165) não utiliza com audácia Sócrates e Heráclito como “*meios-cristãos*” que beberam nos ensinamentos de Moisés e nos outros profetas? Assim compreende-se então a capa de doutrina profana que serviu de protecção a vários discípulos quando se desencadeou uma reacção anti-cristã, sob o Imperador Juliano.

Todos estes conceitos e processos conduziram a que por finais do IV século a erradicação da cultura pagã significaria por arrasto o da cristã, que nela encontrara uma forma de demonstração e sustento iconológico.

Apesar de S. Jerónimo (347-420) lançar o anátema sobre Roma e suas mentiras, ele próprio não deixará de se servir também dessa cultura para edificar os seus argumentos, justificando-se através da epístola, *Ad Magnum oratorem Urbis Romae*.

Respaldando-se no argumento de que, tal como Moisés estudara a ciência dos egípcios, tal como Salomão a praticara, também S. Paulo citava poetas profanos do mesmo modo que David se servira da espada de Golias... Daqui decorria que um Cristão pode servir-se do conhecimento profano para defender a sua Fé.

S. Jerónimo, precisando o seu pensamento, aprofunda no *Deutoronómio* o argumento ou seja, define a fórmula que autoriza a restauração: “*Um Israelita poderá desposar uma prisioneira quando nesta forem rapados os seus cabelos, cortadas as unhas e despojada das suas vestes de cativa*”.

Será então compreensível o paralelo, que pela mesma forma um cristão só poderá servir-se das obras pagãs, depois de serem purificadas das suas máculas.

Esta será a fórmula que durante toda a idade média permitirá sacralizar o profano, e constituirá a única via de sobrevivência para a cultura greco-latina e seus testemunhos, em particular os edifícios. Será também

curioso o retorno deste argumento no âmbito das teorias tridentinas de um Cesare Baronio, e do triunfo das antiguidades paleo-cristãs.

Em resumo, S. Jerónimo aconselha com pragmatismo a reutilização dos meios, sem atenção aos conteúdos. Ele próprio formado nessa cultura antiga que renunciará, não deixará todavia, no final da sua vida, de ensinar a ler Virgílio às crianças de Belém, simpatizando mais com os copistas do epistolário ciceroniano do que os das obras religiosas, se tivermos em conta de testemunho a *Apologia* de Rufino de Aquileia⁹⁶.

Esta interpretação acabou por fazer escola em S. Justino e Lactâncio (260-330), mas foi S. Agostinho que acabou por construir uma doutrina mais versátil e liberal. Ele próprio representa essa classe de cristãos mais cultivada confrontada com o dilema que se colocava entre o rigor e pureza religiosa e o prazer das letras. Fazendo a sua recreação na leitura da *Eneida*, utiliza frequentemente Virgílio na sua *Cidade de Deus*, facto de que se penitenciará, inclusive de ter tratado “*as musas*” como divindades! Também não ficará alheio à IV *Écloga* do Mantuano, considerando-a como profecia cristã.

⁹⁶ Antagonista de S. Jerónimo, acusado de *origenismo*, traduziu muitos textos patrísticos.

Este aspecto virá a constituir para a obra de Virgílio a garantia da permanência da sua leitura e da unidade literária⁹⁷, do mesmo modo que a conversão do Panteon em Roma a Igreja, veio a preservar a sua unidade construtiva, defendida de atentados à sua natureza edificada, até ao episódio Barberino.

Entende-se alguma diferença para S. Jerónimo, inclusive para a sua doutrina, neste caso, demonstra-se mais consistente e profunda: tudo não é mentira ou simples ornamento nas obras dos *gentios*, não se deve desdenhar os fragmentos de verdade que neles se encontra.

Quando por exemplo se recolhem ensinamentos nas teorias platónicas, próximas do cristianismo, não há que as desprezar, pois os profanos são simplesmente os indignos detentores. Não se serviram os israelitas á saída do Egipto dos objectos preciosos com que vieram a edificar o tabernáculo?

S. Agostinho indo mais longe, declara que terá sido na influência da leitura do *Hortensius* de Cícero que sentiu o seu primeiro impulso de espiritualidade para Deus. Aliás também desta confissão partilhava S. Ambrósio, harmonizando no seu tratado, os imperativos da moral cristã

⁹⁷ Em todas as Bibliotecas religiosas a presença de Virgílio ou vulgo “Mantovano” encontrava-se muitas

com a moral estóica, compôs a epístola *De officiis ministrorum* na nítida “*imitatio*” do *De Officiis* de Cícero.

As teses de S. Jerónimo e S. Agostinho, embora como se compreendem algo diferentes, convergiram no entanto a uma fórmula comum: seria permitido e até recomendável, a utilização de certos textos e autores profanos, desde que sacralizados, isto é, postos ao serviço da santa religião.

Mas na realidade estes preceitos dirigiam-se somente á filosofia, á poesia e á eloquência. De fora ficava a história cujo sentido factual e literal, não dava campo ás interpretações.

Haveria algum historiador que de qualquer modo não fosse um apologista dos séculos profanos?

Não eram Tito-Lívio, nem Salústio, nem César, que serviam de argumento para uma historiografia cristã, haveria que edificar obra nova. E foi assim que na esteira de S. Agostinho, Orósio tomou essa tarefa, na obra *Sete Livros contra os Pagãos*. Os seus textos tiveram uma grande difusão durante os dez séculos seguintes, sendo o título várias vezes alterado. Estabelecendo um modelo de percurso cronológico, desfolhava uma perspectiva para o passado:

vezes como única obra não religiosa; “A Ordem de S.Jerónimo em Portugal”, Biblioteca Breve.

Os seis primeiros livros vão do Dilúvio ao nascimento de Jesus Cristo, tratando da história dos Persas, Gregos, Cartagineses e Romanos. O sétimo livro regista o essencial dos quatro primeiros séculos da era cristã. Formando a sua demonstração histórica nos quatro primeiros impérios, não atribui a todos a mesma importância, destacando principalmente Babilónia e Roma, a Macedónia de Alexandre e Cartago limitam-se a preencher o espaço temporal que medeia. Retomando a fórmula quaternária patente no ideário antigo, considera quatro monarquias, a que correspondem as quatro regiões do mundo, tese que perdurará por toda a idade média.

Orósio foi um pai conceptual e geográfico para Dante que nesse autor também se inspirou para a construção da sua famosa obra *Divina Comédia* que veio a ter extensa divulgação.

De certo modo teremos que ver uma apreciável dose de modernidade na análise histórica de Orósio (385-420), afinal a multiplicidade de conflitos e desordens na sequência da tomada de Roma por Alarico, não eram menores no tempo do paganismo. De resto as grandes privações e sacrifícios lançados no mundo, não passavam antes e depois da Redenção, de castigos e desafios lançados pela Providência.

Esta tese já era defendida antes por Minutius Felix no *Octavius*, e desenhava-se também na obra de Diodoro da Sicília (90-21). Para Orósio, nada acontecia sem a vontade de Deus, estando a evolução da humanidade ordenada por um destino onde convergiam todos os factos, felizes e infelizes.

Abrindo assim o novo modelo cristão da História, tudo passaria a ser explicável nesta engenhosa dialéctica, tanto as vitórias de Roma pagã, como as maiores virtudes se demonstravam pela intervenção divina. Compreenderiam-se todos os reinos da Terra, como precedência e preparação para a Revelação, para o que o discurso de Orósio, nos tinha introduzido com a sua sequência dos reinos entre si. Buscando em vários autores antigos, Trogo Pompeu, Tito Lívio, César, Tácito, Suétónio e Eutrópio, lugares históricos que se enquadrassem na sua tese.

Deste modo a fórmula Orosiana veio a enquadrar-se com a doutrina de S. Agostinho, e progressivamente a lógica do argumento se aplicou á própria cidade romana, que materializa este pensamento quando restaurada pela cristandade.

A cidade romana, saqueada e maltratada pelos primeiros cristãos, acabou sendo também convertida no destino histórico Orosiano, e

como tal a sua permanência longe de constituir um acto de profanação ia até ao encontro de um desígnio sagrado. Com a mesma doutrina que se evocava para a literatura e filosofia dos pagãos, esta “reabilitação”, “*instauratio*” da cidade, permitiria invocar até com orgulho o passado imperial que lançara o novo destino.

Por este modo foram sobrevivendo e passando muitos dos conhecimentos e edifícios do mundo antigo pagão, a um destino cristão, todavia essa passagem foi demorada e não se efectuou sem grandes perdas e convulsões.

O reino de Teodorico (454-526), veio acrescentar a este estado doutrinal um momento alto antecedente. O chefe bárbaro era grande admirador da civilização romana, e preocupou-se bastante com a salvaguarda do que restava, dedicando-se ao restauro de edifícios e estruturas sobreviventes que necessitavam de reparações. Consolidou as instituições romanas, protegeu a cultura antiga, e rodeou-se dum patriciado á forma romana. A sua actividade como restaurador de edifícios, só igualada no período dos Césares, conduziu a uma verdadeira política de

renovação urbana, defendida por leis severas, e muitas vezes feitas com a generosidade da sua própria bolsa.⁹⁸

Todavia, o declínio cultural dos grandes centros outrora pujantes, ia isolando a península itálica como último reduto, e mesmo assim já muito decadente dessa pródiga Antiguidade.

O aproveitamento dos autores e até da mitologia pagã fazia-se com a maior indiferença em relação aos conteúdos, servindo mais as imagens ainda confusamente sobreviventes nas mitologias populares.

Só assim se entendem as extravagâncias de Ennodius (474-521), Bispo de Pavia a partir de 510, que é o conhecido autor de 150 obras pagãs e 21 sagradas, e ainda de colocar as Parcas da mitologia clássica junto de Jesus Cristo! Outra licença atrevida é atribuída ao Bispo Avitus, que chegou a colocar expressões pagãs na boca de Deus falando com Moisés!

Representam efectivamente os sinais de mudança de que os desmantelamentos das grandes estruturas, para se utilizarem as colunas viria a dar lugar à própria conversão da totalidade dos espaços, convertidos e adaptados às novas funções.

⁹⁸ Theodor Hodgkin, *Theodoric the Goth, the barbarian champion of civilization*, 1891.

Mas os mais destacados personagens desta época são Boécio, Cassiodoro e Fulgêncio, porque legaram ao cristianismo medieval um método de interpretação que acabaria por conduzir a uma eclosão fortunada.

Estes três autores interpretaram segundo as suas fórmulas e tendências os vestígios do património clássico, construindo um novo património a partir de uma nova fusão.

Assim, não ilustram o reencontro com o mundo antigo, mas destacam-se como os pais espirituais da primeira Idade Média europeia.

Numa carta a Teodorico, atribuída a Boécio (480-525), mas cujo autor parece ser verdadeiramente Cassiodoro (490-585), ele dá-nos a ideia dos interesses do seu destinatário. Nela se fala de Música, Astronomia, Aritmética, Geometria, Mecânica, Lógica e Teologia, abordando enfim o amplo leque dos conhecimentos. Nessa carta afirma-se que Boécio revelaria aos latinos: ...”*Pythagoras Musicus, Ptolomeus Astronomus..., Nicomachus Arithmeticus, Geometricus Euclides..., Plato Theologus, Aristoteles Logicus..., Mechanicum etiam Archimedes*”...”⁹⁹

⁹⁹ A.Jourdain, *Recherches critiques sur l'age et l'origine des traductions latines d'Aristote*, Paris, 1843, p.54.

Colocando assim sem regra e em bloco, uma massa de conhecimentos que representam o importante legado de Boécio, que afinal tornará acessível aos latinos da primeira idade-média a filosofia de Aristóteles e de Platão. A forma truncada com que abordou a tarefa teria dado origem não á reposição do pensamento neo-grego, mas a uma nova fórmula, a Escolástica.

Os seus comentários e versões, nomeadamente de Aristóteles, constituíram-se nos textos padrão para a idade-média. Neles perpassam de forma dispersa, doutrinas neo-platónicas, ideias estóicas, pitagóricas e cristãs, semeando com frequência o erro sobre o pensamento grego, mas apesar disso sempre ia contribuindo à sua sobrevivência através de um processo latente.

Esta transfiguração do verdadeiro pensamento antigo, fez de Boécio e da sua ampla obra, onde se distinguem os estudos e versões de Aristóteles, de Porfiro, de Cícero, sobre a música e matemática, uma paternidade para o pensamento da idade-média.

Cassiodoro, prosseguindo a doutrina de Sto. Agostinho, que frequentemente defendia, argumentava que Moisés tinha sido formado nas escolas e no conhecimento da ciência dos egípcios, e como tal o saber

lhe adviria dos pagãos, mas ele o convertera para iluminar os destinos do povo eleito do Senhor. Retomava assim uma formula de “restauro” conhecida.

Insiste na importância do conhecimento das obras pagãs frequentemente pela beleza e também por algumas verdades que nelas se encontra. O convento que formara no sul da Itália, na Calábria foi dos principais centros de copistas e de preservação dos autores antigos, tanto de obras poéticas, filosóficas e literárias, como até de obras científicas.

A sua postura mais pedagógica, conduziu a Europa a assumir a classificação das sete artes liberais, apesar de correntemente essa tarefa ser atribuída a Martianus Capela (sec.V).

Esta distinção entre “*Letras*” e “*Ciências*”, foi a base do seu ensinamento, conhecido sobretudo através da sua obra *De artibus ac disciplinis liberalium litterarum*. Cassiodoro já se aproxima dos sistemas e construções “*enciclopédicas*”, avolumando e classificando os grupos do conhecimento.

Fulgêncio (sec.VI), deslocado geograficamente no norte de África, na sua obra principal, o *De continentia vergiliana*, ampliando as teses de integração e conversão do conhecimento antigo vem abrir uma nova perspectiva na interpretação de Virgílio.

Na esteira também de uma leitura Orosiana vem consagrar a *Eneida* de Virgílio como um verdadeiro decalque da vida humana, fazendo corresponder os vários capítulos da obra, às fases da vida. Resumindo o seu pensamento, poderíamos afirmar que a linguagem de Virgílio se reduz ao seguinte: se entre tantas verdades estoicas, não tivesse optado pelo enunciado de alguns princípios epicurianos, não teria sido pagão, ora o conhecimento da verdade só é concedido aqueles sobre quem brilhou a luz da Revelação.

Desta forma, afastando o epicurismo pagão, o pensamento estoicista alinhava definitivamente pela doutrina cristã, mas mais ainda, era o iniciador da interpretação mística da mitologia e dos sistemas pagãos.

Estes três doutrinários, Boécio, Cassiodoro e Fulgêncio acabam por ser a arquitrave do pensamento medieval, que não sendo em si um renascimento do pensamento antigo, longe disso, conseguiu conservar de forma latente o potencial do conhecimento antigo, convertido ao serviço da doutrina cristã, e que dela virá a ressuscitar mais adiante.

Demonstra-se assim qual o mecanismo das ideias e a importância do veículo filológico como percurso para a “*instauratio*”. Numa primeira fase

limitada às “*Letras*” e depois, aberta às “*Ciências*”, para respeitar a divisão estabelecida por Cassiodoro.

Entre a queda do reino ostrogodo e a iconoclasta invasão lombarda, passando pelo curto domínio de Justiniano, a Itália ia permanecendo cada vez mais afastada da cultura clássica. Os estudos são abandonados e até ocorre serem severamente criticados, como se atribui por vezes até ao próprio Papa Gregório Magno, que apesar de tudo defendia claramente a reutilização dos templos: “*não destruam os templos pagãos, mas somente os ídolos que neles se encontrem. Quanto ao monumento, aspergi-o com água benta, nele levantai altares, e colocai relíquias*”¹⁰⁰. É este restauro que virá a preservar o Panteon em Roma, o monumento romano mais original que se conhece.

Pelos finais do século VI e inícios do VII poucas iniciativas se registam em prol dessa cultura moribunda, sendo de destacar todavia a fundação do mosteiro de Bobbio que com Monte-Cassino e S. Gall serão a partir do século XV verdadeiras minas de ouro para a descoberta de conhecimento antigo, aí preservado pelos monges copistas que continuaram a cultivar as línguas antigas.

¹⁰⁰ Patrologie Latine, LXXVII, 120.

Na península ibérica, o Bispo Isidoro de Sevilha¹⁰¹, na continuidade das antigas teses dos guias espirituais do IV e V século, utilizava os textos pagãos através de uma conversão canónica, explorando as teses de Boécio, mas mais sensível aos comentários fisiológicos da obra Aristotélica e Pliniana, que abordavam e desenvolviam teses de construção enciclopédica e de composição globalizante.

Ao fim e ao cabo tratava-se da passagem da Sagrada Escritura para o “*Livro da Natureza*”, segundo Sto. Agostinho, consolidando-se as interpretações alegórico-simbólicas do mundo natural, que na sua evolução darão origem aos Lapidários, Herbários e Bestiários que inspirados no *Physiologus* começarão a proliferar na cultura medieval a partir do VI século.

Isidoro de Sevilha, representa uma tendência peninsular e específica na tradição da patrística cristã, distinguindo-se em parte do cerne do pensamento Agostiniano, pelo seu “*enciclopedismo*”, recuperando através de um certo empirismo, por vezes ingénuo, a dimensão especificamente natural do homem e a sua profunda inserção na Criação.

Seguindo o pensamento de Allain de Lille (1120-1202), “*todas as criaturas do mundo são, para nós como um livro, uma pintura ou um espelho; são um sinal fiel da*

¹⁰¹ Jacques Fontaine, *Isidore de Séville et la culture classique dans l'Espagne visigothique*, Paris, ed.Études

nossa vida, da nossa morte, da nossa condição e do nosso destino.”¹⁰², o Bispo, não ignorando também a teorização de Orígenes (185-254), que fundamentava a doutrina dos quatro sentidos, o literal, o alegórico, o moral e o anagógico, tornava-se uma referência para a evolução do pensamento.

Nos comentários de Aristóteles desenhavam-se demonstrações que passavam pela leitura do universo natural, e que só poderiam ser canonizadas através de uma nova experiência convertida na doutrina cristã.

Isidoro de Sevilha será essa ligação, tornando-se a referência de respaldo para quantos, saindo do campo das ideias se aventuravam na análise da descrição e constituição do Mundo, tornando-se o autor referenciado por todos os que acalentavam preocupações naturalísticas interpretadas segundo um código sacral: *“os dias, os meses, os anos, a passagem do dia à noite, a sucessão das estações, o Sol, a Lua, são outras tantas imagens da salvação dos homens, do mal e do bem, de Cristo ou da Igreja. E os acontecimentos meteorológicos são outras manifestações do poder e dos desígnios de Deus.”*¹⁰³

Augustiniennes, 1959.

¹⁰² Allain de Lille, *Rythmus*, P.L.p.210, 579.

¹⁰³ José A. Aguiar de Castro, *O Simbolismo da Natureza em Santo António de Lisboa*, Univ.Católica Portuguesa, 1997, p.32.

Utilizando o método da “*analogia*” alexandrina, em que o macrocosmos se reflecte no microcosmo humano, numa proporcionalidade entre os quatro elementos, Ar, Terra, Água, Fogo, a visão de Isidoro de Sevilha será uma referência, particularmente peninsular, de leitura do universo natural numa abordagem de sentido espiritual, paralelo e complementar ao texto bíblico, e na leitura da natureza interpretada segundo uma etimologia e simbologia revelada.

Não será difícil entender o percurso que levará Hugo de S. Victor a considerar o mundo natural como um “*livro escrito pela mão de Deus*”, abordando a natureza numa perspectiva alegórico-simbólica. Afirmava a teofania manifestada através da Beleza patente e revelada na Criação: “*todos os objectos visíveis que são propostos pela significação das coisas invisíveis, instruem a nossa visão de modo simbólico, isto é, figurativo...Pois, de facto a beleza das coisas visíveis consiste na sua forma...a beleza visível é imagem da beleza invisível*”¹⁰⁴ Em resumo: «O Belo é o reflexo do Bem...»

Do século VI a meados do VIII, a herança clássica atravessou uma era verdadeiramente negra para os estudos, fixando-se numa diminuta braçada

¹⁰⁴ Patristica Latina, Hugo de S.Victor, p.175,978.

de autores, benzidos pela doutrina cristã e tolerados na medida em que deles se concluísse uma pedagogia doutrinária.

Destacam-se Cícero, Ovídio, Plínio Antigo, Virgílio, Horácio e Propércio (c.50-16), alguns gramáticos e retóricos como Donato e Prisciano e poucos mais. Na história situavam-se somente autores sacros como Sto. Agostinho e sobretudo Orósio.

Será no percurso que medeia o século VIII até ao século XIII que será feita uma recuperação dessa cultura antiga, complexamente truncada e dispersada, misturando esboços do pensamento helénico com patrística, e que virão colocar os termos do alvor dos estudos humanísticos. Só a partir desse novo tempo serão recuperados César, Tito-Lívio, Salústio, Tácito e Suetónio, Varrão, Lucrécio, Lucano, Juvenal, Marcial, etc. de que Homero e o grande escol grego são os grandes ausentes.

Por meados do século XI as sérias regras dos monges de Cluny sugeriam no entanto, que para um livro pagão ser consultado, quem o requeresse deveria fazer sinal da intenção, coçando a orelha com o dedo, “à

*semelhança do cão que se coça com a pata, pois a este animal se lhe comparam os gentios”!*¹⁰⁵

Na sequência dos grandes tumultos das invasões bárbaras, dos períodos iconoclastas e dos incêndios, a expurgação da doutrina cristã tinha feito passar uma mensagem de cisão com o mundo antigo. Em consequência das invasões, muitos tesouros privados foram escondidos, e por morte dos seus proprietários ou por esquecimento e perda do local, permaneceram perdidos e dispersos.

A descoberta fortuita de alguns tesouros durante o período medieval próximo de construções antigas, criou uma euforia sobre os “*tesouros escondidos*”, levando tanto o povo como até os clérigos, a frequentes escavações arbitrárias em ruínas na esperança de “*encontrar o tesouro escondido*”. Esta ideia permanece ainda hoje na cultura popular que perpetua a imagem de que em qualquer ruína existe sempre um tesouro escondido!

Para este efeito Teodorico estabeleceu um preceito: “*O ouro pode ser apropriado onde já não existe dono...não é acto de cupidéz, o apropriar-se do que ninguém reclama ter perdido*”,¹⁰⁶ o facto resultante de alguns tesouros

¹⁰⁵ Jean Adhémar, *Influences antiques dans l'art du moyen Age français, recherche sur les sources et les thèmes d'inspiration*, The Warburg Institute, London, 1937, p.18.

¹⁰⁶ Cassiodoro, *Variae*, IV, 34.

efectivamente encontrados e a aceitação deste preceito, criou precedentes na forma e na imagem com que se olharam daí para diante os monumentos e ruínas. Frequentemente destruídos por cupidez de eventual tesouro escondido!

Na história do abade Lupicinus, referida por Zappert,¹⁰⁷ conta-nos que estando o religioso preocupado com falta de meios para equilibrar os seus gastos na comunidade que regia, Deus teria revelado umas ruínas onde se escondiam tesouros da Antiguidade. Deslocando-se a esse local, dele recolheu tanto quanto foi possível de dinheiro e ouro.

Mas outra história referida pelo mesmo autor dá-nos conta de uma situação mais de acordo com as teses da Igreja. S. Ruprecht, monge de Juvavum, próximo de Salzbouurg, ouviu dizer que se descobrira num local próximo do rio Ivarum, várias ruínas de construções antigas extraordinárias, já cobertas pela floresta. Motivado pelo interesse de as conhecer pessoalmente, o clérigo deslocou-se ao referido local, confirmando pelos seus próprios olhos as maravilhas que lhe contaram. Solicitou ao Duque Teodósio a autorização para rezar uma missa para

¹⁰⁷ Georg Zappert, *Über Antiquitätenfunde imMittelalter*, Sitzungsberichte der Kaiserlichen Akademie der Wissenschaften, Philosophische, Historische, Classe V, Vienne, 1850, p.759

“purificar” e “santificar” o local, reconstruindo depois as estruturas, e nelas fazendo um templo dedicado a Deus.¹⁰⁸

Estes dois apontamentos, referidos por Schnapp embora revelando a origem de atitudes diversas, confluem no entanto na posição comum que afinal se resume à utilização das antiguidades ao serviço da doutrina cristã, conforme descrevemos o processo de conversão, ou “restauro” sustentado pelas teses de toda a patrística como já vimos.

É particularmente notável a oração que “baptiza” um vaso pagão para o converter, “restaurando-o” como objecto servindo a liturgia cristã:

“Oração à instância dos vasos descobertos em locais antigos. Deus Todo Poderoso e eterno, aceita as nossas orações e estes vasos feitos por uma técnica pagã, de modo que purificados pela Tua força e livres de corrupção, possam ser úteis aos teus servidores em tempo de paz e de calma para o nosso Senhor Jesus Cristo”.¹⁰⁹

Em nenhum dos casos o espírito de investigação se demora a procurar sinais de que resultariam interpretações históricas. Esta atitude perdurará por toda a idade média, começando a mudar quando precisamente essa questão passa a ser levantada.

¹⁰⁸ Georg Zappert, Op. cit. p.758.

¹⁰⁹ Thomas Wright, “On Antiquarian Excavations and Researches in the Middle Ages”, em *Archaeologia*, 1844, p.440

Mas disso já são exemplo as primeiras indagações conduzidas pelo Bispo de Auxerre, acompanhado do irmão, o Abade Loup de Ferrières, preocupando-se em identificar o verdadeiro local onde se dera a rendição de Vercigetorix a César.

Por ocasião de uma estadia em Fulda, descobriu na biblioteca os Comentários de César, *De Bello Galico*, que de imediato enviou ao irmão. Retirando ilações, um monge de Saint-Germain d'Auxerre denominado Héric, virá mais tarde identificar o local da batalha de Alésia, referida por César.¹¹⁰

Carlos Magno (742-814), Alcuíno (735-804) e Pedro de Pisa, serão responsáveis por um processo de valorização da herança clássica mais tarde denominada de “*renascimento carolíngio*”¹¹¹. Segundo o seu biógrafo Eginhard (770-840), teria dado ordens aos Bispos e aos prelados de reconstruir por todo o Império os edifícios que se encontravam em ruínas.

Organizou o seu império franco seguindo padrões de administração romanos, e solicitou ao Papa Adriano que lhe enviasse gramáticas de latim e códigos jurídicos antigos, ordenando toda uma

¹¹⁰ A.Schnapp, Op. Cit., p.109.

¹¹¹ R.R.Bolgar, *The Classical Heritage*, Cambridge University Press, ed. 1977, pp.106 a 129

actividade de copistas que em grande parte permitiram a sobrevivência de muitos textos romanos.

O seu interesse foi ao ponto de pedir autorização ao Papa para escavar em Roma e retirar colunas romanas para depois vir a edificar reutilizando-as em Aix-La-Chapelle e na Abadia de S. Riquier.

A mais famosa das obras de Carlos Magno é a antiga capela do Palácio Imperial de Aix-La-Chapelle. Trata-se efectivamente de um edifício excepcional, movendo meios que levam a colocar toda a empresa numa clara dimensão político-cultural.

Empenhava-se em equiparar o Império de Ocidente com o Império do Oriente, imitando o gesto do Imperador Justiniano em S. Vital de Ravena. Procurando restaurar o estilo do Império, deu ordens para que se copiasse o edifício, recorrendo à “*imitatio*” na planta central, na cúpula e até nas colunas...

Nas viagens efectuadas a Roma, Carlos Magno apercebera-se perfeitamente da dimensão monumental daquela capital, nomeadamente na preservação do conceito de Império, embora já numa perfeita decadência.

A sua sepultura é um grande sarcófago representando o funeral de Perséfone, a filha de Deméter que desposou Hades, deus dos infernos,

e que passará metade do ano no mundo superior e a outra metade no inferior...

A tentativa Carolíngia de reedição do Império Romano contribuiu para uma revivificação relativa da cultura clássica conforme se observa na escrita romana, nos costumes e vida urbana conforme testemunhado nas ilustrações de vários famosos saltérios e livros religiosos. Note-se ainda o restauro da importância dada à arquitectura e nomeadamente aos traçados, de que é testemunha uma planta de mosteiro, encontrada na Biblioteca do Capítulo de S. Gall.

Importa também referir que durante o VIII século a filosofia árabe que se expandiu sob o domínio dos Califas de Bagdade virá a herdar e cultivar toda a tradição helenística desenvolvida pela escola de Aristóteles. O avanço dos árabes pelo mediterrâneo e pela península ibérica, veio criar as circunstâncias para que todo o Corpus de pensamento imbuído de filosofia platónica e neo-platónica fosse de novo estudado e divulgado, integrado noutras leituras, dando origem a novos comentários, como os de Aristóteles por Averroés de Córdoba (1127-98) e ainda na influência sobre a cultura judaica, nomeadamente no pensamento de Maimonides (1135-1204).

O pensamento sobre a dimensão física das coisas, que a filosofia árabe privilegiava à metafísica, opunha-se ao pensamento medieval cristão. Na opinião de variados autores¹¹², a convergência das três correntes de pensamento, cristã (e cristã bizantina), muçulmana e judaica, permitiram, na aproximação ocorrida a partir do século XIII, o reencontro com importantes bases do pensamento clássico.

A influência de Aristóteles, cujos trabalhos iam sendo estudados na sua integridade, dominavam os estudos da tradição Platónica, durante a idade média. Não devemos esquecer que a base continua a ser Platão e os comentários neo-platónicos sempre iam circulando. Platão foi sendo conhecido através de um *médium* neo-platónico onde se ia fundindo a teorização aristotélica. Foi esta “*fusão*” que permitiu aos pensadores cristãos e muçulmanos, receber ambas as tradições.

Na verdade, a contribuição de Aristóteles para a idade média, apresenta-se como um inevitável fermento de progressão dirigida a uma nova síntese, a de reencontro da dimensão mística com o mundo natural.

A abertura iniciou-se com a descoberta da lógica e da teoria do silogismo, que abriram a via ao pensamento científico. Dissociado do

¹¹² Sobretudo, Bolgar, de Burgh e Highet, Op.cit.

dogmatismo que bloqueava a progressão do conhecimento, a introdução dos tratados de Aristóteles sobre a física, a psicologia, a política e a metafísica, se exceptuarmos a afirmação da eternidade do mundo e da mortalidade da alma, vieram a constituir as bases para a construção das ciências naturais e morais.

Na expressão de W.G.de Burgh, *“Aristotle, in effect supplied the theory of nature, which was needed to supplement the church’s theory of grace”*¹¹³

S. Tomás de Aquino (1227-1274), aluno do Studio Napolitano, fundado por Frederico Hohenstaufen, pode estudar obras que noutros centros de formação sujeitos à autoridade Papal não eram permitidos, nomeadamente os comentários de Aristóteles de Averroés.

As afirmações de que o universo era eterno e de que as almas pereciam com os corpos, representavam heresias condenadas pela Igreja. Na sua capacidade de entender claramente o confronto estabelecido entre o sistema Cristão e o sistema da metafísica, no pensamento Aristotélico, evitando uma perigosa colisão, elaborou dois tratados que cobrem ambos os campos da Teologia e da Metafísica. A *Summa Teológica* e a *Summa contra os gentios*, representam a explanação do pensamento de Aquino.

¹¹³ W.G.de Burgh, *The Legacy of the Ancient World*, MacDonald and Evans, London, 1947, 5ed. 1971, p399.

Opondo-se aos Averroistas defendeu a independência da tradição e da liberdade de investigação: *“o argumento da autoridade, é de todos os argumentos o mais fraco”* e *“aquilo que foi bem dito pelos antigos aceitamos para nosso benefício; aquilo que disseram mal, desprezaremos.”*

A verdadeira dimensão de S. Tomás de Aquino como pensador, reside na sua capacidade de mediar a tradição Platónica e Aristotélica entre o legado Cristão, Muçulmano e Judaico com a metafísica helenística.

A sua fundamental distinção entre fé e razão, estarão na base de todas as construções filosóficas, e virão abrir um novo horizonte. Na distinção entre fé e razão está revelada a distinção basilar, entre teologia, a metafísica e as ciências. Esta capacidade de equacionar um horizonte novo veio contradizer o pensamento medieval de que Scot e Abelardo nos dão típicas ilustrações, *“a verdadeira filosofia, é a verdadeira religião, tal como a verdadeira religião é a verdadeira filosofia”* e *“só Deus é a plenitude de todas as ciências, de que é o dom”*. Verifica-se assim o contraste de perspectivas.

O pensamento de Aquino, todavia, sustentado na patrística e em particular Santo Agostinho, veio efectivamente a permitir uma nova abertura tanto na dimensão teológica como na dimensão estética e política,

que permitirão vir a enquadrar e contemporizar o conhecimento antigo, bem como o universo natural na dimensão teológica.

A antiga recusa dogmática e liminar da herança clássica, encontra no quadro da metafísica e da ciência, já sem conflito com os dogmas da fé, um modo ressalvado de se enquadrar sem colisão. Do ponto de vista da estética, a contribuição de Aquino contribuiu para exaltar o valor dos sentidos.¹¹⁴ Foi afinal quem enunciou a separação das sete artes liberais da filosofia.

Representante desta nova atitude pode considerar-se Nicolau Pisano (1220-1278) que interpretou na escultura esta nova perspectiva, buscando os seus modelos directamente nos antigos que considerava como mestres, recorrendo à pura “*imitatio*”. Os antigos sarcófagos clássicos continham figurações do humano que se sobrepunham em qualidade e expressão aos hieratismos das representações medievais, com extraordinária capacidade descritiva. Da análise destes espólios Pisano e a sua escola retirou modelos e tipologias de figuração que revelavam com grande proximidade a natureza das coisas e dos sentimentos, convertendo-as à sua linguagem. Afinal limitava-se a aplicar na pedra o que os teólogos aplicavam nas ideias.

¹¹⁴ Lionello Venturi, *History of Art Criticism*, E.Dutton, NY, 1964, p.63

Representando os soldados do seu tempo como legionários romanos em lugar de simples guerreiros medievais, Pisano interpretava também a sobrevivência do pensamento platónico, no conceito de “*símbolo*”, preocupado numa linguagem universal e arquétipa.

Esta distinção testemunha-se na influência do sarcófago da história de Fedra e Hipólito, usado como sepultura da Condessa Beatriz da Tuscânia, que no púlpito do Baptistério de Pisa, Fedra se converte numa Virgem da Adoração dos Magos. Esta transposição através da “*imitatio*” era entendida por outros artistas também, como nos testemunham as influências da escultura romana sobre a iconografia religiosa e funerária.

Como outro exemplo poderemos citar Arnolfo di Cambio (1264-1302), na Madona entronada com o Menino, sobre o túmulo do Cardeal de Braye na igreja de S.Domingos em Orvieto, e outros exemplos afins.

Em Portugal os túmulos de Pedro e Inês em Alcobaça testemunham nalgumas figuras dessa mesma “*imitatio*” restaurada e convertida na retórica teológica.

Quem olhava para a escultura, não deixou de ver também a arquitectura.

O rico românico Toscano foi a primeira visão de antiguidade de que se tornou fonte de inspiração (Alberti aceitava o Baptistério como obra romana).

Mas a “*leitura do livro da architectura*” ainda não se fazia nessa linearidade. Foi necessária a transposição da crítica literária e os ensinamentos de Plínio Antigo, de Varrão, de Frontinus e de Vitrúvio para se fazer essa nova leitura, consolidada na obra magistral de Alberti. Estudioso e filólogo, a sua obra, mais do que simplesmente preocupar-se em restaurar Vitrúvio, representa a passagem do conceito filológico, teológico e literário para a dimensão tectónica e urbana através de uma lógica de regras, um código de princípios, constituídas num tratado.

Na dispersão dos centros medievais algumas cidades, mercê da sua história, conservavam preciosos recursos, aguardando o argumento e oportunidade para se revelarem.

Pádua, herdeira de uma excepcional biblioteca do período Carolíngio, apresentava-se neste contexto como um lugar particular onde ocorreram vários momentos de ligação entre os estudos clássicos, a poesia, a história e a arqueologia. A descoberta de um sarcófago com um esqueleto de grandes

dimensões, por ocasião de uma escavação, foi imediatamente entendido como o do célebre Antenor de Tróia fundador da cidade.

Foi ainda em Pádua, 26 anos antes da coroação de Petrarca no Capitólio, que pela primeira vez se iniciou este costume cerimonial antigo, atribuído também a um poeta. Por fim, um outro acaso, resultando de escavações, levanta a questão de Tito-Lívio, com a descoberta de uma epigrafia que, em correcta análise epigráfica, não se lhe referia. Mas estes exemplos apenas testemunham o entusiasmo de uma elite de interessados num muito incipiente conhecimento da antiguidade. Por razões políticas este florescimento rodou para Verona onde era famosa a biblioteca Capitular, cuja fama chegava até à cidade Papal de Avinhão. Muitos textos e livros romanos foram aqui encontrados, nomeadamente aqui se descobriram as diferenças que permitiram vir a identificar os dois Plínios. Durante algum tempo se julgou Vitrúvio ser originário desta cidade em virtude do seu nome surgir inscrito epigráficamente no arco de triunfo romano aí existente.

Cabe todavia a Petrarca ser o restaurador do culto dos clássicos e de toda uma nova atitude perante o conhecimento que conduzirá Flavio Biondo (1388-1463) à descoberta da arqueologia romana. Petrarca

apoiava-se em descrições literárias da grandeza romana, o *Graphia Aurea* ou os *Mirabilia*.

As suas notações ao longo das margens do seu célebre Tito-Lívio, demonstram um particular interesse pela topografia da Itália antiga. Segundo nos revela Ciapponi, Petrarca até teria estudado atentamente Vitrúvio¹¹⁵. Embora a sua aproximação às ruínas não seja desprovida de inspiração e perspicácia, todavia é sempre abordada numa vertente literária. A sua viagem a Roma em 1337 foi uma grande revelação, deambulando entre as ruínas com Giovanni Colonna (m.1347), que dividia com Petrarca a mesma paixão pelas antiguidades e o interesse por Tito-Lívio, como nos confirma a carta em que dá notícia. Nessa carta dirigida posteriormente ao Colonna, lamenta-se profundamente da ignorância dos romanos e do desinteresse votado aquela grandiosa cidade.

Em 1341, sob a presidência do Rei Roberto de Anjou de Nápoles e da sua côrte teve lugar o grande evento, concluindo-se mais tarde em Roma no dia 8 de Abril com a coroação de louros, na sala das audiências do Capitólio.

¹¹⁵ L.A.Ciapponi, "Il De Architettura di Vitruvio nel primo umanesimo", em *Italia Medioevale e Umanistica*, 3, 1960, pp.59 a 99

A expressão italiana de licenciatura ainda corresponde a “*laureato*”, que se refere aquele que recebeu a coroa de louros. Lançada a expressão “*Aurea Roma*”, conforme escrevera Petrarca no seu poema *África*, juntamente com uma representação da antiga urbe, que figurará até no selo de ouro de Carlos IV, estabeleceu-se o novo universo a atingir. Numa referência a Homero e a Hesíodo, a idade “*aurea*” situava-se nessa quase mística Roma que protagonizará o objecto dos estudos e de que esta coroação será um símbolo de renascimento.

5: Roma e a descoberta das antiguidades

A Roma, *Caput Mundi Imperial*, (que na opinião de Gibbon já decaía desde 180), veio a sucumbir às sucessivas invasões bárbaras do século V no Império do Ocidente. Só dois séculos depois ocorreria a queda do Império Romano do Oriente. Ainda em 376, Valeno, Graciano e Valentiniano, defenderam por decreto a desmontagem de monumentos e o arranque de mármore para a construção de novos edifícios. Majoriano em 458 publicou um decreto onde intimidava o próprio perfeito Aureliano a fazer cessar as destruições de edifícios.

Rutilius Namatianus último dos poetas latinos, escreveu uma despedida de Roma em 416, seis anos antes de ser tomada totalmente, em oito séculos, por um invasor. O saque efectuado pelos Godos sob Alarico em 410, seguido pelos Vândalos, comandados por Genserico em 444, culminaria com a queda de Roma em 476 ao comando de Odoacer cavaleiro Teutónico.

Teodorico, rei dos Ostrogodos, ainda tentou preservar a decadente cidade de Roma, inclusive restaurando-a sob uma nova

“romanidade”, impondo drásticas leis de protecção dos edifícios, aqueles que por cupidez desmantelassem uma construção, pagariam com a vida... Não deixa de ser particularmente sintomática a abordagem que Teodorico impõe: ...”*de manter as coisas antigas no seu brilho primitivo e proceder de modo a que as construções novas não se edifiquem à custa das antigas, pois, tal como para estar adequadamente vestido, convém que os hábitos sejam da mesma cor, do mesmo modo para que um palácio seja esplêndido, torna-se necessário que todas as partes que o compõe sejam igualmente belas.*”¹¹⁶

Depois da sua morte em 526 várias foram as tentativas de conquista encetadas pelo Imperador Romano do Oriente, Justiniano. Roma foi recapturada cinco vezes em oito anos, muitos dos aquedutos foram cortados para cercar a cidade, e muitas destruições de ambas as partes ocorreram.

O papa Gregório o Grande (590-604), preocupou-se em recuperar Roma da sua situação de ruína contrapondo às atitudes iconoclastas que iam transformando em ruína um imenso património, defendia uma restauração dos mesmos através de uma conversão: “*não destruam os templos pagãos, mas tão somente os ídolos que aí se encontram. Para o monumento, abençoai com*

¹¹⁶ E.Rodocanachi, *Les Monuments de Rome après la chute de l'Empire*, Hachette, Paris, 1914, p.18

*água benta, levantai nele altares e colocai nele relíquias*¹¹⁷. Uma oração de consagração permitia também aos clérigos medievais uma fórmula de salvaguardar uma antiguidade pagã: *“oração a propósito dos vasos descobertos em lugares de antiguidades: Deus Todo Poderoso e Universal, aceita as nossas orações e estes vasos de uma técnica pagã, procurando purifica-los pela Tua força, por forma a que libertados da sua corrupção possam ser úteis aos teus servidores em tempos de paz e de calma para o nosso Senhor Jesus Cristo*¹¹⁸.

Roma grandemente enfraquecida e moralmente atingida no seu orgulho histórico, procurou um protector mais próximo, assim o Papa Leão III, ao coroar o rei dos Francos Carlos Magno como Imperador no dia de Natal de 800, cortou com o elo de Bizâncio, iniciando um período medieval conhecido pelo Sagrado Império Romano.

O culto das antiguidades, das lápides e dos monumentos funerários romanos espalhou-se na corte Carolínea. Pela primeira vez se procurou reunir e coleccionar manuscritos e livros que sobreviveram da antiguidade. No Mosteiro de S. Gall guardavam-se as obras *“profanas”* numa sala à parte, destinada à *materialis lectio*.

¹¹⁷ Gregório o Grande, *Patrologie Latine*, LXXVII.

¹¹⁸ Thomas Wright, “On Antiquarian Excavations and Researches in the Middle Ages”, em *Archaeologia*, 1844, p.440.

No século IX os sarracenos chegaram às portas de Roma, saqueando S. Pedro e S. Paulo. Perante sucessivos ataques e tamanha destruição, Roma organizou-se por diversas senhorias afectas a famílias feudais, que edificaram as suas torres e castelos sobre os mais variados monumentos que ofereciam massa edificada suficientemente resistente ou uma particular localização estratégica, assim foram fortificados os Mausoléus, de Augusto, de Cecília Metela, de Hadriano, os teatros como o de Marcelo, etc.

O século XII trouxe um interesse crescente sobre Roma, não somente nos edifícios mas nos variados aspectos da cultura da romanidade. Em 1143 virá a constituir-se um Senado Romano com a incumbência de recuperar as antigas estruturas e restaurar a antiga grandeza da cidade.

Com a presença dos Papas, Roma passará assim a ser o destino das peregrinações dos povos cristãos europeus, reganhando em parte o seu prestígio e constituindo-se como modelo urbano e religioso. Na verdade esta opção virá restaurar através da política dos Papas, sobretudo a partir de Martinho V, a “*instauratio*”, repondo a virtude antiga ao serviço da religião.

Testemunhando que não passavam sem observação, uma carta de Conrado de Querfurt, Chanceler do Imperador Henrique VI que em

1194 visitava a Península Itálica, refere objectivamente as termas de Baia, as antiguidades de Nápoles, e visitando Taormina julga estar perante o célebre *Labirinto* do Minotauro.

Outro visitante desta vez de Roma, Hildeberto de Lavardin, não esconde a impressão que lhe causaram os edifícios e monumentos, “há tantos monumentos ainda de pé, como outro tanto em ruínas, não havendo nenhuma parte da cidade que se possa nivelar, quer através da sua destruição ou o seu restauro.”¹¹⁹.

Alcuino, o grande sábio de Carlos Magno não deixou de sentir a melancolia que a destruição e as ruínas de tão insigne cidade lhe causaram, escrevendo a propósito:

“Roma, uma vez a cabeça do Mundo e o seu orgulho, a cidade do ouro, apresenta-se hoje como piedosa ruína, um destroço da sua antiga glória”¹²⁰

Mas a história de guerras e conquistas sucederam-se, pelo saque e prestígio de conquista de tão mítico lugar. Das ruínas recuperavam-se materiais de construção, não somente para os novos edifícios de Roma mas

¹¹⁹ Margaret R.Scherer, *Marvels of Ancient Rome*, Phaidon, London, 1955, p.94

¹²⁰ Idem, Op. cit., p.3, tradução nossa.

até para servir as várias cidades do território italiano e inclusive cidades do mediterrâneo. Registam-se vários saques de materiais de construção por via naval.

Os monumentos antigos de Roma iam assim servindo de cava de materiais de construção, apesar da Bula de Pio II *Cum Almam Nostram Urbem* de 1462, passando por vários outros decretos pontifícios, até ao século XVIII, só parando sob a proibição por decreto do Estado Papal de 5 de Janeiro de 1750, do Cardeal Silvio Valenti, Cardeal Camerlengo.

Entretanto vão começando a surgir várias referências abertas e autorizadas à grandeza perdida de Roma. Hildeberto de Tours (1056-1133), deixou-nos um outro famoso lamento que emparceira com o de Alcuino,

lançando de certo modo até uma tipologia contemplativa e melancólica, que será retomada mais tarde, por Petrarca¹²¹, Dante e tantos outros:

“Roma, as tuas grandiosas ruínas, mesmo assim sem igual,

A tua passada grandeza enlutada declara:

E assim o tempo abateu os palácios imperiais envolta,

*E por terra lançou os teus templos”*¹²²

Vai-se configurando e consolidando culturalmente um poderoso arquétipo Latino-Romano, que manterá o seu brilho até Stuart e Revett

¹²¹ Petrarca desenvolveu em termos conceptuais, filosóficos e literários o conceito de *restauro*, ao estabelecer a devoção aos clássicos, ora recolhendo neles inspiração ora restaurando-os através de cópia sincera. Escreveu em “*volgare*”, em italiano, mas também em Latim. Considerava que as suas peças em Latim eram superiores ao que tinha deixado em “*volgare*”. No entanto acabou por ser mais criativo e até emblemático na sua obra em italiano. O poema *Africa*, tendo como herói Scipião o Africano é um “*plaster cast*”, segundo o Prof. Highet, da *Eneida* de Virgílio, escrito em Latim. As *Éclogas* são modeladas sobre as de Virgílio em Latim. Um grupo de diálogos em Latim denominados por Petrarca *Segredo*, descreve-se como um confessionário onde dialoga com Sto. Agostinho sobre o seu próprio carácter, discutindo ideias em que simultaneamente apela a Platão a Cícero e Boethius. Em italiano, o seu melhor trabalho é constituído pela sua correspondência, mas também o *Canzoniere* dedicado a Laura. É uma obra de extraordinário lirismo e doçura, introduz o chamado “*dolce stil nuovo*”. Também é sua obra o poema em italiano denominado *Trionfos*, onde se referem várias procissões triunfais modeladas nas dos conquistadores romanos: *Amor, Castidade, Morte, Fama, Tempo e Laura*. É uma obra moldada em Dante. De particular relevância e sintomático do ambiente vivido, é a sua coroação no Capitólio com coroa de louros -ao modo antigo -representando um claríssimo renascimento das tradições clássicas, do restabelecimento das imortais glórias de Roma e da criação de um novo império de cultura estética e intelectual. Foi este o modelo que Petrarca lançou ainda na penumbra do secXIV, em 1341, por altura da sua “*Laurea*”. As ideias de Petrarca ajudaram a inflamar também os espíritos menos contemplativos e mais militantes como Cola di Rienzo, de quem era amigo. Cola di Rienzo vai querer ir mais longe no aspecto político, proclamando do alto do Capitólio o renascimento da República Romana, sendo aí coroado de Tribuno e Augusto. Inaugurando por si um interesse particular do culto do “*Locus*”, ao qual Petrarca já tinha trazido o espírito. Embora o Imperador Frederico II fosse um potencial representante da cultura humanista, neo-classicista renascente, a sua posição, tal como a de Petrarca, mas sobretudo Cola di Rienzo, acabou por receber a crítica dura e oportuna dos Barões locais e da Igreja, que estranhava este livre-pensamento e simpatia por valores pagãos. Na verdade estavam lançadas as sementes da nova Europa e o tom do espírito em que se fará o Renascimento.

¹²² Margaret R. Scherer, Op. Cit, p4, tradução nossa.

(*The Antiquities of Athens*, 1762), trazerem para a Europa os modelos gregos a partir da segunda metade do século dezoito.

Com efeito, a Roma do *miliarium aureum* virá a reconquistar o seu antigo papel de *caput mundi* em virtude de ser a sede papal, grande referência para os estados cristãos, mas também pelo seu património que lhe conferia autoridade e padrão urbanístico. Magister Gregorius, de nacionalidade inglesa desenvolveu uma obra denominada *Narratio de Mirabilius Urbis Romae*, aprofundando as referências às ruínas e monumentos.

Um outro fenómeno complementar interessante que começa a surgir é o aparecimento de uns guias feitos para os peregrinos e que estes levavam depois consigo de volta aos seus países de origem, perpetuando através dele o “mito de Roma”, da cidade com passado alternado entre as suas igrejas, e que ficará latente por toda a Europa até elevar-se como modelo urbano e símbolo do renascimento. Esses guias denominados *Mirabilia*, precisamente por descreverem as maravilhas a serem visitadas e vistas (recorde-se o conceito de “*thaumata*” e “*theamata*” das *maravilhas* do mundo antigo), constituíam-se como roteiros das várias igrejas, lugares santos dos

martírios, catacumbas, etc. mas também aludiam às antiguidades e monumentos com que maravilhavam e enfabulavam.

Estas obras reformuladas nos finais do século XV e inícios do século XVI, sendo estampadas e ilustradas com gravuras de madeira, duraram até à primeira metade do século XVIII. Conhecemos edições desde o século XVI até ao XVIII, em que grande parte do texto e sobretudo das imagens se conservaram, apesar das novas edições que iam aparecendo. O seu formato in-oitavo, ora encadernado a pergaminho ou a pele conferia-lhe uma maleabilidade total como companheiro de excursões pela extensa Roma e arredores.

Estão estes livros na origem dos guias de visitantes, hoje imprescindíveis a qualquer turista. O efeito que produziam as estampas, todavia muito rudimentares, levou para longe, espalhando pela Europa, conceitos de monumentalidade, de património, de grandeza e glória passada, de ilustres varões de guerra ou da igreja, perpetuados pelos monumentos dedicados ou instituídos, e sobretudo um modelo mais para a arquitectura do que para o urbanismo, uma vez que representava individualmente os edifícios.

Fazio degli Uberti (1305-1367), inspirado no modelo da Divina Comédia de Dante, que se faz acompanhar na descida aos Infernos pelo poeta latino Virgílio, reconstruiu uma viagem pelas ruínas de Roma, acompanhado de Solinus, geógrafo romano do século III. As suas fontes são fundamentalmente Petrarca e Dante, ambos referências de um culto heróico do passado.

Mas cabe efectivamente a Petrarca ser o grande animador dos estudos da antiguidade. Não só lançou metodologicamente um modelo de cultor das antiguidades latinas como propunha a leitura das fontes clássicas cotejando-as com inscrições, epigrafia e moedas.

Este modelo de leitura e interpretação representará a base dos estudos humanistas. Dirigindo-se ao Imperador Carlos IV em 1350, fez um retrato poético de Roma que será uma das mais curiosas e célebres definições desse melancólico apelo a uma grandeza perdida, a uma áurea idade:

“imaginai que se apresenta ante vós o Génio da cidade de Roma. Imaginai uma matrona, com a dignidade própria da sua idade, mas com os seus caracóis cinzentos desgrehados, as suas vestes rasgadas e a sua face coberta pela palidez da miséria; e no entanto, sem que o seu espírito fora quebrado ou esquecida a majestade dos dias passados, dirige-se nos seguintes termos: - Deixai aqueles que agressivamente me

desprezam, ó César, pois no passado fui poderosa e cometi grandes feitos. Ordenei leis e estabeleci as divisões do ano. Ensinei a arte da guerra...Mas agora, não sei porquê, a não ser que os trabalhos dos mortais provem ser imortais, a minha magnífica estrutura caiu vítima do saque e indiferença”¹²³

Petrarca, escrevendo a Giovanni Colonna em 1341 esclarece a sua classificação cronológica de passado, “*tudo o que aconteceu antes de Cristo é antigo e depois até aos nossos dias é moderno*”. Esta categoria classificará cronologicamente um modelo, o modelo dos humanistas.

Foi também o vate de Arezzo uma das fontes de um fenómeno de raiz política ocorrido em Roma. O seu amigo Cola di Rienzo, (1313-1354), influenciado pelo culto da epigrafia, cada vez mais se deslumbrava com a antiga grandeza de Roma, propondo-se por fim “*restaurar*” a República Romana do alto do Capitólio¹²⁴. Tratava-se de uma primeira “*instauratio*” política.

Sustentando-se na Lex do Império de Vespasiano, descoberta em S. João de Latrão, estabeleceu a “*superioridade do povo sobre os imperadores*”, realizando um verdadeiro comício político. Este episódio sem sequência no

¹²³ M. Scherer, Op. Cit, p6, tradução nossa.

¹²⁴ “Rodrigueannes de Sá”, português aparentado com a família Colonna(?), assistiu à coroação de Petrarca no Campidoglio, em *Grundr. Der Rom, Philo.* II,2, p.230

contexto político imediato teve como mérito um enorme alargamento do fenómeno da paixão pelo passado romano e pelas revelações e pensamentos nele contidos, que revelavam a antiga polis. Sobretudo abria um espaço a uma liberalidade contrastante com o feudalismo.

A dedicação ao passado romano levou à procura dos velhos códices da antiguidade que sobreviviam abandonados pelos cartórios e bibliotecas conventuais. Bocaccio foi dos primeiros entusiastas de uma fabulosa geração de estudiosos graças a quem o mundo deve a preservação e expurgação das grandes obras da antiguidade. Na verdade o seu método consistia na aplicação de um espírito crítico á leitura dos monumentos, libertando-os das lendas e fábulas que os envolviam. Foi dos primeiros a interessar-se pelo grego e pelo estudo da epigrafia, bem como pela filológica busca de manuscritos.

Como representação do universo bibliográfico de um humanista como Petrarca, atesta-nos a sua biblioteca que continha cerca de oitocentos volumes, um espólio notável para a época. Foi objecto até de um contracto entre a Senhoria de Veneza, que em troca de ficar herdeira desse espólio, concedia casa e renda vitalícia ao poeta em Arquá, território de soberania veneziana na *terra ferma* e hoje denominada Arquá-Petrarca.

Esta era uma forma de Veneza conseguir para si um cobiçado espólio de assuntos referentes a antiguidade, matéria quase inexistente no seu contexto cultural urbano.¹²⁵ São provas do fervor com que os temas relacionados com a antiguidade iam ganhando adeptos e constituindo-se disputa entre os estados italianos.

Representa também este novo interesse pela antiguidade o *Iter Romanum* de Giovanni Dondi dell'Orologio (1318-1389), um médico e estudioso de Pádua, discípulo e bom conhecedor de Vitruvius, tentando dar uma descrição arquitectónica dos monumentos, confrontando-os em visitas com o texto do mestre latino, numa compilação de anotações efectuadas em 1375. O *Tractatus de Rebus antiquis et situ Urbis Romae* de Pier Paolo Vergerio (1498-1565) é outra rica fonte de estudos sobre as antiguidades romanas.

Os Códices, os manuscritos, a epigrafia, as pedras duras, iam progressivamente constituindo-se como matéria de trofeu e colecionismo, honrando o seu possuidor. De início eram os objectos mais transportáveis, progredindo até à estatuária, ruínas de edificios, colunas, capitéis, cimalkas, até obeliscos!

¹²⁵ Patricia Brown, Op. cit.

A paixão das antiguidades era levada à máxima extravagância como a protagonizada por Pomponius Laetus,(1428-1497), animador de uma reputada Academia Antiquária de Roma por volta de 1460. A sua casa no Quirinal estava recheada de antiguidades, moedas, medalhas, inscrições, documentando extensamente a sua dedicação sem reservas ao culto da latinidade, pois nem sequer se interessava pelo grego.

Transformando o seu nome em nome latino, o que rapidamente foi costume na sociedade romana, não se deixou ficar por aqui, estendendo o seu culto à indumentária romana, passando a vestir a toga, e na sua mesa serviam-se os convivas em vasos romanos e bebia-se por taças igualmente romanas. O entusiasmo foi ao cúmulo de se cultivarem e festejarem as divindades mitológicas, em celebrações iniciáticas nas catacumbas, o que o levou a ser perseguido, dissolvida a sua Academia em 1467, e encarcerado, com acusações de heresia, por ordem do Papa Paulo II.

Restaurada a Academia por Sisto IV, ainda chegou a florescer sob Leão X. Quando morreu, deixou no testamento expressa a sua vontade de ser sepultado na Via Appia!

No entanto, a Academia de Pomponius Laetus deve ser considerada como um exemplo de uma estrutura de ensino promovida

particularmente que sobreviveu ao seu criador, e que representará o culto do enciclopedismo antiquário ilustrado mais tarde por Pirro Ligorio (1510-1583), Fulvio Orsini (1529-1600) e o espanhol António Augustin (1517-1586).

O culto das ruínas estendera-se também à pintura, já desde Cimabue (1240-1302) e Taddeo di Bartolo (1362-1422) foram dos primeiros a introduzir como fundo das suas composições as ruínas da cidade de Roma. Lançando igualmente um arquétipo que perdurará na pintura europeia e em particular na pintura portuguesa.

Benozzo Gozzoli na sua obra denominada *Sto. Agostinho saindo de Roma para Milão*, dá-nos uma detalhada vista de Roma e dos seus monumentos, relevando os mais simbólicos.

Na verdade só os povos da península itálica poderiam vislumbrar esta fénix a renascer das cinzas, pois o resto da Europa adormecida numa estrutura do pensamento medieval, distanciada de fontes escritas e visuais, desenvolvera outros interesses nos seus príncipes e doutores. Os vestígios da romanidade quando ainda existentes, estavam integrados e absorvidos por outras estruturas num princípio de pragmática utilização, as que se tinham conservado, sofrendo reparações ao longo dos tempos,

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

***UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO
NACIONAL***

recordavam nas suas superfícies arquitectónicas a descontinuidade dos tempos.

Portugal, na sua extrema localização ibérica ocidental vivia paralelamente uma outra experiência histórica.

6: Medieval Peninsular e a Casa de Avis

Temos vindo a descrever como se efectuou a formação de uma ideia de passado monumental, de uma “*aurea*” idade no contexto da evolução do pensamento medieval na península itálica, centrada sobre a antiga capital do Império.

Importa agora compreender que evolução e escolas de pensamento vão entretanto ganhando campo na península ibérica.

O passado peninsular na antiguidade é o de uma província do Império, com as suas particularidades, a *Hispania*. Os povos autóctones embora progressivamente romanizados, continuaram rebeldes até serem definitivamente derrotados. Várias eram as cidades convertidas ou fundadas à organização urbana romana desenvolvendo-se sob o padrão das tipologias romanas, em maior ou menor grau de provincianismo.

Uma das cidades de maior pujança e ilustração cultural romana era *Itálica*, próxima da actual Sevilha, de onde os imperadores Trajano e Hadriano eram naturais. Não deveremos considerar a província Hispanica como uma qualquer província do Império. Era apesar de tudo das mais

ricas, produzindo ouro, prata, chumbo e estanho. O seu azeite era reputado ser melhor que o da própria Itália.

Manteve escolas de pensamento que influenciaram o Império e dominaram a literatura. Seneca, Lucano, Quintiliano, Marcial são originários e ilustres representantes desta província. Na Itália, vizinha de Hispalis (actual Sevilha) localizavam-se uma das mais belas e ricas regiões banhadas pelo rio Guadalquivir, o *Wadi al Kebir* ou “*Grande Rio*”, como mais tarde lhe chamaram os muçulmanos quando ocuparam a península.

O suave clima ibérico, a sua fartura económica favoreceram um sentimento de bem estar aos romanos uma vez que apresentavam similitudes com os seus territórios da península italiana. Edificaram várias cidades com as suas tipologias de forum, de templos, de edifícios civis, teatros, termas, pontes, redes viárias, estabeleceram uma ordem económica ao abrigo da pax romana. A partir do século III as invasões dos bárbaros fizeram-se sentir nas guerras, nos saques, nas destruições.

A pax romana tinha permitido a expansão de grandes centros urbanos próximo de zonas de grande produtividade agrícola, correspondendo a terras normalmente baixas, e bem irrigadas, de garantida acessibilidade. A produção extensiva e cerealífera era fundamental para manter as legiões

e os grandes centros urbanos. Na sequência das invasões, as cidades reduziram-se e elevaram-se, na procura de defesa e para se fortificarem¹²⁶, as mais expostas chegam a ser abandonadas ou drasticamente muradas. De um modo geral preferiu-se as zonas altas de difícil acessibilidade, mas de mais fácil fortificação. As comunidades foram-se dispersando por razões de elementar sobrevivência.

As infra-estruturas do território, a divisão da propriedade, estradas e pontes, foram sobrevivendo tendo na base as “*centuriationes*”¹²⁷, divisões do território, referidas por vários autores clássicos, Frontinus, Higino e Agenius Urbicus, que organizavam o território através das estruturas de propriedade e cultivo.¹²⁸ A organização viária e rural da romanidade manteve-se sob a ordem visigótica, sofrendo algumas alterações e acrescentos durante o período muçulmano.

Assim, o passado peninsular em termos monumentais reduzia-se a cidadelas fortificadas martirizadas e reconstruídas na sequência das várias invasões e conquistas, no abandono das cidades e dos grandes complexos

¹²⁶ Conimbriga é um exemplo dessa necessidade urgente de fortificação, que sacrifica o traçado urbano.

¹²⁷ V.M.Rosselló Verger, *Estudios sobre Centuriaciones Romanas en España*, Universidad Autónoma de Madrid, 1974

¹²⁸ Idem, *Ibidem*, p.20.

de “*villas*”, expostas e de difícil defesa, cujas edificações eram progressivamente desmanteladas e aproveitados os seus materiais pelas populações, e ainda na exclusiva manutenção das grandes estruturas funcionais, aquedutos, pontes e sobretudo as redes viárias. A romanidade só era visível numa ínfima fracção, para mais truncada, pelas introduções de uma outra cultura, a muçulmana, também extremamente construtiva, que necessitava de muita cal, frequentemente recolhida a partir da redução dos mármore recolhidos das antigas ruínas. Todo este palimpsesto embora de razoável dimensão não transmitia uma evidência formal e cultural conforme era visível em Roma e noutras cidades da península italiana.

Será com a Dinastia de Avis (1385) que Portugal verdadeiramente ultrapassará uma visão peninsular, alargando os seus horizontes numa expansão geográfica e cultural, a que se tornarão em particular relevantes as feitorias de Pisa e a importante colónia portuguesa florentina.

Com efeito, os primeiros tempos em que se começou a verificar um contacto mais permanente com os centros de saber italianos remonta aos inícios da segunda dinastia. Certamente os interesses dirigiam-se ao Direito Civil e ao Direito Canónico, e aos contactos estabelecidos a este

propósito com os “*studiolos*” italianos em particular o de Bolonha por João das Regras, Afonso Nogueira, o Arcebispo de Lisboa e conselheiro de D.João I, D. Duarte, D.Afonso V (1438-1481), vieram a permitir um crescimento de interesses sobre outras áreas de estudo. A Itália chamará a si o interesse dos estudos, competindo com Paris e com os centros do norte da Europa.¹²⁹

Remonta assim a D.João I a constituição do primeiro núcleo da biblioteca real. Entre os livros de D. Duarte havia um *Marco Polo* latino e um em “*linguagem*” na biblioteca do Convento de Alcobaça onde se conservavam também as obras de Egídio Colonna, de Baldo, de Bartolo, as obras jurídicas e poéticas de Cino de Pistoia, o Cancioneiro de Guido Guinizelli, Dante, Petrarca, Bocaccio, etc. O Bispo de Burgos Afonso de Cartagena, chegou a traduzir para D. Duarte, então príncipe herdeiro, o *De Casibus* de Bocaccio, bem como o *De Inventione* de Cícero¹³⁰, comprovando assim o interesse dos infantes da casa de Avis pelo alvor dos estudos humanísticos.

¹²⁹ Sobre este tema consulte-se a obra da Professora Rita Marnoto, *O Petrarquismo Português do Renascimento e do Maneirismo*, Universidade de Coimbra, 1997, p.37, a nota 68 dá extensa bibliografia sobre os bolseiros portugueses, e o alvor dos estudos humanísticos em Portugal.

¹³⁰ Menendez Pelayo, *Historia de las Ideas Estéticas en España*, Santander, Aldus, 1940, vol I, p.469, n.2.

Poggio Bracciolini (1380-1459), o grande arqueólogo de manuscritos, a quem se atribui a descoberta do célebre códice de Vitróvio no Mosteiro de S. Gall¹³¹, em 1422 chegou a dirigir uma carta ao Bispo de Cartagena solicitando-lhe informações sobre os vários códices clássicos que estavam na posse do Mosteiro¹³².

D. Pedro, Duque de Coimbra, foi um notável embaixador do reino, trazendo consigo obras e relações de viagens que vieram desenvolver as bases de uma cultura humanística, mas também dando notícia de Portugal pela Europa. Protegeu grandes artistas florentinos como Bernardo Rosselino, Lucca della Robbia, Alessio Baldovinetti e Sandro Botticelli, nomeadamente na obra por excelência do renascimento que representa a Capela do Cardeal D. Jaime em *San Miniato al Monte*.

O livro de Marco Polo denominado *Il Millione*, ou o “*Milhão*” como era conhecido em português, teve uma grande influência na cômte portuguesa e na formação das ideias expansionistas da casa de Avis, constituindo o presente que lhe foi ofertado pelo Senado Veneziano, que o recebeu com grandes honras. O seu irmão D. Henrique era particularmente inclinado à

¹³¹ Sylvie Deswarte, “Francisco de Hollanda et les etudes Vitruviennes en Italie”, em *Introdução da Arte da Renascença na Península Ibérica*, Coimbra, 1981, p.227 e nota (1)

¹³² Grundt., *Der Rom*, Philol. II, 2, p.254.

leitura deste livro de Marco Polo, que possivelmente o influenciou em 1428 a fazer vir de Veneza muitas cartas geográficas com que se começava a contrapor aos fabulários medievais e ao conhecimento dos geógrafos árabes. Mas D. Pedro tomou papel activo nos estudos, sendo-lhe atribuídas algumas traduções como a da obra de Egídio Romano, do *De Institutione Principum* de Paolo Vergerio (que teria conhecido pessoalmente na Hungria a quando da sua viagem), e ainda a do célebre “*Milhão*”. Menendez Pelayo (1856-1912) dá-nos conta de uma carta do Marquês de Santillana ao Infante D. Pedro Duque de Coimbra por ocasião de envio ao príncipe português de uma sua obra, que espelha, juntamente com uma análise do culto peninsular da poesia, a penetração da cultura humanista na península ibérica, dando conta do novo referencial greco-latino, nomeadamente nas citações às vidas de imperadores, à mitologia, a Horácio e Virgílio, e dos seus intérpretes “*itálicos*”, Dante, Petrarca e Bocaccio.

A estética peninsular vai sendo formada através do estudo da arte de trovar, da poesia e da música¹³³. Acompanhando assim uma corrente itálico-provençal, em que as ligações com os centros de cultura clássica se iam estreitando.

¹³³ Menendez Pelayo, *Op.cit.*, vol. I, Caps.I a V

D. Afonso V possuía igualmente uma notabilíssima biblioteca de que fazem ecos Rui de Pina¹³⁴(1440-1522), Mariz¹³⁵, Duarte Nunes Leão¹³⁶(c.1530-1608), Faria e Sousa¹³⁷(1590-1649), Francisco de S. Maria¹³⁸, Francisco da Fonseca¹³⁹, João Baptista de Castro¹⁴⁰, etc. Atribui-se a este monarca várias tomadas de atitudes no sentido de um respeito pelas antiguidades conforme a notícia da recuperação de elementos do entablamento do templo romano de Évora, nessa altura completamente embebido numa estrutura que absorvia o monumento e que servia como açougue. D. Afonso V autorizaria em 1467 a Soeiro Mendes a remoção do monumento e reutilização de duas pedras, para colocação nos parapeitos das janelas de uma residência nobre na Rua da Oliveira onde por vezes os Reis tomavam residência, que julgamos tratar-se afinal da casa de D. Fernão Martim de Mascarenhas. Mas também abona em favor deste monarca o seu zelo em procurar preservar a ponte romana de Alcântara,

¹³⁴ Ruy de Pina, *Chronica de D. Affonso V*, Cap.CCXIII

¹³⁵ Mariz, *Dialogo IV*, Cap.IX

¹³⁶ Duarte Nunes Leão, *Chronica de D. Affonso*, Cap.LXIX

¹³⁷ Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, 1674, volII, p.III, cap.III, e também no “Epitome”, cap.XIII

¹³⁸ Francisco de S. Maria, *Anno Historico*, vol II,p.601

¹³⁹ Francisco da Fonseca, *Evora Gloriosa*, p.90

dando ordem aos seus exércitos de rodear aquela estrutura afim de que o inimigo a não viesse a destruir, para lhe barrar o caminho. Tratava-se de poupar “*aquel edificio menos*” a uma destruição anunciada pelas tropas de Isabel a Católica.

Na *Descrição do Reino de Portugal*, Duarte Nunes Leão, dá-nos conta de várias personalidades estimadas fora de Portugal, o Cardeal D. Jaime¹⁴¹, Dom Antão Martins¹⁴², Bispo do Porto, Dom Pedro da Fonseca¹⁴³, João Afonso da Azambuja¹⁴⁴, Cardeal D. Jorge da Costa¹⁴⁵ e D. Miguel da Silva¹⁴⁶: “*De muitos Portugueses que por o valor de suas pessoas fora de Portugal forão estimados e alcançarão honras e dignidades*” de vários varões ilustres de Portugal. O relacionamento de algumas personalidades da corte portuguesa com centros “chave” da factura da nova mentalidade testemunham por exemplo o Bispo do Porto, D. Antão Martins, que frequentava a Cúria Romana,

¹⁴⁰ João Baptista de Castro, *Mappa de Portugal*, 1746, vol II, p.191

¹⁴¹ Duarte Nunes Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, Lisboa, 1610, fol 133v.

¹⁴² Idem, Op. cit., fol.134

¹⁴³ Idem, Ibidem.

¹⁴⁴ Idem, Ibidem.

¹⁴⁵ Idem, Ibidem.

¹⁴⁶ Idem, Ibidem

encomendou para a Basílica de Laterão um notabilíssimo túmulo, lavrado em 1477 por Isaías de Pisa e pelo famoso Filarete. Gaspar Barreiros refere o discurso em Roma a 1 de Agosto de 1481, do Bispo de Évora, D. Garcia de Menezes, dirigido ao Papa Sisto IV que causou grande impressão pela correcção, rigor e eloquência do Latim.

O Cónego Fernão Martins Coutinho de Lisboa, era reputado conhecedor dos assuntos de geometria e perspectiva, correspondendo-se com o Cardeal Nicolau de Cusa¹⁴⁷ e com o Médico Paolo del Pozzo Toscanelli, que afinal foi o mestre de matemática de Bruneleschi.

Poderíamos ainda referir o protector de Francesco Colonna, autor da conhecida obra *Hypnerotomachia Poliphili*, D. Jorge da Costa, o poderoso Cardeal Alpedrinha, que faleceu com 110 anos em Roma. O potente Príncipe da Igreja, que várias vezes esteve quase a ser eleito pontífice, foi dos mais ricos da Igreja e patrocinou várias obras do renascimento com encomendas a artistas de primeira linha. O seu túmulo em Roma na Igreja de *Santa Maria del Popolo*, na Capela de Santa Catarina é uma notável obra de finíssima escultura. O arco romano que existia na Via del Corso foi precisamente baptizado de *Arco dell Portogallo* porque o palácio do poderoso

¹⁴⁷ Segundo Erwin Panofsky atribui-se-lhe ser o formulador do moderno conceito de espaço.

Cardeal de Portugal, Palazzo Fiano junto a S. Lorenzo in Lucina, se situava ao lado deste monumento.

Não poderemos portanto afirmar que houvesse um alheamento aos “*ventos*” de Itália logo desde o início da Dinastia de Avis, atingindo o auge no contrato extraordinário com Andrea Contucci dal Monte San Savino, vulgarmente conhecido por Sansovino, efectuado por ordem de D.João II, através do banqueiro Sernigi em Florença a 9 de Dezembro de 1492. Na verdade D.João II, educado por mestres italianos contratados pelo pai, viria a admirar profundamente a corte Medicea, o seu brilho e esplendor cultural, que ele faria também introduzir nomeadamente nas cortes, recusando os trajes negros talaes da praxe e fazendo uma verdadeira festa colorida! Mas também com uma aproximação epistolar ao próprio Lourenço de Medicis com quem se aconselhara sobre a política cultural que melhor reformaria o reino.

“il Portogallo del secolo XV si specchia in questo documentario com la sua anima, il suo lirismo e la sua “saudade”, col realismo del suo “escarnho”, com la sua prima ammirazione verso le opere dell’antichità classica e la grande letteratura italiana scoperta attraverso la poesia di Castiglia, ed il cui attennato riverbero segna nella letteratura

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

*dell'estremo occidente iberico, il primo fenomeno di petrarchismo e di dantismo nel mondo lusitano*¹⁴⁸

Não fosse o posicionamento político das teses imperialistas planetárias militantes do reinado de D. Manuel, que subjugaram verdadeiramente a questão do estilo estilo, Portugal caminharia progressivamente para o orbe itálico renascentista, o que só virá a acontecer de novo a partir dos anos 30 de 500.

¹⁴⁸ *Relazione Storiche fra l'Italia e il Portogallo-Memorie e Documenti*, Reale Accademia d'Italia, Roma, 1940, p94.

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

***UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO
NACIONAL***

CAPÍTULO SEGUNDO:

ANTIQUÁRIOS E ANTIGUALHAS

1: O culto do “*Antico*”, teorias antiquárias do restauro

Inácio de Vilhena Barbosa na introdução ao livro de Joaquim Possidónio da Silva, *Noções Elementares de Archeologia* ¹⁴⁹, referindo-se ao período do Renascimento aberto pela devoção aos estudos da antiguidade promovidos por Petrarca, descreve: “*este segundo período da nova sciencia, que é denominado dos antiquarios, abrange os fins do século XVI, todo o século XVII e a primeira metade do século XVIII*”¹⁵⁰.

Utilizaremos a mesma denominação de antiquários que Vilhena Barbosa mas ampliamos essa denominação a todos os humanistas que se dedicaram ao estudo das antigualhas durante o século XV e todo o século XVI. Concordamos com aquele autor em estender essa denominação pelos séculos XVII e até à primeira metade do século XVIII.

Torna-se oportuno entender melhor esta denominação de antiquario e de antigualha, palavras então em voga antes da expressão moderna da arqueologia, através de uma pesquisa em vários léxicos.

¹⁴⁹ Joaquim Possidonio Narciso da Silva, *Noções Elementares de Archeologia*, Lisboa, Lallement Frères, 1876.

¹⁵⁰ Idem, Op. cit., Introdução, p.X

Começando por uma celebridade bibliográfica de todos os antiquários, o célebre *Calepinus, Septem linguarum*¹⁵¹:

“antiquarius, ii, m, antiquario, φιλαρχαίος, qui est antiquitatis studiosus, maxime in verbis & sermone... item librarius, qui codices vetustos describit. Sidon. Apoll. l. 9 ep. ult.”

Define-se portanto como aquele que é um estudioso das antiguidades, associando sobretudo às letras, portanto mais na dimensão filológica.

No *Prosódia*¹⁵² do Padre Benedicto Pereira, obra de um Eborense de finais do século XVI: *“antiquarius, a, um; Cousa amiga de antiguidades, v. Suetonio”*. O *Magnum Lexicon*¹⁵³, define *“antiquarius; Suet. O Antiquario, amigo de antiguidades e palavras antigas”*.

No *Dicionário de Português-Latino* de Pedro José da Fonseca¹⁵⁴, considerado o dicionário da Reforma Pombalina, define: *“antiquario, m. ria, f. o que, ou a que é versado no estudo das antiguidades, Antiquarius, ii, m. Suet. Antiquitatis Investigator. Cic. Antiquitatis peritus, Gell. No feminino Antiquaria, ae, f. Juv.”*

¹⁵¹ Trata-se da edição tardia dirigida aos Seminários de Pádua, impressa em Veneza por Johannis Baptistae Gallicciolli em 1778.

¹⁵² Referimo-nos à edição mais corrente, a 10ª, de 1750, de uma obra efectuada nos finais do século XVI. Foi o Dicionário da Academia Eborense e esteve condenada no Index.

¹⁵³ *Magnum Lexicon, Latinum et Lusitanum* de Frei Josepho Antonio Ramalio, 4ª edição, Lisboa de 1833.

¹⁵⁴ *Dicionário Português-Latino*, 9ª edição, Lisboa, 1879.

O célebre dicionário de antiguidades de Samuele Pitisco, *Lexicon Antiquitatum Romanorum et Graecarum*, de 1713, dá-nos três definições: “*antiquarium, graec ἀρχαιον dictum, erat locus, in quo vetustae memoriae res conservabantur. Pancirol. De Magistrat. Municip. C.10; Antiquarius dicebatur, quis antiquario, & scriptus praeficiebatur. Pancirol. De Magistrat. Municip.c.20; Antiquarius etiam dicebatur, qui bibliotheca codices scribebat.; Antiquitate restant, praeter infinita non ignobilia rudera, Pantheon, columnae Trajani, & Antonini, obelisci plures, sepulcrum Cesti, amphitheatrum Titi, theatrum Marcelli, moles Adriani, arcus triumphales Titi, Alexandri Severi, Constantini.*”

No *Dicionário da Língua Portuguesa*¹⁵⁵ de António Moraes Silva, define-se:

“*antiquario, s.m. Homem dado ao estudo de antigualhas, antiguidades*”, e também:

“*antigualha, s.f. Coisa usada antigamente. Resto da Antiguidade. Goes Chron. Princ.M.L. tom3, fol.127.colII ruínas “antigualhas de Meliapor” reliquias do que foi. Lucena, 3.4. “em meyo das quaes-estavão as de hum templo. Monumento, notícia, historia da antiguidade”.*”

¹⁵⁵ Trata-se da 4ª edição Lisboa de 1831 de uma verdadeira obra de referência em termos de dicionários da língua portuguesa.

Na maioria das etimologias o *antiquário* está relacionado directamente com os estudos filológicos ou com códices antigos. As *antigualhas* correspondem aos monumentos em si.

É verdade que o progresso dos estudos e da pesquisa de textos clássicos, a partir de Petrarca, conduziu a uma preparação mental que permitiu progredir do campo do comentário literário e filosófico, para a análise histórica, arqueológica e arquitectónica. Entende-se, portanto, o percurso etimológico e a origem “*literária*” da expressão *antiquário*. No respeitante a *antigualhas*, referiam-se a testemunhos, objectos ou monumentos coevos dessa antiguidade. Modo geral as antigualhas referiam-se a *locus*, tais como as *antigualhas*... de determinado lugar.

Os estudos antiquários acabavam por descobrir e depois valorizar o vetusto prestígio de algumas cidades, que, baseadas numa glória passada, vinham reivindicar umas sobre as outras a sua precedência e antiguidade, ou ainda a distinção do fundador.

Conhecemos a história de Pádua e do troiano Antenor, através da epígrafe erradamente referida a Tito-Lívio, mas também a de Verona, chamando em seu abono, ser a pátria de Virgílio e depois de Vitruvius (

este último justificado pela descoberta de uma epígrafe num arco triunfal).

A obra de Villani, *De Origine Civitatis Florentiae*, reflecte este mesmo tipo de *antigualhas*. Em Ferrara, como ornamento de prestígio, edificaram-se falsas ruínas romanas para chamar a si uma “*aurea*” antiguidade, através dessas mesmas “*antigualhas*”.

Claro está que neste entusiasmo e na indisposição de conhecimentos seguros todas as ruínas se identificavam como “*antigualhas*” portanto com a antiguidade. Na presença dessa generalidade de antiguidades operante, muitas obras tardias se tomavam como referências desse período “*glorioso*”!

Foi assim por exemplo que o românico toscano foi entendido como testemunho romano e tomado como inspiração para na Renascença..

Bruneleschi, antes de conhecer as ruínas de Roma, que abundantemente desenhou e mediu com Donatello, conforme nos informa Vasari, inspirou-se e desenvolveu o seu sistema de ritmos a partir das tipologias dos baptistérios e de outros edifícios do ricamente ornamentado estilo românico toscano. Até um profundo conhecedor e acuto observador como Alberti se inspirará nestes edifícios, considerando-os erroneamente como romanos.

Até então, o conhecimento da antiguidade era um misto de sentimento de grandeza perdida envolvido numa extensa bruma de mitos de que os *Mirabilia* eram um rico sustento. Com excepção de alguns relatos de visitantes de Roma ou de outros locais em que os edifícios romanos ainda testemunhavam a sua imponência, o conhecimento efectivo dos edifícios e da topografia era praticamente nulo. Por parte dos artistas criava-se uma aproximação dos modelos sugeridos pela antiguidade.

Desde a numismática e da epigrafia às ruínas, um campo extenso de estudo aguardava métodos de análise adequados. Neste campo deveremos destacar em particular o protagonismo de duas personalidades que efectivamente com uma análise rigorosa deram o início a estes estudos, Flavio Biondo¹⁵⁶ e Leão Batista Alberti.

Biondo era funcionário da Cúria e cultivado humanista. Elaborou uma descrição sistematizada de Roma com um estudo detalhado de história e topografia, denominada *Roma Instaurata*, publicado em 1446, seguido da *Italia Illustrata* em 1453 e da *Roma Triumphans* em 1459. Foi o iniciador do

¹⁵⁶ Para informação aprofundada sobre Flavio Biondo consulte-se: R.Weiss "Flavio Biondo archeologo" em *Studi Romagnoli*, 14 1963, pp335-41; R. Fubini, "Biondo Flavio, no *Dizionario Biografico degli Italiani*, vol.X, 1968, p.547-548; B.Nogara, *Scritti inediti e rari di Biondo Flavio*, Roma, 1927, pp.115-30; A.. Schnapp, *The Discovery of the Past*, Paris, 1993, Ed.1996, pp. 122, 139, 176 e 339.

conceito “*media etas*”, que historicamente interpõe entre a antiguidade romana e os seus tempos.

Desde logo se apresenta com uma notável consciência histórica, que o levou a considerar uma história geral da Itália que demonstrasse uma continuidade desde o século V. Seguiu a inspiração no *Antiquitates* de Varrão cuja influência foi duradoura. O sistema de classificação aplicado a todas as antiguidades, sagradas, públicas, militares, privadas, triunfais, a fórmula: “*Qui homines agant, ubi agant, quando agant, quid agant*” (Varrão): quem são os agentes, quando, onde e quem?¹⁵⁷

Recorde-se que este método virá a constituir um dos primeiros padrões de abordagem do passado. Justamente a redacção de uma evolução cronológica, factológica e sistemática, permitirá criar o sentimento temporal e sustentar a ideia de passado num contexto de filiação e de herança cultural e patrimonial.

Em *De Verbis Romanae Locutionis*, redigido em 1435, dissertou sobre a linguagem corrente da antiga Roma. Este conhecimento minucioso de particulares da antiguidade fez dele um reconhecido entendedor, permanentemente consultado em questões envolvendo um conhecimento

¹⁵⁷ A.. Schnapp, Op. Cit., pp. 122

pormenorizado da antiguidade. Mas o que o apaixonava mais eram de facto as ruínas entre as quais apreciava deambular e estudar. Sentia de facto através desses testemunhos uma relação tangível com esse passado que admirava.

Este seu interesse veio a constituir-se na grande obra da sua vida, a descrição e reconstrução de Roma antiga. Para tal consultou os clássicos latinos, estudou Plutarco, os registos constantinianos existentes, e não desdenhou testemunhos religiosos que atentamente corrigiu. Procedeu a cuidadosa análise dos materiais de construção, das epígrafias, dos mais variados elementos dignos de registo e que permitissem deitar uma luz, por mais diminuta informação que fosse.¹⁵⁸ Por exemplo, na análise de alguns grandes tijolos, encontrados próximo de S. Silvestre, com um selo de inscrição referindo-se a Domiciano, levou-o a conjecturar que fossem os restos de um grande edifício de termas ou até da *naumachia* edificada por este Imperador. Das análises epigráficas e numismáticas retirou semelhantes conclusões, demonstrando assim todo um novo método de pesquisa, toda uma nova lógica do conhecimento, sustentada no confronto das várias informações.

¹⁵⁸ Roberto Weiss, *La scoperta dell' antichità classica nel rinascimento*, Ed. Antenore, Padua, 1989, p76.

Biondo frequentemente lamenta-se da destruição dos edifícios utilizados como simples carreira de materiais de construção, desmontados e reduzidos a cal.

A arqueologia romana iniciada por Flavio Biondo manter-se-á actualizada por mais de um século com pequenos ajustes. A sua divisão em regiões, as descrições dos monumentos e atribuições atingiram para a época um raro grau de rigor o que veio a permitir um grande avanço no conhecimento da arqueologia e história romana.

Alberti apresentará o seu modelo de “*instauratio*”, de restauro do antigo, sobretudo através da sua obra, nomeadamente o *De Re Aedificatoria*. Dado entrarmos com este autor no campo da Tratadística, relacionada com a interpretação de Vitrúvio e da propagação do tratado de que a sua *De Re Aedificatoria* é uma obra de referência, será então importante, passarmos em observação as que se apresentam como referenciais para a teoria antiquária e tratadística do restauro.

O ponto de partida é o autor romano, Marco Vitrúvio Polião.

O único texto que se refere à arquitectura e que se manteve quase incólume ao longo dos tempos desde a antiguidade romana do primeiro século, foram os *Dez Livros* de Vitrúvio¹⁵⁹.

Copiado várias vezes, o manuscrito de Londres, do British Museum, *Harley 2767*, parece ser o mais antigo. Teria pertencido a Goderammo de S. Pantaleão de Colónia, chamado em 996 pelo Bispo Bernardo de Hildesheim como primeiro Abade de S. Miguel. Atesta conjuntamente com outros manuscritos e referências¹⁶⁰, o percurso limitado mas não totalmente ignorado deste texto.

Revela-se igualmente oportuno, também esclarecer uma questão frequentemente citada, referente à “descoberta” do manuscrito de Vitrúvio

¹⁵⁹ Consulte-se a extensa bibliografia dedicada a Vitrúvio: J. Jolles, *Vitruv Aesthik*, tese, Freiburg, 1906; Ludwig Sontheimer, *Vitruv und seine Zeit*, tese, Tübingen, 1908; Auguste Choisy, *Vitruve*, Paris, 1909; Adalbert Birnbaum, *Vitruvius und die griechische Architektur*, Viena, 1914; Achille Pellizzari, *I trattati intorno alle arti figurative in Italia e nella Penisola Iberica*, vol II (obra incompleta nomeadamente no que se refere à península), Nápoles, 1915; W. Sackur, *Vitruv und die Poliorketiker*, Berlim, 1925; Erik Wistrand, *Vitruvstudier*, tese, Gutenberg, 1933; F. Pellati, *Vitruvio*, Roma, 1938; E. Stuerzenacker, *Vitruvius uber die Baukunst*, Essen, 1938; Friedrich Wilhelm Schlicker, *Hellenistische Vorstellungen von der Schonheit des Bauwerkes nach Vitruv*, Berlim, 1940; C. J. Moe, *Numeri di Vitruvio*, Milano, 1945; Paul Tielscher, *Vitruvius Mamurra*, RE, II serie, vol. XVII, 1961, col. 427-89; Roland Martin, “Vitruvius”, in *Enciclopedia Universale dell'arte*, vol. XIV, 1966, col. 832-7; Hugh Plommer, *Vitruvius and Later Roman Building Manuals*, Cambridge 1973; Hanno-Walter Kruft, *Geschichte der Architekturtheorie von der Antike bis zur Gegenwart*, Munique, 1985.

¹⁶⁰ Conhecem-se referências a Vitrúvio na obra de Sto. Isidoro de Sevilha (560-636), que o conhece através das referências de Varrão no *Antiquitates*; em Rabano Mauro (780-856) na sua obra *De Universo Libri XXII*; numa carta de Eginardo e na herança carolíngia de modo muito limitado; foram todavia Petrarca e Boccaccio os primeiros a chamarem a atenção sobre a obra de Vitruvio. Villani igualmente o referencia e estudou.

por Poggio Bracciolinni. Afinal teria sido descoberto na Abadia de Montecassino ou no Mosteiro de S. Gall?

A expressão “*descoberta*”, deverá ser entendida nos termos de saber ler e aplicar o texto a uma realidade, e nomeadamente a da leitura do “*livro da architectura*” e dos edifícios. Compreende-se que Poggio seja considerado o seu “*revelador*” pois o seu interesse pelas antiguidades romanas e códices antigos, permitia-lhe classificar e divulgar a importância deste texto, dando-lhe a dimensão que o manuscrito efectivamente tem no domínio da architectura e das artes em geral.

Poggio Bracciolinni é um dos grandes arqueólogos, não se limitando a descrever quanto via, mas colocando interrogações, procurando resposta nas antigas ruínas, examinando as estruturas, valendo-se de informações cruzadas, o que representa efectivamente a base da actividade antiquária. Soube aproveitar das suas viagens e pesquisas pelos cartórios e bibliotecas das grandes abadias, onde localizou obras que se desconheciam ou consideravam-se perdidas.

Em Montecassino, encontrou efectivamente a obra de Frontinus sobre os aquedutos, que permitirá fazer luz sobre um dos aspectos mais extraordinários da construção romana e será uma obra extremamente

lida por finais do século XV e inícios de XVI. É um texto que igualmente se refere a Vitrúvio, reconhecendo a sua autoridade como tratadista. Confirmando igualmente a excelência deste texto no panorama dos textos antigos sobre edificações, resultou a publicação por vezes conjunta do texto de Vitrúvio com o de Frontinus.

Poggio também estudou com particular interesse as portas de Roma, delas fazendo ampla e detalhada descrição, ao ponto de distinguir os materiais de construção de épocas diversas e servir-se da epigrafia para efectuar datações e atribuições.

Entende-se bem a capacidade cultural de Poggio para dar o devido valor ao texto de Vitrúvio.

Ora ficou demonstrado que, em 1414, Bracciolini se encontrava em Constança e não em Montecassino, e que só em 1416 teria “*descoberto*” o códice Harleianus, que aí se conservava.¹⁶¹ Sendo então claramente atribuído, a Poggio Bracciolini, a moderna “*descoberta*” do texto de Vitrúvio, confirmando-se ter ocorrido em S. Gall e não na Abadia de Monte Cassino como referia uma tradição oposta.¹⁶²

¹⁶¹ Herbert Koch, *Von Nachleben des Vitruv*, Baden-Baden, 1951, p.15,n.18; L. A. Ciapponi, “Il De architettura di Vitruvio nel primo Umanesimo”, in *Italia Medievale e Umanistica*, vol.III, 1960, p.98.

¹⁶² Entre outros autores, Silvie Deswarte é da mesma opinião.

O certo é que o texto ia correndo entre os eruditos, os artistas, e nas cortes simpatizantes com os estudos clássicos¹⁶³.

Lorenzo Ghiberti possuía um manuscrito medieval de Vitrúvio, talvez até o códice de Sélestat.¹⁶⁴ Chegou até a traduzir em parte o texto, enquadrado possivelmente numa ideia de constituir um tratado. Sabe-se que para a edificação de Sto. Stefano (1427-28) utilizou proporções vitruvianas.

Em Nápoles, Afonso de Aragão, reestruturando o *Castelo Nuovo*, edificado pelos Anjou, recorreu ao estudo de Vitrúvio para instalar o seu palácio no interior, expandindo a fortificação para o exterior, criando jardins e uma notável porta de nítida inspiração nos arcos de triunfo romanos. Refere-se Laurana como o autor das obras e certamente para a época um dos primeiros arquitectos a referir-se a Vitrúvio como instrumento de utilidade profissional e não documento filológico.

¹⁶³ Já vimos que em Portugal, desde os finais do século XV que Vitrúvio contava entre as obras reunidas na Biblioteca da Sé de Braga.

¹⁶⁴ Gustina Scaglia, "A translation of Vitruvius and Copies of Late Antique Drawings" em *Buonaccorso Ghiberti's Zibaldone*, in Transactions of the American Philosophical society, vol.LXIX, parte I, 1979.

Confirma-nos Antonio Beccadelli, autor de uma biografia sobre este ilustre príncipe de Aragão, que Afonso...”*a fatto portare il libro di Vitruvio sull’architettura*”...

Aeneas Silvius Piccolomini, Papa Pio II, ao realizar o seu projecto de capital em Pienza (1459-64), com a colaboração de Bernardo Rosselino, refere-se a Vitrúvio, que cita nos seus célebres *Commentarii*.

Os *Dez Livros* dividem-se do seguinte modo: no primeiro Livro Vitrúvio define o que é o Arquitecto, as matérias em que deve ser formado e a sua prática, na forma de implantar e planear as cidades, e ainda sobre os vários templos; no segundo Livro refere-se aos materiais e à sua aplicação, bem como aos sistemas gregos; no terceiro Livro refere-se aos estilos, ou seja às várias tipologias dos templos gregos, nomeadamente refere-nos o Jónico; no quarto Livro retomando os estilos desenvolve o Coríntio, o Jónico, o Dórico e o Toscano, referindo-se aos altares; no quinto Livro alonga-se a descrever outras tipologias de edifícios tais como forums, basílicas, teatros, colonatas, banhos, instalações portuárias, etc.; no sexto Livro descreve as implantações e o planeamento em particular das casas; no sétimo Livro refere mais técnicas de construção, nomeadamente dos pavimentos, das estradas, dos pavimentos em mosaico, das abóbadas, de vários aspectos

de decoração das paredes, estuques, frescos, das cores, etc.; no oitavo Livro trata da hidráulica, do fornecimento de água e dos aquedutos; no nono Livro discorre sobre a astronomia, das observações gregas e romanas, dos sinais do zodíaco, dos planetas, das fases da lua, das constelações, da astrologia, gnómon e relógios de sol; no décimo Livro refere-se às máquinas de guerra e outros mecanismos de aplicação diversa.

Vitrúvio aparenta ser um verdadeiro arquitecto, ou seja formado na prática e na teoria como ele próprio define. O seu saber teórico e as suas incursões em aspectos do passado do conhecimento grego demonstram quanto o passado pode sustentar uma prática segura respaldada na autoridade da experiência helénica. O seu conhecimento dos exemplos gregos, dos vários autores, mas também dos principia , incute-lhe a autoridade para decidir no presente.

O modelo vitruviano, pedra fundamental do arquétipo arquitectónico define o Arquitecto em primeiro lugar, define os principia (a célebre trindade vitruviana, *firmitas, utilitas, venustas*) e constrói o campo de intervenção do Arquitecto, arquitectura religiosa, civil e militar, conforme se colhe da descrição dos dez capítulos da obra.

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

O texto de Vitróvio surge também como um fato colorido em substituição das vestes monistas do período medieval, em que os “segredos” da loja eram ciosamente preservados e transmitidos em derradeira instância. A referência a Vitróvio tornou-se a chave do prestígio dos arquitectos do renascimento e não só, porque o conhecimento do texto permitia a ascensão na hierarquia social através do processo da *aristo* do saber tal como a define Aristóteles.

Vitrúvio permitiu a ponte entre os duques e os seus artífices, fomentou discussões eruditas e nomeadamente despertou a emulação.

Com Leão Batista Alberti (1404-72), inicia-se a interpretação e a aplicação do texto de Vitróvio como modelo pedagógico e profissional. Alberti apresentava-se como um homem muito culto, cheio de talentos e saber, escreveu sobre muitos temas diversos em que demonstrou capacidades de observação extremas. Os seus escritos dedicam-se a várias áreas, desde um tratado sobre a família, bem como um outro sobre a pintura, outro sobre a escultura e por fim o que lhe trouxe maior fama, sobre a arquitectura. As suas obras desde logo se mostraram merecedoras de admiração e sustentaram um padrão cultural humanista que será continuado e também imitado em diversos períodos históricos.



Nasceu em Génova a 14 de Fevereiro de 1404, estudou em Pádua e Bolonha, onde se preparou em direito, física e matemática, licenciando-se em Direito Canónico em 1428. Presume-se que durante os anos de 1428 a 1432 se teria ausentado por França, Alemanha e Bélgica, no séquito do Cardeal Albergati.

Do seu contacto com o Patriarca de Grado, de que foi secretário resultou um primeiro benefício eclesiástico, o Priorado de S. Martinho em Gangalandi. Já nos seus contactos com a Cúria Romana, pode conhecer importantíssimas figuras, que como ele próprio se interessavam aos estudos clássicos, e dos quais muito aprendeu, tais como Bruni, Poggio e Flavio Biondo.

Resultaria deste primeiro contacto com Roma os primeiros estudos sobre a arquitectura e o contacto com o texto de Vitruvius.

Integrado no séquito do Papa Eugénio IV, veio a conhecer o círculo dos artistas florentinos, chefiados por Brunelleschi e Donatello, na deslocação a Florença em 1434. Assim, em 1435 traduziu em italiano o seu tratado, *De Pictura*, que dedicou a Brunelleschi.

A partir de 1443, a sua vida assenta em Roma com viagens pontuais a Rimini, Florença, e Mantua.

O seu papel de conselheiro para a arquitectura e a urbanística junto do Papa Nicolau V e dos príncipes dos vários estados italianos, constitui, para além do reconhecimento individual do artista já atribuído a Bruneleschi, a aceitação da disciplina da arquitectura como uma unidade própria de saber. Tal como outros se demonstravam experientes nas antiguidades ou na topografia, Alberti demonstrou a disciplina da arquitectura, revelando-a no verdadeiro sentido vitruviano, constituída por uma Teoria e uma Prática.

A sua obra mais famosa em dez livros, denominada *De Re Aedificatoria*¹⁶⁵, apresenta-se como um verdadeiro renascimento da teoria vitruviana, mas construída na nova linguagem e aplicada às novas solicitações teóricas e práticas das côrtes e dos príncipes humanistas.

Do ponto de vista filológico, filosófico e estético, Alberti reúne as teorias platónicas e aristotélicas, na retórica ciceroniana, impregnado também na filosofia contemporânea nomeadamente em Nicolau de Cusa.

Vitrúvio é, sem dúvida, o modelo (*firmitas, utilitas, venustas*) que Alberti segue, tanto na divisão e sistematização dos assuntos, nas terminologias, na

¹⁶⁵ Leonis Baptistae Alberti, *De Re Aedificatoria*, antes de ser impresso circulou em várias cópias manuscritas, mas a primeira edição estampada ainda na redacção inicial em latim é de 1485, foi editado também em latim em Paris em 1512 e em Estrasburgo em 1541, foi depois traduzido em língua italiana em 1546, 1550, 1565, traduzido em francês em 1533 e em espanhol em 1582 e depois 1640. Se porventura a tradução de André de Resende tivesse sido editada, esta obra teria tido também uma versão em português que estaria entre as primeiras em vulgar.

classificação e distribuição das ordens da arquitectura, pormenores técnicos, etc. Não aceita plasmado as teses vitruvianas, antes indagando o porquê. Na crítica que enuncia, acusa o texto de Vitróvio de ter sido truncado ao longo das traduções e recensões, a obscuridade de certos termos, apontam para as duas vias de investigação subsequentes. Por um lado a procura filológica das fontes, por outro a interpretação de expressões menos claras do texto. Esta metodologia lançou também o modelo de crítica ao texto vitruviano que será retomado noutras edições.

A este propósito convirá acrescentar que hoje sabemos, através da extensa crítica vitruviana, que o autor romano se encontrava no momento preciso de teorização da disciplina, utilizando expressões gregas já consolidadas ou redigindo de forma fonética em língua latina. Quem estudar as raízes etimológicas das variadas terminologias verá que Vitróvio não dominaria totalmente o grego, senão teria traduzido muitas das expressões para latim.

Alberti define o papel da arquitectura e do arquitecto como uma motivação social, como um serviço à humanidade. Valoriza a arquitectura, distinguindo-a na presidência das artes. Coloca claramente o arquitecto distanciado do artífice (*faber*), que se dedica a um trabalho manual e

instrumental. Valoriza o papel do Arquitecto associando-o ao seu papel fundamental na imagem e decoro dos estados, que como já vimos era um aspecto fulcral na afirmação das individualidades urbanas das cidades-estado italianas e apanágio dos grandes e esclarecidos príncipes. Por outro lado o Arquitecto representa a capacidade de materializar o ambiente de virtude adequado ao novo modelo humano.

Refere que o edifício é uma espécie de corpo formado por linhas e matéria, em que as linhas são criadas pelo espírito. Depois de estabelecer as suas premissas teóricas, Alberti evolui para o material das construções, discutindo os tipos e as funções dos edifícios, concluindo com aspectos decorativos e estéticos.

No Livro I estabelece as definições e os desígnios; nos Livros II e III, abordando substancialmente o contexto vitruviano da firmitas, discorre sobre os materiais e as construções; nos Livros III e IV, aplicando-se a tratar da utilitas, trata das funções e tipologias dos edifícios; nos Livros VI a IX, abordando o contexto da venustas, dedica-se a vários temas, à decoração, aos edifícios sacros, públicos e privados, tratando da teoria das proporções e do restauro; no Livro X estabelece as conclusões de carácter geral.

Redigido em latim por Alberti, apresentado assim sob uma forma erudita, sublinha-se o carácter do leitor da obra que não é propriamente o artífice, neste caso o “*técnico*”, mas antes os responsáveis políticos e príncipes, que encontrariam na obra amplos critérios para estabelecerem um programa, no todo e no pormenor¹⁶⁶ para as suas manifestações em matéria de edificação. A urbanística é arquitectura porque também a cidade é um monumento. Aliás parece que em parte a motivação para a obra teria partido de Lionello d’Este, segundo Krautheimer. Para Alberti o ser-se arquitecto é fazer parte dessa elite:

“l’architettura è una grande impresa, che non è da tutti poter affrontare. Ocorre esser provvisti di grande ingegno, di zelo perseverante, di eccellente cultura e di lunga pratica, e soprattutto di molta ponderatezza e acuto giudizio, per potersi cimentare nella professione di architetto. Giacché in architettura la maggior gloria tra tutte sta nel valutare con retto giudizio che cosa sia degno. Costruire, infatti, è una necessità; costruire in modo da ottenere l’approvazione degli uomini di costumi splendidi, senza peraltro esser riprovati

¹⁶⁶ Leia-se a analogia Albertiana etre a casa e o estado, em que o estado é uma grande casa, e a casa um pequeno estado: “...se la Città secondo la sentenza de Filosofi è una certa casa grande, e per lo opposito essa Casa è una piccola Città...” LI,c.9. Esta analogia sublinha também uma concepção tipicamente Albertiana da infinidade fenomenológica da arquitectura com a infinita multiplicidade fenomenológica da natureza

*dagli uomini frugali, può solo provenire dall'abilità di un artista dotto, saggio e
giudizioso.”*

Na concepção albertiana, o arquitecto apresenta-se como um integrador da trindade vitruviana, assistido pelo método da analogia, a gerir na grande e na pequena escala. A procura da razão, do motivo, leva o arquitecto a entender e a poder operar no encadeamento das coisas.

A questão da conservação e do restauro, surge assim no tratado de Alberti através de várias áreas que dizem respeito aos pressupostos teóricos e práticos enunciados na obra.

Em primeiro lugar, se dermos leitura das críticas ao texto de Vitróvio, é lícito concluir que Alberti reconhece alguma obscuridade e dúvidas face à explanação. A sua versão, retira da obra romana a trilogia de princípios, firmitas, utilitas, venustas, adaptando-a aos conceitos filosóficos do tempo. No entendimento humanístico, é traçada a analogia entre o modelo “*dos Antigos*” e o expurgar do texto da arquitectura. As leis da proporção, da correspondência entre as partes através de módulos, e o sentimento do Belo são aspectos relevantes da teoria Albertiana.

Assim, nestes termos, é conduzido a afirmar quanto os homens são responsáveis pela deterioração do património artístico, por

incapacidade de avaliação da qualidade da obra arquitectónica, no seu todo e nas suas partes.

Com oportunidade lamenta no Livro VI, Capítulo I, que os exemplos de magníficas coisas antigas, templos e teatros, onde os Mestres poderiam inspirar-se abundantemente com grande proveito, são abandonados à ruína de dia para dia. Preferindo esses mestres antes buscar inspiração nas extravagâncias arquitectónicas de além Alpes, referindo-se assim ao antigo modelo gótico.

Decorre então da necessidade de se estudar profundamente as obras dos antigos pela riqueza de ensinamentos que testemunham, e pelo dever de contribuição social a que se obriga o arquitecto:...”*et nello andare esaminando cose tanto grandi, tanto degne, tanto utile, & tanto necessarie alla vita de gli huomini, non giudicavo che é fusse da farsi beffe, delle cose, che a me, che volevo scrivere mi si facessino spontaneamente incontro. Et pensavo che fussi officio d’huomo da bene & studioso, lo sforzarsi di liberare questa scientia, la quale sempre i piu savi antichi stimarono assai, dalla sua annichilatione & rovina*”¹⁶⁷

No livro IX, em que aborda as questões do restauro, recorre à analogia do Médico com o Arquitecto. Ambos só podem actuar através do

¹⁶⁷ L.B.Alberti, Op. Cit., L.VI,Cap.I.

diagnóstico, do estudo dos sintomas e da descoberta das causas que implica o conhecimento dos processos envolvidos. No caso do Arquitecto, este obriga-se a conhecer e a saber ler os assentamentos e defeitos de uma unidade arquitectónica, passível de “*diagnóstico*” e descrição: “*Perciòche i Medici in questo medesimo modo giudicano, che nel conoscere la qualità del male d’uno infermo, consista, la somma de rimedii da guarirlo*”¹⁶⁸ Exemplo detalhado do rigor do diagnóstico, exprime no Livro X, Capítulo XVI, em que observa os danos provocados na minagem das estruturas através das raízes da figueira brava¹⁶⁹: “*il fico salvatico è un ariete sordo contra le mura, ne è cosa da crederla à dir ‘quanto io habbia veduto pietre grandissime smosse e cavate de luoghi loro, per la forza, & quasi per conio di una barbolina infra le congiunture*”¹⁷⁰...

Alberti avança com a mesma preocupação de estabelecimento de uma lógica de discurso que permita o entendimento de uma “*praxis*”. Enuncia em primeiro lugar os defeitos de execução que se apresentam desde logo na origem do edificado, cuja responsabilidade recai na concepção da estrutura, portanto no arquitecto. Em segundo lugar considera o tempo,

¹⁶⁸ Idem, Op. cit., L.X.Cap.1

¹⁶⁹ É curioso notar este problema levantado por Alberti, referido também no relatório de Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque sobre o restauro do edifício da Batalha.

¹⁷⁰ L.B.Alberti, Op. Cit., L.X, Cap.XVI

entenda-se o decaimento natural dos materiais na sua exposição à intempérie e sujeição aos fenómenos naturais, mas de que responsabiliza os homens pela falta de manutenção e incúria, onde a ignorância cultural tem um papel relevante: ...”*i tormenti della vecchiaia sono pieni di insidie & molto potenti, ne possono i corpi sforzarsi cōtro a patti della natura di nō invecchiare...Da questi tormenti veggiamo i durissimi sassi consumarsi, aprirsi, & infracidarsi; & col tempo spiccar dalle alte ripe...Se Daqui inanzi noi habbiamo a disputare de difetti, da emendarsi, delli edifitii, è bisogna considerare quali sieno certamente quei difetti che si possono dalle mani delli huomini emendare...I difetti delli edifitii, & publici & privati alcuni son’ nati, & causati dallo Architetto, & alcuni vi sono stati portati d’altronde; & di questi ancora ad alcuni si può riparare com l’arte, & com lo ingegno, & ad alcuni altri non si può dare rimedio alcuno. Dallo Architetto procedono quelli, che noi dicemmo nel passato libro quasi mostrandoli a dito. Conciosia che alcuni sono difetti dello animo, & alcuni delle mani: dello animo sono la elettione, lo scompartimento, la distribuzione, il finimento, mal fatto, dissipato, & confuso. Ma i defetti delle mani sono apparecchiamento delle cose, il provederle, il murarle, & metterle insieme poco accuratamente & a caso & simili, ne quai difetti, i poco diligenti, & mal’ considerati*

*facilmente incorrono...ma non tutti i difetti che procedono d'altronde sono però inemendabil'...*¹⁷¹

Alberti reconhece e identifica o problema da degradação dos edifícios que avançados no decaimento, são depois deformados pela intervenção que os devia preservar. Esta última observação torna-se relevante em Filarete onde é vista de modo diferente, pois este autor sustenta antes a tese da manutenção, como modo de salvaguarda do decaimento das estruturas.

Neste processo de investigação das causas da degradação dos edifícios, Alberti exalta a atitude dos antigos na tutela, levantando a ideia de uma estrutura normativa e técnica de protecção, este aspecto será efectivamente estabelecido mais tarde, com a nomeação de Rafael de Urbino para o cargo de Perfeito dos Mármore, assunto que trataremos mais adiante:

“io lodo grandemente gli Antichi che soldavano le famiglie che avessino ad havere cura alli edifitii pubblici, e li difendessino. Agrippa per tal' conto ne lasciò pagati dugento cinquanta. Ma Cesare 460 & lasciarano alli edifitii quindici piedi vicini che stessino liberi intorno alli Aquidotti, accioche i fianchi e le volte delli Aquidotti non fussino intrapresi da alcuna radice di Alberi che gli rovinassero, questo medesimo pare

¹⁷¹ L.B.Alberti, Op. Cit., L.X, Cap.I.

*che facessino ancora i privati, in quelli edifitii, che é volevano che fussino eterni, perchioche ne le muraglie de loro sepolcri, scrivevano quante braccia di terreno lasciassino consegrate alla religione, altri quindici e altri venti’ ...*¹⁷²

Por fim, Alberti leva-nos num discurso teórico sobre qualidade e dimensão urbana, nomeadamente sobre a importância das praças, reconhecendo a necessidade de conservar as preexistências paisagísticas e ambientais, através de uma adaptação ao terreno em lugar de alterações profundas e escavações que desajustam o território e se revelam de extrema despesa.

Em resumo, a proposta de Alberti, transforma o modelo menos legível de Vitrúvio, retira a síntese preciosa do modelo antigo que é mestre de ensinamentos e de experiência. O modo como esclarece a hierarquia das ordens através do exemplo do Coliseu, introduzindo a ordem toscana como local, bem como a tipologia do modelo do arco triunfal explorado como gerador de uma linguagem arquitectónica, são aspectos dessa mesma crítica e constituintes de um novo modelo.

Esta demonstração é bem mais visível através das suas várias obras, como a do Palácio Veneza, a da Capela dos Malatesta em Rimini ou S.

¹⁷² L.B.Alberti, Op. Cit., L.X, Cap.XVI

Andrea em Mantua, etc. Com propósito refere logo no início: *“percioche, o il repugnare alla consuetudine toglie il più delle volte la gratia, o lo acconsentire arreca guadagno & fa bene: conciosia che gli altri approvatissimi Architettori, parche habbino com il fatto acconsentito, che questo scompartimento, o Dorico, o Ionico, o Corinthyo, o Toscano, sai più di tutti gli altri comodissimo; non che quasi forzati da leggi doviamo accostarsi a loro, in trasportare in questa nostra opera, i loro disegni; ma doviamo sforzarci (ammaestrati da loro) di mettere innanzi nuove cose trovate da noi, per vedere se gli si può acquistar’ pari o maggiori lodi di loro”*¹⁷³

É de reconhecer na obra de Alberti o padrão da leitura do “*livro da architectura*”, do estabelecimento de toda uma lógica conceptual que integra o discurso das analogias e onde o papel do passado como padrão se revela fundamental. Não como uma miragem mítica ou apanágio de preexistência, mas num discurso concreto em que a analogia da tradição local é tão relevante como o estudo da herança patrimonial. Na edificação do presente, estão igualmente incluídos os ensinamentos do passado, para que mais tarde o próprio presente se encontre no mesmo “*livro da architectura*” do passado.

¹⁷³ L.B.Alberti, Op. Cit., L.I, Cap.IX

Quem se refere ao edifício, refere-se à cidade. Testemunha desta ideia albertiana a Bula de Pio II Piccolomini, para a protecção das antiguidades, Cum aliam nostram Urbem de 28 de Abril de 1462, e a de Sisto IV della Rovere de 1474, *Cum provida Sanctorum Patrum decreta*. A primeira proíbe sob pena de prisão e confisca, a demolição ainda que parcial, ou mesmo a destruição de monumentos e antigas ruínas, enquanto a segunda proibia a alienação das obras de arte existentes nas Igrejas. Estas Bulas consolidavam em lei um discurso de tutela que se vinha reconhecendo necessário entre os círculos eruditos.

Toda a alma deste discurso se pode observar no *Descriptio urbis Romae*, documento de análise urbana em que Alberti desenvolve, todavia ainda sem a assistência de um modo gráfico, o plano da nova cidade Papal de Nicolau V, enquadrando os eixos religiosos e os monumentos antigos numa unidade de espaço urbano que represente a afirmação monumental da cidade.

O tratado de Alberti, *De Re Aedificatoria*, de início dedicado ao Papa Nicolau V, e depois a Lourenço de Medicis, constituiu-se numa leitura que realizou e unificou o diálogo da arquitectura na sua dimensão social e urbana numa perspectiva histórica. Instituiu-se como um padrão dando

oportunidade ao estabelecimento e reconhecimento, junto com a sua própria prática, a de Bruneschi e de Bramante, à figura nova do Arquitecto distanciada do artífice (*faber*) medieval.

A tratadística que se seguirá será muito mais dirigida aos aspectos práticos da profissão, razão pela qual os tratados de Serlio, de Vinhola e Paládio, ganharam maior fama.

Da parte de outros tratadistas como Filarete ou Francesco di Giorgio o entendimento segue o padrão da necessidade de “*leitura do livro da architectura*”, em que os exemplos da antiguidade são fontes de referência e provas da importância dadas a estas matérias pelos grandes Césares e Príncipes. A cidade na analogia com o edifício é claramente assumida, no entanto assistimos da parte de ambos uma progressiva incidência sobre o desenho como representação própria da “*invenção*” e da descrição construtiva. A questão das proporções não resulta num sistema directamente aplicável como resultará da conclusão dos levantamentos e estudo dos monumentos romanos.

Donato Bramante, a este propósito reforma o sistema geométrico de composição clássica, introduzindo o conhecimento filológico das ordens arquitectónicas e das tipologias da arquitectura romana.

Poderemos afirmar com Bruschi¹⁷⁴, seu reconhecido biógrafo moderno, quanto a linguagem da arquitectura clássica, na demonstração divulgada por Summerson, é uma criação do seu próprio estudo arqueológico em Roma e arredores. Regressado do Norte de Itália a sua devoção ao entendimento do “*livro da architettura*” manifestar-se-á na extraordinária invenção do desenho da ligação do Vaticano à *Villa* do Belvedere e ainda em pormenor no desenho criativo da escada em espiral da mesma *Villa*¹⁷⁵ e em *S. Pietro in Montorio*.

O seu grupo de colaboradores, formados assim na mesma escola, Rafael de Urbino, Antonio Da Sangallo o Jovem, e Baldassare Peruzzi, protagonizarão a Escola Romana que caracterizará a expressão mais erudita e filológica da utilização da linguagem clássica da arquitectura.

Uma síntese arquitectónica que unificando o conhecimento dos antigos à realidade contemporânea edificava a cidade monumental, emprestando

¹⁷⁴ Arnaldo Bruschi, *Bramante*, London, 1973

¹⁷⁵ A escada em espiral é um verdadeiro testemunho de domínio da aplicação das ordens, nomeadamente na disposição da hierarquia e no modo em como o entabelamento se transforma simultaneamente em base. Este desafio da espiral, será retomado por vários arquitectos, sobretudo por Vinhola que ensaiará uma modesta escada na *Villa Giulia* e depois lançará o estupendo modelo no Palazzo Farnese em Caprarola em que acrescenta um argumento à tese de Bramante, nomeadamente o da coluna quadrangular para terminar uma tipologia sem fim.

decorum e dignidade à imagem dos estados e dos príncipes, onde Roma tinha o importante papel gerador.

Nas “stanze della segnatura”, o local de observação privilegiado do projecto de Bramante, Rafael de Urbino pintou uma das mais notáveis e emblemáticas realizações do Renascimento.

Entre os vários temas reveste-se de particular interesse a “Escola de Atenas” em que se encontram os filósofos das escolas opostas, concluindo-se uma nova síntese que se revela ao observador. Esta síntese enunciada por Alberti e na prática demonstrada por Bramante e pelo próprio Rafael, representa verdadeiramente o modelo teórico defendido pelas teses do renascimento.

Sucedendo em 1514 ao seu mestre Donato Bramante como responsável da obra de S. Pedro, por nomeação do Papa Leão X de 27 de Agosto de 1515, Rafael Sanzio foi nomeado *Praefectus marmorum et lapidum* de Roma.

Tratava-se de um cargo lançado pela necessidade de seleccionar materiais lapídeos para a obra de S. Pedro, todavia sem uma cupidez bárbara dos materiais aplicados nos monumentos antigos. Em 1517, Rafael

é nomeado Comissário das Antiguidades¹⁷⁶. A actividade surgia pela primeira vez na história da Roma moderna, pois já era definido no cargo antigo dos “*anones*” romanos.

Um importante documento lançará o passo seguinte no reconhecimento da tutela e preservação do legado dos monumentos da antiguidade, trata-se da célebre carta de Rafael e de Baldassare Castiglione ao Papa Leão X de 1519¹⁷⁷. Representa por fim, essa união entre a teoria do pensamento e a tradição literária unida com o conhecimento da “*leitura do livro da architectura*” e da “*praxis*” do desenho e da edificação.

Este documento, subitamente ignorado após a morte de Rafael, vem ao de cima nos círculos informados do século dezoito (1733 e 1769) e inícios de dezanove, sendo publicada por Roscoe (1805), Quatremère de Quincy (1824) e Passavant (1858).

¹⁷⁶ Veja-se a relevante bibliografia sobre o tema em geral e sobre os programas arqueológicos de Rafael: “M. Brizio, “Il rilievo dei monumenti antichi. Rafaelo e il nascere dell’archeologia”, em *Arte*, giugno/settembre, 1966, pp.20-30; G.C. Zorzi, “Due schizzi archeologici di Raffaello fra i disegni Palladiani di Londra”, in *Palladio*, luglio/dicembre, 1952, pp.171-5.; E.Muntz, “Raphael archéologue et historien d’Art”, *Gazette des Beaux-Arts*, a.XIII, periode II, 1880, pp.307 e ainda pp.453-464; F. Castagnoli, “Raffaello e le Antichità di Roma” em *Raffaello, l’opera, le fonti, la fortuna*, Novara 1968, vol.III, cap.VI; E.Bentivoglio, “Una lettera inedita di Raffaello”, em *L’Architettura*, a XVII, n.7, 1971, pp.476-484; R. Lanciani, “La pianta di Roma antica e i disegni archeologici di Raffaello”, em *Rediconti della R. Accademia dei Lincei*, class. Scienze Morali, serie V, t.III, 1894, pp.795s; F.P. Di Teodoro, *Raffaello, Baldassar Castiglione e la Lettera a Leone X*, Nuova Alfa Editoriale, Bologna, 1994.

¹⁷⁷ Segundo Francesco P. Di Teodoro, Op. cit., p55,56, a carta seria “*redigida por ambos*” entre meados de Setembro e os primeiros dias de novembro de 1519.

Hoje é atribuída uma importância particular a este documento porque estabeleceu objectivamente e pela primeira vez, a razão de existência de qualquer organismo moderno dedicado à protecção e tutela do legado monumental.

Reconhece de imediato e em consciência a necessidade de tutelar as venerandas antiguidades; com conhecimento técnico estabelece uma estratégia de coordenação e enquadramento do problema; esclarece o intuito da tutela; o programa de intervenção e aponta para o levantamento arquitectónico como a técnica objectiva de investigação.

Conhecemos os méritos do meio informado em que Rafael se enquadrava, por isso reconhecemos o seu duplo interesse intelectual e emocional pelas ruínas. Se por um lado reconhece na esteira de Alberti o valor precioso dos ensinamentos colhidos no estudo minucioso dessas ruínas, por outro cultiva a *pietas* e emoção melancólica perante a grandeza decaída.

Ao recorrer ao Papa designa a responsabilidade e indirectamente chama a si a «*expertise*», o saber e o «*know-how*» para levar a cabo a empresa. O artista afirma-se entendedor das antiguidades, que as estudou e mediu atentamente, confrontando com as autoridades, Plínio, Varrão,

Vitrúvio. Rafael (1483-1520) desenvolvia as bases da verdadeira arqueologia dos antiquários, sobre bases científicas e como instrumento de governo político e civil. Alguns autores apontam mesmo para a existência de uma “*bottega architettonica e archeologica*” assistida por importantes personagens como Bembo (1470-1547), Castiglione (1478-1529), Navagero e Beazzano.¹⁷⁸

Rafael reconhece o papel desenvolvido anteriormente por Bruneleschi (1377-1446) e Donatelo (1386-1466), de Alberti, de Francesco di Giorgio (1439-1502), de Giuliano Da Sangallo (1443-1516) e de Fra Giocondo (1433-1515, este último foi comentador da primeira edição publicada de Vitrúvio, datada de 1511).

Rafael parte do modelo albertiano da *Descriptio urbis Romae*, da cidade na sua unidade patrimonial onde a herança individual tem o seu papel, tecendo assim um quadro geral que integra a recuperação e integração monumental numa dimensão topográfica. Rafael não considera o monumento individualmente, mas inserido num contexto que forma a unidade, exprimindo do seguinte modo essa clareza de intenções: “*e fatto*

¹⁷⁸ V.Fontana- P.Morachiello, “Vitruvio e Raffaello”, 1975, p.25 e 27.

primamente uno universale di tutta Roma, dippoi divise le reggioni, appresso fatto li aedificii più nobili separatamente”

Aqui vem mais uma fundamental achega para o registo monumental que é a aplicação da representação vitruviana, em planta, alçado, e corte, ao que acresce o levantamento topográfico apoiado com a bússola magnética, sistema inventado por Rafael como refere P. Giovio (1483-1552): *”e perché molti se inganano circa el dissegnare li aedificii, che in loco di far quello che apertiene allo architetto, fanno quello che apertiene al pittore”*. Verifica-se que do ponto de vista das técnicas de representação é dado um grande avanço pelas pesquisas e interpretações de Rafael. Concorrendo à formação teórica e ao culto literário, a ciência e a *“praxis”* do arquitecto, abriam um novo horizonte na representação da arquitectura e portanto também na leitura das ruínas. Esta carta revelava um método *“revolucionário”* em termos de representação, considerando uma linha axial de referência para todas as medidas do edifício, orientada depois de acordo com a bússola, para efeitos de inserção no contexto da implantação.

Na continuidade desta escola, apresenta-se a obra de Sebastiano Serlio (1480-1554), que foi aluno e colaborador de Baldassare Peruzzi (1481-1536) desde 1514 até ao saque de Roma em 1527. A partir desta funesta

data deixa Roma como tantos outros artistas e permanece no norte de Itália (Veneza e Veneto) até 1540 em que aceita o convite do rei de França Francisco I. A dedicatória do seu Terceiro Livro a este monarca teria provocado o convite. Serlio ocupar-se-á de vários encargos de pintura e arquitectura, nomeadamente no palácio de Fontainebleau. Sabe-se da grande quantidade de material reunido por Peruzzi para publicação, tanto da parte referente ao tema da arquitectura como desenhos sobre a antiguidade.¹⁷⁹ No entanto será Serlio o divulgador em grande parte da teorização decorrida sob esta escola de Rafael e Peruzzi.

A leitura de Vitrúvio e o esclarecimento das ordens arquitectónicas no confronto com os monumentos, o estudo das tipologias e nomeadamente através do comentário do livro V, sobre a tipologia da habitação, a condenação do gótico como incapaz de estabelecer e restaurar a “*aured*” continuidade urbana, e um verdadeiro triunfo da representação arquitectónica representam os temas fundamentais na obra de Serlio. De facto a preocupação do restauro em Serlio leva a que tudo o que seja gótico

¹⁷⁹ J. Schlosser-Magnino, *La letteratura Artistica*, Florença, 1967, p.256, “*Il trattato di edilizia del senese Marco da Pino e quello del suo celebre concittadino Baldassare Peruzzi sono citati dal Baglione e dal Lomazzo, ma non si sono conservati. In quanto al Peruzzi, il Lomazzo, la cui attendibilità non regge sempre alla prova, afferma che sai stato plagiato dal Serlio; è vero che questi dice in diversi punti che si è valso per la sua opera dei disegni del suo maestro, e questa può essere l'origine della maligna insinuazione*”.

e não conforme ao “*livro da architectura*” deverá ser modificado, isto é “*expurgado*” retomando uma fórmula clássica restaurada.

Na introdução ao *Livro Terceiro* sobre as *Antiguidades*, Serlio lamenta-se da destruição dos monumentos da Roma Antiga, procura esclarecer, com detalhadas descrições dos vários monumentos (aos que acresce Bramante por ser a continuidade restaurada) segundo a trilogia vitruviana da representação arquitectónica clarificada por Rafael. Da descrição desenhada da globalidade evolui para o pormenor, apresentando cortes, secções parciais, pormenores, etc., descrevendo por este processo do desenho a globalidade do “*livro da architectura*”.

Os monumentos de Roma que descreve, o Panteon, o Coliseu, o Teatro de Marcelo, o templo dito da Sibila em Tivoli, etc., apresentam-se na verdade com um sentido de modelo confrontado com Vitrúvio, reconhecidos como modelos das ordens e das composições consideradas gramaticalmente correctas entre as partes. Trata-se do estabelecimento de uma “*gramática*” de uma regra restaurada do código vitruviano. Serlio admite restaurar segundo as boas regras a architectura, mas não aceita a “*invenção*” na imitação da architectura antiga.

Nas propostas de “*restauro*”, enuncia os contextos diversos em que ocorrem propósitos de correctivos desde logo enunciados a partir da introdução do Livro IV: “*Nel settimo, & ultimo si finirà ne i molti accidenti, che possono occorrer a l’Architetto in diversi luoghi, & istrane forme di siti: e nelli restauramenti, o restitutori di case: e come habbiamo a far per servirci de gli edifici, e simili cose che siano, e siano anco state altra volta in opera*”. Os edificios góticos deverão ser “*restaurados*” integrados na unidade urbana arquitectónica que pretende restaurar, Serlio amplamente demonstra, dado tratar-se somente de uma conversão das fachadas, quanto o “*livro da architectura*” não era somente uma simples questão do talento dos arquitectos, mas uma acção conjugada com os Príncipes protectores que lhe conferem a dimensão política. Cita na dedicatória a D’Avalos, quanto a acção ideal do projecto deve ser conjugada entre o arquitecto e o político, para tal descreve os casos de Bramante, protegido pelo Papa Júlio II, de Miguel Angelo pelos Médicis, de Rafael pela casa de Urbino, e outros, demonstrando assim essa condição primordial.

A confirmar este desígnio, as visões perspéticas de cenas urbanas procuram precisamente demonstrar, através das metódicas regras do desenho, as emoções e imagens que resultam dos vários ambientes.

Serlio concretiza o ideário da tratadística através de ícones que perdurarão através dos tempos, retomados vezes sem conta nas mais diversas representações arquitectónicas ou pictóricas. Do mesmo modo as regras de “*restauro*”, desenvolvidas na esteira dos vários tratados, procurarão sempre integrar a unidade edificada num conceito ideal mais amplo constituído pelas boas regras da arquitectura, que as une ao contexto urbano.

Toda a reformulação da malha urbana e dos edifícios seguirá de um modo geral até Viollet-Le-Duc os princípios enunciados e apontados pela tratadística, filiada no restauro do contexto romano.

O Papa Paulo III, Farnese, logo após a sua nomeação que teve lugar a 3 de Novembro de 1534 sob grande aparato, procurou de imediato restaurar a imagem de Roma após o desastre do saque de 1527, sob Clemente VII, pelos exércitos do Imperador Carlos V. Segundo Gregorovius(1821-1891), cerca de treze mil casas foram incendiadas e pilhadas, trinta mil habitantes perderam a vida. Uma das nomeações imediatas, foi a escolha de Latino Giovenale Manetti, secretário particular do Papa, grande humanista e arqueólogo para comissário das antiguidades. Haveria que repor a imagem da grande Roma subjugada pelos exércitos

do Imperador, dispersas as elites, o chamamento da *Caput Mundi*, permitirá fazer regressar a si de novo esse brilho perdido. O próprio Breve de nomeação do Santo Padre refere objectivamente os termos: “*Não é sem um profundo pesar que assistimos à destruição e dispersão dos mais veneráveis monumentos da arte dos Romanos pelos Godos, Vândalos e todos os Bárbaros, pelos acidentes do tempo e também pela nossa negligência e cupidéz*”¹⁸⁰

A tratadística tinha consagrado o seu modelo na própria linguagem e atitudes do estado Pontifício, que servia de modelo para os outros estados. Se os monumentos da Antiga Roma consagravam a cidade eterna, as novas obras consagravam os novos pontífices como legítimos herdeiros das estirpes cesareias, assim, as obras de hoje iam entrando nas galerias ilustres do património futuro. Exemplo deste raciocínio encontra-se no Tratado de Paládio que reconhece no *tempietto* de *S. Pietro in Montorio* de Bramante, um digno representante contemporâneo da antiguidade, sendo apresentado como modelo. Encontra-se abundantemente nas obras dos Sangallo, e de Peruzzi, evocando os modelos clássicos por vezes em citações arquitectónicas quase literais.

¹⁸⁰ Rudolfo Lanciani, *The Golden Days of the Renaissance in Rome*, London, 1907, p.110.

A Academia Vitruviana, onde os Sangallo tiveram um papel preponderante era um núcleo de reflexão e estudo da antiguidade, iluminada pelo texto romano. O jovem Vinhola em numerosos levantamentos que efectuava para assistir os Académicos foi entretanto elaborando e deduzindo a regra que praticamente se tornou universal.

Paládio nas suas viagens a Roma acompanhado por Trissino (1478-1550) e Daniele Barbaro (1514-1570) levantou e estudou afincadamente as estruturas das ruínas romanas. No livro IV dos seus *Quattro Libri di Architettura*, publicados em 1570, dedica um inteiro capítulo aos “*templi che sono in Roma et alcuni altri che sono in Italia e fuori d'Italia*”. Muitas destas estruturas foram inicialmente descritas por Paládio e frequentemente a primeira referência documental resulta de esboços efectuados pelo mestre vicentino. Sabemos que estudou muitos autores clássicos por influência do círculo de Trissino e Barbaro, que lhe permitiram uma leitura filológica da antiguidade.

Paládio, em resultado das suas viagens e investigações publicou em 1554, uma pequena obra denominada *L'antichità di Roma raccolta brevemente dagli auttori antichi e moderni*, refere-se às suas leituras de autores clássicos como Dionísio de Halicarnasso, Tito-Lívio, Plínio Antigo e Novo,

Plutarco, Apiano Alexandrino, Valério Maximo, Eutrópio, Varrão, mas também aos divulgados textos contemporâneos sobre antiguidades de Flavio Biondo¹⁸¹, de Andrea Fulvio¹⁸², de Lucio Fauno¹⁸³ e de Giovanni Bartolomeo Marliano¹⁸⁴. Tratando-se de um guia de Roma, procura uma objectividade arqueológica e histórica, “*chè anco ho voluto vedere et com le mie proprie mani misurare minutamente il tutto*”, afastando o fabulário corrente dos *Mirabilia*, ao qual tantas vezes o destino acabou por associar o seu texto nas várias edições correntes!

Das pesquisas mitológicas, à arqueologia metódica praticada por Alberti ou ainda mais por Rafael, a metodologia estava traçada, consagrada e formalizada por Decretos do Estado Pontifício. Manuais, textos e imagens substituíam os fabulários dos *Mirabilia*, definindo claramente e cada vez mais uma prática de salvaguarda dos testemunhos, consagrada pela adopção de modelos arquitectónicos demonstrativos do arquétipo vitruviano criado.

¹⁸¹ Biondo Flavio, *Roma restaurata et italia illustrata*, traduzida por Lucio Fauno, 1548.

¹⁸² Andrea Fulvio, *Antiquaria Urbis Romae*, Vinegia-Tramezzino, 1544.

¹⁸³ Lucio Fauno, *Delle antichità della città di Roma*, Venetia, 1548.

¹⁸⁴ Marliani Io. Barth., *Urbis Romae topographia*, Romae, 1544.

2: Antiquários e Tratadística no universo lusitano

Portugal começa por abordar os estudos sobre a antiguidade, não a partir dos vestígios (quase inexistentes), mas antes através dos estudos dos humanistas, filológicos e epigráficos. Tal como no início o estudo filológico e epigráfico motivou os estudos antiquários em Itália.

Joaquim de Vasconcellos (1849-1936), num seu artigo sobre a *Arquitectura Manuelina*(1885), oferece-nos um pequeno comentário que sintetiza o estado das questões antiquárias e os seus protagonistas e protectores em Portugal durante a primeira metade do século XVI, “*Um pequeno grupo de eruditos tentou salvar algumas relíquias e pôr em circulação certas ideias do humanismo, que pertenciam ao novo credo artístico. Entre os prelados figuram o Bispo de Viseu D. Miguel da Silva, o amigo de Balthazar Castiglione, os Arcebispos de Braga e do Funchal, D. Diogo de Souza e D. Martinho de Portugal e o Bispo de Coimbra D. Jorge de Almeida. Os antiquários são poucos: Gaspar Barreiros, e principalmente André de Rezende, que sustentou com D. Miguel da Silva a única questão archeologica de importancia, levantada entre nós no seculo XVI. Muito mais activa era a coorespondencia de Rezende com os antiquarios hespanhoes Ambrozio de Morales, Bartholomeu Cabedo, Vaseu, etc. mas nem a propaganda dos sabios, nem*

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

o diletantismo artistico dos grandes prelados foi sufficiente para abalar a indifferença da burguezia e excitar a emulação dos príncipes. Há apenas noticia do pequeno museu de antiguidades do Duque de Bragança D.Theodosio I, em Villa-Viçosa; do museu de gessos do Infante D.Luiz, que Francisco de Hollanda havia organizado na Italia; e do museu de quadros de Damião de Goes em Lisboa. E, enfim, n'esta epocha de D.João III que appareceu as primeiras descripções de monumentos e logares celebres nacionaes, segundo a moda italiana do seculo XV. Frei Francisco de Mendanba manda a PauloIII a descripção do mosteiro de Sancta Cruz (1540-1541) e Luiza Sigea ao mesmo Papa o seu poema latino com a descripção de Cintra (1545). A primeira descripção archeologica, em vulgar, sahio, porém em 1553! É a de Rezende sobre Evora. Apesar de todas estas tentativas, é singular e característico, tornamol-o a repetir, que nem Pedro Nunes, uma celebridade europêa, achasse um editor para a sua tradução de Vitruvio, nem Rezende para a sua versão de alberti, nem o pobre Francisco de Hollanda o auxilio que pedia a El-Rei para imprimir os seus importantíssimos tractados.”¹⁸⁵

Esta síntese de Vasconcellos sintetiza, então como hoje, perfeitamente o quadro da questão em Portugal.

¹⁸⁵ Joaquim de Vasconcellos, “Da Architectura Manuelina”, em *Historia da Arte em Portugal*, Coimbra, 1885, p15

Já vimos também, noutro lugar, como a corte portuguesa e vários eruditos estavam em comunicação próxima com a Itália, fosse através de laços de casamento, de viagens, de contactos de côrte, em resultados de formação universitária em Espanha, França e sobretudo Itália.

Poderá afirmar-se que foi com o grande impulso filo-italiano de D. João II que se estabeleceu um canal de grande importância, representado pela célebre carta a Lourenço de Médicis (1449-1492) solicitando um digno representante da arte italiana para elevar as Artes no Reino de Portugal.

O resultado confirmou-se na vinda para Portugal de Andrea Contucci (1460-1529), o Sansovino, mestre do arquitecto veneziano de mesmo nome. O mestre esteve em Portugal cerca de nove anos conforme nos informa Vasari¹⁸⁶ (1511-1574), primeiro no reinado do monarca joanino e depois no manuelino. Certamente a postura férrea de D. Manuel não se ajustava a Sansovino e aos seus ideais platónicos da arte, regressando extremamente rico à sua terra do monte San Savino.

¹⁸⁶ Giorgio Vasari, *Le Vite de più Eccelenti Pittori Scultori ed Architettori*, a edição original data de 1550 em Florença. Foi revista a obra, corrigida e ampliada numa segunda edição em 1568. Em 1648 efectuiu-se uma nova edição em Bolonha. O primeiro autor a tentar corrigir a obra foi Giovanni Bottari em 1759, efectuando uma edição em Roma que serviu pela utilidade das notas às edições seguintes. A edição comentada de Gaetano Milanesi, editada em 1906 por G.C.Sansoni em Florença, continua a merecer a distinção de excelente comentário. Veja-se a biografia que lhe faz Vasari sob o nome de Andrea Contucci dal Monte San Savino, vol.IV, p.509 a 524

Se D.João II estava pronto a aceitar os cânones platónicos da arte do renascimento florentino, já sob o aristotelismo de D. Manuel se tomava a defesa de uma arquitectura militante, política e concorrente no seu projecto salomónico. Pouco espaço restava no quadro dessa política para os estudos sobre o passado antigo e sobretudo nas suas funções como arquitecto junto de D. Manuel, a procura situava-se do lado do pragmatismo dos conhecimentos técnicos, e não no contributo estilístico.

Sabemos através de Garcia de Resende (1470-1536), que D.João II se interessara por restaurar o aqueduto da Água de Prata em Évora. A morte tolheu ao monarca esse protagonismo concretizado mais tarde por outro rei.

Se o interesse de D.João II fosse antiquário não nos restam documentos para o confirmar, no entanto sabemos que a maior discussão arqueológica de Portugal quinhentista foi precisamente esta obra, financiada e sustentada por D.João III, com duas partes antagónicas cujas figuras de proa eram o Bispo D. Miguel da Silva e André de Resende.

À semelhança italiana a filologia clássica atraía e mantinha o cerne da discussão antiquária. Poucos se dedicaram como André de Resende a estudos verdadeiramente epigráficos e arqueológicos. O irmão do Rei,

D. Luís, Francisco de Holanda, e Mestre Resende faziam várias excursões arqueológicas que culminaram na primeira colecção epigráfica portuguesa de que o Museu de Odrinhas veio a incorporar várias lápides inclusive a célebre “*Soli et Ludi*”....

Relevante testemunho da ligação aos estudos clássicos aplicadas na reforma de uma arquitectura, a ser “*restaurada*” através do estudo dos edifícios romanos, dá-nos conta a obra *Medidas del Romano*. Trata-se da primeira obra ibérica publicada e dedicada à arquitectura, que é da autoria de Diego de Sagredo (1490?-1527?), intitulada *Medidas del Romano*. Teve a sua edição *princeps* logo em castelhano, editada em Toledo a 2 de Maio de 1526, pela mão do impressor Remón de Petras.

É uma obra precursora da tratadística que virá estabelecer a prática do desenho arquitectónico filiada na teoria vitruviana, desenvolvida pelos trabalhos de Rafael, da “*ichnographia*”, “*planimetria*” e “*scenographia*”, bem como no uso das ordens clássicas. Esta opção teórica é sem dúvida o aspecto mais relevante desta obra sem que todavia o aparato gráfico e a forma antes literária do diálogo, a sustente com a mesma clareza.

Trata-se da segunda obra escrita em “*vulgar*” e a primeira em “*romance*”, em todo o panorama da tratadística europeia, logo depois da primeira

tradução do latim de Vitrúvio de Cesare Cesariano (1485-1521), publicada por Gottardo da Ponte de Como em 1521.

Esta edição inaugura a justaposição das imagens com o texto dando uma descrição visual das ordens o que igualmente sucede com o livro de Sagredo. O sucesso da obra está patente nas numerosas edições em Espanha, Portugal e em França.

Em Portugal saiem pela mão do impressor Luís Rodrigues de Lisboa saem três edições, a de 10 de Junho de 1541, a de 15 de Janeiro de 1542 e ainda de 15 de Junho do mesmo ano. Não deixa de ser sintomático do sucesso da edição em Lisboa, o facto notável e de raridade, de saírem duas edições da mesma obra no mesmo ano.

O sucesso da obra em Espanha, levou a que Juan de Ayala, o mesmo que será impressor do tratado de Serlio, desse nova edição em Toledo em Dezembro de 1549, e depois pela mão de um seu sobrinho Juan de Ayala Cano em 1564¹⁸⁷. As seis edições peninsulares do *Medidas del Romano* comprovam a particular relevância da divulgação pelas artes do estudo da nova arquitectura e das suas teses que dominaram o século XVI em Portugal e Espanha. Em França o livro de Sagredo não obteve menor

sucesso conforme o atestam também as várias edições de 153(?)¹⁸⁸, 1539, 1542, 1550, 1555 e ainda 1608.

Pouco se sabe ao certo do autor Diego de Sagredo¹⁸⁹, supondo-se o seu nascimento por 1490 em Burgos, que terá cursado a Universidade de Alcalá de Henares sob a protecção do Bispo de Toledo D. Francisco Jiménez de Cisneros, a quem acompanhará até á morte em 1517. Entre o falecimento de Cisneros e o ano de 1522, em que já consta do rol de pagamentos da Obra y Fabrica da Catedral de Toledo, subentendendo-se que estivesse portanto ao seu serviço, poderia-se colocar uma pontual viagem a Itália de que dá a entender na sua obra. Com efeito Sagredo

¹⁸⁷ Esta edição já associa à obra de Diego de Sagredo como portada uma estampa de Serlio, *Livro IV*, f.12 da edição Toledana de 1552.

¹⁸⁸ A primeira edição francesa não refere a data de edição, não havendo um acordo dos estudiosos quanto à data que poderia ser segundo uns e outros, 1530, 1531, 1535 ou ainda 1537.

¹⁸⁹ O biógrafo mais reconhecido de Sagredo é Francisco Sánchez Cantón, "Diego de Sagredo y sus Medidas del Romano", *Arquitectura*, III, 23, 1920, p.65-68, e "Fuentes literarias para la Historia del Arte Español", Madrid, 1923, p.4-7, "Retales, virutas, cizallas...", B.S.E.E., 1915, p.163; todavia este autor comete o erro de considerar Sagredo natural de Toledo. No que respeita à sua actividade artística em Toledo, veja-se F.Mariás, *La Arquitectura del Renacimiento en Toledo, 1541-1631*, Toledo, 1983, p.52-4, e F.Mariás e A. Bustamante, "Trattadistica teorica e vitruvianesimo nella architettura spagnola del Cinquecento", em *Actes du XXIV Colloque International d'Etudes Humanistes*, IX Colloque d'Histoire de l'Architecture, *Les Traités d'Architecture de la Renaissance*, Centre d'Etudes Supérieures de la Renaissance de l'Université de Tours, 1981, e ainda *Medidas del Romano por Diego de Sagredo*, introdução de Fernando Mariás e Agustin Bustamante, edição fac-simile do exemplar da B.N.de Madrid, 1986.

refere-se objectivamente às suas visitas a Florença, Roma, Génova e talvez Verona¹⁹⁰.

Todavia segundo F. Marías e A. Bustamante, não se conhecem referências que permitam comprovar tal cronologia, sendo no entanto uma data possível. Sagredo procura somente as obras que considerava da antiguidade, não lhe interessando as obras modernas que “*restauravam*” o antigo, refere assim o Baptistério de Florença (obra do românico toscano, que Alberti também julgava romana), o Panteon, as ruínas das termas e a já vetusta Basílica Paleocristã de S. Pedro.

Por estranho que pareça e bem ao contrário de um Francisco de Holanda que mais tarde entre 1538 e 1540¹⁹¹ efectuará a sua viagem a Itália, não encontramos na sua obra referências a arquitectos ou teóricos italianos com quem estabeleceu contactos, e que, como seria normal, viesse a citar para sustento das suas teses.

A partir de 1524 passou a membro da casa do Arcebispo de Santiago de Compostela e de Toledo, D. Alonso de Fonseca y Acevedo, supõe Marías

¹⁹⁰ John B. Bury, “The Stylistic Term Plateresque”, *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, 39, 1976, p.216, n.58.

¹⁹¹ Sylvie Deswarte, *Voyage en Italie de Francisco de Holanda, 1538-1540*, Congresso Internacional de Lisboa, 1983

por apresentação do Bispo de Burgos, D. Juan Rodriguez de Fonseca, parente do anterior, para quem Sagredo virá a desenhar um túmulo.

No ano da primeira edição do *Medidas del Romano*, Diego de Sagredo recebe os seus ordenados pagos pela fábrica da Catedral. No ano seguinte aumentou substancialmente as suas rendas acumulando o cargo de bibliotecário da livraria capitular. Será Sagredo o responsável pelo adorno dos carros que compõem o cortejo da entrada na cidade de Toledo da Imperatriz D. Isabel de Portugal, neste cargo e neste contexto é perfeitamente plausível o seu contacto com Baldassare Castiglione. Virá a falecer por finais de 1527 e inícios de 1528, talvez por causa da peste que fustigou Toledo por esta altura, antes dos quarenta anos de idade.

As referências que nos deixa entender através dos seus interlocutores, León Picardo (a quem dedica a obra, sublinhando a sua simpatia à *liberalidade* da Pintura), Cristóbal de Andino, Felipe de Borgoña e Bigarny, não nos levam a concluir serem das suas relações os mais sonantes nomes da moderna arquitectura espanhola, como por exemplo Diego de Siloé (1495-1563), Alonso de Covarrubias, Alonso Berruguete (1489?-1561) ou Luis de Veja.

Por outro lado as suas ocupações em volta de uma arquitectura efémera relacionada com as festas públicas e sagradas ou visitas reais,

exceptuando umas obras de restauro da antiga sede episcopal de Alcalá por ordem do Primaz Fonseca, levam-nos a não incluir o nosso autor na profissão do edificador mas, já à maneira da renascença, a de um decorador com interesses antiquários diletantes.

Aliás o seu cargo conforme regista na edição das *Medidas del Romano* de 1526 é de Capelão da Rainha. Antes seria de Cisneros, depois do Arcebispo Primaz, cotejando como se vê os ambientes com as mais altas personalidades, quer da Igreja, quer da Coroa.

É pois perfeitamente aceitável que o seu perfil seguisse o modelo em voga nas côrtes renascentistas e propagado por Baldassare Castiglione através do seu livro *Il Cortegiano*, editado em Itália em 1528¹⁹²: a figura do educado cortesão que brilha pela ciência e por “*saber debujar o trazar y tener conocimiento de la propria arte de pintar*”¹⁹³.

Este padrão é tanto mais que plausível, sabendo que Castiglione foi nomeado como embaixador do Vaticano junto de Carlos V, permanecendo na corte Imperial desde 11 de Março de 1525 até à sua morte em Toledo em 1529.

¹⁹² A primeira edição em espanhol é de Juan de Boscán de 1534.

¹⁹³ *El Cortesano*, ed. de Boscán, Barcelona, 1534, I, XI.

Foi para mais em Toledo que durante algum tempo se juntaram pelos finais de Setembro de 1525 o Cardeal Salviati, legado pontifício *a latere*, de cujo séquito fazia parte António Ribeiro, o *factotum* do Bispo de Viseu D. Miguel da Silva¹⁹⁴ e ainda se lhes juntou o Embaixador da República de Veneza, Andrea Navagero (1483-1529), que relata nas suas cartas o encontro que teve com Castiglione.

Num meio como Toledo, tamanho colóquio não passaria despercebido tanto em cerimonial como em potencial cultural, a acalentar as curiosidades peninsulares sobre as novidades italianas.

Diego de Sagredo soube certamente beber as fontes disponíveis, e nos diálogos sobre antiguidades que certamente ocorreram em volta de Castiglione, produzindo uma obra cujo texto resulta então de um diálogo, (fórmula literária em voga) e não de um tratado profissional técnico segundo a tradicional fórmula vitruviana, como por exemplo o modelo Albertiano, o de Giocondo ou até de Cesariano.

Francisco de Holanda, que não valoriza a obra de Sagredo (mais destinada a decoradores), no seu tratado *Da Pintura Antigua*, concluído em 1548, referia-se nos seguintes termos ao ano de 1541 quando do seu

¹⁹⁴ A quem Castiglione dedicou a sua obra, *Il Cortegiano*.

regresso de Itália: “*eu fui o primeiro que vi este Reino louvei e apregoei ser perfeita a antiguidade, e não haver outro primor nas obras, e isto em tempo que todos quasi querião zombar d’isso...E o conhecer isto me fez desejar de ir ver Roma, e quanto d’ella tornei não conhecia esta terra, como quer não achei pedreiro ou pintor que não dicesse que o antigo (a que elles chamão modo de Itália) que esse levava a tudo.*”¹⁹⁵ Assim podemos entender a diferença que representava o culto humanista e antiquário, circunscrito a um grupo de curiosos e a expansão de uma moda, para a qual o sucesso do livro de Sagredo grandemente contribuiu e satisfez a apetência. Todavia, Sagredo ao contrário da tratadística de produção italiana, traduzia uma ideia fragmentada e até plateresca, não se referindo explicitamente às ordens em termos de geradoras de unidades de espaço arquitectónico. As suas inspirações permanecem Vitrúvio e Alberti que vai citando e referindo.

A obra de Serlio, nomeadamente os Livros Terceiro e Quarto, constituem-se como precioso referimento para a formulação do binómio antiquário e restauro da arquitectura antiga. Na verdade, o autor apresenta-se como dos mais descritivos dos tratadistas, interpretando até ao

¹⁹⁵ F. de Holanda, “Da Pintura Antigua”, I, Cap.XIII.

rigorismo a representação vitruviana, dando em perspectiva os detalhes representados através de planta ou alçado.

Esta fórmula extremamente visual confere ao texto uma capacidade de divulgação acrescida, facto que não poderemos atribuir a outros. Francisco de Holanda será um dos introdutores em primeira linha dessa obra, que recebeu das mãos do próprio autor em Veneza.

A expectativa da península desenhava-se para absorver este misto de um certo pragmatismo envolto em teoria. Serlio será o autor que fez escola na península e está por detrás da maioria dos arquétipos projectuais, portugueses e espanhóis. Duas excelentes edições de Serlio foram divulgadas pela península. A tradução “*espanholada*”¹⁹⁶ de Francisco de Villalpando (1495-1561), garantida como a única referência por dez anos, do *Terceiro e Quarto Livro*, impresso em Toledo por João de Ayala e dedicado a Filipe II, e ainda mais tarde a muito procurada edição completa dos *Sete Livros* de Serlio, editados em Veneza pelos herdeiros de Francesco de Franceschi em 1600.

¹⁹⁶ Villalpando nem sempre é rigoroso nas traduções que faz do texto, desconhecendo por vezes alguns termos. No entanto, esse aspecto não era razão de acanhamento pois o julgamento dos seus leitores seria pela riqueza e profusão iconográfica de uma primeira “*história da arte*” representada e pelas regras da construção da arquitectura à antiga em lugar de uma aturada parte literária.

Na verdade a obra de Serlio nunca teve as datas de edição seguindo a sequência de Livros conforme surge na edição completa de 1600¹⁹⁷. Acresce nesta edição um útil índice compilado por Domenico Scamozzi (1526-1582), pai de Vincenzo (1552-1616), que faz da obra um verdadeiro *vade-mecum* da arquitectura e edificação, por permitir uma remissão aos assuntos e enquadrar a obra como um verdadeiro instrumento para uma prática profissional.

Na edição de Villalpando, nome porque também se valorizou esta obra, o “*restauro*” da arquitectura segundo as regras da antiguidade, cuja tese se apresentava no *Terceiro Livro*, (verdadeira *História da Arte* referencial) está logo expressa na introdução do tradutor, que espelhando a dedicatória de Vitrúvio a Augusto, a dirige a Filipe II, apontando o “*dever*” histórico de à semelhança do César, “*a fazer hedifícios, para adorno y authoridad de Roma*” e “*que segun soy informado: entre los otros exercicios de estado y magestad que vuestra alteza tiene en la governacion de estos reynos de España, esta aficionado ala architectura, para comella hazermuy grãdes y reales hedifícios.*”¹⁹⁸

¹⁹⁷ Serlio inicia as suas publicações em 1537 com a edição do *Livro Quarto*, dedicado a divulgar a escola Bramantesca absorvida por Peruzzi, depois seguiu-se o *Livro Terceiro* em 1540, dedicado às antiguidades, uma espécie de “*História da Arte*” que serve de tese à boa regra editada no livro anterior.

¹⁹⁸ Serlio, “*Tercero y Quarto Libro de Architectura de Sebastiã Serlio Boloñes*”...tradução de Francisco de Villalpando, Juan de Ayala, Toledo, 1552; ver edição edição fac-simile das Edições Albatros, Colección Juan de Herrera, de 1977, com introdução de George Kubler.p.II

Do sucesso e da polémica desta obra em Portugal, melhor notícia dá-nos Antonio Prestes, no *Auto da Ave-Maria*, quando figura o “Diabo”, (a tentação epicurista), “vestido à italiana” que vem “enganar o cavaleiro”, (as antigas virtudes). Um Auto que coloca um verdadeiro confronto entre o neoplatonismo italiano e o aristotelismo lusitano. Num extraordinário diálogo rimado reivindica estar por detrás da inspiração de Serlio, “*En toscano muy a la suma la escrevi, al no presuma; della el gran Sebastiano fue la tinta, yo la pluma. Y en siglos de edad dorada por Villalpando en España fue traduzida y sacada del toscano; es sublimada su traducion, cosa estraña.*”¹⁹⁹ O “Diabo” continua mais adiante, nas palavras de António Prestes como o inspirador das novas paixões, “*epicurios su fortuna, su alegria alli hazen confraria, alli hazen sol y luna, dia, noche; noche,dia.El otro antigo edificio Pantéon templo romano quien le trassó, quien? Mimano; quien le labro? Mi officio; prueva mi Sebastiano.Los theatros de Marcello, obra altiva, los labré de piedra biva*”... “*Mostrar mi saber, mis manos; suena allá que lusitanos su gusto, aora se encierra en edificios romanos*”.

Responde-lhe o Cavaleiro português numa linguagem de rendição ao platonismo italiano, em particular na expressão “gosto dos gostos”: “*Eu sou*

¹⁹⁹ António Prestes, *Auto da Ave-Maria*, edição de Tito de Noronha, Porto, 1871, p.67-76; igualmente citado por Joaquim de Vasconcellos, *História da Arte*, Coimbra, 1885, p. 42.

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

um dos que estão postos n'esse gosto, que não vi melhor composto; hei-o por gosto dos gostos, jamais lhe virarei rosto.”

O Auto acaba por dar um esclarecedor e precioso testemunho crítico do ambiente cultural vivido nesse mesmo *apex antiquário*, bem como da moda do “*antico*” na arquitectura, ou não seriam os espectadores entendidos nestes temas e autores subliminarmente referidos?

3: André de Resende: o Antiquário

André de Resende representa em Portugal o culto moderno dos estudos humanísticos. Assiste-lhe o reconhecimento dos seus contemporâneos e uma imensa obra de investigação de que uma parte se publicou com edições fora de Portugal²⁰⁰.

Nascera em 30 de Novembro de 1498 segundo informação do Académico Francisco Leitão Ferreira, autor das *Notícias Chronológicas da Universidade de Coimbra* conforme referido por José Caetano de Almeida, bibliotecário de D.João V. Esta data também é confirmada por Barbosa Machado. Vem a falecer em Évora a 9 de Setembro de 1573. Foi personagem muito acarinhado pelo rei D.João III, pelos infantes e pelos príncipes, sendo mestre do Infantes D. Duarte e do Cardeal D. Afonso.

²⁰⁰ Innocência Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa, 1858, t.I, pag.65ss.; Barbosa Machado, "Bibliotheca Lusitana", I, I e IV; aspectos biográficos redigidos por um contemporâneo Diogo Mendes de Vasconcellos, publicada no início da obra de Bento José de Sousa Farinha *Collecção das Antiguidades de Evora* de 1785, pp.11-36; Pedro José da Fonseca, "Catálogo dos Auctores" que precede o *Diccionario Portuguez* publicado pela Academia das Ciências a p.LVIII; artigo biográfico de José da Cunha Rivara, *Revista Litteraria do Porto*, tomo III, 1839, p.340-62; a mais correcta biografia continua a ser (R.Fernandes) Francisco Leitão Ferreira, que Anselmo Braancamp Freire editou, anotou e corrigiu, *Vida de André de Resende. Biografia inédita*, A.H.P., VII, 1909, 339-417, VIII, 1910, 62-69; 161-184; 338-366; IX 1914, 177-334; na B.N.L. de José Soares da Silva, Res.C.641,51ss; e ainda Américo da Costa Ramalho, "Lucius Andreas Resendius. Porquê Lucius?", *Humanitas*, XXI-XXII, 1969-70, 353-64, publicado também em 1983 pela INCM na colectânea, *Estudos sobre o Séc.XVI*, pp.203-13.

Formou-se na universidade de Alcalá de Henares, de Aix-en-Provence e depois de Lovaina. Foi professor em Coimbra e depois indo para Évora, ...”*ahi abriu uma aula de humanidades n’uma deliciosa casa que construiu na sua cidade natal no meio de um jardim com inscrições latinas por toda a parte, verdadeira Academia onde André de Resende dissertava no meio dos seus discípulos como Platão nos jardins da Academi*”²⁰¹

Com a fundação da Universidade por D.Henrique e pelos Jesuítas, embora com especial dispensa de encerramento do seu estudo, obedientemente acatou a norma geral, fechando a sua academia.

A paixão pelos estudos humanísticos e arqueológicos faziam dele uma típica personagem dos estudiosos do seu tempo como o contemporâneo e igualmente célebre Antonio Agostino, bispo jurisconsulto, numismata e arqueólogo espanhol (1517-1586), que foi autor também de uma importante obra de antiguidades peninsulares, *Dialogos de las Medallas, Incripciones y otras antiguedades*, Tarragona 1587, entre a sua copiosa bibliografia.

André de Resende, “*concentrou-se nos seus estudos predilectos de archeologia, que amava com tanto extremo que nunca saía para uma viagem que não*

²⁰¹ Pinheiro Chagas, *Diccionario Popular*, Lisboa, 1883, p.265

*levasse consigo os instrumentos necessários para fazer escavações nos sítios onde parava. Foi sem dúvida alguma o mais insigne archeologo portuguez, e a elle se deve o primeiro estudo dos monumentos epigráficos da época romana em Portugal*²⁰².

A este propósito ocorre citar Rosado Fernandes: “Resende é contudo inovador sobretudo no que respeita ao aproveitamento da epigrafia e da arqueologia em geral, uma vez que considera as inscrições romanas como a fonte mais fiável da antiguidade visto reproduzirem fielmente na pedra a forma como escreviam os Romanos e darem, como afirma na carta a D. Afonso, uma ideia mais directa da Antiguidade”²⁰³.

O culto da epigrafia e do novo desenho das letras inspiradas no modelo imperial, deve ser reconhecido como uma das primeiríssimas manifestações do culto das antiguidades. Conhecem-se levantamentos epigráficos desde o século V. No entanto as que se começam a enquadrar no novo culto epigráfico associado aos monumentos resultam dos levantamentos efectuados durante o século XV concretizando-se na

²⁰² Idem, Ibidem.

²⁰³ Introdução de R.M.Rosado Fernandes à edição traduzida e comentada da obra de André de Resende, *As Antiguidades da Lusitânia*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1996, p.18

famosa e primeira recolha publicada de Jacopus Mazochius, *Epigrammata Antiquae Urbis* em 1521²⁰⁴.

Esta colectânea reunia os trabalhos de Ciriaco d'Ancona, de Nicolo Signorili, de Cola di Rienzo, de Poggio Bracciolini, de Bernardo Rucellai, de Pomponius Laetus, de Francesco Albertini, de Giuliano, e dos dois Antónios Da Sangallo. O caso da família Sangallo é de particular interesse, pois apresentam-se como uma família iminentemente de arquitectos cujo interesse filológico pela antiguidade é do maior rigor.

Os desenhos efectuados tanto por Giuliano como pelos dois Antónios, denominados o Velho e o Novo, integrando as epigrafias em detalhados desenhos das antiguidades, recordam inclusive os de Francisco de Holanda, que foi aluno de Resende.

A notícia de Resende a propósito de uma visita do jovem D. Sebastião ao local da vitória afonsina de Ourique, é reveladora desta associação entre a epigrafia e a arquitectura tal como nos conta: *“Por isso D. Sebastião, tomado de grande piedade e com o objectivo de fazer reviver a lembrança, não só da aparição de Cristo como da célebre vitória do maior dos reis, deu instruções para*

²⁰⁴ Note-se que o exemplar de Mazochius existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, está anotado por Francisco de Holanda, conforme foi identificado por Sylvie Deswarte em “Contribution à la connaissance de Francisco de Hollanda”, *Arquivos do Centro Cultural de Portugal*, vol.VII, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1973, pp.421-30

que, depois de demolida a velha ermida, se edificasse uma igreja e, depois de levantado o arco comemorativo, confiou-me a composição de uma inscrição de modo a que numa parte se lesse em latim e na outra em língua portuguesa.”²⁰⁵

Na sua procura incansável de remontar às origens, André de Resende utiliza todos os autores que lhe permitem, nessa autoridade livresca, fundar o seu “*locus*”, assim desde Homero até Plínio todos os autores que se referem à Lusitânia são evocados. Com efeito Resende é reconhecido como o formulador e divulgador da expressão “*Lusitânia*”, com que desde logo inicia a sua obra e que seria confirmado por Camões na expressão dos “*Lusíadas*”.

Poderá parecer aqui uma questão de menor importância e até de carácter filológico, mas recordemos a questão mal resolvida no tempo de D.João II em que os reis Católicos se reclamaram de Reis de Espanha, título que o monarca português também se reconhecia o direito a usar.

Resende com a sua obra famosa, com várias edições divulgadas fora do país, *De Antiquitatibus Lusitaniae*, 4 livros impressos em Évora 1593, Roma 1597, em Colónia 1600 e 1613, contribuiu indiscutivelmente para

²⁰⁵ R.M.Rosado Fernandes, Op. cit., p.201, veja-se ainda o comentário de Rosado Fernandes a propósito desta notícia de Resende a p.290, na nota 84.

restaurar Portugal no universo Ciceroniano e humanista da época e divulgar a expressão *lusíada*, como própria da nacionalidade.

A profunda formação nas teses de Erasmo, afastou-o de uma liberalidade da cultura do renascimento que nunca apreciou e que aliás combateu.

A sua obra anterior impressa em 1553, *História da Antiguidade da Cidade de Évora*, encerra uma aturada pesquisa sobre a história da cidade em que nasceu. Enquadra-se perfeitamente nas investigações semelhantes que ocorriam em Itália efectuadas pelos humanistas, dignificando a virtude das cidades através de uma gloriosa continuidade urbana de que os presentes eram os herdeiros. Procura demonstrar essa capital de Sertório e os seus monumentos, destacando o Templo, o Arco de Triunfo e o Aqueduto da Água da Prata como sinais edificadas acrescido da epigrafia.

Nesta lógica a “*instauratio*”, através do *restauro urbano*, entende-se como um dever em relação à memória mas também um modo de o presente se associar às glórias passadas numa continuidade histórica.

Um misto de evocações, de trabalho de pesquisa, de leitura dos vestígios antigos, em particular os que permitissem associar ao passado romano: “há, pois, um conhecimento livresco adquirido nas fontes, que igualmente

se fundamenta numa investigação documental (epigráfica, paleográfica), processos que frequentemente são comprovados, quando necessário, por uma presença física no terreno, onde por sua vez vão surgindo com frequência informações completamente inéditas. Mesmo tendo em conta a dependência que evidencia das fontes que lhe são anteriores, não parece ser de hesitar considerarmos Resende como profundamente inovador, não só pelas informações inéditas que nos proporciona como por desempenhar em Portugal, pela primeira vez, o papel de iniciador de muitas disciplinas científicas que já concebe sistematicamente e metodologicamente, como seja a geografia e mesmo alguns aspectos da linguística.”²⁰⁶

Na realidade estes interesses de Resende seguem perfeitamente os estudos topográficos em voga, introduzindo em Portugal, os novos métodos, através do cotejamento com autores antigos nomeadamente Plínio Antigo, confrontando as realidades, e no outro aspecto referido, o dos topónimos, das etimologias, dos estudos epigráficos, etc.

As suas investigações passam também pelo estudo da obra de Frontinus *De Aquaeductus Urbis Romae* que analisa profundamente e divulga (recorde-se que foi esta mesma obra que F.H. levou a Roma). Sabe-se que teria elaborado uma obra em dois volumes dedicada aos aquedutos, que

²⁰⁶ R.M.Rosado Fernandes, Op. cit., p.19

estará perdida ou talvez como anónima nos arquivos do Escorial ou outros de Espanha.

Vitrúvio merece também o seu estudo, e sabendo que se dedicara a verter o “*Livro de Architectura, ou tradução da Architectura de Leão Bautista*”, todavia nem foi publicado nem nos chegou o manuscrito.

Resende, na sua formação religiosa, na sua diplomacia, e no pragmatismo com que encara o seu papel na formulação de uma tese antiquária que edifica e prova, num exercício complexo como será porventura o restauro do Aqueduto da Água de Prata, merece ser recordado como o verdadeiro iniciador de uma tese de restauro em Portugal quinhentista.

Não foram aqueles que efectuaram obras para consolidar uma ruína ou transfigurar no novo estilo romano um troço gótico. Esses episódios repetem-se ao longo da história consoante a convicção dos homens, mas sem uma *tese* não há política de conservação.

André de Resende tinha uma *tese* de “*instauratio*” e um método de execução, provando que na utilização das suas fontes principais, a epigrafia, a geometria euclidiana, os preceitos de Vitrúvio e de Frontinus, faria de D.João III um novo César e a sua capital, Évora, uma “*nova Roma*”.

4: D. Miguel da Silva: o Cortesão Antiquário

Filho do Conde de Portalegre, D. Diogo da Silva e Meneses, e de D. Maria Ayala, por sua vez filha do Senhor das Ilhas de Lançarote, Fonteventura e Gomeira nas Canárias, D. Miguel da Silva nasceu numa família que merecia a particular protecção do Rei D. Manuel pelo “*muito cuidado e amor com que esse seu aio o criara e doutrinara*”²⁰⁷. Desde muito cedo que frequentara o Paço, e revelando interesse no estudo, o Rei D. Manuel o enviara a estudar na Universidade de Paris, onde viria a doutorar-se nas línguas grega e latina.

Desejoso de conhecer as fontes, dirigiu-se a Itália, passando pelas universidades de Veneza, Bolonha e Siena. Na universidade de Siena virá a

²⁰⁷ Monsenhor José de Castro, “O Cardeal Viseu”, em *Beira Alta*, Viseu, 1945/46; *Constituições feitas por mandado do muito reverendo Senhor D.Miguel da Silva Bispo de Viseu e do Conselho de El-Rei e seu escrivão da poridade*, manuscrito, Biblioteca da Universidade de Coimbra, (cotas 11-1); Dalila Rodrigues, “Cristo em Casa de Marta”, em *Boletim dos Amigos do Museu de Grão Vasco*, 45 e 47, Viseu, 1992 e 1994, Damião de Góis, *Crónica do Sereníssimo Senhor Rei D.Manuel*, Partes I e IV, Coimbra, 1790; Francisco de Andrade, *Crónica do Muyto Poderoso Rey Dom João O Terceiro*, P.IV, Coimbra, 1796; Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português*, vol.II e VI, Lisboa, 1859 e 1862; Padre Leonardo de Sousa, *Memórias Históricas e Cronológicas dos Bispos de Viseu*, vol.II, L.IV, Manuscrito, 1767; Rafael Moreira, *Mestre Francisco Cremonês e as origens da arquitectura renascentista em Portugal*, Congresso Internacional de Lisboa, 1983; Henrique Trindade Coelho e Guido Batelli, *D.Miguel da Silva, dos Condes de Portalegre, Bispo de Viseu, Cardeal de Santa Maria Transiberina*, Florença, 1935; F.A. de Almeida Moreira, *Museu Regional de Grão Vasco. Catálogo e Guia Sumário*, Porto, 1921; Sylvie Deswarte, *Il Perfetto Cortegiano, D.Miguel da Silva*, Ed. Bulzoni, 1989; Idem, “A Roma de D.Miguel da Silva”, *Oceanos I*, Lisboa, 1989; Idem, *Voyage en Italie de Francisco de Holanda, 1538-1540*, Congresso Internacional de Lisboa, 1983; José Sarmiento de Matos, “São João da Foz. Entre sonhos e realidades”, *Oceanos I*, Lisboa, 1989; Joaquim de Carvalho, “Sobre o Humanismo Português na Época da Renascença”, *Obra Completa*, vol IV, Lisboa, 1983; Maximiano de Aragão, *Viseu. Subsídios para a sua História, desde o fim do século XV – Instituições Religiosas*, Porto, 1928.

formar-se em direito civil e direito canónico. Nesta sua primeira aproximação à cultura da península italiana, os seus dotes de erudito e de diplomacia, granjeiam reconhecimento, admiração e as amizades de distintas personalidades, destacando-se Pietro Bembo, Paulo Giovio e Sadoletto, futuros cardeais, a família Tolomei de Siena²⁰⁸, futuros embaixadores no estado pontifício, mas também poetas e pintores como Boroaldo Júnior e Veronese.

Estes contactos credibilizaram o jovem personagem e erudito português, de certo modo traçando-lhe um destino que será irreversível.

Regressando a Portugal, D. Manuel reconheceu-lhe a competência nos assuntos de Itália e envia-o como representante de Portugal no Concílio de S. João de Latrão de 1512, iniciado por Julio II della Rovere e concluído em 1517 já pelo seu amigo, o Papa Médicis, Leão X.

²⁰⁸ Sylvie Deswarte, "Il perfetto Cortegiano, D.Miguel da Silva", Roma, 1989, p.40, "*D.Miguel da Silva, che aveva conosciuto Lattanzio a Siena all'epoca dei suoi studi in quella città, ritroverà poi l'amico a Roma, ambasciatore della Repubblica di Siena*" e ainda a referência à manutenção dessa sua antiga amizade através de grande correspondência de que o Correio de D.Miguel da Silva, António Ribeiro foi sempre portador, citando Gian Matteo Giberti em carta de 1 de Julho de 1526, "*Delle altre cose so che M.Lattanzio e M.Antonio(Ribeiro) li scrivono tanto, che quando bene avanzasse a me tutto il tempo del mondo, del quale ho gran carestia, non saprei più dirle*". Os irmãos Claudio e Lattanzio Tolomei eram grandes eruditos e colecionadores, com grande biblioteca e colecção de antiguidades.

D. Miguel da Silva, virá a partir de 1515 a substituir como Legado de Sua Majestade o Rei de Portugal, o célebre Tristão da Cunha, a Diogo Pacheco e João de Faria.

Nessa qualidade de embaixador implementará uma verdadeira secretaria do serviço diplomático com cifra e correios permanentes e eficientes, por forma a informar rapidamente e em prioridade o seu Rei. Aliás ao longo da sua vida se provará ser excelente e zeloso administrador.

Julio II dera um extraordinário implemento ao lustre da Cúria Romana e implementara um posicionamento político e cultural de Roma que derrubará o protagonismo Florentino das Artes. Bramante, e os seus colaboradores Rafael, Antonio da Sangallo e Baldassare Peruzzi, lançavam um cenário arquitectónico que atingirá um cume com Leão X.

*“Roma, no pontificado de Leão X, é a capital do mundo civilizado, considerada um dos centros culturais mais activos da Europa. A Cidade Eterna, além de numerosos monumentos da Antiguidade, abre-se à nova arquitectura, à nova pintura, e à nova escultura de inspiração greco-latina. E tudo isto accionado por uma elite intelectual constituída por sábios, letrados e artistas, como Bembo, Bramante, Castiglione, Miguel Ângelo, Rafael e muitos mais.”*²⁰⁹

²⁰⁹ Adelaide de Almeida Ribeiro, *D.Miguel da Silva, SecXV-Sec.XVI*, Figueira da Foz, 2000, p.9

Neste seu “*soggiorno romano*”, como Embaixador junto da Corte de Leão X, D. Miguel da Silva, foi-lhe apresentado Castiglione, “*in occasione di una di quelle partite di caccia alla Magliana che Leone X tanto prediligeva*”²¹⁰. Baldassare Castiglione, que nessa altura trazia em redacção a sua famosa obra *Il Cortegiano* que acabaria por ser dedicada ao ilustre português.

Aliás não será de estranhar algum papel meritório do próprio D. Miguel da Silva na inspiração da nova redacção (final) do *Cortegiano*, com o acrescento do Quarto Livro, embebido de neoplatonismo cristão, nomeadamente na introdução do arquétipo do *Amor Celeste*, mas sobretudo numa transpiração do projecto Ibérico, do sonho de um humanismo cristão sob o domínio Imperial e Pontifical. Só efectivamente as potências signatárias do tratado de Tordesilhas poderiam acalentar tais ideias, obviamente vedadas aos principados, ducados e reinos da Europa central, confinados a uma territorialidade limitada.

Estas reuniões eruditas e de lazer entre homens de cultura humanista decorriam à boa regra virgiliana, “*sub tegumine faggi*”, nas umbrosas frescuras

²¹⁰ Sylvie Deswarte, *Il Perfetto Cortegiano D.Miguel da Silva*, p.28

dos *orti* e das *vigna* dos vários prelados e eruditos espalhados por Roma e subúrbios.

Evocando esses colóquios com saudade, após o Saque de Roma de 1527, Sadoletto refere-se a quatro lugares predominantes dessas reuniões, “*gli orti suburbani di Angelo Colocci sulle pendici del Pincio; gli orti quirinali della sua Vigna nei pressi della chiesa di Santa Susanna; quelli al Circo Massimo e quelli al Tempio di Ercole sulle rive del Tevere vicino al Portico d’Ottavia.*”²¹¹

Nestas reuniões longe do formalismo do protocolo da Cúria, entre os seus pares eruditos, Angelo Colocci, Bembo, Sadoletto, Egídio de Viterbo, Fabio Vigili, Claudio Tolomei, Giani Lascaris, Ludovico Ariosto, Gian Giorgio Trissino, Britonius e outros, “*Durante queste riunioni, impreziosite dalla presenza di una delle più ricche collezioni di antichità di Roma e da una vastissima biblioteca di manoscritti, tra cui i celebri cancioneros portoghesi, si componevano epigrammi latini, si trattava di studi antiquari e di archeologia*”²¹²...

Mas também nesse ambiente dos jardins o tema das águas e das ninfas surgia com muita frequência. “*Attorno alle fontane costruite nei giardini della*

²¹¹ Sylvie Deswarte, Op. cit.p.30

²¹² Sylvie Deswarte, Op. cit.p.32

Roma di Leone X si sviluppò una vera e propria corrente poetica avente per tema le acque o che dava voce a quelle statue. Così, la ninfa degli Horti Colotiani (o Sallustiani, come li chiama Colocci), la cui fontana era alimentata dall'acquedotto del l'Acqua Vergine, sarà cantata in numerosi poemi."²¹³

O aqueduto fora restaurado em 1453 durante o pontificado de Nicolau V, por Alberti e Rosselino, desembocando na primitiva Fontana di Trevi da autoria do mesmo arquitecto. Assim este tema, "*Il tema degli acquedotti era quindi già al centro dell'attenzione quando D. Miguel era ambasciatore a Roma. Lo stesso D. Miguel da Silva darà moltissima importanza al problema dell'acqua per l'irrigazione del suo giardino, contiguo alla chiesetta di San Jacopo in Settignano presso la Farnesina a Roma*"²¹⁴

Não será pois, de estranhar, a motivação de reencontro ou «*deja-vu*» quando de regresso a Portugal se envolve com Resende na questão antiquária do *restauro* do Aqueduto da Água de Prata.

Este relacionamento, quase de continuidade, já foi igualmente apontado pela autora das citações que vimos fazendo, Sylvie Deswarte, "*Una volta tornato in portogallo, D. Miguel forte dell'esperienza romana prenderà*

²¹³ Idem, Ibidem, p34

²¹⁴ Idem, Ibidem, p35

*attivamente parte al dibattito sull'antichità dell'acquedotto del l'Agua da Prata di Évora insieme ad André de Resende, e pagherà il suo tributo al genere letterario dei poemi sull'acqua e sulle sue ninfe tanto in voga in quegli anni a Roma. In una lettera inviata all'amico Blosio Palladio da Lisbonna il 27 novembre 1537, informa l'amico dell'inaugurazione dell'acquedotto di Évora ad opera del re, e gli invia i versi composti per l'occasione. Si tratta del poema De Aqua Argentea ad Johanes Portugalliae Regem, di cui si conserva una copia più tarda alla Biblioteca Vaticana*²¹⁵

Com a chegada ao sólio pontifício de Adriano VI, o seu ascetismo e simplicidade de vida, poderá estar na razão de menor favorecimentos de uma cultura requintada e mesmo luxuosa que levava a escola de prelados de Julio II e Leão X. Os procedimentos, as audiências, o modo de condução dos negócios estava perfeitamente alterado por este novo Pontífice que para mais abertamente condenava os procedimentos dos seus antecessores. Talvez por esta razão, mas certamente pela diferença de confiança e de crédito financeiro que lhe concedia D.João III. A redução das despesas leva a D. Miguel escrever, “*nesta e em muitas outras coisas do serviço de Vossa Alteza falaria mais (à vontade) se acerca da despesa não me pusesse leis tão limitadas: e contudo não deixarei de lembrar a Vossa Alteza que os Reis hão-de*

²¹⁵ Idem, Ibidem.

*querer as coisas, porque, enfim, as coisas se pagam a si mesmas e o apertar a mão faz que se perdem ocasiões que nunca tornam*²¹⁶.

O certo é que vai insistindo junto do Rei ao ponto de solicitar a demissão do cargo e o retorno a Portugal. O surto de peste, que foi entretanto aumentando sem que o Papa tomasse quaisquer iniciativas, fazia grande preocupação a D. Miguel, que utilizava também esse poderoso argumento.

Mas uma nova e refrescada oportunidade surgiria com a eleição de um seu amigo, Clemente VII, mudam-se radicalmente as circunstâncias, ainda “*na madrugada do conclave, apesar da reclusão formal em que estavam os conclavistas*”, D.Miguel foi saudar seu amigo ainda de madrugada, demonstrando-se assim “*no ponto que entrei fui beijar o pé a Sua Santidade, o que não consentiu nem a mim nem a nenhuma outra pessoa até este ponto, que são três horas ante manhã*”²¹⁷.

Quando já se encontrava desvanecido o interesse de partir de Roma, eis que chega da parte de D.João III, uma carta em que transparece um cinismo diplomático, que, não sem rebeldia D. Miguel não responde, como

²¹⁶ Adelaide Almeida Ribeiro, Op. cit.p.27

²¹⁷ Ibidem.p.28

ainda se demora até ser substituído. Através da amizade que tem junto do Pontífice leva cartas de recomendação solicitando ao Rei “*de o elevar à maior dignidade junto da sua pessoa*”, concedendo-lhe por Breve Pontifícia a providência em reserva dos dois primeiros mosteiros que vagassem.

Ainda em Itália consegue as comendas do Mosteiro Beneditino de Santo Tirso, de Landim, da Ordem de Santo Agostinho, ambos no Arcebispado de Braga, o Mosteiro de S. Pedro das Águias no vale do Távora, da Ordem de Cister, depois já em Portugal o Bispado de Viseu, garantindo assim os necessários rendimentos de independência mas também que lhe permitissem lançar o seu “*projecto*”.

O regresso de D. Miguel a Portugal em 1525 é um verdadeiro evento cultural em si mesmo, pois consigo arrasta uma nova dimensão cultural. Regressa com a sua biblioteca considerada notável pela riqueza de manuscritos, com a sua colecção de estátuas antigas, com uma vontade clara de “*edificar a sua corte*”, como comprova a inclusão no seu séquito de um mestre da *Opera di San Pietro*, nessa altura sob as ordens de Rafael, Mestre Francesco da Cremona conhecido em Portugal por “*Mestre Francisco Italiano*”.

Com maior condescendência para com os Beneditinos, todavia zela com paternal amizade e zelo, pelo bom parecer dos que de si dependem, fazendo numerosos benefícios e esmolos, mandando elaborar preciosos paramentos e vestimentas dos templos. ricas alfaias, cadeirais e ornamentos, evidentemente sob uma supervisão que procurava introduzir uma estética que lhe era grata e familiar.

Influenciado por Plínio e pelas grandes obras portuárias da Roma Imperial e as recentes do porto de Civitavecchia, fez grandes obras na Foz do Douro.

Em S. João da Foz procedeu a uma intervenção arquitectónica ecoando princípios e regras da tratadística Albertiana. *“A exemplo da ligação da doca marítima com as instalações fluviais do estuário do Tibre, procurou ele fazer canalizar a foz do rio Douro para o mar e contrair nessa foz um grande porto que rivalizasse com o de Lisboa e pusesse o norte do País em contacto com a Europa”*²¹⁸

Este gesto de grande mecenas edificador, devido à dimensão e alcance, levou Jean Guillaume a considerar este projecto, que se apresenta como um verdadeiro complexo *“edilizio”*, a primeira introdução histórica da arte do renascimento italiano em Portugal, efectuada através do Mestre

²¹⁸ Cf. com Rafael Moreira, Sylvie Deswarte e Adelaide Almeida Ribeiro e outros.

Francisco Cremonês seu arquitecto privado, na quebra com a tradição do Manuelino. O Palácio de D. Miguel, destinado a sua residência nesse *Finis-terrae*, bem como o farol de S. Miguel-o-Arcanjo na Cantareira, demonstram a vontade de “*instauratio*” de verdadeiro *restauro* de uma nova cultura sob o signo de Roma.

Mas Viseu está também incluída nos seus planos de edificação. Substitui o claustro da Sé do século XIII de João de Lamego, “*restaurando*” a nova architectura segundo o modelo romano, num magnífico claustro, edificado entre 1528 e 1534, na ordem Jónica estriada e sem entasis, “*destinati ad huomini letterati e di vita quieta*”, segundo os cânones.

Também se ocupou da Quinta do Fontelo, na posse do Bispado de Viseu desde o século XII para residência estiva daqueles prelados. Lembrando-se dos seus amenos e saudosos momentos de vilegiatura suburbana em Roma, fez aumentar a propriedade, remodelar e edificar capelas e célebres jardins.

Na verdade, poderá dizer-se que foi o primeiro verdadeiro jardim renascentista à Romana, (recordemos as gaiolas dos jardins Farnese sobre o Palatino, na reconstrução filológica feita por P. Letarrouilly, *Edifices de Rome Moderne*, 1840), introduzindo em Portugal, pela primeira vez inéditas

gaiolas de “*fio de ferro*” que chegavam a cobrir inteiras árvores, conservando assim os pássaros em amplos ambientes edificados seguindo geometrias arquitectónicas.

Patrocinou como mecenas a oficina de pintura de Vasco Fernandes, o célebre *Grão Vasco*, encomendando-lhe vários quadros, *Cristo em Casa de Marta* destinado à capela de Santa Marta no Fontelo, o notável *S. Pedro*, proveniente da *Capela de S. Pedro* da Catedral de Viseu, e outros. Rafael Moreira e Dalila Rodrigues querem ver na figura retratada no quadro de Grão Vasco *Cristo em Casa de Marta*, uma representação sob a forma de retrato desse mecenas D.Miguel da Silva. A ser verdade, não vemos igualmente substanciais diferenças entre essa face e a do próprio *S. Pedro*...

D. Miguel da Silva não gozou de grande simpatia em Portugal junto da Corte, nem junto dos Infantes, com quem frequentemente teve interesses concorrentes, fosse em provimentos de comendas fosse até mais tarde no Cardinalato.

Em 1534 é eleito Papa um grande amigo de D. Miguel da Silva, desta vez Paulo III (Farnese), demonstrando preocupação na Reforma da Igreja.

De facto, em 19 de Dezembro de 1539, foram eleitos dez Cardeais e um único “*in petto*” que seria D. Miguel da Silva. D. João III não facilitava a disponibilidade solicitada pelo Papa de conceder autorização a sair do reino ao Cardeal D. Afonso e a D. Miguel. Esta situação certamente também ao clima de algum distanciamento nos pertinentes argumentos e nas intervenções críticas e arqueologicamente correctas de D. Miguel a propósito das discussões epigráficas com André de Resende.

Em 1538 o Pontífice requer pelo breve *Quod jam diu*, de 22 de Maio, a presença de D. Miguel, “*esperávamos da tua virtude, prudência e probidade, nascesse um exemplo para a vinda dos outros prelados desse reino*”²¹⁹.

Por outro lado, degradavam-se cada vez mais as relações com D. João III que não autorizava o prelado a usar das ordens cardinalícias, que em seu entender recebera em Roma sem autorização, não o permitia obedecer às ordens do Papa, deslocando-se ao Concílio, e por fim na questão da atribuição da Abadia de Alcobaça²²⁰. O monarca reservava esta rica Abadia para seu irmão D. Henrique, mas o Papa, antecipando-o concedeu-a ao Cardeal Farnese.

²¹⁹ Adelaide Almeida Ribeiro, Op. cit.p.55

²²⁰ A comenda de Alcobaça não só era avultada como era já bem conhecida em Roma uma vez que fora a base de D. Jorge da Costa o célebre Cardeal Alpedrinha, que chegou a ser *Papabile*.

Suspeitava-se que a informação da vacância, a obtivera o Papa com rapidez, advinhando-se ter sido através do seu amigo “in petto”, D. Miguel da Silva e seu eficiente correio, António Ribeiro. Isto fará recaírem pesadas suspeitas de traição sobre o prelado, lançando definitivamente a ira de D. João III sobre D. Miguel.

De imediato, o Monarca, enviou a Viseu um emissário com a missão de requerer o selo Real, na posse do “*Escrivão da Poridade*” cargo que ocupava D. Miguel, e que assim se via destituído, da função inicialmente combinada e na origem do seu retorno a Portugal.

Na manhã de 22 de Julho de 1540, D. Miguel com uma comitiva discreta com ordens de falarem somente em Italiano, parte definitivamente para Itália, desobedecendo ao seu Rei.

Nunca mais voltará a Portugal, atravessando a Espanha sob aquele calculado disfarce de comitiva italiana, sem que os despachos do monarca português a Carlos V no sentido de lhe barrar a marcha, tenham efeito sobre o prelado.

Uma vez em Itália, e depois chegando a Roma permanecerá sob completa protecção dos Farnese.

Também em Roma receberá o título de Cardeal de Santa Maria Transtiberina, ficando mais tarde sepultado nessa mesma antiquíssima Igreja²²¹ de que foi titular.

Depois de frustradas tentativas em que o monarca português literalmente tenta fazer valer o seu real poder, quer através do seu poderoso cunhado, Carlos V, quer através de embaixadores, emissários especiais, (inclusive um familiar), recorre por fim a esbirros e mercenários. Nada consegue demover em Roma a admiração e as amizades que granjeia D. Miguel da Silva, que chegará inclusive a proteger judeus portugueses emigrados, que generosamente o recompensaram e protegeram também.

O último confronto aberto com D.João III ocorreu na esforçada tentativa de fazer eleger como Papa, o Cardeal D.Henrique. Movimentando o monarca tudo em sua posse para inclusive merecer o apoio internacional, todavia até nesse seu projecto, o já velho Cardeal Da

²²¹ O seu túmulo perdeu-se numa remodelação dos pavimentos, todavia a sua memória permanece visível no exterior do pórtico numa discreta inscrição. Por ocasião do início do primeiro ano do Curso de Arquitectura da Universidade Católica de Viseu, sob proposta do autor foi efectuada uma homenagem a D.Miguel da Silva com a presença do actual Bispo de Viseu D.António Monteiro, Presidente do Centro regional das Beiras da Universidade Católica Portuguesa, Prof. Formosinho Sanches Simões, Presidente da Câmara de Viseu, Dr. Fernando Ruas, Alunos, Professores da Licenciatura. Foi oferecido como lembrança e homenagem dos Viseenses um par de castiçais de estanho feitos em Viseu, para assistir às celebrações em Santa Maria de Trastevere..

Silva chega a receber maior número de votos no Conclave de 8 de fevereiro de 1550, acabando por eleger Julio III, o *Cardeal del Monte*.

Seis anos depois, triste e amargurado com o seu Rei e com a sua pátria, faleceu a 5 de Junho de 1556.

Conforme relataria D. Afonso de Lencastre ainda em 1553, o maior mal de que padecia o Cardeal D. Miguel da Silva não era tanto o declinar da sua saúde, mas antes os padecimentos morais, esses sim, bem mais dolentes que os achaques físicos.

Compreende-se a amargura de quem tão brilhantemente servira e fora amigo pessoal de cinco Papas, dos mais altaneiros humanistas e poetas da *caput mundi* cristã, legando no seu próprio reino mecenato, memória e lustre, mas que todavia para o seu Rei, fora riscado de todos os livros, honras, seu nome proibido de pronunciar, seus parentes e amigos cortados de qualquer relação, “*tido por não natural e desnaturado, como se nunca nascera neste reino*” ...

5: Francisco de Holanda: o Primeiro Tourer Antiquário

Francisco de Holanda, desde que Rackzynsky divulgou fora de Portugal os seus *Diálogos de Roma* e D. Elias Tormo o manuscrito das *Antiquallas de Roma*, teve que esperar a obra de J.G.Stichini Vilela²²² e Sylvie Deswarte, confirmada por Vítor Serrão e Rafael Moreira²²³, divulgada e comentada por José da Felicidade Alves, para merecer o reconhecimento de tratadista europeu²²⁴ em muitos aspectos precursor, nomeadamente do fenómeno maneirista²²⁵.

Francisco de Holanda terá nascido em 1517. Rafael Moreira dá-nos uma clara visão da vida e carreira de Holanda: “a vida e a carreira de Francisco de Holanda deixam-se facilmente dividir em quatro grandes períodos, que

²²² J.G. Stichini Vilela, *Francisco de Holanda. Uma Leitura*, 1964, Tese de Licenciatura em Filosofia, resumo publicado na Biblioteca Breve.

²²³ Rafael Moreira, “Novos Dados sobre Francisco de Holanda”, Separata de *Sintria I-II*, 1982-83, p.619-692

²²⁴ J.Bury

²²⁵ “O papel assumido por Francisco de Holanda neste processo de consciencialização é hoje amplamente reconhecido. O autor do tratado *Da Pintura Antigua* (1548) assume uma concepção filosófica, senão metafísica, dos conceitos da *maniera* e da ideia imanente ao acto de criação pictórica, em termos de uma rigorosa teoria platónica em que aprofunda as indagações conceptuais de Vasari e de Ludovico Dolce, antecedendo mesmo as teses dos maneiristas tardios Lomazzo e Zuccaro (Deswarte,1992). Segundo a mesma historiadora de arte, foi o português Holanda quem percebeu, antes de todos os outros pensadores italianos e europeus, a proeminência dos conceitos de *grazia*, de *sprezzatura* e de *maniera*, tal como Baldassare Castiglione os formulara no *Cortegiano*, aplicando-os ao seu conceito próprio de ideia da pintura.”, Vítor Serrão, *História da Arte Portuguesa*, Dir.Paulo Pereira, 2vol,p 429.

correspondem a outras tantas fases de sua biografia intelectual: a primeira abrange a juventude até ao regresso da viagem a Itália (1540); uma segunda, de relativa obscuridade, é aquela em que se define vivencialmente (1540-1550). Segue-se a que podemos considerar a fase da maturidade, sob D. João III e D. Catarina (1550-68); e, finalmente, a “queda em desgraça” com D. Sebastião, até falecer em 1584. É dentro deste percurso que ganha sentido estabelecer a cronologia das suas obras - em geral bastante confusa - e se devem procurar as constantes da sua actividade.”²²⁶

Teve a possibilidade de fruir de uma sólida formação junto da Corte eborense de D. João III, do Cardeal D. Afonso e em particular de Resende a quem muito acompanhou em várias excursões²²⁷ arqueológicas e de quem foi recebendo uma educação na escola de Erasmo, “*Hollandicus meus, iuvenis admirabili ingeni*”. Formado assim no primado do culto romano logo se instalou o desejo de ver Roma, propiciado pela confiança que merecia junto do Infante D. Luís, terá efectuando a sua viagem a Itália entre 1538 e 1540²²⁸. Esta situação coloca Francisco de Holanda no grupo dos primeiros “*Tourer*” em Itália.

²²⁶ Rafael Moreira Opus cit.p.633

²²⁷ Excursões arqueológicas com Resende, nomeadamente a que desenhou na visita à Praia-das-Maçãs, e região saloia....

²²⁸ Sylvie Deswarte, Op. Cit., 1983

Conforme R. Moreira, “*na verdade, somente após a morte de D.João III se podem documentar viagens de finalidade exclusivamente artística, patrocinadas pela regente D. Catarina e pela Infanta D. Maria: longa lista, que se inicia com Gaspar Dias e António Campelo ainda antes de 1560; o arquitecto António Rodrigues e os pintores João Baptista e António Leitão, em 1560-61; Baltasar de Arruda, em 1566; Lourenço de Salzedo, cerca de 1570; Venegas e Amaro do Vale, nessa mesma década; o engenheiro e matemático João Baptista Lavanha, no seu começo; o arquitecto Baltasar Álvares, por 1575/78; e outros ainda, com certeza.*”²²⁹

Se não consideramos Francisco de Holanda como um tratadista nos modos de um Alberti, não devemos todavia afastar o título de teórico da arte, uma vez que os seus escritos apresentam uma reflexão profunda e sustentada por um pensamento platónico que o colocava como interprete autorizado dos ventos de Itália.

Os registos arqueológicos de Holanda recolhidos no álbum das antiquilhas²³⁰, são uma permanente referência à curiosidade incutida por

²²⁹ Rafael Moreira, Op. cit.p. 634 e ainda Cap.IV da sua dissertação de mestrado de 1982.

²³⁰ O Álbum das *Antiquilhas* de Francisco de Holanda encontra-se na Sala Máxima da Biblioteca do Real Mosteiro do Escorial em Espanha, sob a forma de *Códice* com 54 folhas e 108 páginas, com o título original de : *Reinando em Portugal El Rei Dom João III Que Deus Tem Francisco D'Ollanda passou a Itália edas Antiquilhas que vio retratou de sua mão todos os desenhos deste livro*. A primeira edição é de Achille Pellizzari, *Le Opere di Francesco de Hollanda*, de 1915, todavia conhecem-se um par de exemplares. Foi publicado de forma completa por D.Elias Tormo em 1940 numa edição *in-folio*. Mais tarde foi editado em Portugal e comentado por José da Felicidade Alves em 1989.

Resende, tal como se podem observar nas anotações à margem do livro de Frontinus. Desligados de uma aparente demonstração senão um testemunho sequencial da sua visita, recolhem exemplos de variados aspectos da viagem. A qualidade do seu álbum de desenhos de Roma recorda o estilo de Giuliano da Sangallo. Vários dos desenhos de Holanda representam as primeiras ilustrações conhecidas de algumas estátuas clássicas. Demonstrando quanto o português estava na primeira linha do reconhecimento de futuros modelos. Resende preparara bem o jovem Francisco de Holanda e o seu conhecimento mereceu respeito entre a comunidade artística, privou com Miguel Ângelo e Vittoria Colona, transformando-se num fervoroso neoplatonista, circunstância que depois fará dele um estranho na sua terra. “ *E o que só me era sempre presente era o em que poderia servir com a minha arte a El-Rei nosso senhor que me la mandara, cuidando sempre comigo, como poderia roubar e trazer a Portugal roubados os primores e gentilezas de Italia, do contentamento de El-Rei e dos Infantes, e do sereníssimo senhor o Infante D.Luis. Dezia eu: que fortaleza, ou cidade estrangeiras não tenho eu inda no meu livro? Que edefícios perpetuos e statuas pesadas tem inda esta cidade, que lhe eu já não tenha roubado e de leve, sem carretas nem navios, em leves folhas? Que pintura de stuque ou grutesco se descobre por estas grutas e antigoalhas assi de Roma, como de*

*Puzol e de Baias, que se não ache o mais raro d'ellas polos meus cadernos riscados?*²³¹

Diz com perspicácia Rafael Moreira, “Os interesses quase “turísticos” que ele manifesta ao longo do trajecto — captação de tipos humanos, de paisagens e episódios pitorescos, vistas de cidades e seus principais monumentos (com especial destaque para as fortificações e as antigualhas) — não diferem substancialmente dos descritos por tantos outros viajantes portugueses da mesma época, nas estradas da Europa ou fora dela. A novidade maior está no meio de expressão utilizado para esse tipo de reportagem: o *desenho*.” Francisco de Holanda abre a geração de desenhadores de viagens como Heemskerk e DuPérac.

De gosto formado e com ideias claras do que “*falece à cidade de Lisboa*”, mas do que também “*falece*” ao universo artístico português...o desencantamento leva-o a concluir os seus dias num afastamento horaciano entre Lisboa e Sintra.

A trilogia de figuras representadas por André de Resende, D. Miguel da Silva e Francisco de Holanda, testemunham três ideias fulcrais, *o antiquário restaurador, o cultivador e cortesão, bem como o viajante esclarecido*.

²³¹ Francisco de Holanda, “Da Pintura Antiga”.

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

***UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO
NACIONAL***

São estes três conceitos que, simbolizados naqueles protagonistas, afinal permitem assentar uma ideia geracional de monumento, entendido segundo a fórmula humanista então divulgada, mas caracterizada numa aplicação à realidade nacional, da qual Évora, no restauro do Aqueduto será a obra testemunho.

6: O Restauro Antiquário do Aqueduto da Água de Prata

Em 1531 Lisboa foi fustigada por um violento terramoto que danificou bastante a cidade e o Paço Real, levando a Côrte a deslocar-se para Évora, segunda capital do país, onde acabaria por permanecer até 1537, ano da inauguração festiva do Aqueduto da Água de Prata.

Das obras necessárias à boa salubridade e conforto da cidade impunha-se certamente o restauro do antigo aqueduto, já evidenciado por Resende²³² e cujas obras se teriam iniciado ainda em 1531, no entanto não será por mera necessidade utilitarista que tal empreendimento preencherá o centro das atenções do Rei e dos mais doutos antiquários da Côrte.

Os Papas Nicolau V, Pio II, Sisto IV, Julio II e Leão X, tinham mostrado particular interesse no restauro urbano de Roma, nomeadamente na recuperação das estruturas civis e em particular dos aquedutos. A campanha do Santo Padre Nicolau V, apoiada teórica e tecnicamente por Alberti, lançou a tese da “*Roma instaurata*”, ou seja de uma nova Roma restaurada. Este primeiro modelo, não foi unicamente exportado para

²³² Por duas vezes na sua obra o Padre António Franco, *Évora Ilustrada*, Évora, 1945, p.114 e p.132, se refere a intenção de D.João II de “*renovar o aqueducto de Sertório*”...

outras capitais das cidades estado italianas, como por exemplo Ferrara, mas também através dos peregrinos, embaixadores estrangeiros, e da progressiva expansão da corrente filo-italiana, acabava por difundir-se pela Europa, como a mais moderna atitude política e cultural. Portugal não escapou a esses ecos, encontrando na elite dos seus humanistas e dos antiquários, conhecedores das ideias dos tratados de Alberti, uma activa recepção dessas teses²³³. Estas ideias eram depois aplicadas nas capitais locais, como forma de exercício dos seus conhecimentos, de criarem o confronto com o “*natural*”, cotejando as verdades antigas e colhendo experiência moderna.

Na verdade, já Plutarco nas vidas dos varões antigos lançava como modelos de prudentes e esclarecidos governos, os príncipes e políticos que através das obras civis, colhiam o louvor dos povos, e Plínio Antigo, na sua História Natural, em modos de enciclopédia, apresentava uma relação do saber da antiguidade, que antecipava o conhecimento arqueológico do mundo antigo.

²³³ “*Sómente no nosso tempo Lisboa atingiu a glória e os triunfos de Roma*”, André de Resende em *Oratio pro Rostris*, tradução nossa da obra de Odette Sauvage, *L’Itinéraire Érasmien D’André de Resende*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, 1971, p.133.

Estes dois autores clássicos, foram universos particularmente tipológicos para a reinvenção da Antiguidade, sendo ampliados, consoante eram descobertos e divulgados manuscritos, que a imprensa e comentadores iam espalhando. Acompanhados por uma forte corrente neo-platónica, acabaram por traçar uma conduta, um modelo e um método.

O modelo do *estadista*, do nobre, da verdadeira *aristos* da «arete» do renascimento, passa necessariamente pelo político culturalmente esclarecido, cuja força reside na república do saber.

Esse saber, deveria ser consolidado no conhecimento da história e nas crónicas, no saber tecnológico e na obra civil, que glorifica duplamente o estado e o promotor, ao serviço da Fé. É neste espírito a *Oratio pro Rostris*, de 1533, e ainda o *De Vita Aulica*, de 1535, onde numa passagem desta última Resende claramente diz: “o nosso soberano, cuja natureza o conduz à nobre sabedoria, possuía um extraordinário desejo de descobrir tudo aquilo que disseram o hábil Aristóteles e o amável Platão, por forma de melhor saber como dirigir o estado, o que permitiria a consulta dos seus livros, que não podem enganar, nem servem de juguete

*das paixões, nada esperam, nada temem, e não procuram a fazer passar o justo por injusto com uma perniciosa habilidade*²³⁴

Movido certamente tanto pelos argumentos de conveniência como pelos que culturalmente o insinuavam como príncipe esclarecido e moderno, o certo é que na iniciativa de D.João III, “*El-Rei Dom Joam nosso senhor o terceiro deste nome, que ora reina nestes reinos de Portugal, per mãos de muitos e boões officiaes de pedraria, que mandou buscar per todo o seu Reyno: mandou fazer mui fortes arcos de pedraria com que veo agua da fonte da prata a Cidade de Evora. O qual rodeo de palavras se conclue nesta sentença: Elrei dom Joam o terceiro mandou trazer a Evora agua da fonte de prata*”²³⁵, em pretender restaurar o Aqueduto de Évora, galvanizou a atenção e o interesse tanto dos eruditos, como dos habitantes. Demonstrando que essa corrente de pensamento começava a colher uma leitura algo generalizada, testemunham as posições de Frei Brás de Barros em Coimbra, que fazia corresponder à reforma “*espiritual*” uma reforma “*material*”, que quando se edificasse fosse com largueza, sem olhar a meios,

²³⁴ Tradução nossa de passagem da “De Vita Aulica”, publicada e comentada por Odette Sauvage, opus cit., pp.149 e 151.

²³⁵ João de Barros, procurando explicar de que se trata o rodeio de palavras refere este exemplo na introdução da *Gramática da Língua Portuguesa*, publicado em 1540, 2ª edição, p.169, referido também em Souza Viterbo, Vol.I, p.64,65

“*nem medida, nem temperança*”, só para “*a glória de sua Divina Magestade*”, “se purgaria de sua velhice” os edifícios do passado medieval. É a mensagem Albertiana em plena concepção.

Comprova-o também a discussão filológica entre D. Miguel da Silva, *Escrivão da Puridade* do Rei, chegado há alguns anos do seu cargo de Embaixador em Roma onde conviveu com os mais notáveis eruditos, e André de Resende, verdadeiro modelo de antiquário epigrafista, formado nos ideais de Erasmo.

Dando-nos conta da entusiástica recepção e expectativa geral, “*a nobreza portuguesa avaliando a excepcional importância do melhoramento público, desejou unanimemente cooperar nele e, em finta ou renuncia dos assentamentos e tenças outorgadas pelo erário régio, consentio no desconto dos réditos do ano de 1534 que atingiu a vultuosíssima soma de 691.640 reais, importância que foi entregue a Duarte Moniz recebedor da obra do aqueduto, segundo diploma da chancelaria datado de 12 de julho de 1535.*”²³⁶

De início o Bispo D. Miguel da Silva, opôs-se à obra, “*tendo-a por quimérica*”²³⁷. Assentou a sua argumentação contestando inicialmente a

²³⁶ Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal, Concelho de Évora*, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1966, VolII, p.106.

²³⁷ Padre António Franco e Padre Manuel Fialho, *Évora Ilustrada*, Edições Nazareth-Évora, 1945, p.132.

existência do aqueduto e depois, sustentando a sua impossível execução, em virtude da altura em que se situava a própria cidade de Évora : “*que a água lá onde chamam as furnas e mais fontes, se acaso foi para as meter em Évora, se desistira pela impossibilidade da obra, pois Évora estava em sítio mais alto*”²³⁸. Em termos histórico-filológicos até discordava das teses de Resende sobre Sertório e Évora, o que a moderna historiografia veio a dar razão...

Não deixam de surpreender as reservas de D. Miguel da Silva, porquanto viveu e foi um destacado portador de toda uma nova corrente de cultura antiquária e humanista originária de Roma. Nela cultivou nos jardins do seu amigo Colocci, os *Horti Sallustiani*, a celebração de uma fonte alimentada com água do Aqueduto da *Acqua Vergine*, dedicada a uma ninfa, bem como as especulações sobre as origens e descoberta da sua nascente de Salone.

Quando da sua chegada a Roma, ainda se falava no grande acontecimento que foi a inauguração pelo Papa Julio II de uma fonte dedicada a Cleópatra, nos jardins do Belvedere em 1511, e que virá até a ser desenhada por Francisco de Holanda no *Álbum das Antigualhas*. Pôde ver em Florença na casa da família onde esteve hospedado, uma obra sobre

²³⁸ Idem, Op. cit., p.132.

os aquedutos escrita por Bernardo Rucellai, pai do seu grande amigo, que chegou a visitar Roma na companhia de Leão Batista Alberti em 1471²³⁹. Aliás teria tido a oportunidade de abordar ainda mais a concepção do pensamento Albertiano no âmbito da sua grande amizade com Giovanni Rucellai, pois o mestre para além de ter edificado o palácio da família (para o seu avô do mesmo nome), tinha sido o impulsionador do restauro do já referido aqueduto da *Acqua Vergine* sob o Papado de Nicolau V, tendo então a fonte de Trevi o seu primeiro desenho. Foi ainda novamente restaurado este aqueduto por ocasião do Ano Santo de 1475 decretado por Sisto IV.

Comprova-se assim, uma continuada celebração antiquária dos aquedutos e das águas que, tal como a sua evocação literária, colhiam numerosos adeptos nas academias romanas e colóquios de eruditos.

Que terá levado D. Miguel da Silva a não se entusiasmar de início pela execuibilidade da obra real?

Julgamos que a explicação reside muito justamente na ínfima expressão (comparativamente ao universo romano) dos monumentos da romanidade

²³⁹ Segundo alguns autores, entre eles Pinheiro Chagas, D.Miguel da Silva...”escreveu um poemeto muito elogiado por todos os seus contemporaneos ácerca do aqueducto de Evora eda agua chamada da prata. Ficou tudo inedito.”, “Diccionario Popular de Manoel Pinheiro Chagas, Lisboa, 1883, vol11, p.442.

por terras portuguesas que conduziām ao descrédito do Bispo de Viseu. Ele que tinha visto os grandes monumentos de Roma, os imensos aquedutos e suas imponentes edificações, insinuando as suas majestáticas expressões construtivas, apesar da sua ruína, sobre as edificações medievais.

Tendo constatado ainda o paralelo com as grandes obras novas dos mestres seguidores da inspiração do “*romano*”, não conseguia vislumbrar aquilo que o paciente e de certo modo “*inventivo*” trabalho de arqueologia e investigação permitia a André de Resende conjecturar e defender.

Na verdade Resende gozava de grande crédito junto do rei que o instigara a não optar por uma carreira missionária, fazendo-o preceptor dos príncipes, e convidando-o a ficar por Portugal. A sua abordagem filiava-se num dedicado erasmismo, formado mais pela austera filologia da Europa do norte do que numa cortesã escola italiana, e nisso colidia com as posições de D. Miguel da Silva.

Aliás conhecemos a sua crítica à vida áulica, dedicada a Damião de Góis, com quem se compreende bem a solidariedade, uma vez que ambos partilham da mesma escola de formação nórdica. No oposto, situava-se o Bispo de Viseu, representando por excelência a cultura romana dos

tempos de Júlio II e Leão X, e tanto assim o era que se entende bem a razão de Castiglione ao dedicar-lhe o seu livro dedicado ao tema do “*Perfeito Cortesão*” em 1528.

É portanto compreensível que a abordagem de Resende colha maior recepção numa côrte, que apesar das extravagâncias do oriente, cultivava uma piedade cristã e uma contenção pragmática.

D. Miguel da Silva acabaria por representar em Portugal a efusiva, pródiga e luxuosa cultura romana antes do saque de Roma de 1527, que afinal também foi criticada por Erasmo.

No dizer de um outro clérigo seu amigo, D. Miguel em Portugal estava como “*in deposito*”, o que simultaneamente muito nos informa sobre o tom dos entusiasmos humanísticos nacionais... Não colhia tão pouco as melhores amizades junto da Família Real, uma vez que tanto o Infante D. Afonso como o Infante D. Henrique, davam-lhe “*distância e desprezo*”.

Os seus gestos de mecenas, acabariam por ter afinal mais eco a norte do país, em dois grandes centros, onde abordaria uma política interventora em termos urbanísticos de cariz Albertiana, segundo a tese da “*instauratio*”, em Viseu e no Porto, na Foz do Douro.

André de Resende, o partido do rei, saía vitorioso da discussão filológica e arqueológica, com a prova da romanidade de Évora, da obra do aqueduto posto a funcionar, isto é *restaurado*.

É a primeira grande vitória para os estudos antiquários em Portugal que, do mesmo modo que o brado das armas, provaram assim não menos engrandecer o seu Príncipe e a sua cidade, deixando um profundo entusiasmo humanista e antiquário.

Não é pois de estranhar que Évora concedesse o título neolatino de “Pai da Pátria”, *Pater Patriae*, ao Rei D.João III, do mesmo modo que Florença tinha aclamado Cosimo de Médicis.

As justas palavras do Padre António Franco na *Évora Ilustrada*, referindo-se a André de Resende e ao seu protagonismo na obra de restauro do Aqueduto da Água de Prata, revelam bem deste espírito, “o qual é uma perpétua estátua, não menos de El-Rei D.João que do Mestre Resendê”. Este autor fazendo eco das virtudes e erudição de André de Resende aprofunda e propaga algum fabulário eborense, já enunciado anteriormente na História da Cidade de Évora, apesar do autor prometer um probó afastamento das “*antiguidades fabulosas*”.

Neste acontecimento do restauro do Aqueduto colaboraram vários mestres já então de reconhecido mérito, o Arquitecto-Mór da Comarca, que já demonstrara a sua habilitação na obra do *Cano da Amoreira* em Elvas, Francisco de Arruda (que falecerá em 1547) e o escultor Nicolau Chanterene (1485-1555). Francisco de Arruda foi nomeado inspector, ou visitador, do “*cano da agua da prata*” em 1542.

O cargo não pode ser visto à luz de um simples encargo profissional. A dimensão humanística e antiquária do facto alimentava o prestígio do cargo pois, tratava-se também do restauro da figura do *acquarum iniunctum officium*²⁴⁰ ou *curatoribus aquarum*, no quadro da administração romana, cargo que pertenceu ao próprio Frontinus, por delegação do Imperador!

De facto no parágrafo XCVIII, XCIX e C. Frontinus descreve a dignidade e importância do cargo, “*Decreto do senado por ocasião em que Q. Elío Tuberone e Paulo Fabio Massimo eram cônsules, entenderam que os encarregados e superintendentes das águas, fossem nomeados por Cesar Augusto com o acordo do senado*”.

²⁴⁰ Cargo de Frontinus segundo nos informa logo no primeiro parágrafo do *Aquaeductibus urbis Romae*.

Compreende-se portanto o enquadramento da nomeação conforme documento constante da Chancelaria de D. João III²⁴¹. Ficava Arruda responsável pela conservação e manutenção do respectivo aqueduto: “*mestre de minhas obras, de vysytar o cano dagoa da prata da dita cidade pera sempre estar coregido e bem repayrado e senã danyficar*”, auferindo um salário de 10.000 reais, pagos através das rendas do senado da cidade. Francisco de Arruda intervém como experimentado técnico de construção, aplicando o seu saber de edificador, nos diversos elementos que compõem a estrutura, nas arcas de água, (*castellum*), fontes, (*nymphae*), etc. interpretando as recomendações de Resende provindas do *De Aquaeductibus Urbis Romae* de Frontinus e da tratadística Vitruviana e Albertiana.

Chanterene refinou a obra com a introdução de um sofisticado programa astrológico, sustentando a elegante torrinha de S. Francisco, quase *tempieto*, demolida em 1873 com evidente desconhecimento do seu interesse artístico, cultural e histórico.

Pela tarde de 28 de Março de 1537, com a presença dos monarcas, D. João, D. Catarina e de toda a Côrte, instalada em palanques na praça grande de Évora, com a afluência de muito povo, brindou-se a chegada das

²⁴¹ Souza Viterbo, *Dicionário Histórico e documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, ed.

águas do aqueduto ao centro da cidade, brotando em golfadas pela boca de quatro leões para dentro de uma taça.

Esta fonte aproveitaria uma antiga estrutura romana, conhecida como arco de Sertório, que seria demolida em 1570 pelo arquitecto Afonso Álvares, para *desafrontamento* da Igreja de Santo Antão, seguindo as instruções do Cardeal D.Henrique²⁴². As celebrações colheram o entusiasmo geral, prosseguindo os festejos com uma tourada patrocinada pelos mercadores do povo.

Como o episódio permite entender não se tratou somente de uma obra, mas de uma complexa tarefa que envolveu delongada investigação e uma equipa de artistas, acaloradas discussões cultivadas com apreço pela Côrte, que seguia com expectativa o desenlace dos vários episódios.

De um modo geral, o culto que o Rei e os Infantes davam às artes em particular ao estudo das antiguidades e da arquitectura, acabará por reflectir-se não só nas variadas obras patrocinadas em Évora como por

INCM, 1988 voll, p64; Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D.João III, liv.38, fol.139.

²⁴² Este episódio contrastante e até antagonista ao culto antiquário só é compreensível à luz das novas teses desenvolvidas no âmbito da Contra-Reforma, sobre o prevaecimento das antiguidades religiosas sobre as antiguidades profanas, sobre a primazia da Fé Cristã e da sua Liturgia sobre qualquer outra razão, em suma as teses do Cardeal Cesare Baronio e outros autores tridentinos.

todo o país. Este interesse dedicado substancialmente ao edificar volverá os ideais e a busca de fontes para a captação da mensagem de Itália entre os anos de 1537, data da inauguração do aqueduto e 1541, ano da entusiástica edição do *Medidas del Romano*, primeiro livro publicado em Portugal verdadeiramente dedicado à decoração segundo o figurino italiano.

Será interessante procurar reunir os tratados disponíveis antes de 1541 que poderiam ter alimentado e cultivado conceptualmente o gosto antiquário na côrte de D.João III.

Vitrúvio e Alberti são indiscutivelmente as obras fundamentais de par com a *História Natural* de Plínio o Velho num comentário generalizado. A edição de Vitrúvio de Fra Giocondo poderia ser encontrado nas edições de 1511 (Veneza), obra bem estampada e dispendiosa. A de 1513 pretende ser mais acessível (mas sem ilustrações), com um apêndice em que inclui as obras de Frontinus sobre os aquedutos (teria sido esta a obra que inflamou a Corte?). Depois haveria a de 1522 (Florença), e a edição francesa que misturava o texto da edição de 1513 com as ilustrações de Cesariano, publicada em 1523 (Lião).

Um outro comentário de Vitruvius considerado de maior autoridade, sobretudo pela abundância das ilustrações, é a edição de Cesare Cesariano, “*Di Lucio Vitruvio Pollione de Architectura libri decem traducti de Latino in Vulgare affigurati, commentati, etc.*”, publicada em Como em 1521, e de acordo com Rafael Moreira e F. Marías circulava na Córte.

O Alberti, *De Re Aedificatoria*, teve a sua primeira edição estampada em Latim em 1485, novamente editado em 1512 (Paris), 1541 (Estrasburgo), sendo a primeira versão em francês de 1533, as outras versões são posteriores a 1541.

De Sebastiano Serlio, foram imediatamente conhecidos os Livros IV, “*Regole generali di architettura sopra le cinque maniere degli edifici(...) com gli essempli dell’antichità, che, per la maggior parte concordano com la dottrina di Vitruvio*”, Veneza, 1537, e o Livro III, “*Il terzo libro(...) nel quale si figurano e descrivono le Antichità di Roma*”, Veneza, 1540, este último trazido pelas mãos de Holanda que o recebeu directamente do autor em Veneza, como já se referiu.

Francisco de Holanda no seu tratado *Da pintura Antigua*, concluído em 1548, referia-se nos seguintes termos ao ano de 1540 quando do seu regresso de Itália: “*eu fui o primeiro que vi este Reino louvei e apregoei ser perfeita a antiguidade, e não haver outro primor nas obras, e isto em tempo que todos quasi*

querião zombar d'isso...E o conhecer isto me fez desejar de ir ver Roma, e quanto d'ella tornei não conhecia esta terra, como quer não achei pedreiro ou pintor que não dicesse que o antigo (a que elles chamão modo de Itália) que esse levava a tudo”.

Mantendo na devida perspectiva a intervenção no aqueducto, de paralelo com as outras variadas iniciativas constructivas, entremeadas ainda com discussões antiquárias e uma sólida cultura livresca, a cultura artística portuguesa beneficiaria da tese albertiana da “*instauratio*” conduzida em Évora, rendendo-se então de modo generalizado à nova atitude e forma de pensamento oriunda da Itália, o que explica efectivamente o comentário de Holanda. Mas poucos anos depois, mudaria esta atitude, já “*aggiornata*” nas novas teses da atitude cultural italiana, sob a visão da Contra-Reforma.

Que método afinal era esse que convertera pedreiros e pintores? Esse método não era mais do que as novas linguagens de representação e as ciências que se lhe associavam. De um lado a técnica vitruviana da *planimetria*, *ortographia*, e *scenographia*, que permitia delimitar com rigor os três vectores do espaço na obra de construção, desenhando com grande rigor a totalidade da obra, através da representação que em arquitectura se denomina: *o projecto*.

A representação apoiada pela geometria euclidiana e pela matemática, permitia conceber racionalmente a edificação e calculá-la nas várias dimensões e níveis. A perspectiva, associada às técnicas de representação, conseguia apreender o real e reproduzi-lo com a devida fidelidade. Por outro lado este saber e universo de conhecimentos, solidificava a posição das artes junto de uma elite cultural (tese de Alberti), o que em simultâneo permitia uma evolução e promoção social do artista.

Neste contexto, a obra de restauro do Aqueduto da Água de Prata, pela sua relevância como exercício de uma discussão cultural antiquária que extravasou as elites estendendo-se à curiosidade geral, merece constituir-se como referência padrão para a Teoria e História do Restauro em Portugal, dado que se enquadra no modelo científico do *Restauro Urbano* lançado por Rafael em Roma.

O método desenvolvido por Rafael poderá resumir-se nas duas vertentes do levantamento desenhado dos monumentos antigos, reconstruídos e estudados nas respectivas representações restituídas, e ainda na pesquisa de material histórico e confrontações. Este método

concretizado imediatamente, constitui-se no modelo que perdurará durante o século XVI.

Sendo já o fruto de investigações antiquárias, das primeiras escavações arqueológicas, da aplicação do culto epigráfico a deduções históricas, também foi extremamente contributiva à geração e consolidação do pensamento artístico classicista, tal como veio a eclodir em Portugal na sequência da estadia da Côrte de D.João III em Évora de 1531 a 1537.

O restauro do Aqueduto de Évora terá lançado as bases de um outro projecto mais ambicioso que só será realizado em parte no século XVIII, o de trazer a água de Belas para Lisboa.

Francisco de Holanda ilustrou e referiu o interesse do Infante D. Luís pelos aquedutos, referindo o entusiasmo pelo de Cartago²⁴³ de imensos pegões, e também do projecto de trazer a água de Belas até ao Paço da Ribeira²⁴⁴, reutilizando os restos de uma barragem romana aí existente.

Volta a referir Holanda, falando de D.João III, que “*se o não atalhara a morte*”, que teria correspondido à execução da obra de condução da água de

²⁴³ Francisco de Holanda, “Da Fábrica que falece à Cidade de Lisboa”, Cap.VI,p24.

²⁴⁴Ibidem,p25.

Belas até à Ribeira, brotando a água por quatro elefantes conforme um seu desenho²⁴⁵.

Tratava-se plenamente do modelo da “*instauratio*” de Alberti e Rafael aplicado à grande capital do reino, depois do grande sucesso de Évora que aliava o conhecimento histórico-literário à capacidade técnica de execução, emparceirando as obras dos Modernos com as dos Antigos.

²⁴⁵ Francisco de Holanda, “Da Fábrica que falece à Cidade de Lisboa”, Cap.VI,p25.

7. Influências do culto Antiquário em Portugal

A influência do culto antiquário desde logo veio a reflectir-se nas artes em geral sob a forma de representação de ruínas, inscrições, adereços diversos evocativos do mundo romano, letras e cartelas, emulações das poses e tipologias faciais da escultura, fazendo óbvias referências às estátuas gregas ou romanas mais reputadas, etc. Na arquitectura procuravam-se espacialidades que pudessem transmitir o carácter monumental da romanidade recorrendo sobretudo às regras da proporção vitruvianas, à profusa utilização de colunas e referências explícitas às ordens clássicas. O imperador da Sicília, Frederico Hohenstaufen foi o primeiro a cunhar moedas à semelhança dos tetradracmas gregos de Agrigento e Siracusa, numa alusão directa à antiguidade. No norte de Itália artistas como Mantegna impregnavam as suas obras de referências à antiguidade. Eruditos como Pomponios Laetus, vestiam-se e comiam à moda romana.

As couraças dos *condottieri* italianos e a armaria em geral procurava imitar os peitorais gregos e romanos. Miguel Angelo quando representou Lourenço e Juliano de Médicis no célebre panteão de S. Lourenço

apresenta estes príncipes vestidos como militares romanos. Aproveitando o paralelismo da história religiosa com o período romano, toda a pintura explorava pelo deleite antiquário as variadas referências a esse universo augusto. O universo Lusitano não escapou a esse entusiasmo embora por razões óbvias de afastamento dos modelos, sendo menos sensível às proporções e mais ao ornamento, deveremos considerar um movimento comparativamente muito mais moderado e temperado tanto pelo aristotelismo como logo pelas ideias da Contra Reforma que contra-responderam.

Refira-se a título de exemplo as referências à arquitectura clássica na obra de Frei Carlos, as subtis alusões às ordens nos painéis do Convento de Jesus em Setúbal, em Gregório Lopes e Vasco Fernandes, etc. Repare-se a substituição em Tomar do Claustro de João de Castilho pelo novo desenho, mais conforme as regras da boa arquitectura por Torralva. Reconheça-se também nas posturas Horacianas de retiro, e afastamento “*procul negotiis*” de figuras como Sá de Miranda no norte ou D. Diogo D’Eça em Azeitão, cultivando vida de *filósofo antigo* na sua Quinta à moda das vilas dos antigos romanos com um *Tempiето* de inspiração pitagórica e vitruviana.

8: O novo culto das Antiguidades Cristãs

Como já se referiu o culto antiquário assentava e emulava as suas raízes nas pesquisas e recensões em volta de testemunhos materiais, ao contrário dos “*magister historiae*” que assentavam as suas teses em modelos descritivos em conformidade aos modelos textuais clássicos, orientando a sua pesquisa prioritariamente no sentido da análise política.

Sobre este tema antiquário debruçou-se Adolfo Momigliano²⁴⁶, estabelecendo nessa notável análise, três argumentos relevantes. Em primeiro lugar as origens da pesquisa Antiquária, depois, o papel fundamental desses Antiquários na mudança e reforma do método histórico durante o século XVIII e porque razão se lhe afigurava desnecessária a distinção entre estudos antiquários e históricos durante o século XIX.

Retivemos desse estudo alguns aspectos que contribuíram à formação de um novo género antiquário, as *Monumenta Religionis*.

²⁴⁶ Adolfo Momigliano, “Ancient History and the Antiquarian”, *Journal of the Warburg and Courtauld Institute*, XIII, 1950, igualmente publicado em *Contributo alla Storia degli Studi Classici*, Roma, 1955, pp.67-106.

O período por excelência dos *Antiquários* medeia os finais do século XV, sobretudo o século XVI e XVII, concluindo-se no século XVIII absorvido pelos historiadores do novo método histórico, sobretudo Gibbon (1737-1794) e Winckelman (1726-1776), criando até um modelo novo: o diletante.

Os estudos antiquários durante bastante tempo foram considerados uma ciência imperfeita e fragmentária, não lhe sendo reconhecidos os mesmos louros, próprios da formal disciplina da História. O que facultou a integração dos estudos antiquários na historiografia ortodoxa foi precisamente ambos se plasmarem nos modelos clássicos que acabou por metodologicamente os unir após anos de distância.

Um dos exemplos mais evidentes é Flavio Biondo que segue o modelo Varroniano, recolhendo sistematicamente os restos de um passado antigo que lhe permitissem restaurar e ressuscitar toda uma civilização.

De modo geral todos os antiquários do século XVI, Ligorio, Agostino, Fulvio Orsini, Justus Lipsius, etc., procuraram simplesmente alinhar com as apreciações e métodos dos modelos propostos pelos autores clássicos, construindo assim um modelo denominado humanista.

Mas outra dimensão na metodologia dos estudos lançará uma nova realidade, a observação directa, tal como demonstrada nos estudos de um Da Vinci, de um Alberti, de um Fra Giocondo, de um Bruneschi, etc., introduzindo a dimensão pragmática na cultura humanista.

De um modo geral a antiquária acabava sempre definida pelo conceito de salvaguarda de fragmentos de um grande naufrágio, sobretudo daqueles fragmentos diminutos e anónimos, inexpressivos à luz do historiador político preocupado com a *historiam iustam*.

A época da descoberta das histórias nacionais coincide de facto com a idade dos antiquários que acabavam sempre por manifestarem um particular interesse pelas raízes “*godas*” ou medievais como objecto das suas investigações. Este era um ponto próprio dos interesses antiquários que demonstravam assim a sua independência metodológica da ortodoxia da história política clássica.

Como diz Momigliano “*The Age of Antiquaries meant not only a revolution in taste; it meant a revolution in historical method*”²⁴⁷. Ilustrando estes princípios

²⁴⁷ Idem, Op. cit., p.68

escrevia em 1587 Antonio Agostino: “*eu faço mais fé nas medalhas, nas inscrições e nas pedras do que no que dizem os escritores*”.²⁴⁸

Já André de Resende em Portugal igualmente procedia segundo este método, nomeadamente nos estudos epigráficos.

Dos exercícios dos antiquários nasceram vários métodos de investigação e de interpretação baseados no estudo das medalhas, das epigrafias, do estudo das pedras, das arquitecturas, da escultura, dos vários registos iconográficos, da topografia, da arqueologia, e por diante. Este tipo de análise assenta afinal em confrontações de várias áreas de saber, mas apesar de tudo numa descrição mais sistemática do que cronológica, tal como se observa nas obras de Flavio Biondo, *Roma Instaurata* e *Roma Triumphans*, bem como nas de Pirro Ligorio.

Decorrente em grande parte da reforma da Igreja durante a segunda metade do século XVI, vai surgindo um interesse antiquário e filológico sobre as antiguidades cristãs.

Já Pomponius Laetus e a sua Academia nos finais do século XV se tinham interessado sobre este aspecto da cultura antiquária, mas a cultura

²⁴⁸ Antonio Agostino, *Dialoghi di Don Antonio Agostini Arcivescovo di Terragona intorno alle medaglie iscrizioni ed altre antichità*, Roma, 1592, p.261; Agostino foi considerado o maior antiquário espanhol do século XVI, esta obra foi estampada pela primeira vez em Tarragona no ano de 1587 em língua castelhana e depois em 1592 ocorreram 2 versões em italiano.

humanística numa entusiástica redescoberta dos clássicos tinha ofuscado com os seus abundantes sucessos e novidades esta piedosa versão.

Em 1538, Afonso Chacon dedicou ao Papa Gregório XIII os seus dois tratados sobre a salvação da alma de Trajano e sobre o Cardinalato de Jerónimo, anunciando o seu novo trabalho sobre as trezentas Igrejas de Roma. Nessa introdução à obra apresenta claramente o posicionamento metodológico dos seus estudos, tanto no método como na sua postura antiquária. Lamenta que os autores cristãos enquanto descrevem a “*simulacra veteris Urbis ornamenta ruinasque*”, deixem de lado os “*monumenta religionis quae innumera prope, inibi reperiuntur*”. Se todavia esta nota não significa em si mesmo uma precedência na hierarquia entre objectos sacros e profanos, todavia para Chacon é evidente essa hierarquia, de que a expressão *monumenta religionis* constitui um primeiro sinal.

Metodologicamente, Chacon prossegue com a abordagem antiquária, no entanto privilegia no seu estudo a cultura Paleocristã. Ele próprio acusa como responsável da perda desse conhecimento original, a falta de rigor e erudição com que se preservava essa memória, afinal com tal dignidade de virtudes. Confrontado com a ameaça de perda de um imenso património, dedicou-se a compilar essa herança para a claramente preservar, sob a

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

forma das “*literarum monumenta traslata*”. Lamentava-se pela perda das “*basilicas, magnificentissima templa, martirum aliorumque sanctorum reliquias, translationum ipsorum instrumenta*” destruídos ao longo dos tempos antigos, “*rerum edax*”, devastados, demolidos e dispersos pelas gentes bárbaras, “*barbarus hostis*”, associando estes factos à substancial razão da perda dessa memória.

Por fim, pergunta-se quantos pios cidadãos de Roma desconhecem os factos históricos da sua própria história e religião. Não que se trate de alguma discussão teológica ou dogmática, trata-se apenas de “*monumenta*” que importa restaurar para bem da Religião. É essa a sua clara missão como antiquário de “*monumenta religionis*” quando na sua obra sobre trezentas Igrejas romanas procurou manter vivos os factos históricos e cimélios que ornavam a grande cidade de Roma.

Enunciando conscientemente os instrumentos em que assenta a sua pesquisa bem como as questões e perguntas da sua investigação,



apresentando afinal claramente a metodologia do antiquário de “*monumenta religionis*”²⁴⁹

Este mesmo modelo encontramos em Erizzo (1525-1585), que descreveu os vestígios da civilização romana, representada pelas “*coisas antigas tais como mármore, metais, edifícios, ruínas, as várias esculturas e medalhas deixadas à posteridade por todo o mundo que amplamente testemunham...*”, descrevendo também por este método o modelo da pesquisa antiquária²⁵⁰. Exemplificando, acrescenta: “*tal como os homens de conhecimento lêem os livros de história, do mesmo modo se fiam e se informam através destes testemunhos de verdadeira história, recolhendo o que lhes interessa e diz respeito. Este tipo de estudos não são menos verdadeiros do que aqueles a que se apegam os estudiosos das letras.*”²⁵¹

No fundo, o método Antiquário permanece o mesmo, aplicado com precedência aos testemunhos sacros sobre os pagãos, que demonstravam

²⁴⁹ Afonso Chacon, *Historia seu verissima a calumnijs multorum vindicata quae refert M.Ulpii Traiani...animam precibus Divi Gregorii erectam: quod D.Hieronimus...fuerit Cardinalis...*, Venetiis, 1583, “*Annum enim integrum, duobus scriptoribus comitatus in ea re insumpsi, trecentis Basilicis, templis locisque aliis sacris, diligenter perlustratis (totidem enim hodie in Urbe, ex plurimis supersunt) ex archivis, protocollis, vetustis instrumentis, marmoreis lapidibus veterum, recentiumque historiarum, praesertim ecclesiasticorum monumentis, quid ubique suo tempore locorum illorum gestum, quae illorum origo, erectio, dedicatioque prima extiterit, quae martyrum et aliorum sanctorum exuviae...qui viri sanctimonia, dignitate, genere, doctrina, militia, vel alia clari et insignes inibi sepulti, cum ipsorum elogijs et epitaphijs adiunctis, ut nihil ultra scriptu dignum ex iis locis desiderari possit: ut res Urbis sacrae ita eo ordine cunctis innotescerent, et ad posteritatem facilius et magis integrae pervenirent*”

²⁵⁰ É curioso como em Erizzo encontramos quase a mesma definição, senão mesmo o modelo Antiquário que se encontra no texto do Alvará em forma de Lei de D.João V, de 14 de Agosto de 1721....

²⁵¹ S.Erizzo, *Discorso sopra le medaglie antiche*, Venezia, 1559, p.4.

verdades e clarificavam momentos da história dos monumentos religiosos. Mas sobre uma simples diferença de pesquisa, cairá toda uma nova ideologia igualmente militante e sustentada pela Igreja.

Em 1520 o Papa Leão X tinha promulgado a Bula de condenação de Martim Lutero e das suas teses. Em gesto de desobediência e rebeldia, este último acabou por queimar, publicamente, essa mesma Bula que o excomungava, à porta da mesma Igreja em que tinha exposto as suas teses em 1517. O movimento reformista da Igreja, abalado com as críticas de Lutero e depois com a violência do Saque de Roma, veio a estabelecer uma nova linha nas atitudes da Igreja e sua missão, nomeadamente no que se refere às Artes.

O Concílio de Trento, iniciado em 1545 em Trento e reunido em quatro delongadas sessões plenárias, veio a estabelecer a partir de 1563, todo um conjunto de novas directivas, que reformaram a Igreja nas suas práticas litúrgicas, nos seus costumes, nos seus espaços e simbolismos, no papel da música, da arquitectura da pintura e da escultura, em toda a expressão cultural do mundo Católico Apostólico Romano.

O Concíliourgia uma reforma litúrgica mas também eclesiástica, buscando no retorno aos primitivos actos da Igreja as raízes e modelos. Reafirmava no entanto, o culto dos Santos e Mártires e das suas veneráveis relíquias, todavia revistos e expurgados de uma mitologia medieval, baseados numa comprovada hagiologia que assentava os seus métodos numa filologia Antiquária religiosa. O Concílio também insistia ainda na especial devoção da Eucaristia como testemunho da presença de Cristo.

O universo Tridentino da segunda metade do século XVI representava também uma nova afirmação de Roma perante um território muito mais extenso se considerarmos as colónias das coroas Católicas nas Américas, África, Índia e Oriente, como o testemunha disso o fresco na Capela do Cardeal Altemps.

Um conceito realista decorria dos princípios de veracidade a que o Concílio apelava. Na expressão do Cardeal Baronio (1538-1607): “*Chi scrive historie deve essere l'istessa verità, acciò che le registrisenza una minima macchia di passioni; e per far ciò è necessario che sai distaccato da ogni ombra d'ambitione; e rigettar più che si può doni regali, massime di grand?*”. A arte deveria exprimir-se em critérios de veracidade e convincente representação, afastando mitos que estabeleciam desvios e confundiam o destino devocional da sua missão.

Trata-se de um retorno à verdade histórica e à citação real dos factos, o “*restauro histórico*” e o “*restauro devoto*”.

Todavia as intenções Tridentinas apareciam mais concretizadas na sua aplicação às Artes nas obras de S. Carlos Borromeo²⁵² (1538-1584), Roberto Belarmino²⁵³ (1542-1621), Gabriele Paleotti²⁵⁴ (1522-1597), G. A. Gilio da Fabriano²⁵⁵, e ainda nas premissas estabelecidas pelo Cardeal Baronio no seu *Martirologio e Anais*.

Sobretudo a partir da publicação dos *Annales Ecclesiastici*, 1588, Baronio enceta a defesa da tradição católica e a sua coerência com os fundamentos do cristianismo, proclamada desde 1546 pelo Concílio de Trento.

Na comunidade Oratoriana vivia-se um particular interesse pelas antiguidades cristãs. Foi S. Filipe Neri a sugerir ao Cardeal Baronio a redacção dos *Annales*.

²⁵² Carlo Borromeo, *Instructiones Fabricae et Suppellectilis Ecclesiasticae*, 1577. S.Carlos Borromeo (1538-1584) foi Bispo e Arcebispo de Milão a partir de 1560. Teve um papel de protagonismo no Concílio de Trento, presidindo a última sessão, sendo considerado um dos autores das conclusões finais. Apesar de imensa fortuna pessoal procurou a descrição e a moderação ao ponto de extrema simplicidade e até severidade. Foi por sua iniciativa que a Companhia de Jesus e os Teatinos se instalaram em Milão. Foi canonizado em 1610.

²⁵³ Roberto Belarmino, *Disputationes*, 1586, dedicada ao Papa *urbanista* Sisto V.

²⁵⁴ Gabriele Paleotti, *De imaginibus Sacris*, 1594, publicado na Alemanha.

²⁵⁵ G.A.Gilio da Fabriano, *Degli Errori de' Pittori*, 1564

Baronio foi educado numa restrita obediência a S. Filipe Neri. Se por um lado o retirou das vagueações e contemplações da vida, por outro inculciu-lhe uma certa melancolia mental. Defendia antes o primado da Autoridade sobre a Liberdade.

No tocante às Artes, apesar dos contactos com Caravaggio (1573-1610) e Rubens (1577-1640) não consegue sair do clima gótico, alternado com um maneirismo devoto, estimulado em particular pelas referências aos mártires e à simbologia do martírio. No tempo e no espaço não admite lugar para a contemplação da natureza, este ócio aos seus olhos não é fecundo, antes desperdício, (sem hesitações, Baronio queimou os versos escritos durante a sua juventude!...).

Numa expressão, quase chega a resumir todo o seu perfil psicológico: *“A verdadeira honra é defender-se dos ataques do Diabo e servir a Deus com toda a humildade”*. O seu neo-estoicismo definiu a ética do historiador como a ascese da liberdade.

Estas ideias, expandidas a partir de Roma, foram relevantes na península, no aspecto doutrinário, acompanhando o crescimento das Ordens de Jesus, Oratorianos, e Teatinos, em particular. *“Os cuidados*

postos pela nova política papal no “restauro histórico” e no “restauro devoto” de tantos e tantos edifícios de Roma (e, dentro da mesma linha orientadora, por todo o Ocidente cristão), reflectem as tensões ideológicas, materiais e litúrgicas, de um verdadeiro, arrojado, programa contra-reformista de transformação da sociedade. No fundo, buscava-se enfrentar os radicalismos do movimento Protestante através do estudo da vida dos santos mártires e a preservação dos primitivos locais de culto cristão, durante tantos séculos votados ao ostracismo. O cardeal florentino Alexandre de Medicis, coadjutor apostólico de Clemente VIII, e futuro papa Leão XI por breve espaço de semanas, em 1605, definiu toda uma política de sucesso no quadro dos “restauros clementinos histórico-devocionais”, que aplica em S. João de Laterão, em S. Quirico e S. Giulitta, em S. Marco, e em outros templos da antiga Roma, sob o objectivo de “ridurre a buon termine il culto divino”, fosse no rigorismo dos ritos ou no decoro dos edifícios”²⁵⁶

Para o entendimento da figura meteórica de Baronio na península ibérica, interessa compreender o seu sucesso e o seu ocaso, apesar das suas ideias ficarem totalmente implantadas. Todavia, a questão de Santiago, levantada por Baronio como dúvida, veio a acabar com o seu banimento no próprio Índex. Este aspecto merecerá que se esclareça em ínfima parte para se entender a sua importância no destino e condenação deste autor na

²⁵⁶ Vítor Serrão, *A Pintura Protobarroca em Portugal, 1612-1657, O Triunfo do Naturalismo e do Tenebrismo*,

península. De facto, Baronio tinha admitido o culto espanhol de Santiago como tradição histórica da Igreja de Espanha, logo no tomo I dos seus *Anais* e ainda antes no *Martirologio*.

Mais tarde lançaria toda esta tradição em dúvida e descrédito no tomo IX dos mesmos *Anais* e esperava que Clemente VIII modificasse o *Breviário* em consequência. Compreende-se que a amplitude de tais observações levantassem uma profunda celeuma na península....

Não será portanto de estranhar a imediata reacção do Cabido de Santiago de Compostela, que se via ultrapassado na negação da vinda do Santo a Espanha!

Tudo isto é deveras surpreendente pois Baronio, apesar de dedicar a Filipe II o III volume dos *Anais*, porque justamente nele se refere a Espanha, vem mais tarde levantar esta célebre polémica no referido tomo IX.

Se de início a sua teorização teve um efeito magnético na península sobre a nova Martirologia, as antiguidades cristãs e princípios originais da religião, na óptica da Contra Reforma, induzindo em particular no campo das artes toda uma nova postura, de “*restauro histórico*” e “*restauro devoto*”, também é verdade que em sequência da questão de Santiago e também a da

monarquia Sícula viu a sua posição completamente modificada e até silenciada.

Na verdade, em 13 de Outubro de 1610 Filipe III ditou uma pragmática que proibia em todos os territórios da Coroa Espanhola a circulação ou impressão do volume IX dos Anais de Cesare Baronio.

A partir desta condenação começou a correr-se o reposteiro do tempo sobre as ideias de Baronio e quando saíram da historiografia eclesiástica, foi durante o século XX, para esclarecerem uma nova mentalidade num claro espírito de *restauro histórico e devoto*. Opondo-se ao renascimento naturalista e platónico, acabou por enquadrar as ideologias e conduzir à procura das antiguidades cristãs e devotas a partir de meados de XVI até quase finais de XVII.

Sob o mesmo impulso Onofrio Panvinio (1529-1568) escreveu um tratado sobre os antigos ritos funerários nos cemitérios cristãos em 1568, e ainda um outro livro sobre as Sete Igrejas, já póstumo em 1570. Próximo do círculo de Antonio Agustin, e conhecendo os métodos minuciosos do antiquário espanhol, consegue retirar as ilações necessárias para as suas obras, que percorrem as antiguidades romanas e paleo-cristãs. Na

verdade os Oratorianos olham para essas comunidades páleo-cristãs num paralelo idêntico a da *instauratio* romana, tomando-as como modelos para um *restauro devoto* e até fazendo um verdadeiro *revival* páleo-cristão. Estabeleceu-se uma metodologia de investigação mas também de *restauro*, desta vez aplicada ao culto das novas antiguidades, que para mais tinham o mérito de estimularem antes a Fé do que a ociosidade e os prazeres epicuristas.

Alonso Chacon, Filippo Van Winghe (1544-1603), Jean L'Heureux e Baronio representam a primeira linha ortodoxa dos antiquários cristãos, buscando as antiguidades paleo-cristãs, visando o *restauro histórico e devoto*.

O Cardeal Borromeo representava também uma importante fonte no conjunto dos grandes entusiastas, conforme se entende da sua obra *De Pictura* onde propõe interpretações e comentários.

Será Antonio Bosio (1575-1629) o grande compilador iconográfico e estudioso incansável de toda esta matéria. Uma espécie de Pirro Ligorio das Antiguidades Cristãs. Dedicou-se a estudar os túmulos dos mártires, e sobretudo as catacumbas. A sua monumental obra *Roma Sotterranea*, só chegou a ver edição após a sua morte, permanecendo como um manuscrito aberto, permanentemente preenchido.

Os últimos monarcas e príncipes portugueses da dinastia de Avis, começando pelo próprio D.João III rapidamente progrediram da matriz renascentista naturalista para o neo-estoicismo devoto. As teorias de Baronio tiveram grande divulgação entre nós e inspiraram bastantes gestos dos nossos príncipes que só no entendimento dos contextos do *restauro devoto* podem ter explicação.

O Cardeal-Rei D.Henrique formado pela cultura clássica e entusiasta dos estudos antiquários rapidamente evoluiu para os novos ideários de Baronio e do seu círculo. Sabemos, através de Vítor Serrão²⁵⁷ que um *religioso-artista* que abraçava estas ideias, o Padre Jesuíta Giuseppe Valeriano (1542-1596), “*arquitecto e pintor*”, considerado “*l’ultimo atto del michelangioloismo controriformato*”, e um dos mentores da nova “*pittura senza tempo*”, esteve em Portugal durante alguns meses ao serviço do Cardeal Rei.

A demolição do tão admirado arco de triunfo de Sertório, valorizado e transformado por Resende, Arrudas e Chanterene num magnífico monumento de recepção das águas do Aqueduto da Água de Prata na praça maior de Évora, foram literalmente arrasados para o

²⁵⁷ Idem, *Ibidem*, p.107

desafrontamento da Igreja de Santo Antão. Afonso Álvares, “*cavaleiro fidalgo da casa do infante D.Henrique*”²⁵⁸, foi por este enviado a Évora para tratar com o Senado daquela Cidade a demolição do arco romano e a construção de uma fonte.

Este gesto é claramente comparável à censura efectuada por motivos de decoro religioso contra-reformista em imagens e pintura: “*Nihil Profanum, nihil inhonestum, nihil insolitum*”²⁵⁹.

A virtude religiosa deveria ser restaurada em precedência sobre a história pagã, assim deve ser lido o âmbito do militante pensamento Baroniano que também propunha um estoicismo promovido como humildade geradora de virtudes.

O grande restauro do Aqueduto Eborense da *Acqua Argentea*, momento glorioso do entusiasmo antiquário português, vindo até nós por estímulo de uma cultura antiquária que se difundiria por toda a Europa, é subjugado pelas teorias Contra Reformistas da primazia da religião sobre as

²⁵⁸ Souza Viterbo, Op. cit., Voll,p.12”

²⁵⁹ “*Nada de profano, nada de indecoroso, nada de inovação*”. Conferir com Vítor Serrão, Opus cit.capítulo 2.1 e nota da página 139 a que se refere ao artigo de Flávio Gonçalves “A destruição de imagens durante a Contra Reforma portuguesa”, Suplemento “Cultura e arte” de *O comércio do Porto* de 24 de maio de 1960, republicado na obra póstuma *História da arte, Iconografia e Crítica*, Lisboa, 1990, pp.115 a 118.

antiguidades pagãs. De monumento antigo abandonado, passou a restauro antiquário, para logo ser ainda objecto da censura contra-reformista.

Não é esta obra em si mesma um testemunho vivo e subtil das modas e atitudes respeitantes à antiguidade no Portugal de 500?

O fugaz entusiasmo vitruviano e a procura de um paralelo antiquário acabou sendo substituído pelo “*restauro histórico*” na devoção estóica dos Martirológios patente na actividade criadora, sobretudo gerada pela instalação das novas ordens religiosas, Jesuítas, Oratorianos e Teatinos, defensores militantes destes novos princípios.

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

***UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO
NACIONAL***

CAPÍTULO TERCEIRO:

DA IDADE AUGUSTA AO TERRAMOTO DE 1755

1: O Novo Príncipe Antiquário-“Le Cabinet du Prince”, o Mecenato e Academias

As discussões de erudição clássica associadas ao fenómeno do colecionismo rapidamente se transformaram em requintados prazeres da nobreza, que afinal eram quem possuía os meios necessários para concorrer e disputar a aquisição de preciosas peças. Naturalmente os Príncipes da Igreja e Monarcas sobrepunham-se nessas concorrências valendo-se, dos seus potentes meios financeiros, legislativos e políticos, de que saía vencedora a retórica do Poder. Foi em resultado destes esforços que se reuniram as mais extraordinárias colecções privadas no século XVII e de certo modo se deu início da fundação de grande parte dos actuais núcleos dos patrimónios nacionais.

Os Príncipes transformaram-se em antiquários, reunindo bibliotecas e constituindo gabinetes de estudo ou *studiolos*. Num momento de privacidade dedicavam-se ao diletante estudo, num processo que igualmente se consolidava em apanágio e prestígio do monarca que

associava à bravura bélica a temperança e sabedoria. A concorrência de núcleos de discussão sobre antiguidades, história, inscrições, levou à constituição de grupos de estudiosos, que se organizaram como Academias. A referência a Platão era óbvia e de certo modo acaba por trair a sua redescoberta nos círculos neo-platónicos florentinos do século XV. A Academia Platónica de Marsílio Ficino, a Academia Romana de Pomponius Laetus, a de Giovanni Pontano de Nápoles, a de Gian Giorgio Trissino em Cricoli, Vicenza, a Neoacademia de Aldo Manutio, a da *Virtú* e do *Pantheon*, etc. Possuidoras de um código de conduta em lugar de regras, o seu exercício não obedecia a ainda a planeamentos institucionais. Entendidas estas reuniões como locais de erudição privilegiada rapidamente evoluíram durante o século XVI, para Aulas e Academias institucionalizadas, sob o patrocínio dos príncipes. A Itália permanece pródiga e exporta o modelo, como a *Accademia della Crusca*, dedicada ao zelo da pureza da língua italiana, derivada da Academia Florentina, ou a *Accademia dei Lincei* de Roma, dedicada aos estudos das ciências e astronomia. A protecção, e sobretudo a institucionalização conduziram a pesados regulamentos que para além de visarem uma equidade científica, conferiam uma “*gravitas*” aos procedimentos, prestigiando a Academia

pela retórica dos actos, dos cognomes (latinos) dos Académicos e inclusive de uma cultura emblemática fixada através de simbologias e mitologias, inscrições e armas próprias, distinções e trajos.

As artes no seu progressivo crescimento de liberalidade e nobilitação, ganharam espaço idêntico. Ao secretismo corporativo medieval substituíam-se a discussão e emulação, para mais a tratadística proporcionava em volta de Vitrúvio, um amplo campo de interpretação e comentário. Em Roma a Academia da *Virtú*, preocupava-se precisamente com o estudo e comentário de Vitrúvio, reunindo-se os Académicos sob o pórtico do Panteon. Daí serem igualmente conhecidos por Académicos do Panteon.

Francisco de Holanda, através do Arquitecto Melenghino contactou com esta Academia, que reunia em particular os irmãos Sangallo, quando Antonio Da Sangallo o Jovem era arquitecto da Fabrica de S. Pedro.

Em Florença Giorgio Vasari fundou em 1593 a Academia do Desenho de Florença, em Roma o pintor Federico Zuccari (1539-1609) fundara a Academia de S. Lucas.

O modelo irradiou pela Europa, encontrando na França um precedente que também chegou a ser modelo.

O pintor Charles Lebrun (1619-1640), tinha sido membro da Academia de S. Lucas quando da sua estada em Roma. Tornado a França levou consigo esta ideia, solicitando ao Rei o seu apoio na fundação da Academia Real de Pintura e Escultura em 1648, que espelhava o modelo italiano na sua constituição.

Independentemente das questões em volta do estatuto dos artistas, que por vezes acabavam por atingir uma dignidade social²⁶⁰, que o nascimento não conferia, as associações meramente corporativas como a Casa dos Vinte e Quatro ou ainda a Irmandade de S. Lucas, aspiravam a uma natureza científica e pedagógica onde se progredisse sob o patrocínio do Mecenaz-Príncipe.

A obra de Felix da Costa Meesen, *Antiguidade da Arte da Pintura*²⁶¹ de 1696, manifesta claro entusiasmo pela Academia Francesa, sendo a sua obra uma tese em prol do surgimento da Academia sob a figura mecenática do Príncipe, evocando para tal o amigo e protector de Horácio e Virgílio,

²⁶⁰ Consulte-se a este propósito a obra de Vítor Serrão, *O Maneirismo e o Estatuto Social dos Pintores Portugueses*, INCM, Lisboa, 1983.

²⁶¹ Felix da Costa, *Antiguidade da Arte da Pintura*, publicado em inglês sob o título: *The Antiquity of the Art of Painting*, com introdução de George Kubler, Yale University Press, 1967

“Esta há de ser o exercício das Academias, que he o que so aperfeiçoã o genio para se fazer habil em o conhecimento do natural”. O relacionamento com Roma durante o reinado de D. João V (1706-1750) acertará estas questões, com a experiência da Academia de Portugal, suportada pelo Rei e seus generosos Embaixadores no Palácio Cimarra, dirigida por Luti (1666-1724) e Trevisani (1656-1746), que ainda sobreviveu ao desaparecimento do mestre florentino no Palácio Magnani.

O relacionamento do Marquês de Fontes com as Academias Romanas, de Melo e Castro, de Frei José da Fonseca e Évora, do Diplomata Comendador Sampaio, conduziu a que o Rei D. João V fosse servido pelos maiores artistas que *aggiornaram* a cena cultural portuguesa de que se queixava Felix da Costa Meesen.

O rei D. João V generosamente contribuiu para a célebre escadaria dos Arcades da autoria de Canevari. Foi nomeado em 1721 para a Arcádia, sendo acolhido sob o nome de *Arete Melleo*, anteriormente atribuído ao próprio Papa Clemente XI. Ainda em Roma, através do Embaixador Frei Fonseca e Évora, patrocinou vários restauros de conventos e igrejas, nomeadamente Pallazuolo.

A sua estatura de verdadeiro Mecenas, e Príncipe Protector, levou inclusive a dispensar fórmulas jurídicas que limitavam os artistas a receber honras e dignidades, reservadas a pessoas de condição.

Em França sob a protecção de Luís XIV, através do seu Ministro Colbert (1619-1683) reorganizou e criou mais espaços Académicos como a *Academie Française* ou a *Academie des Inscriptions et Belles-Lettres*. Foi criado um prémio que compensasse e distinguisse os trabalhos apresentados, fundou-se o *Prix de Rome* que será o motor de aprendizagem mais produtivo da cultura francesa até ao século XX. Tratava-se de proporcionar ao vencedor a viagem a Itália, permitindo a aprendizagem com os grandes mestres antigos e modernos.

Esta fórmula ainda hoje perdura no mesmo local, sendo ainda os premiados residentes no Palácio Médicis em Roma, conhecido por *Académie de France*. Não será exagero dizer que este prémio, está na base de um modelo que formará o estado das artes europeias na cultura da matriz romana, pois muitos estados copiaram o modelo de Colbert e Luís XIV, criando semelhantes organismos onde os oriundos das várias nações pudessem estudar e copiar os mestres da antiguidade e modernos.

A divulgação do fascínio das antiguidades e dos mestres antigos da pintura e escultura era uma consequência da preparação das mentalidades decorrente do colecionismo humanista. Seria pois oportuno entendermos os percursos que conduziram a este estado, entendendo as origens e retórica dessa atracção que o coleccionismo provocava.

As colecções dos Duques de Borgonha, acabariam por ir parar á casa de Áustria, e ainda a dos Valois, sendo o Duque de Berry um grande colecionador, aferindo-se de critérios estéticos muito avançados para a época.

Com o interesse revelado pela arte clássica, maioritariamente romana e apoiada pela crescente bibliografia antiquária e epigráfica, os “*Thesaurus*”, se estabeleceram e divulgaram as colecções.

Em Roma, vários foram os Papas e Príncipes da Igreja a formarem notabilíssimos espólios de arte clássica, de quadros, esculturas, bronzes e medalhas.

Júlio II Della Rovere reuniu nos jardins da sua Vila do Belvedere, famosos conjuntos de estatuária clássica que veio a servir de estímulo e modelo aos escultores e pintores do renascimento. O seu fervor

coleccionista de antiguidades mereceu-lhe inclusive pesadas críticas dos Reformadores. No entanto, este Papa conseguiu criar uma mecénica corte Pontificia que gerou uma classe de extraordinários Prelados coleccionadores, como o Cardeal Della Valle cuja colecção ainda foi visitada e desenhada por Francisco de Holanda

Roma quando foi saqueada pelas tropas do Imperador em 1527 viu dispersadas e perdidas muitas destas extraordinárias colecções. Baldassare Castiglione, Embaixador Pontificio junto de Carlos V, apresentou um protesto do Papa pelos saques perpetuados em Roma, comparando-os às hostes bárbaras, imagem que chocou profundamente o orgulho Augusto do Imperador e levou-o a procurar devolver a Roma muitos espólios como redenção desse acto logo no ano seguinte.

Isabella D'Este (1474-1539) foi uma das beneficiárias e interessadas em tirar partido do funesto acontecimento para aumentar os seus espólios. São conhecidas as suas cartas requerendo e adquirindo obras de Arte em Roma, através de Giovanni Dalle Bande-Nere. A fama era precedida pela sua voracidade coleccionista inspirada por sofisticados critérios estéticos. As imensas actividades culturais levaram-na a constituir uma recolha preciosa

de quadros, escultura romana, medalhas e bronzes, tapeçarias, etc. que reunia no seu célebre *studiolo* onde se recolhia para meditações e leitura.

No norte da Europa a corte de Maximiliano agia como protector das artes, gesto que Carlos V e ainda Filipe II, virão a continuar no âmbito de uma estudada retórica. Na verdade, poderá dizer-se que os Habsburgo foram sempre sensíveis ao relacionamento com as artes, mas também conseguiram retirar delas um poderoso apanágio da retórica do Poder.

Nas colecções privadas outras abordagens surgiam, como o conceito de galerias de retratos da Regente da Holanda, Margarida da Áustria. Poderá dizer-se que está na base das colecções de Filipe II e de Rodolfo II de Praga (1556-1612).

O colecionismo de objectos raros e exóticos, como os olifantes, cocos de mar, pedras de benzoar, corais, nautilus, etc., é frequentemente atribuído a uma promoção centro europeia. Na verdade, a Rainha D. Catarina de Áustria, mulher de D.João III, já deveria possuir o estímulo colecionista herdado da sua casa, mas além disso dispunha de uma quota substancial fixa nas naus da Índia.

Esta capacidade permitiu coleccionar e presentear com generosidade toda a sua família com objectos raros e preciosos que iam sendo

descobertos nas longínquas terras da expansão portuguesa. Tudo nos leva a crer que uma parte representativa da famosa Wunderkammer de Rodolfo II de Praga teria origem precisamente nos envios da cômte portuguesa.

Aliás noutro lugar, já referimos a importância das colecções exóticas da rainha D. Catarina, que alguns historiadores qualificam como a primeira na Europa.

A família Bragança no Paço Ducal em Vila-Viçosa tinha conseguido atingir uma notável importância como centro mecenático e cultor das artes, através da política cultural dos Duques D. Teodósio e D. João que será o primeiro monarca da dinastia bragantina. A importância desta corte demonstra-se pelas variadas embaixadas estrangeiras que a ela se dirigiram, pela corte de artistas, sobretudo de músicos e pintores. D. Teodósio também se dedicava a coleccionar antiguidades romanas tendo reunido um pequeno museu.

Com a subida do Duque de Bragança D. João, ao trono de Portugal, iniciando a dinastia Bragantina, revela-se uma dimensão de projecção histórica no “*restauro*” da evocação de ideários e símbolos salomónicos manuelinos. A surpreendente edificação do célebre portal

em estilo manuelino denominado *Porta dos Nós*, representa uma clara atitude revivalista na tentativa de uma legitimação de um novo projecto monárquico. O mesmo ocorre noutros templos em que houve envolvimento directo da casa de Bragança, como o portal da Igreja do Carmo em Évora, embora recuperado de obras anteriores, ou ainda a frontaria da Igreja dos Jesuítas em Santarém. Não nos esqueçamos da carga simbólica do Baldaquino de Bernini (1598-1680) em Roma, em pleno momento de “*restauro histórico*” dos arquétipos da Fé, as colunas salomónicas presentes, associam igualmente uma simbologia régia. Essa simbologia será extremamente repetida por toda a nova decoração que reformará os interiores dos templos, tanto de capelas maiores como simples retábulos.

O colecionismo dos grandes Cardeais Romanos foi igualmente seguido em França, onde estes aspectos iam aumentando extraordinariamente através do entusiasmo e mecenatismo do Cardeal Richelieu (1585-1642) e depois com a extrema voracidade antiquária do Cardeal Mazzarino (1602-1661). Contam os biógrafos de Mazzarino que essa verdadeira paixão colecionista e antiquária, levaria o Cardeal a pedir para ser transportado já no seu leito de morte ao longo dos salões

recheados de objectos de antiguidades, arte, tapeçarias e tecidos preciosos (Mazzarino era especial colecionador de contadores e de colchas indo-portuguesas), dizendo: “*Partir, partir...et laisser tout cela!*”.

A vontade colecionista obsessiva, em certos casos tornada sistemática, levou a que alguns coleccionadores procurassem reflectir no seu gabinete uma espécie de micro imagem-eco do universo.

Um outro modelo de colecionismo sistematizado, de natureza enciclopedista, está representado pelo *Museum Chartaceum* de Cassiano Del Pozzo (1588-1657). Constituía-se por conjuntos de desenhos em papel que ordenavam em variadas categorias os restos de vasos, estátuas, utensílios e antigos vestígios de edifícios, representados em 23 volumes.

Outra extraordinária colecção está representada na obra realizada em Roma pelo filósofo, filólogo teólogo, cientista experimental²⁶², matemático, astrónomo, músico, antiquário e colecionista, e Padre jesuíta Athanasius Kircher (1602-1680). Servirá de modelo para tantas colecções denominadas “*Wunderkammer*” como as de Kenteman, Imperato em Nápoles, Aldrovandi, Tradescant, Calceolari, ou de Worm.

²⁶² Athanasius Kircher foi dos primeiros autores a escrever sobre “*contagium vivum*”.

A colecção Kircher, fundada em 1651 no Colégio Romano desafiará as tradicionais ideias humanistas e antiquárias, rodando o conhecimento da experimentação especulativa do passado para um racionalismo sustentado do conceito de *homo universalis*. A colecção recolhe arte, curiosidades naturais, instrumentos científicos, antiguidades, epigrafia, etc. Embora o Padre Kircher se enquadrasse no sistema de pensamento do seu tempo, num neoplatonismo respeitante das ideias da Contra Reforma, e do restauro da *Roma Triumphans*, aliás política militante na sua Ordem, as revelações que nos faz através dos seus variados tratados, conhecimentos e colecções, é o de uma racionalidade que pretende ser código universal. Representa afinal nos seus espécimes museológicos o microcosmo, contraposto na decoração pictórica que envolve o espaço procurando representar o contraponto, o macrocosmo. Sustentando conceitos, sob fórmulas de sistematização cuidadosamente estudadas, representarão a exaustão cósmica deste tema sob formas opostas, um sob a forma de representações desenhadas, o outro sob a forma de exemplares. Uma abordagem de que será exemplo a sistematização do próprio Lineu (1717-1778) que acabou por criar uma classificação a que ainda hoje nos referenciamos.

O *Cabinet du Prince*, representava essa magna capacidade de reunir, associada a uma retórica de poder, oriunda de um primeiro clima antiquário, multiplicando-se num discurso de racionalidade e de sistematização. Apresenta afinal uma amostragem, à escala mais completa e Real, para fins pedagógicos, instrutivos e experimentais, mas também constitui-se com peças raras e preciosas, como apanágio e estatuto do Poder.

Em última análise, o enciclopedismo do *Cabinet du Prince* que constituirão os embriões das futuras colecções nacionais, simbolizam igualmente o domínio da razão através do conhecimento da unidade cognitiva do planeta. Este conceito prefigurarà o pensamento iluminista, que encontra no colecionismo e nas Academias as suas fontes. O olhar para o passado não representará mais uma simples viagem nas virtudes únicas dos Antigos, mas um confronto permanente com a ciência dos Modernos. A questão aberta por Charles Perrault (1628-1703) dos Antigos e Modernos, é testemunho deste mesmo estado do pensamento.

Parte da Academia empenhar-se-á em tratar os Antigos com uma sistematização moderna, descobrindo a arqueologia e levantando

questões de conservação. O envio em 1674 do arquitecto Desgodetz (1653-1728) a Roma para levantar os monumentos consagrados na história da arquitectura revelada pela tratadística, constitui-se no primeiro levantamento rigoroso do estado das antiguidades romanas.

Tanto a erudição e cultura eclesiástica como a laica envolviam o conhecimento das antiguidades. Já vimos que as antiguidades se referiam tanto ao universo pagão como ao cristão. Todavia aquele que estava implícito, tendo em conta toda a inspiração e sugestão que fornecia era claramente o mundo romano e não o grego. A Grécia sob o domínio otomano não era visitada com facilidade. De facto a maior parte das reduzidas notícias durante os séculos XV, XVI e XVII, resultam na maior parte de viajantes comerciantes. A mesma Academia patrocinou Leroy a viajar até Palmyra e dar testemunho desenhado daquele local. Estes trabalhos como a obra de Stuat e Revett, influenciariam de forma determinada tanto a arquitectura como a arqueologia fazendo rodar o epicentro antiquário de Roma e Pompeia para a Grécia.

2: A viagem a Itália e a “Escola do Grand Tour”

“A cidade de Roma instituíra-se no princípio do século XVII, sob os pontificados dos Papas Clemente VIII (1592-1605) e Paulo V (1605-1621), o maior centro artístico e cultural da cristandade. A grandiosa cidade dos papas, bordejando o Tibre e estendida pelas suas sete colinas, com as ruínas fabulosas da Urbs imperial evocando a par e passo a outrora todo-poderosa capital do mundo, com as suas trezentas igrejas, os seus conventos e os seus palácios, abundante de Mirabilia sem rival no contexto do tempo. É seguramente, para os olhos extasiados de um qualquer artista de então, a “cidade encantada”.²⁶³

Já vimos noutros capítulos como a península itálica desde muito cedo foi objecto de peregrinações por motivos culturais. Na verdade fosse por motivos religiosos, por motivos de alianças das casas europeias com famílias nobres italianas *papabiles*, quase todos os grandes reinos europeus mantinham uma forte relação com Roma, Capital da Cristandade. Esse relacionamento formou uma nova atitude cultural por parte dos religiosos e também dos príncipes. Possuir uma biblioteca, uma colecção de antiguidades, seguir a moda romana no trajar e nos protocolos, tornaram-

²⁶³ Vítor Serrão, op. cit, p74

se apanágio do Poder. Os negócios diplomáticos e os longos concílios eram a principal razão dessas deslocações, de par com a espionagem militar. Logo desde cedo se colocaram outros propósitos de viagem, a razão cultural. Fosse para tomar conhecimento dos monumentos da antiguidade que ainda sobreviviam, conhecer e estudar a pintura, a escultura ou a arquitectura dos mestres do renascimento, a viagem cultural passou a ocupar um lugar determinante na motivação dos peregrinos à península itálica.

“Assim, Roma era terreno fértil para a contemplação e estudo dos grandes “mestres clássicos”, com Rafael de Urbino e seus seguidores de novo na cabeça das preferências, mas era também o centro privilegiado dos debates artísticos e de teorização, e para a experiência efectiva das novas tendências plásticas que se balbuciavam para a evolução da Pintura no advento do novo século. A cidade, com os seus cerca de 100.000 habitantes ao tempo do Jubileu papal (bem menos, note-se, que Nápoles, Milão ou Veneza), era ainda a grande sede da cristandade, e a sedutora capital das artes, onde o dinheiro abundava, com o sucesso da Contra Reforma católica, onde o mercado artístico era estimado e incentivado, onde a presença de embaixadas e de comunidades de todos os

países europeus promovia o estágio de pintores oriundos de toda a parte, extasiados pela contemplação das obras dos grandes mestres.”²⁶⁴

Segundo Cesare de Seta, a expressão “*Grand Tour*” teria sido utilizado pela primeira vez em francês, na tradução da obra do inglês Richard Lassels, “*Voyage or a complete Journey through Italy*”, editada em 1670. Na verdade a nação inglesa muito contribuiu para o prestígio desta experiência ao coloca-la entre os atributos da educação das pessoas de condição. De facto, o “*Gran Tour*” foi um fenómeno europeu, todos os estados participaram, mas quem lhe deu expressão cultural foram de facto os ingleses. Compreende-se, sem procurarmos explicar essas razões, que se buscassem os amenos climas da Itália, o pitoresco, doçura e riqueza de côr das paisagens que se atravessavam, o contacto com uma arte desprendida do hieratismo e goticismo dos países nórdicos, a generosidade dos habitantes e por fim os preços acessíveis de toda a viagem para as classes da nobreza e alta burguesia. Muitos foram de facto os autores ingleses que publicaram memórias, guias e descrições do Grand Tour, como Thomas Hoby, William Thomas, Fynes Morison, Thomas Coryat, etc. Normalmente estas obras introduziam aspectos práticos para o viajante,

²⁶⁴ Vítor Serrão, op. cit., p.77

distâncias entre cidades, lugares de posta e muda, albergues e estalagens, mas sobretudo dissertavam sobre os aspectos dignos de visita, sobre as Igrejas, Palácios, colecções, bibliotecas e claro está os monumentos. Com frequência se iam citando expressões de Horácio ou Virgílio colocando a mente do viajante numa áurea idade de sugestões clássicas que valorizariam o entendimento desse novo universo em que entravam.

O princípio entendia-se sob a definição latina de *“otium litteratum sive studiorum”*, aprendizagem entusiástica através do ócio. Na questão dos princípios deveremos recordar quanto os humanistas do século XVI já tinham colocado o tom, quer através da unidade promovida pelo latim, mas também pela crescente literatura peripatética. Autores como Montaigne que fizeram a viagem a Itália, ou Francis Bacon com o seu ensaio *“Of Travel”* de 1615, vinham claramente colocando a importância da viagem de estudo como um factor de educação indispensável para aqueles que seriam chamados a tomar papéis de responsabilidade nas respectivas sociedades e Côrtes. Mas particularmente aos artistas a viagem de Roma revelava-se fundamental, *“Todo o pintor que prezasse a sua arte e a sua individualidade não poderia deixar, portanto, de sonhar com uma viagem à Cidade Eterna, para não só beber nos “clássicos” do Renascimento as fontes de ensino e*

inspiração, como também, sobretudo, tomar contacto, no convívio com outros artistas de diversas nacionalidades, com as novas soluções experimentadas e as várias tendências, por vezes antagónicas, que se ofereciam à sua sensibilidade”²⁶⁵.

O Dr. Johnson (1709-1784), famoso pelo seu extremo conhecimento, foi o autor da célebre expressão que lançaria a miragem do Grand Tour italiano como uma Terra Prometida a alcançar, “*All our religion, all our arts, almost all that sets us above savages, has come from the shores of the Mediterranean*”.

O século XVII testemunhou a viagem de importantes personalidades que se faziam de início acompanhar por um séquito de secretários, eruditos e consultores artísticos, e ainda numerosos criados. A peregrinação do grande colecionador de antiguidades Lord Arundel foi das mais notáveis tendo em conta o espólio cultural móvel e as repercussões na cultura inglesa. Arundel constituiu a primeira grande colecção de antiguidades que integrou mais tarde o fundo antiquário de Oxford. Mas a sua viagem ficou igualmente famosa por ter tido como consultor cultural e companheiro de viagem o arquitecto Inigo Jones (1573-1652) que levará para a Inglaterra a arquitectura de Palladio. Estando perfeitamente as Ilhas Britânicas alheadas de motivações geográficas e culturais que justificaram o

²⁶⁵ Idem, Ibidem, p.80

surgimento do paladianismo na província veneta, todavia a importância desse poderoso ícone veio a condicionar e a radicalizar uma tradição hoje perfeitamente local da arquitectura inglesa. Estes, eram os resultados do Grand Tour. As casas de família da nobreza inglesa adoptavam as soluções arquitectónicas experimentadas na viagem a Itália, colunatas, pórticos, escadarias, perspectivas paisagísticas com fontes e estatuária, contribuindo para formar um padrão e um modelo. Os recheios representavam verdadeiros paralelos das colecções famosas, quer por encomendas de reproduções quer por peças originais, de pintura e escultura. Pela importância do fenómeno, o Grand Tour adquiriu um foro de unidade europeia, uma vez que Roma por motivos religiosos ou culturais mantinha a máxima clássica de *Caput Mundi*.

Quer fosse para os ingleses, o “*Grand Tour*”, para os franceses, “*Voyage d’Italie*”, ou para os alemães “*Italienische Reise*”, a verdade é que nesta “*universidade virtual*” ou “*academia*”, se formaram etimologias culturais determinantes para a formação e divulgação de etimologias anteriormente abertas só aos antiquários.

Estabeleceram-se várias hierarquias na classificação das Artes, mas também se definiu o conceito de monumentos antigos. O *Gran-Tour* formou por conseguinte um código estético que vigorará como vocabulário de arquétipos a partir do século XVIII. Era impensável que o *grand-tourer* ou *turista*, (origem da palavra), não visitasse determinadas antiguidades, quer monumentos, lugares arqueológicos, colecções de escultura e de pintura.

Francis Haskell e Bobber e Rubinstein, demonstraram claramente a importância da escultura clássica como modelos e arquétipos para as artes. Retomados os modelos na tela ou na escultura, conforme as teorias de Bellori, os cultores forjavam a segurança do seu gosto, quanto os artistas emparceiravam com as galerias dos pintores ilustres. Mas não eram somente estes fabulosos patrimónios que cativavam os viajantes. De facto, até um determinado tipo de paisagem explorado por pintores como Poussin (1594-1665), Lorrain (1600-1682), Salvatore Rosa (1615-1673) e outros, evidenciavam horizontes ocres sob céus azuis, entre arvoredos, distâncias e ruínas, vindo a constituir novos padrões que determinaram inclusive, o surgimento de uma nova tipologia de jardins.

Portugal teve sempre uma forte presença em Roma, reforçada por razões políticas na ocasião de consolidar a independência reganhada em

1640, por motivos religiosos, comerciais e culturais, “*nesta Corte há tres sortes de gente de nossa nação: cortezãos advogados, e mercadores*”²⁶⁶.

A estadia em Roma importava para Portugal modos refinados e cultos nas cortes eclesiásticas como nos conta Vítor Serrão a propósito do Arcebispo de Évora D. José de Melo, (1611-1633) filho do segundo marquês de Fronteira, “*Que D. José de Melo se deixou imbuir de cultura italianisante prova-o a sua ulterior acção `a frente da diocese eborense, após tomar posse do cargo em 12 de Setembro de 1611, para o que renunciou ao bispado de Miranda. O Chantre Manuel Severim de Faria diz que o novo Arcebispo, entrando na diocese em 4 de Novembro desse ano, se fez acompanhar de uma pequena corte de fidalgos e literatos, `de modo que com estes senhores e outros para que esta terra vierão, está a cidade feita uma corte populosa*”²⁶⁷.

O reinado de D.João V (1706-1750) marca por excelência uma oportunidade para os nossos artistas experimentarem a viagem a Roma. Mas não eram somente os artistas, como o Pintor Vieira Lusitano, que ficavam imbuídos desse conhecimento, o Marquês de Fontes, depois Marquês de Abrantes, “*riscava com incrível primor as plantas das praças, e dos*

²⁶⁶ Carta do Licenciado Nuno de Aires, agente em Roma do Cabido da Sé de Évora, citado em Vítor Serrão *A Pintura Protobarroca em Portugal-1612-1657*, p94.

²⁶⁷ Vítor Serrão, Op. cit., p. 95.

palacios, pois na architectura civil não foi menos eminente que na militar”...Dele escreveu Barbosa Machado, “soube profundamente a Geometria, principalmente naquella parte que pertence à Architectura civil, e militar sendo as plantas que desenhava perfeitas, e as Praças que delineava regulares. Conhecia como professor da Arte da Pintura as escolas de Italia e Flandres distinguindo com perspicacia as Copias dos Originaes”²⁶⁸. Esta última referência de Barbosa Machado (1682-1772), a capacidade de distinguir a cópia do modelo era precisamente uma das questões de base da motivação da viagem a Itália.

Quem não conhecesse os modelos e os confrontasse no real, desconheceria o modelo, o arquétipo, que incapacitaria qualquer um de atingir um lugar de distinção nas artes. Recorda-me a este propósito as descrições das pinacotecas de algumas casas nobres portuguesas, que, se atentássemos somente ao rol descrito estaríamos perante pintura de primeira qualidade. Todavia a quase totalidade eram cópias, tanto mais que os estados italianos defendiam-se com legislação no sentido de proteger a exportação de obras dos mestres. O papel de favorito e conselheiro do Rei operado pelo Marquês de Fontes e depois Marquês de Abrantes, será precioso para a dimensão artística e filo-italiana joanina, “*de tantos devemos*

²⁶⁸ Ayres de Carvalho, *D.João V e a Arte no seu Tempo*, Mafra, 1962, vol. II, p.46

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

**UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO
NACIONAL**

*destacar o maior dirigente, também Artista, o próprio Rei D.João V secundado pelo seu
Ministro e Embaixador, o Nobre Marquês de Abrantes, Engenheiro e Architecto”*

3: O Decreto de D.João V de 1721

O Decreto de D.João V sobre as Antiguidades faz parte do conjunto das importantes medidas jurídicas sob os impulsos das Academias, que os Príncipes da Europa reconheciam serem importantes para preservarem sob forma activa os seus patrimónios históricos, que vinham sendo sujeitos à destruição ignorante ou à cupidez dos homens.

Esta medida que visava proteger as heranças históricas encontrava na história moderna e nos apelos das Academias um precedente muito importante nas várias medidas jurídicas implementadas sobretudo pelos diversos estados da península italiana.

O Renascimento trouxe para os estados da Itália uma clara consciência pública e cívica de passado. Os políticos referiam-se ao passado colhendo na “*Historia Magister Vitae*” ensinamentos de bom governo e fórmulas de glorificar os seus estados e as suas casas, espelhando ideais antigos. Os humanistas perseguiram a descoberta de textos latinos e gregos, reunindo bibliotecas como a *Medicea*, verdadeiras restaurações Alexandrinas. O latim ganhava com Valla um novo padrão expurgado, com Crysoloras aprendia-se de novo o Grego. As fórmulas administrativas,

protocolares e cerimoniais embebiam-se de retóricas imperiais romanas, consagrando um lustre aos actos jamais visto. As artes, redescobriam a proporção e a figura humana, buscando os seus arquétipos na antiguidade que procuravam restaurar na sua linguagem formal.

A herança rapidamente criada nesta emulação da antiguidade nalgumas proeminentes cidades da península itálica, criou a cobiça e procura, recorrendo alguns estados à defesa jurídica dos seus patrimónios.

As províncias Toscanas foram as primeiras a tomarem esta iniciativa, providenciando desde logo em 30 de Maio de 1571 leis contra a remoção de memórias existentes nos edifícios públicos e privados. Surgem em 1597, 1600 e 1602, várias normativas sobre a extracção e circulação das “*pietre dure*”. Em 24 de Outubro de 1602, uma deliberação do Grão Duque Toscano, proíbe que se faça sair da Tuscânia os quadros dos seus mais famosos mestres, efectuando uma lista²⁶⁹. O reconhecimento deste património, altamente cobiçado pelo voraz colecionismo protagonizado por Príncipes da Igreja e grandes casas europeias, não deveria sair, sob

²⁶⁹ A lista descreve: 1.Miguel Angelo Buonarroti,2.Rafael,3.Andrea del Sarto,4.Mecherino,5.Il Rosso Fiorentino, 6.Leonardo da Vinci,7.Il Francia Bigio,8.Perino del Vaga,9.Jacopo Pontorno,10.Titiano,11.Francesco Salviati,12.Agnolo Bronzino,13.Daniello da Volterra,14.Fra Bartolomeo di San Marco,15.Fra Bastiano del Piombo,16.Filippo di Fra Filippo,17.Antonio Corregio,18.Il Parmigianino

pena de se perder essa gloriosa herança. Constitui esta providência jurídica, porventura a mais antiga normativa de protecção aos bens móveis, neste caso pinturas.

Este tipo de medidas, renovadas, aumentando novas listas de pintores, estabelecendo condicionantes de peritagem das respectivas Academias, etc., divulgou-se pelos vários estados.

Veneza, Lombardia, Emilia, e Tuscânia, privilegiaram a partir do início do século XVII de um modo geral a defesa dos espólios existentes dos seus principais pintores, à semelhança da normativa florentina.

Mas os Estados Pontifícios possuíam um património arqueológico romano que sendo cobiçado pela sua simbologia e valor artístico, nem sempre se preocupava com os meios de extracção e aquisição. Embora fosse tradicionalmente cometido à responsabilidade do arquitecto-mór pontifício os aspectos de disposição e escavação no sentido de dispor tanto dos objectos artísticos da antiguidade como da utilização simples dos materiais construtivos. Na realidade a herança monumental romana vinha servindo como uma imensa carreira de extracção de mármore e pedras ornamentais. O coliseu até ao século XVIII foi utilizado como tal, bem como outros monumentos.

Em 1518 a nomeação de Rafael para Perfeito dos Mármore, representa uma viragem no entendimento deste espólio. Todavia a cobiça dos peregrinos, dos viajantes, mas sobretudo dos colecionistas mais vorazes, que iam recolhendo colecções de mármore representantes de várias heranças e espólios, foi formalmente atenuada com a proibição de 5 de Outubro de 1624, do Cardeal Aldobrandini, que criava a interdição de se extrair antiguidades do Estado Pontifício. Embora anteriormente tivessem existido despachos nesse sentido, a fiscalização não estava à altura de punir, e flexibilizava as situações. Por isso mesmo a medida do Cardeal Aldobrandini, Cardeal Camerlengo, visava reforçar essas *“prohibitioni fatte in diversi tempi”* de *“estrarre da questa città di Roma e dallo Stato Ecclesiastico Figure, Statue, Antichità, Ornamenti, e lavori di marmo, metallo, e d’altre pietre”*. Também obriga a notificação imediata dos achados, *“Inoltre ordiniamo e commandiamo che cavandosi in luogo alcuno com la debita Nostra licenza, e trovandosi Statue, o alcuna delle cose sudette, o qualsivoglia altra cosa si di qualsivoglia pietra, come di qualsivoglia metallo, debbano li patroni del luogo dove si sarà cavato, li cavatori, et altri che ne haveranno notizia, o almeno uno di loro, haverlo denunziato in termine di 24 hore a Noi o al nostro Auditore, o ne gli atti dell’infrascritto Nostro Notaio”*²⁷⁰.

²⁷⁰ *Prohibitione sopra l'estrazione di statue di marmo o di metallo, figure, antichità e simili.* Roma, Câmara

Estas fórmulas reproduzidas nos vários decretos sucessivos, de 1646, 1686, 1701, 1704, 1717, 1726, 1733, 1750, 1801, 1802, 1803 e 1820, retomam os mesmos princípios de defesa da herança monumental, móvel e imóvel.

Vai-se estendendo a proibição a pessoas de qualquer condição, seja religioso, nobre ou plebeu. A especificação dos bens será cada vez mais definida, descrevendo-se os objectos claramente valiosos de índole artística, “*marmi, mischi, alabastrini, platee, travertini, piperini, speroni, et altre diverse pietre,...statue, torsi, bassi rilievi, teste, pedestalli, colonne, capitelli, inscittioni, medaglie, camei, et intagli di valore di marmo, metallo, gioie, di mischi, oro et argento, o agate, e crugnole, amatisti, et altre diverse materie lavorate e non lavorate*”²⁷¹ ... a defesa extenue-se inclusive aos materiais de construção, como a normativa de 21 de Outubro de 1726, “*Editto del Cardinale Albani relativo agli scarpellini, segatori di marmi e cavatori*”.

Apostólica, 5 de Outubro de 1624, Hippolito Aldobrandini, Cardeal Camerlengo

²⁷¹ *Editto sopra l'extrattioni, e cave di statue, figure, intagli, medaglie, inscittioni di marmo, di mischio, metallo, oro, argento, gioie e cose simile antiche e moderne.*, Roma, Camâra Apostolica, 29 de Janeiro de 1646, Federico Sforza, Cardeal Procamerlengo

Consultando estes vários decretos e proibições entendemos melhor a origem da fórmula do Decreto de D.João V, quase um ano após a criação da Academia de História, em 1720, no fundo também por iniciativa do Marquês de Fontes regressado de Roma.

A pedido do “*Director, e Censores da Academia Real da História Portugueza, Ecclesiastica, e Secular*”, era presente um instrumento jurídico que tutelasse e impedisse a destruição e perda dos monumentos e registos históricos.

Trata-se de uma clara consciência de que uma herança histórica, um testemunho colectivo, merece uma protecção pelas leis do estado. Assim, os Académicos no âmbito das suas investigações, “*procurando examinar por si e pelos Academicos os Monumentos antigos, que havia, e se podião descobrir no Reyno dos tempos, em que nelle dominarão os Phenices, Gregos, Persos, Romanos e Godos, e Arabios, se achava que muitos que puderão existir nos edificios, estatuas, marmores, cippos, lâminas, chapas, medalhas, moedas, e outros artefactos, por incuria e ignorancia do vulgo se tinham consumido, perdendo-se por este modo hum meyo muy proprio, e adequado, para verificar muitas noticias da veneravel antiguidade, assi Sagrada, como Politica; e que seria muy conveniente á luz da verdade, e conhecimento dos Seculos passados, que, no que restava de semelhantes memorias, e nas que o tempo descobrisse, se evitasse este damno em que pode ser muito interessada a gloria da Nação*

Portuguesa, não só nas materias concernentes á Historia Secular, mas ainda á Sagrada, que são o instituto a que se dirige a dita Academia”.

Deveremos recordar que nesta altura merecia grande aplauso e divulgação em Portugal a obra de Dom Bernard de Montfaucon, Monge Beneditino, autor de uma obra monumental publicada em latim e francês, *L’Antiquité Expliquée et Représentée en Figures*, 1719, magnífica obra, muito ilustrada e em dez volumes *in-folho*, seguida em 1724 de um suplemento de mais 5 *folios*.

Esta obra, organizada e classificada, sob a forma de um “*museum chartaceum*” descrevia os monumentos assistidos por uma copiosa ilustração dos mesmos.

O aspecto pedagógico desta fórmula fazia com que se desviassem as observações sobre antiguidades do mundo dos humanistas e literatos de gabinete, para uma constatação *in-loco*, seguida de descrição escrita, desenhada e respectiva classificação.

Embora Resende nas suas *Antiquitatibus Lusitania*, num estilo peripatético também partilhado por Leandro Alberti, testemunhasse um conhecimento local descritivo, a efectivação da referência obrigava-se a ser visitada, desenhada e classificada. Esta natureza do registo muda o

sentido do valor dos testemunhos, pois tratava-se agora de preservar essas antiguidades que demonstravam as histórias antigas.

Alguma abordagem neste sentido tinha surgido com Dom Jerónimo Contador de Argote, natural de Colares, e autor das *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga* publicados os vários volumes entre os anos 30 e 40 de setecentos. Referindo-se à historia antiga, descreve os cipos, epigrafias e antiguidades que conhecia, reunindo uma colecção de antiguidades romanas. Mas também faz desenhar e incluir na obra um importante registo de sinais pré-históricos e sepulturas antropomórficas. A realidade do testemunho escrito não basta. A necessidade do ícone e do testemunho material coloca-se.

Precisamente a ideia de *monumentum* no seu sentido etimológico latino, refere-se a tudo aquilo que representa uma Memória, como já vimos num capítulo inicial. Como tal, a preservação da Memória faz-se através da preservação do objecto. Esse objecto, que aos olhos do vulgo nada representa, aos olhos dos Académicos e dos entendidos, representam a História.

Todavia Montfaucon representa o *apex* das recolhas e catalogações iniciadas ainda no século XVI, com Pirro Ligorio, e prosseguidas por

diversos autores na epigrafia, medalhística, nas recolhas de antiguidades, de monumentos, de estátuas, objectos, tanto da antiguidade pagã como cristã. Na verdade o valor da antiguidade ainda se encontrava ligado a uma valorização apoiada nos registos bibliográficos. Os objectos de uso corrente, materiais de construção, testemunhos sem valor artístico ou venal, pouco interesse colhiam. As recolhas e as classificações permitiam construir uma ideia mais vasta e interlaçar os conhecimentos.

Quando Winckelman elaborou o seu modo de classificação e colocou os contextos para explicar os objectos, ao inverter o método da análise abriu definitivamente a nova historiografia, baseada no primado do objecto. O testemunho recolhe uma existência de per si, o seu valor é o seu próprio contexto de vestígio original. A sua preservação decorre da sua natureza de testemunho original. Não esqueçamos que este aspecto da originalidade é um factor evidenciado na própria tese de J.J.Winckelman²⁷².

Compreende-se pois, que a atenção dos Académicos da Academia da História Portuguesa pelos vários objectos, testemunhos da história antiga, na qual se inclui também “*Godos e Arabios*”, fosse dirigida à preservação. De

resto o próprio monarca afirma no documento, “*E desejando eu contribuir com o meu Real poder, para impedir hum prejuizo tão sensível e tão damnoso á reputação e gloria da antiga Lusitania, cujo Dominio, e Soberania foi Deus servido dar-me*”. Na realidade, a perda dessas memórias, ainda que registadas na memória dos códices, não seriam bastantes testemunhos á luz do entendimento de monumento.

O Alvará com Força de Lei, deseja estabelecer a equidade de tratamento, “*nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade e condição que seja, desfaça ou destrua em todo, nem em parte, qualquer edificio, que mostre ser daquelles tempos, ainda que em parte esteja arruinado; e da mesma sorte as estatuas, marmores e cippos, em que estiverem esculpidas algumas figuras ou tiverem letreiros Phenices, Gregos, Romanos, Goticos e Arabicos; ou laminas, ou chapas de qualquer metal que contiverem os ditos letreiros, ou caracteres; como outrosim medalhas, ou moedas*”... “*nem encubirão, ou occultem algumas das sobreditas cousas*”... Mais adiante renova o propósito sublinhando, “*as pessoas de qualidade que contravierem esta minha disposição, desfazendo os edificios daquelles Seculos, estatuas, marmores, e cippos; ou tambem deteriorando-as em forma, que se não possam conhecer as figuras, e caracteres; ou*

²⁷² Johan Joachim Winckelman, *Histoire de L'Art chez les Anciens*, tradução do alemão pelo Cavaleiro Carlo

finalmente encobrimdoas e occultandoas, além de incorrerem no meu desagrado, experimentarão também a demonstração, que o caso pedir, e merecer a sua desatenção, negligencia, ou malicia". Todavia logo afirma, "*as pessoas de inferior condição incorrerão nas penas impostas pela Ordenação do Liv.5 Tit.12 §5., aos que fundem moeda*".

No próprio texto estabelece-se o conceito de antiguidades, referindo-se como *limite* o reinado de D.Sebastião, ou seja com cerca de 150 anos, "*que mostrarem ser d'aquelles tempos, nem dos inferiores até o reynado do Senhor Rey D.Sebastião*".

Ficam as "*Cameras das Cidades, e Villas deste reyno*" responsáveis por "*conservar, e guardar todas as antiguidades sobreditas, e de simelhante qualidade, que houver ao presente, ou ao diante se descobrirem nos limites do seu districto*". Remetendo ao poder local a tutela e fiscalização, esta lei fica assim vertida na legislação geral, incorrendo os poderes locais no crime de desobediência por incumprimento.

No entanto, “*logo que se achar, ou descobrir alguma de novo, darão conta ao Secretario da dita Academia Real, para elle a communicar ao Director e Censores e mais Academicos*”. Na verdade reconhece-se que o “*vulgo*” não tem entendimento, e serão os Académicos e Censores os peritos abalizados para este entendimento. Poderemos objectar que aqui a Lei enferma a sua própria fraqueza. Como saberá então o “*vulgo*” que acaba de fazer uma descoberta? Obviamente subentendem-se os objectos previamente definidos na mesma Lei, “*forem laminas de metal, chapas, ou medalhas, que tiverem figuras, ou caracteres, ou outro sim moedas de ouro, prata, cobre, ou de qualquer outro metal*”, no entanto... A Lei consegue mesmo assim constituir uma prevenção sob a fórmula: “*poderão mandar comprar o Director, e Censores do procedido da consignação, que fui servido dar para as despesas da dita Academia*”.

O Alvará será cumprido pelo “*Regedor da Casa da Supplicação, Governador da Relação, e Casa do Porto, e aos Desembargadores das ditas Casas, Corregedores, Ouvidores, Provedores, Juizes, Justiças, Officiaes, e pessoas dos meus Reynos, e Senhorios, que o cumprão, e guardem, e fação inteiramente cumprir, e guardar, como nelle se contém*”.

Assim, Portugal pela primeira vez dispôs de um instrumento jurídico, Alvará com força de Lei, dirigido à preservação e protecção das antiguidades móveis e imóveis.

Este Alvará será renovado em 4 de Fevereiro de 1802 pelo Príncipe Regente D. João, fazendo com que as antiguidades fossem presentes “*para ornamento da mesma biblioteca*”, tratava-se de recolher na Real Biblioteca de Lisboa essas antiguidades anteriormente dirigidas à Academia de História, “*o Senhor Rei D. João Quinto, Meu Avô, ordenára em benefício da Academia Real da Historia portugueza a conservação e integridade das Estatuas, Marmores, Cíppos, Laminas, e outras peças de antiguidade, em que se achassem figuras, letreiros, ou caracteres, o qual Alvará Manda novamente publicar para se pôr em inteira e plena observancia, a bem da Real Bibliotheca de Lisboa*”. De facto, ficam as antigas funções cometidas ao “*Secretario da Academia, quanto á correspondencia com as Camaras sobre os monumentos que se acharem, fiquem pertencendo ao Bibliothecario Maior da dita Real Bibliotheca*”.

Tudo permanecerá praticamente assim até à República, se exceptuarmos as intervenções de Possidónio da Silva, quando da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses, que fez

entrar no Museu da sede, o Convento do Carmo, muitos objectos da natureza referida nos Alvarás. De facto, as antiguidades e os espólios dos extintos conventos, não foram preservados nessa legalidade. Não fosse o gesto de homens como Herculano, que fez recolher à Biblioteca o célebre Códice “Apocalipse do Lorvão”, ou ainda os coleccionadores privados, na realidade o papel do verdadeiro vândalo caberia ao próprio estado no processo desleixado da Extinção das Ordens Religiosas em 1834.

4. A grande destruição do Terramoto de 1755

“No dia primeiro de Novembro de 1755, anno eternamente fatal na Historia Portugueza, às nove horas e quatro minutos da manhã, estando o Ceo limpo, o ar sereno, e o mar em calma, se vio Lisboa sorprendida com hum Terremoto dos mais horrorosos, que ou a tradição conserva, ou se descrevem os livros”²⁷³. Nesse sábado, dia de celebração de Todos os Santos, a cidade de Lisboa sofreu uma sequência de abalos sísmicos violentos que em poucos minutos arrasaram praticamente toda a cidade de Lisboa. O sismo, afectou violentamente todo o país, e também a zona geográfica de Marrocos com o mesmo impacto, tendo sido inclusive sentido por vários países tanto do norte da Europa, como do mediterrâneo, até nas Antilhas e Brasil. Calculou-se que a magnitude em Lisboa atingisse as escalas de 9 de Richter e 8/10 da escala de Mercalli.

Tratou-se portanto de um verdadeiro terramoto, com uma capacidade de destruição brutal, o que fez desta data um limite charneira da historiografia portuguesa, mas também marcante para toda a Europa.

²⁷³ Amador Patricio de Lisboa, (Francisco José Freire Cândido Lusitano), *Memórias das Principaes Providencias, que se derão no Terremoto que padeceo a Corte de Lisboa no anno de 1755*, 1758, p2.

Em virtude do dia ser de celebração eucarística, por ser dia de defuntos, as Igrejas de Lisboa encontravam-se naquela hora engalanadas com os atavios fúnebres próprios daquela festividade. Esplendorosamente iluminadas por uma grande quantidade de velas e círios, que ainda mais realçavam as ricas talhas de madeira dourada. Decorrendo na maior parte das igrejas, a celebração da manhã, muitos lisboetas enchiam os templos.

O desabar das estruturas arrastou uma grande mortandade, se por um lado as igrejas estimularam a propagação dos incêndios, que dizer de todas as cozinhas e fornalhas que preparavam a alimentação do dia que nascia²⁷⁴. Lisboa na sequência do violento sismo foi também pasto de um incêndio voraz que consumiu o que porventura ainda restara.

Vários são os autores que baptizam a fatalidade com estatísticas terríveis, na realidade os números indicativos mais plausíveis apontam para cerca de 15 mil mortos²⁷⁵, em poucos segundos. No que respeita aos edifícios a contabilidade é terrível, *“das igrejas de quarenta paróquias, dezasseis desmoronaram-se ou arderam, dezanove ficaram reduzidas a ruínas e as cinco restantes*

²⁷⁴ Amador Patricio de Lisboa, Opus cit., “...porque naquele tempo não só estavam todas as Igrejas iluminadas para o culto Divino, mas também accezo o fogo de todas as casas, para servir ao alimento do povo. Daqui veyo atearse improvisamente em alguns edificios sagrados, e profanos hum incendio tão arrebatado, que fazendo-se irremediavel em huma Cidade deserta, devorou della todo o Bairro mais baixo, e grande parte do Alto.”p3

²⁷⁵ José Augusto França, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Bertrand, 1987, (1983), p66.

*danificadas. Dezasseis outras igrejas sofreram incêndio.*²⁷⁶ Quanto aos conventos, *“de sessenta e cinco conventos só onze ficaram habitáveis, ainda que parcialmente destruídos; de sete recolhimentos só um podia ser habitado depois da catástrofe”*²⁷⁷. Os seis Hospitais existentes sofreram danos e nenhum escapou ao incêndio. Nem as cadeias, nem o Palácio da Inquisição escapariam a esta tragédia. O Rei teve uma perda tremenda, a começar pelo grande Paço da Ribeira²⁷⁸, mas também se perderam a Igreja da Patriarcal e a recente Casa da Ópera. Das casas da Nobreza, *“trinta e três palácios das maiores famílias do reino foram destruídos”*²⁷⁹, entre estas casas importantes espólios como os da *“Casa de Bragança, dos Duques de Cadaval, de Lafões, de Aveiro, o da Casa do Infantado (Palácio Corte-Real) e o do Marquês de Louriçal-Conde da Ericeira, que possuía uma biblioteca célebre.”*²⁸⁰ (Julga-se que o espólio de Resende teria sido perdido nessa altura). Com o terramoto foram atingidos os Arquivos da Torre do Tombo, guardados no Castelo de São Jorge em espaços entretanto

²⁷⁶ Idem, Op. cit., p.67

²⁷⁷ Ibidem.

²⁷⁸ O grande recheio dos Senhores Reis de Portugal contido no Paço, quadros, tapeçarias, panos de armar, móveis preciosos, colecções, arquivos e recordações familiares, ouro e pratas, pedras preciosas e todo o tesouro da Casa da Índia onde se encontravam arrobas de diamantes, armaria de parada, biblioteca de cerca de 70.000 volumes, tudo consumido pelo sismo e pelo incêndio pavoroso que eclodiu. Relatos da época recordam que pela violência das temperaturas a prata fluía pela escadaria como se de água tratasse...

²⁷⁹ José Augusto França, Op. cit., p.67

alargados sobre as muralhas para arrecadar os códices e documentos. Parte da estrutura, durante o sismo, desligou-se da muralha e ruiu pela encosta poente. Foram salvos e recolhidos do entulho vários códices.

Uma das medidas fundamentais para a avaliação do impacto do terramoto por todo o país, mas que também funcionava como estatística sobre distintas matérias, foram as denominadas Memórias Paroquiais.

Sebastião José estabeleceu um questionário padrão que foi enviado por todo o país, sendo respondido pelos párocos das várias Igrejas das Dioceses. Compreende-se o critério, uma vez que a Igreja estava mais implantada localmente do que o Estado, por outro os sacerdotes eram instruídos e considerados probos para responderem com o rigor e precisão requeridos. Representam na sua maioria uma preciosa fonte de registo e de informação para todo o país, se exceptuarmos algumas memórias fantasiosas, pragmaticamente burocráticas ou simplesmente omissas.

Na realidade os edifícios foram afectados na proporção da sua dimensão, no seu desafio arquitectónico e estrutural, e ainda naqueles que pela antiguidade, foram sofrendo alterações ao longo dos tempos

²⁸⁰ Idem, Ibidem, p.67

enfraquecendo as estruturas iniciais. De uma cidade de cerca de 250.000 habitantes, somente um terço do parque habitacional teria ficado habitável. Por toda a Europa, o desastre de Lisboa foi argumento bem para além da notícia, fornecendo campo para as mais variadas especulações filosóficas e deduções científicas. Em França, Voltaire (1694-1778) chegou a redigir um poema denominado precisamente *“Le Désastre de Lisbonne”* em 1756. Outros lhe ripostaram, e outros encararam a questão sob leituras diversas, como Kant, Goldsmith, Doctor Johnson, etc. Vários opúsculos com testemunhos e descrições de viagens divulgaram a devastação ocorrida sob a forma de relatos. Foram igualmente editadas gravuras, na maioria inexactas e mais baseadas nas mitologias de destruição do imaginário bíblico de Sodoma e Gomorra, com intuito de captar o momento e enfatizar o drama, e provocar uma reflexão moral de justiça divina.

Deveremos todavia destacar deste conjunto uma série de gravuras, que visa uma outra direcção de leitura do fenómeno.

O conjunto formado pelas seis gravuras que fizeram parte de um Álbum, desenhadas por Paris e Pedegache, e gravadas por Jacques Philipe Le Bas, editadas em Paris em 1757, descrevem as ruínas de Lisboa em resultado do terramoto. Apesar de ilustrarem uma dimensão

dramaticamente destrutiva da capital do Reino de Portugal, explora-se de forma subtil uma dimensão decorativa e pitoresca das ruínas, utilizando para tal uma receita de representação gráfica que Piranesi (1720-1778) utilizara um ano antes nas “*Antichità Romane*”. Expressando estruturas disformes, constituídas por alvenarias de espessuras imaginárias que se comportavam como imensos blocos de opus caementicium romano, colocadas em confronto com figuras de escala reduzida para aumentar a dimensão edificada. Assim parecem exprimir-se as representações das ruínas da Torre de S. Roque, e também das ruínas da Basílica de Santa Maria. Já as representações das ruínas da Patriarcal, da Casa da Ópera, da Igreja de S. Nicolau e de S. Paulo, lançam a ideia de uma visão, qual imensa “*Roma*” decaída.

Estas gravuras, certamente elaboradas com base em esboços tirados no local, na realidade resultam de composições de *atelier*, cujo pretexto trágico serve também para divulgar o gosto pelo pitoresco das ruínas e uma certa estética visual cultivada pelos nobres, eruditos e pelos artistas, fazendo eco do Tour italiano. Este aspecto do pitoresco, não foi sentido em Lisboa. A dimensão da trágica ocorrência desde logo conduziu a um pragmático

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

***UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO
NACIONAL***

conjunto de XIV providências que de imediato restabeleceram a ordem pública, a razão da vida e a reconstrução da cidade em tempo imediato.

5: A reedificação de Lisboa: atitudes padrão

No conjunto das medidas tomadas em sequência do terramoto, denominadas *Providências*, a *XIVª Providência* continha onze medidas para de imediato se proceder à reedificação da cidade. São disposições de grande clarividência e perspectiva urbana uma vez que visavam preventivamente condicionar um restabelecimento ordenado no quadro iluminista, da capital.

Vale a pena para o presente estudo referi-las dado a sua importância na reconstrução da cidade e na criação de uma atitude padrão de intervenção. Existindo argumentos para uma nova fundação urbana, nomeadamente para os lados da Ajuda ou ainda Campo de Ourique, todavia as medidas empreendidas visavam um “*renascimento urbano*”, uma verdadeira fénix que renasce das cinzas.

Logo a primeira medida manda efectuar “*a medição, e Tombo das Praças, Ruas, Casas, e Edifícios publicos na parte da Cidade, que ficou arruinada pelo Terremoto, para evitar futuros pleitos, e dissensões na reedificação da mesma Cidade.*”²⁸¹

²⁸¹ Amador Patricio de Lisboa, Op. Cit, p.XV

Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782) ao colocar em prática esta medida desde logo consolidou a matriz urbana existente, impedindo discussões futuras sobre direitos de propriedade.

Do ponto de vista do restauro urbanístico europeu, jamais se tinha colocado esta situação às várias capitais europeias, sobretudo elevado a este nível de destruição, com excepção de Londres após o *Great Fire* e os desastres sísmicos ou vulcânicos de Messina ou Catânia no Reino da Sicília. Diminutas eram as referências a um “*modus faciendi*”. O método empregue, resume-se a medidas de ordem administrativa, baseadas numa matriz legalista e profundamente apoiada numa estrutura económica. Deposita no Estado o papel normativo, coercitivo e executivo, preserva e defende a propriedade, aposta na classe dos mercadores e na burguesia a reedificação da cidade.

Na sequência daquele primeiro Decreto, logo surgiu a necessidade de definir cotas do nível urbano para resolver as questões de disposição dos entulhos, conforme o “*Aviso ao Engenheiro mór do Reino Manoel da Maya para nomear Engenheiros, que calculassem os declivios (sic), que há desde S. Sebastião da Padaria, Annunciada, Convento de Corpus Christi, Igreja da Magdalena, e Convento da Boa-Hora, até o Terreiro do Paço, e Ribeira, para se accommodarem os entulhos*

com regularidade nos lugares mais baixos”.²⁸² Tecnicamente, a remoção dos entulhos também requer planeamento prévio, tanto mais que por razão de gestão do estaleiro urbano, sempre poderiam servir a corrigir os desnivelamentos.

O terceiro despacho desta XIV^a *Providência*, continuando com a questão de nivelamento dos entulhos, avisa o “*Engenheiro mór Manoel da Maya para mandar pelos Officiaes Engenheiros abalizar o terreno, que jaz entre a Rua Nova do Almada, e a Padaria, e demarcar os terrenos, que se houverem de entulhar, e a altura a que nelles há de subir o entulho para ficar nivelado (sic) o Terreiro do Paço com o mesmo terreno.*”²⁸³ O despacho seguinte segue a mesma natureza de assunto procurando que se definam marcações para o nivelamento da parte urbana “*entre a Rua Nova do Almada e a Padaria; e para se porem marcos, e balizas nas covas, e declivios (sic), afim de se encherem com os desentulhos e ficar nivelado o Terreiro do Paço, com as duas Ruas em beneficio da reedificação da Cidade*”.

Colocados estes despachos do ponto de vista da engenharia e da simples gestão de um problema técnico de estaleiro, revela-se uma evidente eficiência profissional. Mas se atentarmos que são emanadas de uma

²⁸² Idem, Ibidem, p.XV

²⁸³ Ibidem.

administração, deveremos considerar a importância do acto político. Na realidade, o conceito de reedificação é retomado por Sebastião José como um discurso político interventivo. Testemunha isto mesmo a importante declaração que resume o processo interventivo, *“porque deixada a fabrica dos edificios à liberdade do povo, commummente barbaro em seus gostos, e desprezador do que não lhe he util, em breve tempo a Capital do Reino, que podia com a sua nova reedificação tirar proveito da mesma desgraça, versehia sem aquella devida regularidade, e grandeza, que lhe estão promettendo os magnanimos espiritos do seu Principe”*²⁸⁴ Reside precisamente nesta postura política em relação ao traçado *“regular e grande”* assumido pelo Secretário de Estado do Reino, o carácter iluminista do modo de intervir, planeando a realidade com a razão e a autoridade absolutista que a sustentava.

Conforme se entende pelo primeiro Edital, logo seguido de um segundo, o Estado utiliza o seu poder *“para não se levantar propriedade alguma nos Bairros da Cidade que padecerão ruina, nem se reedificarem as que forão abrazadas pelo incendio...ate a conclusão dos Tombos”* e ainda *“que as casas, que se acharem edificadas depois do outro edital de 30 de Dezembro de 1755, encontrando os planos da Cidade, sejam demolidas no mesmo acto à custa de seus donos”*. Ambas as medidas

²⁸⁴ Idem, Ibidem, p.39

procuravam garantir espaço para o novo planeamento da cidade que todavia não coincidia com o existente, e de acordo com o Alvará com força de Lei de Belém, 12 de Maio de 1758.

Na realidade este documento lança a base jurídica do processo de reconstrução dado que estabelece as premissas, o programa. A reedificação será feita *“por hum novo plano regular, e decoroso”, “se allinbem as Ruas com a rectidão, e largura competentes à comodidade dos seus habitantes, e ao serviço dos que por ellas passam”*. A fórmula jurídica de promoção das edificações, para

assentar num contexto económico activo, parte do usufruto económico da propriedade, a enfiteuse, em lugar dos bens de raiz. Esta circunstância, lançava no mercado a vontade de edificar, sem que a posse original da propriedade ficasse comprometida.

Não cremos seja estranho procurar os fundamentos deste princípio jurídico, aplicados deste modo neste contexto, à experiência de Sebastião José em Londres, uma vez que a fórmula reporta-se a um período de utilização económica de superfície. Esta solução já tinha surtido os seus efeitos na recuperação da cidade de Londres. Assim, o prazo limite de edificação, ficava sujeito a um compromisso máximo de 5 anos. No caso

em que se não colocasse esta enfiteuse, ou não surgisse edificador, o estado assumiria esse papel, adquirindo a propriedade de raiz.

Estabelece o documento, confirmando a sua natureza normativa, uma fórmula de compensação aos proprietários, sujeitos a cortes, alinhamentos, e devassamento, em virtude do novo plano. É claro que tudo isto se torna possível no contexto da premissa política da autoridade do estado, todavia, fiel às raízes do seu direito²⁸⁵ a garantia de procedimento era oferecida pelos levantamentos requeridos inicialmente, que continuavam a titular a propriedade.

Definiam-se igualmente as funções a operar nesse novo plano urbano e respectivos benefícios económico-fiscais, *“sou servido eximir absoluta, e perpetuamente de aposentadoria activa, e passiva as Praças, e Ruas, que tenho destinado para bolça do Commercio, e para habitação dos Homens de negócio, Mercadores, e Traficantes, que nelle se empregão” ... “porém nos outros Bairros, e Ruas, que não forem do Commercio, e dos arruamentos dos Artifices, mas da habitação dos outros moradores sómente se observará o sobredito privilégio de isenção de aposentadoria por tempo de*

²⁸⁵ “...pedindo por isso a equidade, de que S.Magestade he sempre supremo Protector, e as Leys, e Ordens estabelecidas pela Real Providencia do mesmo Senhor, parae observar a este respeito a mesma equidade, que os proprietarios dos terrenos,...fiquem lucrando, ou perdendo cada hum à proporção do estado, em que se achava no calamitoso dia primeiro de Novembro de 1755” ...Op. cit,p.346

trinta annos a favor dos proprietários daquelles edificios, que forem, ou de novo edificados, ou reedificados desde os fundamentos” ²⁸⁶.

Com o Plano de reedificação da Cidade aprovado a 12 de Junho de 1758, remetido ao Duque Regedor, Duque de Lafões²⁸⁷, passado um mês do documento anterior, definido pela zona actual da “Baixa”, limitada a Norte pelo Rossio e a Sul pelo Terreiro do Paço, define-se o padrão do modelo mais tarde denominado “*pombalino*”, na estrutura arquitectónica da intervenção. Uma verdadeira Memória Descritiva, estabelecendo a hierarquia urbana, as praças, ruas, as fachadas, as tipologias arquitectónicas, e respectivos afastamentos definidos em palmos.

Mas também se referem medidas muito pormenorizadas de carácter conservativo, como o arejamento propiciado pelas trapeiras,...” *que nas aguas furtadas se hão de configurar, e fazer trapeiras, que não só dão luz, e ar para conservação das madeiras, e dos moveis, e para a claridade, e respiração dos que nellas habitão mas ao mesmo tempo servem de ornato ao prospecto da Rua, figurando nos edificios mais hum andar de casas, para o que se costumão nas outras Cortes chegar estas*

²⁸⁶ Idem, Ibidem, pp.334 e 335

²⁸⁷ Trata-se do Primeiro Duque de Lafões, D.Pedro Henrique de Bragança, neto de D.Pedro II.

trapeiras à face dos edificios, o mais que he possivel.” Como se pode testemunhar a observação destas medidas, fundamentava-se na competência técnico-administrativa, que não perdia de vista o que se fazia nas “*outras Cortes*”. Quando a preexistência não se encontra com a nova fórmula planeada, recorrem-se a soluções arquitectónicas que mantêm o decoro urbano, *...”que se mascare esta passagem com hum portico, não de edificio publico, mas sim particular, por onde somente se communiquem os que forem de pé em serventia do povo miudo, como se acha praticado nas outras Cortes em casos semelhantes”*²⁸⁸. Ao definirem-se claramente as áreas pedonais, o modelo de Londres é claramente referido, *“e que por cada lado fiquem dez palmos para a passagem da gente de pé, com seus colunellos em justa proporção entre a Rua, e as ditas passagens, para impedir, que nellas entrem as carruagens, como se acha praticado em Londres”*²⁸⁹. As mesmas medidas preocupam-se em estabelecer cloacas que *“não so servem para a expedição das aguas do monte, que entrão na Cidade; mas tambem para por ellas se evacuem as imundicies das casas dos habitantes dos dous lados das Ruas,*

²⁸⁸ Idem, Ibidem, p. 340

²⁸⁹ Ibidem, p. 341

*que assim conseguem a limpeza continua das suas casas, e também evitarem as despesas, que com ela fazção na Cidade antiga*²⁹⁰.

No âmbito das medidas tomadas foram necessárias algumas inspecções a edifícios em ruínas, constando na mesma obra os respectivos testemunhos. O conjunto das medidas podem ser caracterizados numa sùmula da tratadística sobretudo na escola da engenharia nacional definida por Luiz Serrão Pimentel, ou Manuel de Azevedo Fortes, mas também nos utopistas, começando pelo conceito clássico de restauro urbano definido por Alberti. Em Serlio, autor continuamente referenciado na península ibérica, no conceito da “*scena urbana*” e nas fórmulas de substituição de fachadas em nome do decoro urbano. De facto, Sebastiano Serlio no Livro Segundo refere-se a três tipos de cenografias. A primeira apelida de Cómica, a segunda de Trágica e a terceira de Satírica, explicando assim, de que modo a visão perspéctica de determinados padrões condicionam o entendimento. O mesmo exercício se aplica no traçado urbano conforme demonstra no Livro Sétimo, Cap. LXII, “*Propositione di ristorar case vecchie*”, aplicando uma nova fachada, ordenada e desenhada para criar unidade

²⁹⁰ Ibidem, p. 341

arquitectónica a uma estrutura gótica preexistente, “*in quei tempi che la buona Architettura era sepolta*”²⁹¹, desprovida de regularidade. Cita “*Dove passando alcune volte il Prencipe della città per quella strada, e vedendo questa casa tanto difforme dall’altre, gli generava nausea*”...Aliás desde o Capítulo LIII que sugere vários modos de criar uma unidade e decoro arquitectónico, nos preceitos e termos correctos da linguagem que desenvolve no seu tratado, a estruturas que não apresentam regularidade de traçado ou simetrias.

Poderemos também sentir um efeito de certas ideias utopistas desenvolvidas pela Contra Reforma a que se juntaram igualmente as reflexões nascentes do pensamento económico e pré-liberal. Encontramos na distribuição funcional urbana certas reflexões introduzidas inicialmente

²⁹¹ Serlio, Livro VII, Cap.LXII, p156, edição de Franceschi, Veneza, 1600.

pelos utopistas urbanos como o Padre Doni²⁹², apesar de muito temperadas com as visões económicas de Hales²⁹³ e Serra²⁹⁴.

Embora estas ideias surjam no contexto da Contra Reforma e do século XVI, os princípios aí defendidos tornam-se menos utópicos e bem reais nas abordagens racionalistas do despotismo iluminado, que encontrou no Aristotelismo e mais tarde no experimentalismo da grande corrente nacional das engenharias, a praticabilidade e execuibilidade.

A propósito desta ideia, é exemplar o comentário de Manuel de Arriaga, *“os portugueses do século XVIII e sequazes do grande Marquês de Pombal desejaram evitar o negativismo das ideias francesas, e mostraram toda a predilecção pelos*

²⁹² Doni entende que tudo deverá estar racionalmente subordinado ao centro; uma organização social assente na justiça, igualdade e no trabalho obrigatório, reflectindo-se numa malha urbana onde se distribuem os vários tipos de actividades productivas, segundo uma distribuição racional. No seu entender todas as actividades se complementam sem haver superioridade de umas sobre as outras. A distribuição das casas espelha o modelo mental, reproduzido num tecido urbano sistematizado. Doni para a sua época apresenta um modelo que hoje classificariamos de *Comuna*, *“avant la lettre”*. Sobre Doni veja-se E. Bertana, *“Un socialista del Cinquecento. Appunti sulla vita e sugli scritti d'A.F. Doni”*, *Giornale Ligustico*, ano XIX, Genova, 1892; Julius Schlosser Magnino, *La Letteratura Artistica*, Florença, 1967; C. Curcio, *Utopiste e Riformatori sociali del Cinquecento*, Bolonha, 1941, veja-se *Il Mondo Savio e Pazzo* de Doni, pp3 a 15.

²⁹³ John Hales é autor de um Tratado escrito por volta de 1549 sobre argumentos economicos e comerciais, muitos lhe atribuem uma atitude pioneira na primeira abordagem do problema da industrialização, com o título de *Discourse of the Common Wealth of this Realm of England*.

²⁹⁴ Antonio Serra, italiano que aborda as mesmas questões que Hales, *Breve trattato delle cause che possono far abbondare li Regni d'oro et d'argento dove non sono miniere*, Napoli, 1613.

filósofos ingleses, mais práticos, sensatos e rectos.”²⁹⁵ O pensamento pautava-se pelos padrões filosóficos da Academia de Filosofia Experimental, onde pela primeira vez em Portugal se difundiam as teorias de Bacon (1561-1626), Newton (1642-1727) e de Boyle²⁹⁶ (1627-1691).

A recuperação da cidade não se refere à consideração Platónica da matriz de Roma, ou da *Cidade de Deus* Agostiniana, antes assenta num Aristotelismo pragmático que se enquadrava perfeitamente com a teoria da escola nacional, lançada por Serrão Pimentel.

A nova cidade corresponde a um padrão racional, baseado nas teorias nascentes do liberalismo, e apoiando-se nas regras do mercado como motor financeiro, edifica nas bases das ciências experimentais. A arquitectura reflecte este racionalismo numa utopia de nivelamento social,

²⁹⁵ Manuel de Arriaga, *A Filosofia Portuguesa, 1720-1820*, Cap.III, LivII, edição Guimarães Editora, p.25. Pinharanda Gomes oferece a seguinte nota que partilhamos totalmente para o entendimento do perfilamento filosófico português: “*A paternidade de Aristóteles quanto ao positivismo é, no caso, uma afirmação de Arriaga, mas ela ajuda a compreender o que significa a tese de que Aristóteles é a coluna vertebral da filosofia portuguesa: ao longo de um aristotelismo fundamental e constante dispõem-se, conforme as épocas e as escolas, as tendências aristotélicas e anti-aristotélicas. Mas Aristóteles é o ponto de referência, mesmo na reforma pombalina.*”

²⁹⁶ A *Academia de Filosofia Experimental* era promovida por Luís Baden, tratava-se de uma “Aula Académica” que funcionava às segundas-feiras para a fidalguia, às quartas para estrangeiros e às sextas para o público em geral. O curso demorava sete meses e meio, preenchidos com 30 aulas. José Borges de Araújo participou nesta aula onde se discutiu pela primeira vez em Portugal as teorias de Newton e Boyle. Pelo testemunho de Frei Vicente Salgado, *Catálogo Histórico dos Escritores da Congregação de S.Francisco de Portugal*, Lisboa, 1787, reconhece que a Aula de Baden influenciara as opiniões das escolas Franciscanas. Para mais, vejam-se as obras de Joaquim de Carvalho, *Jacob de Castro Sarmiento et l'Introduction des Conceptions de Newton en Portugal*, Lisboa, 1935, Rómulo de Carvalho, *Portugal nas Philosophical Transactions nos Séculos XVII e XVIII*, Coimbra, 1956; Augusto d'Esaguy, *Jacob de Castro Sarmiento*, Lisboa, 1946; H.Amorim Ferreira, *Relações Científicas entre Portugal e a Grã-Bretanha*, Lisboa, 1943.

reflectido na repetição das fachadas distribuídas por quarteirões funcionais. Infra-estruturas de segurança na edificação, métodos de contraventamento, drenagens, arejamento, providências para efluentes, representam o “restauro” da nova capital, dando corpo a uma nova ideia. A tradicional hierarquia, patente em todas as fachadas é reduzida a uma discreta acentuação provocada pelas sacadas e dimensões dos vãos. Poderemos afirmar em síntese como corolário teórico dos princípios da intervenção, o que diz Verney na Carta X, em que considera como primeiro estudo do filósofo a geometria e a aritmética, *“com que a geometria e o cálculo é a chave mestra de toda a ciência física e matemática. Com elas mostra o físico as leis do movimento dos corpos, a acção mútua dos corpos duros e elásticos, e compreende também o movimento de gravidade, tanto absoluta como equilibrada a que chamamos Mecânica ou Estática, etc. Com elas se explica as leis dos corpos fluidos a que se chama Hidrostática, Hidráulica, segundo as coisas que considera, como também a concorrência dos sólidos com os fluidos. Notícia indispensavelmente necessária para entender o movimento dos fluidos nos tubos e também nos vasos do corpo humano. O que tudo se compreende debaixo desta palavra-Mecânica”*²⁹⁷ Na verdade, o grande terramoto de Lisboa foi superado pela colocação em prática das novas ideias,

²⁹⁷ Verney, *Verdadeiro Método de Estudar*, Vol.II, Carta X

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

***UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO
NACIONAL***

encarando as realidades segundo um pragmatismo positivista, com os olhos uma vez mais colocados no futuro, em que o passado, tal como os jesuítas, é expulso em nome de um pragmatismo actuante.

6: Engenheiros, Arquitectos, Memórias, Tratados e Tecnologias

Os artífices da reconstrução pombalina são na sua grande maioria formados pela engenharia militar, assentando a formação na natureza experimental e pragmática da profissão. Não será pois de estranhar que o resultado da ideia arquitectónica seja uma interpretação de extraordinária racionalidade do ponto de vista arquitectónico.

Convirá entender a natureza das opções teóricas nas três vias encetadas, uma obediência às recomendações tridentinas, a especulação matemática juntamente com os estudos envolta da geometria Euclidiana e as fontes da Tratadística. Assentam nestes pilares a conceptualidade de meados do século XVII a XVIII.

Já estudámos anteriormente quanto as Ordens Contra Reformistas induziram uma regra de obediência a um primado de “*restauro devoto*”.

Vítor Serrão refere-se em termos muito elucidativos a este propósito: “O século XVII pleno cinge-se assim, no património arquitectónico nacional, a uma vincada atitude maneirista, a mais concordante, aliás com a ideologia contra-reformista de uma sociedade catequética e retrógrada (antes e depois de 1640), mais preocupada com a preservação dos seus valores de austeridade face às inovações de além-

fronteiras. Depois, a dramática situação económica e financeira, os “levantamentos da fome”, as guerras de Restauração (1641-1668) e as ameaças constantes de invasão espanhola (que viria a ocorrer em 1663-1665), as dificuldades e recuos da diplomacia portuguesa, a fragilidade de defesa das possessões ultramarinas, a brutal inflação sofrida pela moeda, etc., não possibilitavam o recurso a obras vultuosas de arquitectura, antes recomendavam uma resistência intestina pautada pelo aprofundamento dos valores estabelecidos. É por isso que a vinda a Portugal do célebre arquitecto Guarino Guarini, em meados do século, para projectar segundo ousado espírito barroquista a Igreja de Nossa Senhora da Divina Providência dos padres Teatinos, em Lisboa, não abalou culturalmente um “meio” pouco atreito a inovações formais” Dando cabal prova desta atitude mental o próprio historiador e nosso ilustre Orientador refere com pertinente observação: “sendo até curioso sublinhar, a propósito, que havendo ruído (por má construção dos empreiteiros) a nova igreja projectada na capital portuguesa por Guarini, foi a mesma refeita (1698) segundo um projecto mais do que tradicionalista, da autoria de Pascoal Rodrigues (pai do grande entalhador joanino Santos Pacheco).”²⁹⁸

Em 1681 saía a lume a edição do *Methodo Lusitanico de Desenhar as Fortificaçoens das Praças Regulares & Irregulares*, compilado e dado à estampa após a morte accidental em 1680 do Engenheiro e Cosmógrafo-Mór do

²⁹⁸ Vítor Serrão, *Marcos de Magalhães, Arquitecto e entalhador do ciclo da Restauração*, Separata do Boletim

Reino. Logo na Introdução da obra perspectiva os seus intentos “O fim com q escrevi esta obra, ultima de algumas q tenho composto, he para que fique sua noticia conservada entre nós, & possamos ter Engenheiros naturaes, havendo por onde apprendão a Sciencia, pois ainda que a experiencia he muito necessaria para a pratica; com tudo os que nesta entrão com lição, facil & brevemente se fazem destros, assim nas cousas q virão obrar, como nas que não virão; porque a noticia da lição os habilita de huas para as outras; o que não succede naqueles que somente por experiencia sem preceder lição, ou doutrina fundada se mettem a obrar; porque a estes he necessario q vejão fazer hua cousa mais de hua vez, para a perceberem, ainda sendo habeis, ficando inhabeis para as outras que por vezes não virem obrar; & como são muitas, & diversas, nunca podem ver todas por larga experiencia que tenhão; pois a Sciencia consta das de muitos adquiridos por longos tempos, & diuturnas contemplaçoens sobre ellas. Assim que deve preceder lição, ou doutrina ao menos das regras practicas, & muito melhor se forem acompanhadas da theorica; pello que ne só a sciencia, nem só a experiencia bastão; hua, & outra são necessarias para formar hum bom Engenheiro”²⁹⁹ Na justificação “que cousa seja Architectura militar, ou Fortificação, & de sua antiguidade”, logo adiante esclarece a fundamentação assentando também em Aristóteles,

Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa, III Série, nº89, 1ºTomo, Lisboa, 1983, pp. 4 e 5.

²⁹⁹ Luiz serrão Pimentel, “Methodo Lusitanico de Desenhar as Fortificaçoens Regulares & Irregulares”, Lisboa, 1681, Introdução.

“Daqui tomou Aristoteles motivo para dizer q ainda aquella cidade q por sua grandeza, & opulencia se pode fiar nas forças proprias, deve ser fortificada (o) co seus muros.”

Este autor, Serrão Pimentel oferece-nos um claro testemunho do pensamento pragmático e técnico que está na base da escola da engenharia portuguesa. No seu pensamento contrastam os conceitos: o “*novo*”, considera regular, opondo-se a “*velho*”, que considera *irregular*. Assim, “*o velho e irregular*” identifica-se com a herança histórica.

No cartesianismo utilitário e funcional do seu modelo não cabem os conceitos do “*restauro*”. Assim compreende-se a formação clara dos conceitos de triunfo do novo sobre o velho, como subjacentes à teoria do Engenheiro Militar Luiz Serrão Pimentel.

Considera a Architectura uma arte, separando-a por conseguinte da Engenharia que trata com uma actualização cartesiana da tradição aristotélica, podendo assim justificar o novo. Poderemos entrever sob esta fórmula uma atitude de reivindicação de uma área de pensamento fora das normativas a que estavam sujeitas a Architectura por imposição de Roma. Assim remetendo para o campo das engenharias, nomeadamente da fortificação, chamadas a servir em primeira linha nos momentos

frequentes de consolidação do reino. As ideias de Serrão Pimentel adquirem assim um estatuto próprio que se acentuará mais tarde na obra de Manuel de Azevedo Fortes. A arquitectura acaba por refugiar-se em volta do “*restauro devoto*”, através de uma arquitectura de características mais ornamentais e decorativas, por vezes quase *retabulares*, sendo as reformas efectuadas sobretudo através da talha, do azulejo e de programas que realçam o primado das ideias Contra Reformistas.

Poderemos ainda sustentar todavia que uma certa perspectiva histórica, embora não fosse dominante persistia nas obras que valorizavam uma reflexão histórica colocando em evidência a conservação do espaço. São notícia a obra do Padre Sottomayor para Portalegre, do Padre Manuel Fialho para Évora e ainda de Inácio da Piedade Vasconcelos para Santarém. Este último poderemos inclusive caracterizar como um importante teórico, responsável pelo principal tratado de filosofia artística, os *Artefactos Symetriacos e Geometricos* (1733) , impresso em Lisboa em 1733, que apesar de tudo insiste no pensamento cartesiano em voga, organizando-se sob a forma de um compêndio.

O processo de legitimação histórica de D.João V, recorre também à valorização do passado iconográfico e monumental. Fosse através do

simbólico programa decorativo de representação da sequência dos monarcas em painéis de azulejo para a portaria de S.Vicente de Fora, ou ainda da lista de imensa dádivas régias para a edificação de templos novos mas também de reparos de conservação nos existentes. D.João V não hesita em reivindicar uma herança salomónica lançada por D. Manuel, retomada em Filipe II, de onde seguiu para França para Luís XIV, mas que o monarca tomou como programa histórico a restaurar. O seu programa, traduzido pelo Engenheiro-Mór do Reino Manuel de Azevedo Fortes, vem novamente entabulado segundo o Aristotelismo vigente. Classifica o Engenheiro a política joanina segundo dez categorias: Em primeiro a Substância, segundo a Quantidade, terceiro a Qualidade, quarto a Relação, quinto a Acção, sexto a Paixão, sétimo o Lugar, oitavo o Tempo, nono a Situação e décima o Hábito.

Reencontramos assim a conceptualidade por momentos novamente insuflada, pragmaticamente arrumada segundo a mais profunda tradição da filosofia portuguesa.

Não será portanto de estranhar que João Frederico Ludovice (1670-1752), apesar de recomendado a partir de Roma, impõe e é o executor dos vastos programas joaninos. Não desvalorizando o seu contributo, mas

confirmando mais a sua adesão ao aristotelismo colocado por influência da Escola de Engenharia nacional, atesta a correspondência e argumentação entre o Arquitecto Ludovice, incapaz de entendimento na linguagem da arquitectura com a dupla Nicola Salvi (1697-1751) e Vanvitelli (1700-1773) por ocasião da execução em Roma da última encomenda de D. João V. É que embora formado na tratadística e na influência de Carlo Fontana (1634-1714), em Portugal adquiriu uma autoridade onde exercia com pragmatismo a retórica do Poder. Aliás a confirmar esta opção poderemos inscrever a sua intervenção na Capela-Mór da Sé de Évora onde é patente o modelo contrastante de imposição do “*novo*” sobre o “*velho*”. Na sequência de um legado de 17000 cruzados do Arcebispo D. Luís da Silva em 1703 para renovação da capela-mor da Sé de Évora, foi lançada a ideia dessa modificação, mesmo assim contrariada pelo sucessor D. Simão da Gama que certamente entendendo o cariz da intervenção adiou e protelou o mais que foi possível . Só foi possível contrariá-lo um ano após o seu falecimento em 1716, quando em período de sede vacante, “*quando D. João V passa pela cidade, é-lhe apresentado o problema, tendo o Rei disponibilizado a sua participação com a dotação de uma verba substancial (cerca de um milhão de cruzados), desde que fossem aceites, como foram,*

as suas condições: alteração dos planos de renovação previstos, dando lugar a outros mais grandiosos, e entrega da obra a João Frederico Ludovice. A nova capela-mor entrava assim, definitivamente, no âmbito das obras régias; e por isso D.João V não deixará de estar presente no solene Te Deum da sagração em 1729”³⁰⁰

Este episódio continua a ter um valor de contemporâneo, fosse pelos patrocínios, fosse pela generosidade financeira, fosse pela adjudicação a Frederico Ludovice. A discussão coloca-se numa consensualidade envolta de um problema prático de espaço e de celebração.

Curiosamente o Arcebispo D. Simão da Gama não achou que essa praticabilidade fosse tão imediata, opondo-se, muito certamente com critérios do foro de integridade monumental da Sé, dando-lhe esse primado.

Ultrapassado este argumento por motivo do seu falecimento a questão é colocada ao próprio Rei, que magnânimo, faz donativos que inflamam de entusiasmo os responsáveis da administração da sede vacante. A questão reverte para um modelo intervencionista e pragmático, na linearidade de aplicação contrastante do novo sobre o velho, porque o “*velho*” não é

³⁰⁰ José Fernandes Pereira, “O Barroco do século XVIII, Encomendadores e políticas artísticas”, *História da Arte Portuguesa*, Direcção de Paulo Pereira, Círculo de Leitores, Lisboa, 1997, III vol, p.54.

“regular” e “direito”, teses que vão sobrevivendo na história do país sempre que surgem “*D. João Quintos*”, “*sedes vacantes*” e “*Ludovices*”.

Compreende-se a importância deste pensamento numa emergência como a reconstrução de Lisboa após o terramoto. Só nesta segurança de conceitos e disciplina científica teria sido possível encarar a reconstrução em tão pouco tempo. As ruínas abriram uma oportunidade Neroniana de impor o novo sobre o “irregular” e o “torto”.

Por isso, o edifício pombalino é, por assim dizer, toda uma Mecânica.

Desde o ponto de vista das fundações em estacaria, às drenagens de pluviais e imundices, à estrutura da própria edificação, a célebre “*gaiola pombalina*” que procurava responder aos abalos com a flexibilidade de uma estrutura lenhosa triangulada e contraventada, todavia revestida a alvenaria numa prevenção dos incêndios por simpatia.

Todos os detalhes da construção pombalina representam em si um verdadeiro estado dos conhecimentos. Compreende-se a motivação que levou o Abade Correia da Serra (1751-1795) a procurar incluir na “*Encyclopaedie*” esta natureza racional da nova arquitectura portuguesa que afinal representava a execução dessas ideias.

Se não fosse perdida essa Memória, estamos em crer que a Europa veria em Portugal um intérprete que aplicara com racionalidade os preceitos, que na especulação filosófica e política culminará no epicentro da Revolução Francesa.

Este pragmatismo, espalhado pelo país lançou o método de intervenção que até cerca de 1850, padronizou e criou uma unidade urbana e arquitectónica, visível pelas várias Vilas e Cidades do país e ultramar.

Um outro exemplo desse pragmatismo construtivo poderá encontrar-se na introdução e divulgação da janela de guilhotina³⁰¹, pela necessidade de pequena dimensão de vidraça e quase ausência de ferragens, caracterizou um modelo de paramento, que perdurará até ao lançamento nas últimas décadas do século XIX das vidraças únicas de maior dimensão, em janelas de batente central. O sistema construtivo “*pombalino*” conforme implementado na reconstrução de Lisboa perdurou até meados do século XIX, quando as influências dos estilos históricos, conduziram a novos vade-mecuns de tipologias.

³⁰¹ A janela de guilhotina é de invenção francesa do século XVII, apelidando-se de “*fenêtre a chassis*”, todavia o seu sucesso ocorreu em Inglaterra onde a sua denominação francesa, por deformação de pronúncia de “*chassis window*” acabou em “*sash-window*”, cf. Peter Thornton.

Foram mestres desta criação, o Mestre de Campo General, Engenheiro-Mór do Reino, Manoel da Maia (1672-1768), tendo sido responsável por importantes projectos e obras públicas durante os reinados de Pedro II e D.João V, dos quais se destaca a magnífica obra do Aqueduto das Águas Livres que resistiu ao terramoto.³⁰²

Quando foi chamado a assumir a direcção da obra de reconstrução da cidade de Lisboa, já era octogenário, pois teria nascido em 1672, e viria a falecer nos anos ainda de reconstrução de 1768.

Distingue-se a nomeação que fez de profissionais para a reedificação da cidade: “ao Ten.e Coronel Carlos Mardel e aos capit.aes Eugenio dos Santos e Elias Seb.m Pope acompanhado do Ajute. Antº Carlos Andrey e do Prat.e José Dom.es Pope que tomassem á sua conta fazer delinear, demarcar e balizar o terreno q. Jas entre os terrenos de Lisboa edificada e o lineam.to de sua Forte.am,etc”³⁰³. Rodeou-se de uma importante equipa constituída sobretudo por engenheiros, mas também arquitectos, como o Capitão Eugénio dos Santos e Carvalho (1711-1760), o

³⁰² Atribui-se-lhe a autoria de uma célebre Planta da Cidade de Lisboa de 1719, que se perdeu.

³⁰³ BNL,Codice n°457 da Col.Pombalina citado pelo General Cristovão Ayres na sua *História da Organização do Exército Português*.

Tenente Coronel Carlos Mardel³⁰⁴ (1695-1763), Mateus Vicente (1706-1785), Reinaldo Manuel dos Santos, José Monteiro de Carvalho, João Pedro Ludovice, e ainda Miguel Angelo Blasco.

A figura de proa deste núcleo de projectistas caberá certamente a Eugénio dos Santos e Carvalho que nascera em 1711, foi discípulo de Manuel da Maia na Aula de Fortificação, e entregou-se de corpo e alma nos trabalhos de reconstrução da cidade, vindo, ao que parece, a sucumbir precisamente por excesso de trabalho. Na realidade viria a falecer apenas com 59 anos em 1760, ainda oito anos antes do seu já idoso mestre, Manuel da Maia. A carreira de Eugénio dos Santos e Carvalho conferiu-lhe uma capacidade de peritagem e simultaneamente de autoridade profissional.

A discussão havida com Carlos Mardel, em volta da inspecção estrutural da Igreja de S. Bento em Lisboa para possível realojamento da Patriarcal, abonam a favor do seu profissionalismo, vistoriando cuidadosamente as obras sob a sua responsabilidade. Publicado nas

³⁰⁴ Em 1756, numa nota, a propósito de Manuel da Maia o reconhecimento da competência técnica por parte de Carlos Mardel, "além de serem Engenheiros de profiçam, são também na architectura civil os primeiros", em Frazão de Vasconcelos, *Eugénio dos Santos, Arquitecto da Lisboa Pombalina*, Imprensa da Armada, Lisboa, 1934.

*Providências*³⁰⁵, consta a carta do Patriarca de Lisboa para o Secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, “*agora chega à minha Barraca o Engenheiro Carlos Mardel, que por ordem minha foy examinar o estado em que se achava a Igreja de S. Bento, e se com o Terremoto passado tinha experimentado alguma ruína; e me segura que não a percebeo, nem a tem, e se acha tão segura, que ainda (do que Deos nos livre) se houvesse outro Terramoto, não experimentaria a menor ruína.*” O próprio Carlos Mardel afiança o mesmo no seu relatório a Sebastião José, “*tenho examinado a Igreja e Sacristia do Mosteiro de S. Bento miudamente e achey toda a Igreja em muito bom estado, sem ter recebido damno algum, e em excellente estado de servir; porem a Sacristia he a mais peyor, e incapaz de servir*”. O Secretário de Estado, fazendo fé na peritagem de Mardel logo ordenou então que se Instalasse o Patriarca e os serviços da Patriarcal em S. Bento, providenciando os respectivos meios, segundo as ordens de S. Majestade. Logo no dia seguinte à expedição da ordem do Ministro, datada de 17 de Novembro de 1755, a 18, logo surge ordem contrária em virtude da inspecção do Capitão Eugénio dos Santos e Carvalho. Este, logo comunicou ao Patriarca, “*depois de ter examinado o estado em que se acha a Igreja de S. Bento da Saude, onde se tem determinado construir a Patriarcal....e como he*

³⁰⁵ Amador Patricio de Lisboa, Op. cit., Consultar a *Providência X*, e os respectivos documentos nas

totalmente differente no seu parecer, do que já fiz presente a V.Excellencia por Carlos Mardel, me pareceo que com este aviso vá o mesmo Capitão Engenheiro Eugenio dos Santos representar a V.Excellencia o que entendo sobre esta materia, para poder ser presente a ElRey meu Senhor, antes de se dar principio ao que já se tinha resolvido, seguindo o parecer de Carlos Mardel, porque já esta tarde se tinha determinado pôr em execução”. Mantém contra a prévia inspecção de Mardel, que assegurava a condição estrutural do edificio, que todavia persistia um risco de ruína numa parede. “Passando o Capitão Eugenio dos Santos de Carvalho, portador desta, a examinar a Igreja de S. Bento, concordando com o Tenente Coronel Carlos Mardel na segurança do corpo e cruzeiro da mesma Igreja, se lhe fez suspeitosa huma parede da Capella mor, que sendo ordinaria se pode reparar com modica despesa; e sendo tão grave a materia da segurança dos Ministros que devem officiar na refeida Igreja.” Recomendando de immediato se procedesse à sua reparação o que foi feito. O modo de intervir assenta num pragmatismo profissional assente na

prioridade de um procedimento científico, assente na longa experiência profissional de Eugénio dos Santos e Carvalho³⁰⁶.

Na “*Conta que derão o Architecto, e Mestres à Excellentissima Congregação Cameraria*” apresentam a 19 de Novembro, a justificação técnica: “*E fazendo exame na parede de frontaria principal da Igreja, achamo-la as luas dos lados, que formão o corpo da Igreja, cada huma com sua fenda affastada da dita parede da frontaria quatro palmos pouco mais, ou menos; porém não he cousa, que tenha perigo. E examinando o tecto do corpo da Igreja, o achámos de maneira com varias taboas do forro despregadas nas suas extremidades, que necessitão serem repregadas; e porque o madeiramento, e cambotas, em que pregão, dizem os Reverendos Padres he feito há mais de trezentos annos, poderão necessitar de algumas cambotas; e para se fazer o dito reparo, necessita fazerse andame, e será da quarta parte da Igreja, por fazer menos despeza, e depois desta parte feita, se hirá correndo para diante até chegar ao fim da Igreja: poderá este reparo fazer a despeza de seis mil cruzados, pouco mais, ou menos.*”

³⁰⁶ A carreira de Eugénio dos Santos merece uma monografia, mas também porque através deste Engenheiro se testemunha a eficiência profissional dos projectista nacionais da época. Veja-se para mais, a *Chancelaria de D. João V*, Liv.101, fls325v., provisão, de 20 de Janeiro de 1742, de dispensa para carta de seguro; Livro 119, fls37v, padrão de tença, de 24 de Maio de 1749; Livro 121, fls.4, *Carta de Architecto Supranumerário das Obras dos Paços da Ribeira de Lisboa*, de 15 de Junho de 1750, e fls33v., Alvará de Mercê de 180\$000 por ano na Alfândega de Lisboa, de 12 de Junho de 1750. Decretamentos de Serviços: Maço n°102, n°9, e Maço n° 103, n°1, contendo públicas-formas e documentos originais referentes a Eugénio dos Santos e a seu filho José Manuel de Carvalho e Negreiros. Ordem de Cristo (Habilitações), Letra E. Maço 1, n°4. Cartório da Nobreza do Reino, Carta de Brazão de Armas atribuído ao filho de Eugénio dos Santos e Carvalho, José Manuel de Carvalho e Negreiros de 5 de Abril de 1784, e documentos do processo respectivo, como a sentença cível de justificação de sua nobreza. *Processos de Justificação de nobreza*, Maço19, n°17.

Examinámos também a parede, que faz tapûme à Capella mór, a qual achámos sacudida com algum perigo, o qual se pôde reparar, ou fazendo-lhe nova parede, ou entalando-a com vigas atravessadas por dentro, e por fóra em fôrma de gatilhos, o que fará tenue despeza: e na referida fôrma temos mostrado o que achámos na referida Igreja.”³⁰⁷

No mesmo relatório ainda inclui outra inspecção efectuada à Igreja do Mosteiro do Rato, onde uma vez mais se demonstra o modo pragmático e científico de intervenção numa emergência: “E depois deste exame fomos à Igreja do Mosteiro do Rato, a qual examinámos, e nella não achámos mais que a parede da empena, que está sobre o arco cruzeiro, com duas fendas nos prumos dos pilares do mesmo arco, cousa tenue, que ao nosso entender não tem perigo, nem o pôde ter, em quanto o dicto arco estiver em seu lugar; porque he feito de proposito para segurar a parede, que tem em cima; porém para excluir este receyo da ruina, que pôde haver, a qual não considero, faça-se hum tapûme no meyo do mesmo arco cruzeiro de madeira para o fortificar, e encostado a elle o Altar mór, e nos lados delle duas portas para uso da Sacristia. Por esta fôrma fica o arco livre de todo o perigo, e livre do escrupulo; e

³⁰⁷ Amador Patricio de Lisboa, Op. Cit., pp194, 195, 196 e 198

*juntamente o tecto da Capella-mór, porque este se apontoará de sorte, que não haja o minimo perigo, o qual fará tenue despeza.”*³⁰⁸

O relatório é assinado por Mateus Vicente de Oliveira, Teodósio Diniz Ferreira e Tomás de Aquino, sob indicações de Eugénio dos Santos e Carvalho. Compreende-se esta experiência vinda do “*Executor e Inspector de todas as Reaes obras de Architectura desta Corte*”, nomeação de 1747 que fez dele um dos seis medidores de tudo o que pertencia ao Real Serviço. Os seus méritos tinham merecido o reconhecimento do próprio Rei que o dispensara do impedimento formulado por não apresentar provas consideradas suficientes para a habilitação, autorizando-o por merecimento a receber o hábito de Cristo.

O húngaro Carlos Mardel, estava radicado em Portugal desde 1733, tendo sido o arquitecto responsável pelos palácios reais e pelas edificações das ordens militares por nomeação de D.João V. Participou em obras importantes como o Cais da Pedra e na fábrica do Aqueduto das Águas Livres. Já tinha colaborado com Manuel da Maia em 1756, mas será um importante colaborador de Eugénio dos Santos, com o qual será também autor do desenho da Baixa pombalina. Após o falecimento de Eugénio dos

³⁰⁸ Idem, Ibidem, p.196

Santos, será Carlos Mardel que o substituirá na direcção dos trabalhos de reconstrução da cidade até 1763, ano em que também viria a falecer.

Será o introdutor de alguma variação nos planos iniciais, cabendo-lhe a delineação da arquitectura dos edifícios da Praça do Rossio, nomeadamente do Palácio da Inquisição e na única diferenciação do programa arquitectónico.

Manuel da Maia será o terceiro técnico a desaparecer após um serviço hercúleo e propecta idade em 1769, sendo substituído na direcção dos trabalhos como Engenheiro-Mór do Reino, por Miguel Blasco, Engenheiro e General de Infantaria de origem Genovesa.

A outro Engenheiro, José Monteiro de Carvalho, tinha sido cometido a tarefa delicada de demolição das estruturas perigosas ou que ofereciam afronta ao plano, tendo logo recebido a alcunha do “*Bota abaixo*” em resultado da sua actividade. Em 1751 exercia o posto de Ajudante de Infantaria com a patente de Engenheiro para a Província de Trás-os-Montes. Tendo sido chamado a Lisboa, em 1756, recebe a categoria de Capitão Engenheiro, responsável pela traça do Bairro de Alfama. Quando faleceu em 1780, acumulava prestigiosos encargos com o posto de

Sargento-Mór de Infantaria, o de exercício de Engenheiro, Arquitecto das obras do Conselho da Fazenda e Arquitecto do Senado de Lisboa.

O filho do arquitecto de Mafra, João Pedro Ludovice, teve um importante encargo nas obras da reconstrução da cidade, tendo herdado o cargo de Arquitecto-Mór do Reino por falecimento de seu pai, coube-lhe o desenho da nova Basílica Patriarcal, iniciada a levantar-se a partir de 1756 sobre as fundações do Palácio Tarouca, à Cotovia.

Também oriundo da Escola de Mafra e do Palácio de Queluz, colaborou o veterano Mateus Vicente, nascido em 1700 e falecido em 1786. Coube-lhe, por morte de Eugénio dos Santos, o cargo que aquele ocupava como Arquitecto das Obras do Senado de Lisboa, sendo o autor do projecto da Igreja de Santo António à Sé e o responsável pela conclusão e alterações das obras da Igreja da Memória, delineada inicialmente por Giancarlo Bibiena.

Outro Arquitecto das Obras de Queluz, Reinaldo Manuel dos Santos, de mesma idade que Mateus Vicente, veio também a participar activamente nas obras de reconstrução da cidade, vindo a ser responsável pelo traçados da parte a norte do Rossio, desenhando o Passeio Público do Rossio sobre as Hortas da Cera em 1764.

Joaquim Carneiro da Silva (1727-1818) quando promovido na Aula de Desenho, auferindo melhor salário encetou uma viagem a Paris onde a 25 de Novembro de 1768 adquiriu a edição de Vinhola, comentada por Charles D'Aviler (1653-1701) que com base nela elaborou um tratado seu³⁰⁹. Testemunha do entusiasmo e procura que vinha ganhando também em Portugal este autor, de par com o manual prático do “*Cours de Blondel*”, que no estabelecimento das proporções das ordens propunha um sistema de maior praticabilidade, facilitando uma ponte entre uma erudição e uma cultura de oficina³¹⁰. Prova disto mesmo são as sucessivas edições académicas, dirigidas aos “*proprietários*” ou aos “*carpinteiros*”. Assim o ano de 1787, recebe duas edições portuguesas do tratado de Vinhola.

Não que testemunhasse qualquer anacronismo ou atavismo português, mas significava uma adopção por parte portuguesa da alternativa pragmática à cultura paladiana de maior erudição igualmente em voga nos alfobres do neoclassicismo.

³⁰⁹ Por uma feliz coincidência viémos a adquirir para a nossa colecção esta obra precisamente no exemplar que pertenceu a Joaquim Carneiro da Silva e por ele próprio datado, 25 de Novembro(?) de 1768 e assinado, trata-se da versão de Charles D'Aviler, *Cours d'Architecture qui comprend les Ordres de Vignole avec les commentaires, des figures et les descriptions des plus beaux batiments, e de ceux de Michel-Ange*, Paris, 1760

³¹⁰ José Calheiros de Magalhães e Andrade, *Regras das Sinco Ordens de Architectura, segundo os princípios de Vignola*, Coimbra, 1787, Prologo, flsI, “*com efeito o methodo com que este Author distribue as suas medidashe muito facil de se comprehender, e de se pôr em pratica.*”

A *Gazeta de Lisboa* de 29 de Setembro de 1787, número XXXIX, 2º suplemento, dá notícia dos livros que “*Sahirão há luz*”³¹¹ a edição da tradução por José Carlos Binheti, na oficina de José d’Aquino Bulhões em Lisboa: “*Regra das Cinco Ordens de Architectura de Jacomo Barozzi de Vinhola, com hum acrescentamento de geometria pratica e regras de prespectiva de Fernando Galli Bibiena, traduzidas por Joze Carlos Binheti, Lisboa, Na Officina de Joze d’Aquino Bulhoens, 1787*”.

Outra edição surge em paralelo em Coimbra. De facto trata-se de uma versão mais conforme ao tratado original de Vinhola, vertido em português com subtis e limitadas intervenções no texto exceptuando o comentário final, “*Ensaio sobre as Sinco Ordens de Architectura*”. A obra “*Regras das Sinco Ordens de Architectura segundo os Principios de Vignhold*”, procura ter uma direcção mais institucional³¹². Na verdade encontra-se dedicada ao Bispo de Coimbra D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, do Conselho de Sua Majestade. Reclama o autor, o Bracarense José Calheiros

³¹¹ Veja-se o capítulo III de Eduardo Alves Duarte, *Carlos Amarante (1748-1815) e o Final do Classicismo, um Arquitecto de Braga e do Porto*, tese de Mestrado sob a orientação de Rafael Moreira, editada pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, 2000, p75.

³¹² Na realidade esta obra veio a ser recebida com esta referência, sendo por cinco vezes editada durante todo o século XIX, a 1ª edição data de 1787, a segunda de 1830, a terceira de 1842, a quarta de 1858, e a quinta em 1872. A partir de 1841 passou a conviver com uma nova edição de maior rigor no desenho da autoria de José da Costa Sequeira.

de Magalhães e Andrade, na dedicatória ao ilustre patrono, *“Entre as artes, que apesar do fervoroso zelo com que o Senhor Rey D. Jose Primeiro de gloriosa memoria se empenhou no restabelecimento das letras em Portugal, se não virão de novo cultivadas, foi huma a Architectura civil”*. O autor sabia bem quanto o entendimento científico e a política pragmática de reconstrução fizera dominar as teses da Engenharia sobre a Architectura, entendida numa concepção de referência a arquétipos formais e não a um produto do ensino da Engenharia, sob a abstracção do cálculo, da geometria e da lógica das ciências. Fazendo disso mesmo evidência afirma de seguida, *“A gloria de restaurala estava rezervada para a nossa Augusta Soberana, que na sua Capital acabada há pouco de instituir huma Academia aonde peritos professores ensinão á mocidade Portugueza os verdadeiros principios da arte dos Vitruvios, dos Vignholas, e dos Paladios”*.

Na realidade estas obras permitiram fornecer uma formação básica que na sua simples aproximação como complemento pouco mais adiantavam como simples acentuações de ritmos e hierarquias architectónicas. A geração da Architectura seria na realidade aberta com o refrescamento trazido por José da Costa e Silva (f. 1819, no Brasil), que estudara na Academia Clementina de Bolonha e saíra classificado pela Academia de

S. Lucas de Roma. Com esta renovação, apesar de tudo protagonizada por um Engenheiro no norte do país, Carlos Amarante, o pragmatismo científico que atingira o seu auge na geração pombalina, era substituído pelo protagonismo da arte, isto é da Arquitectura.

A crise sofrida no início do século XIX, com as invasões francesas lançará por terra a prometedora influência dos arquitectos neoclássicos. A ausência da Família Real no Brasil, as devastações das invasões, a guerra, e depois a crise política que lhe sucedeu, colocará o país num estado de abandono dos seus monumentos e património que merecerá críticas e desesperos de distintos eruditos, protagonizados nomeadamente por Alexandre Herculano e Almeida Garrett.

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

***UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO
NACIONAL***

CAPÍTULO QUARTO:

A EXTINÇÃO DAS ORDENS RELIGIOSAS E OS MONUMENTOS

1: A extinção das Ordens Religiosas em Portugal

O processo da extinção das Ordens Religiosas em Portugal, revela-se muito importante de considerar para a nossa reflexão sobre os monumentos. De facto, desde a fundação no século XII, que Portugal pertence ao Orbe da Cristandade, em que as Ordens Religiosas tiveram um papel estrutural e activo na fundação do próprio reino, na sua conservação e administração, na educação e divulgação das técnicas da agricultura, no apoio social e hospitalar, nos registos, nas crónicas e no direito, e enfim na formação própria de toda uma arquitectura cultural e até de certo modo “*genética*”, definida “*Lusitana*” por Resende e representada por Camões.

Na verdade D. Afonso Henriques logo desde os primeiros tempos, escreveu a S. Bento para que fomentasse a sua ordem em Portugal.

A primeira Dinastia, a partir de D. Afonso III conseguirá pacificar o reino com a presença de grandes territórios conventuais no centro, Beneditinos e Templários, protegendo a nova corte Afonsina lisboeta, da momentânea revolta dos senhores de entre Douro e Minho; para sul, as Ordens Religiosas Militares igualmente tamponavam em segurança a

nova capital do reino. Entretanto administravam grandes territórios, promovendo a agricultura e arroteando os bosques e matas convertidos a solos aráveis.

Nesses conventos reuniam-se bibliotecas, aulas, preservava-se o latim, efectuavam-se registos, calendários, balizava-se o tempo através das festividades religiosas, e formavam-se as primeiras escolas de artes e de arquitectura.

Na tradição, o ingresso nas Ordens fazia-se através de um dote para o convento, tal como por falecimento se deixavam bens que permitissem instituir à perpetuidade a celebração de missas para salvamento das almas no purgatório.

Em ambos os casos os Conventos recebiam bens líquidos mas sobretudo na maior parte tratavam-se de bens imóveis e de rendimento, que por virtude de boa administração, viriam a garantir também os rendimentos perpétuos para as missas e para o clero.

Até à extinção dos Morgadios definitivamente em 1863, muitas vezes a solução de preservar a dignidade social da família e o trem de vida dos filhos segundos, era precisamente através do ingresso nos conventos ou prossecução de uma carreira eclesiástica.

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

Por maioria de razões os conventos correspondiam também a umas das possíveis alternativas de preservação ou aquisição de uma dignidade social ou até simplesmente humana, para muitas filhas de famílias fidalgas ou até plebeias.

Não será portanto difícil de entender o extraordinário acervo imobiliário que representaria o património das Ordens Religiosas em Portugal, acumulado desde a nacionalidade no século XII, apesar das variadas restrições que ao longo dos reinados se impunham às doações e legados.

De um modo geral representariam à partida as melhores terras de cultivo, as mais bem irrigadas e com infra-estruturas que só a Igreja poderia implementar, pela preservação ao longo das gerações. Depois, o espólio riquíssimo, ouro, prata e pedrarias, das alfaias religiosas acumuladas também através dos séculos, por doações, legados, testamentos, promessas, etc. Acresce ainda um extraordinário acervo de registos escritos, única estatística existente dos séculos extintos, através de diários, calendários, crónicas e memórias, efemérides, etc.

Junto a esta documentação habitualmente preservada no zelosamente fechado scriptorium, emparceiravam códices antigos, cópias arcaicas de



livros sagrados, códices antigos gregos, latinos, visigodos, árabes e judaicos, sobre os mais variados temas, desde a bíblia, a textos da história sagrada, vidas dos santos, história, literatura, filosofia, e medicina.

Com o avançar das idades e o surgimento da imprensa as Ordens Religiosas acumularam grandes bibliotecas que fundamentavam os ensinamentos que se praticavam.

A biblioteca de Santa Cruz, por exemplo era famosa em toda a Península. De par surgiram pinturas sagradas para ornamento dos espaços de celebração, surgiram os retratos de personagens, as iconografias diversas que de uma forma ou outra, pintada esculpida ou arquitectada, revelavam o protagonismo na propaganda da Fé e dos Evangelhos, a Igreja como um livro que se lê, num tempo em que os letrados eram escassos, mas também associava inegável valor artístico e patrimonial, apanágios próprios da “*Casa de Deus*” – *Ad maiorem dei gloriae*.

Acumularam também as Ordens Religiosas muito mobiliário histórico, e recheios de artes decorativas, que vinham sendo arrecadados ao longo dos séculos, mas também preservados pela imobilidade das estruturas que as continham.

Numa expressão, em nosso entender bem ilustrativa de um verdadeiro testemunho do percurso da humanidade, os conventos eram verdadeiras “*Arcas de Noé*”, contendo um pouco de todos os registos de uma inteira nacionalidade, percorrendo-a na vertical.

Na visão da Igreja, inspirando-se no direito romano, as coisas consagradas e religiosas ficavam fora do comércio jurídico. De acordo com as Constituições de Leão e Justiniano a *res sacra* encontra-se fora da possibilidade de alienação. Na reforma de Constantino consolidou-se na figura do Bispo a titularidade das coisas sagradas. “*Os Santos Padres e os Concílios ampliam o conceito de res sacra para referi-lo a todo o património eclesiástico, sem reservá-lo unicamente para os objectos de culto.*”³¹³ Em resultado dos abusos perpetrados na administração dos bens eclesiásticos durante o século IV, a Igreja desenvolveu normativas com o intuito de limitar essas acções no Concílio de Antioquia (314), no Concílio da Igreja Africana (398) e nas Constitutiones Apostolorum de finais do sec.IV, “*O Concílio de Cartago (401) estabelece pela primeira vez a proibição de vender os bens da Igreja*”³¹⁴ e “*Na Igreja romana, proíbe-se a venda de bens eclesiásticos numa Carta de São Leão Magno (460-*

³¹³ Manuel Saturino da Costa Gomes, *Legislação Eclesiástica sobre Património Cultural*, Lisboa, 1995, p.119

³¹⁴ *Idem*, *Op.cit.*, p.120

461), exigindo-se *tractus et consensus clericorum* para a alienação. Também com S. Gelásio (401) e no Concílio Agatense (506).”³¹⁵ Assim, a inalienabilidade dos bens eclesiásticos e o seu afastamento do comércio dos homens, resultava da sua identificação com as coisas sagradas (Decreto de Graciano 1140), pois que destinavam-se a assegurar o Culto, a dignidade do Clero e garantir a assistência aos necessitados: “*Este património, atribuído no seu conjunto a Deus (C.XII,q.II,c.1), à Igreja em geral (C.XII, q.II, c.70) e aos pobres (C.XII,q.II,c.59), estava defendido por normas severas: a sua usurpação era castigada com a excomunhão (C.XII,q.II,c.4), assim como o administrador que se aproveitasse desses bens para proveito próprio; proíbe-se a sua cessação em geral ou venda sem observar determinadas formalidades (C.X,q.II,c.1).*”

Do ponto de vista da Igreja a inviolabilidade do património sacro e o seu afastamento do vulgar comércio dos homens punia com a excomunhão toda e qualquer atentado a esse património ultrapassando os procedimentos previstos na acumulada normativa eclesiástica.

Quando os liberais de 1820, impregnados das ideias inflamadas da Revolução Francesa, atacavam em nome da Liberdade, Igualdade e Fraternidade, as antigas instituições no seu racionalismo positivista liberal,

³¹⁵ *Idem, Ibidem*, p. 120

nivelaram os defeitos e esqueceram as virtudes. Um surto de ódio iconoclasta, que levantava das profundidades mais primárias do ser humano conduzia a uma cega destruição de tudo aquilo à face da terra que recordava as duas classes *opressoras*, a nobreza e clero. Como seria inevitável, tudo, de um modo ou outro, tinha sido promovido por essas classes, tudo sendo então saqueado e destruído durante e após a Revolução Francesa, como se tratasse de um espólio de pestífero a ser purificado pelas chamas.

As ideias da revolução foram um outro tipo de Inquisição, desta vez dirigida aos próprios povos. A destruição dos palácios, das residências nobres, dos castelos, mas também dos conventos, das igrejas e de todos os sinais que de um modo ou outro mencionassem um brasão ou uma cruz, símbolos da antiga trilogia social. Nessa voragem poucos se aperceberão de início que estavam a destruir a sua própria herança e o talento colectivo de todo um povo, que afinal era o grande actor e autor anónimo dessas obras magníficas, desses registos de genialidade, afinal os mais dignos símbolos do poder nacional.

A iconoclastia foi sempre em termos históricos um exorcizar de fantasmas tenebrosos, em que o génio da humanidade é dominado por

um momentâneo regresso cego a primitivas fórmulas de inconsciência, para ser rapidamente substituído por apatia ou reacção adversa.

No quadro que representava ainda o acumulado histórico do terramoto de 1755, seguido depois das invasões francesas e da ausência da Família Real no Brasil, acrescendo ainda da guerra civil, a crise nacional levou os políticos a cobiçar o património da Igreja como último recurso para a uma reconstrução da nacionalidade.

As mentalidades estariam de certo modo politicamente preparadas a admitir tamanha nacionalização e a aceitar que o Estado Laico subscrevesse em nome da Liberdade, Igualdade e Fraternidade as funções anteriormente exercidas pelos monges. Para mais, conforme Rousseau (1712-1778) demonstrara o Homem era naturalmente bom e portanto as novas instituições jamais se viriam a perverter, esse era um defeito próprio do absolutismo e do monaquismo.

A aproximação do problema começa ainda no Porto pelos Liberais, criando, por bem, através do Decreto de 12 de Dezembro de 1832, uma *“Comissão que se encarregue da arrecadação e guarda das livrarias, alfayas e outros efeitos pertencentes aos Conventos e Mosteiros da Cidade do Porto, assim como à conservação dos edificios e administração dos referidos bens”*.

Avançava-se discretamente todo um projecto, recolhendo sob a douda supervisão de uma comissão, as livrarias e alaias religiosas. A ideia de conservação dos edifícios demonstrando um zelo justo, afinal não será cumprida, como se verá mais tarde pelas desesperadas e arrependidas queixas, inclusive dos mais ilustres e idealistas protagonistas da mais impressionante derrocada cultural, verdadeira avalanche que seguiu a extinção definitiva das Ordens Religiosas.

Por Decreto de 30 de Abril de 1833, procedeu-se à “*extinção do Convento de S. Eloy e seus bens declarados Bens Nacionaes e incorporados nos da Nação por proposta da Comissão Administrativa dos Bens dos Conventos abandonados.*” Claro está que a comissão procedia à preservação, substituindo-se à tutela do imóvel e respectivos bens no espírito da sua conservação, conforme o anterior Decreto. O próximo passo tornava-se mais vizinho, perante uma quase ausência de vozes condenatórias. Entretanto começava-se por nacionalizar aqueles que foram “*abandonados*”.

Por Decreto de 15 de Maio de 1833, dá-se a “*extinção de todos os Conventos, Hospícios e Mosteiros abandonados sendo os bens incorporados nos Bens Nacionaes*”.

Demonstrando o espírito com que se faziam estas medidas indiscutivelmente políticas, o progressismo anti-clerical, apoderava-se

da figura do Marquês de Pombal como um sincretismo simbólico e representativo, no acto da expulsão dos jesuítas, considerado como um claro gesto anti-clerical. Assim entendemos a “*urgência*” em recolocar a figura do grande ministro de Dom José (1714-1777) de volta ao monumento do Terreiro do Paço.

De facto a figura do Marquês tornara-se num pesadelo para o *revirálho* de D. Maria I (1734-1816) que não só aceitara o afastamento do Marquês das responsabilidades governativas, como inclusive se mandara retirar o medalhão de bronze representando a efígie do ministro colocada na base da estátua equestre de seu pai, o Rei D.José.

Mas o Decreto de 10 de Outubro de 1833, diligentemente, “*ordena que seja reposta no mesmo lugar que ocupava na Estatua Equestre do Senhor D. José, a imagem em Bronze do Marquez de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Mello*”. Assim, seria inocente pensar que a reposição da figura do Marquês na base da estátua necessitasse o esforço de um Decreto, num Portugal destruído por guerras fratricidas.

É assim indiscutível ser o símbolo primário que se almeja, não se discutem as razões ou inclusive a profunda dedicação de Sebastião José ao Absolutismo, razão precisamente pela qual, conjuntamente com as

coroas absolutistas da Europa combatem a possibilidade de eleição de um Papa Jesuíta que se sobreporia a essas monarquias. Todavia transmite-se uma ideia revolucionária e racionalista de um Pombal anti-clerical, e nesse espírito aproveita-se para lançar o maior ataque à Igreja, desde Henrique VIII (1491-1547) na Inglaterra do século XVI ou da Revolução Francesa.

Mousinho da Silveira e grande amigo de Alexandre Herculano, responsável pelo projecto de nacionalização dos bens das Ordens Religiosas será apelidado de “*Mata Frades*”, pela autoria do projecto do decreto que extinguiu as Ordens Religiosas em Portugal..

Com o Decreto de 21 de Janeiro de 1834 o Estado , “*ordena que o Convento de Mafra seja d’ora em diante a morada dos Conegos Regrantes de Stº Agostinho, que sairão do Real Mosteiro de S.Vicente de Fóra. Este Mosteiro e respectiva Igreja, sacristia, Alfaias, Cerca, e mais prédios ficam incorporados nos próprios da Nação. O Cardeal Patriarcha e seus sucessores, residirão no dito Mosteiro, e allí estabelecerão Seminario, Aula, Câmara Ecclesiatica, etc?*”.

Sucedendo a este Decreto a 24 de Janeiro, uma ordem do Governo que “*manda pôr em venda, mediante as formalidades do estilo, todos os Bens de Capellas vagas, procedendo-se pelo Tribunal do Thesouro Publico às devidas avaliações*”. Tratava-se de recolocar no mercado, bens imóveis que estavam a servir

em perpetuidade o serviço de Missas. Em resultado da vacância dessas capelas, essas propriedades já nada serviam, assim o Estado ao nacionalizar, arrecadaria o produto da venda a favor do Erário Público.

Quatro meses depois é aprovado o célebre Decreto de 28 de Maio de 1834 que *“Extingue geralmente em todo o Reino de Portugal, Algarve, Ilhas Adjacentes e Domínios Portuguezes, todos os Conventos, Mosteiros, Collegios, Hospícios, e quaesquieres casas de religiosos de todas as Ordens Regulares, seja qual fôr a sua denominação, instituto, ou regra. Os bens que dizem respeito às mesmas Ordens ficam incorporados nos proprios da Fazenda Nacional”*.

Entretanto, Joaquim António de Aguiar (1792-1884) efectuou um Relatório ao Conselho de Estado sobre este assunto. Seguindo-se uma Portaria de 3 de Junho, passado somente uma semana, recomendando *“a prompta execução do Decreto de 30 de Maio³¹⁶ passado, que manda incorporar nos proprios da Nação os bens de todos os Conventos, Mosteiros, Collegios, Hospícios e quaesquer casas de Religiosos de todas as Ordens Regulares”*. Junta-se a esta Portaria umas *“Instrucções”³¹⁷* para o cumprimento do supracitado Decreto.

³¹⁶ Aliás é de 28 de Maio e não 30, de onde virá toda esta pressa?

³¹⁷ *Actas do Conselho de Estado*

Num tempo em que todos os modernos meios de comunicação eram inexistentes, em que se circulava a cavalo, de mula, de diligência, á vela durante meses para África e Oriente, como entender este rebate de aplicação urgente de um Decreto, reforçado por uma Portaria seis dia depois? Será a vontade de tornar uma tal decisão irreversível perante o Conselho de Estado? Será para garantir a rápida concessão do empréstimo efectuado em Londres, demonstrando o Estado a sua imediata capacidade de realização de proventos? Seria para que os religiosos não tivessem tempo de salvar os respectivos tesouros?

As razões políticas ficam à análise do Historiador. Na nossa reflexão, importa reconhecer apenas que, na prática, não se acautelou a transferência, o inventário e a preservação de um espólio de seis séculos de nacionalidade.

Sem dúvida alguma que a Extinção não se fazia por questões de defesa do património que representavam os Conventos, Mosteiros, Capelas, Hospícios, Casas, etc. Aliás está perfeitamente patente a incapacidade de inventariar e arrolar devidamente o espólio resultante do Decreto de 28 de Maio, como comprovam ainda as críticas que se faziam em 1875, passados 41 anos!.

A 18 de Junho seguia-se uma outra Portaria que previa a *“Entrega na Bibliotheca Publica das Livrarias dos Conventos supprimidos, e todos os mais objectos de Artes e Sciencias pertencentes aos referidos Conventos”*.

Esta Portaria em particular seria a grande responsável pela outra parte de destruição que o Terramoto não atingira. Dispersados os arquivos, amontoados os livros nas caves e salas húmidas, de espaços improvisados, trazidos em carroças sujeitas á intempérie, as telas desenteladas e enroladas, acabariam a fazer de capacho³¹⁸ nos corredores....mas adiante daremos essas descrições.

A Portaria de 19 de Junho ajudava a esta destruição com a dispersão do mobiliário, de cadeirais, e outros ornamentos, com a *“Venda de todos os Bens moveis e semoventes dos Conventos extinctos excepto os objectos que serviam imediatamente ao Culto Divino.”*

Uma Portaria de 20 de Junho de 1835, *“dirigida ao Cardeal Patriarcha Ordenando-lhe que expeça as necessárias Ordens para serem conservados os Templos, que ou devem servir de Parochias, ou que para maior commodo dos fieis, convier que fiquem substituindo como Capellas.”* Trata-se de uma lei encerrando uma certa perversão da parte de quem depois de nacionalizar os bens e naturalmente

os rendimentos, vem agora pedir que o espoliado ainda faça as obras... Na verdade torna-se surpreendente como por vezes os mais bem intencionados idealistas e políticos, caem nos mais tristemente recordáveis actos de lesa-pátria como os caracterizará Alexandre Herculano..

Ainda em Portaria de 20 de Julho se dão mais instruções para a arrecadação dos bens das Ordens Religiosas.

O Ministro do Reino Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque, através de uma circular de 19 de Fevereiro de 1836, vem convidar a “*Academia Real das Sciencias de Lisboa a formar uma relação de todos os edificios pertencentes às extinctas ordens regulares, e hoje incorporados nos Bens da Nação, que se fazem notaveis pela epoca da sua fundação, factos históricos com que tem intima relação, monumentos funebres, ou reliquias de homens celebres que encerram, ou finalmente pela sua architectura, e por qualquer d’estes motivos se tornam dignos de ser conservados, e entretidos por conta do governo como monumentos publicos*”... Tratava-se de cometer à Academia Real das Ciências, que tivera novos Estatutos através do Decreto de 15 de Outubro de 1834, a tarefa de inventário, justificando-se os políticos com uma delegação, que ficará por cumprir... Nas intenções idealistas e puras de Mousinho, recordando-se da lição do Abade

³¹⁸ Cf. com o Relatório de 1844, de José Feliciano Castilho Barreto e Noronha, Cap.XV, citado por

Grégoire, sabia bem que a herança patrimonial era verdadeiramente nacional. Opinião não partilhada pela cupidez dos políticos cujos interesses almejavam conseguir arrematar discretamente em leilão e por bom preço, esses patrimónios. O inventário seria uma péssima publicidade e atrairia a concorrência....

A Portaria de 30 de Dezembro de 1836, autorizava a “*Academia de Bellas Artes de Lisboa*” a “*receber da Comissão encarregada do deposito das Livrarias dos extinctos conventos, os quadros existentes naquelle deposito.*”

Pouco depois começam a chegar as notícias de assaltos a Igrejas, de mais execuções de bens e emergências de reparações, como as da Batalha.

Testemunhámos assim, do ponto de vista da legislação e seguindo as decisões políticas tomadas e constantes nas *Actas do Conselho de Estado*, como decorreu o processo de extinção das Ordens Religiosas em Portugal.

Surge como inevitável a conclusão de tratar-se de uma lógica política, assente nos radicalismos, dogmatismos revolucionários e anticlericais, nos poderosos argumentos económicos, que justificavam reintegrar no circuito das trocas comerciais bens de *mão-morta*, e ainda a amortização dos pesados encargos dos empréstimos ingleses.

O facto é que arrastou também os idealistas liberais como Garrett, Mousinho e Herculano, que perante o catastrófico resultado destas decisões, rapidamente tomarão o lado de uma crítica frontal.

Mousinho será a primeira vítima do seu idealismo morrendo em consequência de ferimento grave na sangrenta Batalha de Torres Vedras, deixando todavia atrás de si a responsabilidade da promoção do primeiro restauro de um monumento em Portugal, dentro do moderno conceito de “*restauro*”³¹⁹.

Garrett exorcizará com frequência essa sua mágoa, fazendo-o de forma brilhante nas *Viagens na Minha Terra*, capítulo XIII, a sua obra mais portuguesa e mais conhecida. Garrett sabia bem essa simbiose profunda que existia entre esses clérigos e a nacionalidade: “*Dos Frades em geral*”: “*Frades...Frades...Eu não gosto de frades. Como nós os vimos ainda os deste século, como nós os entendemos hoje, não gosto deles, não os quero para nada, moral e socialmente falando.*” Mas logo a seguir vem então o rebate, “*No ponto de vista artístico, porém, o frade faz muita falta. Nas cidades, aquelas figuras graves e sérias,*

³¹⁹ Veja-se adiante o capítulo que se dedica ao seu percurso e posicionamento ideológico nesta área; deste autor a obra póstuma: *Memória Inédita acerca do Edifício Monumental da Batalha*, Leiria, 1854; veja-se as obras mais recentes e actualizadas de Maria João Baptista Netto, James Murphy e o Restauro de Santa Maria da Vitória no século XIX, Estampa, 1997; e Clara Moura Soares, O Restauro do Mosteiro da Batalha, Magno, 2001

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

com os seus hábitos talares, quase todos pitorescos e alguns elegantes, atravessando as multidões de macacos e bonecas de casaquinha esguia e chapelinho de alcatruz, que distinguem a peralvinha raça europeia — cortavam a monotonia do ridículo e davam fisionomia à população. Nos campos, o efeito era ainda muito maior: eles caracterizavam a paisagem, poetizavam a situação mais prosaica de monte ou de vale; e tão necessárias, tão obrigadas figuras eram, em muitos desses quadros, que sem elas o painel não é o mesmo. Além disso, o convento no povoado e o mosteiro no termo animavam, amenizavam, davam alma e grandeza a tudo: eles protegiam as árvores, santificavam as fontes, enchiam a terra de poesia e de solenidade. O que não sabem nem podem fazer os agiotas barões que os substituíram?

Garrett sabe bem que a cultura não virá dos “barões” que substituíram os frades, aliás no seu jeito muito próprio de sarcasmo, “*È muito mais poético o frade que o barão. — O frade era, até certo ponto, o Dom Quixote da sociedade velha. O barão é, em quase todos os pontos, o Sancho Pança da sociedade nova.*” Adiante ainda acrescenta à caracterização “*O barão é, pois, usurariamente revolucionário e revolucionariamente usurário*”...e o arrependimento não se faz esperar, “*Ora, sem sair dos barões e tornando aos frades, eu digo que nem eles compreenderam o nosso século, nem nós os compreendemos a eles...Por isso, brigámos muito tempo; afinal, vencemos nós, e mandámos os barões a expulsá-los da terra. No que fizemos uma*

sandice como nunca se fez outra. O barão mordeu no frade, devorou-o...e escondeu-nos a nós depois.”

Conscientemente perdedor termina, “*Com que havemos nós agora de matar o barão?*”...mais adiante, “*Mas o frade não nos compreendeu a nós; por isso morreu, e nós não compreendemos o frade; por isso, fizemos os barões, de que havemos de morrer.*”

Diz ainda Garrett em jeito de epílogo de um pensamento , “*O Progresso e a Liberdade perdeu, não ganhou. Quando me lembra tudo isto; quando vejo os conventos em ruínas, os egressos a pedir esmola e os barões de berlinda, tenho saudades dos frades?*”...

Estas passagens ilustram perfeitamente a mágoa de Almeida Garrett e mais merecem que se leia todo o capítulo, é um *mea culpa* evidenciando a precipitação política e também denotando uma saudade, evidenciada aos olhos de um verdadeiro homem culto, esteta e amante da sua terra, como Garrett.

Alexandre Herculano rapidamente da tribuna de *O Panorama* soltará duras críticas ao abandono e desacato a que o estado deixará chegar os monumentos, ele que no Porto fez parte das primeiras comissões que andavam a arrecadar as livrarias dos conventos extintos. Valorizará numa linha que traduz a recuperação patrimonial ligada à dimensão histórica,

na linha de um Chateaubriand, de um Guizot e da geração de Louis XVIII, indo parar em posições próximas de Ruskin na defesa da vetusta dignidade dos monumentos.

Mas, muitos outros autores nos darão notícia das barbaridades e destruições decorrentes da extinção das Ordens Religiosas.

Numa plaquete de 1900, editada em Lisboa, e da autoria de Gabriel Pereira³²⁰, da Bibliotheca Nacional de Lisboa, com o título *Notícia dos Retratos em Tela*, o insigne investigador vem dar-nos conta de uma outra tragédia.

Procurando o talentoso Gabriel Pereira, na introdução, demonstrar que os retratos em tela são um repositório de informações extraordinárias, incluindo também aquelas pinturas que não sendo boas, mas, todavia de um modo ou outro acabam por esclarecer um detalhe, um pormenor, acrescentar uma informação, ou completar um conhecimento, etc.

“Também ha máos; estes ainda podem valer como documentos historicos, mas que teem lettreiros com dados biographicos, que noutra parte se não topam; e ainda com acessórios,

³²⁰ Gabriel Pereira, *Notícia dos Retratos em Tela*, BNL, 1900.

*moveis, tecidos, rendas, edificios formando fundos, insignias, etc., que são exemplares unicos. E um accessorio d'estes póde dar a uma pessima pintura valor consideravel*³²¹.

Refere-se ao capítulo XV do Relatório de 1844 de José Feliciano Castilho Barreto e Noronha, na altura director da Biblioteca, que nos descreve o modo com que se “*providenciou*” a arrecadação dos bens em favor do Estado.

Com o título, “*Depósito dos Painéis dos Extinctos Mosteiros*” descreve o seguinte: “*Esta secção foi também aggregada á bibliotheca nacional sem a minima addição de meios, nem de pessoal, nem de numerario. A academia das bellas-artes escolheu os melhores quadros para seu uso, talvez cerca de 500, foram entregues a varios estabelecimentos uns 400, e o resto foi confiado a esta repartição. (Vê-se por estes números o que era a enorme collecção!). Esse resto, de que não ha catalogos, que tal nome mereçam, sóbe ainda hoje, apesar de tudo, a 991 quadros, exceptuando os que estão em rolos (dos quaes a maioria, é verdade, de infimo valor); mas esse resto fui eu achar amontoado em desordem n’um corredor, que a academia das bellas artes imprestára, com janellas sempre abertas; expostos a todas as inclemências; calcados aos pés pelas pessoas, que tinham de entrar no dicto corredor; e emfim, na sua maior parte, já completamente estragados e inuteis. Mas ainda bastantes tinham tido a fortuna de*

³²¹ Idem, Op. cit, p.1

*resistir ao vandalismo, que presidia a semilhante arrumação; tractei logo de salvar o possível, enquanto era tempo.”*³²²

Mais adiante dá-nos outras notícias impressionantes, de catastróficas que são, “Entre estes painéis, muitos ha, com sentimento o digo, de valor, e completamente perdidos, por os haverem transportado enrolados, ou dobrados, deixando-os assim durante uns poucos de annos, poi só agora pela primeira vez foram todos abertos. Entretanto, apesar de grande numero estar inutilizado, não consinto em que um se destrua, e vou guardando até esses inuteis panos.”

A página 137 do Relatório, “Deposito dos painéis. Vandalicamente amontoados num corredor aberto, calcados aos pés, e já em grande parte destruidos, salvei mais de mil de ulterior deterioração, formando no andar superior do edificio uma extensa e commoda galeria onde todos os quadros estão suspensos convenientemente”

Dez anos depois segue-se o testemunho de José Barbosa Canaes de Figueiredo Castello Branco³²³ sobre o mesmo tema, “De todos esses quadros uns tinham ainda moldura, e outros estavam enrolados, e pela maior parte padeciam ruína, ou principio della; e de grande porção ou apenas existiam as lonas (a muitos dos enrolados, quando se abriam, estalou e se desfez toda a pintura), ou não eram já mais

³²² Idem, Ibidem, p.2

³²³ José Barbosa Canaes de Figueiredo Castello Branco, *Estudos biographicos, ou noticia das pessoas retratadas nos quadros historicos pertencentes á Bibliotheca Nacional de Lisboa*, Lisboa, 1854.

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

que farrapos. Estes deteriorados pesaram cinquenta e cinco arrobas (quase uma tonelada!), e se pözeram á parte para se lhes dar o destino conveniente; porém como não se podiam distinguir os sacros dos outros, com annuencia do sr. ministro do reino consultei o Exmo Prelado para me instruir, no que devia fazer ácerca de todos elles; e conforme o que fez mercê declarar em carta de 22 de julho de 1852, foram sobre uma reclamação minha queimados no Campo Pequeno por ordem do Governo Civil, e com a assistência de um empregado desta Repartição, e outro da Bibliotheca, em 4 de Outubro de 1853.”

Estas descrições embora com alguma extensão são perfeitamente demonstrativas de uma verdadeira aniquilação da pintura portuguesa e ajudam a compreender muita coisa sobre a ideia de quase ausência de um património pictórico nacional!... Na Introdução do *Catálogo do Museu Nacional de Bellas-Artes*, da autoria de Gabriel Pereira, diz-se, “Muitos dos objectos d’arte pertenceram aos supprimidos conventos de frades; quadros de assumptos religiosos, paramentos, ourivesaria do culto. A esse fundo acresceu um certo numero de quadros, de escolas varias, comprados com o avultado donativo d’el-rei D.Fernando, artista, entendedor d’arte, e amigo dedicado do ensino artistico em Portugal. Os presentes do visconde de Carvalhido, outro benemerito, enriqueceram ainda mais a collecção de pinturas. As compras das collecções de Silva Oeirense, de D.Carlota Joaquina, do

barão d'Alcochete, e dos desenhos de Sequeira, o grande artista portuguez, aumentaram o brilho do museu. Dos conventos de religiosas que pouco a pouco foram acabando, vieram ainda alguns quadros, muitos tecidos, vidros e ceramicas, variedade de cadeiras, armarios, contadores, utensilios de metaes pobres e bastantes objectos de ouro e prata, esplendidas ourivesarias do culto, ou pequenas jóias antigas. (...)É um pequeno museu relativamente aos congéneres de Madrid, Paris, etc.”. Pelos vistos não deveria ser, apesar da trágica perda durante o terramoto em Lisboa das principais colecções de pintura, arquivos e bibliotecas dos grandes do reino e da colecção real, muito existiria para demonstrar um património pictórico nacional que Vítor Serrão paciente e insistentemente levantou, inclusive na sua mais recente análise da cripto-história da Arte.

Ainda que não fosse pela qualidade pictórica, tantos personagens cujas referências iconográficas se perderam ou como diz Gabriel Pereira, “*Um retrato muito mau de um pobre franciscano da coll. da Bibliotheca Nacional de Lisboa tem ao fundo a frontaria de St.º António dos Capuchos, com a sua escadaria animada de damas, cavalheiros, mendigos, que são bons figurinos do seculo XVIII. E assim muitos outros que sem valor artistico, sem primor algum de pintura, são ainda de merito e dignos de attenção como documentos, e commemoração historica*”.

Num opúsculo com o título *Observações sobre o Actual Ensino das Artes em Portugal, A organização dos Museus e o Serviço dos monumentos Historicos e da Archeologia*³²⁴, promovido pelo Marquês de Sousa Holstein, refere-se no capítulo III “Monumentos Historicos”: “Estão estes inteiramente descurados entre nós, com excepção da Batalha e do templo romano em Evora. O sudario das nossas misérias a este respeito é tal, que nos envergonha mesmo estende-lo aqui á puridade diante só de olhos portuguezes. A maior parte d’aquellas venerandas reliquias do passado ou desapareceram para sempre ou estão ameaçando imminente ruina. Umas foram voluntariamente destruidas, depois de voluntariamente concedidas, para darem lugar a construções modernas; outras foram sucessivamente minadas pela implacável mão do tempo; outras estão barbaramente deturpadas pela mão dos homens, que sob pretexto de restaura-las, lhes tiraram toda a feição que as caracterisava. Sobram exemplos de tudo, mas é doloroso confessar que mais foram os monumentos destruidos pela acção violenta dos homens do que pela acção vagarosa do tempo.”³²⁵

Reconhece que, “é inutil tentar apresentar uma lista dos nossos monumentos historicos. Não a temos. Nunca se fez.” Com razão acrescenta, “Poder-se-ha

³²⁴ *Observações sobre o Actual Estado do Ensino das Artes em Portugal, a Organização dos Museus e o Serviço dos Monumentos Historicos e da Archeologia* oferecidas à Comissão nomeada por Decreto de 10 de Novembro de 1875 por um Vogal da Mesma Comissão, sem autor, Lisboa, o autor seria o Marquês de Sousa Holstein.

³²⁵ Op. cit. p41

*ámanhã votar nas côrtes a concessão a alguma municipalidade ou parochia de qualquer edifício velho e que ameace ruína, sem que os legisladores saibam se pelo seu voto vão consagrar o desaparecimento de um illustre padrão de gloria nacional.”*³²⁶

O crítico desfia um rosário de lamentos sobre o abandono dos castelos. Depois das igrejas, “*E que diremos das igrejas? Bem perto de nós ahí temos Alcobaça em tal estado de abandono e desprezo que um illustre academico, visitando o anno passado esta celebre abbadia de Cister não pôde deixar de esclamar: Que devastação que tristeza e que ruínas!...Quem quizer fazer ideia do ponto a que podem chegar o vandalismo, a devastação estulta sem proveito nem motivo, a incuria, o desleixo, a ignorancia das cousas que em toda a parte merecem a veneração e o respeito de todos os homens medianamente illustrados vá a Alcobaça*”³²⁷

Referindo-se mais em pormenor a exemplos de vandalismo primário, “*em Paço de Sousa os baixos relevos que ornavam a sepultura de Egas Moniz estão divididos, achando-se metade engastada em cada parede lateral da igreja, e a caixa de pedra em que jazeram os ossos do aio de Affonso Henriques serve de pia para os porcos beberem. Na sé de braga, aos lados do altar-mór, obra preciosa de esculptura em pedra, mas já mutilada, estão as sepulturas do conde D.Henrique e de sua mulher; como eram*

³²⁶ Ibidem

³²⁷ Ibidem, p.43

demasiado compridas para o local a que as destinavam, houve mão barbara que não duvidou de separar pelo joelho as pernas das estatuas estendidas sobre a caixa de pedra, e para melhor encobrir, como a sua ignorancia julgava, aquella desastrada mutilação, lembrou-se de applicar contra os joelhos os pés das estatuas, para este fim cuidadosamente serrados da extremidade inferior.”³²⁸

Em jeito de conclusão ainda refere, “*no serviço dos monumentos historicos tudo nos falta; nem sequer está feita a sua lista; não temos pessoal habilitado com os profundos conhecimentos theoricos e praticos que se requerem para a restauração dos edificios de differentes estylos a que é mister acudir.*”³²⁹

No “*Relatorio dirigido ao Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d’Estado dos Negocios do Reino pela Comissão Nomeada por Decreto de 10 de Novembro de 1875*”, editado em 1876, faz-se um verdadeiro diagnóstico da situação, apresentando projectos³³⁰.

Na página VIII refere-se ainda em introdução aos critérios das observações e considerações que irão fazer, “*as propostas respeitantes aos nossos*

³²⁸ Ibidem, p.44

³²⁹ Ibidem, p.46

monumentos historicos por si mesmas se fundamentam e explicam. Pedimos o que é indispensavel. Pedimos o que ha muito deveria ser lei do estado. Nada mais. Sem as providencias apontadas, e que no seu todo formam um conjunto cujas differentes partes se completam e auxiliam, não será possível erguermos de sobre as faces o véu com que de vergonha as deveríamos cobrir perante a Europa civilisada, quando ella nos perguntasse o que fizemos dos nossos monumentos historicos, d'esses monumentos amassados com o suor de tantas gerações, ricos de tantas glorias, de tantas tradições, de tanto genio, de tanto valor, de tantas recordações, qual d'ellas mais brilhante; d'esses monumentos que não são tão sómente a nossa propriedade, mas que pertencem ao mundo inteiro, cuja historia escripta n'essas paginas que temos deixado arrancar e destruir.”

Adiante Sousa Holstein aponta as razões no seu entender que levam ao estado geral de desprezo a que os “*monumentos nacionaes são destruidos ou estragados, que a propriedade artistica e historica da nação é assolada, roubada e dispersa, não por falta de guarda, da vigilancia e da direcção competente e legitima, mas porque este grupo de existencias humanas, porque esta associação de consciencias e de forças que se chama a nação portugueza, não quer que lhe fallem do seu passado, não*

³³⁰ Pertencem a esta Comissão as 15 ilustres e insuspeitas personalidades, o Marquês de Sousa Holstein, o Conde de Samodães, o Conde de Valbom, Carlos Maria Eugenio de Almeida, o Conselheiro Francisco Assis Rodrigues, Tomás de Carvalho, António Augusto Teixeira de Vasconcellos, Augusto Filipe Simões, António Tomás da Fonseca, António Victor de Figueiredo Bastos, Tadeu Maria de Almeida Furtado, Augusto Carlos Teixeira de Aragão, Joaquim Possidonio Narciso da Silva, José Maria Nepomuceno e Luciano Cordeiro.

quer que lhe affrontem a vista os padrões gigantes do esforço nacional, não quer possuir as riquezas que os seculos lhe accumularam e prefere até destruil-as inutilmente a permutal-as pelo oiro dos estrangeiros, que as estimam e admiram; se a comissão, á face da philosophia e dos factos tivesse de confessar que, se os ossos das grandes e fortes gerações, cujo nome nos é ainda escudo e gloria, são presa dos gôsos e andam esparsos pelos monturos, é porque este povo cospe, despreza e odeia, ferido de uma raiva insensata e sacrilega, a memoria de quem lhe deu com uma historia de assombros, uma legitimidade politica que o salva de todas as ambições absorvedoras, perante as quaes a sua fraqueza numerica e territorial o tornaria impotente.” Muito justamente refere-se neste texto vários argumentos para uma consciente valorização do espólio, visto à luz inclusive de uma rejeição popular do passado, demonstrando depois os aspectos de independência e nacionalidade, vistos na óptica de testemunhos de uma cultura específica. Recordaremos um facto histórico e político apreciável para esta evocação, a negação de D. Fernando II de aceitar a coroa de Espanha e de promover a união ibérica, de facto culturalmente havia singulares diferenças.

Mais afirmações de grande pertinência são apontadas, nomeadamente na crítica ao modo de recolhimento desinteressado do espólio das Extintas Ordens Religiosas, “*que os grandes valores, propriedade da nação, por dizer*

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

assim amontoados na chamada academia de Lisboa, onde rapidamente se estão deteriorando, onde não podem ser patenteados ao publico e aos estudiosos, onde não podem, á mingua de tudo, ser criticamente processados, onde não ha esforços, por mais dedicados e energicos, que os possam salvar da acção dissolvente de uma atmosphera impropria, onde enfim são uma affirmação desairosa até para a nossa economia administrativa, visto que são riquezas que nós deixâmos apodrecer e extinguir: que essas interessantes collecções de pinturas, de gravuras, de desenho, de ourivesaria, etc., sejam devidamente alojadas, conservadas, estudadas, patenteadas ao publico, franqueadas ao estudo e á admiração de nacionaes e estrangeiros”.

Refere-se ainda aos problemas da administração e do municipalismo incapazes de promover a valorização dos seus patrimónios urbanos e monumentais, demolindo e desperdiçando patrimónios sob uma pretensa ideia de progresso ignorante e boçal, denominado por Herculano de “Camartello”: “que o camartello que anda incessantemente demolindo ás cegas, que a insciencia, o mau gosto e o mau senso, que a cada momento vemos, arrimados á auctoridade ou impulsionados por tolerado arbitrio, retocando, manchando, estragando os monumentos historicos da nação, sob o pretexto, que seria ridiculo se não fosse cousa peor, de suppostos restauros e embellezamentos, encontrem uma instituição profissional,

competente e severa a pôr-lhe as peias que o bom senso administrativo, e até o simples senso commum está de ha tanto pedindo para esta outra especie de vandalismo.”

Defende também a arqueologia, naquilo que são os testemunhos e monumentos de outros tempos e povos antigos, “*O que nós pedimos é que os vestigios d’essas civilizações, é que os monumentos que esses povos nos legaram, inúteis para o adubo das terras, dispensáveis para o calçamento das ruas em paiz de tantas pedreiras, inoffensivos para com os gosos de uma vida de exclusiva e material actualidade de acção e de pensamento, se guardem e se conservem a um canto dos palacios publicos, ou se lhes dê umas restas de luz, para que a pobre da sciencia historica, que enfim nós não poderemos supprimir nem fazer emmudecer, se possa entreter com elles em vez de se occupar a escrever-nos o impertinente epitaphio que já nos prophetizou o nosso grande historiador: Aqui é o sepulchro do nada.”*

Numa frase com uma actualidade extraordinária e grande pedagogia ética, remata, “*desde que o estado portuguez entende dever ter academias, escolas de arte, museus, e conservar os monumentos da sua historia e honrar a memoria dos seus grandes cidadãos, como todas as nações que se prezam de cultas, taes instituições não sejam apenas um luxo, um nome, uma imitação inane, e perdoe-nos v.ex^a a dureza da phrase, uma especie de burla um tanto ridicula, para com a civilização actual e para com o conceito dos vindouros”*.

Estávamos já em 1876, 42 anos após o *Decreto da Extinção das Ordens Religiosas*, tudo continuava no mesmo abandono, perante a indiferença dos políticos, a irresponsabilidade dos governos, apesar das tentativas das comissões e das melhores intenções de estudiosos, tudo girava em volta de um incipiente pragmatismo económico do “*camartello*” de uma burguesia medíocre, incapaz de consubstanciar e edificar a prometida nova ideia de pátria e de projecto nacional, o que provocará uma nova revolta estrutural nas mentalidades de parte da conhecida geração de 70 e consubstanciada nas discussões das “*Conferências do Casino*”.

2: Almeida Garrett: o sentimento de João Mínimo

João Baptista da Silva Leitão nasceu a 4 de Fevereiro 1799 no Porto, precisamente no ano em que o Príncipe D.João, é elevado ao título de Príncipe Regente, futuro D.João VI, e em França, consolidava-se a carreira do jovem Napoleão Bonaparte que seria Consul no ano seguinte.

O pai era proprietário nos Açores, na ilha Terceira, tendo a família ganho algum estatuto e cabedais através da colonização brasileira, mas também pela dignidade de três tios eclesiásticos, sendo um deles Bispo de Angra do Heroísmo, D. Frei Alexandre da Sagrada Família. O nome Garrett, *“foi depois respigado do nome de uma aristocrática ascendente paterna, de origem irlandesa, que viera para Portugal no séquito de uma princesa.”*³³¹

A importância de Almeida Garrett como veículo das teses de descoberta e valorização das *“antiguidades nacionais”* conforme ocorriam em Inglaterra, e na Alemanha, na raiz mesmo do *“romantismo”*, constituem para a história do restauro em Portugal uma referência fundamental.

³³¹ António José Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, Porto Editora, 17ª Edição, 2000, p675.

Se Alexandre Herculano será testemunho e o veículo do desabrochar das “*antiguidades nacionais*” que ocorrem em França por 1830, Garrett será o primeiro introdutor das correntes originais inglesas e germânicas. Demonstrando-se assim, que a descoberta do património monumental que dava corpo a esses conceitos, passava por uma nova ideia da portugalidade, nascida da gesta de um povo, fazendo registo da identidade patrimonial como uma relação de monumentos que na sua particularidade e diferença representavam a independência e a liberdade. Estes últimos valores revelavam-se conceitos valorizados após as invasões francesas, a regência de Beresford e o regresso da família Real do Brasil, num novo quadro político.

Almeida Garrett refugiara-se com a família nos Açores, durante a ocupação francesa, aí fazendo a sua formação e educação, sob a protecção do seu tio Bispo de Angra, que formara o sobrinho na mais estreita observância da fé, orientando-o para uma carreira eclesiástica, mas também providenciando ao sobrinho uma profunda e estruturada formação nos clássicos, em particular Horácio e Virgílio. Aliás abonando na erudição do tio, ele mesmo poeta e amigo de Filinto Elísio, João Baptista iniciará a sua carreira de literato abordando as fórmulas clássicas, que faziam colocar

as fasquias a atingir nos horizontes neoclássicos de Grécia e Roma, em particular nos arquétipos da tragédia grega, Ésquilo, Sófocles e Eurípedes, e nos poetas romanos, Horácio, Catulo e Virgílio.

De regresso a Portugal, finda a ocupação francesa, o jovem Almeida Garrett, apesar de ter chegado a tomar ordens menores, não sente a vocação eclesiástica e prossegue para Coimbra a cursar Direito.

Do seu período Coimbrão, na irreverente inspiração da juventude a quem o cenáculo universitário oferece protagonismo e público, data uma obra que desde logo se coloca como um exercício de uma estrutura estética e histórica, enformando desde logo uma definição das épocas históricas. A obra foi condenada por impudor, ataque promovido por José Agostinho de Macedo, levando Garrett à barra do tribunal, sendo que, em termos de verdade histórica, mais tarde Joaquim de Vasconcelos condenava liminarmente por falta de sustento em teses preexistentes que cita, “*no Retrato de Vénus, publicado em 1822, e cheio de erros grosseiros, como se não existissem as obras fundamentais de Fiorillo e Lanzi, publicadas a primeira de 1798-1808 em 5 volumes, a segunda em 1789, em 3 volumes e com 5 edições até 1818, aumentando mais 3 volumes (seis desde a 3ª edição) n’esse intervalo*”³³². O caso servirá para

³³² Joaquim de Vasconcellos, *Historia da Arte em Portugal*, Coimbra, 1885, pp. 5 e 6

despontar os seus talentos de orador e de brilhante argumentista, conseguindo fama pela defesa e a absolvição por parte do tribunal. Terminara o curso em 1820. O seu posicionamento político leva-o a estar do lado oposto de D. Miguel, por ocasião da *Vilafrancada*, assim, na sequência das perseguições vê-se compelido ao exílio embarcando em Junho de 1823 para Inglaterra, com a sua jovem mulher, Luisa Midosi.

Em Inglaterra virá a instalar-se em Edgbaston no condado de Warwick, arredores de Birmingham, uma das grandes capitais industriais britânica.

Mas este exílio, tal como o será mais tarde para Mousinho de Albuquerque e para Alexandre Herculano, representará o contacto com um universo mental e político que se reorganiza numa nova direcção, depois de um século XVIII, com os horizontes pousados em Roma e depois na Grécia. O conceito de antiguidades pátrias forjava-se em Inglaterra precisamente no período em que Garrett a aportava. *“Na Inglaterra, os monumentos góticos estimulavam a criatividade de poetas e literatos que compunham baladas e novelas inspiradas na época medieval. O gosto por este estilo combinava com o amor pelo pitoresco e pelo bucolismo da natureza, num cenário melancólico e místico sublime, que*

respondia aos anseios românticos. A par do contributo literário, o gótico recebeu uma componente arqueologista”³³³.

Já também a Alemanha com Goethe (1749-1832) levantara os olhos para o maravilhoso medieval, reivindicando de certo modo para si a paternidade goda. Em 1795 uma revista *Der Neue Teutsche Merkur*, dera notícia da situação francesa durante a revolução, referindo-se às iniciativas do Abade Grégoire em defesa dos monumentos, referindo-se a “*monumentos nacionais*”. Wankenroder (1773-1798) nessa esteira valorizou Durer (1471-1528) e uma pleiade de artista germânicos. Caspar David Friedrich (1774-1840), pintor romântico por excelência dava corpo visual ao sublime e ao místico. Depois do inventário do património procediam-se a campanhas de restauro dos monumentos medievais prussianos sob a supervisão de Shinckel (1781-1841).

Em 1812, Friedrich Schlegel (1772-1829), na sua obra dedicada à História da Literatura Antiga e Moderna, *Geschichte der alten und neuen Literatur*, dava como definição dos horizontes da nova poesia: “*A parte*

³³³ Maria João Baptista Neto, *James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX*, Editorial Estampa, Lisboa, 1997. Veja-se a nota a que cooresponde naquela obra esta citação sobre a evolução do culto antiquário medievalista em Inglaterra.

*poética, criadora e nacional da Literatura da Idade Média está cheia de atractivos para nós e oferece-nos a mais rica fonte de desenvolvimentos e aplicações*³³⁴. Na sua sede de modernidade Garrett bebe intensamente nestes conceitos que o farão progredir para o *Cancioneiro* numa progressão paralela às buscas das baladas do escocês Robert Burns (1759-1796), Allan Ramsay (1686-1758), de Walter Scott (1771-1832), e pelo reconhecido “Homero dos tempos modernos”, Ossian. Este embora já conhecido em Portugal através do grupo da Alcipe e Soares de Passos³³⁵.

O já referido Schlegel, “*afirmava também que para o futuro de uma nação interessam fundamentalmente as grandes recordações nacionais (a maior parte das vezes perdidas na sua origem obscura) e que a Poesia tem por missão importante conservar e nobrecer*”³³⁶. Recordamos aqui, afinal, a velha tese de Píndaro sobre a relação entre a Poesia e os Monumentos, sobrevivendo ao desafio dos tempos.

Em 1851, na introdução à 2ª edição do seu *Romanceiro*, Almeida Garrett dará notícia da sua tese restauradora, na base da formulação do nacionalismo histórico: “*Estava corrido o primeiro quarto deste século quando a*

³³⁴ Maria Ema Tarracha Ferreira, na “Introdução” do *Romanceiro de Almeida Garrett*, Ulisseia, 1997, p.8

³³⁵ Idem, Op. cit, p. 9

³³⁶ Idem, Ibidem, p.8

reacção do que se chamou Romantismo, por falta de melhor palavra, chegou a Portugal. Vamos a ser nós mesmos, vamos a ver por nós, a copiar da nossa natureza, e deixemos em paz Gregos, Romãos e toda a outra gente. Que se há-de fazer para isto? Substituir Goethe a Horácio, Schiller a Petrarca, Shakespeare a Racine, Byron a Virgílio, Walter Scott a Dellile? Não sei que se ganhe nisso, senão dizer mais sensaborias com menos regra. O que é preciso é estudar as nossas primitivas fontes poéticas, os romances em verso e as lendas em prosa, as fábulas e crenças velhas, as costumeiras e as superstições antigas....O tom e o espírito verdadeiramente português, esse é forçoso estudá-lo no grande livro nacional, que é o povo e as suas tradições, e as suas virtudes e os seus vícios, e as suas crenças e os seus erros.” O método de “restauro” de Almeida Garrett, revela ele mesmo a Duarte Lessa, “*Depois de muitos trabalhos e indagações, de conferir e estudar muita cópia bárbara, que a grande custo se arrancou à ignorância e acanhamento de amas secas e lavadeiras e saloias velhas, hoje principais depositárias desta arqueologia nacional*”... De facto a realidade do país, coincidia com a realidade literária, ou por outra, ela era o verdadeiro espelho, e foi a primeira revelação.

Precisamente na *Lírica de João Mínimo* ainda de 1825, Almeida Garrett, dá-nos conta na “*Notícia do auctor d’esta obra*” um apontamento de um sugestivo personagem, o João Mínimo, que é no fundo uma projecção da sua identidade, revoltada perante a “*ignorância e o acanhamento*” que

testemunhava dos seus compatriotas. Trata-se de uma deslocação ao Mosteiro de Odivelas em que este se distancia dos foliões que o acompanhavam, *“por meu natural curioso e amigo de antigualbas, fui-me sumindo pelo antigo e lageado corredor, ou claustro externo, formada pela balaustrada para o lado da igreja. Estava aberta a porta, e eu entrei com a imaginação exaltada no solemne e magestoso espectáculo do interior de um templo gothico”*.

Garrett ainda não faz a diferença entre gótico e românico, que Arcisse de Caumont (1801-1873) em 1826 virá a definir. Mas este aspecto é próprio do enlevo e do sublime que esta espacialidade e luz provocava nos românticos. De facto esse inevitável topos acontece, *“Em geral a architectura gothica é para mim um quadro de solemne tristeza que me absorve os sentidos todos n’um gôso indefinivel, num estado que não sei explicar, porque se não parece com nenhuma das sensações que os monumentos de outro genero, que as outras bellezas das artes me excitam. Mas ésta especie de architectura — e a mais simples mais se embelleza — no interior de um templo solitario, com uma luz escassa, como eles geralmente a teem, enche-me a alma de um certo não-sei-quê entre gôso, respeito, devoção, melancholia e suavidade, que posso alli estar horas esquecidas”*. Despertando desse enlevo, para a realidade que o obrigou a separar-se dos seus companheiros, invocando a sé de Coimbra, *“rico monumento gothico, um dos mais antigos da Europa, talvez*

anterior á conquista dos arabes, e que está no desprezo e abandono porque nós somos uma nação desmazelada”. Retoma o rebate, “E então, os ricos monumentos sepulchraes dentro e fóra da egreja! – que em Inglaterra ou nótro paiz christão seriam conservados com respeito e veneração de reliquias! – alli, estragados, as inscripções illegiveis, alguns cubertos de implastos modernos...Que vergonha, que deshonra nacional!”.

Almeida Garrett, no seu entendimento de um determinado clima provocado por uma determinada architectura, na reacção romântica á geração greco-latina, considera uma contaminação da originalidade primeva dos edificios, os acrescentos e decorações efectuados na tradição da architectura barroca. Assim, aventando uma definição de sua lavra, comenta: “*aquelle interessante monumento da antiguidade estragado e desfigurado com as modernizações graeco-gallas que implastam e imascaram em Portugal as mais bellas reliquias da antiguidade gothica – e sueva – e romana – e grega, que de tudo isso havia por nossos templos e palacios e edificios publicos.*”

Na revolta dessa deturpação, “*Se eu tivesse auctoridade pública, mandava un beau matin desimplastar tudo isso, descaiar as pyramides, columnas e monumentos que abundam pelos montes do Minho e charnecas da Beira, pelos baldios do Alemtejo, por toda a parte, e que por toda a parte o mau gôsto tem caiado e implastado, quando*

não destruído pelos fundamentos: não sei porquê. Só se porque a estupidez deshonra dos netos se invergonha da memória dos avoengos — tam diferentes! — Talvez.” Numa reviravolta, vem dizer que afinal nada disto “*me lembrou ao entrar a porta da antiquissima igreja de Odivellas; e com a imaginação toda cheia das pacíficas glórias do grande Diniz, entrei possuído de respeito no sanctuario em que repoisam suas cinzas*”, mas a verdade é que logo dispara de novo: “*desapontamento — desapontamento inglez — que não ha outra palavra em lingua nenhuma que expresse o que eu senti — desapontamento tam triste e tam aguado, nunca o provei. O interior da igreja é exactamente o tal mixto hermaphrodico de architectura amphibia e ridicula, de doirados e marmores fingidos, de columnas anômalas que a nenhuma ordem pertencem — ou mais exactamente, formam a nova ordem asnatica, adoptada para a construção de quasi todos os novos edificios em Portugal, e para a implastação e degradação de todos os antigos*”.

O narrador procura pelo túmulo de D. Diniz, que não encontra, valendo-se de “*um pobre homem, assim coisa de sacristão muito velho e muito bruto que me valeu de cicerone*”. Sob a indicação fica indignado “*hade ser n’aquella capellinha velha à esquerda.- Como! n’esta aqui, abandonada, cheia de teias de aranha, indecente!*”. O estado da veneranda relíquia é quase uma imagem de

Portugal, que se sente sob a crítica: “*n’essa estava o túmulo de D. Diniz; uma especie de sarcophago meio moderno afrancezado, meio antigo agregado ou egypcianado, feito de estuque, pintado a morte-côr, fingindo pedra lioz; as armas de Portugal, tambem pintadas na frente, mas pintadas como hoje as pinta e grava e esculpe a geral e descuidada ignorancia, - escudo redondo que nunca foi escudo real, coroa da Senhora da Conceição, que nunca foi coroa portugueza: semsaboria e ridicularia vulgar nos sellos publicos, na moeda, nos edificios do Estado, em tudo; - que até n’estas coisas pequenas está Portugal degenerado, mudado e parodiado.*”

Enquanto o narrador vai fazendo estes comentários, revoltado pelo estado de coisas, aproxima-se dele o suposto João Mínimo, que cortando-lhe o lamento de como encontrara o monumento, confia: “*desfigurado, mascarado pela ignorancia e perverso gôsto d’estes monges das edades-barbaras; que taes ou peiores são estes aqui. Estes vandalos fizeram a essa veneranda reliquia nacional o mesmo que faziam seus confrades da meia-edade aos manuscriptos dos autores gregos e romanos, que os raspavam, ou lhes comiam a tincta com suas esconjuradas drogas, para aproveitarem o pergaminho e escreverem n’elle suas fradarias mysticas e glosas theologicas*”.

Garrett invocando comparação com uma fase negra do vandalismo medieval sobre a herança clássica, ocorrida de facto no período mais

obscurantista coloca naquele personagem uma fórmula que ele próprio vem reforçar. *“a comparação engenhosa trazida sem pedantismo, e que mostrava ao mesmo tempo instrução e gosto, causou-me viva admiração involuntariamente – tal é o poder dos maus hábitos e preconceitos!”*.

Assim num quase deserto nacional onde o narrador se sente só, por fim encontra um outro personagem que pensa como ele, com a mesma indignação....Para mais a figura impressionava-o, *“a mal-roupida figura do homem, o ar humilde do seu corpo e traje, que tão notavelmente contrastava com a expressão nobre do rosto, a pureza e correcção da pronúncia, o escolhido da phrase, e mais, agora, ésta mostra de illustração tão pouco equívoca.”* O narrador aproveita para colocar uma resposta inteligente para aqueles que sobranceiramente ficam indignados quando a versão da verdade não sopra do seu lado e surge singular. Logo surge a implacável questão, *“mas quem é você para criticar?”*.

Garrett com esta figura de João Mínimo desdobra a sua crítica, e com inteligência transmite-nos a sua *“surpresa”*, quando afinal coloca habilidosamente nesse personagem ainda não revelado que será João Mínimo. *“bem sei em que pensa, e não me admira o seu espanto. Parece-lhe*

impossível que uma fraca figura como eu falle n'estas coisas com algum senso commum. Tem muita razão, e eu muito pouco juizo em ceder assim ao primeiro impulso voluntario com que me desmandei de meu silencio e estupidez habitual. Seduziu-me o extasi em que o achei contemplando esse monumento, e a communhão mental de nossas ideias. Quantas vezes tenho eu feito essas mesmas dolorosas reflexões em que o achei imbebido, sobre nossa actual miseria e degradação!". O narrador procura saber quem é o autor daquelas palavras que cada vez o deslumbram mais, recebendo por humilde resposta: "mas eu não sou homem que occulte a baixeza da minha esphera. N'isto sou bem pouco portuguez. Pois , senhor, saberá que sou sacristão-menor d'esta egreja, e o mais é, que muito contente e satisfeito da minha sorte".

Depois o personagem vai desbulhando a sua história, que afinal é a própria mágua e revolta de Garrett que deve ser lida, na solidão da sua empresa, no seu pecado maior que representa a sina de pensar onde os outros só foliam e o consideram, a ele sim, o caso de anormalidade. Mas que pode aquele que filosofa e com cultura num paiz de boçalidade e ...maldades... Vejamos o desabafo desse "sacristão – menor" desse quase não-gente: "este velho que lbe mostrou o tumulo de D. Diniz, é meu tio; elle é que é o sacristão principal do convento. Meu pae era lavrador abastado da vizinhança, quiz-me conego ou juiz-de-fóra, fez-me estudar, mandou-me para a universidade, onde pouco

aprendi; - sabi do reino, viagei por paizes estrangeiros, onde aprendi muito. Assentei de não ser ministro nem da egreja nem do estado — por muitas razões, que são longas e fóra d'aqui. Enfim voltei á minha patria, mendigo, sem protecção (meu pae tinha morrido no emtanto coberto de dividas) e para maior tormento e desgraça, com cabedal de lettras, que é a mais ruim fazenda que n'este paiz se póde ter...contrabando, moeda falsa, peor. Vi-me sem mais achego nem amparo que este meu tio sacristão, velho rustico e ignorante, mas excellente alma. Foi a unica mão que se estendeu para me alevantar da miseria. Beijei-a com lagrymas, e heide servil-o e ajudál-o até o último dia de sua vida, que, inda mal! me não parece longe.” Conta como o tio procurou junto do convento justificar o ajudante.

Nessa circunstância, nesse mimetismo do homem mais comum entre os comuns, “Tomei resolução, conformei-me com a minha sorte, mais, assentei de tirar partido d'ella. Todos aqui me teem por mais rude, mais ignorante que meu proprio tio: varro capellas, acendo velas, ajudo missas, - nos intervallos dou meu passeio por estes formosos arredores, vejeto de dia; e ás noites....á noite é que vivo. Sosinho, fechado no meu quarto leio, escrevinho, medito, rabisco, góso, vivo enfim. E ninguem me amofina, ninguem me intriga, me ralla, me mata — porque ninguem me conhece. Vivo feliz, Diogenes n'um tonel de nova especie, e um Diogenes que não dá nos olhos —

verdadeira felicidade. Accredite-me, meu rico senhor: ninguém se esconjurava de sua sorte se soubesse annivelar-se com ella.”

Como entrevemos afinal o próprio Garrett ferido na sua clandestinidade, na sua cultura atraçoada, no disfarce e na máscara de ter que sobreviver entre os seus...A dado momento do diálogo João Mínimo, demonstra conhecer o narrador que ainda mais se surpreende, *“eu conheço-o de Coimbra; era muito criança quando entrou para a universidade, mal se póde lembrar de mim : eu formei-me no seu segundo anno; mas fui companheiro de um amigo seu, e conheço-o. Estou certo que me não hade trahir : seria perder-me para toda a minha vida”*. Como para não deixar mais dúvidas remata o discurso, *“Bem: mas isto é tarde, os seus companheiros hão de vir por ahí em sua procura; e eu com elles não quero nada.”*... Nem ele Garrett, *“com elles não quero nada”*!

Num outro reencontro desta vez no *“quarto do meu novo amigo, que era mui confortavel e aceiado em sua pequenez e modesto arranjo.”*, puseram-se a conversar indo a conversa parar aos versos. Aí salta uma vez mais o restauro nacional de Garrett, da boca de João Mínimo: *“não sou nada d’isso: não gósto de escolas e detesto estrangeirices. Em tudo sou portuguez velho, e assim heide morrer. Mas a nossa differença toda vai no fixar a epocha dos verdadeiros modelos.”* Mais adiante

esclarece bem: “quanto a estrangeiros, convem estudá-los, convem imitá-los no que é imitável, nacionalizando-o: mas o que faz gala de imitar ás tontas os estrangeiros e desprezar os seus, não é só tolo, é ignorante e estúpido.” Por fim justifica o seu argumento de base, uma vez mais através da boca de “João Mínimo”, inclusive levando à concordância do narrador...”*mas se escolho assumpto moderno, nacional, que precisa um maravilhoso nacional, moderno, se em vez da lyra dos vates, tómo o alaude do menestrel ou a harpa do bardo, como posso então deixar de ser romantico! Que ridiculos não serão os moldes e adornos classicos do Parthenon ou do Pantheon imbrechados n’este edificio gothico? Não acha que tenho razão? – Tanta, que me convertem*”...

Garrett depois de toda esta construção em que ele próprio estabelece a transposição total entre a necessidade de restauro da arquitectura no paralelo com a poesia, mas também entre uma Pátria “*implastrada*” que necessita de se *limpar*, voltendo às origens, restaurando as suas fontes e reencontrar-se com a sua força primeva.

Nesse seu combate solitário onde todos parecem negar uma aparente evidência, surge o desânimo e a solidão. Prova disso é o testemunho de João Mínimo, que por falecimento do Tio sacristão já não encontra nada que o prenda a um país sem destino e contra o qual se revolta. Trata-se

de uma carta, supostamente de João Mínimo para o narrador: *“quando ésta lhe chegar, terei ditto um eterno adeus á minha patria. A morte de meu tio cortou os unicos laços que me prendiam a este malfadado paiz. Não sei aonde irei dar commigo: mas sei que hade ser para longe de portuguezes. D’elles e de tudo quanto é portuguez me despeço.”*

Esta condição de “João Mínimo”, pouco conhecida, representa para nós três evidências no pensamento de Garrett que reputamos fundamentais para a nossa reflexão. Em primeiro, a evidente transposição da unidade entre literatura, arte e arquitectura, como reflexo emblemático de uma diagnose histórica de um Estado de uma Nação. Em segundo lugar um ataque frontal à clandestinidade da cultura, que necessita para sobreviver de viver de dia no quadro mais discreto do homem comum, e que no silêncio da noite, quando outros descançam, existe enfim. Por terceiro argumento enfim, a raiva, o desespero, a revolta, a mágua, daqueles que com capacidade para discernir, sobrevivendo num mundo de sacrifício, nessa incapacidade individual de fazer rodar esse *orbe* onde tantos crescem sómente o seu lastro em lugar do seu lustre. A profunda mágua que representa a frase, *“e de tudo quanto é portuguez me despeço.”*....

Compreende-se bem o grito solitário de Garrett que ao longo da sua obra, como um permanente Cicerone, nos conduz ao encontro de um crítica sempre peripatética, que se exprime contra a degradação do nosso património. Que em nada representa o nosso modo de olhar. Pois para Garrett os monumentos fazem parte da paisagem natural e humana em que foram criados, não serão os “*objectos e artefactos preservados*” no Carmo na segunda metade do século. Para Garrett, como Herculano, os monumentos representam na paisagem a sua dimensão genealógica e histórica. Aliás essa será a tónica dos principais semanários, em *O Panorama*, no *Arquivo Pittoresco*, no *Panorama Fotografico de Portugal*, etc. Todos com maior ou menor empenho se esforçarão de apresentar com o “*topos*” a sua história, o seu “*brazão*”.

De facto nas *Viagens na minha Terra*, de 1846 a primeira edição, surgem essas mesmas angustiadas críticas que Garrett sabe bem entrelaçar no passeio em que nos arrasta. A propósito de Santarém coloca-se de novo nessa pose crítica que conhecemos na “*Introdução*” da *Lírica de João Mínimo*: “*Fomos de passagem observando algumas das mais interessantes coisas daquela interessantíssima terra, em que se não pode dar um passo sem que a reflexão ou a*

imaginação encontre objecto para se entreter. Inclinando um pouco à direita, demos na celebrada porta de Atamerma. Por aqui entrou D. Afonso Henriques; por aqui foi aquela destemida surpresa que lhe entregou Santarém e acabou para sempre com o domínio árabe nesta terra. Os ilustrados municipais santarenos têm tido por vezes o nobre e generoso pensamento de demolir esta porta; o arco de triunfo de Afonso Henriques, o mais nobre monumento de Portugal!’

No que respeita ao argumento do original, desta vez Garrett em lugar de procurar o estilo próprio do período histórico, dá-nos uma soberba lição de conservação desse monumento na sua própria evolução e consagração ao longo dos tempos, inclusive na conservação de uma posterior capelinha. É essa visão de palimpsesto histórico a graduar e qualificar a paisagem que acaba por prevalecer: “*não que eu creia este arco o genuíno arco moiresco por onde entraram os bravos de D. Afonso; mas creio que essa porta da antiga vila se foi reparando, consertando e conservando em suas sucessivas alterações, até chegar ao que hoje está; e, ainda assim como está, é um monumento de respeito, que só bárbaros pensariam desacatar e destruir. Por cima dela, está uma capelinha de Nossa Senhora da Vitória. Quer a tradição que primeiro erguida e consagrada à Virgem pelo heróico fundador da monarquia e da independência portuguesa.*” Para não deixar dúvidas logo acrescenta, “*este é um dos muitos*

pontos em que a religião das tradições deve ser respeitada e crida sem grandes exames, porque nada ganha a crítica em pôr dúvidas, e o espírito nacional perde muito em as aceitar. Deixá-la estar a Virgem da Vitória sobre o arco de Afonso Henriques.”

Em capítulo anterior sobre o Frade, Almeida Garrett, já tinha tido a oportunidade de argumentar a moderação no processo liminar feito aos frades, em conluio com os Barões, que tinham substituído essa dignidade antiga das figuras talaes, no modo como sacralizavam as paisagens com os seus conventos, capelas e fontes, pela vulgaridade burguesa daqueles que entretanto se apoderaram daquilo que era dos monges e agora lamentavam-se, por não haver quem removeria os barões...

A propósito do *Arco de Afonso Henriques* lança-nos sobre uma interessante questão da autenticidade, a que é particularmente sensível. Todavia logo nos coloca de sobreaviso, para que a questão não se apresente precipitada. Coloca-se a questão se a capelinha seria original?, “Mas seria ele, ou não, que levantou essa capelinha? Os documentos faltam; os escritores contemporâneos guardam silêncio; a História deve ser rigorosa e verdadeira”...Aproveita a oportunidade para lançar a sua tese de património nacional uma vez mais, enraizada nas tradições dos povos e marcos da

sua história, como diz “*balizas da História de uma nação.*” Argumenta, “*eu creio na Senhora da Vitória de Santarém, e em muitos outros santos e santas, que a religião do povo tem por esses nichos e por essas capelas e por esses cruzeiros de Portugal, a recordar memórias de que se não lavrou outro auto, não se escreveu outra escritura; de que não há outro documento, e que os frades crônicas não julgaram dever escrever no livro de terça ou de noa, em nenhum livro preto nem encarnado, porque o tinham por melhor escrito e mais bem guardado nos livros de pedra em que estava.*”

Desferindo contra aqueles que cegos pelo dogmatismo e desprovidos desse particular senso que leva a entender as tradições históricas, “*coitados! Não contaram com os aperfeiçoadores, reparadores, fomentadores e demolidores das futuras civilizações, que para pôr as coisas em ordem, tiram primeiro tudo do seu lugar.*”

Esta mesma reflexão ocorre no romance *O Arco de Sant’Ana*: “*cabiste poi tu, ó arco de Sant’Ana, como em nossos tristes e minguados dias, vae cabindo quanto ha nobre e antigo às mãos de innovadores plebeus, para quem nobiliarchias são chimeras, e os veneraveis caracteres heraldicos de rei d’armas Portugal lingua morta, e esquecida que nossa ignorancia despreza, hieroglyphicos da terra dos pharaós antes de descoberta a inscrição de Damietta!*”³³⁷

³³⁷ Almeida Garrett, “O Arco de Santana”, 1845, Garrett desejava referir-se à pedra de Rosetta e não Damietta...

Num desabafo que já conhecemos do desespero de “João Mínimo”, e numa tese perfeitamente enquadrado num pensamento de Ruskin sobre a dignidade do monumento, que sucumbe da sua originalidade às mãos do restaurador, mas morre dignamente quando encontra o seu decaimento natural: *”ergue-te Santarém, e dize ao ingrato Portugal que te deixe em paz, ao menos nas tuas ruínas, mirrar tranquilamente os teus ossos gloriosos; que te deixe em seus cofres de mármore, sagrados pelos anos e pela veneração antiga, as cinzas dos teus capitães, dos teus letrados e grandes homens. Dize-lhe que não vendam as pedras de teus templos; que não façam palheiros e estrebarias de tuas igrejas; que não mandem os soldados jogar péla com as caveiras dos teus reis, e a bilharda com as canelas dos teus santos.”*.

Em tentativa de refrear o processo iconoclasta desencadeado com a extinção das Ordens Religiosas a que tanto Garrett e Alexandre Herculano foram aderentes mas também críticos, lança ideias de conciliação, lembrando a última frase uma expressão típica do Abbé Grégoire durante o período Revolucionário francês. *“Santarém nobre Santarém, a Liberdade não é inimiga da religião do céu nem da religião da terra. Sem ambas, não vive; degenera, corrompe-se, e em seus próprios desvarios se suicida. A religião do Cristo é a mãe da Liberdade, a religião do Patriotismo a sua companheira. O que não respeita os templos,*

os monumentos de uma e outra, é mau amigo da Liberdade, desonra-a, deixa-a em desamparo, entrega-a à irrisão e ao ódio do povo.”

Estas são as teses recorrentes na obra de Almeida Garrett, que deveremos ter em conta como contribuição ao pensamento da valorização das antiguidades nacionais.

Claro que a sua musa literária arrastou-o para uma obra revelada através da literatura.

O processo, mental de *restauro garrettiano* será sempre o mesmo, iniciado com *Camões*, e publicado pela primeira vez ainda em Paris em 1825. Nesse fervor palpitante de reencontro com a nacionalidade, que deseja ver partilhado sobretudo pelo povo, vem acrescentar num artigo de 1846 intitulado *Claustro de Belem*: “mas o character do estylo manuelino é tão singularmente marcado, que mais depressa influiria do que receberia influencia de outros generos contemporaneos”, e adiante confirmava, “por isso Belem e os *Luziadas* são as cousas mais indisputavelmente portuguezas e originaes que ha em Portugal, apesar de todas as suas tão variadas reminiscências”....

Como poderia Almeida Garrett nessa sua singular e militante essência de nacionalidade, afastar-se dessa sua estética “*restauradora nacional*”?

Estamos em crer, que tal como outros que lhe tomarão o testemunho nestas lides, sempre precisarão desse sentimento de “*João Mínimo*”, esse desabafo de desespero que, em certo desalentado momento leva a desejar ir, “*para longe de portugueses. D’Elles e de tudo quanto é portuguez me despeço*”.

João Baptista de Almeida Garrett, nobilitado com o título de Visconde, com uma vida preenchida por uma grande produção literária, fiel aos seus princípios restauradores, a que uma vida pública no Estado reconhecerá também esse mérito, virá a falecer na sua casa de Lisboa, nas traseiras do frondoso cemitério dos Ingleses, a 9 de Dezembro de 1854.

3: Alexandre Herculano: a Herança Nacional

Alexandre Herculano representa para Portugal a sonoridade potente e vibrantes do campanário histórico nacional, soando pungentes ao vandalismo e à demissão de providências preservadoras da herança cultural do liberalismo. Em carta de 6 de Abril de 1868 de Vale de Lobos, a Latino Coelho, nessa altura Secretário-Geral da Academia das Ciências, Herculano escreve, ...*”fui eu, se não me engano, o primeiro que proclamei a possibilidade e a necessidade de conciliar o amor dos foros de homens livres com a veneração às tradições gloriosas e santas do passado, ao que neste havia grande e belo que era muito. Em relação aos monumentos da arte em Portugal é que essa conciliação sobretudo urgia há trinta anos”*...referindo-se ao conceito por ele próprio defendido de património nacional, *“amparar, como podia e sabia e desprezando suspeitas e acusações insensatas, que do antigo edifício social, nas suas diversas manifestações materiais e morais, era necessário salvar, porque representava a ideia de pátria na sucessão dos tempos”*³³⁸ Num romântico idealismo com as cores da alvorada de Rousseau, que acompanharam sempre os fundamentos das ideias do mestre, Alexandre Herculano, nunca se entendeu com o

³³⁸ David Mourão Ferreira, *Alexandre Herculano e a valorização do património cultural português*, SEC, 1977, p.7

compromisso dos políticos, vivendo o isolamento comum de todos os idealistas que partilham o distanciamento material com estoicismo, preservando o altar dos seus princípios.

Tal como Camões, Alexandre Herculano é objecto de numerosa bibliografia, que em ambos reconhece um pólo irradiador de cultura dedicada ao exercício do real, elevado e pesado no espírito. Não admira que ao longo da história se lhes dedicassem comentadores e divulgadores, nunca extinguindo, antes ampliando a poliédrica riqueza dessas personalidades.

Encontramos referências a Herculano no Dicionário Bibliográfico Português, de Inocêncio da Silva, na redacção de Gomes de Brito. Da numerosa bibliografia destacamos em particular, Carlos Portugal Ribeiro³³⁹, Vitorino Nemésio³⁴⁰, António José Saraiva³⁴¹, Joaquim Barradas de Carvalho³⁴², Joaquim Veríssimo Serrão³⁴³, David Mourão Ferreira³⁴⁴,

³³⁹ Carlos Portugal Ribeiro, *Alexandre Herculano. A sua Vida e a sua Obra*, 2 vols, 1933-34

³⁴⁰ Trata-se do mais reconhecido comentador e conhecedor da obra de Herculano, Vitorino Nemésio, *A Mocidade de Herculano até à volta do exílio, 1810-1832*, 1934.

³⁴¹ António José Saraiva, *Herculano e o Liberalismo em Portugal*, 1949

³⁴² Joaquim Barradas de Carvalho, *As ideias políticas e Sociais de Alexandre Herculano*, 1949

³⁴³ Joaquim Veríssimo Serrão,

³⁴⁴ David Mourão Ferreira, *Op.cit.*

Alexandre Herculano. Exposição Bibliográfica Comemorativa do I Centenário da Sua Morte, 1877-1977, B.P.M. do Porto, bem como a útil edição, comentada e tratada com índices, dos *Opúsculos* de Jorge Custódio e José Manuel Garcia³⁴⁵.

Condicional ao entendimento da extraordinária “*consciência*” que transpira de toda a monumental obra do historiador, ensaísta, politólogo e escritor, revela-se como contributo para a nossa tese, uma revisão biográfica que espelhe o percurso vivencial e o pensamento do mestre de Vale de Lobos.

Nasceu Alexandre Herculano de Carvalho e Araujo, no Pátio do Gil, Rua de S. Bento a 28 de Março de 1810. Seus pais, Teodoro Cândido de Araujo e Maria do Carmo de São Boaventura, não possuindo fortuna, gozavam todavia da comodidade de uma vida remediada, onde o trabalho burocrático do pai, “*fiel da Junta dos Juros*” permitia uma estabilidade confiante. Alexandre Herculano cedo demonstrou queda para as letras, aprendendo ainda em casa paterna a ler e a escrever. Como era hábito antes da extinção das Ordens Religiosas em Portugal, muitas aulas e

³⁴⁵ Alexandre Herculano, *Opúsculos*, edição em 6 volumes, organizada com introdução e notas de Jorge

estudos eram promovidos pelas congregações, por isso, Herculano cursou Humanidades na Congregação dos Oratorianos de S. Filipe Neri. Com apenas 15 anos matriculou-se na Academia Real da Marinha. Dois anos depois, o seu pai cegou, e nessa incapacidade de continuar o ofício, a família mergulhou em dificuldades financeiras que já não permitiram a Alexandre Herculano de cursar a Universidade. Porém inscreveu-se na Aula do Comércio e frequentou, sem todavia concluir, a cadeira de Diplomática na Torre do Tombo, facto que será decisivo para a sua formação e para a sua obra. O curso, no seu âmbito profissional destinava-se sobretudo a formar os futuros quadros notariais.

*“Em 1825 iniciou a sua vida literária, compondo poemas e convivendo com vários escritores, tendo chegado a entrar no círculo literário da Marquesa de Alorna”*³⁴⁶ A sua formação intelectual, cultural e política, numa primeira fase decorre precisamente da dinâmica das ideias que fervilhavam naqueles cenáculos, onde bibliografia estrangeira e novas correntes do pensamento fluíam na democracia inter-pares.

Custódio e José Manuel Garcia, Editorial Presença, Porto-Lisboa, 1982-1987.

³⁴⁶ Alexandre Herculano, *Opúsculos*, Op. cit.p10

Impelido numa primeira fase a abraçar as ideias das posições tradicionalistas, encontrar-se-á levado pelo percurso do seu idealismo universalista a tomar o campo oposto. Participando a 21 de Agosto de 1831, na malograda sublevação liberal de Lisboa pelo Regimento de Infantaria 4, viu-se constrangido a passar à clandestinidade e depois ao exílio.

Embarcou primeiro para Londres onde esteve pouco tempo, logo prosseguiu para França, fonte intelectual e alimento das consciências palpitantes de Rousseau e da nova cidadania. A sua residência em Paris foi sobretudo ocupada por uma auto-formação literária e teórica, enriquecida na frequência das bibliotecas de Paris e de Rennes.

O momento cultural em França nessa altura seria particularmente formador para Herculano, pois estará verdadeiramente no epicentro do nascimento do culto das “*antiquités nationales*”. Se nos determos um pouco a analisar esse clima que Alexandre Herculano vai testemunhar, não será difícil encontrar certamente raízes para todo o seu ideário na defesa das antiguidades pátrias, no conceito de “*património nacional*” e também de certo modo, na inspiração do próprio projecto do jornal *O Panorama* que virá a dirigir de 1837 a 1844.

O primeiro importante conceito é derivado ainda do período revolucionário e sendo promovido por Grégoire, faria desencadear o conceito republicano de património. Grégoire, face a uma acção considerada reaccionária, que representava a defesa do património histórico-monumental, encontrará um modo hábil de defender os monumentos das destruições iconoclastas do fervor revolucionário. Demonstrou que o “*vandalismo*” é na realidade uma obra contra-revolucionária, porque destrói uma virtude da revolução: “*les barbares et les esclaves, détestent les sciences et détruisent les monuments des arts, les hommes libres les aiment et les conservent*”³⁴⁷.

Acrescenta e divulga o conceito de Armand-Guy Kersaint, que, “*os monumentos são património de todos devendo ser mantidos, aumentados, embelezados às expensas de todos*” . Precisamente por isto deveria o Estado zelar pela sua salvaguarda. A Convenção Revolucionária, responsabilizaria os administradores dos departamentos da França: “*vous, n’êtes, que les dépositaires d’un bien dont la famille a le droit de vous demander compte*”. A Republica defendia assim o património monumental convertido em herança nacional, património da nação.

³⁴⁷ Relatório de Grégoire sobre as destruições operadas pelo Vandalismo e sobre os modos de o reprimir,

A partir de Paris, Chateaubriand com a sua obra *Le Génie du Christianisme*, promovia a fórmula da conciliação da nova França com o seu velho passado. No prefácio da edição de 1828, dizia que a sua obra “*surgia entre os destroços dos nossos templos. Por toda a parte se viam os restos das igrejas e dos mosteiros que acabavam de demolir*”. Reconhecia-se afinal o extraordinário testemunho que representavam estes marcos do cristianismo, abertos aos escritores e aos artistas. Esta obra vinha também pacificar a dolente reacção do Estado para com a Igreja, que celebrava uma Concordata com um *Te Deum* na Catedral de Notre Dame, apenas quatro dias após o surgimento da obra de Chateaubriand.

O artigo 257 do Código Penal francês já punia severamente os destruidores de monumentos. Mas de certo modo todo o ideário do sistema fora colocado em marcha a partir de 1810, quando o Conde Montalivet, por sugestão de Laborde, ordenara o inventário dos

monumentos. Ora Alexandre de Laborde³⁴⁸, ligado à embaixada de Lucien Bonaparte em Espanha, testemunhara o extraordinário e variado espólio peninsular, pouco divulgado na Europa, e que deu a conhecer na sua famosa obra ilustrada *in-folio*, *Voyage pittoresque et historique en Espagne*³⁴⁹. Regressado a França, continuará esse seu interesse dedicando-se ao inventário das antiguidades pátrias, *Les Monuments de la France*³⁵⁰. Outra fonte de inspiração para este movimento, será certamente a obra do Barão Taylor, *Voyages pittoresques et romantiques*, cujos volumes foram surgindo desde 1825 a 1864, e que igualmente influenciaram como modelo tantas publicações cultivando as viagens e o culto dos monumentos.

A actividade de inventário proposta por Laborde, levará a uma extraordinária resposta de 1810 a 1830 sendo efectuadas 585 memórias que contribuem decisivamente para o inventário dos monumentos, demonstrando esse zelo por parte do estado e difundindo a mentalidade do património pelos departamentos. Associando descrições arqueológicas e

³⁴⁸ Veja-se o “Elogio de Alexandre de Laborde” lido por Guignaut, Secretário Perpétuo da *Academie des Inscriptions et Belles-Lettres*, na sessão de 1 de Dezembro de 1866, e publicado nas *Mémoires de l’Academie des Inscriptions et Belles Lettres*, t.XXIII, p.274

³⁴⁹ Alexandre de Laborde, *Voyage Pittoresque et Historique en Espagne*, Didot, Paris, 1806.

³⁵⁰ Alexandre de Laborde, *Les monuments de la France*, Paris, 1816.

topográficas, sendo mais tarde publicadas nas *Mémoires de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres* sob a classificação de “*Antiquités Nationales*”.

Em 1824 Arcisse de Caumont conquistara a atenção dos estudiosos com o seu conhecido texto, *Essai sur l'architecture religieuse*, classificando a evolução arquitectónica do século XI a XVI, lido na Sociedade dos Antiquários da Normandia, introduzindo então o estilo Românico, apresentado numa leitura dinâmica e evolucionista da história.

Guizot nas suas aulas da Sorbonne, procurava fazer entrar a desprezada velha França na memória e na compreensão dos seus contemporâneos, mediante reflexão semelhante. Argumentava que o desdém do passado era um factor de grande gravidade para um estado “*d'un affaiblissement national*”, uma vez que o futuro era necessariamente herdeiro desse passado. Esforçando-se por demonstrar aos seus contemporâneos que “*les générations qui détiennent pour un moment la patrie, de ne pas croire qu'elle leur appartient à elles seules et que le passé en face du présent, c'est la mort en face de la vie*»³⁵¹

Em 1830, Paris mostrava-se dirigida em pleno a uma política nacionalista, de restauro da Monarquia e da Igreja, assistindo ao

³⁵¹ Guizot, *Mémoires pour servir l'histoire de mon temps*, Paris, 1858-1867, t.I, p.376

renascimento da história nacional, à expansão da literatura romântica de inspiração monumental religiosa, levando precisamente nesse ano ao início do restauro de Notre Dame, apresentado por Victor Hugo, defendido por Montalambert, apoiados igualmente por Vitet e Duchatel, ambos colaboradores de Guizot.

O mesmo Guizot que a 21 de Outubro de 1830, nomeara Ludovic Vitet para o cargo de Inspector Geral dos Monumentos Históricos.

Se Herculano não se refere explicitamente a Grégoire, todavia conhece profundamente os seus métodos e segue o modelo daqueles que absorveram as ideologias revolucionárias do conceito de património nacional, perfeitamente adquirido no espírito da obra de Guizot como historiador e político do mesmo quadrante. Num seu artigo, *Monumento e a Escola Politécnica*³⁵², de 1843, dá-nos bem conta disso mesmo, “*essa causa que defendo é a filosofia, da civilização, do cristianismo, disso a que Guizot chama o aspecto poético da história, e finalmente a causa do senso comum.*” Mais adiante dirá também, “*Guizot diz que um objecto se contém quase sempre mais completamente na ideia que dele temos, que na ideia que dele se dá*”. Refere-se ainda com inequívoca

³⁵² Alexandre Herculano, Op. cit., vol.III, pp.136 e 140.

identificação desse modelo que Guizot sempre representará na sua obra, “*o grande mestre de História dos tempos modernos*”.

Não será, pois, de passar ligeiramente este período de residência francesa de Herculano, que, como demonstra o seu primoroso francês escrito, foi extremamente aproveitado no estudo e assimilação de conceptualidades que darão universalidade às suas visões nacionais. Alexandre Herculano, como historiador-nato, respaldava-se num entendimento perfeito de que, enquanto uma nova fenomenologia histórica não viesse legitimar o liberalismo na evolução dos tempos, sabendo integrar o passado (o Antigo Regime) no futuro, não estaria consolidada a nova estrada. Por isso as suas intervenções virão sempre a pautarem-se por uma certa “*badalada*” de chamada aos princípios, uma espécie de recorrente “*Voz do Profeta*”, título da sua primeira presença crítica numa dimensão pública.

Atento às movimentações políticas em Portugal, deixaria a França, embarcando para os Açores em Fevereiro de 1832, integrado nas fileiras do exército dos “*voluntários da rainha*”, comandados por D. Pedro, Duque de Bragança.

Fez assim parte do desembarque de Pampelido-Mindelo de 8 de Julho de 1832. Progredindo com os exércitos para o Porto e aí resistindo ao cerco dos exércitos miguelistas. Esta dura e trágica prova, tal como alguns biógrafos já apontaram, teria consolidado no jovem e frágil soldado, essa reflexão de jamais comprometer a dignidade da vida humana aos caprichos dos políticos, preservando sempre a pureza das ideias. Na sua preparação mental, e no entendimento da lição francesa, tornava-se historicamente inevitável a reformulação cultural do antigo regime entendido, explicado e preservado à luz da nova perspectiva liberal.

Em 1832, testemunhará e implementará o Decreto que criava a comissão encarregue da *“arrecadação e guarda das livrarias-alfayas e outros efeitos pertencentes aos Conventos e Mosteiros da Cidade do Porto”*. A sua nomeação como segundo bibliotecário da recente Biblioteca Pública do Porto, permitir-lhe-á de iniciar essa reflexão e revisão da história, respaldada em documentos e livros dispersos, espalhados por bibliotecas e cartórios, sobretudo tutelados pelo clero nas zonas tomadas aos miguelistas, que na obediência do Decreto passavam a integrar os bens da nação.

O sucedido no Porto em 1832 e 1833 no tocante à nacionalização dos bens eclesiásticos, ensaia o projecto de 28 de Maio do ano seguinte da Extinção das Ordens Religiosas por todo o Reino. Herculano encontra-se próximo de Mousinho da Silveira, responsável pela arquitectura do projecto, com o qual seria salpicado no epíteto de “*mata frades*”, defendendo o cartismo que identificava nessa sua singeleza com a essência do liberalismo.

Em 1836 abandonou o cargo no Porto e rumou a Lisboa, com o pretexto da abolição da Carta Constitucional. Defenderá o Cartismo no seu “*A Voz do Profeta*”. Numa rica linguagem literária, prene de uma evidente densidade cultural e de subtilezas literárias, logo demonstrará o seu talento de polemista. Data de 1837 o seu envolvimento no projecto da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, responsável pela redacção do semanário *O Panorama*, cujo primeiro número sairia a 6 de maio desse mesmo ano.

Denotando precisamente a filiação desse jornal nos modelos conhecidos particularmente em Paris, e num verdadeiro espírito de pedagógica cruzada social, consta precisamente na “*Introdução*” do volume IX, de 1852, “*o jornal popular, creado pelo modelo dos mais acreditados nos reinos*

aonde florece a cultura intelectual, foi de certo o Panorama. ...A imprensa instructiva, e acessível a todas as fortunas e a todos os entendimentos, é um instrumento proprio para estimular os progressos em um paiz....O maior serviço que se póde prestar ao paiz é alimentar o fogo sagrado da instrucção; ...Jornal de todas as classes e de todos os partidos nenhuma porta se lhe fechou.” Este foi o projecto que Herculano conseguiu fazer vingar, e dessa tribuna privilegiada e aberta a toda a sociedade, iniciou a revisão das consciências. Foi precisamente nesse semanário que fez as suas invectivas mais notáveis, e criou a ideia de “*Monumentos Pátrios*”.

Recomendamos que a leitura desse texto seja vista na comparação das duas versões da autoria de Herculano, justapostas na edição dos *Opúsculos* de Jorge Custódio e José Manuel Garcia. Na verdade trata-se de duas versões, tendo por origem a publicada inicialmente em vários artigos entre 1838 e 1839³⁵³ em *O Panorama*, e depois a reformulada e rescrita em Vale de Lobos entre 1872 e 1873. O primeiro ditará a frescura e as novidades do pensamento de Herculano, escritos nas sonoras “*badaladas*” de quem clama pelos fiéis. A segunda versão espelha uma maturidade, uma ansiedade do que ficou por fazer, mas também o reforço do seu ideário no espírito uma

³⁵³ Alexandre Herculano, “O Panorama”, vol.II, 1838, “Os Monumentos I”, n.º69, pp.266-268, “Os Monumentos II”, n.º70, pp. 275-277; acresce, vol.III, 1839, “Mais um brado a favor dos monumentos”, I e II, n.º93, pp.43 a 45, e n.º94, pp. 50 a 52.

vez mais de “*voz de profeta*”. Será precisamente sobre estes artigos que basearemos o pensamento e o papel de Alexandre Herculano, destacando as passagens que traduziram ideias e conceitos base ou ainda destinaram atitudes. Poderemos sintetizar para o presente estudo, para além da inequívoca influenciam de toda a obra panfletária, de romancista e de historiador no pensamento português de realização da sua história pátria, os artigos que se referem directamente às questões da herança monumental.

Destacamos o primeiro conjunto de artigos, publicados nos *Opúsculos* com o título genérico de *Monumentos Pátrios* (1838-1839)³⁵⁴, de que faremos comentário e exposição das ideias dado a relevância. O outro conjunto de textos explicitamente referidos à problemática dos monumentos, *Duas*

³⁵⁴ Estes artigos saíram em “OPanorama”, sob os títulos, “Os Monumentos I”, vol.II, 1838, nº69, pp.266 a 268; “Os Monumentos II”, vol.II, 1838, nº70, pp. 275 a 277; “Mais um brado a favor dos monumentos”(I e II), vol.III, 1839, nº93, pp43 a 45 e nº 94, pp. 50 a 52.

Épocas e Dois Monumentos ou a Granja Real de Mafra (1843)³⁵⁵, e ainda *A Escola Politécnica e o Monumento* (1843)³⁵⁶.

Alexandre Herculano prepara a dimensão histórica e afina o tom do seu “sino”: *“mas que pode esperar aquele que, nessa longa e larga estrada do tempo, por onde o género humano corre desordenado, quizer vir da banda do futuro, e em nome do futuro, disser às multidões: parai lá! Embora a sua voz seja de bronze, embora as suas palavras façam vibrar todas as cordas do coração, e despertem todas as convicções da alma, não espere ser escutado; bem curto até será o seu discursar. Esmagado debaixo dos pés dessas ondas de povo, que passa desenfreado, a sua voz ficará sumida no pó, de uns terá insultos, doutros maldições, doutros silencioso desprezo, e aqueles, a quem uma abjecta e corrupta filosofia chama sábios e prudentes, dirão, com vil e egoísta compaixão, passando por ele, e vendo-o fazer espezzinhado: ‘Pobre louco, recebeste o prémio de querer contrastar o século!’* Herculano logo estabelece a quem se dirige, *“é contra o espírito destruidor desta geração que ora vive, que ergueremos a voz; ergué-la-emos a favor dos monumentos da história, da arte, e da glória nacional que todos os dias vemos desabar em ruínas.”*

³⁵⁵ O artigo saiu em “O Panorama”, vol.II, 2ªserie de 7 de Junho de 1843, nº77, pp.189 a 192

³⁵⁶ Foi publicado na *Revista Universal Lisbonense*, na rubrica “Conhecimentos Úteis”, 1843, nº38, pp. 469 a 473, depois no nº40, pp. 499-500; sobretudo este artigo foca mais o tema que nos interessa com o título, “O Monumento e a Escola Politécnica”, nº41, pp. 509 a 510; seguido de três outros, nºs 42,43 e 46, pp. 518 a 521, 533 a 537 e por fim 569 a 571.

Herculano traça um esboço da evolução das artes, a riqueza de D. João V e o racionalismo do pombalino. Considera que após estes dois momentos altos e opostos, segue-lhe uma decadência na arquitectura. Evoca depois a “*sublime magestade dos edifícios da Idade Média*”, que “*as gerações que então passaram não podiam compreender*”. Lamenta-se Herculano que “*porém os bispos sabiam teologia e direito canónico; os cónegos, alguns, sabiam latim; os frades eram eruditos, e homens de letras; mas nem os bispos, nem os cónegos, nem os frades curavam, ou entendiam de arquitectura. Entregaram tudo aos architectos, e os architectos, tudo estragaram.*” Levanta-se Alexandre Herculano contra todo esse labor de talha que no seu entender, de desprezo do barroco que afinal representava o Antigo Regime, cobria as vetustas colunas líticas dos templos. Esta nota de Herculano é um reparo importante de notar, pois que na política de Restauro levada a cabo pelos monumentos nacionais, a procura de uma vincada feição românica nos templos que o eram ou ainda a tentativa de uma contemporização do interior com a arquitectura original do templo, fez com que se optasse por “*descarnar*” e levantar todo esse trabalho de talha que afinal se perdeu. Como não seria também parte integrante dessa mensagem. Mas a exorcisação do passado passa sempre

por uma recensão crítica. Foi esta a de Herculano. foi também essa a dos Monumentos Nacionais durante o seu primeiro exercício.

Numa evocação romântica a que as influências ao sabor de Chateaubriand não são alheios, refere-se ao clima próprio e à iluminação meditativa própria dos templos dessas vetustas idades, transformados em *“sala de baile, como a sala dos legisladores, como a sala do teatro, como a praça pública, sem mistério, sem tradições, sem saudade.”*

Unindo-se à crítica Garretiana termina a sua ideia com o desdenhoso encómio: *“Glória aos rebocadores, estucadores, caiadores, e douradores do século que foi, e do que é?”*. Nesta figura afinal delimita aquilo que é estrutural e faz parte da arquitectura, daquilo que é ornamento e de certo modo *“máscara”* sobre a verdade subjacente.

O parágrafo seguinte continua a mesma lição mas também nos permite de concluir sobre a pragmática restauração pombalina do país. Na realidade procurou-se conter, cobrir, consertar, cair e mascarar, tudo aquilo sofrido não só pelo sismo, mas também pelos desacatos das invasões francesas, (frequentemente caiavam-se os retábulos de ouro das igrejas e capelas, para diminuir a cupidez dos exércitos franceses em vista da profusão de riqueza que transmitiam), depois a prolongada ausência da corte no Brasil.

Tudo isto traduziu-se numa contenção pragmática e singela que levaria Garrett e Herculano a desabafar no mesmo sentido, conforme aqui se refere este último, *“porém se a barbaria ridícula destes últimos cem anos procurou cobrir com o seu asqueroso véu os monumentos dos bons séculos, deixou-lhes ao menos os seus belos e sublimes perfis, as suas linhas architectónicas: a ideia primitiva dos edifícios escapou às picaretas, e aos boiões de cal delida; e apesar de que os edifícios, que o tempo arruinou em parte, foram reedificados, nessa parte, segundo os princípios da depravação moderna, ficando monstruosos e absurdos, na sua íntegra, todavia ainda há muito que estudar e admirar nesses monstros, enquanto outros ainda restam intactos nas suas formas gerais.”* Na sua pedagogia restauradora de uma nova atitude, Herculano procura estabelecer uma destrição, feita claramente do ponto de vista do seu discurso, *“dividimos a história da completa ruína da architectura; nós pertencemos à segunda: aquelas destruíram por ignorância, e ainda mais por desleixo: destruíram negativamente; nós destruímos por ideias exageradas e falsas: destruímos activamente, destruímos, porque a destruição é uma vertigem do tempo, uma febre que devora, não os corpos, mas os espíritos.”*

Toda esta fórmula inscreve-se na retórica revolucionária francesa presente em várias memórias à Convenção, procurando refrear os ânimos iconoclastas, cegos no ódio instilado, incapazes de discernir entre o

objecto e o símbolo, não reconhecendo a evidência da nacionalização que fazia desse património um bem comum. Rematando, *“felizes nós se pudéramos curar alguém dela; salvar ainda que seja uma só pedra das mãos dos modernos Hunos.”*

A referência a *“modernos Hunos”* é uma alusão à formula de Grégoire que comparava os escravos aos vândalos, pois eram incapazes de entender a arte não sendo livres. Esta expressão de *“vandalismo”* é na verdade forjada por Grégoire, indicando assim claramente a órbita das leituras de Herculano em França.

No segundo artigo sobre o mesmo tema, dando-lhe continuidade publicado no mesmo semanário, *O Panorama*, Alexandre Herculano, na sua primeira crítica chamava a si a audiência. Agora transmitia sem hesitações a lição. Claramente inicia com a crítica à arquitectura que importava as *“tradições da Grécia ou de Roma; porque de haverem revivido essas tradições, no princípio do século dezanove, tinha vindo indirectamente a ruína das letras e das artes europeias, cuja tendência era outra, e outro devia ser o futuro.”* Alexandre Herculano quer descobrir debaixo das importações que considera universalistas e uniformizantes uma essência pátria. Procura no retorno a essa unidade o reencontro com um destino interrompido. Nesta dimensão de reencontro com essa vetusta tradição estará o reencontro feliz com o devir dos

tempos. Também se compreende que essa rejeição se aplique ao estilo clássico, mais universalista num discurso que se deseja nacionalista.

Alexandre Herculano considera a “segunda época” histórica do seu discurso a que “ *começou há poucos anos, mas nesses poucos anos já dará maior número de páginas malditas à história da arte, do que lhe deu século e meio. O picão e camartelo só há bem pouco tempo que podem dizer: triunfámos!*” Adiante reforça, “*corre o vandalismo despeado de um a outro extremo do reino, e tudo assola e desbarata: e o mais é que não há colhê-lo às mãos e afogá-lo; porque, semelhante a cómico perfeito, desempenha todos os papéis, e veste-se com todos os trajes. Aqui é vereador municipal; ali administrador de concelho! ora é ministro; logo deputado: hoje escritor; amanhã empregado público: corre na carruagem do fidalgo; faz assentos de débito e crédito no escritório do mercador; dá silabadas em latim de missais, prega, por cafés, sermões de economia política, e de direito público; capitaneia soldados; vende bens nacionais, ensina ciências: enfim é tudo, e mora por toda a parte. Atento a que não soe em nenhum lugar uma única voz do passado, esbraveja, argumenta, esfalfa-se; e é necessário um ruído de monumentos desabando, para que ele adormeça por um pouco, e repouse da sua perpétua lida. Apesar da ferocidade do vandalismo não se creia que ele é descuidado no vestido, medonho de catadura, decomposto nos ademanes: não senhores! O vandalismo é aprimorado no traje, lbano no gesto, cortês no trato. Encontrá-lo-eis nas salas*

requebrando as damas, dançando, tomando chá: vereis que entende francês e inglês; que leu Voltaire e Pigault-Lebrun, e que sabe quase ler e escrever português. O vandalismo é cortesão, civil, e afável. Que não veja um monumento, e será o ente mais pacífico deste mundo”.

Este lançamento da tribuna de Herculano, tem a capacidade de cair como uma pesada verdade intemporal. A este propósito David Mourão Ferreira, referia-se com razão: *“quase tudo nesse texto é tão actual que em tais páginas apenas envelheceu – ou de qualquer modo se tornou contestável à luz das modernas concepções da história de arte – o que aí respeita à incompreensão manifestada por Herculano perante a arquitectura do século XVIII. Mas tudo o mais – a parte propriamente doutrinária do texto, a clareza e o vigor das ideias gerais, a lúcida equação dos problemas e a pertinente proposta de soluções – conserva uma tal frescura e uma tal oportunidade que, sob muitos aspectos, não seria hoje possível fazer nem dizer melhor”*³⁵⁷. Na verdade também é nosso entendimento a constatação de aspectos recorrentes desta crítica de Alexandre Herculano, que reconhece muito justamente no mesmo ambiente iconoclasta o ignorante e o pretensioso, ambos ultrapassando claramente os limites dos seus direitos num abuso de um gesto contra o colectivo.

³⁵⁷ David Mourão Ferreira, Op. cit., p.8

Colocando o padrão do passado exorcizado pelos argumentos de nacionalidade, define, “*mas desgraçadamente o velho Portugal estava coberto de recordações do passado. Cada facto histórico tinha uma igreja, uma casa, um mosteiro, um castelo, uma muralha, uma pedra de sepulcro, que eram os documentos perenes desse facto, e da existência das pessoas que nele tinham aparecido: com isto tudo topon o vandalismo e irou-se.*” É claro que Herculano desenvolve aqui uma matriz espalhada por todo Portugal, que destruída, destruirá também a sua Portugalidade. Procura transformar com razão. Aliás logo escreve: “*razão tinha; nem lha negamos.*” Mas depois, “*em superstições, e semeando estes vocábulos por meio de sentenças filosóficas, de lugares-comuns do catecismo de Ramon Salas, chamou os homens do alvião e picareta, começou a derrubar, vitoriado pelo povo.*” Aqui está a deformação que conduz o “*vulgo*”, como aqui se entende o povo, uma espécie de indiferente parasita alimentando-se baixamente das carcaças que o tempo lhes faz chegar, e os leva por fim a destruir a sua própria matriz. Aliás prossegue com clareza “*só ele, imóvel no meio de mil mudanças, no meio de opiniões contrárias de lutas, de comoções, tem apontado constante ao seu alvo, a demolição do passado: ele pertence a todos os bandos políticos, aceita todos os jugos, contanto que o deixem roer os testemunhos da história e da arte; que o deixem fazer-*

nos esquecer da glória nacional, e de que somos um povo de ilustre ascendência, este pensamento é o seu pensamento único, perpétuo, e inabalável.”. Demonstrando também que se respalda em quem o apoia e procura abona, “de todos os ângulos do reino se alevantam brados de homens generosos, que lamentam as ruínas dos velhos edifícios, a profanação dos sepulcros, a destruição de todas as memórias da arte e da história.”

Depois, de fazer troar a sua voz apelando a um respeito pelo passado e pelos monumentos que afinal representa o respeito pelos próprios e sinal de vida e de futuro, Alexandre Herculano desfere exemplos que soam ainda mais amplificados no quadro da sua exposição e espalhados por todo o país. Herculano terá testemunhado em Coimbra um verdadeiro momento de crise quando nos informa: *“levaram-nos a Coimbra em 1834 obrigações de serviço público: aí residíamos quando foi suprimido o mosteiro de Santa Cruz. Correu então voz pública de que houvera quem se lembrasse de pedir que este belo edifício fosse entregue à municipalidade. Ninguém imaginará para quê. Era para esta o mandar arrasar, e fazer uma praça. Não veio a lume este projecto nefando, nas não foi por minguia de bons desejos”*. Já Herculano se queixava destes incompreensíveis

rebates de um municipalismo boçal e ignorante, que ainda hoje se obstina a arrasar ou a mascarar em gesto de celofane credor de votos.

Conhecedor das tendências iconoclastas, Herculano com a perspicácia do historiador que no caso é mais uma ironia de esperança desfere: *“pelas largas que tem tomado o vandalismo podemos sem receio assegurar que dentro de cinquenta anos não haverá em Portugal um monumento.”* Esta terrível diagnose sustenta de imediato, para o espírito cinicamente clemente, *“correi as principais cidades do reino: buscai os mais veneráveis edifícios: ou jazem por terra, ou foram destinados para estabelecimentos que de necessidade os estragaram. A bela e veneranda igreja de S. Francisco do Porto, único monumento do século XV que possuía aquela cidade, foi destinada para armazém da Alfândega. O mosteiro dos Jerónimos em Belém, obra-prima da arquitectura média entre a neogótica, e a chamada do renascimento, edificio magnífico de uma época de transição na arte, como Santa Sofia de Constantinopla o é doutra época semelhante, foi deturpada não nos importa por quem; o seu maravilhoso claustro afeado com paredes caiadas, e convertido em dormitórios forçosamente húmidos e malsãos. A Batalha, Alcobaça, o convento da ordem de Cristo em Tomar caem em ruínas; e diz-se: Que importa? Bárbaros! Importa a arte, as recordações, a memória de nossos pais, a conservação de coisas cuja perda é irremediável, a glória nacional, o passado e o futuro, as obras mais espantosas do entendimento*

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

humano, a história, e a religião. Vós homens das destruições, dos alinhamentos, dos terreiros, da civilização vandálica, é que importais bem pouco; porque, semelhantes a vermes, roeis, mas não edificais; porque neste mundo não deixareis rasto vosso, tendo sabido apagar tantos vestígios albeios”...Numa verve crítica contundente, estende a crítica ao derrube de um troço da muralha Fernandina em Lisboa, “este fragmento, esta memória, testemunha da mais brilhante época da nossa história, lá se está derrubando para se fazer uma praça, bem larga, onde caibamos; porque é indubitável, que nós, homens gigantes, comparados com os nossos avós, pigmeus conquistadores da África e da Índia, não cabemos onde eles couberam”...

Procurando dirigir a crítica através do valor mais prezado do burguês, já que ele não é sensível aos argumentos da história, Alexandre Herculano, analisa o património através da Economia. Sendo esta parte bastante famosa, até pela sua transcrição no *Relatório de 1875*³⁵⁸. Surpreende-nos nunca termos visto referido a atribuição a Alexandre Herculano da primeira visão europeia que reconhece o valor económico-turístico do monumento. Quando hoje estudamos a construção do ICOMOS da Carta do Turismo Cultural, ou os mecanismos económicos que animam o

National Trust, não podemos deixar de recordar o eco destas palavras de Herculano muito justamente observadas com a mesma “voz de profeta”: “*é a economia a ciência do nosso tempo: - Todos falam em capitais, em indústria, em riquezas sociais, em valores: mas que serão os velhos edifícios; que serão essas admiráveis máquinas de mármore e granito? São resultado ou produto da concepção, da aplicação, e da execução: são, portanto, uma riqueza social: e por que, e para que aniquilais vós essa riqueza? Dado que ela representasse um capital morto, devereis acaso lançar este fora? Todavia um monumento, recomendável como objecto de arte, é um capital produtivo. Calculai quantos viajantes terão atravessado Portugal, durante um século. Certo que não é para correrem nas nossas cómodas diligências por nossas belas estradas, ou navegarem nos nossos rápidos vapores por nossos espaçosos canais: certo que não é para aprenderem a agricultar com os nossos agricultores; nem a fabricar com os nossos fabricantes; mas para admirarem o mosteiro da Batalha, o templo romano de Évora, o castelo da Feira, a colegiada de Guimarães, o convento de Belém, e enfim, tantas obras-primas de arquitectura, que encerra este cantinho do mundo. E dissei-nos: credes que o estrangeiro alcança o fim de sua peregrinação, sem despende muito ouro? Ignorais que esse ouro se derrama por mãos de portugueses? — E falais vós outros de Economia Política; e aniquilais o capital dos monumentos? Homens do camartelo, se vós não sois o tipo ideal*

³⁵⁸ Relatório da Comissão Nomeada por Decreto de 10 de Novembro de 1875 para propor a reforma do ensino artístico e a

do absurdo, pode já ficar assentado em dogma filosófico, que o absurdo não tem tipo ideal”.

Esta exposição de Alexandre Herculano é um inequívoco testemunho de que não se trata de um simples texto crítico, mas de uma verdadeira *tese*, colocada ao julgamento dos leitores, defendendo uma realidade que por requerer uma reflexão alheia aos espíritos mercantilistas e positivistas, se considerava alimento de sonhadores. Herculano brilhantemente desmonta com argumentos alheios ao seu discurso mas sonantes do lado das orelhas acostumadas ao capital, uma razão adicional para preservar e conservar os monumentos, para além do valor histórico demonstrado, como um valioso bem nacional.

Perante o panorama, Alexandre Herculano apela a “*todos os homens, que têm um coração português, fizessem uma associação, cujos membros estivessem espalhados por todo o reino: que os residentes de Lisboa formassem uma espécie de junta, à qual os das províncias, logo que à sua notícia chegasse a demolição de algum monumento da história ou da arte, remetessem uma breve nota, individuando as circunstâncias do*

edifício destruído e o nome do arrasador, quer este fosse autoridade pública, quer fosse algum particular”.

Foi assim, também Herculano o primeiro a propor a criação de uma associação nacional que zelasse pelos monumentos, uma espécie de Associação de Defesa do Património organizada e coordenada à escala nacional pela “*junta de Lisboa*”, que por estar junto do governo promoveria os contactos necessários. Verifica-se afinal que sempre existiam as pessoas, os métodos, as vontades, falhando sempre um empenho político firme e continuado...

Alexandre Herculano como vimos, dominava plenamente os efeitos literários e a forma de dirigir os discursos. Abordando uma fantasia oriental, que parece seguir o ambiente de Volney, *Les Ruines*, vem colocar o leitor perante uma reflexão sobre a grandiosidade das ruínas: “*vós outros quereis derrubar a memória dos que foram, porque a sua magestade pesa mais sobre a vossa consciência, do que sobre esse chão, que parece gemer e curvar-se debaixo de tantas grandezas. Melhor fora que, convertendo-vos à virtude antiga, vos tornásseis uma nação forte e ilustrada, capaz de erguer monumentos, que emulassem estes.*” Logo Herculano numa espiral rodopia o cenário, dirigindo-se de novo ao rosto nacional

que de espectador passa a enfoque, “*e, em verdade, qualquer de nós ousaria dizer isto ao árabe do deserto? Não! — porque nós somos como eles: nós também nos persuadimos de que, varrendo todos os vestígios do antigo Portugal, podemos esconder aos estrangeiros a nossa decadência actual, e cremos, que, para ser homens deste século, é preciso que reneguemos dos nossos maiores.*”

Nestes três artigos que comentámos de relance estão contidos três aspectos fundamentais da mensagem de Herculano, o primeiro é a introdução do sentido de História e de Passado, para quem ama verdadeiramente a liberdade: será impossível fundar uma nova sociedade parindo-a do nada; segundo, procura gerar um movimento em prol da defesa do património nacional, de baixo para cima, contrariando o tradicional circuito dos políticos; por fim, lança o embrião de um culto nacional que resulta numa resposta expedita de cartas e descrições bem mais rápida do que o inventário encomendado por Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque à Academia Real das Ciências em 19 de Fevereiro de 1836.

No mesmo artigo Herculano dá-nos conta dos resultados, “*todavia alguns indivíduos há aí, que ainda gemem vendo a destruição das venerandas*

memórias dos tempos gloriosos de Portugal: ainda há quem lute contra a torrente de barbaria, que alaga esta terra, tão rica de recordações, as quais homens, cujos pensamentos e desejos só se inclinam para o lodo, pretendem de todo aniquilar. – O grito de indignação, que soltámos há tempo contra o vandalismo desta época, achou eco, por várias partes do reino, em corações ainda portugueses. Temos recebido algumas cartas”...

Estava-se em 1839, os leitores de *O Panorama* participaram solidariamente neste repto de Herculano, definir-se-ão outros combatentes da grande causa dos monumentos pátrios como Mendes Leal³⁵⁹, Inácio de Vilhena Barbosa³⁶⁰, Francisco Adolfo Varnhagen, Latino Coelho, Rebello da Silva, Castilho, e outros que deram de vários modos continuidade ao apelo do insigne pensador .

Alexandre Herculano conseguira afinal fazer passar a ideia fundamental que a Revolução Francesa introduzira para o conceito de património, que

³⁵⁹ Convirá destacar a contribuição José da Silva Mendes Leal, Bibliotecário-mór, na legislação sobre Inspeção de Monumentos e Antiguidades, publicado no Boletim Oficial de Instrução Pública de 21 de Março de 1860.

foi de facto a ideia de “património nacional”: *“fora necessário, que se entendesse, enfim, que qualquer monumento histórico não pertence ao município dentro de cujo território jaz; mas que pertence à nação toda, porque nem a mão poderosa que o fez erguer, regia só esse município; nem as somas que aí se despenderam foram tiradas só dele, nem a história, que requer para documentos essas pedras antigas, é a história de uma vila ou cidade única, mas sim a de um povo inteiro.”*

Com a mesma “voz de profeta” lança adiante outro princípio lapidar nem sempre entendido, e que, de certo modo, Herculano compreende que frequentemente surge como o alibi do progresso boçal: *“que quereis que se faça acerca dos monumentos? – Que queremos se faça?! Que se deixem em paz. Não pedimos museus; porque estes são apenas cemitérios das artes”*³⁶¹. Os fragmentos de um edifício tirado do seu lugar, sem destino, sem união, são mortos³⁶²: são cinza e pó de mármore. Reúnam-se em bibliotecas e em galerias de pinturas os livros ou quadros, que

³⁶⁰ Inácio de Vilhena Barbosa é um escritor dedicado às antiguidades pátrias, colaborador de *O Panorama*, fundou o *Universo Pittoresco*, e sobretudo o *Archivo Pittoresco* (conhecido como “O Panorama da geração moderna”), colaborou na *Ilustração Luso-Brasileira*, no *Panorama photographico de Portugal*, no *Mosaico*, no *Ramalhete Christão*, nas *Artes e Letras* e também na secção folhetinística do *Commercio do Porto*. Foi o autor de duas destacadas obras, *Estudos Historicos e Archeologicos*, 2 vols, Lisboa, 1874 e *Monumentos de Portugal*, Lisboa, 1886, onde se recolhem muitas notícias. Uma importante e bela obra de heráldica local, *As cidades e Villas da Monarchia Portugueza, que têm brazão d’armas*. Em 1881 foi encarregado de colecionar objectos que representassem a arte ornamental portuguesa na *Exposição de Kensington* e depois na *Exposição de Arte Ornamental* de 1882.

³⁶¹ Alexandre Herculano conhecia “por dentro” estado deplorável com que se arrecadara os bens nacionalizados dos conventos sobretudo os quadros e bibliotecas...

³⁶² Contudo o Museu do Carmo será feito assim, bem como o Museu do Azulejo no nosso tempo.

não foram roubados, estragados, ou abandonados por ignorância cracíssima: mas as pedras só pedem repouso! – Faça-se uma lei de monumentos, já que se fazem leis para tudo. Que os procuradores da Nação lhe salvem os seus títulos de nobreza. Haja no seio da representação nacional um português, que alevante um brado enérgico a favor do passado: a sua voz achará eco em todos os ângulos do reino; porque em todos eles há homens sisudos, e peitos generosos. Diga a lei aos arrasadores que os monumentos são propriedade pública e não desta ou daquela cidade, vila ou aldeia, já que a razão lho diz debalde. Tenha enfim, essa lei a sanção do castigo, já que em um século corrupto, as palavras, vergonha e glória vão como a palavra nau, passando para o glossário dos arcaísmos.”

No seu artigo denominado *A Escola Politécnica e o Monumento*, que saiu em vários números da *Revista Universal Lisbonense* alimentando uma acesa polémica, Alexandre Herculano dá-nos no nº41 uma análise-definição do que é afinal o *Monumento*, evocando para tal filologicamente o gramático Festo: “o mais antigo escritor por mim conhecido que definisse a palavra monumento, é o romano Festo. Monumento – diz ele – é qualquer coisa que se fez por memória de alguém ou de alguma coisa.”

Este destaque que demos aos textos de Herculano, permitiu entender quanto, como chuva fecundadora, penetraram nas consciências estas vozes de profeta e estabeleceram o *humus*, onde o seu papel de historiador encontrará campo para lavrar.

A 1 de Agosto de 1839 foi designado para o cargo de Bibliotecário-Mór de Sua Majestade e na direcção das Bibliotecas da Ajuda e das Necessidades.

Em lugar privilegiado pôde assim prosseguir as suas investigações e seus estudos nas fontes da nacionalidade e na sua querida “*média Idade*”. Manteve a colaboração regular no *Panorama* até 1844.

Consegue o lugar de Deputado às Cortes em 1840, mas afasta-se no ano seguinte. Em 1844 foi nomeado sócio correspondente da Academia Real das Ciências.

Dedica-se cada vez mais a escrever, enriquecendo o seu romanceiro com várias obras que publica em *O Panorama*, em folhetins, *O Bobo* (1843), *Eurico* (1844), *O Pároco de Aldeia* (1844), *Os Infantes em Ceuta* (1844), *O Monge de Cister* (1848), as *Lendas e Narrativas* (1851). O seu contributo como historiador revela-se com as *Cartas sobre a História de Portugal* (1842), que serão as fundações da sua *História de Portugal* (1847,1850,1853).

A partir de 1850 resolve de novo entrar na luta política, vindo uma vez mais a sentar-se na oposição, os seus princípios continuamente preservados no altar do purismo idealista, não se conformavam com os burguesismos economicistas do fontismo. Por um momento é novamente eleito para um cargo público que vem rejeitar pelas incompatibilidades do seu idealismo, não se rendendo a compromissos.

Em 1854, 1855 e depois 1859, sai a lume a sua *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*. No âmbito das suas pesquisas percorreu o país com o intuito de recolher documentos arcaicos portugueses. Viaja pelo centro e pelo norte do país entre 1853 e 1854, uma vez mais contactando com o desastre da realidade patrimonial que profundamente o entristece, relatado no seu diário publicado sob o título *Cenas de um Ano da minha Vida*, (foi nessa altura que recolheu para o Estado o célebre *Apocalipse do Lorrão*).

Das suas pesquisas na Torre do Tombo, resultou o fundo essencial do *Portugaliae Monumenta Historica*, que pela primeira vez tornava acessível uma recensão de verdadeiros “monumentos” da “história pátria” que decisivamente contribuía para fundar. Tratavam-se dos documentos estruturais e

incontornáveis da arquitectura histórica do monumento Portugal.

Herculano envolveu-se neste projecto de 1856 a 1873.

Entretanto, desde 1854 que se apaixonara pela agricultura e numa parceria com Joaquim Filipe de Soure e Brederode, arrendara a Granja do Calhariz da Arrábida. Prenunciava-se a “*profecia*” lançada no artigo sobre a *Granja de Mafra*, mantendo que o grande “*monumento*” do seu tempo seria a agricultura metódica e científica, tema que o ia absorvendo cada vez mais.

Numa reviravolta, o polemista, resolve por fim pensar na sua própria vida, resolvendo-se a casar com D. Mariana Hermínia Meira em 1 de Maio de 1867. Extenuado com a direcção ingrata que a política conferia sempre às melhores causas, resolve retirar-se para uma propriedade em Vale de Lobos, Santarém, com 43 hectares, onde se dedicará a plantar árvores e a fazer um Azeite “*Herculano*”, comercializado pelo Jerónimo Martins, que chegará a ser premiado na Exposição Universal de Paris.

Nesse retiro horaciano do “*Procul negotiis*” nunca deixou de conviver e corresponder-se com os seus amigos que recebia com frequência. Ainda se envolveu numa última polémica por ocasião do encerramento das Conferências do Casino. Mas a estrada já tinha o traçado nas mãos de outros mais novos...

De regresso a uma visita de retribuição a Lisboa ao Imperador do Brasil D. Pedro II, adoeceu com uma pneumonia, fechando os olhos a 13 de Setembro de 1877, na sua Quinta, entre as árvores que plantara, entre o seu azeite “*Herculano*”, rodeado de papéis de uma vida, que coligira e rescrevera...eram os *Opúsculos*...

Numa reflexão de relance sobre Herculano, encontramos no que se refere à questão dos monumentos, uma espécie de um Ruskin, no idealismo, no rigor filológico, na paixão medievalista, mas também num estoicismo poético e sobretudo num humanismo e dedicação social que em fim de vida a ambos aproximará quase ao “*socialismo*”. No entanto o que os torna diferentes são os princípios inspiradores de raiz francesa em Herculano. De resto, para a sociedade Portuguesa, podemos com justeza reclamar para Herculano esse papel da “*Lamp of Memory*”, que muito antes do escritor inglês, lapidarmente lançou da tribuna do semanário *O Panorama*, no reconhecimento do *Património Nacional*.

4: Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque: a Tutela

Talvez pelo seu idealismo político, mas certamente pelo seu súbito desaparecimento na pujança dos seus empenhos, num dos episódios militares mais sangrentos das lutas fratricidas de meados do século XIX, Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque tem sido personagem discreto na boca de cena da história, mas ainda mais na história da salvaguarda dos monumentos em Portugal³⁶³. Logo no primeiro elogio póstumo que lhe é feito em Coimbra em 1850, o seu nome está ainda eivado de tabus políticos em virtude das suas posições extremistas, ficando de fora o seu perfil de activo participante nas campanhas liberais, nos governos e o seu activismo político. Em 1856, na Academia das Ciências, quando se lhe honra a memória, é distinguindo como cientista, director da Classe de Ciências.

³⁶³ Várias foram as memórias que recordaram Mousinho de Albuquerque, no seu mérito científico e como personalidade com responsabilidades de planeamento da vitória liberal, todavia é a sua própria memória sobre o restauro da Batalha que nos chama a atenção sobre o seu interesse na defesa dos monumentos. A fazer-lhe essa justiça, duas importantes Teses recentemente publicadas vêm definitivamente ilustrar o seu desempenho no restauro da Batalha e a divulgar a sua importante acção. A obra de Maria João Baptista Neto, *James Murphy e o restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX*, Op. cit., e ainda a de Clara Moura Soares, *O Restauro do Mosteiro da Batalha*, Op.cit. Como biografia mais completa sobre o personagem, sugerimos a interessante obra de Magda Pinheiro, *Luís Mousinho de Albuquerque-Um intelectual na Revolução*, Quetzal,1992.

O seu entusiasmo, a forma idealista e apaixonada como se dedicava à vida, aproximou-o da figura dos deslumbrantes cometas, que deixam após fugaz passagem o desvanecimento do seu rasto momentâneo, o vaziu da eternidade.

Não foi totalmente assim³⁶⁴, mas pouco faltou para que isso sucedesse. Entretanto muita documentação se perdeu.

³⁶⁴ Luis da Silva Mousinho de Albuquerque deixou apesar de tudo um espólio que faz justiça pela quantidade, e ilustra-o pela amplitude dos seus interesses e cultura. Deixamos uma lista das suas obras impressas e manuscritas segundo Magda Pinheiro, Op. Cit., p.205: Poema *O Dia*, 1813, Pinheiro Chagas, Inocência 1825); *As Geórgicas Portuguezas*, (dedicadas a D. Anna Mascarenhas de Athayde), Paris, A. Bobée, 1820; *Ideias sobre o Estabelecimento da Instrução Pública*, Paris, 1823, (reeditado por Luís Reis Torgal e Isabel Nobres Vasques, em *A Revolução de 1820 e a Instrução Pública*, Porto, 1984, pp.323 a 357); *Curso Elementar de Física e de Química oferecido aos alunos destas ciências no Laboratório de Química da Casa da Moeda*, Lisboa, 1824, 5 volumes; *Observações sobre a Ilha de S. Miguel recolhidas pela comissão enviada à mesma ilha em Agosto de 1825 e regressada em Outubro do mesmo ano*, Lisboa, Imprensa Régia, 1826; *Observações para servirem a História das Ilhas da Madeira e Porto Santo e Desertas oferecidas à Real Academia das Ciências*, Lisboa, 1836, Tomo XII, 1ª parte; *Relatório do ministro secretário de Estado dos Negócios do Reino apresentado às Cortes em 1836*; *Relatório do estado da barra da Figueira apresentado a S.M. Fidelíssima* por Luis da Silva Mousinho de Albuquerque, tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros, Lisboa, 1837; *Breve exposição do esforço em favor da Carta Constitucional, em Portugal, em 1837, por um testemunho ocular*, Ponte Vedra e Lisboa; *Aos senhores deputados e ao Congresso*, Paris, 21^{de} Dezembro 1837 (em conjunto com Palmela, Saldanha e Terceira); *Relatório contendo fundamentos e a explicação da despesa orçada para a repartição das Obras Públicas do reino*, e exposição do sistema fundamental para a aplicação dos fundos votados para esta repartição e a indicação e proposta de algumas providências legislativas, e regulamentares, necessárias para o andamento regular deste ramo do Serviço Público: apresentado ao ilustríssimo e excelentíssimo senhor ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino, em observância da portaria de 17 de Novembro de 1840, pelo inspector-geral interino das Obras Públicas do Reino; *Relatório geral sobre as Obras Públicas do Reino* apresentado ao excelentíssimo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino, pelo inspector-geral interino, o conselheiro de Albuquerque em 18 de Julho de 1840; *Relatório da Inspeção às Obras e Comunicações Internas nos Distritos do Reino ao Norte do Tejo*, executada em Outubro e Novembro de 1842. Lisboa, 6 de dezembro de 1842; *Ruy, o Escudeiro*, romance, Lisboa, 1844, Oferecido à Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis; *Memória Inédita sobre o Edifício Monumental da Batalha*, Leiria, 1854, Lisboa, 1867 e 1881. Acrescentam-se alguns manuscritos com interesse para a questão da sua actividade no restauro de monumentos; no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Correspondência relativa à Inspeção-Geral das Obras Públicas, 1842-1843. MR66; nos Reservados da B.N.L, Obras a fazer em S. Francisco, mss225, n°211. Alguns manuscritos biográficos permanecem na posse dos herdeiros, família Albuquerque d'Orey.

A importante *Memória Inédita Acerca do Edifício Monumental da Batalha*³⁶⁵, que relata os moldes da intervenção de restauro de Luiz Mousinho de Albuquerque na Batalha, foi coligida e composta com base no espólio deixado por D. Ana Mascarenhas de Athayde, que zelou sempre em defender dedicadamente a memória do seu marido.

Luis da Silva Mousinho de Albuquerque nasceu em Lisboa a 16 de Junho de 1792, filho do Desembargador Pedro Mousinho de Albuquerque e de D. Luisa da Silva Gutierrez. Foi seu Padrinho de Baptismo o Marquês de Ponte de Lima, D. Tomás Xavier de Lima, então Secretário de Estado e fundador da Real Biblioteca Pública em 1796.

Nascia Luis Mousinho, 13 anos após a fundação da *Academia das Ciências*, instituição de que foi um empenhado animador, esse importante cenáculo, que ao reunir um núcleo nacional de eruditos, acabaria por difundir os pensamentos iluministas e as novas correntes de pensamento oriundas da Revolução Francesa. Uma era nova nascia da proclamação da República Francesa nesse mesmo ano de 1792, com a substituição do calendário, a mudança de nome das cidades e vilas, a supressão de toda e qualquer referência à Religião Católica ou ao Antigo Regime, os nomes

³⁶⁵ Luis da Silva Mousinho de Albuquerque, “*Memória Inédita sobre o Edifício Monumental da Batalha*”, Leiria,

descristianizados e democratizados, reformam-se até os baralhos de cartas, numa tentativa demagógica política de apagamento radical de todo um passado. Mousinho nascia naquele preciso momento de transição do Antigo Regime para tempos de instabilidade que trariam para a Europa juntamente com o novo século, as duas energias fortes do Romantismo, o idealismo e o positivismo. Entre estas duas correntes se definirá exactamente o percurso de Luis Mousinho de Albuquerque, nesse enlevo de espírito inflamado, aristocrático e liberal como um Lamartine ou um Delacroix representam.

No entanto, à partida tudo fazia crer o contrário, destinando-se ao jovem a carreira eclesiástica na Ordem de S. João de Jerusalém ou de Malta. De facto, ainda com cinco anos já se lhe pedia a dispensa de menoridade para o ingresso na Ordem de Malta.

Com apenas 9 anos desloca-se acompanhando a família para Leiria, em resultado de doença do Pai, que acaba por falecer. As invasões francesas e a partida da Côrte para o Brasil representam um horizonte de provas difíceis para toda a família. Em 1809 regressa a Lisboa com a mãe, determinado a recusar prosseguimento na carreira eclesiástica para o que o

1854, Lisboa, 1867, e 1881.

destinavam, revelando a sua inclinação para as ciências, requer a 3 de Novembro, então com 17 anos, o ingresso na Brigada de Marinha e entra na Academia Real da Marinha. Em 1812, com 20 anos, já completara com sucesso o curso de Matemáticas, o que o colocava em posição de candidatar-se aos postos de Oficial Engenheiro.

Todavia, resolve dedicar-se à agricultura, procurando apoio material num parente proprietário no Fundão. Provido de um modo de sustento que lhe alcança segurança financeira, embora magra, decide em 14 de Outubro de 1816 casar-se com a sua prima Ana Mascarenhas de Athayde em São Brás da Romeira. Embora os primeiros tempos sejam entusiásticos, em que trabalha nos campos e vai compondo o poema das *Geórgicas Portuguesas*, a insuficiência dos resultados do seu empenho e o atavismo do interior, deficiente nos meios de transporte e escoamento da produção agrícola, impedem-no de atingir os resultados esperados. Por outro lado que estímulos poderia oferecer ao jovem casal lisboeta o Fundão nas primeiras décadas do século XIX?

Em 1820 já com 2 filhos, decidem terminar a experiência no Fundão e numa decisão radical, partem para Paris onde o seu tio Mascarenhas Netto era director dos *Anais das Ciências das Letras e das Artes*. Mousinho de

Albuquerque é muito bem recebido, pois o seu tio não deixa de o considerar um potencial colaborador. Representa para mais uma janela extraordinária para o saber, para uma actualização bibliográfica e uma fonte para novas introduções a personagens importantes.

Esta oportunidade para Luis Mousinho era estimulante. Vivendo numa grande capital, que fervilhava de contactos no mundo da ciência e cultura, e que representava também uma grande escola política. Vem a conhecer no âmbito das ilustres visitas da casa o Abade Grégoire, amigo do seu tio Mascarenhas Netto³⁶⁶.

Sabemos tão somente que era frequentador da casa de seu tio, Mousinho não nos refere directamente qualquer colóquio particular que tivesse havido. Todavia esse conhecimento edificava-se em similitude de pontos de vista e as conversas, ao rodarem vários temas, certamente terão tocado assuntos caros a Grégoire. Não excluimos a possibilidade das ideias do criador dos conceitos de *Vandalismo*, de *Património Nacional*, de monumento como um genial símbolo colectivo e argumento de

³⁶⁶ Veja-se em Françoise Choay, *L'Allégorie du Patrimoine*, no índice onomástico “Grégoire” e as várias entradas, para se entender a importância deste personagem e a sua acção em favor das ideias republicanas de preservação do património monumental. Ver também em Paul Léon, *Les Monuments Historiques*, Paris, 1917 e ainda em Louis Réau, *Op.cit.*

nacionalidade, terem marcado e possivelmente influenciado Luis Mousinho.

Em Paris estudou também Química e Botânica. Foi aluno de Vauquelin nos laboratórios do Jardim des Plantes. A colaboração com o seu tio colocava-o também na proa do conhecimento de todas as publicações literárias e científicas que entretanto surgiam. A sua permanência em Paris deu-lhe mundo, experiência social, formação cultural e científica.

Num típico acto romântico da época, nos passos de Rousseau e de Oberon de Senancour, em 1822 com Bernardo de Sá Nogueira e D. Francisco de Almeida efectuou uma viagem à Suíça.

Regressando a Portugal, ofereceu em 1823 as suas *Ideias sobre o Estabelecimento da Instrução Pública*. Foi recebido por Palmela sendo nomeado provedor da Casa da Moeda. Associava-se ao cargo assumido a responsabilidade de uma cadeira de Química, conseguindo pelo seu saber e talento transformar, conforme observara em Paris, essa actividade numa procurada visita mundana, que desde logo o celebriza em Lisboa. Esta curiosidade, tinha adquirido os foros de uma verdadeira moda por toda a Europa e só através de Mousinho era lançada na capital.

Desde 27 de Abril de 1823 que era sócio correspondente da Academia das Ciências. Chegou nesta altura a redigir o *Compêndio de Física e Química* em 5 volumes³⁶⁷, que dedicou depois aos seus alunos, sem que todavia viesse a ser publicado pela Academia como esperava. No entanto, tinha granjeado em França a atenção de Chaptal e Gay Lussac, do Instituto de Paris, pelos seus 12 quadros das reacções químicas.

Em 1825 efectuou uma viagem aos Açores para analisar a água da Lagoa das Furnas, dando no regresso a publicação da *Memória* sobre a Ilha de S. Miguel³⁶⁸. Por nomeação de 1823 fazia parte da comissão de Pesos e Medidas e em 1826 viaja pelo país acompanhado de dois muares carregados de instrumentos científicos.

Mousinho de Albuquerque colhe prestígio e admiração, tanto pela sua juventude como pelo seu extenso saber. “*assim, o prestígio intelectual de que goza alicerça-se em três vectores: primeiro, a sua inteligência; segundo, a sua cultura; terceiro, a sua eloquência*”³⁶⁹

³⁶⁷ *Curso elementar de Física e de Química* oferecido aos alunos destas ciências no Laboratório de Química da Casa da Moeda, Lisboa, 1824, 5 volumes.

³⁶⁸ *Observações sobre a ilha de S.Miguel recolhidas pela comissão enviada à mesma ilha em Agosto de 1825 e regressada em Outubro do mesmo ano*, Lisboa, Imprensa Régia, 1826.

³⁶⁹ Magda Pinheiro, Op. cit.p40.

O seu envolvimento na política conduziu à participação e envolvimento directo como oficial superior, nas Guerras Liberais. De facto a 11 de Dezembro de 1826 tomou o posto de Tenente do Real Corpo de Engenheiros no quartel do Governador de Armas da Beira Alta, colhendo sempre admiração e privando com a geração vencedora.

Desde 1826 até 1837 que Mousinho era amigo do Marquês da Fronteira, durante o cerco do Porto e como oficiais do Estado Maior de Terceira teriam muito privado, partilhando entre si inclusive quarto e criados. Quando a política os separou algo ficou dessa amizade e camaradagem, numa certa mágoa de afastamento que acaba por transparecer nas *Memórias*. Tanto o Conde de Lavradio, como José Jorge Loureiro, e o próprio Duque de Palmela, foram também seus dedicados amigos. Para além dos sucessos e da notoriedade como militar, especialmente como Oficial do Estado Maior, interessa-nos mais em particular a sua acção no âmbito das Obras Públicas e Monumentos.

Nos vários artigos que escreveu em Paris para os *Anais* manteve sempre com especial interesse a divulgação de processos técnicos que apoiassem as artes, e para mais a questão dos monumentos começava-se a colocar com veemência após tantos anos de vandalismo em França.

Quando em sequência do Decreto de 28 de Maio de 1834, foram extintas as Ordens Religiosas em Portugal, sendo os bens integrados nos bens da nação, logo o governo se apressou a levantar em Londres um empréstimo, que chegava então a atingir juros de 100 contos de réis anuais, planeando as responsabilidades financeiras em função da riqueza do património por aquele modo acumulado.

Não se tratava, afinal, de um argumento de zelo cultural, mas simplesmente de uma nacionalização e garantia de arrecadação de bens que arrastariam preciosas reservas de prata e ouro, reforçando financeiramente um país empobrecido.

Mas como a maior parte dos bens religiosos se compunham de edifícios, propriedades variadas e terrenos agrícolas, bibliotecas, pintura, escultura e estatuária devota, mobiliário, arquivos diversos e assentos que remontavam por vezes a tempos anteriores à nacionalidade, o Estado não se encontrava preparado para fazer face ao arrolamento e respectivo catálogo desses bens.

Seguiu-se uma inevitável destruição e perda, certamente bem mais gravosa que a do terramoto, pois que atingiu todo o território português pelo mundo. De um momento para outro o Estado viu-se a braços

com um imenso espólio sem estar fisicamente preparado para o receber, organizargar e preservar.

Passando para a Fazenda Pública a propriedade dos edifícios, coube à secretaria das Obras Públicas a sua conservação, e assim recai sobre Luis da Silva Mousinho de Albuquerque essa tutela.

Como Ministro do Reino, em nome da Rainha, logo em 19 de Fevereiro de 1836, envia uma Circular à Academia das Ciências para que elaborasse uma relação de todos os edifícios pertencentes às extintas ordens regulares, e que fossem reconhecidos como notáveis segundo vários critérios que define: *“pela epoca da sua fundação, factos historicos com que tem intima relação, monumentos funebres, ou reliquias de homens celebres que encerram, ou finalmente pela sua architectura”*. Acrescentou logo de imediato que *“se tornam dignos de ser conservados, e entretidos por conta do governo como monumentos publicos”*. Luis Mousinho pede que lhe sejam enviadas *“as relações motivadas e illustradas”*, sendo organizadas por províncias, acrescentando ainda *“afim de que se possa sobreestar a tempo na venda, alienação ou desorganização³⁷⁰ d’estes objectos de interesse nacional”*.

³⁷⁰ desmantelamento

Era certamente caso para recordar também as lições aprendidas com o Abade Grégoire em Paris. Mousinho sabia bem através da experiência francesa que uma nação que não zelasse pelo seu Património corria para a sua dissolução como Estado e Cultura. Consciente disso mesmo escreveu “*os Atenienses deixaram de ser Atenienses quando cessaram de venerar os monumentos de Péricles, e Chateaubriand, podendo apenas descobrir os vestígios de Esparta, nem sequer podia asseverar que eram a par destas ruínas os actuais descendentes dos lacedemónios*”.

Como responsável pelas Obras Públicas, elaborou uma lista de medidas urgentes constantes do seu relatório de 8 de Julho de 1840, que foi enviado ao Ministro do Reino, sobre a necessidade premente da conservação dos monumentos. Mais adiantou que a sua ruína era “*oprobriosa para toda a nação civilizada que tais monumentos possuísse*”. Não tendo todavia obtido a lista dos monumentos conforme requeria, não deixa desde logo de assinalar o Mosteiro de Alcobaça e Batalha, (monumentos que visitara com D. Fernando de Saxe Coburgo). Propunha um orçamento de 2.000\$000reis anuais para a Batalha. Mais tarde a 8 de Abril de 1843 defendia as suas ideias em sessão no Parlamento recomendando manter em permanência o orçamento destinado ao restauro da Batalha.

O Mosteiro de Santa Maria da Vitória, foi dos primeiros monumentos a despertar o interesse, conhecido e estudado também por James Murphy³⁷¹ que o fizera divulgar em Inglaterra, logo mereceu também o interesse de D. Fernando que o visitou em 1836, na companhia de Mousinho de Albuquerque. A Direcção das Obras Públicas da Região Centro no orçamento para o ano de 1838/39 logo atribuiu a verba anual de 1432\$000 réis, para proceder a intervenções de restauro.

Mas o Mosteiro de Alcobaça necessitava também de uma imediata intervenção para se acautelar do possível desmoronamento da abóbada da nave, propondo assim Mousinho de Albuquerque um orçamento anual de 2.500\$000reis. Em Dezembro de 1840 volta a insistir neste aspecto.

Dificultado na sua acção de planeamento de um sector administrativamente destroçado, continua preocupado com a falta de uma lista, novamente incumbida à Academia das Ciências, da criação de um inventário que lhe permita tomar decisões e saber os que poderiam ser

³⁷¹ A este propósito consulte-se a obra de James Murphy, *Plans. Elevations, sections and views of the Church of Batalha, in the province of Estremadura in Portugal with the History and Description by Fr. Luis de Sousa; with remarks to which is prefixed an Introductory Discourse on the principles of Gothic Architecture*, London, 1795, e ainda *Travels in Portugal; through the provinces of Entre Douro e Minho, Beira, Estremadura and além Tejo in the years 1789 and 1790 consisting of Observations on the Manners, Customs, Trade, Public Buildings, Arts, Antiquities, etc. of that Kingdom*, London, 1795, refundido e ampliado na edição de 1798 que saiu com o título *A General View of the State of Portugal*, a importância nacional e europeia da obra de Murphy foi perfeitamente descrita em Maria João Baptista Neto, "James Murphy e o restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX", Op. cit., em particular o Capítulo I, p.23ss..

ocupados por serviços e repartições, os que deviam cair sem conservação por não terem qualquer interesse e ainda aqueles que, para simplificar, chamaria de monumentos. Para o caso dos monumentos deveriam ser *“atentamente inspeccionados e feitas neles obras necessárias à sua perfeita conservação e própria restauração, quando esta se mostrar indispensável”*.

Em 1843 apresentou-se novamente ao parlamento a insistir no seu método, demonstrando que, por não terem tido força de lei as suas propostas, nunca mais se estabeleciam as condições básicas para ser gerido o conjunto dos monumentos.

Na sessão de 22 de Abril, usando da sua conhecida eloquência tomou novamente a defesa dos monumentos, exprimindo o desejo de que nos bens nacionais se fizesse uma classificação que permitisse a definição do seu destino como edifício e se considerassem aqueles que deveriam ser conservados as expensas do Erário Público. O seu interesse e devoção à causa dos monumentos não colhia na iminente classe política de então, que não entendia, ou não desejava entender os argumentos de Mousinho de Albuquerque. Na sua visão nacionalista, *“o Mosteiro da Batalha parecia-lhe simbolizar, em conjunto com Os Lusíadas, de Camões, a expansão portuguesa”*³⁷².

³⁷² Magda Pinheiro, Op. cit.p181

Na verdade o seu entendimento não andava longe da avaliação reservada da história, pois a trilogia monumental mais ilustrativa da nacionalidade, Batalha, Alcobaça e Tomar, veio a ser reconhecida, mais tarde fazendo inclusive parte da lista do Património Mundial. Nesse princípio de um perfeito organismo arquitectónico, sujeito à intempérie e ao tempo, mas sobretudo aos simplesmente funcionais imponderados acrescentos e às mutilações operadas aquando habitavam os frades, Mousinho procurou restabelecer essa unidade primeira³⁷³. Desenvolvendo antes da divulgação da tese de Viollet-Le-Duc a ideia científica de uma unidade primeira. Procurou assim através do restauro por si dirigido³⁷⁴, restabelecer a unidade construtiva e estática, com o cuidado de introduzir a mesma natureza de materiais e desenho idêntico ao original.

Quando pressionado pelo Barão de Eschwege a utilizar um betuminoso, (alcatrão)³⁷⁵ para impermeabilizar a cobertura, desde logo com ponderada argumentação científica descartou a ideia, argumentando: “*estes meios têm*

³⁷³ Servindo-se para tal da obra desenhada de James Murphy, que aceitou como guião fidedigno para a intervenção naquilo que entretanto se perdera.

³⁷⁴ Mousinho, estabeleceu na sua intervenção uma separação entre aquilo que representava para ele a unidade monumental do Mosteiro, e a parte edificada constituída pelos anexos conventuais. Os seus planos são diferentes para cada uma destas partes. Considera que a unidade monumental deve libertar-se dos acrescentos efectuados pelos monges. A sua atitude, neste critério é absolutamente rigorosa, removendo todos os acrescentos posteriores no interior do monumento em prol dessa unidade inicial.

todos uma relação íntima de proporção, de forma e de gosto; todos se referem a um mesmo estado de adiantamento da Arte; todos são por conseguinte uma exposição, uma história do estado a que ela havia chegado. A introdução, pois, de uma invenção do século XIX (neste caso o betuminoso) na restauração de um monumento perfeitamente caracterizado do décimo quinto século seria uma injúria à razão e ao gosto, e um anacronismo imperdoável’.

Mousinho, fazia antes fé na concepção inicial do monumento, construída sabiamente por antigos constructores. Para isso foi estudar o sistema de descarga original da cobertura e mandando refazer as peças deficientes ou em falta, limpando e desobstruindo da vegetação, os canais por onde a água deveria escorrer.

Neste simples princípio de intervenção, sendo pois consistente, foi à procura das que seriam aparentemente as pedreiras originais³⁷⁵, de onde teriam saído as pedras do monumento, substituindo no mesmo material as peças e partes em falta, ou em deficiente estado de conservação, por cópias iguais executadas com talento pelos artesãos-escultores da Secretaria das

³⁷⁵ A patente em Portugal registou-se em seu favor em 1850.

³⁷⁶ Clara Moura Soares, Op. cit.

Obras Públicas³⁷⁷, e recuperando assim nesta metodologia rigorosa o sofrido monumento.

A sua metodologia era simples e compreensível, de uma lógica inabalável e modernidade³⁷⁸, dado todo o contexto: “*excluir a invenção própria e até mesmo o espírito de correcção e melhoramento*”³⁷⁹, fidelizado no registo desenhado de Murphy do monumento.

Embora não chegasse a efectuar a intervenção por si planeada e desejada nos vitrais, não deixa de enunciar o seu método de intervenção: aproveitava dos painéis mais afectados, o material que faltava para restaurar os mais completos. Aqueles que representavam evidências suficientes no desenho não se abstraiam de reconstruir. Nas janelas completamente destruídas utilizaria simplesmente vidros coloridos com desenhos que fossem adequados, muitas vezes reutilizando os medalhões de antigos vitrais.

³⁷⁷ Possidónio Narciso da Silva atribui ao Arquitecto Lucas José dos Santos Pereira a formação desta escola de canteiros, dado que foi o técnico superior que sucedeu a Mousinho de Albuquerque nas obras de Restauro. O seu envolvimento no restauro do monumento foi muito mais importante do que o de Mousinho, pois na realidade esteve cerca de 30 anos a dirigir as obras,(cf. Maria João Baptista Neto, *Opus Cit*, p101 a 106.).

³⁷⁸ *Exactamente a mesma técnica aplicada presentemente no restauro do Partenon pela UNESCO.*

³⁷⁹ Luis da Silva Mousinho de Albuquerque, *Memória Inédita acerca do Adifício Monumental da Batalha*, p.26

A 22 de Dezembro de 1846 é gravemente ferido na Batalha de Torres Vedras por uma bala no peito, vindo a falecer cinco dias depois dos ferimentos. A Ciência que tanto estudara nada pôde fazer para o salvar.

Mousinho da Silveira com emoção diria a seu respeito: *“morreu com efeito um homem raro por seu talento, e por sua probidade intacta matou-o uma bala do exército da rainha e do duque de Saldanha, que com ele emigrou para Paris para defender a Carta contra o Costa Cabral, então invasor da mesma Carta!”*. Todavia o sistema de restauro que desenvolvera, continuaria como *“regra da casa”* na Secretaria das Obras Públicas, em particular no método seguido pelo seu continuador na Batalha, o Architecto Lucas Pereira³⁸⁰.

5: D.Fernando II: uma cultura do Património Nacional

D.Fernando Augusto Francisco António, Príncipe de Saxe-Coburgo-Gotha, vem para Portugal como Príncipe Consorte para casar com a rainha D. Maria II. Na sequência dos desequilíbrios políticos do Reino era opinião geral que o casamento se efectuasse com um Príncipe Estrangeiro, que proporcionasse também alianças. Por influência de Leopoldo I, Rei dos Belgas, D. Fernando aceitou a proposta, chegando a Lisboa a 8 de Abril de 1836.

D. Fernando, distanciado das querelas política, conseguiu constituir e projectar através dos seus interesses e obras, uma ideia de património cultural que os políticos nacionais desprezavam. Compreende-se também a consciente determinação do Príncipe por razões de cultura uma vez que o romantismo dos estados germânicos passava pela assunção da cultura “*goda*” e da herança medieval.

Desde que Goethe caíra em êxtase perante o estilo “*bárbaro*” ou godo, (conforme era depreciado pela cultura neoclássica), da catedral de

³⁸⁰ Sobre a intervenção deste Arquitecto veja-se a obra de Maria João Baptista Neto , *James Murphy e o restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX*, pp.101ss.

Estrasburgo, levando-o a dedicar o célebre artigo em 1772, *Von deutscher Baukunst* em que se refere ao seu artífice Erwin von Steinbach reivindicando a tese germânica do estilo gótico³⁸¹, formara-se na cultura germânica, à qual se juntara também a voz de Herder, Heinse, Forster, Wackenroder e outros, as bases do movimento cultural “*Sturm und Drang*”. Friedrich Gilly (1772-1800), fundador e a quem caberia o cargo de chefia das Obras Públicas da Prússia, procedeu a várias remodelações da estrutura administrativa por forma a constituir departamentos vocacionadas à conservação. Gilly, era todavia formado na tradição rigorosa do classicismo tendo sido o professor de dois arquitectos predominantemente neoclássicos, Karl Friedrich Schinkel e Leo Von Klenze (1784-1864).

Schinkel que tinha sido formado na escola do Grand-Tour, tomaria mais tarde o cargo de seu mestre e na sequência a uma inspecção aos castelos do Reno, na sequência da retirada das tropas imperiais francesas, a sua revelação pelo gótico dataria deste período. Esta inspecção foi considerada o documento que lançou os princípios base da conservação dos monumentos e antiguidades na Prússia, *Die Grundsätze zur Erhaltung*

³⁸¹ A discussão e reivindicação do estilo gótico percorreu todo o século XIX e ainda entrou pelo século XX até cerca de 1915/20. A primeira tese considerava a germânia, a segunda a França e a terceira a Itália. Nos anos 90 a EU criou um gabinete de investigação sobre as origens do gótico e respectiva introdução na Europa.

*alter Denkmaler und Altertumer in unserem Lande.*³⁸² A *Memória* propunha o estabelecimento de uma organização nacional para a inventariação e conservação dos monumentos históricos considerados notáveis. Propunha-se a inventariação, o registo das respectivas condições e sugestões para as primeiras intervenções. Após a avaliação do estado do conjunto do património, seria estudado um plano que estabelecesse a forma de tratamento a dar aos monumentos que envolvesse uma atitude nacional de zelo em prol dessa herança nacional. Schinkel não defendia que se reunissem espólios num museu central, antes que se preservasse localmente. Preferia que se conservasse “*in situ*” em lugar de se substituírem as peças, desvalorizando os originais.

Assim, propunha o *Restauro* nos seguintes termos, “*a única forma de se efectuar isto com sucesso, por forma a que os tesouros sejam de novo colocados à vista, seria o estabelecimento de instituições capazes de levar a termo com habilidade esta tarefa difícil, mesmo correndo o risco do seu próprio valor, restaurando-se de novo conforme o antigo esplendor tanto quanto possível*”³⁸³

³⁸² Jukka Jokilehto, *A History of Architectural Conservation*, Butterworth-Heinemann, Bath, 1999, p.115.

³⁸³ Schinkel no Relatório, *Die Grundsätze zur Erhaltung alter Denkmaler und Altertumer in unserem Lande*, 1815.

Motivado por estas observações foi despachado a 14 de Outubro de 1815 pelo Rei, uma ordem que constituía e conferia as necessárias disposições para a prossecução dos objectivos propostos por Schinkel. Obviamente a componente nacionalista não deixava de conter um importante argumento, que os políticos souberam de imediato aproveitar. Esta disposição levou a que se levantasse uma verdadeira política generalizada de restauro e conservação das várias catedrais e abadias germânicas. Em 1819 um outro despacho do governo propunha a salvaguarda dos castelos e conventos abandonados, em 1823 e 1824, novos decretos insistiam numa política de preservação, até culminar no último de 1830 em que se defendiam os monumentos contra as alterações que os lesionasse ou destruísse o seu carácter.

Em 1835 o ministério da cultura reservava-se o direito de inspeccionar todas as obras de restauro e conservação que envolvessem estruturas de interesse histórico, científico ou estético. As três principais intervenções de carácter nacional foram protagonizadas pelo restauro da Catedral de Colónia, o complexo do Castelo de Marienburg, e a Catedral de Magdeburg.

D. Fernando de Saxe-Coburgo (1816-1885), fora educado nesta afirmação nacional do gótico e conforme às suas residências de infância, Castelo de Rosenau, de Ehrenburg ou de Coburgo. Não será portanto de estranhar a sua capacidade e sensibilidade para apreciar em Portugal o testemunho artístico e monumental dos nossos mais emblemáticos monumentos.

Logo no primeiro verão da sua estadia em Portugal onde tomou o Paço da Vila de Sintra como residência estiva, demonstrou-se muito interessado pelas bibliotecas de Mafra³⁸⁴ e Leiria³⁸⁵. A esta última deslocara-se com a companhia do Embaixador da Corte Belga e do Arcebispo da Diocese, visitando com muito interesse a Livraria do Convento. De facto, era recente a providência do Governo, (Agosto de 1836) que ordenava a criação das Bibliotecas Públicas em cada capital de província, recolhendo também os restantes recheios artísticos, provenientes do espólio nacionalizado por extinção das Ordens Religiosas em 28 de Maio de 1834, no “*Gabinete de Raridades e Pinturas*”.

³⁸⁴ AHMF, Cartório da Casa Real, Maço 9, doc 128-6

³⁸⁵ *Diário do Governo*, 26.07.1836

Com o propósito de fazer conhecer ao jovem D. Fernando o país e sobretudo apresentá-lo ao Porto, efectuou-se uma viagem em Julho de 1836, a partir de Lisboa, o que o levou a conhecer o Mosteiro de Santa Maria da Vitória. O seu entusiasmo e compaixão por este monumento foi imediato. Acompanhado pelo então Ministro do Reino, Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque, vistoriou interessadamente o monumento³⁸⁶, providenciando que se encetassem medidas de conservação do complexo do Mosteiro, o que viria a acontecer sob a responsabilidade da Direcção das Obras Públicas da Região Centro.

Mousinho testemunha o entusiasmo de D. Fernando II, *“Sua Magestade percorreu com a maior atenção todas as partes do edificio, desde os pavimentos inferiores até à cobertura, e penetrado das bellezas da fabrica, empenhou-se, no seu regresso á capital, em fazer com que o governo curasse da sua reparação.”*³⁸⁷

D. Fernando, Mousinho, Alexandre Herculano, Garrett, eram vozes com cultura e autoridades diversas, mas todos convergiam na defesa de teses de consciencialização dos monumentos como herança patrimonial histórica.

³⁸⁷ Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque, *Memoria Inedita acerca do Edifício Monumental da Batalha*, p29.

Quando em 1852, D. Fernando acompanhado dos jovens Príncipes visitou a Batalha, D. Pedro, não partilha o entusiasmo do seu pai pelo monumento, dando a entender quanto ainda a educação em Portugal se mantinha na valorização do legado clássico, *“o templo é grande mas é como todas as igrejas de Portugal de um péssimo gosto d’architectura”*³⁸⁸

D. Fernando manteve sempre um carinho e interesse por este monumento conforme se recolhe da sua visita em 1851 ou ainda na carta a Rodrigo da Fonseca Magalhães em 1852, *“confesso que passei lá umas horas d’amargura, porque me pareceu achar hoje o edificio em peor estado de que quando lá passei no ano passado”*³⁸⁹. Esta situação levou a que: *“determinado, aconselhava a que o superintendente das obras deveria ser alguém que nelas estivesse empenhado e não o médico da terra, o qual, «vendo o meu péssimo humor me confessou que tinha pedido o lugar porque não podia só viver do que lhe rendia a sua profissão!!» - sinceridade despudorada do clínico que escandalizava e alarmava D.Fernando, e que este transmitia a seus filhos. D. Pedro V anotou em tom mordaz no Diário citado: «as obras de conservação são em certo ponto obras de destruição”*³⁹⁰ Tratava-se de um período de

³⁸⁸ José Teixeira, *D.FernandoII, Rei-Artista, Artista-Rei*, Fundação da Casa de Bragança, 1986, p.294

³⁸⁹ Carta a Rodrigo da Fonseca Magalhães em José Teixeira, *Op..cit.*, p.295

³⁹⁰ José Teixeira, *Op. cit.*, p.295

vacância da direcção das obras, entre Março de 1852, falecimento do Major Joaquim Guilherme Rebelo Palhares, retomadas depois pelo Arquitecto Lucas José dos Santos Pereira³⁹¹ a partir de 28 de Abril de 1852.³⁹²

Não deixa de ser curiosa a observação de D. Pedro V, “*as obras de conservação são em certo ponto obras de destruição*”, denotando uma sensibilidade defendida por Ruskin, que recentemente publicara as suas teses em *The Seven Lamps of Architecture* (1849), e os três volumes de *The Stones of Venice* (1851-53). Na “*Lamp of Memory*”, a propósito de restauro, Ruskin afirma, “*it means the most total destruction out of which no remnants can be gathered: a destruction accompanied with false description of the thing destroyed*”³⁹³.

Em Portugal a voz em defesa da herança nacional vinha sendo protagonizada desde 1839 por Alexandre Herculano, que merecia a admiração de D. Fernando, lançando o seu célebre artigo sobre Os

³⁹¹Veja-se biografia deste discreto Arquitecto, Brito Aranha, “Elogio Historico do Architecto Lucas José dos Santos Pereira”, in *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 2ª serie, tomo IV, 1884, nº8, p.186; e a importante valorização biográfica efectuada por Maria João Baptista Neto, Op. ct., p.101

³⁹² Concorde em atribuir a D.Fernando II o zelo no incremento e dotação de uma responsabilidade de restauro no monumento através da nomeação de um Arquitecto para o Cargo.”D.Fernando II deve ter percebido da necessidade de um architecto à frente dos trabalhos.Muito provavelmente deve-se ao rei consorte a nomeação, para dirigir as obras da Batalha, após a morte de Rebelo Palhares, do Architecto Lucas José dos Santos Pereira, a 28 de Abril de 1852, poucos dias depois de o monarca consorte ter visitado o monumento”,p.101

³⁹³ John Ruskin, *The Seven Lamps of Architecture*, 5ª edição, Kent, p.194

*Monumentos*³⁹⁴. Da tribuna de *O Panorama*, despertaria uma nova atitude cultural e a consciência de património nacional, conforme se depreende pelas variadas citações que as veementes palavras de Herculano continuaram a merecer em documentos oficiais³⁹⁵.

D. Fernando chegou a considerar o acabamento das capelas imperfeitas. Talvez aí estivesse uma certa influência da decisão tomada um ano após a subida ao trono Prussiano de Friedrich Wilhelm IV (1795-1861), quando em 4 de Setembro de 1842, em cerimónia pública nacional, o monarca assentou a primeira pedra, decidindo assim acabar as obras de restauro da Catedral de Colónia segundo o projecto da autoria de Schinkel e Ernst Friedrich Zwirner (1802-1861). A notícia foi muito divulgada tendo assistido ao acto milhares de pessoas. Fosse pelo receio de capacidade projectista, o que o levou ainda a considerar um alemão, ou por simples volume de despesas, a verdade é que ainda cedo abandonou a ideia.

O seu interesse concentrava-se antes nas suas obras da Pena, que iam decorrendo, e onde virá a transpor aspectos do monumento da Batalha, de Alcobaça, de Tomar e do Paço da Vila, numa reconstrução idealizada. Mas

³⁹⁴ Alexandre Herculano em *O Panorama*, 01.09.1839

³⁹⁵ cf. *Observações sobre o Actual Estado do Ensino das Artes em Portugal, a Organização dos Museus e o Serviço dos Monumentos Historicos e da Archeologia*, Op. cit.

mesmo aí as questões envolta do projectista haveriam de dar origem a discussões entre Possidónio Narciso da Silva e o Barão de Eschwege (1777-1855), seguindo-se o afastamento do primeiro. O modelo gótico do projecto de Eschwege, desenquadrado de referências nacionais também não granjeara o entusiasmo de D. Fernando, que passou a tomar um papel ainda mais interventivo no projecto da reconstrução da Pena.

Mas D. Fernando mostrara igual zelo por ocasião da sua visita a Alcobaça em 1852. A falta de obras durante várias décadas conduziu o cenóbio a um prostrado estado de ruína. Na carta referida a Rodrigo de Magalhães criticava a propósito, *“temos no paiz tão poucos edificios, que não se devião deixar cabir em terra alguns que ainda existem”*. O seu sentido de esteta, desde logo o levou a distinguir os túmulos de D. Pedro I e D. Inês, que considerou exemplares extraordinários.

Com o sentido reflectido que caracterizava a perspicácia de D. Pedro V, testemunhamos uma sugestão esclarecida que foi registada no seu Diário de 1852, *“repetindo o alvitre paterno, que o governo utilisasse o edificio, propondo que ali passasse a funcionar a escola de restauro - novidade nunca então ouvida em Portugal”*³⁹⁶.

³⁹⁶ Idem, Op. cit.p.296

Em setembro de 1843 D. Fernando visitará o convento de Cristo, ficando uma vez mais deslumbrado com o extraordinário complexo conventual que pertencia então ao Conde de Tomar.

Uma vez mais assistimos a uma intervenção do rei-artista na causa dos monumentos, procurando junto do governo medidas urgentes e reparações necessárias ao monumento. Em 1852, Rodrigo da Fonseca Magalhães, na pasta do Reino, deu indicações ao município que fizesse reparar os acessos na sequência dos restauros efectuados. Aliás data de 1855 a primeira nomeação de um guarda, com funções de zelar pela segurança do monumento, pago pelo estado português, para obstar a furtos que começavam a ocorrer com insistência nos templos abandonados.

Também por 1852, D. Fernando deslocou-se a Barcelos, instalando-se no Paço Histórico dos Duques de Bragança. O estado do monumento poderá imaginar-se como reflexo da situação vivida no país, mas também na nota da Rainha D. Maria II à rainha Vitória de Inglaterra, "*ser a primeira vez que um conde de Barcelos entrava naquele monumento desde o tempo do príncipe D. Teodósio, filho de D. João IV*"³⁹⁷. Aliás, tendo como ponto de partida um incêndio que entretanto deflagrara no paço enquanto aí residiam os

³⁹⁷ José Teixeira, Op. cit.p. 297

consortes reais, por ocasião das festas do Senhor da Cruz, desencadeou-se desde logo por parte de D. Fernando um interesse especial em reconstruir o edifício, a expensas da Coroa, já que “affora a primeira demolição que o Pallacio soffreu todas as outras datão desde o ano de 1800 para cá”³⁹⁸. D.Fernando mostra-se deveras empenhado em *restaurar*.

Num ofício do recebedor da Casa de Bragança de Barcelos para a Administração Geral, “olhe V.Ex^a que a Srenma Casa tem aqui os restos do Palacio do Senhor Duque, que S.S.M.M. viram, e que El-Rei o Snr. Dom Fernando dezeja conservado”³⁹⁹. Numa tentativa de reconstrução da unidade primitiva do conjunto buscada nos restritos registos históricos, o Eng^o Plácido de Abreu, Director-Geral das Obras Públicas da Região Norte procurou “quanto possível circunscrever-me á architectura da epocha (1400-60) e tambem aos vestigios que d’elle indicavão as respectivas ruinas”. O projecto não ultrapassaria as adversidades institucionais, morrendo nas intenções. Em 1892, bastante arruinado, seria por D. Carlos doado ao município, para que aí se alojasse a biblioteca⁴⁰⁰.

³⁹⁸ Idem, Ibidem, p.298

³⁹⁹ Idem, Ibidem

⁴⁰⁰ Ibidem.p.299

A última grande polémica de restauro do século XIX, a intervenção no mosteiro dos Jerónimos em Belém, mereceria ainda o envolvimento do *Rei-Artista* e seria um reconhecido exemplo do estilo nacional denominado “*manuelino*”. Na sequência da Extinção das Ordens Religiosas, o Mosteiro tinha sido integrado no património da vizinha Casa Pia, que administrava o complexo no interesse de utilização de um acrescido espaço de instalações para dormitórios e outras funções. Em 1859 procediam-se a obras de aterro e edificava-se a parte das hospedarias a poente do Mosteiro. Vários técnicos participaram nesta obra de variados contornos, o Eng^o Colson, que elaborara um projecto em 1860, o Arquitecto Valentim José Correia, do Senado de Lisboa e da Casa de Bragança, o constructor inglês Benett (1865-67), em 1867 o Arquitecto Possidonio Narciso da Silva, e depois o projecto conjunto de Cinatti e Rambois, conhecidos cenógrafos e autores de vários projectos privados de arquitectura.

A discussão foi acesa e obrigou a uma primeira reflexão em volta do estilo gótico português dando o ensejo do seu baptismo como arquitectura “*manuelina*”.

Em 1842, foi publicado em Lisboa a *Noticia Historica e Descriptiva do Mosteiro de Belem* da autoria de Francisco A.Varnhagen, texto anteriormente publicado em *O Panorama*⁴⁰¹. Nesse texto Varnhagen apresentava as suas teses definindo o estilo “*manuelino*” com dez características, concretizadas no protótipo de Belém e no conjunto dos monumentos de Santa Cruz de Coimbra, nas Capelas Imperfeitas da Batalha, Tomar, Soure, Conceição Velha em Lisboa, Convento da Pena em Sintra, S.Francisco em Évora, etc.⁴⁰² Almeida Garrett escrevera pouco depois um artigo em 1846, denominado *Claustro de Belém*, procurando identificar os vários “*estyls*” portugueses, que classificava em cinco épocas. Diz “o *Claustro de Belem*, *pertence incontestavelmente á terceira epocha ou estylo, o manuelino.*”, diferenciando a essência, “*pretendem que em Belem domine o gosto flamengo. Não sei em quê nem porquê. Há similhaças certamente entre todos os edificios d’esta epocha por toda a parte da Europa, especialmente em Hespanha, França e Flandres. Mas o character do estylo*

⁴⁰¹ *O Panorama*, 2ª série, voll, p.58

⁴⁰² Joaquim de Vasconcellos, *Historia da Arte*, Coimbra, 1885, p.9s, critica a tese de Varnhagen, “*em parte alguma, mesmo no anno de 1842, se tentou a analyse de um edificio, (quanto mais de um estylo) sem os requisitos que indicaámos!*”...e “*Póde ser que algum dia appareça uma associação ou uma empresa intelligente que se lembre de organizar um museu de gessos nacional, mandando moldar os detalhes dos edificios da epocha de D.João II até D.Sebastião, a parte ornamental, porque as plantas pode-as tirar o estudioso. Então, em face de alguns milhares de gessos, bem classificados e coordenados, e postos em frente de outros tantos exemplares tirados sobre os edificios hespanhoes contemporaneos, então será possível decidir a respeito da originalidade do estylo manuelino dentro da peninsula?*”

manuelino é tão singularmente marcado, que mais depressa influiria do que receberia influencia de outros generos contemporaneos.”

A denominação “*manuelino*” visava uma clara e evidente diferenciação estilística do gótico geral europeu, mas também acentuava um vector de nacionalismo histórico tão caros a Garrett e Herculano.

Garrett, no poema *Camões*, referia-se nos seguintes termos, “*no templo magnifico de Belem, n’aquelle precioso exemplar de gothico florido, ou antes de um genero tão unico e especial que se deveria designar talvez manuelino*”.... Uma nota chama a atenção a este propósito, “*obteve por fim o indicado nome, hoje europeu, depois das ultimas publicações do sr. Conde de Rackzinski*”⁴⁰³

Não só a discussão sobre o “*manuelino*” alimentava os meios literários e artísticos, como a polémica em volta dos projectos e maquetas de reconstrução do monumento sobretudo as torres sobre o portal poente. Em 1873 a generosidade de D. Fernando demonstrara-se numa valiosa contribuição de 6.000.000 réis.

O projecto de Possidónio fora rejeitado, em favor do elaborado por Cinatti e Rambois em 1878. Esta campanha que assumia

⁴⁰³ Almeida Garrett, *Camões*, Lisboa, 6ª edição, 1863, p.200

deliberadamente o desafio acumulado, entre a solução estática e por outro lado uma consistência histórica, afim de completar as torres do portal poente, por deficiência dos cálculos estruturais acabou por ruir.

D. Fernando foi dos primeiros a deslocar-se de imediato logo após a derrocada. A notícia abria de novo a polémica e em resultado do colapso o projectista Cinatti viria a falecer na maior amargura.

O Príncipe-Consorte, foi um protector interessado da *Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes*. Patrocinou o restauro de importantes quadros, nomeadamente o célebre painel da *Tentação de Santo Antão*, de Hieronimus Bosch, ou o de Holbein, *Fonte da Vida*. D. Fernando era um empenhado cultor empenhado das artes decorativas em geral e também pela armaria.

Mas o testemunho que em tudo representa o seu verdadeiro sentimento em relação as antiguidades e ás artes, é a sua obra mais conhecida: o Palácio da Pena.

Colocado em praça pela Junta de Crédito Público a 3 de Novembro de 1838, “*uma porção de Bens Nacionais, onde se encontrava o convento de Nossa Senhora da Pena, da Serra de Sintra*”, que também incluíam, “*Casas de*

hospedarias juntas, e a cerca, que consta de limoal, terras de sementeira, pinhal e matos”, pela base de licitação de 700.000 réis⁴⁰⁴.

Para surpresa de muitos o arrematante fora o jovem, recém chegado a Portugal, Príncipe Consorte D.Fernando. O conventinho da Ordem de S. Jerónimo de onde D. Manuel avistara os primeiros sinais da chegada da esquadra de Vasco da Gama, encontrava-se num péssimo estado de conservação. Em 1840 um acesso de grande comodidade a partir de S. Pedro e ligado ao acesso de Lisboa através do Ramalhão. Afastado dos trabalhos o natural candidato, Possidónio da Silva⁴⁰⁵, que ocupava o cargo de Arquitecto da Casa Real, o Barão de Eschwege dirigia os trabalhos que envolviam cuidados de consolidação geológica evidentes. As obras propriamente ditas de edificação só seriam iniciadas em 1841. O estilo seria certamente gótico para condizer com o período do monumento, mas o que seria interessante era a escolha de que tipo de “gótico”. A proposta de Eschwege, desenhado por Nicolau Pires, entre 1838 e 1840, e que conhecemos, é confirmativa do comentário de Rackzynski. Refere então o crítico : “l’architecture n’est pas sa spécialité, il s’en occupe en animateur

⁴⁰⁴ José Teixeira, Opus Cit.p303

⁴⁰⁵ Possidonio da Silva ficaria com o cargo de direcção dos trabalhos no Palácio das Necessidades em Lisboa.

qui y est porté par un gout très décidé qui y a fait quelques études et dont l'esprit est très cultivé »⁴⁰⁶.

Por uma feliz circunstância viémos a descobrir em Florença o exemplar pessoal do próprio Barão d'Eschwege da obra de Rackzynski, *Les Arts en Portugal*, editado em Paris em 1846, onde se lê o comentário depreciativo sobre a obra do Barão, *“je regretterai toujours que les nouvelles constructions n'aient pas été séparées de l'ancien bâtiment. J'aurais aimé qu'on eût rétabli dans ce dernier jusqu'à la plus petite pierre qui a pu s'en détacher et rien de plus. Les détails d'ornement des nouvelles constructions encombrent l'étroit espace où elles sont placées, et la manière dont elles se joignent à l'ancien édifice et dont elles l'obstruent, en quelque sorte, ne produisent pas à mon sens un effet satisfaisant”*⁴⁰⁷

Como já vimos estamos precisamente na altura em que a discussão do estilo nacional, o “manuelino” era viva. D. Fernando, recusando o projecto germânico de Eschwege opta por um verdadeiro “revival” dos elementos mais emblemáticos dos principais monumentos que pelo país ajudara a preservar.

⁴⁰⁶ Rackzynski, *Dictionnaire Historico-Artistique du Portugal*, Paris, 1847, p.80

⁴⁰⁷ Rackzynski, “*Les Arts en Portugal*”, Paris, 1846, p.332

Não deixa de ser digno de menção esta sensibilidade do *Rei-Artista*, que teria toda a legitimidade para recriar em território nacional um “*sonho*” germânico. Desse “*sonho*” germânico ficará somente o extraordinário sentido paisagístico do complexo, que na verdade representa um coroamento à escala de toda a serra e da paisagem, caracterizando o horizonte português da serra de Sintra. O parque romântico que o circunda é a jóia de um estudado plantio geral da serra, que lhe mudou a feição nua e agreste, para o manto vegetal de grande riqueza botânica que hoje apresenta.

CAPÍTULO QUINTO:

PROCURA E AFIRMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE

PATRIMONIAL PORTUGUESA

1: Património Nacional e Identidade da Memória

Como já sabemos a Revolução Francesa representou também para a herança cultural um marco incontornável, quer pela destruição e “*vandalismo*” usando a expressão de Grégoire retomada na obra de Louis Réau (1881-1961), quer precisamente pela reacção que implicou. De facto, o verdadeiro cataclismo patrimonial que decorreu, veio a provocar e gerar novas ideias neste campo. Certamente a noção mais importante que decorreu foi a ideia de *Património Nacional*. Com efeito o sentido iconoclasta dos revolucionários virou-se contra tudo aquilo que fosse símbolo do Antigo Regime, palácios, túmulos, igrejas, conventos, recheios, quadros e objectos de arte, heráldica, etc. Apesar da nomeação de um Comité para tratar destes assuntos o terror que se fazia pairar sobre os seus membros tolhia qualquer iniciativa. Não sem firme coragem. o Abbé Grégoire. avançou com uma ideia chave: *Não eram os reis e nobres os autores daquele património que era destruído, e sobre o qual se fazia incidir toda a vingança, antes representava a obra de ignotos talentos pertencentes ao povo e classes trabalhadoras.* Assim aquele Património representava antes “*a genealidade*” daquele

povo e como tal, determinado Património relevante, *deveria ser mantido as expensas da nação, perpetuando esse génio para o bem e gozo de todos.*

Este raciocínio acabou por travar o processo destrutivo de bens e valiosos testemunhos patrimoniais da arte francesa. Mas o conceito de *Património Nacional* ficou gerado, como herança colectiva e expressão de uma identidade nacional. Este princípio avançou além fronteiras no ramalhete das novas ideias que este marco histórico disseminou pela Europa.

Garrett, Herculano e Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque, assimilando claramente essas ideias, como verificámos pelos seus percursos biográficos e dedicações à causa do património, definindo princípios e gerando doutrina, mentalizaram o século, logo que as lutas fratricidas se pacificaram em Portugal. Será já tardiamente que os nossos artistas e arquitectos, organizados, produzirão reflexões criteriosas.

Precisamente a este título é testemunha a posição da *Sociedade dos Architectos Portuguezes*, já separada da primeira associação com os arqueólogos, que só se faz sentir no início do século XX.

De facto, a *Sociedade dos Architectos Portuguezes*, tal como se intitula, “*Associação de Classe fundada em 11 de Dezembro de 1902*”, deu início à publicação do seu Anuário cujo primeiro número surgiu em 1905, sendo Presidente José Luiz Monteiro, pedagogo e reputado profissional de formação em *Beaux-Arts*.

Nele se referem interessantes notícias que nos dão conta da evolução e consolidação de vários aspectos, que nos interessam particularmente. Em primeiro lugar, a reivindicação de uma actividade profissional, a consolidação do princípio do diploma de estudos conferido por escolas como título de direito de exercício da profissão. O alargamento das áreas de interesse e de participação da Sociedade, e, nomeadamente no que respeita à situação dos monumentos.

Em resultado da frágil acessibilidade, os arquitectos portugueses pouco conhecem os monumentos do interior do país. Para mais, a formação dos nossos artistas no final do século XIX, com frequência incidia sobre uma cultura francesa essencialmente urbana, quase esquecia os monumentos, senão mesmo desconhecia os monumentos da nacionalidade. Exemplo disso mesmo é a discussão sobre a *Casa Portuguesa*, questão ainda iniciada na passagem do século (1898), mas só

demonstrada mais tarde por Raul Lino nas primeiras décadas do século XX. A formação urbana francesa dos *Beaux-Arts* continuava a dominar a formação dos arquitectos nacionais.

As excursões promovidas por D. Fernando II a Alcobaça e Batalha, a divulgação do modelo peripatético Garretiano, passados às folhas do *Panorama*, do *Archivo Pittoresco* ou *Archivo Popular*, com descrições e algumas ilustrações do património nacional, apenas esboçadas através de modestas xilogravuras, iam encorajando a procura e o estudo desses monumentos.

A limitada rede do caminho de ferro lá ia permitindo algumas excursões mais longínquas com maior comodidades. Neste quadro e apesar dos esforços da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses ou associações como a que referimos, começam a ser importante notícia essas visitas de estudo que para mais eram feitas em grupo.

São então implementadas várias excursões que se dirigem em particular a Tomar, Batalha e Alcobaça, monumentos definitivamente consagrados como património nacional, tal como a sua interpretação no Palácio da Pena evidenciaria em primeiro lugar.

Testemunho de uma dessas viagens uma interessante nota que demonstra bem o espírito das preocupações na visita à Batalha. Depois de uma interessante viagem e convívio, já junto do monumento, o Architecto Adães Bermudes fez uma apresentação histórica: *”fez uma concisa prelecção sobre a evolução artística do monumento, acompanhando sempre com os factos históricos, citando o nome dos architectos que cooperaram no grandioso edificio, que celebra um facto importante da nossa história patria”*⁴⁰⁸. Mas outros factos resultaram oportunos, *“encontrando-se n’aquella occasião o então titular da pasta das obras publicas, o sr. Conde Paçô Vieira, também a visitar o templo, e que nos acompanhou, pediu-se-lhe para mandar desmanchar o baptistério construído á esquerda da igreja, o qual pela sua má esthetica é indigno de fazer parte do grandioso monumento. Eguamente foi pedido a Sua Ex^a que desse as ordens necessarias para ser remettida para o muzeu installado no antigo refeitório do convento, a lapide do tumulo de um dos architectos que primitivamente trabalhou no monumento da Batalha, o architecto Butaca, Boutaca ou Boytac e que por qualquer d’estes nomes é conhecido. O então sr. Ministro das obras publicas, mostrando-se bem impressionado pelo interesse com que os*

⁴⁰⁸ *Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes*, MCMV, Anno I, Lisboa 1905, pp.5, 90 e 91

*architectos acompanham os monumentos nacionaes, prometteu satisfazer os pedidos que lhe acabavam de ser feitos.”*⁴⁰⁹

Esclarece-nos este episódio o modo informal de como se processavam estes assuntos naquele tempo, mas surtia disto um primeiro efeito pedagógico estendido a um grupo profissional. Subentendia-se naquela observação a ideia de *desafrontamento* e de *unidade de estilo*, fruto dos princípios de Viollet-Le-Duc. Ressalta também o interesse em haver um *museu local* onde são recolhidos, mas disponibilizados à visita, lápides e outros objectos relacionados com o monumento. Por fim, o conceito de “*monumentos nacionaes*” tal como resultou definido por Grégoire encontra-se perfeitamente reconhecido entre os participantes.

No VI Congresso Internacional dos Architectos realizado em Madrid em Maio de 1904, participaram alguns architectos portugueses sendo relator oficial Adães Bermudes.

Efectuando um precioso historial, dá-nos conta das várias agendas desde o primeiro encontro internacional dos architectos de 1867, concorrente com a Exposição Universal de Paris, que só por si nos tentaria de desenvolver sob variados aspectos. Portugal esteve representado logo

⁴⁰⁹ *idem*, Op.cit., p.91

de início por Possidónio Narciso da Silva. Mas relevamos da riqueza dos temas, aqueles que nos interessam mais directamente para o estudo.

Logo no segundo encontro em 1878, o tema da “*Conservação dos monumentos históricos*” surge incluído no primeiro ponto. No Terceiro Congresso de 1889, em Paris, aparece novamente a questão da “*restauração dos monumentos*”. Mas vai também tomando maior incidência os aspectos de consolidação do ensino da arquitectura e da criação do diploma de Arquitecto que permite a prática profissional.

O Quarto Congresso Internacional dos Arquitectos já decorreu em Bruxelas de 28 de Agosto a 7 de Setembro de 1897. A questão dos monumentos foi mais evoluída como se nos depara pela natureza das questões levantadas:

“Na restauração dos monumentos dever-se-há:

Adoptar ou corrigir os erros, os defeitos de construção dos antigos?

Completar a sua obra nas partes incompletas?

Suprimir certas partes da construção ou mobiliário por motivos de unificação de estilo?”

Vem ao de cima a discussão entre as teorias de unidade de estilo sustentadas por Viollet-Le-Duc e a defesa do pitoresco e do original

pelos seguidores de Ruskin, expandidos pelo movimento dos Arts and Crafts, que valorizava a arquitectura vernacular e as ideias de conjunto de tecido urbano, tal como se apresentavam defendidas por Camilo Sitte. Não deixa de ser particularmente relevante o nível em que são colocadas as questões, pelo menos uma clara identificação de perguntas chave que se recomendam antes de intervir.

Adiantam-se outros pontos muito interessantes, tais como “*É necessário um diploma de architecto?*” ou ainda “*Quaes são os meios de garantir a propriedade artistica das obras dos architectos?*”

Mas, continuam as questões dos monumentos a merecer a melhor atenção, com alguma precedência sobre outros temas, denotando assim a importância daquela discussão. Coincide também com um impulso de reestruturação administrativa dos vários serviços dos monumentos nos vários países, paralelo também ao crescimento do turismo entretanto estimulado pelo caminho de ferro, representando um verdadeiro negócio.

Mas regressemos à importante relação do VI Congresso Internacional que decorreu em Madrid em 1904. Várias noções foram reportadas, apresentando-se sobre a forma de “*Conclusões*”, fazendo portanto efeito de Cartilha para a *Sociedade dos Architectos* e transmitindo

assim os princípios que pautariam a “moderna” intervenção do arquitecto dos monumentos. Para mais o digno representante da Sociedade dos Arquitectos, que seguiu interessadamente esta questão, não deixou escapar em fase de conclusões aspectos que em seu entender saíram deturpados, interpellando a mesa da presidência com um requerimento que alertava para as alterações verificadas.

Por ser um documento de grande interesse damos por reproduzido nas notas. Fazendo um breve comentário para efeitos de leitura e entendimento da nossa exposição.

Poderemos considerar de facto este documento como uma espécie de Cartilha, dado que coloca uma estrutura de ideias associadas ao modo e proceder face à casuística.

Em primeiro lugar distingue os monumentos em duas categorias, “os monumentos pertencentes a um periodo de civilização e que serviram a usos que já não existem nem voltarão, e os monumentos continuando a ser applicados ao fim para que foram construidos ou a outros”. Expondo o método, continua: “os monumentos vivos devem-se restaurar para que possam continuar a servir porque a utilidade é uma base de belleza em architectura”, sendo que a intervenção deve “fazer-se no estylo primitivo do monumento, a fim de que elle conserve a sua unidade,

visto que a unidade de estylo é também uma das bases da belleza em architectura e que as formas geométricas primitivas são perfeitamente reproduzíveis”, e acrescenta ainda um aspecto de pormenor “*Deve-se respeitar as partes executadas n’um estylo differente do conjuncto quando esse estylo tiver merito em si mesmo*”...mas condicionado a que essa situação não viesse a “*destruir o equilíbrio esthetico do monumento*”.

Este método de intervenção representa basicamente os conceitos de Viollet-Le-Duc e traduzem em grande parte a experiência dos serviços dos monumentos históricos franceses constituídos a partir de 1830, mas já apresenta a discussão gerada por Prosper Mérimée, em que este condena em primeiro grau *a invenção*. O cuidado relevado em “*as formas geométricas primitivas são perfeitamente reproduzíveis*”, das quais se excluem outras representações e figurações, permitem adiantar o restauro e concluir partes onde o argumento geométrico poderá ser substituído por peças novas à semelhança das “*primitivas*”.

Recorda-nos a este propósito o grande exemplo de Valadier no restauro do *Arco de Tito* no Forum Romano, ainda em inícios do século XIX, em que reproduz os elementos de entablamento, colunas, bases e capitéis que faltam, sem que todavia entre no detalhe das decorações.

Devolveu a unidade de leitura ao *Arco de Triunfo*, como peça de

arquitectura a ser vista independente, mas sem que a sua intervenção se confundisse com o original. Representa alguma modernidade de conceitos, aproximando-se por antecipação da síntese de Merimée.

Mas o documento prossegue, referindo-se particularmente à credenciação e tutela, *“a conservação e a restauração dos monumentos só será comettida a architectos diplomados ou especialmente auctorisados, procedendo sob a fiscalização artística, archeologica e technica do estado”*. Reclamando que só deverão intervir os architectos *“diplomados”* ou *“especialmente auctorisados”*, reconhecendo assim a especificidade da área. Ao Estado é remetido o papel de responsável pela fiscalização, dado que se tratam de *“monumentos nacionais”* conservados no interesse da nação.

Por fim procura-se promover e encorajar a *“creação de sociedades de defeza dos monumentos historicos e artisticos nos paizes em que ainda não existam”*, sugere ainda que essas sociedades se poderiam empenhar no *“estabelecimento do inventário geral das riquezas nacionaes e locaes”*. Revela-se interessante a evolução nos monumentos que já incluem a dimensão de bens nacionais e locais.

Adães Bermudes comenta, *“Em todas as epochas se fizeram, desfizeram e refizeram monumentos; destruíram-se alguns interessantes, por mero capricho de*

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

gosto; começava-se um edificio n'um estylo e completava-se n'outro inteiramente diverso, seculos após; com as columnas dos templos romanos faziam-se as mesquitas mouriscas que ainda hoje nos encham de admiração; e onde a arte era o fim, ninguém via o sacrilegio. O tempo se encarregava e, algumas vezes, conseguia dar unidade esthetica aos mais disparatados enxertos. Recentemente com os estudos archeologicos e historicos, comprehenderam-se melhor e respeitaram-se mais os monumentos, e os architectos modernos começaram a ter preocupações de conservação que os seus antepassados nunca haviam sentido.

Foi precisamente então que os architectos se tornaram alvo de todas as acusações, e foi justamente um dos mais illustres architectos dos tempos modernos, Viollet-Le-Duc, quem provocou a celeuma”.

Mais adiante confirma, “Foi a sua theoria que «restaurar um edificio não é conserval-o, reparal-o ou refazel-o, é restabelecel-o n'um estado completo que póde não ter nunca existido em um momento dado» , que levantou as críticas dos seus adversários, resumíveis nas seguintes palavras de Prosper Merimée: Em materia de restauração, o primeiro e inflexivel principio consiste em não innovar, embora se fosse impellido para a innovação no louvavel intento de completar ou de embellezar. Convem deixar incompleto e imperfeito tudo o que se encontra incompleto e imperfeito. Não se devem corrigir as irregularidades nem rectificar os desvios, porque desvios, irregularidades e defeitos de

symetria são factos historicos cheios de interesse, que frequentemente fornecem o criterio archeologico para determinar uma epocha, uma escola, uma ideia symbolica. Nem accrescentamentos, nem suppressões”

Bermudes situa neste estado a questão, balançando a teorização entre estes dois franceses. Concede ao primeiro “*Sob o ponto de vista da arte pura*” a formulação que deveria congrega a opinião, considerando que o segundo assenta em “*preocupações archeologicas de bem menor interesse*”. Reconhece que o argumento do segundo é garantido pelo bom senso e sentido ético profissional. Todavia resume a questão nos seguintes termos que ressaltamos: “*confiar unicamente a restauração dos monumentos a architectos de comprovado valor, e com sufficiente abnegação de si mesmos para comprehenderem a oportunidade de sacrificar a sua inspiração e a sua personalidade á obra que lhes fosse confiada. Tal é o único criterio permanente que cumpre adoptar n’esta questão*”.

Adães Bermudes sente-se ultrapassado pela discussão dos critérios, demonstrando algum desconforto face à aceitação de um método: “*posta a questão no terreno da discussão litteraria, já ninguém se entende, havendo quem preconize as restaurações e quem as repudie*”.

Na realidade reporta-nos a discussão apresentada pela posição filológica que se descreve:

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

“1º Diferença de estylo entre as partes novas e velhas;

2º Diferença de materiaes de construcção;

3º Suppressão de perfis e ornatos;

4º Exposição, ao lado do monumento, dos velhos pedaços apartados;

5º Incisão da data do restauro em cada peça renovada;

6º Epigraphie descritiva incisa no monumento;

7º Descrição e photographia dos diversos periodos de trabalho, depositados no edificio ou em lugar proximo, ou descrições impressas;

8º Todos os outros generos de notoriedade”

O interessado relator resolveu comentar, *“em vista do que fica exposto julgo conveniente que n’esta Sociedade seja estudado e debatido com toda a attenção o assumpto da conservação dos monumentos.”* Mas antes com ironia escrevia... *“Parece que ao presente os artistas (sic) teem de fazer tudo isso. Antigamente limitavam-se a fazer arte e os resultados não eram peiores.”*

Por possuirmos a natureza da reclamação efectuada por Adães Bermudes à presidência da mesa por ocasião da apresentação das conclusões podemos aperfeiçoar o nosso conhecimento a propósito das ideias sobre a conservação dos monumentos deste ilustre architecto.

Após a apresentação da reclamação que justifica na medida em que uma alteração de palavras vinha a deformar o sentido das definições acordadas em plenário, acrescenta: *“Ce thème était l’un des plus intéressants du Congrès, parce qu’il traitait un sujet d’absolue actualité, de controverses passionnés, de très haute importance artistique et dans lequel les architectes étaient appelés a dire le dernier mot.”*

Aproveita assim a oportunidade para apresentar o seu ponto de vista:

“Ma façon personnelle d’envisager cette question, c’est qu’il s’agit là d’une véritable lutte, engagée entre les architectes, qui défendent la liberté de l’art et leurs prérogatives séculaires qui voient dans les monuments des formes d’expression de sentiments, d’idées et de beauté, correspondant à des besoins sociaux, et qui entendent que ces monuments doivent se perpétuer, au profit de la civilisation, dans son intégrité non seulement matérielle mais esthétique, et, d’autre part, les dilettanti plus ou moins snobs, amants des «pittoresques ruines», véritables oies du Capitole criant au sacrilège et à la profanation dès que l’on touche à un monument, même pour préserver contre la gangrène inévitable du temps, tout en voyant tomber, tranquillement, dans la plus complète indifférence, persuadés qu’eux seuls sont susceptibles de volupté artistique, s’en souciant peu que les générations futures soient privées d’admirer ces monuments. A leur secours viennent quelques

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

archéologues pour lesquels les monuments ne représentent que des faits ou des documents historiques et dont l'érudition plus ou moins pédantesque s'afflige fort des restaurations, surtout des parfaites, qui les nuisent dans leurs graves et transcendantes occupations de placer des noms, des dates et des étiquettes sur chaque pierre.

Je ne m'adresse pas, évidemment aux personnes de bon sens et de bonne foi, soucieuses, mains mercenaires ou incompetentes, et de ce que l'on évite des reconstitutions ou des mutilations dispensables, inspirés par la simple variété ou par préférence de styles, car je considère ces gens-là les dignes défenseurs de notre art, méritant toute notre adhésion et notre estime.

Ainsi, tronqué tel qu'il est, le texte adopté et approuvé par le Congrès, nos adversaires auraient beau jeu, soit en se servant de la 2eme conclusion dans sa forme incomplète, pour affirmer que nous sommes d'avis que l'on ne doit pas restaurer les monuments, soit en s'appuyant sur les contradictions des conclusions 2 et 3, pour alléguer, avec apparente raison, que nous ne savons pas ce que nous voulons et que nos hésitations montrent le partage de nos opinions si elles ne constituent l'aveu tacite de notre impuissance en matière de restaurations de monuments «

Por esta atitude de esclarecimento entendemos com maior clareza a posição defendida por Adães Bermudes e também o interesse em voltar a Portugal com uma clara metodologia quanto ao modo preconizado para

se intervir nos monumentos. Prova-se assim que a classe dos architectos portugueses dava manifestas provas de ir tomando com grande responsabilidade a tutela dos monumentos.

Dando assim corpo a um evidente interesse da classe dos architectos pelos monumentos nacionais, a 15 de Fevereiro de 1905, Ventura Terra apresentou uma proposta, remodelando e melhorando o quadro dos architectos bem como procurando criar melhores condições de tutela. Reconhecemos nestas modificações algum paralelo com a estrutura francesa organizada por Ludovic Vitet, e ecos evidentes do VI Congresso de Paris.

Reconhece assim em primeiro lugar o *“estado lamentavel em que se encontram, em geral, os serviços technicos relativos á restauração e conservação dos monumentos nacionaes”*. Propondo 5 medidas immediatas, sendo a primeira a affectação aos sete architectos do quadro, os monumentos de cada província, acumulando no caso de menor número de monumentos, duas províncias.

A segunda nota refere-se objectivamente à necessidade de apoio de pessoal auxiliar.

A terceira cláusula revela-se fundamental e testemunha um facto importante, “*que os architectos referidos sejam obrigados a visitar todos os monumentos que careçam de quaesquer trabalhos*”, que elaborem os devidos estudos a serem depois aprovados na respectiva tutela, e ainda que não se consintam “*quaesquer obras, sem que sejam autorisadas por quem tiver esse poder*”.

Na verdade quando existia alguma necessidade de obras e as autoridades locais decidissem de notificar os Serviços das Obras Públicas, acabavam estas por ser feitas localmente sem qualquer controle ou supervisão. Naturalmente muitos edifícios saíam desvalorizados e penalizados na sua unidade arquitectónica. Esta era a preocupação de Ventura Terra, para que não fossem autorizadas obras sem que o controle passasse pelo serviço dos Architectos dos Monumentos.

Na quarta nota, Ventura Terra também esclarece, “*Quando porém se trate de restaurações de grande importância, como o são actualmente as da Sé de Lisboa e Coimbra, poderá o governo, por proposta d’este conselho (Conselho dos Monumentos Nacionaes), mandar proceder aos respectivos estudos e trabalhos, por forma diversa*”...Na realidade distinguiam-se os monumentos, entendidos na sua representatividade nacional. Seja pela sua dimensão bem como no contexto patrimonial. Ventura Terra dá o exemplo da Sé de Lisboa e Coimbra,

na altura com obras de restauro a decorrer. Deixa também entender a oportunidade de para estes edifícios se recorrer a prestação de serviços exterior ao Ministério das Obras Públicas.

Por fim, no quinto ponto, tenta colocar um conjunto de condições e regalias que assistem os arquitectos enquanto se deslocam nas suas visitas aos monumentos. Poderá dizer-se que solidário no projecto com os seus colegas, representa uma cláusula de valorização profissional, mas também não deixa de criar as situações necessárias às viagens e circulações necessárias.

Em 1909, publicado pela Imprensa Nacional em Lisboa surge uma primeira lista da “*Classificação dos Monumentos Nacionais*”, sob a tutela do Ministério das Obras Publicas, Comercio e Industria e do Conselho dos Monumentos Nacionais. Apresenta as “*Regras*” sob as quais são efectuadas as classificações remetidas para o Decreto Orgânico de 24 de Outubro de 1901, artigo 24º, e Decreto de 30 de Dezembro do mesmo ano, artº1 das bases para a classificação.

Correspondem indiferentemente a propriedades do estado ou particulares. Mas o que se revela interessante são as categorias evidenciadas na 4ªRegra. As classificações são efectuadas por ordem de 3 categorias:

época, natureza ou qualidade, fim ou destino. Notem-se algumas exclusões: as mealhas, ou restos que são considerados incapazes de representar uma edificação e que se remetem para os museus. Excluem-se também as que já estão integradas nos museus. Na última regra diz-se que a lista parou no século XVIII. Os monumentos são descritos por Distritos.

Certamente em resultado dos trabalhos sobre a pré-história muito em voga no final do século XIX em que houve também uma actividade e participação importante (e internacional) da *Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses*, com publicação descritiva de levantamentos dos principais dolmens e antas, estes monumentos estão com a primeira presença sobre outros. Continuando-se em sequência cronológica, seguem-se os castros, antiguidades romanas, depois os grandes monumentos religiosos, as Sés, mosteiros, igrejas, capelas e cruzeiros, túmulos e sepulturas. Depois os castelos, paços reais, paços municipais, paços episcopais e paços de universidade, palácios particulares, misericórdias e hospitais, aquedutos, chafarizes e fontes, pontes, pelourinhos, e por fim trechos arquitectónicos.

Esta lista de cerca de 475 monumentos separados por categorias encerra o património nacional entendido representante da

nacionalidade. Poderemos achar estranho a lista não progredir pelo século XVIII, mas segundo a definição de Henry Havard⁴¹⁰, que era espelho das noções correntes, só se definiam as antiguidades passados cem anos e a valorização da herança desse século em Portugal só viria daí a uma década, com a descoberta da herança joanina.

O Prémio Valmor de 1921, concedido à casa do Senhor Ulrich na Cova da Moura reconheceu o *estilo D.João V*, (actual edifício da Cruz-Vermelha), já antecedido pelo palacete do Estoril do grande industrial Alfredo da Silva da autoria de Tertuliano Lacerda Marques. Aliás este Arquitecto acabou sendo um dos importantes responsáveis e impulsionadores do reconhecimento desse estilo, em resultado da promoção de uma escola de canteiros (promovida pela Sociedade dos Architectos Portugueses) que a partir da primeira década do século XX se instalou e colheu inspiração em Mafra.

No ano seguinte, em 1910, do prelo da Imprensa Nacional de Lisboa surge nova publicação dos Monumentos Nacionaes Portugueses, dedicada à Legislação.

⁴¹⁰ Henry Havard, "Histoire de la Décoration et de l'Ameublement », 4vols, Paris, s/d, (1865)

Inicia-se com a transcrição de um documento das Chancelarias de D.João III que procura dar autoridade ao assunto dos monumentos em Portugal, recuando à dinastia de Avis e ao filho do Venturoso a preocupação sobre estes assuntos. Na verdade conforme já reconhecemos nesta dissertação também datamos ao reinado de D.João III a preocupação consciente do legado patrimonial, certamente influenciado pelas ideias da cultura italiana e dos acontecimentos artísticos e arqueológicos romanos.

No documento que abre a publicação referida, apresentado sem comentário, refere-se a preocupação do monarca sobre as iniciativas da Abadessa do Convento de Santa Clara em Vila do Conde que “*mandara deribar huua Caça, em que estavam certas Sepulturas antigas*”...ordenando “*que ella mandasse logo corregger a dita Caça, como dantes estava*”...e ainda “*assy escrevesse a Vossa Alteza os Muimentos, que hy avia, e os letreiros, tevessem*”...

Faz-se a descrição do sucedido levantado por forma documental, dando provimento à preocupação Real, com a data de 1525 assinada pelo Corregedor de Entre Douro e Minho o licenciado Antonio Correa.

O segundo documento é o famoso Alvará de D. João V de 20 de Agosto de 1721, de que já tratámos.

Refere depois cópia de dois artigos da visitação do Bispo D. Francisco Gomes á Igreja de Santa Maria de Silves denunciando as “vexatórias deturpações praticadas nos detalhes architectonicos de tam preciosa fabrica” com a data de 1789.

Segue-lhe a confirmação do Alvará de 1721, na versão do Príncipe Regente D.João de 4 de Fevereiro de 1802, que confirma o Decreto do seu avô de 1721 mas muda a tutela da Academia Real de História para a Real Biblioteca de Lisboa.

Só em 1836, já em regime Liberal, veremos de novo preocupações oficiais devolvidas aos monumentos através das iniciativas de Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque, então Ministro do Reino.

Trata-se de um Despacho da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino de 19 de Fevereiro de 1836. Neste documento refere-se o interesse de “*formar uma relação de todos os edificios pertencentes ás extinctas ordens regulares, e hoje incorporados nos bens da Nação, que se fazem notáveis pela epoca da sua fundação, factos historicos com que tem intima relação, monumentos funebres, ou reliquias de homens celebres que encerram, ou finalmente pela sua architectura, e por qualquer d’estes motivos se tornam dignos de ser conservados, e entretidos por conta do governo como monumentos publicos*”, trabalho para que seria convidada a

Academia Real das Ciências de Lisboa a formar a dita relação. Trata-se do reconhecimento oficial (pelo menos por parte do esclarecido Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque) dos monumentos que se consideram “*monumentos publicos*”, conservados por conta do Erário Público e considerados “*objectos de interesse nacional*”.

Refere de seguida uma Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 13 de Agosto de 1840, dada a partir do Palácio de Sintra e assinada por Rodrigo da Fonseca Magalhães, sobre os “*estragos e devastações, e que por um espirito de rapacidade muito culpável há sido em parte demolido por individuos pertencentes a diversas povoações circumvizinhas*”...a que foi sujeita o Templo de Nossa Senhora da Asseiceira, no distrito de Santarém. Esta Portaria pela primeira vez menciona uma indagação policial e a instauração de processo judicial com vista à nomeação de culpados e respectiva punição jurídica.

No Relatório do Bibliotecário-Mór José da Silva Mendes Leal, publicado no *Boletim Official de Instrução Publica* de 21 de Março de 1860, dando sequência aos ofícios entretanto enviados ao Ministério do Reino e à Câmara Municipal, resulta uma proposta de implementação activa e prática dos Decretos anteriores de 1721 e de 1802, adaptados às mudanças das

instituições. Observando que os alvarás são “*uma precaução patriotica contra as cegas temeridades do camartello demolidor*”...acrescenta por fim “*Quando o infortunio abate um povo, maior é a obrigação de guardar os brasões do seu nome como um patrimonio santo, como conforto e estímulo*”.

Transfere aos governadores civis e às Câmara do Reino as obrigações dos Decretos de 1721 e de 1802. Cabendo a estas instituições o dever de localmente tutelar e tornar visíveis estas protecções. Reportando estas instituições ao Ministério do Reino, que por sua vez despachará para o Bibliotecário Mor.

Toma a iniciativa de criar um corpo junto do Ministério das Obras Públicas, de “*competentes agentes e fiscaes*” para fazer cumprir em todas “*as secções de obras publicas, estudos, explorações, trabalhos mineralogicos e outros*”...as responsabilidades da tutela distribuídas pelos vários Distritos e Câmaras. Termina com uma recomendação dirigida especificamente à numismática recomendando o depósito de um “*exemplar de todas as moedas e medalhas dos diversos metaes que se cunbarem no paiz*”.

Segue-lhe a Portaria do Paço, de 10 de Dezembro de 1880, assinada por José Luciano de Castro que envolve oficialmente a *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, na tarefa de

inventário “*de indicar os edificios publicos do paiz que devam ser considerados monumentos nacionaes*”⁴¹¹. Vem solicitar aos Governadores e às Câmaras do Reino que assistam o trabalho da Real Associação satisfazendo os esclarecimentos solicitados.

Certamente em sequência desta Portaria, segue-se a de 29 de Dezembro de 1881, assinada por Hintze Ribeiro, que “*Convindo colligir, desde já os dados precisos para completo conhecimento do estado em que se acham os monumentos nacionaes e padrões historicos e commemorativos a que se refere o relatorio publicado no Diario do Governo nº62 de 19 de março do presente anno elaborado pela commissão eleita pela Real Associação dos Architectos Civis e archeologos Portuguezes: há por bem Sua Magestade El-Rei, encarregar o architecto civil, Joaquim Possidónio Narciso da Silva, vogal da mencionada commissão, de levantar as plantas e alçados dos edificios momumentaes, com os cortes indispensaveis para se conhecer o systema de construção e a divisão interna, e bem assim de redigir as correspondentes memorias descriptivas*”

⁴¹¹ Note-se que desde Luis da Silva Mousinho de Albuquerque, e da sua *Circular* dirigida a Academia das Ciências em 19 de Fevereiro de 1836 que se continuava sem saber quais os monumentos dignos de serem preservados...são quase 50 anos de distância!

Estava dado o primeiro passo fundamental para uma avaliação correcta e científica de grande parte do património edificado, pelo menos daquele entendido como tal.

Torna-se importantíssimo sublinhar dois aspectos, em primeiro lugar o método e em segundo o arquitecto nomeado. No primeiro ponto revela-se particularmente interessante o registo desenhado feito não em simples perspectiva artística, mas na realidade em puro desenho de arquitectura, onde pela primeira vez se distingue e sublinha-se o corte para se evidenciarem a natureza construtiva dos imóveis estudados, aos quais também se atribui uma memória descritiva. No segundo ponto ressalta-se a figura de Possidónio Narciso da Silva, arquitecto de actividade verdadeiramente incansável e metódico, formado em Paris no gabinete do velho Fontaine, arquitecto de Napoleão Bonaparte, activo correspondente com seus pares europeus como nos confirmam os mais de sessenta volumes da sua correspondência classificados por Laranjo Coelho.

Destacam-se Charles Garnier, autor da ópera de Paris, Viollet-Le-Duc, Victor Baltard, Ferdinand De Lesseps e muitos outras distintas personalidades. Foi membro de numerosas Academias estrangeiras. Dedicou-se com imenso empenho à causa dos monumentos onde

poderemos apelida-lo de Viollet-Le-Duc português, remetendo os aspectos biográficos para o capítulo que aqui se lhe dedica e em particular para Ana Cristina Nunes Martins, *Possidónio da Silva e a Memória Histórica: um percurso na arqueologia portuguesa de oitocentos*, (1999).

Esta Portaria de 1881 recorda-nos o Decreto Papal de 1518 em que Rafael de Urbino foi nomeado Perfeito dos Mármore comprometendo-se a levantar os edifícios e a executar a planta dos antigos monumentos romanos...pela primeira vez Portugal se aplicava um método regular e científico de registo do seu património monumental⁴¹².

Em 27 de Fevereiro de 1894, numa Portaria assinada por Carlos Lobo d'Avila, é aprovado pelo Rei o Regulamento para a Comissão dos Monumentos Nacionais, que se junta. Nesse Regulamento define-se a natureza da nomeação de “*monumentos nacionaes*” e as três razões que os qualificam. Refere a incumbência da “*comissão dos monumentos nacionaes*”, descrevendo os deveres da comissão. Continua a Portaria com a constituição da Comissão e respectivos vogais, enfim o organigrama

⁴¹² Há mais de uma década testemunhámos a venda numa feirinha de antiguidades na Estufa Fria, em Lisboa, de excelentes desenhos de levantamentos de vários monumentos nacionais que situamos por esta data. Passados a ignotas mãos de particulares com reconhecimento do seu grande valor estético mas evidente desconhecimento da sua importância para a história nacional, perdeu-se assim um espólio de testemunhos de inegável importância histórica bem como hoje subsidiários à História da Arte e do Restauro. Dada a qualidade, dimensão e número, estamos em crer tratar-se de parte deste trabalho que viria a integrar-se no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas. N.A.

administrativo e sua inserção na estrutura do Ministério, através da Direcção dos Serviços de Obras Publicas. Revela-se digno de salientar "*Por conta do Estado serão impressos os annaes da comissão, que serão constituídos pelos estudos de investigação, descripção e informação dos vogaes, e pelos relatorios, consultas, actas e mais documentos da comissão*". Embora nem sempre se observará esta disposição que pretende divulgar e justificar a actividade da Comissão, não deixa de ser um facto de importante regularização desta actividade, tendo em vista o que se passava nas mesmas instituições, criadas para os mesmos fins, no contexto europeu. Testemunhando de facto a criação destes serviços, o último artigo destina "*Para o serviço da comissão ser-lhe-hão fornecidos casa, mobiliário e artigos de expediente*". Finalmente a partir de 1894 era criado uma Comissão dos Monumentos Nacionais com espaço próprio, meios de expediente, quadro legal de funcionamento e articulação com o Ministério do Reino e Serviços das Obras Públicas. Representa um reconhecimento por parte do Estado que levou praticamente mais de meio século a cumprir, se nos recordarmos das invectivas de Alexandre Herculano e de Garret.

Mas até toda esta estrutura chegar efectivamente aos monumentos levará cerca de mais trinta anos. Claro está que durante este período se

efectuaram vários restauros e intervenções nos monumentos. Mas tanto o limite dos meios no que respeita aos orçamentos destinados às obras, como às limitações da própria Comissão, fez com que a intervenção se dedicasse aos mais notáveis monumentos, e nomeadamente aqueles que se situavam no contexto dos grandes centros urbanos, em particular Lisboa, Porto e depois os quatro complexos monásticos de Alcobaça, Batalha, Tomar e Belém.

2: A acção de Possidónio Narciso da Silva

Joaquim Possidónio Narciso da Silva tem merecido discreto interesse no panorama das artes em Portugal⁴¹³. Com efeito, são acanhadas as notícias biográficas a seu respeito e o encontro na Associação dos Architectos, festejando o seu centenário em 1996 foi de órbita limitada e acabou por reunir somente aqueles que já o conheciam. No entanto, foi um dos mais destacados architectos e arqueólogos portugueses do século XIX que o viu nascer e morrer nonagenário.

Fez a aprendizagem internacional em Paris e depois o Grand Tour em Itália, quando regressou a Portugal granjeou posição destacada no reino quer pela sua actividade quer pelo seu protagonismo em prol da salvaguarda dos monumentos, foi sócio fundador da *Real Associação dos Architectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses*, membro correspondente de numerosas academias estrangeiras, personalidade extremamente condecorada por vários países, correspondente com personalidades de

⁴¹³ A contribuição mais completa deve-se à dissertação de Mestrado, sob a orientação de Maria João Baptista Neto, de Ana Cristina Nunes Martins, *Possidónio da Silva e a Memória Histórica, um percurso na arqueologia portuguesa de oitocentos*, 3 vols. FLUL, 1999.

renome como Charles Garnier, Ferdinand de Lesseps e Victor Baltard entre outros... Nas devidas proporções que o caso implica, seríamos tentados a escolher o epíteto de “*Viollet-Le-Duc português*”, tal é o seu testemunho, o seu posicionamento mental e filosófico, o seu protagonismo e as suas extraordinárias capacidades de trabalho diário, absolutamente comparáveis ao mestre francês.

Dele disse Julio de Castilho⁴¹⁴ “*Acima desse amor esthetico aos monumentos, havia n’elle outro affecto singularissimo: uma ternura, por assim dizer filial, quando os via maltratados; tinha muito dó, um dó por assim dizer humano, dos monumentos em ruínas. Ter dó de um castello cabido, ou de uma abbadia solitaria, desamparada, é uma forma commovente de caridade sui generis; pois não é? A ruína é um ser moral; tem uma alma; tem um resto de vida, que ainda bruxculeia; tem uma linguagem, muda sim, mas nem por isso menos eloquente..... Pois contemplar uma ruína histórica é escutar um velho*”⁴¹⁵

Dois anos antes da sua morte, a 24 de Março de 1896, foi publicado através da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos

⁴¹⁴Julio de Castilho, *Elogio Historico do Architecto Joaquim Possidonio Narciso da Silva, proferido em sessão solene da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, a 28 de Março de 1897*, Lisboa (Typographia da Academia Real das Sciencias), Maio de 1897.

⁴¹⁵ Julio de Castilho, Op. cit., pp.29 e 30

Portuguezes, uma biografia da autoria de Costa Goodolphim⁴¹⁶, que foi lida em sessão solene a 17 de junho de 1894. Esta plaquete *in-folio*, contém uma litografia da autoria de Pastor com a descrição biográfica e curricular que descreve o percurso do ilustre arquitecto. Mais tarde, noutra sessão solene a 28 de Março de 1897, em termos de elogio histórico, após um ano e dois dias do desaparecimento de Possidónio da Silva, Julio de Castilho⁴¹⁷ redigiu um panegírico de construção literária, também publicado através da mesma Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes. Recorda num estilo inflamado os méritos e enaltece as virtudes humanas desse grande arquitecto.

Costa Goodolphim dá-nos os primeiros dados biográficos, “*nasceu em Lisboa, no bairro de Alcantara, a 17 de maio de 1806. É filho de Reynaldo José da Silva, cavalleiro professo da Ordem de Christo, Mestre geral dos Paços Reaes e de D.Marianna Luíza Narcisa da Silva.*”⁴¹⁸ Logo com apenas um ano de idade acompanha seus pais na passagem da Família Real para o Brasil por ocasião da primeira invasão francesa do General Soult. Reynaldo da Silva, na sua

⁴¹⁶ Costa Goodolphim, *Biographia do Socio fundador, architecto e archeologo, Joaquim Possidonio Narciso da Silva*, edição da Real Associação dos Architectos Cívis e Archeologos Portuguezes, Lisboa, 1894

⁴¹⁷ Julio de Castilho, *Opus cit.*

⁴¹⁸ Costa Goodolphim, *Op. cit.*, p.7

ocupação como Mestre dos Paços Reais é personagem fundamental para a digna e cómoda instalação da Família Real e como tal, o jovem Joaquim, tal como o jovem Viollet-Le-Duc, acompanha as deslocações da Côrte. Mas estes eram tempos de emergência para a Europa e Portugal.

Regressou do Brasil com quinze anos, acompanhando os seus no regresso da Família Real em Agosto de 1821. Desde logo iniciou os seus estudos com o distinto pintor Domingos António de Sequeira. A partir de 1822, “*matriculou-se na Aula Regia do Risco, estabelecida no Convento dos Caetanos, estudando architectura Civil com Germano Xavier e com o Pintor Sendim*”⁴¹⁹.

Após a partida de Sequeira de Portugal, Possidónio da Silva deixou a aula dos Caetanos e ficou a estudar com Maurício José Sendim⁴²⁰. Em 1824, em resultado da sua aplicação aos ensinamentos do seu mestre recolhe uma medalha pelo seu trabalho denominado Horácios e Curiácios. Sentindo a limitação do pé-direito nacional no respeitante às artes, procurou novos horizontes, viajando para Paris em 1825 onde voltou a encontrar Domingos António de Sequeira. Em resultado dos contactos do nosso ilustre pintor com a comunidade artística, logo o apresentou a

⁴¹⁹ Op.cit.p.7

⁴²⁰ Trata-se do pintor Mauricio José Sendim, admirado por Lupi, na opinião de Julio de Castilho, “vítima das limitações da nação do seu berço”.

Charles Percier, reconhecido arquitecto e professor de Arquitectura na Academia Real. Este importantíssimo contacto levou Possidónio da Silva a encontrar-se com um dos mais importantes gabinetes de arquitectura, a dupla Charles Percier e Fontaine, responsáveis pelo estilo império que desenvolveram plenamente ao serviço de Napoleão. A formação neoclássica francesa foi efectivamente a base do treino profissional de Possidónio da Silva.

Refere Costa Goodolphim um comentário ao temperamento “*profundamente liberal*” de Possidónio da Silva, a propósito de um episódio em que o jovem tomou iniciativa em resultado de um atentado do regime francês à liberdade de imprensa. Note-se que não foi em França que esse temperamento se revelou. Desde logo o seu próximo convívio com Sequeira e o pintor Sendim nos levam a concluir as tendências da sua formação. Bastaria até o tema do seu quadro-tese durante o ensino de Sendim em 1824, subordinado ao tema Horácios e Curiácios, precisamente um tema de Jean-Louis David.

Cursando com extremado empenho e sucesso o curso de arquitectura na Academia Real, e colaborando no atelier de seu mestre, chegou a altura de fazer o “*Tour*”. Este episódio fundamental na

formação dos artistas levava-os a contactarem directamente com os arquétipos e modelos que tanto se esforçaram por emular durante os anos de ensino. Lançados no confronto com o real era um processo de consolidação cultural que ligava definitivamente o modelo itálico à cultura profissional.

Possidónio da Silva deixou Paris em direcção à Itália, percorrendo várias cidades e monumentos que entretanto ia desenhando e medindo. Novamente se encontra com Domingos António de Sequeira em Roma, aí permanecendo cerca de dois anos. Teve assim a oportunidade de visitar as realidades arqueológicas e os ilustres monumentos da Roma antiga. Efectuou variadas excursões pela Itália, fazendo-se acompanhar ora por Sequeira ora por colegas artistas que igualmente experimentavam o Tour.

Desenhando e medindo os monumentos, visitando esse monumental espólio do então estado Pontifício, Possidónio da Silva experimentou a Roma descrita por Winckelman e por Piranesi, essa Roma ainda adormecida no século XVIII que acordava para um neoclassicismo romano e pesado da geração Camilo Borghese, de Canova, de Giuseppe Valadier e Rafael Stern.

Após dois anos de “*soggiorno*” romano Possidónio da Silva volta a Paris encontrando uma oportunidade profissional no seu antigo atelier da dupla Percier e Fontaine. Foi sob a direcção de Fontaine que Possidónio da Silva trabalhou como assistente numa importante obra no Palais Royal. Tratava-se de uma galeria envidraçada, a primeira a efectuar-se em Paris, que viria a substituir uma anterior de madeira que unia duas alas da residência do Duque de Orléans. A competência e a dedicação profissional revelada levou o jovem arquitecto a envolver-se noutras obras para a còrte, trabalhando inclusive no palácio das Tulleries.

Motivando-se por voltar a Portugal, associou-se empenhadamente nos festejos da chegada da Rainha D. Maria II, quando fazia parte do 1º Batalhão dos Voluntários do Commercio. O esquadrão nacional de voluntários liberais, comandados pelo Conde Farrobo, desejava celebrar os festejos empenhando-se em sofisticadas decorações e iluminações.

Ao jovem arquitecto, então simples soldado nº31 do 1º Batalhão dos Voluntários do Commercio, foi entregue a responsabilidade das decorações acometidas ao Batalhão. Solicitou condicionalmente o seu empenho na medida que lhe fosse atribuída plena liberdade de acção. Fazendo-lhe confiança a direcção do Batalhão viu coroado o seu

empenho num extraordinário cenário em que se via um templo dedicado às vitórias de Palmela, Saldanha e Terceira. Tamanho monumento não passou sem a admiração de todos e em particular do Imperador e da Rainha que quis conhecer o autor. Conta Goodolphim que desejaram uma cópia e chegou a publicar-se num jornal inglês.

Para quem foi treinado na arte neoclássica de inspiração romana, para mais aluno de Percier e Fontaine, este tipo de encargos constituía sem sombra de dúvida uma notável oportunidade de exposição dos seus talentos. Na verdade foram imensas as decorações triunfais que Percier e Fontaine desenharam para Napoleão restituindo as antigas glórias e triunfos bélicos romanos.

Possidónio Narciso da Silva reconhecido publicamente pelo seu primeiro trabalho em Portugal pela Rainha e pelo Imperador, desde logo foi requisitado para intervir ao serviço da Casa Real. Iniciou-se com uma intervenção no Palácio das Necessidades, onde modernizou, ao estilo da época o edifício joanino de 1721, adaptando-o a residência da Família Real.

Remodelou também o *Clube Lisbonense*, sendo presidentes o Conde Farrobo e Rodrigo da Fonseca Magalhães. Para a actual praça do Rossio, então D. Pedro, na sequência de um concurso cuja comissão

era composta pelo Visconde Vilarinho de S. Romão, J. F. Braamcamp, Conde de Farrobo e o pai do estadista António Augusto de Aguiar, foi seleccionado o desenho de Possidónio da Silva. Na sequência deste sucesso foi nomeado 1ºarquitecto na repartição das obras públicas, cargo que recusou para surpresa de muitos.

Mas a sua obra mais famosa resultou do Decreto de 1834 que mandava reunir as Côrtes em Lisboa. Foi destinado para tal o velho edifício do Convento de S. Bento, fundado pelo geral da ordem beneditina Dom Frei Baltazar de Braga em 1598. Havia pois que proceder às necessárias adaptações que permitissem a realização das cortes no quadro do cerimonial que lhe eram próprias. Tempo e dinheiro constituíam-se barreiras intransponíveis. Para além disso os movimentos palacianos deixavam entrever os seus favoritismos, impondo-se uma disputa profissional difícil.

Todavia, Possidónio Narciso da Silva conseguiu impor-se, num gesto de grande criatividade, transformou o edifício adaptando-o condignamente ao acto, transformando o antigo claustro num espaço de grande nobreza à altura do acto. O Imperador D. Pedro IV ficou de tal

modo satisfeito com a eficiência de Possidónio da Silva que, terminada a sessão de abertura, o condecorou com o colar da Torre e Espada.

Coroado pelos notáveis encargos e completamente integrado como o primeiro architecto do reino, Joaquim Possidónio Narciso da Silva, apresenta orgulhosamente como título no seu bilhete de visita “*architecto da Casa Real*”.

Dedicado, logo após o falecimento de D. Pedro IV em 24 de Setembro de 1834, apresentou um projecto de monumento, reconhecido, à memória do falecido Imperador.

Formado numa cultura respeitadora e estudiosa dos monumentos, em 1863 propôs a fundação da Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, que em 1864 era autorizada por Decreto de D. Pedro V e a partir de 1872 passaria a chamar-se *Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*.

Associaram-se na fundação numerosos colegas de ofício e personalidades com interesses culturais na área dos monumentos como João Pires da Fonte, José da Costa Sequeira, Feliciano Sousa Corrêa, Manuel José de Oliveira Cruz, Paulo José Ferreira da Costa, Verissimo da Costa, Valentim José Corrêa, Santos Lucas, Costa Lima, Carneiro, João

Maria Feijó e Luz Nogueira. Foi escolhido para sede da Associação as ruínas do Convento do Carmo, até então cavalariaças do vizinho quartel. Deve-se a Possidónio da Silva desde logo este empenho. Reconhecia-se na fundação da associação da necessidade de criação de Boletins e publicações que desse testemunho interno e internacional da sua actividade.

No âmbito de obras de restauro e levantamento de edificios é extremamente extensa a actividade de Possidónio da Silva. Deveremos entender que por força das vicissitudes da recente história do reino, os mais notáveis monumentos do país encontravam-se num lamentável estado de conservação.

Em resultado do terramoto de 1755, das invasões francesas, das lutas liberais e ainda na sequência da extinção das ordens religiosas, o património histórico edificado da nação narrada em Camões, glorificada por D.João V e como fénix renascida por Pombal, permanecia abandonado, arruinando-se, sujeito a furtos, num desconhecimento total, apesar das invectivas de Alexandre Herculano, do desencanto de Garrett, e do empenho de Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque.

Em 1867 Possidónio da Silva apresentou na Exposição de Paris

uma proposta de restauro do monumento dos Jerónimos em Belém. Valeu-lhe a oportunidade uma medalha de grande modelo.

Por ocasião do Congresso dos Arquitectos de Paris apresentou uma dissertação sobre os monumentos em Portugal e o desenvolvimento da arquitectura. Mereceu assim do Congresso a nomeação para membro correspondente. Interessado em seguir a evolução dos interesses arqueológicos, seguindo o modelo do *Abécédaire ou rudiment d'Archéologie* de Arcisse de Caumont⁴²¹, a quem dedica a obra⁴²², redigiu o primeiro texto em Portugal manifestamente dirigido à protecção dos monumentos, as *Noções Elementares de Archeologia Cristã*, publicado em 1878, com introdução de Inácio de Vilhena Barbosa.

Torna-se oportuno destacar o texto de Vilhena Barbosa que se apresenta como a primeira tentativa de construção de uma descrição histórica que ilustra as preocupações ao longo dos tempos sobre os monumentos. Merece destaque pelo empenho descritivo que pretende

⁴²¹ A primeira edição da obra de Arcisse de Caumont é de 1850, atribui-se a este autor a definição do românico como período da história da Arte. Compreende-se o interesse de Possidónio da Silva e a necessidade de um manual que permitisse o entendimento sequencial dos períodos históricos tal como Arcisse de Caumont apresenta, apoiado em ilustrações que se podem confrontar com os originais.

⁴²² Joaquim Possidonio da Silva, "Noções Elementares de Archeologia", 1878, p.IV ... "tomando para norma a notavel obra do Sr.de Caumont, o qual, além de distinguir-nos com a sua apreciavel amizade, nos auctorisiou a servirmo-nos dos seus admiráveis trabalhos; e já nos é lícito honrar-lhe aqui a memória gloriosa, sejam estas páginas consagradas ao ilustre fundador da sciencia archeologica em França, como levantado a um dos testemunhos da nossa veneração."

apresentar, constituindo-se como uma das primeiras tentativas europeias de sumária história do restauro. Ilustra igualmente a consciência histórica de Vilhena Barbosa e a colaboração fundamental entre ambos, dado que se Possidónio da Silva conhecia bem a cultura francesa, conforme os seus livros demonstram, Vilhena Barbosa é estudioso nacional.

Nesta altura Joaquim Possidónio Narciso da Silva, intitula-se Architecto da Casa Real, Sócio correspondente do Instituto de França, Honorário do Instituto Real dos Architectos Britannicos, da Sociedade Francesa de Archeologia, da Sociedade Central dos Architectos de Paris, correspondente da Academia Real de S. Fernando, fundador do Museu de Archeologia de Lisboa, etc., etc....

Mais tarde, em 1887 complementou com a obra *Resumo-Elementar de Archeologia Christã*, igualmente com introdução de Inácio de Vilhena Barbosa, destinando-se ao ensino de *archeologia christã* nos seminários de algumas dioceses, conforme esclarece logo nas primeiras linhas da introdução ao leitor. Refere ainda que esse estudo “*há muito que era urgente crear-se no nosso paiz*”, propondo-se a publicar “*os elementos principaes d’esta sciencia, afim de facilitar os estudos a quem desejar possuir esses conhecimentos indispensáveis para curar da conservação dos objectos do culto e evitar o ignorante*

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO
NACIONAL

modo de se restaurarem os edificios religiosos dos differentes estylos, que pertencem á nação”, acrescenta ainda “pois já é tempo de não se continuar a praticar nos edificios concertos mal pensados, que alteram o character respectivo da sua architectura, e causam tambem desdouro ao avaliar-se a nossa civilização”.

Em ambas obras apresenta no frontispício a medalha da *Société Française D’Archeologie pour la Conservation des Monuments*, fundada em 1831 por Arcisse de Caumont.

Possidónio da Silva é um prolixo escritor sobre os temas da arquitectura e arqueologia conforme demonstra o seu extenso *curriculum* de publicações, completamente invulgar para os architectos portugueses, demonstrando as suas enormes capacidades de trabalho e de disciplina,

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

mas também a sua abertura de campos de estudo e reflexão em Portugal⁴²³.

Efectuou escavações arqueológicas no dólmen da serra de Sintra, frente ao Cabo da Roca, em Tróia, escavando os vestígios de um templo circular, na caverna da Moura, serra de Albardaz, descoberta de uma vila romana com mosaicos próximo de Leiria, estudo e levantamento de 3 dolmens próximos de Évora, de Elvas e Portalegre. Também em Viana do Castelo, no Monte de Santa Luzia, no monte de Alfife e no de S. Roque, escavou testemunhos celtas. Procedeu a sondagens arqueológicas na Tapada da Ajuda onde escavou uma sepultura pré-histórica. No âmbito também

⁴²³ Costa Goodolphim dá-nos um relato bastante completo das publicações em português e francês de Joaquim Possidónio Narciso da Silva: *O que foi e é a Architectura, eo que aprendem os architectos fora de Portugal*, 1833; *Memória acerca do ensino das Bellas Artes*, (apresentada à Comissão encarregada do plano geral dos estudos)1834; *Compêndio de Stereotomia e Perspectiva*, (tradução); *Revista Pittoresca e Descriptiva, com vistas em photographia de Portugal*, em formato max.in-folho,1863; *Descripção das Novas Salas do Real Palacio da Ajuda*, 1865; *Relatorio da Exposição de Architectura que teve lugar na Exposição Universal de Paris em 1867*, publicado no *Diário do Governo* em sete colunas, 1868; *Mémoire Descriptif du monument de Belem et son achèvement*, 1868; *Mémoire Descriptif sur les découvertes celtiques dans la province de Minho*, Nancy,1868; *Dissertation Artistique sur L'Architecture en Portugal depuis le XIIeme au XVIIIeme siècle*, 1869; *Quel est la véritable signification des signes gravés sur les édifices du Moyen-âge en Portugal*, 1869; *Souvenirs du Congrès International d'Anthropologie et d'Archeologie Prehistorique dans l'Italie*,1871; *Congrès pour l'avancement des Sciences à Bordeaux, communication sur l'assainissement de la ville de Lisbonne*,1872; no mesmo congresso, *Sur les découvertes d'une villa romaine en Portugal*, 1883; no mesmo congresso, *Sur les Dólmens de L'Extremadure au Portugal*, 1872; *Notice Historique et Artistique des principaux édifices religieux de Portugal*, 1873; *Elogio Histórico do Architecto Civil José Da Costa Sequeira*, 1873; *Elogio Histórico do Architecto Membro do Instituto Mr. Victor Baltard*, 1874; apresentado no Congrès de Montpellier, *La carte des monuments mégalithiques de Portugal*, 1875; *Noções Elementares de Archeologia*, 1878; *Les découvertes des Haches de Bronze d'un type nouveau*, 1880; Congrès de La Rochelle, *Dolmens d'Elvas*,1882; *Resumo Elementar de Archeologia Christã*, 1887; *Relatórios* apresentados nas sessões solenes da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, de 1881, 1885,1888; comunicações várias feitas ao *Congresso dos Architectos de Paris* em 1867,1882,1889; *Memória da Fundação, Progresso e Trabalhos da Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes*, 1889; Dirigiu e foi o redactor principal durante dezasseis anos do *Boletim de Architectura e Archeologia*, que compreende seis volumes de formato gr.in-4º.

arqueológico, foi o grande responsável da evidência dos testemunhos romanos da antiga cidade de Tomar, denominada Nabância.

Por seu intermédio conseguiu que o Rei D. Fernando II adquirisse o raríssimo colar de ouro (Torque) pré-histórico achado na Beira Alta.

No que respeita aos primeiros registos desenhados dos vários monumentos portugueses, atribui-se a Possidónio da Silva um notabilíssimo *corpus* de desenhos arquitectónicos, infelizmente pela maior parte perdidos e desmembrados entre o Arquivo Histórico do Ministério da Obras Públicas, o Arquivo dos Monumentos Nacionais e espalhado por colecções particulares... Efectuou o levantamento desenhado das várias Sés de Lisboa, do Porto de Guimarães, de Braga, de Coimbra (tanto a velha como a nova), a de Viseu, da Guarda, de Elvas, de Évora e de Leiria. O levantamento das Igrejas representa um acervo notável pela extensão. Várias representam as mais importantes de Lisboa, a Igreja do Coração de Jesus, da Graça, dos Mártires, das Chagas, da Encarnação, do Loreto, da Madalena, de S. Paulo, de Santa Isabel, de S. Domingos e da Memória. De Sintra levantou a medieva Igreja de S. Martinho. No Porto, levantou as Igrejas de Águas Santas, de Cedofeita, de S. Francisco, e dos Clérigos. Por todo o país estendeu o seu interesse e trabalho efectuando o registo da

Igreja de Carcavelos, de S.Tirso, de Roiz, de Rio Mau, das Caldas da Rainha, de Óbidos, do Senhor da Serra, de Santa Cruz de Coimbra, da Misericórdia de Viana do Castelo, de Ferreira do Zêzere, de S. João Baptista de Tomar e de Portalegre. Estendeu também o seu aturado trabalho de levantamento a Mosteiros e Conventos, como o de S. Bento em Lisboa, actual sede do Parlamento, o da Madre de Deus, de Arroios, da Esperança, das Comendadeiras de Santos, de Odivelas, de Chelas, de Belém, do Rato, dos Paulistas, do Bom Sucesso, de S. Vicente de Fora, de Santa Clara em Santarém, de Sacavém, de Jesus em Setúbal, de Santa Clara de Coimbra, de Alcobaça, de S. Clemente em Viana, de Monchique e da Serra do Pilar no Porto, e de S. Francisco em Alenquer. Não se poupou esforços aumentando o acervo de registos incluindo os mais notáveis edifícios da arquitectura civil nacional. Desenhou assim Mafra, das Necessidades, de Belém, de Sintra, de Águas Santas no Porto, de Queluz de Vila Viçosa, de Vendas Novas e de Salvaterra. Acrescentando à panóplia da arquitectura civil várias estruturas notáveis dignas de registo como o Teatro de S. Carlos, o Aqueduto e *Mãe D'Água* do Rato, a Torre de Belém e o Castelo de Palmela.

Este elenco extensíssimo seria suficiente para justificar os trabalhos de uma vida. Aliás será todo este trabalho que os Monumentos Nacionais , cerca de meio século adiante irão estabelecer como objectivo. Pela primeira vez em Portugal foi possível uma análise do património nacional que contemplasse *um estudo arquitectónico*. Todo este trabalho prosseguiu acompanhado com a execução de várias maquetas e modelos de madeira executados às ordens de Possidónio da Silva. Destacam-se para além do modelo para a estátua do Duque de Bragança, D. Pedro IV em Lisboa, o do Mosteiro dos Jerónimos (exposto em Paris na Exposição Universal de 1876), várias maquetas demonstrando os monumentos dos povos da antiguidade, patentes na exposição do Porto em 1838. Notável também a maquete realizada para o restauro da Capela sepulcral de D. João I na Batalha, vindo a figurar na Exposição Universal de Viena de Áustria em 1863.

A sua intervenção como arquitecto foi extrema e variada. Denota-se uma grande capacidade decorativa, desde a realização de cenários para cerimónias públicas, à remodelação de interiores das principais residências reais de Lisboa e arredores, remodelando aposentos e casas da nobreza, mas também executando obras para privados, tanto e ornamento como

construções de raiz. Dedicou-se também ao restauro, denominado na altura “*restauração*”. A sua obra ilustra bem a importância nacional de Possidónio da Silva e a confiança que merecia por parte dos maiores do reino.⁴²⁴

⁴²⁴ Dada a importância de Joaquim Possidonio Narciso da Silva e do seu curriculum profissional, procuramos com a ajuda de Costa Goodolphim, providenciar um elenco da sua obra como arquitecto, ainda que incompleta não deixa de atestar uma imensa actividade:

Reflectindo sobre a herança mental de Possidónio Narciso da Silva na área da Conservação e Restauro dos monumentos somos levados a concluir ser o Arquitecto nacional mais experimentado e de dimensão internacional no

Iluminação monumental de Lisboa quando soldado nº31 do 1º Batalhão dos Voluntários do Comércio, em 1833, por ocasião da entrada em Lisboa de D. Pedro IV e da Rainha D. Maria II, no Largo da Boa Hora; Remodelação e adaptação a Câmara dos Deputados da Nação do Convento de S. Bento em 1834 que lhe valeu a condecoração pelo Rei D. Pedro IV do Grande Colar da Torre e Espada; Renovação e decoração ao gosto moderno do Real Palácio das Necessidades; Decoração no gosto francês, interno e externo das lojas do Chiado, Pote das Almas e Rua do Ouro, Remodelação do Palácio da Inquisição no Rossio para Tesouro Público, construindo-se pela primeira vez em Lisboa um passadiço sobre o arco de ferro em 1835; Decoração e mudança de aspecto da tribuna Real do teatro de S. Carlos, sendo guarnecida de espelhos e cortinados de veludo, 1834; Instalação da Assembleia Lisbonense no Palácio da Horta Seca, acrescentando decoração moderna ao gosto da época, em 1835; Remodelação do Palácio do Duque de Terceira em S. João da Praça, em 1837; Restauração do Palácio do Calhariz para o Duque de Palmela em 1836; Restauração do Palácio do Marquês de Loulé em Belém, 1835, Restauração e decoração moderna, num prédio da Rua do Salitre para o Conde de Castro, em 1834; Edificação de “cottages” para o Duque de Saldanha em Sintra, 1836; Edificação de um prédio à Praça das Flores, 1835; Restauração e decoração moderna de um prédio na rua dos Anjos, para o Conselheiro Magalhães em 1835; Transformação dos seus próprios aposentos na rua de S. Francisco, ao gosto pompeiano, (terá sido a primeira casa em Lisboa a ter vidros grandes nos caixilhos), 1834; Edificação de uma Casa no Campo para o Conselheiro Luiz José Ribeiro em 1837; Edificação de uma Casa no Campo para o Conselheiro José Braancamp na Chameca, tendo as salas decoradas em estilos diferentes, 1838; Remodelação e decoração de um andar novo para o Rei D. Pedro V e D. Luiz em 1842; Restauração do Palácio do Marquês de Abrantes, para a Imperatriz viúva de D. Pedro IV em 1839; Construção de um monumento à Fé no jardim da casa gótica do Duque de Saldanha, na sua propriedade de Sintra, em 1869; Renovação de um prédio pertencente à família de Possidónio da Silva, na Rua de S. Bento em 1845; Restauração do Palácio de Santa Marta para a viúva do Imperador em 1838; Restauração do Palácio das Janelas Verdes para a mesma senhora (no qual apareceram pela primeira vez em Lisboa os portões de ferro fundido com arrendados e esculturas), em 1844; Remodelação de todos os aposentos, com decoração moderna no Palácio Real das Necessidades em 1853; Edificação de um prédio na rua de S. Domingos na esquina da Rua do Prior em 1845; Obras no Palácio Real do Alfeite em 1838; Obras no pavilhão de Caça da Lagoa de Albufeira para SS. Magestades, 1839; Edificação da Escola D. Pedro V, no Largo das Necessidades, 1857; Edificação de jazigo para a família do Conselheiro Koll no Cemitério Ocidental, 1852; Remodelação e transformação do Convento da Pena em Sintra para residência de D. Fernando II em 1857; Renovação dos Palácios Reais das Necessidades, Belém, Sintra e Caxias para o casamento de D. Pedro V em 1858; Princípio de Restauração da fachada sul da Igreja Monumental de Belém e do Claustro, 1856; Edificação de um prédio novo para um negociante espanhol na rua da Mãe d'Água, 1841; Remodelação do interior do torreão do Palácio de Mafra, como aposentos completos com dois andares, para o Rei D. Pedro V em 1859; Restauração e aumento do Palácio da Palhavã, do Conde da Azambuja em 1855; Reformulação da decoração dos aposentos do Palácio Real da Ajuda para o casamento do rei D. Luiz em 1863; Renovação dos aposentos da Rainha D. Maria Pia e construção da brilhante sala de mármore em 1866; Remodelação dos aposentos da Rainha D. Maria Pia, no Palácio de vila Viçosa em 1869; Remodelação dos aposentos da Rainha D. Maria Pia na fortaleza de Cascais; Construção de um altar no estilo românico na Catedral de Bayeux em França, 1868; Projecto de Edifício para Museu de Bellas Artes e para a exposição publica de 1873; Delineação do bairro novo nos terrenos da quinta real do Calvario, em 1871; etc.

panorama profissional português. O seu treino internacional viria a influenciar toda uma geração.

É indiscutível a sua ligação a Arcisse de Caumont, de quem era amigo pessoal, procurando na evolução dinâmica das épocas a mesma progressão dos estilos. Ele próprio na sua Obra *Noções Elementares de Archeologia* (1878) define os vários períodos históricos na seguinte ordem: Tempos Pré-históricos, Era Gallo-romana, Idade Média, Era Ogival, Era Ogival secundária, Séculos XV e XVI, Estylo do Renascimento, e por fim o Período Moderno. Nesta última classificação englobava-se os séculos XVII e XVIII, possivelmente seguindo a fórmula de Henry Havard que só considerava antiguidade o que tivesse mais de 100 anos e esses séculos só viriam a ser valorizados mais tarde.

Possidónio reconhece a importância dos estudos pré-históricos⁴²⁵, efectuando várias pesquisas e levantamentos, no que protagoniza um novo

⁴²⁵ Vilhena Barbosa no final da Introdução ao livro de Possidonio da Silva descreve a recente evolução dos estudos sobre a pré-história, nomeadamente a notícia da proposta de Paris de Mr. Desor de realização de um encontro, antecipado em Itália no Outono de 1865 em La Spezia, coroando-se todo este empenho com um primeiro encontro dedicado ao estudo da pré-história em 1866, ocorrido em Neufchatel na Suíça. Assim nestes sucessos veio a dar-se a devida importância na Exposição Universal de Paris com uma secção intitulada *Historia do trabalho Humano*, onde figuravam produtos variadíssimos da indústria humana de todos os países do globo e de todas as épocas até à pré-história.

campo de estudos⁴²⁶, contribuindo indubitavelmente para a salvaguarda da herança pré-histórica em Portugal, que vê hoje reconhecida internacionalmente a importância das suas jazidas arqueológicas. Relativamente aos Celtas, aos Romanos, à herança românica e medieval, Possidónio da Silva demonstra uma real vontade em demonstrar que Portugal apresenta um património que preenche essa evolução histórica. Poderemos ainda afirmar, pelo interesse revelado nos vários levantamentos por si efectuados ou a seu mando, que desde logo estabeleceu uma lista do património nacional que ainda hoje coincide com os mais exemplificativos da arquitectura nacional. Entre eles registam-se os principais monumentos nacionais que são património mundial.

Na introdução efectuada por Vilhena Barbosa na obra *Noções Elementares de Archeologia*, de 1878, da autoria de Possidónio da Silva, regista-se por extenso toda a filosofia subjacente que alimentava o projecto de recolhimento das antiguidades pátrias mas também na consciência de que Portugal ao reconhecer a sua herança emparceirava com as restantes

⁴²⁶ Recorda-se com oportunidade o estudo de Martinho de Mendonça e Pina, de 1733, lido em sessão na Academia Real de História Portuguesa, sobre os *Rudes altares a que chamam em Portugal*. Encontra-se publicado nas *Memorias da Academia*, sendo reconhecido como o primeiro trabalho sobre pré-história efectuado em Portugal se exceptuarmos o texto e estampas de Jerónimo Contador de Argote nas *Memórias Ecclesiasticas do Arcebispado de Braga*.

nações na realização de um colectivo histórico. Esta última ideia demonstra-se pela extensíssima e muito pouco vulgar participação em cerca de 33 Academias, Associações e Comitês⁴²⁷, pela maior parte internacionais.

⁴²⁷Mais uma vez recorremos a Costa Goodolphim, Opus cit., que nos dá um notável elenco do envolvimento de Possidonio da Silva com associações e círculos de interesse profissional e cultural: Sociedade Archeologica de Hespanha, 1845, sócio correspondente; Instituto Real dos Architectos Britannicos, 1866, idem honorario; Associação dos Architectos Neerlandezes, 1865, idem honorário; Associação Central dos Architectos Franceses, Paris, 1867, idem correspondente; Société Parisienne d'Archéologie et d'Histoire, 1866, idem correspondente; Socio Fundador dos Architectos Civis Portuguezes, 1864; Socio Fundador do Albergue dos Invalidos do Trabalho, 1864; Real Academia de Bellas Artes de Lisboa, 1869, socio de merito; Académie des Antiquaires d'Athènes, 1870, idem correspondente; Institut of Architects, New-York, 1866, idem honorário; Société Archéologique du Midi de France, 1871, idem correspondente; Société d'Architecture de Berlin, 1879, idem correspondente; Academia di Storia Patria di Palermo, 1871, idem honorario; Société de l'Histoire de Compiègne, France, idem correspondente; Reale Academia di Belli Arti, Bologna, Italia, 1873, idem honorario; Du Congrès Internationale des Orientalistes, Paris, 1873; De l'Exposition Universelle de Vienne d'Autriche, 1873, pour les publications artistiques et scientifiques; Société d'Archéologie de Stockholm, 1874; Membre correspondant de l'Institut de France, 1874; Société d'Histoire de Pensilvanie, Philadelphia, 1875, socio honorario; Do Atheneu Oriental, Paris, 1875, idem associado; Exposição Universal de Philadelphia, 1876; Société des Beaux-Arts du Département de la Loire, France, 1877; Real Academia de Las Tres Nobles Artes de S.Fernando, Espanha, 1878, academico correspondente; Société Academique Indo-Chinoise, France, 1884, delegado geral em Portugal; Société Academique Hispano-Portugaise, Toulouse, France, socio de merito; Société des Belles Lettres, Sciences et Arts, Rochelle, France, 1882, idem correspondente; Académie de Littérature, Rochelle, 1882, idem correspondente; Société des Beaux-Arts a Caen, France, 1883, idem efectivo; Associação artística Archeológica de Barcelona, Espanha, 1879; Diplome de membre Associé de l'Institut de France, 1883; Athénée d'Archéologie de Bordeaux, 1886, socio de honra; Athénée de l'Académie des Sciences Ethnographiques, Paris 1885 delegado geral em Portugal.

3: A fundação em 1864 da “*Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*”

Dedicado ao estudo da arqueologia e das antiguidades, Joaquim Possidónio Narciso da Silva foi o criador da Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses, fundada em 1863, autorizada em 1864, confirmada sociedade Real em 14 de Novembro de 1872, com sede no arruinado convento do Carmo em Lisboa. Refere-se Inácio de Vilhena Barbosa a este propósito, “por iniciativa e pode dizer-se por único esforço do Sr. J. Possidonio Narciso da Silva, fundador e presidente da real associação dos architectos civis e archeologos portuguezes, deu começo esta associação no edificio da egreja ghotica e arruinada do extincto convento do Carmo, onde se acha estabelecida, a um museu archeologico.”⁴²⁸

Com efeito, a *Associação dos Architectos Portugueses* teve origem no encontro de oito architectos portugueses realizado em 22 de Novembro de 1863. A iniciativa partiu de Possidónio da Silva, que galvanizou com o seu

⁴²⁸ Joaquim Possidonio Narciso da Silva, *Noções Elementares de Archeologia*, 1878, Introdução de I.V.Barbosa, p.XVIII

entusiasmo os restantes colegas, “*afim de advogarem a nobre causa da arte que professam; promoverem o seu desenvolvimento; darem consideração á sua classe; occuparem-se de todos os assumptos relativos á Architectura Civil e ás investigações archeológicas; finalmente offerecerem um centro de reunião para os artistas, archeologos e amadores das Bellas artes e de antiguidades, com o louvável empenho de curarem do progresso da architectura e dos estudos archeologicos em Portugal.*”⁴²⁹

Em 29 de Janeiro de 1864 D. Pedro V aprovou por decreto a referida associação ficando definitivamente constituída a *Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes* pela primeira vez, com a sede em Lisboa. Nessa altura efectuou-se a eleição da mesa constituindo-se do seguinte modo : Presidente, Joaquim Possidónio da Silva, Architecto da Casa Real; 1ºsecretário, José da Costa Sequeira, Professor substituto da Real Academia de Bellas Artes de Lisboa; 2ºsecretário Paulo José Ferreira da Costa, Architecto do Ministério das Obras Públicas; Tesoureiro, Feliciano de Sousa Correia, Architecto do Ministério das Obras Públicas.

Possidónio da Silva foi praticamente o presidente desde 1864 até 1879, com excepção dos anos, de 1867 e seguinte em que o cargo foi exercido pelo Conselheiro João Maria Feijó, de 1869 e 1870 em que a

⁴²⁹ *Annaes da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Potuguezes*, Lisboa, 1879, p.IV

presidência coube a João Pires da Fonte, sendo depois novamente o sócio fundador, no todo cerca de 12 anos.

*A Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes criou em 1875 uma medalha de honra para distinguir os méritos artísticos e científicos dos sócios. “Representa na sua face principal (anverso) a figura de Lysia em pé com uma coroa de carvalho (symbolo da duração) em cada uma das mãos, na acção de apresental-as aos laureados que na Architectura ou na Archeologia forem dignos d’esta honrosa distincção. O templo hexastylo de Diana, em Évora, representa á direita da figura a Arte architectural; enquanto que o soberbo Dolmen da serra de Cintra, que está ao lado esquerdo da mesma figura, refere-se aos estudos archeologicos. Na outra face da medalha (reverso) no campo d’ella circumda uma corôa de louro (emblemata de triumpho) servindo o centro d’essa corôa para ser gravado o nome do socio laureado.”*⁴³⁰

A sede da Associação também conservava uma colecção de retratos pintados a óleo dos architectos portugueses antigos e modernos, entretanto falecidos que foram inaugurados na sala das sessões. Constavam dessa colecção o retrato do brilhante Architecto neoclássico português

⁴³⁰ *Annaes da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Potuguezes*, Lisboa, 1879, p.VII

falecido no Brasil em 1819, José da Costa e Silva, o do architecto de Mafra, João Frederico Ludovice, o de Manuel da Maia, de Eugénio dos Santos, de Joaquim da Cunha Lima Júnior, de Manuel Joaquim de Sousa, Stuler, de Manuel José de Oliveira Cruz que foi sócio fundador, e de Veríssimo José da Costa, de José da Costa Sequeira, e Feliciano de Sousa Correia, estes últimos também do grupo fundador.

Acrescem outros retratos por homenagem, a Arcisse de Caumont, a Victor Baltard (1805-1874) e a D. José Amador de Los Rios (1818-1878). Mais tarde será junto à galeria o interessante retrato do fundador Joaquim Possidónio Narciso da Silva, na sua casaca de Côte com a medalha de Ouro da *Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, sobreposta ao colar da Torre e Espada que lhe foi conferida ainda por D. Pedro IV, cingem-lhe o peito numerosas condecorações com que foi agraciado e homenageado.

Em 1879 a Real Associação gozava de um notável prestígio nacional e internacional. Com cerca de 210 sócios nacionais e cerca de 72 estrangeiros entre os quais se distinguem entre outros, Victor Baltard, Arcisse de Caumont, o Visconde De Laborde (1807-1869), Charles Lucas, Cockerell (1788-1863), Charles Garnier (1825-1898), Ferdinand de

Lesseps (181805-1894), Lefuel (1810-1880) e o famoso Viollet-Le Duc⁴³¹.

A Real Associação entre 1865 e 1879 promoveu as seguintes edições, *Revista de Architectura e Construção*, 1ª série anos de 1865 a 1867, 10 números *in-folio* com 16 estampas e uma grande fotografia; *Boletim de Architectura e Archeologia*, 2ª série, anos de 1874 a 1876, 12 números in 4º grande, com 12 estampas e 6 fotografias; *Boletim*, 2ª série do 2º tomo, 1877 a 1879, com 9 números e 6 estampas com 3 fotografias; *Catálogo do Museu da Real Associação* descrevendo 1486 objectos pertencentes às várias colecções pertencentes ao espólio; *Annaes da Real Associação* de 1865-1879: Opusculos diversos contendo o *Elogio histórico* de vários falecidos, Joaquim da Costa Lima Junior, 1866, José da Costa Sequeira, 1873, Victor Baltard, 1874, Arcisse de Caumont, 1875.

Deveremos entender o papel desta Associação como uma continuidade da acção iniciada pelos ventos exteriores que inspiraram Garrett, Herculano e Mousinho nas respectivas polémicas e acções piloto de princípios orientadores. Desta vez implementados por uma geração imediatamente seguinte que para mais se encontra já “*familiarizada*” numa

⁴³¹ Joaquim de Vasconcellos, “...ou então consulte um livro vulgar, que existe em quasi todas as nossas bibliothecas: Entretiens sur l’architecture de Viollet-Le-Duc, Paris, 1863”, *História da Arte*, Coimbra, 1885, p.48

cultura histórica e “*profissionalizada*” através de uma formação frequentemente traçada nos *milieux* em que as questões do restauro estavam efectivamente na ordem do dia. A Associação, baseava o seu programa na grande tradição ocidental que unia o estudo das antiguidades à prática arquitectónica, modelo afastado pelo Politécnico Napoleónico mas vivamente retomado pelo *curriculum* da Escola dos *Beaux-arts* de Paris. Obviamente o papel motor coube a Possidónio da Silva, mas teve o mérito de congregar gerações e preparar uma doutrina que na viragem do século apontava para a sua absorção ao nível dos técnicos profissionais. A clara tentativa de Possidónio agregar personalidades estrangeiras destinava-se a procurar remeter a discussão para um nível internacional.

Algumas figuras ficaram efectivamente despertas para o caso português como é o caso de Albrecht Haupt (1852-1932), mas a sua acção só produziu verdadeiramente frutos a partir do século seguinte.

4: Alfredo de Andrade: um expoente em Itália

Alfredo de Andrade (1839-1915) representa na historiografia das Belas-Artes em Portugal uma figura de injusta discrição. Poucos em Portugal conheciam os seus méritos na Itália, reconhecido a par de Camilo Boito⁴³² (1836-1914), de quem era grande amigo, como uma das personalidades mais importantes do movimento de reflexão sobre a conservação das antiguidades e do campo do restauro. Sem todavia colocarmos de parte o seu imenso talento como pintor onde se perfilou com alguma inovação.

Honrando a sua memória e dando melhor notícia da sua pátria, recentemente, sob a orientação de José Augusto França, Lucília Verdelho da Costa, efectuou uma notável tese dedicada a Alfredo de Andrade. Antes, só o dever filial e a admiração do seu filho Ruy de Andrade, tinha

⁴³² Autor da Obra Fundamental da Teoria de Restauro Italiana, Camilo Boito, *Questione Pratiche di Belle Arti*, 1895.

procurado em Portugal valorizar a obra do distinto artista, através de várias publicações dignas⁴³³.

Em Portugal a *Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes* contava Alfredo de Andrade como seu membro desde 1864, e a partir de 1873, aplicado à 2ª Secção⁴³⁴. Algumas notícias monográficas surgiram a partir da primeira, de 1879, da autoria de Manuel Bernardes Branco, depois em 1883 da autoria de Artur Lobo D'Avila em 1883, da de R.Velloso em 1906, até sair um fascículo completo na *Ilustração Portuguesa* em 1909 da autoria de Lambertini Pinto.

Mas as suas relações com Portugal foram sempre episódicas e difíceis, quando não mesmo trágicas. Querendo no fim da sua vida dedicar o seu empenho a Portugal, na sua estimada herdade de Font'Alva, que também representava um significativo investimento pessoal, a terra que o viu nascer tratou-o com tal maldade que, desgostoso, volveu a Itália, para todo o sempre, naturalizando-se Italiano e desejando ser sepultado no seu

⁴³³ É verdade que Ruy de Andrade foi incansável na defesa da obra do pai, mas em Portugal algumas pequenas notícias sempre saíram, e que eram contemporâneas de Andrade. A primeira monografia deve-se a Manuel Bernardes Branco em 1879, a segunda a Artur Lobo D'Avila em 1883, a terceira por R.Velloso em 1906. Em 1909, da autoria de Lambertini Pinto surgiu todo um fascículo na *Ilustração Portuguesa*, nº170 de 24 de Maio, a pp.641-648.

⁴³⁴ A *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, contava três secções, a 2ª Secção, "Ocupar-se-há da esthetica, das decorações architectonicas, da apreciação das obras d'arte, em projecto ou em execução, e da conservação dos monumentos"

Castelo de Pavone Canavese, em capela por ele recuperada, em sarcófago por ele desenhado, na confiança serena de que seu filho cumpriria a sua vontade. Assim ocorreu.

Hoje o Castelo de Pavone Canavese pertence ao espólio do estado Italiano que manifestou interesse em o adquirir perpetuando assim a memória desse notável e honrado português, reconhecido como italiano nos bancos da escola daquele país e como um dos pais da teoria do restauro em Itália.

Em 1981, no Palácio Real e *Palazzo Madama*, de 27 de Junho a 27 de Setembro, foi organizada conjuntamente pelo *Ministero per i Beni Culturali e Ambientali* e pela *Soprintendenza per i Beni Ambientali e Architettonici del Piemonte*, uma notável exposição dedicada a *Alfredo d'Andrade-Tutela e Restauro*, (1981). Patente durante todo o verão de 1981, contou com uma afluência extraordinária e especializada, dado o tema e calibre internacional do personagem, merecendo um belíssimo catalogo. Nem no comité de honra nem no comité científico, nem nos agradecimentos, se refere um único instituto ou universidade portuguesa, uma representação da cultura ou da diplomacia nacional, somente se refere o arquivo da família em Portugal.

Testemunha-se assim como esta personalidade de mérito europeu, permanecia ainda há bem pouco tempo ignorado no país em que nasceu⁴³⁵ apesar de discretas notícias que nunca valorizaram os seus méritos.

Seria injusto no âmbito desta tese que Alfredo de Andrade não merecesse um detalhado interesse. Não que tivesse influído substancialmente na forma como foram conduzidas as questões do património e do restauro em Portugal, mas precisamente por contraste, pela estranha capacidade dos nacionais ganharem mérito e admiração sempre fora do seu país.

A 26 de Agosto de 1839, Alfredo César Reis Freire de Andrade, nasceu em Lisboa, filho de António José Freire de Andrade e de Emília Gomes da Silva Reis. Oriundo da alta burguesia e de um confortável meio de dedicação ao comércio e a actividades financeiras, residindo numa ampla residência onde toda a família alargada e os seus onze irmãos

⁴³⁵ Lucília Verdelho da Costa, *Alfredo de Andrade, 1839-1915, da Pintura à invenção do Património*, Vega, 1997; pp.11e12: "No entanto, foi praticamente desconhecido ou ignorado em Portugal."... "A vida e obra de Alfredo de Andrade revelam um homem cuja acção foi marcada por uma exigência ética e estética que, em Portugal, país sem cultura, onde tudo estava por fazer (como dizia), não podia ter eco. Como português, sofreu com a ignorância dos seus compatriotas, a carência de estudos artísticos elementares, a falta de gosto, o pouco interesse pelo património. Foi, na realidade, um homem raro, épico no seu destino, mas profundamente só e constrangido na condição de "exilado"... O estudo da sua obra surge, assim, quase como um dever ou uma forma de reparar o reconhecimento que a pátria lhe recusara, sobretudo no que sintetiza de mais original: a singularidade do artista na cultura italiana resultante de um portuguesismo intrínseco que assumiu até ao fim, apesar dos atropelos que lhe foram infligidos-que culminaram na invasão das terras de Font'Alva, o maior elo que ainda mantinha com Portugal-e que o obrigaram a aceitar a naturalização italiana a que tinha direito, em 1912."

também habitavam, viveu uma educação rígida orientada pelo pai que o destinava a continuar as ocupações que faziam valer a casa. A partir de 1845 inscreveu-se na Escola Académica de Lisboa e no tempo livre frequentava com maior empenho o atelier do pintor espanhol Trifón de Avilez.

Em 17 de Julho de 1852, obteve sucesso nos exames do Liceu Nacional de Lisboa, obtendo o seu diploma. Com 15 anos, a 20 de Maio de 1854 Alfredo e o seu irmão mais velho Julio, transferem-se para Génova para junto dos correspondentes comerciais da sociedade do paterna. Por vontade do pai, tendo efectuado o primeiro ciclo de estudos, deveria agora prosseguir enveredando pela formação na actividade comercial. Se já em Portugal algo de diferente já acenava na alma de ambos, então nesse estímulo extraordinário que representa a Itália, as verdadeiras vocações dos dois irmãos cresceram e expandiram-se muito para além das esperanças paternas.

Júlio realizou-se na música e na poesia, enquanto Alfredo se apaixonou pela pintura e pelas artes em geral. Em 1855 acompanhado do seu irmão, viajou a Paris, visitando a Exposição Universal, detendo-se no *Palais des Beaux-Arts*, onde louva a pintura do suíço A. Calame (1810-

1874), bem como percorrendo à exaustão as galerias de pintura patentes ao público. Entusiasmado com o estímulo da viagem, renova no ano seguinte um pequeno Tour com o seu irmão Julio. Desta vez, percorre Civitavechia, Roma, Nápoles e Florença. Nesse rapto de entusiasmo jovem, descurou a saúde, que agravando, preocupa a família ao ponto de ser chamado a Lisboa pelos pais. De volta a Portugal, recupera a saúde, mas não recupera esse clima mágico de estímulo e inspiração que representa a sua querida Itália. Procurando ainda assim conforto frequentando os ateliers em Lisboa de Tomás Anunciação (1818-1879), Miguel Angelo Lupi (1826-1883) e Francisco Metrass (1825-1861), nada o consegue retomar esse mágico enlevo da Itália. Assim, em 1857 regressa novamente a Génova, livre de poder definitivamente abraçar um curso de estudos artísticos inscrevendo-se na *Accademia Ligustica di Belle Arti*. Como professores tem na Pintura Tammar Luxoro (1824-1899) e na Arquitectura G.B. Resasco (1818-1877). Mas a obstinação paterna de fazer progredir os seus filhos no horizonte de uma actividade comercial leva-os a voltarem novamente a Lisboa. Na tentativa de tornear a incorporação militar de Alfredo, providencia-se um oportuno emprego no consulado da Tuscânia em Lisboa. Entretanto, o pai

insiste em ocupa-lo, com grande contrariedade, nos negócios comerciais da casa.

Em Lisboa, Alfredo de Andrade não consegue alhear-se das áreas do seu estímulo e no âmbito das discussões urbanísticas que “restauram” a capital do Portugal Liberal, executa propostas de melhoramentos e embelezamentos da cidade, recorrendo ao seu imaginário de viajante a Paris e na Itália. Conhecem-se vários apontamentos e esboços que ilustram este afincado interesse deste jovem de 19 anos. Vários estudiosos e biógrafos de Alfredo de Andrade querem ver nestes registos a primeira verdadeira manifestação do destino profissional desse ilustre Arquitecto. Assim, nesses inocentes esboços, inflamados por uma formação estética formada fora de Portugal nascia o arquitecto...e o divórcio com os seus.

Finalmente em 1860 conseguiu autorização do pai para deixar Portugal e voltar a Génova. Visitou a exposição de pintura de Turim e em Outubro, decide de empreender a viagem a Genebra para conhecer o pintor A. Calame que admirara na Exposição Universal em Paris. Sem todavia encontrar pessoalmente de imediato o pintor Calame chega ainda a trabalhar no seu atelier, transmitindo o seu entusiasmo na correspondência ao irmão Julio que entretanto regressara a Lisboa.

Nesse período conheceu o pintor Antonio Fontanesi (1818-1882) que provocando a ruptura com a pintura de vistas “*de maniera*” de atelier, estimulava-o para a “*poesia del vero*”, encorajando o confronto com o exterior, numa pintura ao ar livre a partir do real. Era esta também a mensagem do grupo da escola francesa de Barbizon, demonstrando assim desde logo a sua atracção pela vanguarda da época. Esta nova janela que se abre, apesar dos encorajamentos recebidos do mestre A. Calame, levam-no a escrever ao irmão Julio em 18 de Janeiro de 1861 um juízo maduro sobre o ensino do seu mestre que considerava já ultrapassado. Assim encerrando o capítulo suíço, regressava a Génova, onde renovava a sua inscrição na Academia Ligustica frequentando os cursos de Architectura e Perspectiva. A sua mobilidade sobe de tom, proporcional ao seu entusiasmo. Visita duas vezes Roma, Genebra, anda pela Sabóia, por Cremieu, onde estabelece contacto e visita vários pintores como Ravier, Dupré, e Berteau. Em Nervi conheceu Carlo Pittara (1836-1890), artista que o influenciará grandemente e que lançará a denominada “*Scuola di Rivara*”.

A partir de 1862, após breve tempo em Génova passa vários meses em Roma, expondo com sucesso as suas obras de pintura, ao contrário do que ocorre em Portugal, onde não lhe é prestada atenção.

Nova ameaça do pai em 1863 obrigando-o a regressar a Lisboa, descontente com o percurso do filho, que há muito definitivamente recusara o destino comercial previsto. A sua relação em casa torna-se difícil, na tentativa de contrariar o destino que se impunha com determinação, atrasou-se o recebimento da parte da sua herança do avô, e apesar de receber a denominação em Portugal como Académico de Mérito da *Real Academia das Bellas Artes*, não deixa de recusar a cadeira de professor de pintura de paisagem junto da mesma academia. Falhando assim todas as tentativas de prender a obstinada vocação italiana, rapidamente Alfredo deixou Portugal atrás de si, volvendo a Itália logo em Março. Visitará Pisa, Génova de novo e fazendo uma viagem a Paris durante o verão para visitar a exposição de pintura.

Neste ano de 1863, em carta para Lisboa, logo a 15 de Abril, dá conta do seu crescente interesse pela Arquitectura e pela Arqueologia. Na verdade, o seu treino de rigoroso observador da “*poesia del vero*”, olhando para a realidade do exterior do atelier, formou o seu modo de ver e observar, no desprendimento dos dogmas ensinados e perpetuados naqueles espaços. Assim, no íntimo confronto do eu, Alfredo de Andrade via com novos olhos tudo aquilo que o passado oferecia e que se

ensinava nas escolas de arquitectura. Embora continuasse a pintar, o treino das capacidades de observação preparavam-se para a sua vocação final de arquitecto restaurador.

Em setembro de 1863, por ocasião do casamento do Rei D. Luiz com D. Maria Pia de Sabóia, desenhou num cenário do Teatro Carlo Felice uma vista do Terreiro do Paço.

Alfredo de Andrade veio a conhecer já em 1864, em Turim, o Conde Federico Pastoris (1837-1884), personalidade que o impressionou pela sua figura aristocrática e de artista, dedicado motivador de actividades artísticas naquela cidade. No verão desse ano regressou a Lisboa, obtendo por nomeação de D. Luiz o lugar de Consul do Reino de Sião, provável repetição da atitude paternal de o fazer radicar-se em Lisboa.

Nessa altura participa no importante concurso para a estátua de D. Pedro IV, a situar na actual praça do Rossio. O seu desenho, inspirado na Coluna Trajana, propondo os cenários biográficos da vida heróica do falecido imperador, não mereceu interesse por parte do júri.

Uma vez mais é em Itália que recebe aclamação pela sua jovem obra de arquitectura. Em conclusão do curso anual de Arquitectura na Academia Ligustica o seu desenho que representava a secção

transversal aguarelada do átrio do *Palazzo Cambiaso* em Albaro, é distinguido com uma medalha de prata dourada em razão do distinto mérito do trabalho.

No mesmo ano é nomeado membro da Sociedade dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses, precisamente a 18 de Dezembro de 1864, procurando participar assim de uma forma mais autorizada nos acontecimentos artísticos do seu país. No âmbito das reformas em curso para o ensino das Belas Artes em Portugal é chamado a fazer parte da Comissão para a reforma do ensino das artes industriais, da Real Academia de Belas Artes.

Perante a persistente determinação de Alfredo de Andrade em prosseguir a sua verdadeira vocação e carreira, sem o que se evitaram tensas polémicas domésticas que o impediam ainda de receber a herança do seu avô António Bento, finalmente se rende a insistência paternal, permitindo-o estabelecer-se a suas custas definitivamente em Itália. A autonomia assim conseguida, colhendo o melhor momento para poder dispor dela, permitiu a Alfredo de Andrade confirmar o seu empenho e projecto de vida.

Efectuando uma longa e demorada viagem através da Espanha e da França, resolve estabelecer-se durante alguns meses em Roma, frequentando os cursos da Academia de S. Lucas. A sua amizade com Federico Pastoris leva-o a viajarem juntos pelo Piemonte e Suíça, passando algum tempo em Rivara. Ainda em Agosto na companhia do seu amigo visita o Vale de Aosta. A paisagem é soberba e grandiosa, capaz de exceder as aspirações e sonhos do seu entusiasmo, as excursões sucedem-se pela Valtournanche até Breuil, depois por S. Teodulo, Zermatt na Suíça, Sion, Martigny, Courmayeur, Aosta, Fénis e Verrés.

Volvido a Génova, pintou um dos seus quadros mais representativos, *Passagem da Bormida em Carcare*, que mereceu um acolhimento entusiástico do público e da crítica. O sucesso subiu a tal tom que acabou seleccionado para representar a pintura italiana de paisagem na Exposição Universal de Paris de 1867. A este ponto fica definitivamente consolidada a sua carreira como artista italiano, facto que lhe dá extrema satisfação. Escrevendo à família dando conta do seu sucesso, refere com mágoa a indiferença do ambiente lisboeta pelas suas obras.

Em Outubro depois de uma breve passagem por Portugal, considera uma possível reforma da Academia e propõe a instituição de

bolsas de estudo para financiar viagens a Paris, Roma e Atenas. Entretanto expõe alguns quadros em Lisboa e Porto onde o júri da Exposição internacional Portuguesa, lhe confere o diploma de Medalha de 2ª Classe.

Regressa a Itália em 1866 e ainda em Janeiro já está novamente em Roma onde permanece residente até à primavera, iniciando nova viagem pela Itália, Nápoles, Génova, Roma, Perugia, Assis, Florença, Arezzo, Génova e Turim.

Em Agosto perante a deflagração da epidemia de cólera afasta da sua visita as grandes cidades, e junto com o seu companheiro e amigo Federico Pastoris visitam Oropa, descendo a Fontainemore, passando pelo colo de Balma e através do colo d'Olen chegam até Alagna. Encontrando nessa ocasião Avondo, são convidados para o seu castelo de Lozzolo, onde chegam passando por Macugnaga, Fobello e Varallo. Em poucos meses o Castelo é transformado num local privilegiado para todos os artistas que o procuram, aí estabelecendo uma importante tertúlia.

Em 1867 reside longamente em Roma entremeando sempre com incansáveis viagens pela Itália onde aproveita para aumentar o seu conhecimento dos monumentos e dos arquivos. Tomando notas e ilustrando os seus cadernos de desenhos, ia recolhendo um espólio de

informação que será determinante para o futuro da sua carreira. De regresso a Génova em Junho é nomeado sócio da *Accademia Ligustica*. Nesse mesmo ano ainda viajará novamente até Lisboa.

Em 1868, a Academia Ligústica e o Município de Génova organizaram uma exposição por ocasião da visita da família Real, nessa altura Alfredo de Andrade é convidado a fazer parte da subcomissão que organizará a parte de “*Mobili, armature ed oggetti diversi*”. A qualidade do seu trabalho, granjeando crédito, leva a que lhe seja atribuído logo em 1869, por falecimento do Professor Canzio, a Cadeira de Desenho de Ornato aplicado à Indústria, junto da Academia Ligustica.

Logo se nota a sua posição crítica face ao ensino tradicional propondo uma outra atitude que não só acaba por ser bem aceite, como os resultados se demonstram excelentes. A sua dedicação ao projecto de ensino é quase totalmente absorvente, e assim continuará pelo ano seguinte. Ainda pelo final do ano de 1869, é nomeado a fazer parte do júri do “*Concorso al premio d’Ornato dell’Accademia Ligustica*”. Em 1871 recebe o prémio dos seus esforços e empenhos, a medalha de ouro da Academia Ligustica, “per aver creato e diretto nel corso dell’anno 1869-70 e per il tempo delle successive vacanze una scuola di ornato industriale per la

quale consacró intelletto e fatica, nonché denaro proprio, per provare col fatto la necessità dell’impianto definitivo di un simile insegnamento del che diede numerose testimonianze colla straordinaria esposizione dei saggi dei suoi alunni”.

Em Nápoles, recebe outro encorajamento da parte do júri do VII Congresso Pedagógico Italiano, Terceira Exposição Didáctica, Secção de Ensino do Desenho, o Diploma de Medalha de Prata, premiando o seu método pedagógico.

Os sucessos seguem-se em Madrid, após alguma crítica no ano de 1870 aos seus quadros expostos na exposição de Turim, o seu quadro “*Le Paludi di Castel Fusano*” (1867), acaba por ser louvado pela crítica, o que levou a que fosse adquirido pelo estado espanhol. Alguns meses depois é altura do comité executivo para a Exposição Italiana das Belas Artes de Parma de lhe conferir um diploma de mérito com medalha de prata.

Conseguira o seu reconhecimento como pintor, estava definitivamente conseguido. Curiosamente, data deste período de ascensão, a sua vontade de dedicar-se cada vez mais à arquitectura, deixando a pintura num segundo plano, espécie de formação de apoio à sua futura dedicação.

De facto vários são os autores que reconhecem o ano de 1871 como a viragem da pintura para a arquitectura e para os monumentos. Em 1872 a *Società Patria d'incoraggiamento delle Arti e delle Industrie Nazionali nella Liguria*, nomeia Andrade a fazer parte da comissão, premiando-o com o diploma e medalha de prata.

Em 1874, é nomeado sócio honorário da Real Academia Albertina de Turim. Coroados os seus empenhos e vencido definitivamente o destino, Alfredo de Andrade deixou o seu coração falar casando-se com Constança Brochi, de quem terá 5 filhos, Egas, Bona, Ruy, Jonas e Gil. Infelizmente os dois primeiros, morrerão de pouca idade.

Nesse mesmo ano de 1875 a Real Academia de Belas Artes de Lisboa, delega a sua representação para participar nas celebrações do centenário de Miguel Ângelo Buonarroti em Florença. Em 28 de Agosto Vittorio Emanuele II, rei da Itália, distingue-o nomeando “*Cavaliere Estero dell’Ordine Equestre della Corona d’Italia*”.

A partir de 1877 a sociedade promotora das Belas Artes de Génova dá-lhe o encargo, renovado nos anos seguintes, de “*Membro del Consiglio nella Classe degli Artisti o Dilettanti*”. No ano seguinte, crescendo a

sua voz, é acometido com uma importante nomeação para a comissão municipal de edificações, cargo que manterá até 1886.

Em Fevereiro de 1879 a administração municipal de Turim confere-lhe a importante nomeação de fazer parte da “*Commissione per la scelta del bozzeto del Monumento al Re Vittorio Emanuele II da erigersi in Torino*”.

Sucedem-se mais nomeações que a este ponto só vêm confirmar a admiração e o respeito que a Itália ia prestando a este ilustre cidadão português, curiosamente assumido como italiano pelos seus congéneres dado o nível das distinções.

O ano de 1880 é golpeado com uma segunda tragédia, ocorrida durante a sua deslocação a Portugal na Primavera. Após o falecimento em 1878 com 2 anos do primogénito Egas, vai esperançoso apresentar a sua filha Bona e a sua mulher à família a Lisboa. A triste severidade do pai desencanta-o nas reacções à sua jovem esposa Constança, na qual não podia deixar de ver a rival que impedia o retorno do filho a Portugal. Para culminar esta infelicidade, a sua filha vem a falecer de difteria para desespero dos pais. Regressando a Itália, deste modo, despedaçados e sós, Constança Brochi jurou nunca mais voltar a Portugal. Nesse ano nasceria também o Ruy, o filho dedicado que ressalvará tanto da obra e vida do

pai, através dos seus vários livros, e que será o último dos irmãos a falecer em 1967 em Portugal.

Procurando no trabalho e no apoio de quem reconhece os seus empenhos a energia necessária à vontade de viver, participa activamente nos seus variados e crescentes encargos. É reconhecido e adoptado o seu parecer sobre o restauro do “*Palazzo della Provincia*”, no âmbito das suas funções como Academico Ligustico. O seu parecer já em si testemunha o rigor que tinham atingido os seus princípios e metodologia de restauro: “*deverá respeitar-se toda a parte existente inteligível, efectuando-se a fresco somente as partes em falta ou deterioradas, por forma a que as novas pinturas fossem ao encontro com as tonalidades gerais das antigas*”⁴³⁶

O seu prestígio como crítico avisado nas questões dos monumentos leva a que o presidente da Academia Ligustica o encarregue de examinar e recomendar qual o método de restauro se haveria de aplicar para os frescos descobertos na capela de S. Agostinho em Sampierdarena.

Em Maio de 1881 deslocou-se a Lisboa no âmbito da sua nomeação para a comissão designada a percorrer o país e a seleccionar

⁴³⁶ “*si abbia a rispettarne tutta la parte ancora intellegibile e si completi facendo dipingere a fresco sui pezzi aggiunti, cambiati o scrostati di guisa che le nuove pitture si accordino coll’intonazione generale che ora hanno le antiche*” apontamentos manuscritos de Alfredo de Andrade, no Arquivo do Castelo de Pavone Canavese, Apud Op.cit, 1970.

objectos de arte ornamental e de ourivesaria dos séculos XV a XVIII, destinados a representar Portugal numa Exposição de Arte Ornamental em South Kensington, Londres. Estará presente na respectiva inauguração acompanhado de Rangel de Lima e Carlos Relvas.

Em julho participa com o presidente da Academia de França em Roma e com o Comendador Giulio Monteverde (1837-1917) aos trabalhos da Comissão encarregada de verificar o monumento a Sá da Bandeira que deverá levantar-se em Lisboa da autoria do escultor Ciniselli (1815-1881).

O Rei Afonso XII de Espanha nomeou-o Comendador da Real Ordem de Isabel a Católica.

Sendo designado a 4 de Março de 1882 pelo município de Génova para a comissão que irá estudar a degradação e o projecto de Restauro da Porta de S. Andrea, *Porta Soprana*, e antigas muralhas, aproveitará para efectuar uma viagem a Carcassone (restaurado por Viollet-Le-Duc) e Aigues-Mortes.

Continuando a crescer as solicitações na área dos monumentos, em Maio é chamado a Turim para colaborar na realização da Exposição Nacional de 1884. Este encargo será certamente um dos grandes marcos da sua vida e que lhe dará fama. Com longa e distinta experiência de

exposições e com base no seu conselho de criação de um núcleo descritivo da vida civil e militar do Piemonte durante o século XV, traçou a ideia do Borgo e da Rocca del Valentino. Os Reis de Portugal exprimem-lhe a sua máxima satisfação quando visitarão a 28 de Julho de 1883 o castelo medieval por ele desenhado.

Nesse mesmo ano, recebeu do Director dos Museus e das escavações da Liguria, sob recomendação do Ministro da Educação, o restauro da Igreja e do claustro de S. Agostino e do *Palazzo San Giorgio*. No ano seguinte, 1884 faz parte da comissão encarregada do restauro do *Palazzo Madama*. Sucedendo-se neste ano várias distinções. O Conselho Municipal de Turim distingue-o com a cidadania de honra pelo seu papel no sucesso da Exposição Nacional realizado naquela cidade. O Ministro da Agricultura e do Comércio Italiano designa-o “*Cavaliere dell’Ordine dei SS.Maurizio e Lazzaro*” pelo seu importante desempenho na Exposição Nacional. Por fim, a sua nação, através do Ministro dos Negócios do Reino, cumprindo a vontade do Rei de Portugal, distingue-o timidamente como Comendador da Ordem de Santiago, pelo Mérito científico, literário e artístico.

Ainda em Novembro de 1884 é encarregado pelo governo italiano, Ministério da Educação, Direcção Geral das Antiguidades e Belas Artes, a efectuar o levantamento dos edificios nacionais que devem ser conservados e restaurados. Para tal fica oficialmente nomeado “*Delegato per gli studi e le proposte a farsi relativamente all’elenco dei monumenti del Piemonte*”. A partir deste momento, e ainda com a criação em Junho de 1886, da “*Delegazione per la conservazione dei monumenti del Piemonte e della Liguria*”, que ficará a chefiar, será oficializada a sua responsabilidade de tutela dos monumentos, em particular no modo de condução das várias intervenções de restauro.

Em outubro de 1885 a sua mulher Constança Brocchi de Andrade, adquire as ruínas do Castelo de Pavone, com entusiasmo, a família faz uma pequena estadia improvisada durante o Outono, nas únicas três divisões ainda conservadas do castelo. A obra de restauro do Castelo de Pavone, sobretudo apoiado financeiramente nos anos seguintes pela herança do pai, que falecerá em 1888, será um dos trabalhos notáveis de Alfredo de Andrade, que só chegarão a ser concluídos pelo seu filho Ruy.

No âmbito da discussão do projecto de conclusão da fachada da Catedral de Florença, faz parte a 7 de Março de 1887 do Júri,

juntamente com Emílio Alemagna, Domenico Morelli, e Edoardo Tabacchi. Neste mesmo ano é designado a formar uma comissão que traduzirá a participação da cidade de Génova e da Liguria, na Exposição Universal de Paris de 1889. A Real Academia de Belas Artes de Turim distingue Alfredo de Andrade (*Pittore e Antiquario*) conferindo-lhe o título de Academico Nacional.

Dá início aos trabalhos de conservação e restauro do Castelo de Verrés que desde 1872 era propriedade da Condessa Paolina Crotti di Costigliole. Após um longo período de discussão conseguirá que o estado italiano reconheça o interesse na aquisição do Castelo, iniciando-se então em 1896 a complexa intervenção de restauro.

A 24 de Abril de 1889 o Ministério do Interior decide nomeá-lo para a Comissão que deverá examinar os trabalhos do Concurso para o projecto do Palácio do Parlamento. Através de Bongioannini, Inspector Geral do Ministério da Educação, é comunicado o interesse do Ministro de o colocar como “*Commissario delle Antichità e Belle Arti della Liguria*”. A resposta surpreendente de Alfredo de Andrade ao Cavaleiro Bongioannini revela o seu carácter e o rigor dos seus empenhos: “*não me considero o homem de quem necessitam. O Commissário se não interpreto mal as intenções do Ministro,*

*deverá ser um administrador que deverá superintender todo o serviço das Antiguidades e Belas Artes na região; mas não deverá efectuar obras. Ora eu não sou suficientemente administrador nem me sinto com suficiente sangue frio para ver os assuntos sem me envolver. Já te disse qual o meu lugar, e no qual creio poder ser de alguma utilidade e que é o de Delegado Regional nas regiões que mais estudei, isto é no Piemonte e na Liguria*⁴³⁷

A partir de 1889, transfere-se com a família de Génova para Florença, residindo na Villa da família da sua mulher na Via Pico della Mirandola, até 1911.

De entre os restauros que o entusiasma profundamente encontra-se o da Sacra di S. Michele. Pela localização e dimensão da intervenção, que requer uma maturação cuidada do projecto, através de estudos ponderados e levantamentos muito rigorosos, procura informar-se extensamente para o que efectua viagens de estudo a França e à Alemanha.

⁴³⁷ “non mi sento di essere l'uomo di cui avete bisogno. Il Commissario se io non fraintendo le intenzioni del ministro, dev'essere un amministratore che deve sovrintendere a tutti i servizi delle Antichità e Belle Arti nella Regione, ma non deve eseguire lavori. E io non sono abbastanza amministratore né mi sento di aver abbastanza sangue freddo per vedere fare senza intromettermi. Io ti ho già detto quale è il posto nel quale credo di poter essere di qualche utilità ed è quello di Delegato Regionale in quelle regioni che ho più studiato, cioè nel Piemonte e nella Liguria”, carta de Alfredo de Andrade de resposta ao Cavaliere Bongioannini, Inspector Central do Ministério da Educação, Apud, Op.cit, 1970.

d'Andrade é nominato Architetto Ingegnere Direttore nell'Amministrazione provinciale per l'Arte Antica".

Pela mesma altura Portugal distingue-o através da proposta do Ministro das Belas Artes de o nomear como membro do seu gabinete. Este encargo não só lhe faz honra como lhe dá imenso prazer, embora o obrigue a frequentes viagens a Portugal. Em Abril de 1892 recebe também a notícia de ter sido nomeado pela Sociedade de Geografia, membro honorário do Congresso Internacional dos Orientalistas.

O Ministro da Educação Italiano, designa-o conjuntamente com Camilo Boito, Guglielmo Calderini e Federico Stefani, a fazer parte da "*Commissione per il risanamento di Venezia*", onde deverão aconselhar no local os vários aspectos de edificação, conservação ou restauro daquela cidade. Resolvendo o ministério instituir delegações regionais para a conservação dos monumentos, designa-o para a direcção do Piemonte (Val d'Aosta) e Liguria.

Também a *Amministrazione della Fabbrica del Duomo di Milano* deseja ter o seu parecer a par de Camillo Boito, para melhor proceder às obras necessárias na fachada. Nesta altura trava um conflito com a

administração no sentido e evitar que os restos do Teatro Romano de Turim fossem destruídos e cobertos por uma edificação que a Administração da Casa Real desejava fazer nos jardins do Palácio. A correspondência trocada e a veemência de Andrade demonstram bem o carácter do notável arquitecto.

Em 1895 recebe o encargo do Arcebispo de Génova que o nomeia a fazer parte da Comissão que apreciará o projecto de uma nova igreja que será dedicada aos “*SS. Tommaso e Leone*” no vale S. Ugo em Génova. De Roma chegam-lhe notícias, a Real Academia Romana de S. Lucas elege-o como Académico de Mérito na classe de Architectura e também a associação Artística dos cultores de Architectura de Roma o nomeia sócio honorário. De Turim mais uma nomeação como membro perpétuo da Sociedade de Arqueologia e Belas Artes para a Província de Turim.

Na sequência de várias desordens ocorridas no Museu Artístico e Industrial de Nápoles, mais uma vez o Ministério da Educação recorre ao seu prestígio, conferindo a Alfredo de Andrade e a Camilo Boito o encargo de efectuar uma inspecção e avaliar a situação.

No ano de 1895 realiza dois acalentados sonhos. Desloca-se prolongadamente a Portugal e inicia o seu projecto de erguer em Font'Alva, no Alentejo, uma moderna herdade agrícola, todavia planeada e desenhada totalmente por si, num estilo *tradicional* mas de inspiração italianisante.

No final do ano consegue finalmente que o estado italiano adquira o Castelo de Fénis que tanto desejava. Em Janeiro de 1897 faz parte da comissão que deverá apreciar os vários esboços apresentados pelos escultores florentinos para um monumento a Giotto a levantar-se em Florença.

No ano seguinte faz parte de outra comissão que deverá considerar o concurso para um monumento a Rossini, que também será levantado em Florença. Será também presente na comissão que avaliará o concurso para a decoração pictórica a aplicar no interior da basílica de S. António em Pádua, desta vez um Santo nacionalizado italiano. A associação do Castelo de Chillon requer a sua opinião sobre o respectivo restauro da estrutura, vindo a confirmar-lhe o encargo em 1900.

Novamente o Ministério da Educação encarrega-o de tomar parte na comissão formada para avaliar os resultados das pesquisas

efectuadas na fachada do *Palazzo dei Priori* em Perúgia, propondo a resolução e o restauro da escada exterior que dá acesso ao edifício. Num gesto magnânimo adquire o *Palazzo del Senato* de Pinerolo para protegê-lo de posteriores alterações. Após a aquisição oferece-o á própria cidade, solicitando também o empenho do Estado Italiano no seu restauro.

De há alguns anos vai publicando as suas pesquisas arqueológicas, achados e notícias das suas intervenções. Efectuou também um importantíssimo relatório das suas funções desde 1883 a 1891, á frente do Departamento para a Conservação dos Monumentos.

Em 1900 celebraram, já na qualidade de castelões do Castelo de Pavone, as bodas de prata com Constança Brocchi de Andrade, na companhia dos 3 filhos e de muitos amigos, entre os quais Carandini que lhe preparou um opúsculo comemorativo.

Em Fevereiro de 1901 chega-lhe uma nomeação honorária, do Conselho Superior dos Monumentos.

Mas em Florença, o seu envolvimento como membro da comissão urbana leva-o a ser designado pela Academia das Belas Artes daquela cidade, conjuntamente com Bracci, Corinti, Gioli e Sodini para a comissão que definirá o programa de concurso para o arranjo do centro

da cidade e dos bairros para lá do Ponte Vecchio. O envolvimento é confirmado pelo próprio presidente da Câmara de Florença que o encarrega de conceber um projecto urbano que definisse uma via que do centro da cidade fosse até ao Ponte Vecchio e também um projecto de recuperação do quarteirão entre a via Guicciardini, Borgo S. Jacopo e via Maggio. Em 1903 passará por convite da presidência do município de Florença a fazer parte da “*Commissione Storico-Artistica*”.

Também o Presidente da Câmara de Turim o encarrega da comissão que deverá examinar os aspectos artísticos dos projectos patentes no concurso efectuado para a Ponte Humberto I, sobre o rio Po. Preocupado com o estado de degradação da Casa della Porta em Novara, concede uma significativa quantia para os trabalhos de restauro, intervindo próximo do seu Ministério para que capacitasse a Câmara a promover a sua aquisição.

Nova distinção chega-lhe desta vez da Republica Francesa que lhe concede a Cruz de Cavaleiro da Ordem Nacional da Legion d'Honneur. Entretanto, de Lisboa chega-lhe um importante encargo, por parte da Direcção das Obras Públicas, solicitando-o a preparar uma Memória

Descritiva que descrevesse o projecto para o restauro do Palácio Real da Ajuda, mas que não terá sequência.

Do lado italiano chovem-lhe mais distinções como representante do Comité Italiano no VI Congresso Internacional dos Arquitectos em Madrid, de 1904. O ministro da Agricultura e Comércio convida-o a expor as suas obras e trabalhos na Exposição Universal em Saint Louis na América, no mesmo ano. É depois nomeado “*giurato Italiano per il Dipartimento Belle Arti*” na mesma Exposição, o que leva este incansável viajante até ao novo continente.

O Ministro da Educação designou Andrade para integrar a comissão especial encarregada de avaliar com todo o cuidado nos restauros efectuados no Castelo St. Angelo em Roma. É nomeado também para integrar o conselho que preparará os trabalhos necessários à edificação da fachada do Duomo de Florença. De Veneza solicita-se igualmente o seu conselho para integrar a ilustre Comissão que avaliará as aquisições das obras destinadas à Galeria de Arte Moderna. Com Cantalamessa, Camilo Boito e Benedetto Croce (1866-1952), programa igualmente os trabalhos de reorganização de outra pinacoteca, desta vez de Nápoles. A mesma cidade de Veneza o encarrega de decorar a “*sala piemontese*” na

Exposição Internacional de Arte , decorrida em 1907. Faz parte por nomeação do governo e do seu ministério da comissão que avaliará a situação estrutural da Basílica de S.Marcos. Faz também parte da comissão que avalia as obras de restauro do *Palazzo di S.Giorgio* em Génova. Consegue convencer após uma dura insistência junto do seu ministério e do Conselho da Ordem Mauriciana a urgente necessidade de intervenção de restauro na Abadia de *S. Antonio di Ranverso*.

No ano seguinte é distinguido como “*Grand’Uffiziale dell’Ordine dei SS.Maurizio e Lazzaro*”. Participa nos trabalhos da colocação do túmulo do Rei Humberto I no *Pantheon* em Roma.

Em 1909 é nomeado conselheiro efectivo para a secção de arte medieval e moderna do conselho superior das Antiguidades e Belas Artes. O Ministério da Educação designa-o temporariamente com a direcção da “*Soprintendenza ai Monumenti di Genova*”, de 1909 a 1910. Este encargo será sempre renovado e só acabará com a sua morte.

A 5 de Outubro de 1910, é proclamada a República em Portugal e a sua propriedade de Font’Alva é alvo de invasão e pilhagens. O sucedido dá-lhe um tremendo desgosto e significa o corte definitivo com

Portugal. Apesar de não desistir da titularidade das propriedades, instaurando um processo ao Estado Português, reivindicando a posse da sua terra, o que virá a acontecer mais tarde, representou todavia o seu alheamento radical desse país de tristes notícias, que foi sempre rígido e esteve sempre distante e indiferente, para sua profunda mágoa.

Alfredo de Andrade já está com 71 anos, a sua saúde nem sempre está presente. O que o leva a começar a declinar os numerosos encargos, como o de participar na comissão para as obras do *Palazzo di Montecitorio*, “*non accetta per l'età e le diminuite forze*”. Todavia, em dedicação e solidariedade, ainda aceita fazer parte do comité para a reconstrução do Campanile di S.Marco, de Veneza, caído numa noite.

Em 30 de Junho de 1912 o governo italiano concede-lhe a nacionalidade italiana. Definitivamente cortadas as amarras com Portugal deseja ficar para sempre naquela terra que o apaixonou e despertou a sua vocação e o honrou com tão distinta carreira.

A 19 de Janeiro de 1913, a sua mulher e companheira dedicada de sempre, Constança Brocchi de Andrade, morre no Castelo de Pavone Canavese.

Ainda em Junho participa no júri da 59ª Exposição de Belas Artes de Génova. Mas sabe bem que o tempo se esgota e ainda assim faz uma última viagem em Abril no Delfinato, por certo de despedida, “*per rivedere i luoghi della giovinezza*”...

Em Novembro sente-se fraco e doente, regressa a Génova que já não deixará mais e no espaço de um ano passa a vida melhor.

Alfredo de Andrade faleceu na sua casa da via Peschiera em Génova a 30 de Novembro de 1915. Marido e Mulher são sepultados no cemitério de Pavone Canavese, mais tarde, o dedicadíssimo filho Ruy, que adquirirá a parte dos irmãos no Castelo, terminará as obras de Restauro iniciadas pelo pai. Concluindo a Capela, mandou fazer uns sarcófagos de mármore em Pisa, sepultando os pais no Castelo de Pavone Canavese onde foram “castelões”.

Para ser possível tal situação extraordinária de sepultamento, o Governo Italiano concedeu a especial autorização, que permitiu a respectiva trasladação a 8 de Agosto de 1929. O Castelo permaneceu ainda na posse da família Andrade até aos anos 90 do século XX, sendo depois adquirido pelo Estado Italiano que uma vez mais honrou quem tanto amava a Itália.

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

Alfredo de Andrade contribuiu com uma brilhante carreira no estado italiano envolvendo-se no restauro dos mais insignes monumentos, todavia como verificámos pelo seu percurso a sua relação com Portugal sempre resultou infeliz, quando não, mesmo trágica. Em nosso entender seria imperdoável que esta sua biografia não figurasse de par com as figuras de outros portugueses que se dedicaram como ele ao culto dos monumentos, embora como se viu a sua intervenção em Portugal foi sempre limitada.

5: Ramalho Ortigão: os Monumentos Nacionais

Ramalho Ortigão não representa somente uma personalidade de indiscutível craveira literária para o seu tempo, (e bem para além disso como veremos), mas também como um verdadeiro pedagogo cultural em determinado momento de crise da cultura identitária portuguesa, espécie de Diogenes na procura de uma identidade perdida, de crítica aguda, recordando frequentemente um certo tom de Ruskin.

Na verdade, no quadro de um definhado século XIX burguês dado a modestas filosofias, Ramalho Ortigão destaca-se como um pensador e uma consciência. Crítico dos autismos políticos e económicos que mergulhariam Portugal num pessimismo de contornos trágicos, procurou na expressão das artes (decorativas e industriais) e do património monumental, uma clara referência à expressão de identidade: *“É pela arte que o génio de cada raça se patenteia, que a autonomia nacional de cada povo se revela na sua autonomia mental, e se afirma, não só pela sua especial compreensão da natureza, da vida e do universo, mas pelo trabalho colectivo da comunidade, na litteratura, na architectura, na musica, na pintura, na industria e no commercio”*⁴³⁸.

⁴³⁸ Ramalho Ortigão, *O Culto da Arte em Portugal*, Lisboa, 1896, p.175

Não lhe deveremos negar um lugar merecido nesta galeria dos ilustres personagens que pugnaram pela dignificação da Memória, e neste caso de uma Memória Nacional.

De facto, numa simples comparação com as correntes europeias, a que Ramalho Ortigão esteve sempre atento, até pelas suas diversas viagens, o nosso autor demonstra conhecer e cita com frequência a obra de Viollet-Le-Duc, Ruskin, Boito, Ludovic Vitet (1802-1873), mas a sua tese aproxima-se mais no seu conteúdo da reflexão de um Alois Riegl⁴³⁹ (1858-1905). Aliás deveremos notar que a obra deste último sobre *O moderno Culto dos Monumentos*, (1903) é publicada posteriormente à obra de Ortigão, *O Culto da Arte em Portugal*⁴⁴⁰ (1896), no âmbito de um documento preambular e metodológico de um programa de Lei. Seria pois interessante desde logo cotejarmos as duas personagens, embora de gerações e espaços culturais bem diferentes, ambos refletem um sentido de unidade de produção artística.

⁴³⁹ O texto que deu visibilidade a Alois Riegl, *O culto moderno dos Monumentos*, corresponde ao texto de uma conferência publicado em 1903, tratava-se de um preâmbulo a um projecto de lei para a organização da tutela dos monumentos na Áustria. Riegl desde 1902 que assumira o lugar de Direcção da Comissão Central para a Conservação dos monumentos histórico artísticos do Império Austro-Húngaro.

⁴⁴⁰ A primeira edição da Obra de Ramalho "O Culto da Arte em Portugal", data de 1896

Nascido em 1858, vinte e dois anos mais novo que Ortigão, Alois Riegl, iniciara a sua formação pelo Direito, progredindo para a Filosofia e fixando-se posteriormente na História da Arte. Veio a ocupar cargos junto do Instituto Vienense de Estudos Históricos Austríacos e dedicou-se ao Museu para a Arte e a Indústria, na secção de manufacturas têxteis. Julius Von Schlosser (1866-1938) caracterizava assim Riegl: *“As ideias de Riegl constituem a contrapartida natural daqueles teoremas naturalistas, uma vez que ele concentra-se com maior coerência sobre os dados subjectivos. O seu ponto de vista possui, se assim se pode dizer, um carácter vivencial: ele parte de um impulso formal que se naturalizou, de qualquer coisa que existe no homem, e que o conduz a apreciar o belo formal e que livremente e autonomamente criou as combinações geométricas das linhas, sem que existisse anteriormente um elemento material intermediário”* Riegl via a obra de Arte como um resultado de uma determinada vontade artística, que apelida de *“Kunstwollen”*, consciente da própria finalidade, que se impõe na luta com o propósito do uso, material e técnica. Nas suas pesquisas dirigidas ao estudo da forma, chega à conclusão que uma vontade superior que conduz os homens nas várias épocas e regiões à produção artística, e que de quando em vez as artes decorativas chegam a atingir uma expressão de qualidade plástica que as coloca de par com as mais elevadas formas

de arte. De facto, a obra de Ramalho Ortigão e em particular *O Culto da Arte em Portugal* claramente antecipa esta visão.

A obra de Riegl, *Historische Gramatik der bildenden Kunste*, (Gramática Histórica das Artes Figurativas), redigida entre 1897 e 1898, estabeleceu a sua concepção de uma teoria histórico-artística que incluía a história, a filosofia da natureza, a estética e a morfologia da cultura. Na sua obra “*Spatromische Kunstindustrie*”, (Indústria Artística Tardoromana), serve-se de conceitos de fundo que encerram subjectividade, mas que todavia saiem definidos na sua teoria dos valores “*tácteis*” e “*ópticos*”. Definindo essas qualidades como coisas tangíveis (*de tangere*) ou melhor ainda: tácteis, na oposição às qualidades ópticas (*visíveis*), como a côr e a luz.

Alois Riegl sucumbirá muito jovem de doença incurável aos quarenta e sete anos em 1905. Todavia as suas teses permaneceram como estradas iluminadas depois percorridas por tantos historiadores como Schmarsow e Wolfflin.

A reflexão de Riegl, inscreve-se numa dimensão mais universal do pensamento relativo às artes, procurando uma universalidade de critérios que se demonstrassem permanentes e assistissem o desenvolvimento de um discurso.

Mas não há dúvida que o nosso Ramalho Ortigão, na mesma linha de pensamento e de observação a que Riegl chamaria “*Kunstwollen*”, caracterizava no mesmo impulso e unidade artística, todos os valores, desde a paisagem ao colorido, às tradições populares, aos edifícios, às variantes e cambiantes que edificavam no quadro da vida essa obra de Arte Completa.

Como Riegl, Ortigão demonstrava que entre tipologias estilísticas não poderiam haver diferenças estilísticas. Como para Riegl, tudo rodava em volta de uma relação entre indivíduo e totalidade, reflectida numa unidade que culmina numa identidade.

Mas todavia, não deixava de ser ele mesmo um reflexo dessa crise de mágoa, já definida por Garrett, com “*João Mínimo*”, na “*pequena gaiola partilhada com o pintassilgo*”. Esta expressão limitativa, foi mais tarde genialmente usada por Fernando Pessoa como o “*grito do infinito na capoeira*”

José Duarte Ramalho Ortigão, nasceu no Porto em 24 de Novembro de 1836. Pertencendo a uma geração mais velha que Riegl, desenvolvera uma actividade de crítico literário e de folhetinista,

colaborando nalguns periódicos, distinguindo-se o *Jornal do Porto*. Formara a sua educação mental na escola de Chateaubriand e Lamartine. O seu encontro com Eça de Queirós, com o qual colaborou nas *Farpas* e partilhou a autoria de um célebre romance-folhetim denominado *O Mistério da Estrada de Sintra*, não só permitirá o desenvolvimento de uma profunda amizade bem como o compartilhar de uma evolução cultural cosmopolita, como reclamava a geração das *Conferências do Casino* de 1870.

De facto, Ramalho Ortigão será um esclarecido e reincidente viajante, ao contrário de uma maioria de portugueses seus contemporâneos, que se compraziam com uma estreita realidade local afunilante para toda uma geração. A sua obra espelha uma posição mental de frontalidade crítica e de observação rigorosa, por vezes distanciado outras vezes de dolente contundência. Todavia, esse cosmopolitismo, tal como ocorrerá no *Jacinto* de Eça, descobre com emoção os traços genuínos de um Portugal cheio de cor, de verdade, de identidade, verdadeiros quadros de um naturalismo lírico, que também cantará em profunda saudade António Nobre ou Teixeira de Pascoaes: “*a influência de Eça e a de Teófilo Braga não alteram estruturalmente a formação tradicionalista de Ramalho, a qual, combinada com o senso vivo do valor estético do folclore, o leva a interessar-se*

*pela arte popular e a evocar o pitoresco desaparecido dos lugares e horas de infância, a solidez exemplar dos costumes antigos*⁴⁴¹

Ramalho Ortigão acabou por aproximar-se da visão de Riegl em virtude também das teses positivistas desenvolvidas por Hypolite Taine que contextualizava a produção artística aos aspectos humanos, geográficos, etc. Numa capacidade de ressaltar a arte no contexto da vida e encantar-se, nessa coordenação de simples observador, com um conhecimento abrangente, aproximou-se de uma visão tão ampla que o levou a reconhecer, coincidindo a opinião de Champolion Figeac, mas também com Alfredo de Andrade ou Boito: *“que todos os monumentos, ainda os mais communs e os mais grosseiros, contem factos cujo conjuncto é como a estatística moral das sociedades extinctas”*⁴⁴²

A diferença com Riegl estabelece-se apenas numa abordagem mais literária, pois Ramalho coloca-se não tanto na posição do técnico profissional, mas antes cultiva um género de erudição mais próxima do *“connoisseur”*.

⁴⁴¹ António José Saraiva e Óscar Lopes, “História da Literatura Portuguesa”, p.805

⁴⁴² Ramalho Ortigão, “O Culto da Arte em Portugal”, opus cit., p.9

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

Em Roma, “classificando-a de vivo compêndio de história e de arte, Ramalho não se cansava de percorrer as suas igrejas e os seus museus, de admirar as suas fontes e os seus jardins, de visitar as suas bibliotecas e os seus palácios, de frequentar os seus salões aristocráticos e cosmopolitas e as suas confortáveis casas de chá e de boa conversa, alternando, assim, num embevecimento em que os dias passavam sem a mínima fadiga, os prazeres amáveis de sociabilidade requintada com as consolações austeras da cultura extensa e profunda”⁴⁴³

Um aspecto do seu gabinete de trabalho, na mansarda dos Caetanos, em Lisboa, revela-nos muito acerca do autor do *Culto da Arte em Portugal*: “velhas peças de regionalismo alentejano, esculturas de Querol, quadros de Silva Porto, de João Vaz, de Columbano, de Artur Loureiro e de Sorolla, o seu retrato por Sargent, figurinhas dum presépio de Machado de Castro, antigas faianças portuguesas, um sino budista, oferta do Conde de Arnoso após a sua viagem à China⁴⁴⁴, mil e um pequenos nadas a que ficou, todavia, presa para sempre a recordação duma viagem ou dum amigo querido, morto ou ausente — e livros, muitos livros, livros por toda a parte, alguns caprichosamente encadernados com capas berrantes de chita nacional. Era aí, debruçado sobre a amplidão do Tejo e o cenário empolgante da Outra Banda,

⁴⁴³ Rodrigues Cavalheiro, *A Evolução Espiritual de Ramalho*, Lisboa, 1962, p.149

⁴⁴⁴ Por ocasião desta mesma viagem do Conde de Arnoso à China, trouxe a Eça de Queirós a célebre cabaia com que o romancista foi fotografado no jardim e actualmente exposta na *Casa de Tormes*.

*visível até aos planos derradeiros do horizonte, com os montes de Palmela e da Arrábida perfilados na lonjura, que o escritor se inspirava para as suas meditações e o seu labor, enquanto, em gaiola modestíssima, suspensa no enquadramento duma janela, um pintassilgo punha uma nota sempre viva de alegria e de esperança lisboetas.”*⁴⁴⁵

Ramalho com o ocaso do século XIX, foi progressivamente afastando-se da política, viajando cada vez mais, procurando a Arte, as bibliotecas, as lições dos grandes monumentos, o pitoresco das paisagens e das gentes. Foi nessa dedicação á Arte que escreveu sobre os Jerónimos⁴⁴⁶, sobre o Palácio Fronteira⁴⁴⁷, sobre a pintura de José Malhoa⁴⁴⁸, sobre a Arquitectura de Ventura Terra⁴⁴⁹, sobre a escultura portuguesa⁴⁵⁰, e até sobre a reforma do ensino industrial onde se poderia e deveria continuar a expressão da arte nacional.

Observador atento e sensível à Arte, não entende o desdém português por essa disciplina de elevação escrevendo mesmo a tal

⁴⁴⁵ Rodrigues Cavaleiro, op. cit., p.169

⁴⁴⁶ Publicado em 1903 em *A Arte e a Natureza em Portugal*, vol.III, *Arte portuguesa*, vol.II, p.133 a 166

⁴⁴⁷ Inseto em *A Arte e a Natureza em Portugal*, vol.IV, 1904, *Arte portuguesa*, vol.II, p.169 a 177

⁴⁴⁸ Nos *Serões*, 2ª série, vol.II, nº10, Abril de 1906, *Arte Portuguesa*, vol.II, p.219 a 242

⁴⁴⁹ Publicado em 1903 em “A Arte e a Natureza em Portugal”, vol.II, Cf. “Arte Portuguesa”, vol. II, p.181 a 199

⁴⁵⁰ Em “Serões”, 2ª série, vol I, nº1, Julho de 1905, Cf. “Arte Portuguesa”, vol.II, p.203 a 216

propósito: “orgulhamo-nos — um tanto em excesso talvez — de exhibir uma espectacular atitude, mais ou menos confusamente irrequieta e combativista, perante a Filosofia, perante a Religião, perante o Governo, perante a Carta Constitucional ou perante a Declaração dos Direitos do Homem, e não temos nem o esboço de um gesto no interesse da Arte!”⁴⁵¹. Adiante afirma, “a base de toda a ordem, tanto no mundo objectivo como no mundo moral, é a suprema beleza, eterna e incorruptível, de que Deus deu a chave ao pensamento do homem. Pelo que eu entendo que a educação artística, a qual tanto se pode cultivar numa escola de arte como num instituto científico, tanto numa oficina, num laboratório ou numa biblioteca como no lar doméstico, na praça, no jardim ou na rua pública, é a educação que mais convém ministrar a um povo, não para que todos façam arte mas para que todos se tornem susceptíveis de compreender e de sentir a expressão artística”⁴⁵².

Na sua continuada reflexão sobre a Arte, com peculiar convicção, defende: “a arte é o sacrário das relações mais moleculares e mais coesivas que pelo vínculo da tradição afectiva prendem a humanidade ao amor da terra e o coração de cada homem ao amor da sua pátria”⁴⁵³

⁴⁵¹ Rodrigues Cavalheiro, Op. cit. p.222

⁴⁵² Rodrigues Cavalheiro, op. cit. p.222

⁴⁵³ Idem, p.223

A sua obra *O Culto da Arte em Portugal*, surge assim de uma figura que depois do desencanto da política e do jornalismo, refugia a sua melancolia de pátria adiada, na máxima de Keats, “*a thing of beauty is a joy forever*”, entregando-se ao culto da arte, quase sob uma forma religiosa: “*a Religião é no domínio do sentimento a mais alta expressão do ideal humano. A Arte é dentro da mesma órbita a expressão paralela de um ideal análogo. A Religião é a guia da alma em busca da perfeição absoluta no destino eterno. A Arte é a guia do espírito na interpretação da vida, para o fim da mais perfeita unificação das consciências perante a significação da Natureza e a missão da Humanidade*”⁴⁵⁴ Acrescentando: “*atentar contra os direitos da Religião ou contra os direitos da Arte é ferir o sentimento humano no que ele tem de mais sagrado, é condenar a nossa espécie à mais iníqua e brutal de todas as expropriações morais*”. Concluindo o raciocínio acrescenta: “*da conciliação da Arte e da Religião procedem os mais portentosos monumentos que em toda a superfície da terra glorificam e consagram, na admiração dos séculos, a intelectualidade do Homem*”⁴⁵⁵.

O seu mundo intelectual de homem viajado, e de crítico independente, não se conforma com a falta de sensibilidade artística dos

⁴⁵⁴ Rodrigues Cavalheiro, p.223

⁴⁵⁵ Rodrigues Cavalheiro, Opus cit.p. 229

seus contemporâneos, comprazendo-se com uma decadente arte burguesa de importação confrangedora, face à gloriosa herança monumental que ficara ao mais completo e desolado abandono.

Numa invectiva polemista própria do seu estilo, que representa afinal a raiva contra aqueles que por ignorância e desleixo, deixavam arruinar e perder os mais formosos e mais expressivos monumentos do nosso passado: “*o desprezo mais profundo – iria dizer o mais entusiástico – pelo destino artístico parece constituir o lema do nosso tempo em nossa terra*”.

Num semelhante tom de crítica de defesa dos monumentos, tal como Garrett e sobretudo Herculano no seu *Monumentos Pátrios* de *O Panorama* em 1838 retoma em 1896 com a edição do *Culto da Arte em Portugal* o reforço da ideia da arte como reflexo da identidade nacional, mas acrescenta ao longo do texto as suas teses sobre os monumentos, sua filosofia, inventariação, teses de intervenção, e inclusive gestão.

Seria oportuno entendermos as razões e definições das suas teses podendo resumirem-se do seguinte modo: Tal como Grégoire enunciara e Herculano reformulara para Portugal, é nos monumentos (palacios,

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

castelos, basilicas e catedrais), que “*se concentravam todos os esforços do talento de uma raça, e eram verdadeiramente os palacios do povo*”⁴⁵⁶...

Um *monumento* é em si uma totalidade na sua matéria mas também no seu conteúdo, “*n’esses edificios incomparaveis se achavam coligidas como em escolas monumentaes, como em museus portentosos, todas as maravilhas da sciencia, da poesia e da arte.*”⁴⁵⁷

Se o património artístico é um reflexo dessa identidade dessa expressão de raça, impõem-se cultivá-la e continuá-la uma vez que se constrói em cada geração, “*que teremos vindouros e de que teremos netos*”⁴⁵⁸, citando de seguida a célebre história de dever geracional da edificação do aqueduto de Elvas.

Separa o conceito de *Conservação* do de *Restauro*. “*definir claramente o que é conservar, o que é restaurar, e o que é continuar ou concluir um monumento; redigir desenvolvidamente e em suas mais particulares minudencias (porque n’este ponto tudo está por definir e por estabelecer) os programas especiaes a que tem de satisfazer rigorosamente todo o projecto de conservação, de restauro ou de acabamento na obra de*

⁴⁵⁶ Ramalho Ortigão, O Culto da Arte em Portugal, p.1

⁴⁵⁷ Idem, Op. cit, p.2

⁴⁵⁸ Idem, Op. cit., p5

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

cada edificio. Os cuidados de conservação devem ser obrigados e extensivos a todos os monumentos. Para esse effeito o programma é simples, e a despesa insignificante, ainda perante os mais modestos recursos. As ocasiões em que cabe restaurar são relativamente raras. E nenhum edificio, qualquer que seja a sua importancia historica ou artistica, convem concluir, a não ser nos casos em que vantajosamente elle se possa adaptar a algum dos serviços vigentes da civilização contemporanea.”⁴⁵⁹

Acentua a importância do Inventário como ponto de partida metodológico, definindo modelo de ficheiro de classificação, recorre ao uso da fotografia como registo: “o arrolamento (inventário) da nossa riqueza artistica, ..., é a pedra fundamental de toda a construção destinada a dar á arte portugueza o logar que lhe compete na historia geral da nacionalidade, na orientação do sentimento colectivo do povo, no conjuncto dos elementos de impulsão e de progresso para o desenvolvimento das industrias, no respeito do paiz, enfim, e no da Europa. O inventario de que se trata, comprehendendo não só os edificios monumentaes mas os documentos archeologicos e os productos artisticos de toda a especie, seria, primeiro que tudo, a documentação preciosa para a história da arte em Portugal, - determinação das suas origens ethnicas e sociaes, fixação dos seus caracteres distinctivos e sua relação com a psychologia do povo, com os sentimentos, com as aspirações, com as ideias, com os

⁴⁵⁹ Ramalho Ortigão, Op. cit, p165 e 164

*costumes e com as instituições sociaes*⁴⁶⁰ e ainda “o processo de inventariação de cada peça artística constaria de duas partes. A primeira seria a reprodução photographica, ou em gesso, ou pela galvanoplastica do objecto inventariado, com registro do respectivo cliché ou molde. A segunda de um simples verbete, impresso, correspondendo á photographia por meio de um numero de ordem, e satisfazendo os seguintes quesitos: 1º Descrição summaria do objecto; 2º Logar onde elle se encontra; 3º Nome do individuo ou da corporação em cuja posse se acha; 4º Antecedentes, 5º Atribuição; 6º Avaliação; 7º Escala em que houver sido feita a reprodução.”⁴⁶¹.

No que respeita ao registo fotográfico afirma: “das (obras) que existem no Museu Nacional de Lisboa, na arrecadação da Academia das Bellas Artes e nos demais depositos do paiz, não há uma só photographia registrada pelo Estado, á semelhança do que se faz em todos os museus do mundo”⁴⁶²

Propõe um paralelo ao denominado em Direito por “Acção Directa” caso o Estado responsável não assuma a defesa patrimonial: “se o Estado não intervem cumpre aos governados levar a effeito, por um decisivo esforço de iniciativa, a obra que se recusem os que governam”⁴⁶³.

⁴⁶⁰ Idem, Op. cit. P.151 e 152

⁴⁶¹ Idem, Ibidem.,p.161 e 162

⁴⁶² Idem, Ibidem, p107

⁴⁶³ Opus cit. p.168

Propõe legislação para a definição da fronteira entre os valores religiosos e artísticos, e respectivas tutelas da Igreja e Estado: “*que seja devidamente estudada e promulgada uma lei, semelhante á que existe hoje na Italia, em França, nos Paizes Escandinavos, na Russia, na Hispanha, na Grecia, na Turquia, tendo por fim definir claramente e assegurar, de combinação com a legislação canonica, com principios da concordata e com legislação geral da propriedade, os direitos especiaes do Estado com relação á guarda dos monumentos e á parte que elle tem na posse dos objectos d’arte, determinando assim o character especial da propriedade artistica.*”⁴⁶⁴.

No âmbito da *Tutela* dos monumentos propõe um modelo de intervenção em que os técnicos se referem a um *Ministro de Tutela*, com áreas definidas, com comissões de presença local que na prática zelariam pelos monumentos, propondo inclusive um instrumento de publicação das actividades vertido num *Boletim*...”*a collaboração effectiva de dois architectos, a presidencia do sr.ministro, e a publicação periodica de um boletim em que regularmente se comuniquem ao publico os resultados do trabalho feito.*”⁴⁶⁵

A revolta de Ramalho tinha de facto fundamento. Pouco ou nada se fizera, e o que se fizera deixava dúvidas quer no método da intervenção

⁴⁶⁴ Idem, Op. cit.,p.160

⁴⁶⁵ Idem, Op. cit.,p.165

quer no resultado duvidoso quando mesmo escandaloso, como o desabar da torre nos Jerónimos em 1895. Os seus métodos não estavam afinal tão longe da realidade, pois que seria retomada esta mesma estratégia mais tarde em 1929 com a fundação dos Monumentos Nacionais.

Mas na época o clima era de dissolução política, crise de identidade e de projecto nacional, de *“cepticismo com o futuro da Nação, que os vícios e os erros do liberalismo haviam transformado numa sociedade para que se não encontrava remédio salvador”*⁴⁶⁶, culminando nos sucessivos suicídios de intelectuais, de artistas e ainda com a tragédia do regicídio em 1908. Um sentimento pairava no ar, o de que Portugal já não existia e muito menos em Lisboa, a verdade regeneradora para alguns, estava ainda naquele genuíno universo antigo e rural, que voltaria a dar cores ao pálido *Jacinto* de Eça...

A verdade estrutural e renascente será procurada junto do povo que se preservou autêntico na sua ruralidade, nessa ética de verdade partilhada com a Natureza. Mas também nos monumentos, que oferecem o cenário da vida, das romarias e das devoções, nesses monumentos

⁴⁶⁶ Rodrigues Cavalheiro, Opus cit. P.231

pátrios seculares, que evocam grandezas e unificam as gerações numa *reserva territorial* de renascimento de uma nova nação.

Ramalho defendera essa ideia de identidade reflectida num todo, que mais tarde surgirá reformulada já durante a República nas teses da “*Renascença Portuguesa*” e dos “*Integralistas*” aos quais se juntará mais tarde uma vanguarda futurista com o grupo do “*Orpheu*”.

6: Contributos do pensamento da “Renascença Portuguesa” e do “Integralismo Lusitano” para a Teoria do Património Nacional

Se o início do século XIX testemunhou o reconhecimento de uma identidade nacional através da assunção e transposição de um movimento internacional que na literatura e nas artes buscava desde a Inglaterra, à França, à Alemanha o entendimento dessas raízes, já o final do século se esgota numa crise de entropia e de debilidade de onde se salvam somente algumas personalidades. As conferências do Casino de 1870, rapidamente censuradas e o modo político como se encarou o “*Ultimatum*” de 1890, foram sinais dessa falta de seiva que se tornou para muitos visível numa estagnante crise de identidade.

Não se estranha pois, que a segunda conferência de 29 de Maio de 1870 de Antero de Quental fosse dedicada ao tema *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares...* Augusto Seromenho, tomando a palavra dois dias depois de Antero acentuava ainda mais a crítica afirmando que em Portugal tivemos sempre “*falta de originalidade, de intenção, de inspiração própria*”⁴⁶⁷. O próprio Antero não reservava os seus comentários terminais em exclusivo

⁴⁶⁷ António Salgado Júnior, *História das Conferências do Casino*, Lisboa, 1930, p33

para um público nacional, assumia-os também em termos internacionais, pois em texto para a *Revue Universelle et Internationale* de Paris, afirmava que “Portugal é a única nação da Europa que seja verdadeiramente velha e caduca”...Compreendemos assim que neste desânimo de “*Finis Patriae*”⁴⁶⁸ tudo o que diz respeito à identidade nacional, tal como os seus monumentos permaneçam alheados, como todo o país permanecia distanciado de Lisboa ou do Porto, que se desejavam reflexos do estrangeiro. Mas, quando da “*Liga Patriótica do Norte*”, surgida como reacção ao *diktat* inglês de 1890, Antero acaba por clamar a necessidade de criação de uma reforma nacional, uma “*ideia directora, duma era de renovação nacional*”, mais longe acrescentando, que o Estado deverá cumprir a “*sua verdadeira missão de representante e intérprete do sentimento nacional*”, portanto claramente sugerindo que se deveria “*moralizar e nacionalizar o Estado*”.

A 11 de Setembro de 1891 Antero de Quental suicida-se com dois tiros de revólver. Na verdade os sucessivos suicídios de Antero, de Camilo, de Soares dos Reis, de Manuel Laranjeira e Trindade Coelho, levariam o escritor espanhol Miguel de Unamuno a considerar Portugal “*um país*

⁴⁶⁸ Título de obra de Guerra Junqueiro publicada quase um ano depois do “*Ultimatum*”

suicida”⁴⁶⁹ A triste previsão de Herculano, “*Aqui é o sepulcro do nada!*” parecia cumprir-se... Várias personalidades como Oliveira Martins, Eça de Queirós, Teófilo Braga, Ramalho Ortigão e outros, muitos protagonistas na sua juventude do momento das conferências do Casino, virão com a sua contribuição literária e histórica a alertar as consciências para uma via de regeneração.

De facto, nessa mesma tendência regeneradora por via literária deveremos compreender a obra de um Teófilo Braga procurando descortinar arquétipos e modelos que vão ao encontro de uma identidade nacional através das suas obras *A Pátria Portuguesa*, (1894), *Mar Tenebroso* (1894), *O Velho do Restelo* (1898), *O Baptismo das Náus* (1898), *Os Doze de Inglaterra* (1902), *Viriato* (1903), *Frei Gil de Santarém* (1905) e o *Romanceiro Geral Português* (1906).

A obra de Ramalho Ortigão, *O Culto da Arte em Portugal* (1ª edição de 1896 e depois reeditada) representa efectivamente a mesma crítica regeneradora clamando uma responsabilidade nacional para o acondicionamento de uma herança monumental que representava de um modo tangível essa identidade em crise. Efectivamente a sua obra aponta

⁴⁶⁹ Miguel de Unamuno, *Por Tierras de Portugal y España*, no capítulo “Un Pueblo Suicida”, Buenos Aires,

no sentido do reconhecimento do imenso património de representação nacional que se encontra plasmado nos Monumentos Nacionais, e nessa comemoração da herança, se reencontrava uma significativa parte dessa identidade perdida, no dizer de Quadros referindo-se a essa obra, “*cúpula do seu portuguesismo de raiz*”⁴⁷⁰.

De resto, a situação peninsular era comum, vivendo-se uma aproximada “*crise de identidade*” no território espanhol. Se em Portugal nesse âmbito de reforma se cultivavam personalidades e períodos históricos épicos, Nuno Álvares Pereira, D.João I e a Ínclita Geração, D.João II, D. Manuel e Camões, em Espanha celebrava-se a hispanidade (veja-se a tese retomada e desenvolvida pelos anos 30 por Ramiro de Maeztu (1875-1936) em *Defesa de la Hispanidad*), através das figuras de D.Quixote, Celestina e D.Juan...Esse culto histórico reintegrava e sustentava uma procura de raízes, sustentando historicismos arquitectónicos e reconstruções embaladas por uma cultura literária, num sentimento comemorativo.

1946,p.88

⁴⁷⁰ António Quadros, *A Ideia de Portugal na Literatura Portuguesa dos Últimos 100 Anos*, Lisboa, 1989, p.69

A verdadeira situação de crise de projecto, afinal de cumprimento de uma identidade, atinge o seu momento de viragem em 1910 com a implantação da República em Portugal.

Afinal não fora o Porto, a protagonizar essa mudança com a intentona republicana do 31 de Janeiro de 1891, a que se ligaram Sampaio Bruno (1857-1915), Basílio Teles (1866-1923), Guerra Junqueiro (1850-1923) ou João Chagas (1863-1925), mas a foi a revolução triunfante de Lisboa de 1910, sob o patrocínio do pensamento positivista e doutrinário de Teófilo Braga (1843-1924).

No entanto essa primeira onda de implantação republicana, não preenche plenamente esse desejo primevo que palpitava na tese republicana de reencontro de um povo com um certo destino histórico proclamado como revivificador, e que sustentava essa ânsia de mudança.

Com a proclamação da Republica em 5 de Outubro de 1910, um grupo de destacados representantes da cultura nacional, *“em coerência com os seus propósitos ideológicos, admitiram que tal acontecimento da vida nacional significaria um acto de renascimento da vida nacional, e em consequência se dedicaram ao labor patriótico de constituir uma sociedade que teria por fim prestar uma base cultural, - literária, histórica, científica e filosófica, - ao novo regime político, implantado por*

tribunos de superficial mentalidade. Tal era, aliás, indispensável e urgente, pois logo os artistas observaram que os ministros, senadores e deputados da nova República, em suas chicanas revelavam uma cultura meramente empírica, sem profundidade científica nem elevação filosófica, falha de preparação técnica para resolver os problemas nacionais.”⁴⁷¹

Com efeito, o novo regime, nos seus radicais propósitos reformistas na acção, carecia afinal de uma insuflação de verdadeiros projectos articulados sobre maturadas e ponderadas perspectivas filosóficas. Em suma, se os políticos representavam a dinâmica do Poder, o seu conteúdo resultava de uma participação cívica, na qual afinal se definia o novo regime.

Com o propósito de inspirar os políticos e a sociedade, surgiu no Porto um movimento cultural, regenerador e reformador em volta da revista *A Águia* cuja primeira série iniciara a publicação a partir de Dezembro de 1910. Em poucos meses o movimento galvanizou adeptos desde o Porto, a Coimbra e a Lisboa. Reunia um verdadeiro escol de ilustres intelectuais, poetas, historiadores, filósofos e artistas, Teixeira de Pascoaes (1877-1952), Jaime Cortesão (1884-1960), Leonardo Coimbra (1883-1936), Raul Proença (1884-1941), Afonso Duarte (1884-1958),

⁴⁷¹ Álvaro Ribeiro, *Memórias de um Letrado*, Lisboa, 1977, v.I, p.71

Afonso Lopes Vieira (1878-1946), Mário Beirão (1895-1965), António Correia de Oliveira, Augusto Casimiro, Fernando Pessoa (1888-1935), António Carneiro, António Sérgio (1883-1969), mas também Raul Brandão (1867-1930), Manuel Laranjeira (1877-1912), Gomes Leal (1848-1876), Carlos Malheiro Dias (1875-1941), Antero de Figueiredo, Mário de Sá Carneiro e outros.

No texto manifesto de *A Águia*, Teixeira de Pascoaes revela os propósitos da missão do movimento: “*sim, a alma portuguesa existe, e o seu perfil é eterno e original. Revelê-mo-la agora a todos os portugueses, para que todos comunhem o seu espírito e possam cumprir o destino que por natureza, nascimento e sangue lhe pertence. E, então, um novo Portugal, mas português, surgirá à luz do dia e a civilização do mundo sentir-se-á mais dilatada*”⁴⁷² Os próprios Estatutos da Associação da Renascença Portuguesa visavam claramente essa missão proclamativa e pedagógica, no “*promover a maior cultura do povo português, por meio da conferência, do manifesto, de revista, do livro, da biblioteca, da escola*”

Em 1912 o filósofo Leonardo Coimbra (1883-1936) afirmava, “*pode haver renascença no próprio espírito de um povo, quando este, descaracterizado por influências estranhas, procura o seu verdadeiro espírito. É este o aspecto da alvorecente*

⁴⁷² Revista *A Águia*, nº1, 2ª série, Porto, 1912, p.1

Renascença Portuguesa”⁴⁷³. Ou, na expressão de Teixeira de Pascoaes, “*ser português é uma arte. O fim desta arte é a renascença de Portugal.*”⁴⁷⁴

Assim, a 27 de Agosto de 1911, em Coimbra vem a realizar-se a primeira reunião preparatória da fundação da *Renascença Portuguesa*, conforme nos informa o então quinzenário *A Vida Portuguesa*. Segundo Álvaro Ribeiro, “*a revista mensal A Águia, começou a publicar uma nova série em Janeiro de 1912, e nos seus fascículos se lê uma doutrina que, em seu contraste com a ideologia da chamada geração de 1870, poderia alertar a espiritualidade própria da vida de Portugal. Notável é que, naquele momento histórico, o patriotismo de monárquicos e republicanos conseguiram atrair, para sócios da Renascença Portuguesa, dezenas de professores, médicos, advogados, industriais e comerciantes que, com a sua quota mensal, prestaram apoio financeiro a uma instituição de fins espirituais, desinteressada e independente.*”⁴⁷⁵

A *Renascença Portuguesa* contava como patronos, pensadores como Teófilo Braga, Guerra Junqueiro e Sampaio Bruno, que através dos seus escritos já se haviam demarcado e “*haviām protestado contra socialistas e*

⁴⁷³ Leonardo Coimbra, *O Criacionismo*, Porto, 1912, p.132

⁴⁷⁴ Teixeira de Pascoaes, *A arte de ser Português*, Porto, 1915.

⁴⁷⁵ Idem, Op.cit.p.72

derrotistas que haviam preconizado a renúncia à nacionalidade ou profetizado a infusão da Pátria no aglomerado da Europa, em vindouro internacionalismo ou universalismo. Depois da crise intelectual e moral de 1870 a 1891, a propagação das doutrinas republicanas e a esperança de imitar a Suíça e a França, facultaram ao povo fórmulas políticas de um ideal a que só a filosofia poderá dar inteligente expressão. Em vez do Fim da Pátria, alarmado por Guerra Junqueiro, haveria que proclamar os fins da Pátria, esquecidos ou omitidos na lei fundamental da República.”⁴⁷⁶

Com o historiador e pensador Jaime Cortesão, dirigindo a *Vida Portuguesa*, e o poeta Teixeira de Pascoaes *A Águia*, ambos vão ser responsáveis com Leonardo Coimbra, pelo *primeiro e brilhante quinquénio* da *Renascença Portuguesa*.

Segundo Álvaro Ribeiro (1905-1981), Jaime Cortesão significava entre os fundadores da *Renascença Portuguesa* a alma de concórdia de harmonia e unidade.

Possuidor de um espírito tolerante, moderador e diplomata, foi capaz de entender o natural crescimento de variantes num grupo que movia crescentes adeptos na sociedade portuguesa. Este seu entendimento de privilegiado interlocutor demonstrou um espírito fino capaz de evitar e

⁴⁷⁶ Idem, Op. cit., p.73

diluir os conflitos que sempre ameaçam de dissolução os agrupamentos intelectuais. A sua obra, nesse novo contexto procurou conciliar a tradição, a ordem e o progresso.

Assim se compreende uma convergência cultural abrangente, apesar da mudança de regime, em volta de uma identidade pátria, construída numa renascida história por Jaime Cortesão e no conceito poético de “*saudade*” por Teixeira de Pascoaes.

Verifica-se portanto e desde logo no projecto republicano, uma *procura de valores de identidade nacional*, aspectos mais tarde contestados pelas correntes internacionalistas adeptas de modelos *supra nacionais* como nomeadamente o socialismo ou o modernismo.

Na verdade, é legítimo associar Raul Proença (1884-1941) e António Sérgio (1883-1969) a este movimento, de facto isso veio a acontecer. Mas viriam a deixar o movimento. Todavia as posições de ambos são bastantes diferentes. Raul Proença, republicano independente, apesar de alguma dificuldade em aceitar o ponto de vista dos Integralistas desenvolvendo uma acesa polémica com Alberto de Monsaraz (1889-1959), criticando-lhes uma fundamentação estrangeira, defendia todavia uma “*tradição dinâmica*”. Ele mesmo na dedicatória do Guia de Portugal,

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

publicado a partir de 1929 sobre Lisboa e Arredores escreve: *“a todos os que não desejam fazer perpetuamente justa a frase célebre de Montesquieu, ao dizer que os Portugueses, que tinham descoberto o mundo, mas desconheciam a terra em que nasceram; este livro, inventário das riquezas artísticas que ainda se não sumiram na voragem, e das maravilhas naturais que ainda não conseguimos destruir, antologia de paisagistas, vade-mecum de beleza, Roteiro dos passos dos Portugueses enamorados, indículo das pequenas e grandes coisas, que requerem o nosso amor – pelo passado, pelo presente e pelo futuro -, é oferecido e dedicado”*.

Apesar do seu posicionamento não abdicará da cooperação de vários intelectuais como Afonso Lopes Vieira (1878-1946), Raul Lino (1879-1974), Reynaldo dos Santos (1880-1967), António Sardinha, Raul Brandão, Aquilino Ribeiro, Faria de Vasconcelos ou Jaime Cortesão, a todos reconhecia uma consciência eminentemente unida em volta de uma identidade nacional.

Embora o primeiro permaneça fiel a esta busca de uma herança nacional cuja continuidade histórica se realiza na República, já o segundo promove o corte radical e polémico na busca de um internacionalismo que o leva a considerar as teses do saudosismo em Pascoaes de *“piegas”*!...Na verdade até foi a partir da própria revista *A Águia* que Antonio Sérgio,

numa abordagem baseada num “idealismo pragmatista, racionalista, sociologista e voluntarista”⁴⁷⁷ desfere um profundo ataque a Pascoaes atacando a expressão do saudosismo e “em a Vida Portuguesa, no mesmo ano contra o ideal lusitano, tal como exposto por Jaime Cortesão”⁴⁷⁸. Embora Fernando Pessoa, defendendo Pascoaes, considerasse⁴⁷⁹ um “transcendentismo panteísta e em que afirma coincidir absolutamente com as intuições propheticas do poeta sobre a futura civilização lusitana, escrevendo: tudo isso que a fé e a intuição dos mysticos deu a Teixeira de Pascoaes, vai o nosso raciocínio mathematicamente confirmar”⁴⁸⁰. Ambos virão a abandonar esse primeiro grupo para vir criar um novo núcleo de reflexão na *Seara Nova* (1921-1939)⁴⁸¹.

De facto, António Sérgio demarcou-se do tradicionalismo, do nacionalismo e do patriotismo, afinal sempre defendido pelos renascentistas da educação do povo republicano.

⁴⁷⁷ Antonio Quadros, Op. cit. p.82

⁴⁷⁸ Idem, Ibidem, p.82

⁴⁷⁹ Fernando Pessoa, “A nova Poesia Portuguesa Sociológicamente Considerada”, publicada na Revista *A Águia*, n.º4, 2ªserie, 1912; Fernando Pessoa colaborou com *A Águia* a partir de 1912 deixando-a em 1914, quando, aderindo às correntes modernistas virá com Sá Carneiro e Cortes Rodrigues fundar o grupo do *Orpheu* no mesmo ano.

⁴⁸⁰ António Quadros, *A Ideia de Portugal na Literatura portuguesa dos últimos 100 anos*, Lisboa, 1989, p.80

⁴⁸¹ António Rafael Amaro, *A Seara Nova nos anos vinte e trinta (1921-1939)*, *Memória, Cultura e poder*, Viseu, 1995.

“António Sérgio teve ocasião de exprimir a sua tendência herética e o seu racionalismo independente tanto na polémica contra Jaime Cortesão, quanto às causas da decadência dos povos peninsulares e às receitas para a terapêutica da Pátria, como na polémica contra Teixeira de Pascoaes, referente à saudade e ao saudosismo, como factores de inspiração da cultura nacional”⁴⁸²

Outro poeta e pensador, Afonso Lopes Vieira, traçou por assim dizer a “*ponte*” entre os dois grupos de reflexão que se perfilavam, uma vez que colaborou na revista *Águia*⁴⁸³ do movimento da Renascença Portuguesa e também participou nas campanhas e iniciativas dos Integralistas que visavam “*reaportuguesar Portugal*”. Hipólito Raposo (1855-1953) destacou com particular ênfase uma rima de Lopes Vieira que sintetiza uma visão Ruskiniana de uma concepção biológica do património monumental, face a um restauro deformador:

“Antes vê-los caídos, arruinados e sós

Que igrejas com bâton, castelos com chinós”

⁴⁸² Idem, *ibidem*, p.74, mas também: *A Vida Portuguesa*, n.ºs 4, 12, 16, 18 e 20, Porto, 1912-1913; *A Águia*, II serie, n.41, Maio de 1915; veja-se a crítica de Jaime Cortesão à obra *Educação Cívica* de António Sérgio.

⁴⁸³ Colaborando com Teixeira de Pascoaes, Leonardo Coimbra, Jaime Cortesão e Fernando Pessoa....

Também particularmente importantes como teses de identidade nacional, estas campanhas, lançadas por António Sardinha sob o título “*Nacionalismo, Tradicionalismo e Universalismo*” em *Ao Princípio era o Verbo* (1924), encontram de facto grande eco nas obras de Lopes Vieira, *A Campanha Vicentina* (1915), *Em Demanda do Graal* (1922) e ainda *Nova Demanda do Graal* (1942). Esta tese partilhava uma mesma definição: “*reconciliar-nos com a essência eterna da Pátria*”⁴⁸⁴, todavia esclarecendo que, “*Tradicionalismo não é obscurantismo. É antes continuidade no desenvolvimento – é sobretudo permanência na renovação.*”⁴⁸⁵

Por outro lado distingue e adverte: “*urge que, na floresta espessa dos mitos e superstições dominantes, nos não abandonemos cegamente ao encanto bárbaro da aspiração nacionalista. Acentuamos encanto bárbaro, porque na sua ânsia impetuosa, há na aspiração nacionalista que desvaira a Europa uma força de agressividade primitiva*”...Concluindo a tese: “*entende-se assim que o nacionalismo – instinto profundo de vitalidade, se completa e depura nas regras que do tradicionalismo recebe, interpretado tradicionalismo como o produto da experiência secular da humanidade. Se em relação a cada pátria, o tradicionalismo supõe um nacionalismo, supõe também, em*

⁴⁸⁴ Rodrigues Cavalheiro, *António Sardinha*, 2ª edição, Lisboa, 1960, p.94

⁴⁸⁵ Idem, Op.cit, p.94

relação ao grande conjunto humano, um universalismo.” Daqui a expressão reforçada e sintética de Afonso Lopes Vieira em *A Demanda do Graal*, “*reaportuguesar Portugal, tornando-o mais Europeu*”!

Estas teses fizeram escola e politicamente viriam a configurar os objectivos *nacionalistas* do Estado Novo, constituindo-se numa máxima do regime.

A este propósito escreve António Quadros, “*é certo que o Estado Novo de Salazar se reclamou de uma missão nacional e de uma consciência patriótica suprapartidária*”⁴⁸⁶, o aproveitamento oportuno destas teses acabou reencaminhado nas várias facetas da intervenção do Estado e naturalmente também no campo dos monumentos. Assim a política aplicada aos monumentos resultava duma evidência de nacionalidade constituída pelo estilo Afonsino do românico que importava realçar e evidenciar como ideário renascente e identidade, como diz Quadros, “*a vitória do nacionalismo absolutista com o Estado Novo, polarizou em seu proveito uma exigência de autenticidade pátria defendida muito antes, mas em termos liberais e republicanos pelos intelectuais da Renascença*”⁴⁸⁷. António Sardinha, no artigo *A Religião da*

⁴⁸⁶ António Quadros, “A Arte de Continuar Português”, Lisboa, 1978, “O Estado Novo”, p.22

⁴⁸⁷ Idem, Op.cit., p.16

*Beleza*⁴⁸⁸, procura demonstrar pela valorização da contribuição autêntica das antigas estruturas corporativas medievais demonstrar a evolução da civilização europeia, contrapondo ao renascimento. Monsaraz dirá, “*nós outros integralistas consideramo-nos neo-medievos e vamos procurar nas instituições originárias da pátria*”. Assim o todo o discurso medievo, ligado à fundação da nacionalidade vai tomando um papel predominante. A Religião apresenta-se como a inspiração dessa sociedade, no que Monsaraz sublinha, “*á igreja devemos as ordens religiosas e militares que ajudaram a conquista e a cristianização da terra*”, cimentando os laços, referindo-os e levantando os desígnios numa sobreposição entre forma e beleza, no acordo dos pressupostos de um S. Tomás de Aquino.

Não poderemos de forma alguma dissociar as ideias que modelaram a intervenção no património monumental do pensamento estruturante que lhe está subjacente e que encontra raízes no projecto lançado por Pascoaes em 1912, o que constituirá verdadeiramente uma filosofia nacional de intervenção subscrita pelos vários quadrantes ideológicos: “*Renascer é dar a um antigo corpo uma nova alma fraterna, em*

⁴⁸⁸ António Sardinha, “A Religião da Beleza”, artigo publicado na revista “*Nação Portuguesa*”, IIª série, volIII, 1922-23, p.602 a 613

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

harmonia com ele. O Passado é indestrutível; é o abysmo, a treva onde o homem mergulha as suas raízes, para dar à nova luz do futuro a sua flor espiritual.”

Na proposição da tese, “*é preciso portanto, chamar-se a nossa Raça desperta à sua própria realidade essencial, ao sentido da sua própria vida, para que ela saiba quem é e o que deseja. E então poderá realizar a sua obra de perfeição social, de amor e de justiça, e poderá gritar entre os Povos: Renasci!*” Para Pascoaes, esse projecto congrega necessariamente os portugueses, “*por mais diferentes que sejam as nossas ideias, sob o ponto de vista religioso, filosófico ou artístico, poderemos sempre entender-nos, porque há um lugar em que todos os princípios e todas as ideias fraternizam*”. Dirá António Quadros, “*esse lugar é a vida da Nacionalidade, é a alma portuguesa. E Teixeira de Pascoaes acrescenta: se não existisse uma alma portuguesa, teríamos de evolucionar conforme as almas estranhas, teríamos de nos fundir n’essa massa amorfa de Europa; mas a alma portuguesa existe, bem desde a origem da Nacionalidade*”⁴⁸⁹...

Nunca entenderemos as razões que nos levaram a fazer do nosso património monumental símbolos comemorativos de uma independência e identidade histórica como premissa cultural verdadeiramente abrangente, se nos entibiarmos a classificar as futuras intervenções na herança cultural

como um simples acto de propaganda. É certo que o regime do Estado Novo não quis abster-se de tomar esse louvável papel de salvaguarda, granjeando assim amplas bases de sustentação, mas também servindo “o programa das solenidades, ao serviço do projecto ideológico-mental”⁴⁹⁰.

De qualquer modo há que saber distinguir entre *identidade nacional*, que é um valor histórico transversal aos tempos e como vimos abrangente e democrático, e a utilização e leitura contemporânea que o poder político confere ao património, procurando legitimar-se através dele. Por analogia, não faz sentido discutir a filiação política de um médico quando cuida de um doente. Que o património monumental requeria cuidados era de facto indiscutível. Mas também é impossível de negar que dessa intervenção se jogasse uma cartada política. Verificamos que no relacionamento com a identidade se joga sempre um conceito de futuro através do modo em como se olha o passado.

Este aspecto já era claramente notado aos olhos dos mais esclarecidos, como Hipólito Raposo, que em 1946 criticava precisamente

⁴⁸⁹ António Quadros, “A Ideia de Portugal na Literatura portuguesa dos últimos 100 anos”, Lisboa, 1989, p.79

⁴⁹⁰ Maria João Baptista Neto, “Memória, Propaganda e Poder, O restauro dos Monumentos Nacionais”, Tese de Doutoramento, publicada pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, 2001, p.151

esses “oportunistas” propagandísticos como se verifica no seu texto sobre *Do Folclore e sua irmandade*, (1946), “o que o Povo criou, não deve ser deturpado ou deformado, a pretexto de o aperfeiçoar. Incorre-se no pecado do artificialismo, no inconstante e hediondo convencionalismo das modas. A este respeito, muito errado se mostra o que se passa em Portugal, agora alagado por ondas de catitismo industrial. Com apregoados instintos de nacionalizar as actividades artísticas do nosso Povo, estão a perder-se esforços e dinheiro em condenáveis realizações”⁴⁹¹. Disferindo uma crítica mais directa acrescenta: “neste signo de mau gosto com aplauso obrigatório, a mesma sanha de acatitamento abrange muitos pormenores dos restauros em castelos, mosteiros e igrejas”⁴⁹². Este comentário é retomado por Maria João Baptista Neto na sua tese sobre os Monumentos Nacionais, “a operação estendeu-se aos monumentos consagrados directamente no programa das festas (referindo-se aos centenários) e aqueles que obedeciam aos requisitos mentais do regime, enunciados no ponto anterior, e que, de algum modo, serviam o discurso da ocasião. É pois, importante sublinhar que o cunho de autenticidade histórica, à partida imposto pelos monumentos, dependia da sua

⁴⁹¹ José Hipólito Raposo, “Do Folclore e sua Irmandade”, Lisboa, 1946.

⁴⁹² Idem, Ibidem.

*integridade e leitura plástica, e que estas eram “modeladas” pelas campanhas de restauro, ao sabor da ideologia vigente.”*⁴⁹³

Importa portanto concluir, existirem duas atitudes diversas. Uma legítima correspondendo a um projecto colectivo de procura de uma identidade nacional que se revê num património monumental. Outra que, prestando um serviço de tutela, enfatiza e politiza a sua acção sobre o património monumental.

Ora, no quadro dos nacionalismos emergentes na Europa, todos os estados utilizaram os monumentos como veículo de sustentação de uma tese política reivindicativa de culturas e sustentando clara identidade geográfica e de fronteiras. Recordo a este propósito a *Mostra Augustea della Romanità* de 1930, procurando identificar e evidenciar os monumentos do período de Augusto. Foi a época das escavações da *Ara Pacis*, do Mausoléu de Augusto, da Cúria Romana, dos Forum Imperiais, etc.

Mas tal utilização política, ou *dirigismo* não permaneceu limitada a essa época, o período do ministério de Malraux e mais tarde de Pompidou em França fizeram uso dos valores culturais e do património como política

⁴⁹³ Maria João Baptista Neto, “Memória, Propaganda e Poder, O restauro dos Monumentos Nacionais”, Tese de Doutoramento, publicada pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, 20011,p.149

activa, conduzindo á definição de Marc Fumaroli, que também é título de um seu livro: *L'Etat Culturel* (1991)⁴⁹⁴.

⁴⁹⁴ Marc Fumaroli, *L'Etat Culturel*, Paris, 1991 ; O autor, membro da Académie Française, comenta o papel do Estado como dirigista da política cultural sustentando os seus objectivos, mas também as suas frustrações e dogmas políticos.

7: A fundação da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Os primeiros tempos da República são caracterizados por uma impetuosa vontade reformista, em grande parte justificada, como já vimos, pelo quadro pessimista de finais do século XIX e início do século XX, que a justificaria. No campo do património desenha-se uma necessidade urgente de intervenções e de conservação. Simultaneamente procurou-se nova legislação que, interpretando os conceitos de *identidade nacional*, ilustrada através da herança monumental, entende que o Estado deverá em nome da República, ser o garante da protecção e defesa desse património comum de cidadania, entretanto englobado nos serviços artísticos e arqueológicos que testemunharão no futuro os novos tempos.

Mas, dado o “*património arquitectónico nacional, que na sua grande maioria é de origem religiosa, por consequência, sofreu as conturbações decorrentes da aplicação de tal legislação*”⁴⁹⁵. Assistimos de novo assim, a uma reedição da nacionalização do património eclesiástico, conforme ocorrera com a chegada do Liberalismo nos inícios do século XIX, desta vez com a “*Lei da*

⁴⁹⁵Idem, Op. cit, p.73

separação do Estado das Igrejas”, publicada em 20 de Abril de 1911, que politizando a questão, já assentava nos “Novos argumentos freudianos e marxistas....”⁴⁹⁶.

De facto, “Com a promulgação da lei, o catolicismo deixa de ser religião oficial do Estado e a Igreja vê-se privada de personalidade jurídica e de todos os seus bens”⁴⁹⁷.

Com o pretexto dessa tutela reeditava-se um conflito antigo ocorrido no passado em 1834, com violentas críticas (já apontadas na época) e que autorizados autores caracterizam do mesmo modo⁴⁹⁸: *“a implantação da República a 5 de Outubro de 1910 despoletou uma séria perseguição à Igreja, que vinha já sendo architectada, no seio do partido republicano, de acordo com as organizações secretas da maçonaria e da carbonária, às quais pertenciam as figuras de proa do novo regime”⁴⁹⁹.*

Se em 1834 se ouviram os brados de Herculano e de Garrett contra o desvirtuar dos princípios liberais, também cedo houve sinais de republicanos insuspeitáveis e também de monárquicos contrapondo o oportunismo político, clamando uma consciência nacional, que temperasse

⁴⁹⁶ Idem, Op. cit.,p.72

⁴⁹⁷ Ibidem,p73

⁴⁹⁸ Joaquim Veríssimo Serrão: “Em 1911, repetia-se o erro de 1834, ferindo a instituição religiosa nos seus direitos seculares e, ainda, com mais grave prejuízo no património artístico que era pertença da Igreja”, em “História de Portugal 1910-1926”,volXII,p.350

⁴⁹⁹ Neto, Op. cit.,p72

a primeira vaga republicana. Os movimentos da *Renascença Portuguesa* e dos *Integralistas Lusitanos*, pugnaram em prol de uma identidade nacional, claramente prejudicada pelas manobras dos políticos.

Em resultado da consolidação do regime Republicano pela mão do golpe militar de 28 de Maio de 1926 e progressiva intervenção do então Ministro das Finanças, António de Oliveira Salazar (1889-1970), se assentaram os objectivos em bases ideológicas bem definidas, que se poderiam sintetizar em três princípios: Deus, Pátria, Família. A estes princípios coorespondiam na sua base novos documentos jurídicos estruturantes e fundamentais como a Constituição do Estado Novo, o Estatuto do Trabalho Nacional e ainda a União Nacional todos de 1933. A intenção advinhava-se, na tentativa de criar objectivos e de refrear a cupidez dos políticos enfeudados nos interesses partidários e umbilicalmente centrados em Lisboa, propondo uma *filosofia suprapartidária* que servisse um projecto nacional: “*pretendia-se a concepção de um Estado forte, onde o individualismo liberal fosse banido e em seu lugar surgisse a célula, a começar pela mais elementar e essencial de todas: a Família. O homem por si só, isolado, não tinha qualquer representatividade. Apenas ganhava dimensão inserido na família, no grupo*

*social e económico correspondente e no seio da Nação, para a qual tinha obrigação de contribuir no sentido do seu engrandecimento.”*⁵⁰⁰

Como demonstrámos no capítulo anterior as contribuições dadas pelos movimentos da Renascença Portuguesa e pelos Integralistas, serviam perfeitamente como conceitos e objectivos, para mais já contavam com uma implantação insuspeita nos meios intelectuais desde 1911 e 1915, sendo claramente utilizados esses conceitos já semeados no terreno e colocados ao serviço da política do novo regime. Até porque nessa procura de identidade era inegável o papel central da Igreja e como tal estaria implicitamente restaurada através desse reconhecimento. Para mais, a militância e oposição juvenil de Salazar, nos tempos do *Centro Académico de Democracia Cristã* (CADC) de Coimbra e depois do *Centro Católico Português* (CCP), contra o posicionamento legislativo da primeira República em relação á Igreja e seu património, poderia resultar numa inversão da situação criada, o que todavia não se verificou.

De facto, apesar de algumas devoluções o Estado permaneceu ainda na posse da grande maioria do património monumental entretanto

⁵⁰⁰ Neto, Op. cit., p140 e 141

nacionalizado. Demarca-se assim claramente o aspecto intervencionista que coube efectivamente ao Estado e não à Igreja.

Mas voltando ao Decreto de 20 de Abril de 1911, foi ele seguido pelo Decreto de 26 de Maio, que reformou os serviços artísticos e arqueológicos e as escolas de Belas-Artes de Lisboa e Porto. Este documento foi subscrito por Teófilo Braga na sua acção política de par com António José de Almeida, Bernardino Machado, José Relvas, António Xavier Correia Barreto, Amaro de Azevedo Gomes e Manuel Brito Camacho⁵⁰¹. O Estado perfilava-se simultaneamente como promotor e preservador dos valores de identidade, sendo esse um dos deveres fundamentais da república.

Assim, extinguiu o anterior *Conselho dos Monumentos Nacionais*, dividindo o país em três circunscrições, Lisboa, Coimbra e Porto, onde funcionaria um Conselho de Arte e Arqueologia com competências executivas. Incumbia-se a cada circunscrição de vigiar, de conservar e classificar os respectivos monumentos.

Toda esta construção bem intencionada, preenchida com destacadas personalidades, intelectuais e artistas, não conseguia por em

⁵⁰¹ Neto, Op. cit., p. 94

prática os desígnios do Decreto, quer pela necessidade de articulação dos vários intervenientes, mas sobretudo pela míngua de verbas.

Esta situação, prolongada por sucessivas reformas em 1924 e depois em 1928, só viria a mudar de facto com o Decreto nº16791 de 30 de Abril de 1929, do gabinete do General José Vicente de Freitas, criando a *Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, e colocando o serviço de obras sob a tutela do Ministério das Obras Públicas. Mesmo assim, a transição das várias tutelas ainda tomaram algum tempo a entrarem em exercício contribuindo para tal a atitude impulsionadora do então Ministro, Engenheiro Duarte Pacheco que em 1935 criava uma nova orgânica e capacidades financeiras consistentes.

Com a criação da *DGEMN* ficou efectivamente constituído um organismo operativo com um claro e definido propósito de recuperar os monumentos nacionais num contexto de *comemoração de identidade* (vejam-se os estudos de Fernando Catroga sobre este tema). A dependência do Ministério das Obras Públicas claramente incluía a política dos monumentos no quadro das realizações empenhadas do regime.

Com este singelo capítulo desejamos apenas remeter para a tese de Doutoramento já referida da Doutora Maria João Baptista Neto que

em apreciável profundidade estudou este período. Aliás a nossa tese procurou desde o início encontrar-se cronologicamente com o trabalho referido. Poderemos assim afirmar que na junção destas duas teses, ilustradas sectorialmente com outras entretanto referidas, se começa a desenhar um edifício que se pode contemplar e analisar, denominado *Teoria e História do Restauro em Portugal*, permitindo vislumbrar um pensamento encadeado que nos conduz até ao limiar do nosso tempo moderno.

A ideia que surge é a ideia de Portugal, espelhada na história dos seus monumentos, nas suas crises de identidade, na tentativa e procura de se encontrar e perspectivar num futuro, num devir.

CONCLUSÃO:

*“O único intuito do que escrevi foi deixar às gerações futuras de Portugal alguns meios para uma coisa que me parece hão-de algum dia tentar fazer, isto é, tornar as instituições mais harmónicas, mais consequentes com as tradições e índole desta família portuguesa, a quem V.S.^a nega individualidade própria e que, todavia, já no século XII chamava com malévolos desdém, estrangeiros aos espanhóis. A minha crença é que, por esse meio, nós chegaremos a tornar a liberdade verdadeira e real, o que não temos obtido com imitações bastardas de instituições e até de utopias peregrinas.”*⁵⁰²

Referia-se assim Alexandre Herculano à questão da identidade nacional e da cultura, que como todos sabemos é um argumento de natureza constitucional e determinante da nacionalidade conjuntamente com o de território, de povo, de poder legislativo e coercitivo.

De facto que será um povo sem a sua memória, sem a comemoração da sua permanência num território, sem uma valência que confere peso e autoridade à sua palavra no concerto das nações? O

⁵⁰² Alexandre Herculano, *C artas*, p.223 e 224, e Fernando Campos em *No saguão do Liberalismo*, Porto, 1944, p.54.

património cultural no seu todo, como expressão colectiva da genialidade de um povo é sem dúvida alguma desde logo e à partida o seu maior garante de futuro.

Os professores Antonio Cavicchia Scalamonti (1997) e Gianfranco Pecchinenda (1996), Maurice Halbwachs (1997), Tzvetan Todorov (1996) e Joel Candau (2002) têm escrito abundantemente sobre estes assuntos⁵⁰³ apontando a necessidade de reencontro com *a memória histórica e cultural colectiva* que conduz o homem ao seu renascimento e permanente devir. Especialistas da área da sociologia e da comunicação manifestaram já as suas reservas, face aos problemas do mundo contemporâneo em não assumir essa energia de criatividade, de linguagem e de futuro.

Este conceito de memória colectiva criada em reflexo às devastações ocorridas durante a Revolução Francesa, foi desde logo uma das mais altas bandeiras de todos aqueles que lutaram pela liberdade e identidade dos povos.

⁵⁰³ Antonio Cavicchia Scalamonti, "La lotofagia.: O il desiderio di dimenticare", Ipermedium, Napoli, 1997; Antonio Cavicchia Scalamonti e Gianfranco Pecchinenda, "La Memoria Consumata", Ipermedium, Napoli, 1996; Maurice Halbwachs, "I quadri Sociali della Memoria", Ipermedium, Napoli, 1997; Tzvetan Todorov, "Gli abusi della memoria", Ipermedium, Napoli, 1996; Joel Candau, "La Memoria e l'identità", Ipermedium, Napoli, 2002..

Desde logo a herança monumental, constitui-se como esse legado tangível que a todos coloca testemunhos da história. Por isso Garrett, Herculano e tantos outros nessa esperança e ânsia de progresso e justiça duramente criticaram aqueles que por dogmatismo ou ignorância de algum modo vieram a cancelar esse fluir da história nos atentados praticados contra o património monumental.

Esta verdade por eles observada, continua a provocar uma erosão profunda, pois na ausência de uma identificada e sufragada política monumental, os monumentos são intervencionados sob critérios avulsos, e quando muito respaldando-se friamente num cumprimento abstracto de Cartas e Documentos de Tutela, internacionalmente reconhecidos. Este estado de coisas correspondendo a uma verdadeira demissão do conceito de tutela assumido pelo Estado, delegando a responsabilidade das intervenções ao estrelato da arquitectura contemporânea, só poderá justificar-se num outro argumento não menos político: *o de desejar criar uma nova história com novos heróis.*

Se esse é o verdadeiro propósito estou convicto que será atingida uma nova meta-memória colectiva⁵⁰⁴. Ficarà entretanto a pergunta se será essa a

⁵⁰⁴ Tema central da obra de Tzevtan Todorov, "Gli abusi della memoria", Ipermedium, Napoli, 1996

verdadeira? Não que objectivamente se defina uma *verdadeira* ou *falsa*, mas que em si recolha uma evidente e clara *identidade colectiva*. Ficarà também a questão sobre a legitimidade dos experimentalismos sobre construções gramaticais históricas que fazem parte integrante de uma genética nacional.

Acusa-se, por vezes a antiga *DGEMN* de servir o regime deposto em 1974, mas desde então, não se efectuou uma reflexão científica que esclarecesse que por esse facto não se deveriam condenar os próprios monumentos e se obliterassem os factos históricos por contribuírem a enfatizar um regime político que os amplificou e deles se serviu. A continuar neste pressuposto rapidamente atingiremos o branqueamento da história por cada geração, destruindo-se a verdadeira razão de *Monumento*, o que deve ser *comemorado* e ritualizado nos tempos (cf. Fernando Catroga).

Talvez por isso mesmo Píndaro conferia à poesia uma potencialidade de resistência superior aos monumentos. Antes de passado a escrito o poema da *Odisseia* sobreviveu na comemoração de um povo, tal como Garrett buscou no *Cancioneiro* a verdade sanguínea e córdia de Portugal. Tal como Herculano na gesta de um povo descobria o verdadeiro músculo da sua dignidade e devir histórico. Tal como mais tarde o grupo

da Renascença e dos Integralistas nesse pugnar verdadeiramente filial procurando inspirar a República.

Na esteira dessa procura de uma identidade, na análise de quase 400 anos de relacionamento da cultura portuguesa com a sua ideia de passado e de identidade procurámos compilar matéria que almejasse constituir uma Tese sustentada para o entendimento progressivo e dinâmico do nosso património monumental, virado para o futuro.

Nestes termos foi nossa intenção definir os *arquetipos de memória*, de *monumento* e de *restauro*, nas idades mais primevas e arcaicas, procurando nessas manifestações os significados originais. Na alvorada da cultura mediterrânea procurou-se uma mais concreta definição desses conceitos e casos. Experimentando as reflexões da cultura egípcia, grega e romana, acrescentou-se uma dimensão colectiva para além da expressão tribal e geograficamente limitada. O império romano, á semelhança da experiência de Péricles, na sua manifestação de um poder cívico, aplicou a memória como instrumento de retórica da civitas.

Todas estas noções transitaram de modos diversos com o fim do império romano para uma decantação nas culturas regionais, mixigenando-se com tradições e expressões locais, produzindo uma memória

colectiva que está na base das nacionalidades emergentes na Europa medieval. Procurámos assim os conceitos cultivados na filosofia escolástica e no pensamento medieval peninsular que poderiam dirigir a nossa pesquisa a um entendimento, nessa altura, da ideia de passado, de herança comemorativa, de memória e de monumento. Esta nossa primeira reflexão conduz-nos a entender essas primeiras preocupações em Portugal na dinastia da Casa de Avis, logo com D.João I e com a chamada *Ínclita geração*.

As culturas mais evoluídas da Europa desde logo se reuniram em volta de uma perspectiva que vislumbrava novas ideias e novos conceitos, através do culto do *Antico* e das teorias antiquárias que restauravam o conhecimento greco-latino no universo ptolemaico. No tocante à realidade da península italiana, a proximidade do enorme espólio romano (e grego patente para o renascimento meridional da Sicília e Nápoles), consagrou a proximidade a essa cultura antiga, através do restauro filológico de antigos textos perdidos, no qual o célebre tratado de Vitrúvio perspectivou desde logo uma nova via para o arquitectar. As discussões eruditas em volta da crítica do texto citado e o cotejamento com as realidades monumentais

lançou uma corrente de estudos consagrada pela actividade de vários antiquários.

Este *Renascimento* da antiguidade romana desde cedo chegou a Portugal através dos mais ilustrados personagens reais ou da cõrte que, em paralelo aos seus paralelos italianos, buscaram os vestígios dessa união antiga latina que representava a herança comum da romanidade.

Desde logo o Latim circulou como linguagem comum da expressão universal, progressivamente levando à confirmação das línguas e das gramáticas. Do mesmo modo, na interpretação em momentos e lugares diversos da visitaçãõ do modelo, se constituíram linguagens que consolidaram uma coerente corrente nacional.

Depois de um reinado de pragmatismo na retórica do Poder, apostado na criação de um Império Salomónico, é a acção a ditar a realidade actuante, e o passado latino torna-se demasiado estreito para um novo universo planetário, que extravasa esses horizontes. Foi nestes momentos que o reflexo da península itálica acabou por inflamar Portugal, na dimensão temporal de outro reinado, o de Dom João III.

Portugal vive por momentos uma euforia antiquária que a todos espanta e que lançam as primeiras experiências de recuperação e

restauro verdadeira “*instauratio*” de sabor Albertiano e à semelhança do que se fazia na antiga capital do Império Latino, hoje da Cristandade. Mas quando isso acontece já as linguagens se turvam, temperadas pelo pensamento Contra-Reformista que lança outros universos à colação de ideias, nomeadamente uma sobreposição dos modelos Cristãos sobre a galeria da Teogonia pagã.

A expansão do Império Carolíngio e a consolidação que dele fez Filipe II, abriu novos horizontes e perspectivas às culturas debruçadas sobre o território europeu. Um novo macrocosmo colocava o desafio às culturas de visão mediterrânico-ptolemaicas. Esse desafio estimulou o colecionismo de belas artes, mas também do exótico. Fazia parte da educação e da retórica do Poder do Príncipe a capacidade de alcançar de um modo tangível esse macrocosmo, fosse através de colecionismos vorazes, que significavam idealmente esse património ou através de museus “*carthaceum*” (na expressão de Cassiano del Pozzo) que permitiam “*tocartangere*”, ou ainda “*abarcar*” essa diversidade planetária descoberta. O Príncipe, protege a cultura e estimula-a, criando bibliotecas, colecções, museus e defendendo o património. Nessa busca, a Itália e o seu património monumental representa uma nova Jerusalém Cultural onde

se virá a forjar uma nova memória e identidade cívica que virá a abanar as estruturas do antigo regime sob o restauro da democracia clássica. Com a Restauração a dinastia Bragantina restaura uma nova retórica de poder assente num “*revival aureo*” que ajudasse a reconstruir a ideia de pátria e de identidade, evocando ícones fundamentais e comemorativos do seu passado. O projecto defronta-se com as limitações financeiras impostas pela guerra com Espanha, vindo a encontrar um novo elan com o ouro e diamantes dos bandeirantes do Brasil.

Portugal de par com essa evolução, e bafejado pelos imensos recursos que conseguira salvar do ex-ocupado património colonial consegue viver durante o reinado de D.João V um momento de pujança cultural. Todo este “*Instauratio*” de representação de Portugal face à Europa é atraído pelo terramoto de 1755 que liminarmente arrasou Lisboa e passou uma esponja em grande parte sobre a memória colectiva nacional. O cataclismo de 1755 indiscutivelmente representa um marco para a *Memória* nacional. Tanto no espólio reunido na capital que se perdeu e ardeu, como na atitude pragmática e positiva da reconstrução. De certo modo caracterizará definitivamente a relação com a memória e a ideia de passado na cultura nacional. Poderemos observar isso mesmo no modo

de actuar e em particular na classe profissional que lidera a reconstrução pombalina da cidade e do país.

O país que renascia da marca violenta que abalara o seu passado, é confrontado numa geração com a invasão de Portugal pelos exércitos napoleónicos que implicaram a mudança da coroa e da cõrte para o Brasil, ficando o país ocupado e com o destino político suspenso. Logo quando foi oportuno ser retomado, as lutas fratricidas de Miguelistas e Liberais mergulharam o país numa crise sem precedentes. Em resultado disso os únicos detentores passivos de património capaz de salvar a política, as Ordens Religiosas, são confrontadas com nacionalização dos seus patrimónios, incorporados os seus bens no Estado. As urgentes carências e pendências financeiras lograram destinar o modo leviano e descuidado com que se armazenaram um património móvel que representava uma Memória contínua e coeva da fundação nacional.

Estes aspectos fizeram acordar as consciências de alguns através de uma pedagogia literária e polemista em particular de Almeida Garrett e Alexandre Herculano. Outras personalidades seguiram-lhe os passos e de vários modos, caracterizaram padrões de intervenção que foram posteriormente seguidos na sua doutrina e acção. O Conselho de

Estado perante desacatos e uma enorme herança monumental, quase superior aos lícitamentos da hasta pública, viu-se na obrigação de assumir medidas legislativas, responsabilizando-se pela salvaguarda de alguns exemplos incontornáveis da herança artística e arquitectónica nacional.

Torna-se de facto impossível fugir à máxima desenvolvida em resultado da Revolução Francesa, que caracterizava a herança patrimonial como um significado de Memória Colectiva, verdadeira expressão da genialidade de uma cultura e de um povo. Nesta visão a definição de uma Memória Nacional, ou ainda de uma Identidade Nacional, que surge em resultado de uma expressão artística tanto mais ampla quanto abarca as tradições e as expressões histórico-culturais, leva à constituição de atitudes e acções mais coerentes e actuativas em prol do culto dos monumentos e dos restos arqueológicos. Seja através de associações ou ainda da criação de um serviço de tutela e zelador da necessidade de reparações que os variados monumentos requerem.

O Estado, inspirando-se num modelo francês, constituiu uma Comissão para os monumentos nacionais. Mas esse zelo, apenas burocrático, apesar de impelido por razões culturais, é contemporâneo de um momento de grave crise cultural do projecto nacional. Ferido nas

suas estruturas deficientes, nos modestos meios e numa diminuta consciência política, a herança monumental definhou até colher a revolta e a caridade de Ramalho Ortigão, que, entre outros sentia perder-se a seiva que um dia pudesse fazer renascer a pátria combalida.

De facto, unidos numa *unidade patriótica* vários pensadores, que entreviram na instauração da República uma nova aragem de encontro com o destino da história, lograram insuflar aos políticos uma cartilha de ideário que inspirasse o projecto político de reconstrução nacional. Tanto o movimento da *Renascença Portuguesa*, como o do *Integralismo Lusitano*, procuraram nesse reencontro com a *Memória e Identidade Nacional* uma tese com perspectivas para unir um povo num desígnio futuro de coragem, vontade e responsabilidade.

Com a instauração do Estado Novo, o regime apoiava-se num imaginário, profundamente significado pelos mais destacados protagonistas culturais, alicerçando a sua política numa propaganda nacionalista que visava o reencontro do colectivo vivo com o colectivo-herança.

Nessa militância activa, o Serviço dos Monumentos, rapidamente passou a servir ao mais alto nível (junto com a acção do Ministério das Obras Públicas), através da criação da Direcção Geral dos Edifícios e

Monumentos Nacionais em 1929. Desde então o estado assumiu definitivamente essa tutela que efectivamente lhe cabe, e que desde Garrett e Herculano demorou quase um século a implementar-se.

Este foi o nosso relacionamento com a *Memória*, com o *Passado*, com a *Identidade* que cada cultura tem de si mesmo tem. Esta reflexão para além dos aspectos históricos factológicos, preocupou-se em conduzir uma reflexão transversal da cultura portuguesa, buscando ideias e conceitos que lhe são próprios e que bem antes das máximas de um Viollet-Le-Duc ou de Ruskin ou Boito, brotam naturalmente no relacionamento da cultura portuguesa com o seu acumulado histórico e com a sua própria *dinâmica de identidade*..

Verificámos um poderoso papel activo na geração de uma Memória, quer por necessidades do Império, quer por vicissitudes dos grandes desastres. Ao contrário de culturas que possuem um relacionamento permanentemente recorrente com o passado e com a memória, caso da cultura inglesa e italiana, Portugal relaciona-se com o passado sobretudo através de um processo *comemorativo*⁵⁰⁵, e como diz

⁵⁰⁵ Fernando Catroga, em “As Comemorações Cívicas e os Descobrimentos”, texto síntese de *As Comemorações dos Descobrimentos in Orientalismo em Portugal*, (seculos XVI-XX), Lisboa, C.N.C.D.P., 1999, pp.267-284: “o passado glorioso devia servir de paradigma para a superação da decadência contemporânea”...”De facto, outra não é a lição que se extrai da comparação das várias comemorações centenárias em que os poderes mais investiram, a

Catroga, com a respectiva “sacralização cívica do espaço (no caso português: Jerónimos, Sagres, Batalha, Castelo de Guimarães, etc.)”.

Sobre esta mesma matéria verdadeiras autoridades do entendimento mais avançado da questão se pronunciaram, Professores Cavicchia, Teodorov, Halbwachs e Joel Candau concordam que a organização da memória confirma ou não a identidade individual e colectiva. Halbachs e Candau ensinam-nos ainda em particular que sem uma *Memória Colectiva*, nenhuma memória individual se pode constituir e portanto conservar. Quer portanto dizer que as recordações individuais não podem ter uma própria consistência, nem podem ser chamados ao conhecimento sem a respectiva inclusão na memória de um grupo social. Só é possível recordar através da referência aos quadros da *Memória Colectiva*.

Esta questão perfila-se com uma actualidade e premência vital gritante, face às questões da globalização, das culturas hegemónicas sob aspectos comerciais ou religiosos, face à questão delicada da memória e do esquecimento nas sociedades ocidentais no raiar de um novo milénio.

saber: a de Camões (1880), maneira indirecta de celebrar Vasco da Gama e a viagem à Índia; a do Infante D. Henrique (1894); a da Índia (1897-1898); a de Ceuta e de Afonso de Albuquerque (1924); a do Duplo Centenário (1940); a da descoberta da Guiné (1946); a da tomada de Lisboa aos mouros (1947); a de Mouzinho de Albuquerque (1955); a do Infante D. Henrique (1960).”

Urge pois que Portugal e a sua Identidade cultural se reencontrem numa nova descoberta, mas sobretudo que na busca dessa metanarração se enquadrem os princípios de preservação, de conservação e por fim de restauro.

Já que as Cartas e documentos internacionais utilizados como códigos de conduta e procedimentos, tal como a Física e a Química, são meros princípios universais a serem aplicados com consciência e conhecimento ao serviço de um sentido mais alto que essa Memória designa, como diz Eloisa Luz Ramos, *“a memória só poderá desempenhar a sua função social através de liturgias próprias, calcadas nas lembranças provocadas por vestígios do passado...O que mostra que, nos indivíduos, não haverá memória colectiva sem suportes de memória ritualisticamente compartilhados”*⁵⁰⁶.

Todo este trabalho, percorrendo campos de investigação diversos, só seria possível com um contributo dedicado e desinteressado por todos aqueles que unidos nesta conclusão nacional igualmente se encontram no concerto das consciências europeias e trans-europeias, sobre a necessidade de cada povo cumprir o seu destino, a sua razão vital. Afinal também reencontrados no pensamento ainda vivo de Lévi-Strauss, quando urgia os

⁵⁰⁶ Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos, *A Memória, A História e as Instituições da Memória*, Brasil.

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO
NACIONAL

povos no seio da UNESCO a progredir nesse sentido “*a civilização mundial não pode ser senão a coligação, à escala mundial, das culturas, cada uma preservando a sua originalidade*”⁵⁰⁷.

⁵⁰⁷ Claude Lévi-Strauss, *Race et Histoire*, Paris, 1965p.77

BIBLIOGRAFIA:

ACADEMIA NACIONAL DE BELAS-ARTES – *Inventário Artístico de Portugal*,
14 volumes, Lisboa, 1943-1995.

ACADEMIA REAL DE HISTORIA PORTUGUEZA – *Colleçam dos documentos
Estatutos da Academia Real de Historia Portugueza, que neste anno de 1721...*,
Of. Pascoal da Sylva, Lisboa, 1721.

Idem – *Colleçam dos Documentos e Memórias da Academia Real de Historia
Portugueza que neste anno de 1728 se compuzeão...*, Of. de Joseph Antonio da
Silva, Lisboa, 1728 (2ªed. Lisboa, 1738).

ALBERTI, L.B. – *De Re Aedificatoria*, 1486; (ed. coment. Joseph Rykwert, N.Leach
e R. Tavernor, Cambridge, Mass., MIT press, 1988 (ed. Dover, 1983).

ALBUQUERQUE, Luiz da Silva Mousinho de – *Memória Inédita acerca do Edifício
Monumental da Batalha*, tip. Leiriense, Leiria, 1854.

ALVES, Alexandre – *Artistas e Artífices nas diocesses de Lamego e Viseu*, vols.3,
Viseu, 2000.

ALVES, Ana Maria – *Iconologia do Poder Real no período manuelino*, INCM,
Lisboa, 1985.

ALVES, Joaquim Jaime Ferreira – *O Porto na Época dos Almadas. Architectura,
Obras Públicas*, vols.2, Porto, 1988.

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

Idem – “Elementos para a História das Sociedades entre Mestres Pedreiros nos séculos XVII-XVIII”, *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, 1992.

Idem – *A casa Nobre no Porto na Época moderna*, ed. Inapa, Porto, 2001.

ALVES, José da Felicidade – *Introdução ao estudo da obra de Francisco de Holanda*, Lisboa, 1986.

AMARO, António Rafael – *A Seara Nova nos Anos Vinte e Trinta (1921-1939)*, Memória , Cultura e Poder, UCP Centro Regional das Beiras, Polo de Viseu, 1995.

ANACLETO, Regina – catálogo da exposição *O Neo-Manuelino*, CNCDP, Lisboa, 1994.

ANDRADA, Diogo de Paiva – *Exame de Antiguidades*, Of. Jorge Rodrigues, Lisboa, 1616.

ANUARIO da Sociedade dos Architectos Portuguezes, Lisboa, 1905.

ARAÚJO, Agostinho – *História do Palácio Marialva ao Loreto 1651-1859*, Povoia de Varzim, 1993.

Idem – *A Ideia da Natureza no Portugal de Setecentos, Jean Pillement 1728-1808 e o Paisagismo em Portugal no século XVIII*, Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, Lisboa, 1997.

ARAÚJO; Ilídio de – *Arte Paisagística e Arte dos Jardins em Portugal*, Lisboa, 1962.

ARGOTE, D. Jerónimo Contador de – *Memórias para a História Ecclesiastica do*

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

Arcebispado de Braga Primaz das Hespanhas dedicadas a El-Rey D.João V...,
vols.4, Of.Joseph Antonio da Sylva, Lisboa Occidental, 1732-1747.

ARNOLD, Mathew - *Culture and Anarchy*, (ed.J.Dover Wilson), Cambridge,1971.

ARRIAGA, José de - *A Filosofia Portuguesa (1720-1820)*, Lisboa, 1980.

ASCENSÃO, Leão Ramos de - *O Integralismo Lusitano*, ed. Gama, Porto, 1943.

ASSUMPÇÃO, Tomás Lino de - *Diccionario de Termos Architectonicos*, Lisboa,
1895.

ATAÍDE, Manuel Maia (dir.) - *Monumentos e Edificios Notáveis do Distrito de
Lisboa, Assembleia Distrital de Lisboa*, vol.V, tomos I-IV, Lisboa, 1975-96.

Idem - *João Antunes Architecto, 1643-1712*, IPPC, Lisboa, 1988.

AVERINI, Riccardo - "Storia dell'arte portoghese", *Estudos Italianos em Portugal*,
nºs 33-35, 1970-72.

AZEVEDO, Carlos de - *Solares Portugueses*, Livros Horizonte, Lisboa, 1969.

AZEVEDO, Francisco - *O Paço dos Conde-Duques de Barcelos: Projecto de
Restauro*, CMBarcelos, porto, 1954.

BARBOSA, Inácio de Vilhena - *Estudos Historicos e Archeologicos*, vols.2, Lisboa,
1874.

Idem - *Monumentos de Portugal: Historicos, Artisticos e Archeológicos*, Lisboa,
1886.

BARREIRA, João, (dir.) - *Arte Portuguesa*, Ed. Excelsior, Lisboa, 1951-60.

BARBARO, Daniele (coment.) - *I Dieci Libri dell'architettura tradotti e commentati*

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

- da DanieleBarbaro.*, Venetia, 1567; (ed.fac-simil., Il Polifilo, coment. de
Manfredo Tafuri e Manuela Morresi, Milão, 1987.)
- BASTO, A. De Magalhães – *Apontamentos para um Dicionário de Artistas e
Artífices que trabalharam no Porto do século XV ao XVIII*, Porto, 1964.
- BAZIN, Germain – *Historia da História da Arte*, ed.Martins Fontes, (trad. ^ade Pádua
Danesi), S.Paulo, 1989.
- BEBIANO, Rui – *D.João V. Espectáculo e Poder*, Coimbra, 1987.
- BERGER, Francisco Gentil – *Manuel da Costa Negreiros no Estudo Sistemático do
Barroco Joanino na Região de Lisboa*, tese doutoral, UTL, 1990.
- BESSONE, Silvana (coord.) – *A Embaixada do Marquês de Fontes ao Papa
Clemente XI*, Lisboa, 1996.
- BIRG, Manuela – “João Antunes”, *Dicionário da História de Lisboa*, (Coord.
Francisco Santana), Lisboa, 1994.
- BOLGAR, R.R. – *The Classical Heritage*, Cambridge University Press, ed.1977.
- BONIFÁCIO, Horácio – “Alguns Documentos Inéditos sobre o Arquitecto Manuel
da Costa Negreiros”, *Claro-Escuro*, nº1, 1988.
- BONELLI, Renato – “Restoration and Conservation: Principles of Architectural and
Urban Restoration and Conservation”, *Encyclopaedia of World Art*, volXII,
col.194-97, New York, Toronto, London, McGraw Hill Book Company, 1966.
- BORGES, Nelson Correia – *João de Ruão escultor da Renascença coimbrã*,
Coimbra, 1980.

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

Idem – *A Arte nas Festas do Casamento de D. Pedro II*, Porto, 1982.

BOTTINEAU, Yves – *Baroque Iberique :Espagne Portugal, Amerique Latine*, Fribourg, 1960.

Idem - “Lyrisme et géometrie dans l’architecture portugaise », *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, 1978.

BOITO, Camillo - *Questioni Pratiche di Belle-Arti*, Ulrico Hoepli, Milano, 1893.

Idem – « I nostri vecchi monumenti : Conservare o restaurare ? », *Nuova Antologia*, 87, nº3, 1886.

BRANDÃO, D. De Pinho (et alii) – *Nicolau Nasoni.Vida e Obra de um grande artista*, Porto, 1987.

BRANDI, Cesare – “Restoration and Conservation: General Problems”, *Encyclopaedia of World Art*, volXII, col.179-84, New York, Toronto, London, McGraw Hill Book Company, 1966.

BREDEKAMP, Horst – *Nostalgia dell’antico e fascino della macchina: Il futuro della storia dell’arte*, ed. Saggiatore, Milano, 1996, (1ªed.1993).

BRIGANTI, Giuliano – *La maniera italiana*, Florença, 1985.

BROWN, Patricia Fortini – *Venice and Antiquity*, Yale University, 1996.

BRUSCHI, Arnaldo – *Bramante*, london, 1973.

BURGH, W.G. de – *The Legacy of the Ancient World*, MacDonald and Evans, 1947, (5ªed.1971).

BURY, John B. – “Late Baroque and Rococo in North Portugal”, *Journal of the*

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

Society of Architectural Historians, vol.XV,nº3, 1956.

CAETANO DE SOUSA, António – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*,
Lisboa, 1743

CAETANO, J.O., e VASSALLO N. – “Breves Notas para o Estudo do Arquitecto
João Antunes”, *Poligrafia* 2, 1993.

CALÍ, Maria – *Da Michelangelo all Escorial. Momenti del dibattito religioso
nell'arte del Cinquecento*, Turim, 1980.

CAMPOS, Fernando – *No Saguão do Liberalismo*, 2ªed.Gama, Lisboa, 1944.

CANDAU, Joel – *Anthropologie de la mémoire*, PUF, Paris, 1996.

Idem – *Mémoire et Identité*, PUF, Paris, 1998.

CANTERA, Maria José Redondo – “Formación y gusto de la colección de la
imperatriz Isabel de Portugal”, *El Arte en las cortes de Carlos V y Felipe II, IX
Jornadas de Arte* do Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, Madrid,
1999.

CANTONE, Gaetana – *La Città di Marmo: Da Albert a Serlio, la storia tra
progettazione e restauro*, of.Edizioni, Roma, 1978.

CARBONARA, Giovanni – “La Philosophie de la Restauration en Italie”,
Monuments Historiques de La France, 149, 1987.

Idem - “Restauro fra Conservazione e ripristino: Note sui più attuali orientamenti di
metodo”, *Palladio* 6, 1990.

CARITA, Hélder – *Lisboa Manuelina*, Livros Horizonte, Lisboa, 1999.

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

CARITA, Hélder, e HOMEM Cardoso – *Tratado da Grandeza dos Jardins de Portugal*, Lisboa, 1987.

CARITA, Helder e ARAUJO, Renata (coord.) – *Colectânea de Estudos: Universo Urbanístico Português 1415-1822*, CNCDP, Lisboa, 1998

CARITA, Rui – *Arquitectura Militar na Madeira, séculos XV a XVII*, Tese doutoral, Lisboa, 1993.

CARNEIRO, José Manuel Martins (coord.) – *D.Fernando de Saxe Coburgo-Gotha, Comemoração do 1º Centenário da morte do Rei-Artista*, Mem Martins, 1985.

CARVALHO, Ayres de – *D.João V e a arte do seu tempo*, (2vols.), Lisboa, 1960-62.

Idem – *As Obras de Santa Engrácia e os seus Artistas*, Lisboa, 1971.

Idem – *Catálogo da Colecção de Desenhos da BNL*, Lisboa, 1977.

CARTWRIGHT, J. - *Baldassare Castiglione. The Perfect Courtier. His Life and Letters 1478-1529*, vols.2, London , 1908.

CARVALHO, Joaquim Barradas de – *As Ideias Políticas e Sociais de Alexandre Herculano*, Lisboa, 1949.

CASTEL-BRANCO, João – *Viaturas de Aparato*, Liv. Bertrand, Lisboa, 1987.

CASTELO BRANCO, José Barbosa Canaes de Figueiredo – *Estudos biográficos ou notícia das pessoas retractadas nos quadros históricos recentemente adquiridos pela BNL*, Lisboa, 1854.

CASTELO-BRANCO, Fernando – *Lisboa Seiscentista*, Lisboa, 1956.

CASTELO BRANCO, Manuel da Silva – *Livro das Fortalezas (de) Duarte de*

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

**UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO
NACIONAL**

Armas, INAPA, Lisboa, 1990.

CASTIGLIONE, Baldassare – *Il Cortegiano del Conte Baldassare Castiglione*,
(coment. e ilust. V. Cian), Firenze, 1894, (ed. Firenze, 1947).

CASTILHO, Julio – *Elogio do Architecto Joaquim Possidonio Narciso da Silva*, tip.
Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1897.

CASTRO, A.Aguiar de Castro – *O Simbolismo da Natureza em Santo António de
Lisboa*, UCP, Lisboa, 1997.

CASTRO, Aníbal Pinto de – *Retorica e Teorização Literária em Portugal do
Humanismo ao Neo-Classicismo*, Coimbra, 1973.

CASTRO, João Baptista de – *Roteiro Terrestre de Portugal*, Of. Miguel Menescal da
Costa, Lisboa, 1748.

Idem – *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, vols.5, Of.Miguel Menescal da Costa,
Lisboa, 1745-1758.

CASTRO, Pe José de – *Portugal no Concílio de Trento*, vols.2, Lisboa, 1944.

CATROGA, Fernando – *Memória, História e Historiografia*, ed. Quarteto,Coimbra,
2001.

CAUMONT, Arcisse de – « Essai sur l'Architecture religieuse », *Mémoires de la
Société des Antiquaires de Normandie*,vol.I, 1824.

CERRI, Maria Grazia e FEA, Daniela Biancolini e PITTARELLO, Liliana (coord.) –
Alfredo de Andrade: Tutela e Restauro, catálogo da exposição de Turim de
1981, Valecchi, Firenze, 1981.

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

CESCHI, Carlo – *Teoria e Storia del Restauro*, Bulzoni, Roma, 1970.

CLARCK, Kenneth – *Ruskin Today. Chosen and annotated by K.C.*, John Murray, London, 1964.

Idem – *The Gothic Revival*, Pelican Books, London, 1964.

Idem – *Civilisation*, London: BBC e John Murray, 1969.

CLAYTON, Peter e PRICE, Martin – *The Seven Wonders of The Ancient World*, Routledge, N.Y., 1988.

CHASTEL, André – *La crise de la Renaissance, 1520-1600*, SKIRA, Genève, 1968.

Idem – *Le Sac de Rome*, PUF, 1985.

CHATEAUBRIAND, Renée de – *Le Génie du Christianisme*, vols.5, Paris, 1802.

CHAVES, Luis – “As injúrias do Homem nos monumentos”, *Brotéria*, vol.XVIII, Lisboa, 1933.

CHICÓ, Mário-Tavares – *A Arquitectura Gótica em Portugal*, Lisboa, 1954.

CHOAY, Françoise – *La Règle et le Modèle. Sur la théorie de l'architecture et de l'urbanisme*, ed. Seuil, Paris, 1980, (1997).

Idem – *L'Allegorie du Patrimoine*, ed. Seuil, Paris 1992.

COCHERIL, D.Maur – *Notes sur L'architecture et le Décor dans les Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Paris, 1972.

COELHO, José – *Memorias de Vizeu (Arredores)*, I, Viseu, 1941.

COIMBRA, Leonardo – *O Creacionismo*, Porto, 1912.

COMISSÃO DOS MONUMENTOS NACIONAIS – *Classificação dos Monumentos*

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

Nacionais, Imp.Nacional, Lisboa, 1910.

CONTI, Alessandro – *Storia del Restauro e della Conservazione delle Opere d'Arte*, Electa, Milano, 1973.

CORDEIRO, Luciano – *As Obras dos Jeronymos: Parecer apresentado à Comissão dos Monumentos Nacionais em Sessão de 7 de Novembro de 1895*, tip. Casa Portuguesa, Lisboa, 1895.

CORREIA, Vergílio – *Obras* (de Vergílio Correia), 5vols., Coimbra, 1946-78.

CORTESÃO, Jaime – “A Renascença Portuguesa e o ensino da História Pátria”, *A Águia*, nº9, 2ªserie, Porto, 1912.

COSTA, Pe Antonio Carvalho da – *Corographia Portuguesa e Descripçam Topographica do Famoso Reyno de Portugal*, vols.3, Lisboa, 1706.

COSTA, Avelino Jesus da – *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVI*, Braga, 1985.

COSTA, Lucília Verdelho da – *Ernesto Korrodi, 1889-1944.Arquitectura Ensino e Restauro do Património*, dissert. de mestrado, FCSHUNL, Lisboa, 1985.(ed. Estampa, 1997)

Idem - *Alfredo de Andrade 1839-1915.Da Pintura á Invenção do Património*, tese doutoral, Lisboa, 1997(ed.Veja,1998)

CRUZ, Manuel Braga da – “O Integralismo Lusitano e o Estado Novo”, *O Fascismo em Portugal*, Actas do Colóquio realizado na FLL, A Regra do Jogo,Lisboa, 1982.

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

Idem – “O Integralismo Lusitano nas origens do Salazarismo”, *Análise Social* Vol.XVIII, 1982.

Idem – “Os Monárquicos no Estado Novo de Salazar”, *Ler História*, nº6, 1985.

CRAVEIRO, Lurdes – *Diogo de Castilho e a arquitectura da Renascença em Coimbra*, tese de mestrado, Coimbra, 1990.

COUTO, João – *A Oficina de Frei Carlos*, Realizações Artis, Lisboa, 1955.

COUTO, João, e GONÇALVES, Antonio Manuel – *A Ourivesaria em Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa, 1960.

CRUZ, Leonor – *A Governação de D.João III: a Fazenda Real e os seus Vedores*, Centro de História, Faculdade de Letras, Lisboa, 2002.

CUSTÓDIO, Jorge (coord.) – *Santarém Cidade do Mundo*, 3vols., ed. C.M.S., 1997.

DACOS, Nicole – *La Découverte de la Domus-Aurea et la formation des grotesques a la Renaissance*, Londres-Leiden, 1969.

DACOS, Nicole e SERRÃO, Vítor – “Do grotesco ao brutesco: as artes ornamentais e o fantástico em Portugal”, *Portugal e Flandres – visões da Europa (1550-1680)*, Europália/91.

DÁ MESQUITA, Marieta – “Palácio Fronteira. Um percurso Arquitectónico”, revista *Monumentos*, nº7, 1997.

DALLA-BELLA, João Antonio – *Notícias historicas, e praticas acerca do modo de defender os edificios dos estragos dos raios*, Regia Of. Tip, Lisboa, 1773.

DAVID, Celestino – *Évora:ns históricos e na arte*, Marques Abreu, Porto, 1930.

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

**UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO
NACIONAL**

DELAFORCE, Angela – “Lisbon this new Rome: D.João V of Portugal and relations between Rome and Lisbon”, *The Age of The Baroque in Portugal*, Washington, 1993.

Idem – *Art and Patronage in Eighteen Century in Portugal*, Cambridge University Press, 2002

DESWARTE, Sylvie – *Les enluminures de la Leitura Nova (1504-1552). Étude sur la culture artistique au Portugal au temps de l’Humanisme*, Paris, 1977.

Idem – « Deux artistes mystiques du XVIème siècle : Francisco de Holanda et Jean Duvet », *Arquivos do Centro Cultural Português*, 1983.

Idem – *As Imagens das Idades do Mundo de Francisco de Holanda*, INCM, Lisboa, 1987.

Idem – *Il Perfetto Corteggiano D. Miguel da Silva*, Bulzoni, Roma, 1989.

Idem – « Espoir et désespoir de l’Infant D. Luis », *Mare Liberum*, nº3, 1991.

Idem – *Ideias e Imagens em Portugal na época dos Descobrimentos*, Diffel, Lisboa, 1992.

Idem (coord.) – *A Travers l’Image. Lecture iconographique et sens de l’oeuvre*, ed. Klinksieck, 1994.

Idem – “Francisco de Holanda”, *Catálogo A Pintura Maneirista em Portugal*, CNCDP, 1995.

Idem – “Si dipinge col cervello e non com le mani”, *Bolletino d’Arte*, suplemento ao nº100, Roma, 1997.

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

**UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO
NACIONAL**

DESWARTE ed alii – “A mais homrrada cousa de similante calydade que em parte alguma do mundo se posa ver”, introdução à *Leitura Nova*, ed. INAPA, Lisboa, 1997.

DGEMN – *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, DGMEN, Lisboa, inic.1933.

DIAS, J. S. Da Silva – *A política cultural da época de D.João III*, Coimbra, 1969.

DIAS, Pedro – *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença, 1490-1540*, Coimbra, 1982.

Idem – *A Importação de Esculturas de Itália nos séculos XV e XVI*, Coimbra, 1982 e 1987.

Idem – *A Arquitectura do Manuelino*, Coimbra, 1987.

Idem – *Nicolau de Chanterene*, Coimbra, 1989.

Idem – *Arte Portuguesa—notas de investigação*, Coimbra, 1992.

Idem – *Os Portais Manuelinos do Mosteiro dos Jerónimos*, Coimbra, 1993.

Idem – *A Escultura Maneirista em Portugal*, ed. Minerva, Coimbra, 1995.

Idem – *A Viagem das Formas. Estudos sobre as relações artísticas de Portugal com a Europa, a África, o Oriente e as Américas*, ed.Estampa, Lisboa, 1995.

Idem(coord.) – *Estudos sobre Escultura e escultores do Norte da Europa em Portugal. Época Manuelina*, CNCDP, Lisboa, 1997.

Idem – *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822)*, 2vols., Círculo de Leitores, Lisboa, 1999.

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

DIEZ, Isabel Ordier – *Historia de la Restauracion Monumental en España, (1835-1936)*, Ministerio de Cultura, Madrid, 1995.

DI STEFANO, Anna Maria – *Viollet-Le-Duc, Un Architetto nuovo per conservare l'antico*, ed. Scientifiche Italiane, Napoli, 1994.

DUARTE, Eduardo Alves – *Carlos Amarante (1748-1815) e o Final do Classicismo, um Arquitecto de Braga e do Porto*, diss. Mestrado, ed.FAUP, Porto,2000.

ESPANCA, Túlio – “O Acueducto da Água da Prata”, *A Cidade de Évora*, anoII, 78, 1944.

Idem – “As Antigas Colecções de Pintura da Livraria de D.Frei Manuel do Cenáculo e dos Extintos Conventos de Évora”, *A Cidade de Évora*, nºs 17/18, 1949

Idem - *Inventário Artístico de Portugal. Concelho de Évora*, ANBA, Vol.VI, 1966.

Idem – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora*, ANBA, Vols.VIII-IX, 1975-78

Idem - *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Beja*, ANBA, Vol.XII, Lisboa, 1992.

ESTAÇO, Gaspar – *Varias Antiguidades de Portugal*, Lisboa, 1626(2ªed.1754).

EUROPÁLIA/91 – Catálogos das Exposições: *No Tempo das Feitorias, De Goa a Lisboa, Azulejo, Portugal e Flandres – Visões do futuro 1550-1680, e Via Orientalis*, Bruxelas-Lisboa, 1991-1993.

EVANS, Joan (coord.) – *The Lamp of Beauty: Writings on Art by John Ruskin*. Oxford, phaidon, 1980.

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO
NACIONAL

EVIN, Paul – “Faut-il voir un symbolisme maritime dans la décoration manuéline ? », *Actes du Congrès d'Histoire de l'Art*, vol.II, Porto, 1949.

FARIA, Antonio de Portugal de – *Portugal e Italia. Litteratos portugueses na Itália ou coleção de subsídios para se escrever a História Litteraria de Portugal que dispunha e ordenava Frei Fortunato Monge Cisterciense*, Livorno, 1905.

FARIA, Francisco Leite – *Estudos Bibliográficos sobre Damião de Góis e a sua Época*, Lisboa, 1977.

FARIA, Manoel Severim de – *Notícias de Portugal offerecidas a El-Rey N.S.Dom João o IV por...*, Of. Craesbeeckiana, Lisboa, 1655.

FARINHA, Bento José de Sousa – *Collecão das Antiguidades de Évora*, Lisboa, 1785.

FERNANDES, José Manuel – *História da Arquitectura*, “Sínteses da Cultura Portuguesa”, Europália/92, Lisboa, 1992.

FERRÃO, Bernardo – *Imaginária Luso-Oriental*, Lisboa, INCM, 1983.

Idem – *Mobiliário Português*, vols.4, ed. Lello e Irmãos, Porto, 1990.

FERRARIS, Paola – “Antonio Canevari a Lisbona, 1727-1732”, *Giovanni V di Portogallo 1707-1750*, cat., 1995.

FERREIRA, Maria Ema Tarracha – (ed. coment. do *Cancioneiro* de Almeida Garrett), Ulisseia, 1997.

FERRO, Inês – *O Palácio de Queluz*, Lisboa, 1997.

Idem – *O Pavilhão Robillon do Palácio Nacional de Queluz. Arte, Construção e*

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

Restauro 1758-1940, tese mestrado FLL, 2000.

FREIRE, Luciano – “Em Defesa dos Monumentos”, revista de Arqueologia, Lisboa, 1932.

FORMOSINHO, Sebastião J. – *Ciência e Religião: a Modernidade do Pensamento Epistemológico do Cardeal Cerejeira*, UCP, Principia, Cascais, 2002.

FORTES, Manuel de Azevedo – *O Engenheiro Portuguez:divido em dous tratados...obra moderna, ede grande utilidade para os engenheiros e mais officiaes militares*, vols.2, Of. Manuel Fernandes da Costa, Lisboa Occidental, 1728-1729.

FRANÇA, José Augusto – *O Retrato na Arte Portuguesa*, Livros Horizonte, Lisboa, 1980.

Idem – *Lisboa: Urbanismo e Architectura*, Lisboa, 1980.

FRANCISCO PEREIRA, José Carlos – *Neotomismo e Arte Moderna: Brotéria (1902-1960)*, Fundação Lusíada, Lisboa, 2002.

FRANCO, Anísio – *O Palácio e Quinta da Bacalhoa*, tese de mestrado, Lisboa, 1999.

FRANCO, Pe António – *Évora Illustrada*, (ext.da ob. Pe M. Fialho), Évora, 1945.

FRUTAZ, AmatoP. – *Le Piante di Roma*, vols.3, Roma, 1962.

FULVIO, Andrea – *Antiquitates Urbis*, Roma, 1527.

GAMBONI, Dario – *The Destruction of Art: Iconoclasm and Vandalism since the French Revolution*, Yale univ.Press, New Haven-London, 1997

GARRIGA, Joaquin – *Renascimento en Europa*, ed. Gustavo Gilli, Barcelona, 1983.

GARRETT, João Baptista da Silva Leitão de Almeida – *O Arco de Santana*, 1845.

Idem – *Viagens na Minha Terra*, tip. Gazeta dos Tribunais, Lisboa, 1846.

Idem – *O Claustro de Belém*, Lisboa, 1846.

Idem – *Camões*, Lisboa, (6ªed. 1863).

GINSBURG, Carlo – *A Micro-História e outros ensaios*, Difel, Lisboa, 1991.

GIOVANNONI, Gustavo – *Il Restauro dei Monumenti*, Cremonese, Roma, 1945.

GÓIS, Damião de – *Elogio da Cidade de Lisboa*, (trad.Aires A.Nascimento, introd.

Ilídio do Amaral), ed.Guimarães, Lisboa, 2002.

GOMES, Manuel Saturnino da Costa – *Legislação Eclesiástica sobre Património Cultural*, Lisboa, 1995.

GOMES, Pinharanda – *História da Filosofia Portuguesa: Filosofia Hebraico-Portuguesa; Filosofia Arabigo-Portuguesa; A Patrologia Lusitana*, vol.3, ed.Guimarães, Lisboa, 1999.

GONÇALVES, António Nogueira – *Estudos de História da Arte da Renascença*, Epartur, Coimbra, 1979.

GONÇALVES, Flávio (coord.) – *Actas do Congresso: A Arte em Portugal no Século XVIII, de Homenagem a André Soares*, vols.3, “Bracara Augusta”, vols.XXVII-XXVIII, nºs 63/66, Braga, 1973-74

Idem – *A Arte no Porto na Época do Marquês de Pombal*, 1984.

Idem – *História da Arte, Iconografia e Crítica*, ed. Póstuma, INCM, Lisboa, 1990.

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

GOODOLPHIM, Costa – *Biographia do sócio fundados architecto e archeologo, Joaquim Possidonio Narciso da Silva, ed.Real associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, Lisboa, 1894.

GRASSO, Giacomo (coord.) – *Chiesa e Arte: Documenti della Chiesa, testi canonici e commenti*, ed.San Paolo, Milano,2001.

GRÉGOIRE – *Rapport sur les destructions opérées par le vandalisme et sur les moyens de les réprimer*. Scéance du 14 fructidor, l'an second de la République une et indivisible, suivi du décret de la Convention nationale.Imprimé et envoyé par order de la Conventio nationale aux administrations et aux sociétés populaires.

Idem – *Second rapport sur le vandalisme*. Scéance du 8 brumaire, l'an III, suivi du décret de la Conventio nationale et imprimé par son ordre.

GRILO, Fernando – “Andrea Sansovino em Portugal”, *Cadernos de História da Arte*, vol.I, Lisboa, 1991.

Idem – *Nicolau Chanterene e a escultura do Renascimento em Portugal*, tese doutoral, FLL, 2001.

GUIZOT, M. – *Mémoires pour servir a l'Histoire de mon temps*, vols.8, ed. Michel Levy, Paris, 1858-1867

GUEDES, Natália Brito Correia – *O Palácio de Queluz*, Livros Horizonte, Lisboa, 1971.

GUILLAUME, Jean – “Relatório sobre S.João da Foz”, Oceanos, I, Lisboa, 1989.

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

**UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO
NACIONAL**

- GUIMARÃES, Alfredo – *Mobiliário Artístico Português*, Guimarães, 1935.
- GUSMÃO, Artur Nobre de – “La Capitale de la Renaissance: Évora », *Monuments Historiques*, nº194, 1994.
- HALBWACHS, Maurice – *La Mémoire collective*, ed. Albin Michel, Paris, 1997.
- HALL, James – *A History of Ideas and Images in Italian Art*, John Murray, London, 1983.
- HART, Vaughan e HICKS, Peter – *Paper Palaces : The Rise of The Renaissance Architectural Treatise*, Yale University Press, New Haven-London, 1998.
- HASKELL, Francis e PENNY, Nicolas – *Taste and Antique: The Lure of Classical Sculpture, 1500-1900*, Yale University Press, New Haven, 1981
- HAUPT, Albrecht – *A Arquitectura do Renascimento em Portugal*, (int. e notas de ATANÁSIO, Manuel Cardoso Mendes), ed.Presença, Lisboa, 1985.
- HAVARD, Henry – *Histoire de la Décoration et de l'Ammeublement*, vols.4, Paris, s.d.(1865 ?).
- HERCULANO, Alexandre – *Cenas de um Ano da Minha Vida: Apontamentos de viagem 1853-54*, s.l., s.n.,1854.
- HIGHET, Gilbert – *The Classical Tradition*, Oxford University Press, (9ªed.1981).
- Idem – *Opúsculos*, (coord. e org. de CUSTÓDIO, Jorge e GARCIA, José Manuel), ed. Presença, Porto, 1982-1993.
- HOLANDA, Francisco de – *Da Pintura Antiga*, ed.Angel Gonzalez Garcia, INCM, Lisboa, 1984.

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

Idem – *Do Tirar polo Natural*, (ed. com. ALVES, José da Felicidade), Livros Horizonte, Lisboa, 1984.

Idem – *Da Fabrica que falece à cidade de Lisboa*, (introd e coment. José da Felicidade Alves), Livros Horizonte, Lisboa, 1984.

HORTA CORREIA, José Eduardo - “André Pilarte no centro de uma escola regional de arquitectura quinhentista”, *IV Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte*, Coimbra, 1987.

Idem – *A Arquitectura Religiosa no Algarve de 1520-1600*, Lisboa, 1987.

Idem – *A Arquitectura Portuguesa-Renascimento, Maneirismo, “Estilo Chão”*, ed. Presença, Lisboa, 1991.

Idem – “A importância dos Colégios Universitários na definição dos Claustros portugueses”, *Congresso de História da Universidade, 7º Centenário*, Coimbra, 1991.

Idem – “O mecenato de Filipe II e a arquitectura portuguesa”, catálogo da exposição: *Portugal e Flandres. Visões da Europa*, 1992.

Idem – *Arquitectura, Urbanismo e Poder*, relat. agreg., UNL, Lisboa, 1995.

HUGO, Victor – “Guerre aux démolisseurs », *Literature et Philosophie mêlées*, Paris, 1825.

Idem – *Notre Dame de Paris*, Paris, 1831.

JANA, Ernesto Alves – *O Convento de Cristo em Tomar e as obras durante o período filipino*, tese mestrado, Lisboa, 1990.

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

- JOKILEHTO, Jukka – *History of Architectural Conservatio: The Contribution of English, French, German and Italian Thought towards an International Approach to the Conservation of Cultural Property*, tese doutoral Universidade de York, 1986, (ed. Butterworths, 1996).
- JORDAN-GSCHWEND, Annemarie – *O Retrato Português do Renascimento*, Quetzal, Lisboa, 1994.
- JORGE, Virgolino Ferreira – “Conservação do Património e Política Cultural Portuguesa”, *Anais da Universidade de Évora*, 3, 1993.
- Idem – “Princípios de Salvaguarda do Património Monumental”, *Correio da Natureza*, 17, 1992.
- JUNIOR, António Salgado – *História das conferências do Casino*, Lisboa, 1930.
- KORRODI, Ernesto – *Estudos de reconstrução sobre o Castello de Leiria: reconstrução gráfica de um notável exemplar de construção civil e militar portuguesa*, Zurich, 1887.
- KRUFT, H. Walter – *A History of Architectural Theory from Vitruvius to the Present*, N.Y, Princeton Univ. Press, London Zwemmer, 1994.
- KUBLER, George – *The Antiquity of Painting by Felix da Costa*, Harmondsworth, 1967.
- Idem – *Portuguese Plain Architecture between spices and diamonds, 1521-1706*, Harmondsworth, 1972, (trad.portuguesa, ed. Vega, Lisboa, 1988).
- KUBLER, George e SORIA, Martin – *Art and Architecture in Spain and Portugal*

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

and their American dominions, 1500-1800, Harmondsworth, 1959.

LACERDA, Aarão de – *História da Arte em Portugal*, vols.3, Porto, 1942-53

LA HOZ, Isabel del Rio de – “El papel de Borgoña en el Primero Renacimiento Portugués y Español”, *Actas do II Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte em Portugal*, Coimbra, 1987.

LANCANI, Roberto – *Storia degli Scavi di Roma*, vols.4, Roma, 1902-04.

LEAL, J. Da Silva Mendes – *Monumentos Nacionaes*, Tip. Franco-Portuguesa, Lisboa, 1868.

LEÃO, Duarte Nunes – *Descripçam do Reyno de Portugal per duarte nuez de Leão*, of. Jorge Rodriguez, Lisboa, 1610.

LEON, Paul – *Les Monuments Historiques : Conservation, Restauration*, ed. Henri Laurens, Paris, 1917.

Idem – *La Vie des Monuments Français: Destructions, Restaurations*, ed. Picard, Paris 1951.

LE GOFF, Jacques – “Documento/Memória”, *Enciclopédia Einaudi*, voll, INCM, Lisboa, 1984.

Idem – *El Orden de la memoria. El tiempo como imaginario*, Paidós Iberica, Barcelona, 1991.

LE GOFF (et alii) – *Patrimoine et passions identitaires. Entretiens du patrimoine. Theatre National de Chaillot*, Paris, Fayard, 1998.

LÉVI-STRAUSS – *Race et Histoire*, Paris, 1965.

LIMA, Pe J.da Costa – “A verdade dos vandalismos artísticos” *Brotéria*, vol.XVI, Lisboa, 1933.

LIMA, Maria Luisa Reis – “Carlos Amarante e a transição para o Neoclassicismo. O santuário do Bom Jesus do Monte”, *Bracara Augusta*, XLIX, nº103, 2000.

MACEDO, Jorge Borges de – *Os Lusíadas e a História*, ed. Verbo, Lisboa, 1979.

MACHADO, Cyrilo Wolkmar – *Collecção de Memorias relativas as vidas dos pintores, esculptores, architectos e gravadores portuguezes*, Lisboa, 1823, (2ªed., Coimbra, 1923)

MACHADO, Diogo Barbosa – *Bibliotheca Lusitana*, Imprensa Regia, Lisboa, 1741-1759.

MARÍAS, Fernando – *El Largo siglo XVI. Conceptos Fundamentales en la Historia del Arte Español*, ed. Taurus, Madrid, 1989.

MARNOTO, Rita – *O Petrarquismo Português do Renascimento e do Maneirismo*, Universidade de Coimbra, 1997.

MARROU, Henr-Irenée – *De la Connaissance historique*, ed. Seuil, Paris, 1954.

MARTA, Roberto – *L'Architettura Manuelina Protagonista dell'Impero Portoghese*, ed. Kappa, Roma, 1998.

MARTINS, Ana Cristina Nunes – *Possidónio da Silva e a Memória Histórica: Um percurso na Arqueologia Portuguesa de Oitocentos*, vols.3, tese de mestrado, FLUL, Lisboa, 1999

MARTINS, Fausto – *A Architectura dos primeiros Colégios Jesuítas da Companhia*

de Jesus em Portugal: 1542-1759, tese doutoral, Porto, 1994.

MARTINS, J.V. de Pina – *Humanismo e Erasmismo na Cultura Portuguesa do século XVI*, Paris, 1973.

MARUJO, João – “*Estudo para o Inventário do Património Artístico do Concelho de Soure*”, Catálogo da exposição D.Manuel I. A Ordem de Cristo e a Comenda de Soure, CNCDP, 1996.

MATOS, José Sarmiento de – “S.João da Foz. Entre Sonhos e realidades”, *Oceanos I*, 1989.

MATOS, Rui Manuel da Silva – *A Arquitectura Religiosa de Planta Centralizada no Renascimento Português, 1527-1557. Contributos para o estudo do espaço do Renascimento na arquitectura sacra. Fundamentos Culturais e ideológicos ou a cultura arquitectónica de Quinhentos*, tese de mestrado, Lisboa, 1997.

MATOS, Luis de – *Imagens do Oriente no século XVI*, INCM, Lisboa, 1985.

MENENDEZ PELAYO, Marcelino – *Historia de las ideas esteticas en España*, vols.2, Madrid, (4ªed.),1974.

MIGLIO, Massimo (coord.) – *Pellegrinaggi a Roma, Il Codice di Einsiedeln, L'Itinerario di sigerico, L'Itinerario Mamesburese, Le Meraviglie di roma, Racconto delle meraviglie della città di Roma*, ed.Citta Nuova, Roma, 1999.

MOITA, Irisalva (dir.) – Catálogo da Exposição: *Lisboa Quinhentista*, CML, Lisboa,

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

1983.

Idem (coord.) – *D.João V e o abastecimento de água a Lisboa*, exposição comemorativa do Aqueduto das Águas Livres, CML, 1990.

Idem (dir.) – *O Livro de Lisboa*, Lisboa, 1994.

MONTALEMBERT, V. De – *Du Vandalisme et du Catholicisme dans L'Art*, Paris, 1839.

MONTFAUCON, Dom Bernard de – *L'Antiquité Expliquée par L'Image*, vols.12, Paris, 1712.

MOREIRA, Rafael – “A Igreja de Nossa Senhora da Conceição, mausoléu de D.João III?”, *Boletim Cultural de Tomar*, nº1, 1981.

Idem – “Do Rigor Teórico á Urgência Prática: a Arquitectura Militar”, *História da Arte em Portugal*, Publicações Alfa, volVI, 1986.

Idem – “A arquitectura militar do Renascimento em Portugal”, *Actas do Simpósio: A Introdução da Arte da Renascença na Península Ibérica*, Coimbra, 1981.

Idem – *Os Jerónimos*, Lisboa, 1987.

Idem – “Inofre de Carvalho, a Renaissance Architect in the Gulf”, *Bahrein in the 16th Century*, Bahrein, 1988.

Idem (dir.) – *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Publicações Alfa, Lisboa, 1989.

Idem – “D. Miguel da Silva e as origens da arquitectura renascentista em Portugal”, *Mundo da Arte*, 2ªserie, nº1, 1991.

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

Idem – *A Architectura do Renascimento no Sul de Portugal. A Encomenda Régia entre o “moderno” e o “romano”*. Tese doutoral, Lisboa, 1992.

Idem – “A Igreja de S. Caetano de Goa e a Architectura Portuguesa do Século XVII”, *Encontros sobre Portugal e a Índia. Referências e Vivências*, Casa de Fronteira e Alorna, Lisboa, 1993

Idem (et alii) – *As Tapeçarias de D. João de Castro*, IPM, Lisboa, 1995

Idem – *Arzila. Torre de Menagem*, FCG, 1995.

Idem – “From Manueline to Renaissance in Portuguese India”, *Mar Liberum*, nº9, 1995.

Idem – “Arquitectura: Renascimento e Classicismo”, *História da Arte Portuguesa*, Círculo de Leitores, vol.II, Lisboa, 1995.

Idem – “Uma cidade ideal do Renascimento de mármore: o Paço de Vila Viçosa”, revista *Monumentos* nº6, 1997.

MOURA, Vasco Graça – *Camões e a Divina Proporção*, Lisboa, 1984, (2ªed., Lisboa, 1994).

MOURÃO-FERREIRA, David – *Alexandre Herculano e a Valorização do Património Cultural Português*, SEC., Lisboa, 1977.

MUCHAGATO, Jorge – *Ideologia e Arquitectura Religiosa na época de D.Manuel. Da réplica ao Modelo: de 1800 a 1500 e de 1500 às origens*, tese de mestrado, Lisboa, 1993 (ed. Inapa, 1997).

NEMÉSIO, Vitorino – *A Mocidade de Herculano até á volta do exílio, 1810-1832*,

1934.

NETO, Maria João Baptista – *O Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória de 1840 a 1900*, diss.mestrado, FLUL, 1990.

Idem - “O Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória de 1840 a 1900”, *Cadernos de História da Arte I*, Instituto de História da Arte, Lisboa, FLUL, 1991.

Idem – “As intervenções realizadas na Catedral da Guarda de Rosendo Carvalheira aos nossos dias”, *Comunicações do II ENCORE- Encontro sobre Conservação e reabilitação de Edifícios*, LNEC, 1994.

Idem – *A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no Património Arquitectónico em Portugal, 1929-1960*, tese doutoral, vols.3, FLUL, Lisboa, 1996.

Idem – *James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX*, Ed. Estampa, Lisboa, 1996.

Idem – “La Restauración de la Catedral de Lisboa y la política de restauration en Portugal”, *IV Congreso Internacional de Rehabilitation del Patrimonio Arquitectónico e Edificación*, La Habana, Cuba, 1998.

Idem - “A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no Património Arquitectónico em Portugal, 1929-1999”, *Caminhos do Património, Catálogo da Exposição*, DGEMN e Livros Horizonte, Lisboa, 1999.

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

Idem – “La Direction Générale des Édifices et des Monuments Nationaux et l'intervention dans le patrimoine architectural au Portugal, 1929-1999 », Exposition : *Parcours du Patrimoine Portugais*, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Paris, 1999.

Idem – « Os restauros da Catedral de Lisboa à luz da mentalidade do tempo » , *Carlos Alberto Ferreira de Almeida-In Memoriam*, FLUP, Porto, 1999.

NOLHAC, Pierre de – *La bibliotheque de Fulvio Orsini. Contribution a l'histoire des collections d'Italie e a l'étude de la Renaissance*, Paris, 1887.

OBSERVAÇÕES obre o Actual Estado do Ensino das Artes em Portugal, a Organização doss Museus e o Serviço dos Monumentos Historicos e da Archeologia oferecidas à Comissão nomeada por Decreto de 10 de Novembro de 1875, por um Vogal da mesma Comissão, s.a. (atrib. a Sousa Holstein), Lisboa, 1876.

ORIOLE TRINDADE, António – *A Architectura Maneirista em Portugal. Da Capela-Panteão de Santa Maria de Belém ao Real Mosteiro de S. Vicente de Fora*, tese de mestrado, FLL, 2002.

ORTEGA Y GASSETT, J. – “Meditaciones del Quijote”, revista *Ocidente*, 3ªed., Madrid, 1956.

PAIS DA SILVA, Jorge Henrique – “Sobre a arquitectura maneirista”, *Arquitectura*, nºs 59 e 62, 1958-62.

Idem – *Páginas de História de Arte*, vols.2, ed.Estampa, Lisboa, 1986.

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

PALLADIO, Andrea – *Le Antichità dell'Alma Città di Roma*, Roma, 1614 (ed.fac-simil., Mortimer, Roma, 1994).

Idem – *I Quattro Libri dell'Architettura*, Venezia, 1570, (ed.fac-simil., Neri-Pozza, Vicenza, 1988).

PANOFSKY, Erwin – *Renaissance and Renaissances in Western Art*, Paladin, London, 1970.

PASCOAES, Teixeira de – *A arte de ser Português*, Porto, 1915.

PATER, Walter – *The Renaissance: Studies in Art and Poetry*, Macmillan and Co., London, 1894.

PATRÍCIO, Amador – *História das Antiguidades de Évora, Primeira parte em dez Livros* (única parte), Of. da Universidade, Évora, 1739.

Idem – *Memórias das Principaes Providencias que se derão no Terramoto que padeceo a Corte de Lisboa no anno de 1755*, Lisboa Occidental, 1758.

PEREIRA, Fernando António Baptista – “Notas sobre a representação do homem silvestre na arte portuguesa dos séculos XV e XVI”, *História e Crítica*, nº9, 1982.

Idem – *Historia de Arte-Época Moderna, 1500-1800*, Universidade Aberta, Lisboa, 1992.

PEREIRA, Gabriel – *Estudos Eborenses*, Évora, 1947.

Idem – “Restaurar e Conservar”, *Arte Portuguesa: Revista de Archeologia e Arte Moderna*, A.1, nº1, 1895.

Idem – *Notícia dos Retratos em Tela*, BNL, 1900.

PEREIRA, José Fernandes – *Arquitectura Barroca em Portugal*, “Biblioteca Breve”,
Lisboa, 1986.

Idem – *A Acção Artística do Primeiro Patriarca de Lisboa*, Lisboa, 1991.

PEREIRA, José Fernandes e PEREIRA, Paulo (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca
em Portugal*, ed. Presença, Lisboa, 1989.

PEREIRA, Paulo – *A Obra Silvestre e a Esfera do Rei*, Coimbra, 1990.

Idem (dir.) – *Hospital Real de Todos-os-Santos*, catálogo CML, Lisboa, 1993.

Idem – “A conjuntura artística e as mudanças de gosto”, *História de Portugal*, (dir.
de José Mattoso), vol.3, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993.

Idem – “A traça como único princípio”, *Estudos de Arte e História (Homenagem a
Artur Nobre de Gusmão)*, ed. Veja, Lisboa, 1995.

Idem (dir.) – *História da Arte Portuguesa*, vols.3, Círculo de Leitores, Lisboa, 1995.

PEVSNER, Nikolaus – “Ruskin et Viollet-Le-Duc: l’element anglais et l’element
français dans l’appréciation de l’architecture gothique », *A la Recherche de
Viollet-Le-Duc*, (coord. Geert Bekaert), ed- Madraga., Brussels, s.d.

PIMENTEL, Antonio Filipe – *Arquitectura e Poder.O Real edificio de Mafra*,
Coimbra, 1992, (2ªed.,Livros Horizonte, 2002).

Idem – “Repercussões do tema do Palácio-Bloco na Arquitectura Portuguesa”, *Actas
del VII Simpósio Hispano-Português de Historia del Arte*, Cáceres-
Olivença, 1993.

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

**UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO
NACIONAL**

Idem – “O Laboratório de reconstrução: Reflexões em torno do pensamento e da prática do Urbanismo Português”, *Actas do Congresso Peninsular de História da Arte: Propaganda e Poder*, ed.Colibri, Lisboa, 2001.

PINHEIRO, Magda – *Luis Mousinho de Albuquerque-Um intelectual na Revolução*, Quetzal, Lisboa, 1992.

PINHO LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de – *Portugal Antigo e Moderno*, vols.12, liv.ed.Mattos Moreira, Lisboa, 1873-1890.

PINTO, Maria Helena Mendes – *Os móveis e o seu tempo*, MNAA, Lisboa, 1985-87.

PLÍNIO ANTIGO – ed. trad. Littré, *Histoire Naturelle de Pline*, vols.2, ed.Firmin Didot, Paris, 1860.

POMIAN, Krystof – *L'Ordre du temps*, ed. Gallimard, Paris, 1984.

Idem – *Collectionneurs, amateurs et curieux*, ed. Gallimard, Paris-Venise, 1987.

Idem – *Sur l'histoire*, ed. Gallimard, Paris, 1999.

PRADO, Frei João de S.Joseph do – *Monumento Sacro da Fabrica, e Solemnissima Sagração da Santa Basilica do Real Convento, que junto a Villa de Mafra dedicou a N. Senhora e Santo Antonio a Magestade Augusta do Maximo Rey D.João V*, of. Miguel Rodrigues, Lisboa, 1751.

POULOT, Dominique – *Musée, Nation et Patrimoine, 1789-1815*, ed.Gallimard, Paris, 1997.

PUBLICAÇÕES ALFA – *História da Arte em Portugal*, vol.5 (*O Manuelino*, dirigido por Pedro Dias), vol.6 (*O Renascimento* por Dagoberto L. Markl e

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

Fernando António Baptista Pereira), vol.7 (*O Maneirismo* por Vítor Serrão),
Lisboa, 1986-89.

QUADROS, António – *Introdução a uma Estética Existencial*, Portugália
Editora, 1954.

Idem - *O Espírito da Cultura Portuguesa*, Sociedade de Expansão Cultural, Lisboa,
1967.

Idem – “Renascença portuguesa e Seara Nova”, *O Espírito da Cultura Portuguesa*,
Lisboa, 1967.

Idem – *A Arte de Continuar português. Ensaio e textos polémicos*, ed. do Templo,
Lisboa, 1978.

Idem – *Poesia e Filosofia do Mito Sebastianista-Ensaio de filosofia do mito*, vols.2,
Guimarães, Lisboa, 1982-83

Idem - “Da Renascença Portuguesa á Seara Nova”, *Cumprir Portugal- Identidade
Portuguesa*, 2ºcaderno, Lisboa, 1988.

Idem – *A Ideia de Portugal na Literatura Portuguesa dos últimos 100 anos*,
Fundação Lusíada, Lisboa, 1989.

QUATREMÉRE DE QUINCY, Antoine Chrysostome – *Encyclopaedie Methodique*,
Dictionnaire Historique d'Architecture, vols.3, ed. Panckouke, Paris, 1798-
1825.

QUIETO, Pier Paolo – *D.João V de Portugal. A sua Influência na Arte Italiana do
século XVIII*, Ello, Lisboa, 1990.

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

RACZYNSKI, Conde A. – *Les Arts en Portugal*, Paris, 1846.

Idem – *Dictionnaire Historico-Artistique du Portugal*, Paris, 1847.

RAMADA CURTO, Diogo e BETTENCOURT, Francisco, *Portuguese Expansion 1400 to 1800*, London, 2002.

RAMALHO, Américo da Costa – *Estudos sobre a época do Renascimento*, Coimbra, 1969.

Idem – “Uma Carta de Cataldo a D.João II”, *Biblos*, Coimbra, 1986.

RAMALHO ORTIGÃO, José Duarte – *O Culto da Arte em Portugal*, Lisboa, 1896.

Idem – *Obras Completas*, Arte Portuguesa, vols.3, Liv. Clássica Editora, Lisboa, 1947.

Idem – *Estudos sobre o século XVI*, INCM, Lisboa, 1982.

RAMÍREZ, Jose Antonio et alii – *Dios, Arquitecto. J.B. de Villalpando y el Templo de Salomón*, Madrid, 1994.

RÉAU, Louis – *Histoire du Vandalisme: Les Monuments détruits de l'art français*, ed. Robert Laffont, Paris, 1994.

RESENDE, André de – *Historia da Antiguidade da Cidade de Évora*, Évora, 1553, (2ªed. rev. Évora, 1576)

Idem – *Libri quatuor de Antiquitatibus Lusitaniae a Lucio Andrea Resendio olim inchoati et a Iacobi Menoetio Vasconcello recogniti atque absoluti*, Évora, 1593. (ed. fac-simil. e coment. R. M.Rosado Fernandes, FCL, Lisboa, 1996).

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

Idem – *Obras Portuguesas*, ed.Livraria Sá da Costa, Lisboa,1963.

RIBEIRO, Adelaide de Almeida – *D.Miguel da Silva (sec.XV-sec.XVI)*, Figueira da Foz, 2000.

RIBEIRO, Álvaro – *Memórias de um Letrado*, vols.3, ed. Guimarães, Lisboa, 1979.

RIBEIRO, Carlos Portugal – *Alexandre Herculano. A sua Vida e a sua Obra*, vols.2, 1933-1934.

RIBEIRO, Victor – “Garrett e a Arqueologia Portuguesa”, Sep. Do Boletim da Real Associação dos Architectos e Archeologos Portugueses, Lisboa, 1903

RIEGL, Alois – “The Modern Cult of Monuments: Its Character and its Origin”(1903), (trad. Kurt W. Forster e Diane Ghirardo), *Oppositions: A Journal for Ideas and Criticism in Architecture*, 25, 1982; (ed. Alfa, Italiana coord. Sandro Scarronchia, 1981,1985,1990).

Idem (ed.Paul Philippot) – *L’Origine de l’Art Baroque à Rome*, (trad. Sybille Muller), ed.Klincksieck, Paris, 1993.

RICOEUR, Paul – « Entre mémoire et histoire », *Projet*, n°248, Paris, 1996-97.

Idem – « Vulnérabilité de la mémoire », *Patrimoine et Passions Identitaires*. Entretiens du patrimoine. Theatre National de Chaillot, ed. Fayard, Paris, 1998.

Idem – *La Lectura del tiempo pasado : memoria y olvido*, ed.Universidad Autonoma de Madrid, Madrid, 1998.

Idem – *La Mémoire, l’histoire, l’oubli*, ed. Seuil, Paris, 2000.

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

RODOCANACHI, E. – *Les Monuments de Rome après la chute de l'Empire*,
Hachete, 1914.

RODRIGUES, Dalila – Catálogo da exposição: *Grão Vasco e a pintura europeia do Renascimento*, CNCDP, Galeria do Rei D.Luís, Lisboa, 1992.

Idem – “Cristo em Casa de Marta”, *Boletim dos Amigos do museu Grão-Vasco*, n.ºs 45,57, Viseu, 1992, 1994.

RODRIGUES, Francisco de Assis – *Diccionario Technico e Historico de Pintura, Esculptura, Architectura e Gravura*, Imp. Nacional, Lisboa, 1875.

RODRIGUES CAVALHEIRO (dir.) – *Antonio Sardinha*, ed. Panorama, Lisboa, 1960.

Idem – *A Evolução Espiritual de Ramalho*, ed. Clássica, Lisboa, 1962.

ROSAS, Lúcia – *Monumentos Pátrios. A Arquitectura Religiosa Medieval- Património e Restauro, 1835-1928*, FLUP, Porto, 1997.

ROSSA, Walter – “A Cidade Portuguesa”, *História da Arte Portuguesa*, do Círculo de Leitores, III, 1995.

Idem (coord.) – *Universo Urbanístico Português, 1415-1822*, Lisboa, 1998.

RUSKIN, John – *The Seven Lamps of Architecture*, ed. J.M. Dent, London 1956

SAGREDO, Diego de – *Medidas del Romano*, Toledo, 1526, (fac-simil e coment. de Fernando Marias y Agustin Bustamante, Madrid, 1986)

SANTOS, Luis Reis – *Monuments of Portugal*, SNI, Lisboa, s/d.

SANTOS, Reynaldo dos – *Os Primitivos Portugueses*, Lisboa, 1940.

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

Idem – *A Escultura em Portugal*, 2 vols, Lisboa, 1948-50

Idem – *Oito Séculos de Arte Portuguesa.História e Espírito*, vols.3, ed. Excelsior, Lisboa, 1966.

SARAIVA, António José – *Herculano e o Liberalismo em Portugal*, 1949.

SARAIVA, A.J. e LOPES, Óscar – *História da Literatura Portuguesa*, Porto ed., Porto,2000.

SARDINHA, António – *Ao Princípio era o verbo*, ed.Restauração, Lisboa, (ed.1959).

SAUVAGE, Odette – *L'itinéraire érasmien d'André de Resende*, Paris, 1971.

SERLIO, Sebastiano – *Tercero y Quarto Libro de Architectura de Sebastião serlio Boloñes...*, (trad.de Francisco de Villalpando), Juan de Ayala, Toledo, 1552 ; (ed. Fac-simil. Con introd. De George Kubler, ed. Albatros, 1977).

Idem – *I sette Libri dell'Architettura di Sebastiano Serlio*, ed. Franceschi, Veneza, 1600.

SCHAER, Roland – *L'invention des Musées*, Gallimard, Paris, 1993.

SCHERER, Margaret R. – *Marvels of Ancient Rome*, Phaidon, London, 1955.

SCHLOSSER-MAGNINO, Julius Von – *La Letteratura Artistica*, Firenze, 1967.

SCHNAPP, A. – *The Discovery of the Past*, Paris, 1993, (ed.1996)

SCHNAPPER, Alain – *Collections et Collectionneurs dans la France du XVIIe siècle*, Flammarion, 1994.

SEGURADO, Jorge – *Francisco d'Ollanda*, Lisboa, 1970.

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

SEPÚLVEDA, Christovão Aires de Magalhães – *História da Engenharia Militar Portuguesa*, vols.17, Lisboa, 1926-1930.

Idem – *Manuel da Maia e os Engenheiros Militares Portugueses no terramoto de 1755*, Lisboa.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *Depois do Terremoto: Subsídios para a história dos Bairros Ocidentais de Lisboa*, vols. 4, Academia das Ciências, Lisboa, 1916.

SEQUEIRA, José da Costa – *Noções Theoricas de Architectura Civil seguidas de um breve tractado das Cinco Ordens de J.B. de Vinhola*, tip. A.S. Coelho, Lisboa, 1839.

SÉROUX D'ARGINCOURT, J.B.L.C. – *Histoire de L'art par les Monuments*, vols.4, Treuttel et Wurtz, Paris,1811-1820.

SERRÃO, Adriana Veríssimo – “Estética e teorias da arte no século XVI”, *Dicionário do Pensamento Filosófico Português*, (coord. Pedro Calafate), vol.II, ed. Caminho, Lisboa, 2001.

SERRÃO, Vítor – *A Pintura Maneirista em Portugal*, “Biblioteca Breve” do ICALP, Lisboa, 1982, (2ªed.1991).

Idem – “Marcos de Magalhães, Arquitecto e Entalhador do Ciclo da Restauração, 1647-1664” Separata do *Boletim Cultural da Assembleia Municipal de Lisboa*, nº89, 1983

Idem – *O Maneirismo e o Estatuto Social dos Pintores Portugueses*, INCM, Lisboa

1983.

Idem – *Estudos de Pintura Maneirista e Barroca*, ed. Caminho, Lisboa, 1989.

Idem – *Sintra*, ed. Presença, Lisboa, 1989.

Idem – “Pedro Nunes 1586-1637), um notável pintor maneirista eborense”, *A Cidade de Évora*, n.ºs 71/76, 1988-1993.

Idem – *Santarém*, ed. Presença, Lisboa, 1991.

Idem (coord.) – *A Pintura Maneirista em Portugal-Arte no Tempo de Camões*, catálogo de exposição, CNCDP, Lisboa, 1995.

Idem – “As oficinas de Guimarães dos séculos XVI-XVIII e as colecções de Pintura do MAS”, *Catálogo do Núcleo de Pintura do Museu Alberto Sampaio*, IPM, Lisboa, 1996.

Idem – “Il pittore portoghese Antonio Campelo e la Maniera italiana 1550-1580”, *Atti del Convegno Internazionale Pontorno e Rosso. La Maniera Moderna in Toscana, 1494-1994*, ed. Marsilio Volterra-Empoli, 1996.

Idem – « La peinture maniériste portugaise entre la Flandres et Rome, 1550-1620 », *Bolletino d'Arte*, n.º100, 1997.

Idem – *André de Padilla e a pintura quinhentista entre o Minho e a Galiza*, ed. Estampa, Lisboa, 1998.

Idem – “Uma obra desconhecida do pintor maneirista André Peres: as tábuas do antigo retábulo da Misericórdia de Arraiolos (1603)”, *Callipole*, n.ºs5/6, 1998.

- Idem – “O escultor maneirista Gonçalo Rodrigues e a sua actividade no Norte de Portugal”, *Museu*, nº7, 1998.
- Idem – “As tábuas do Santuário do Bom Jesus de Valverde. Uma encomenda do Cardeal D.Henrique ao pintor Gregório Lopes”, *Seminário Internacional de Estudo da Pintura Portuguesa. Oficina de Gregório Lopes*, Instituto José de Figueiredo, Lisboa, 1999.
- Idem (col. Carmen Olazabal Almada e Luís Figueira) – “Lourenço de Salzedo, pintor do retábulo do Mosteiro dos Jerónimos (1570-1572)”, *História e Restauro das Pinturas do Retábulo-Mór do Mosteiro de Santa Maria de Belém*, IPPAR/BCP, Lisboa, 1999.
- Idem – *Ensaio de Cripto-História de Arte. Análise de obras de arte inexistentes*, Livros Horizonte, 2001.
- Idem – “O Bispo D.Fernando de Meneses Coutinho, um mecenas do Renascimento na Diocese de Lamego”, *Actas do Congresso Peninsular de Arte, Propaganda e Poder*, ed. Colibri, Lisboa, 2001.
- Idem – “Le tableau de Grão-Vasco à Santa Maria de Porco(Guarda)”, *Revue de L'Art*, nº133, 2001-03, Paris, 2001.
- SERRÃO PIMENTEL, Luis – *Methodo Lusithanico de Desenhar Fortificações das Praças Regulares e Irregulares, Fortes de Campanha e outras Obras pertencentes a Architectura Militar*, Imp.Antonio Craesbeck de Mello, Lisboa, 1681.

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

SILVA, Inocêncio Francisco da – *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa, 1859-1862.

SILVA, Manoel Telles da – *Historia da Real Academia de Historia Portuguesa*, Lisboa, 1722.

SILVA, Possidónio Narciso da – *Estatutos da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, s.l,s.n, 1865.

Idem – veja-se bibliografia completa da obra de J.P.N.S. em MARTINS, Ana Cristina Nunes, tese mestrado, ,volI., ULL, 1999.

SILVANO, Pe Almeida – *De feza das Ordens religiosas e Analyse do Relatório do “Mata-Frades”*, J.J.Reis Leitão, Coimbra, 1884.

SIMÕES, Augusto Filipe – *Escriptos Diversos*, Imp.da Universidade Coimbra, 1888.

SMITH, Robert C. – *The Art of Portugal, 1500-1800*, New York, 1968

SOROMENHO, Miguel – *Manuel Pinto Vilalobos-Da Engenharia Militar à Architectura*, tese de mestrado, Lisboa, 1992.

Idem - “Classicismo, italianismo e estilo chão”, *História da Arte Portuguesa*, Círculo de Leitores, vol.II, 1995.

Idem – “O Mosteiro e Igreja de S.Vicente de Fora. Algumas notas sobre Filipe II e a arquitectura portuguesa”, *Monumentos* nº2, 1995.

Idem – “Uma miragem real: o panteão dos Duques de Bragança”, *Monumentos*, nº6, 1997.

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

Idem – “Un cas de retour au gothique dans l’architecture portugaise du XVII^e siècle », *Revue de L’Art*, nº133, 2001-03, Paris, 2001.

SOUSA, Frei Luis de – *Anais de D.João III*, vols.2, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1938.

SOUSA VITERBO, Francisco Marques de – *Notícia de alguns pintores portugueses e de outros que, sendo estrangeiros trabalharam em Portugal*, Lisboa, 1903-1911.

Idem – *Dicionário Histórico e Documental de Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes*, vols.3, Lisboa, 1899-1922, (2^aed. pref. Pedro Dias, INCM, Lisboa, 1988).

STANLEY-PRICE, Nicolas, KIRBY TALLEY Jr, M. E VACCARO, A. Melucco – *Historical and Philosophical Issues in The Conservation of Cultural Heritage*, The Getty Conservatio Institute, Los Angeles, 1996.

TATARKIEWICZ, W – *Storia dell’Estetica*, vols.3, Pic.Biblio. Einaudi, Torino, 1979-1980.

TEIXEIRA, José - *O Paço Ducal de Vila Viçosa*, Lisboa, 1983.

Idem – *D.Fernando II, Rei-Artista, Artista-Rei*, Fundação da Casa de Bragança, lisboa, 1986.

Idem (coord.) – *O Triunfo do Barroco*, catálogo: Europália/92.

TEODORO, Francesco P. Di – *Raffaello, Baldassare Castiglione e la lettera a Leone X*, ed. Nuova Alfa, Roma, 1994.

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

TODOROV, Tzevtan - *Les Abus de la mémoire*, ed.Arléa, Paris, 1995.

TORGAL, Luis Reis - *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*,
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, vols.2, Coimbra, 1982.

TRICOLI, Maria Clara Ruggieri e VACIRCA, Maria Desirée - *L'Idea di Museo: Archetipi della comunicazione museale nel mondo antico*, Lybra, Milano, 1998.

UNAMUNO, Miguel de - *Por Tierras de Portugal y España*, Buenos Aires, 1946.

VARELA GOMES, Paulo - *O Essencial sobre a Arquitectura Barroca em Portugal*,
INCM, Lisboa, 1987.

Idem - *A Cultura Arquitectónica e Artística em Portugal no século XVIII*, ed.
Caminho, Lisboa, 1988.

Idem - “Três Desenhos Setecentistas para a Basílica Patriarcal”, Boletim Cultural da
Póvoa do Varzim, XXVI, nº2, 1989.

Idem - “Contribuições Maltesas para o Barroco Português”, *Portugal e A Ordem de Malta-Aspectos da Europa*, Lisboa, 1992.

Idem - *A Confissão de Cyrillo*, Lisboa, 1993

Idem - “Obra Crespa e Relevante. Os interiores das Igrejas Lisboetas na segunda metade do século XVII: alguns Problemas”, catálogo da exposição: *Bento Coelho e a Cultura do seu Tempo*, IPPAR, Lisboa, 1998.

Idem - *Igrejas de Planta Centralizada em Portugal no século XVII. Arquitectura Religião e Política*, tese doutoral, Coimbra, 1999 (FAUP, 2001).

Idem – “Les projets de Francesco Borromini et Guarino Guarini pour le Portugal”,
Revue de L’Art, nº133, 2001-03, Paris, Lisboa, 1852.

VARNHAGEN, Adolfo – « Notícia Histórica e Descritiva do Mosteiro de Belém e
Glossário”, O Panorama, serie II, Vol.1, L1852.

VASARI, Giorgio – *Le Vitte de’ piú eccellenti pittori, scultori ed architettori*, (ed.
Coment. De Gaetano Milanesi), Longanesi, vols.9, Firenze,1878-1895
(reed.1973) ; (ed. coment. A.Chastel, vols. 11, 1981-1986).

VASCONCELOS, Flório de – *Carlos Mardel. Elementos para a História da
Arquitectura Portuguesa do século XVIII*, tese, Porto, 1955.

VASCONCELLOS, Pe Inácio da Piedade – *Artephactos symetriacos e geometricos,
advertidos e descobertos*, Of. Joseph Antonio da Sylva, Imp. Da Academia
Real, Lisboa Occidental, 1733.

Idem – *Historia de Santarém Edificada*, Lisboa,1737.

VASCONCELLOS, Joaquim de – *Albrecht Durer e a sua influência na Península*,
Porto, 1877 (ed.Coimbra,1929).

Idem – *Arte Românica em Portugal*, Marques de Abreu, Porto, 1918.

VASSALO E SILVA, Nuno – “A Arte da Ourivesaria na Índia Portuguesa”, catalogo
da exposição: *A Herança de Rauluchantim*, Lisboa, 1996.

VELOSO, Carlos – “A Irmandade de S.Lucas no contexto artístico nacional”,
Boletim da Câmara Municipal de Tomar, nº16, 1992.

VENTURA, Leontina – *Arte da Pintura, Simetria e Perspectiva de Filipe Nunes*,

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

Porto, 1982.

VENTURI, Lionello – *History of Art Criticism*, E. Dutton, N.Y., 1964.

VERÍSSIMO SERRÃO, Joaquim – *Garcia de Resende-Crónica de D.João II-Miscelânea*, Lisboa, 1973.

Idem – *História de Portugal*, vols.I-XIV , ed. Verbo. 1978-2000.

Idem – *O Marquês de Pombal, O Homem o Diplomata e o Estadista*, CML, 1982, (2ªed.Lisboa,1987).

Idem – “João de Barros entre Erasmo e o Império”, congresso *O Humanismo Português 1500-1600*, Academia das Ciências de Lisboa, 1985.

Idem – *Figuras e Caminhos do Renascimento em Portugal*, INCM, Lisboa, 1994.

Idem – *Portugal e o Mundo nos séculos XII a XVI*, ed. Verbo, Lisboa, 1995.

VIEIRA DA SILVA, José Custódio – *A Igreja de Jesus de Setúbal*, Setúbal, 1987.

Idem – *O Tardo-Gótico em Portugal. A arquitectura no Alentejo*, Lisboa, 1989.

Idem – *Setúbal*, ed. Presença, Lisboa, 1990.

Idem – *Paços Medievais Portugueses*, IPPAR, Lisboa, 1995.

Idem – *O Fascínio do Fim*, Lisboa, 1997.

VINHOLA, J. B. de - ed. D'AVILER, Charles, *Cours d'Architecture qui comprend les Orders de Vignole avec les commentaires, des figures et les descriptions des plus beaux batiments, e de ceux de Michel-Ange*, Paris, 1760.

Idem – ed. ANDRADE, José Calheiros de Magalhães e – *Regras das Sinco Ordens de Architectura, segundo os principios de Vinhola*, Imp. Da Universidade,

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO NACIONAL

Coimbra, 1787.

VIOUET-LE-DUC, Eugène – *Dictionnaire Raisonné de L'Architecture Française du XIème au XVème siècle*, vols.10, Paris, 1854-68.

Idem – *Entretiens sur L'Architecture*, vols.2, Morel, Paris, 1863-1872
(ed.Madraga,1977)

VIOUET-LE-DUC, Eugène-Emmanuel – *Catalogue de L'Exposition*, ed. De la Réunion des Musées Nationaux, Ministère de la Culture et de la Communication, Paris, 1980.

WEISS, Robert – *The Renaissance Discovery of Classical Antiquity*, Oxford, 1973, (1ªed.1969); (ed.italiana ed. Antenore, Padua, 1989).

WINCKELMAN, J.Joachim – *Histoire de L'art Chez les Anciens*, vols.2, Paris, 1764.

WOHL, Helmut – “Carlos Mardel and his Lisbon Architecture”, *Apollo*, XCVII, nº134, 1973.

Idem – “Portuguese Baroque Architecture”, *The Age of the Baroque in Portugal*, Washington, 1993.

ZANDER, Giuseppe – *Scritti sul Restauro dei Monumenti architettonici*, Bonsignori ed., Roma, 1993.

ZERI, Federico – *Pittura e Controriforma.La pittura senza tempo di Scipione da Gaeta*, Torino, 1957.

DOCUMENTOS :

Documento 1: Alvará de D.João V de 1721, (fac-simile).

Documento 2: Alvará de D.João VI de 1802, (fac-simile).

Documento 3: Decreto de 1834 sobre a Extinção das Ordens Religiosas

Documento 4: Circular de Mousinho de Albuquerque.

Documento 5: Portaria de 1880 requerendo a identificação de Monumentos Nacionais.

Documento 6: Portaria de 1881 encarregando J.Possidonio Narciso da Silva a levantar plantas dos monumentos.

Documento 7: Portaria de 1894 aprovando o Regulamento para a Comissão dos Monumentos Nacionais.

Documento 8: Circular da Comissão dos Monumentos Nacionais 1894.

Documento 9: Plano orgânico de 1898 do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais.

Documento 10: Decreto orgânico do Conselho dos Monumentos Nacionais.

TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO EM PORTUGAL, 1537-1929

***UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A IDEIA DE MONUMENTO E PATRIMÓNIO
NACIONAL***

Documento 11: Decreto da 1ª República de 8 de Outubro de 1910.

Documento 12: Lista dos retratos em tela provenientes dos Conventos extintos em depósito na Biblioteca Nacional em 1900, por Gabriel Pereira.

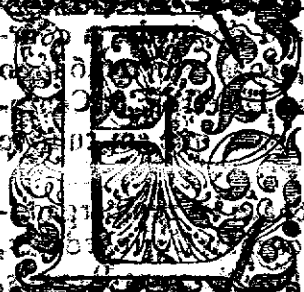
DOCUMENTO 1

DOM JOAM

POR GRACA DE DEOS REY DE PORTUGAL,

& dos Algarves daquem, dálem Mar, em Africa Senhor de Guiné,
& da Conquista, Navegação, Commercio de Ethiopia, Arabia,
Persia, & da India, &c. Faço saber a vós

que passay ora hum Alvará em forma de Ley por mim assinado, &
& passado pela minha Chancellaria do qual o traslado he o seguinte.

 U El-Rey faço saber aos que este Alvará de Ley
virem que por me representarem o Director, & Cen-
sores da Academia Real da Historia Portugueza,
Ecclesiastica, & Secular, que procurando examinar
por si, & pelos Academicos, os Monumentos anti-
gos que havia, & se podiaõ descobrir no Reyno, dos
tempos em que nelle dominarãõ os Phenices, Gre-
gos, Penos, Romanos, Godos, & Arabios, se achava
q muytos q poderãõ existir nos Edfícios, Estatuas,
Marmores, Cippos, Laminas, Chapas, Medalhas,
Moedas, & outros artefactos por incuria, & ignorancia do vulgo, se tinhaõ
consumido; perdendo-se por este modo hum meyo muy proprio, & adqua-
do, para verificar muytas noticias da veneravel antiguidade assim Sagrada,
como Politica; & que seria muy conveniente á luz da verdade, & conhe-
cimento dos seculos passados, que no que restava de semelhantes memo-
rias, & nas que o tempo descobrisse, se evitasse este damno em que pôde ser
muyto interessada a gloria da Nação Portugueza, não só nas materias con-
cernentes á Historia Secular, mas ainda á Sagrada, que são o instituto a
que se derige a dita Academia; & desejando Eu contribuir com o meu Real
poder, para impedir hum prejuizo tão sensivel, & tão damnozo á reputaçãõ,
& gloria da antiga Lusitania cujo dominio, & soberania foy Deos servido
dar-me. Hey por bem que daqui em diante nenhuma pessoa de qualquer
estado, qualidade, & condiçãõ que seja desfaça, ou destrua em todo, nem
em parte qualquer edificio que mostre ser daquelles tempos, ainda que em
parte esteja arruinado, & da mesma sorte as Estatuas, Marmores, & Cippos
em que estiverem esculpidas algumas figuras, ou tiverem letreyros Pheni-
ces, Gregos, Romanos, Gothicos, & Arabicos, ou Laminas, ou chapas
de qualquer metal que contiverem os ditos letreyros, ou caracteres, como
outrosim medalhas, ou moedas, que mostrarem ser daquelles tempos, nem
dos inferiores até o Reynado do Senhor Rey Dom Sebastião, nem incubrãõ,
ou ocultem alguma das sobreditas cousas; & encarrego às Camaras das Ci-
dades, & Villas deste Reyno tenhaõ muyto particular cuidado em conser-
var, & guardar todas as antiguidades sobreditas, & de semelhante qualida-
de que houver ao presente, ou ao diante se descobrirem nos limites do seu
distrito, & logo que se achar, ou descobrir alguma de novo daraõ conta ao
Secretario da dita Academia Real para elle a communicar ao Director, &
Censores, & mais Academicos: & ao dito Director, & Censores com a noticia
que se lhe participar poderãõ dar a providencia que lhes parecer necessaria,
para

para que melhor se conserve o dito monumento assim descoberto: & se o que assim se achar, & descobrir novamente forem laminas de metal, chapas, ou medalhas que tiverem figuras, ou caracteres, ou outro em moedas de ouro, prata, cobre, ou de qualquer outro metal, as poderão mandar comprar o Director, & Censores do procedido da designação que fôr servido dar para as despesas da dita Academia, & as pessoas de qualidade que contravieverem a esta minha disposição desfazendo os edificios daquelles seculos, Estatuas, Marmores, Cippos, ou fundindo laminas, chapas, medalhas, & moedas sobreditas, ou tambem deteriorando-as em forma que se não possam conhecer as figuras, & caracteres, ou finalmente encobrando-as, & ocultando-as, alem de incorrerem no meu desagrado, experimentarão tambem a demonstração que o caso pedir, & merecer a sua delatência, negligência, ou malicia, & as pessoas de inferior condição incorrerão nas penas impostas pela Ordenação do liv. 5. tit. 12. §. 5. aos que fundem moeda, & porque as que acharem algumas laminas, chapas medalhas, & moedas antigas as quererão vender, & reduzir a moeda corrente, as Camaras serão obrigadas a compralas, & pagalas promptamente pelo seu justo valor, & as remetterão logo ao Secretario da Academia que fazendo as presentes ao Director, & Censores, se mandará satis fazer as Camaras o seu justo, & para que em tudo se cumpra este Alvará como nelle mando ordeno ao Regedor da Casa da Supplicação, Governador da Relação, & Casa do Porto, & aos Dezembragadores das ditas Casas, Corregedores destas Cidades, & aos mais Corregedores, Ouvidores, Provedores, Juizes, Justicas, Officiaes & pessoas de meus Reynos, & Senhorios, q. o cumprão, & guardem, & fação inteiramente cumprir, & guardar como nelle se contém, & para q. venha a noticia de todos, mado ao Doutor Joseph Galvão de la Cerda do meu Conselho, & Chanceller mór dos ditos meus Reynos faça publicar este meu Alvará na Chancellaria, & enviar logo cartas com o traslado delle sob meu Sello, & seu final a todas as Camaras da Cidades, & Villas do Reyno sem excepção alguma, & ainda as das terras dos Donatarios, & aos Corregedores, Ouvidores das Comarcas, & aos dos mesmos Donatarios em que os Corregedores não entrão por correção, aos quaes mando que logo o publiquem, & fação publicar em todos os lugares das suas Comarcas, & se registará nos livros de Dezembargo do Paço, Casa da Supplicação, & do Porto, onde semelhantes se costumão registrar, & este proprio se lançará na Torre do Tombo. Brás de Oliveyra o fez em Lisboa Occidental a 20. de Agosto de 1721. Manoel Galvão de Castello Branco a fez escrever.

REY.

Alvará em forma de Ley, por que V. Mag. ha por bem que nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade, & condição que seja, desfaga, ou destrua em todo, nem em parte edificio que mostre ser dos tempos, em que dominarão este Reyno os Phenices, Gregos, Penos, Romanos, Godos, & Arabios, & da mesma sorte as Estatuas, Marmores, & Cippos em q. estiverem esculpidas algúas figuras, ou tiverem letreyras Phenices, Gregos, Romanos, Gothicos, & Arabicos, laminas, ou chapas que contiverem os ditos letreyras, ou caracteres, como outro sim, medalhas, ou moedas que mostrem ser daquelles tempos, nem dos inferiores até o Reynado do Senhár Rey Dom Sebastião, nem encubraão, ou occultem algúas das sobreditas cousas sobpena do castigo neste Alvará resserada, tudo pela maneyra que acima se decla ra. Para Vossa Magestade ver.

P Or Decreto de Sua Magestade de 14. de Agosto de 1721.

Sebastião da Costa.

Miguel Fernandes de Andrade.

Joseph Galvão de la Cerda.

Foy publicado este Alvará de Ley de Sua Magestade que Deos guarde, na Chancellaria mór da Corte, & Reyno. Lisboa Occidental 28. de Agosto de 1721.

Dom Miguel Maldonado.

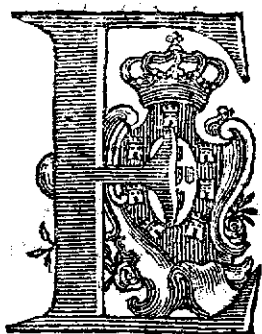
Registado na Chancellaria mór da Corte, & Reyno no livro do Registo das Leys a fol. 31. Lisboa Occidental 30. de Agosto de 1721.

Joseph Correa de Moura.

C Om o qual Alvará em fôrma de Ley mandey passar esta Carta para vós, pela qual vos mando, que tanto que vos for mostrada a façais publicar, & registrar na cabeça de & publicar,
sòmente nos mais lugares della para vir à noticia de todos, & se cumprir, & guardar como nella se conthem : & a despeza que se fizer nos mais lugares de vossa Comarca será à custa das despezas da Justiça, & quando a não ouver, será à custa das rendas da Camara da cabeça de vossa Comarca. Dada na Cidade de Lisboa Occidental aos

El-Rey N.S. o mandou pelo Doutor Joseph Galvão de la Cerda, do seu Conselho, & Chanceller mór destes Reynos, & Senhorios de Portugal. Joseph Correa de Moura a fez, anno do Nascimento de N. Senhor Jesu Christo de 1721.

DOCUMENTO 2



LU O PRINCIPE REGENTE Faço
saber aos que este Alvará com força de
Lei virem : Que por Me representar o
Bibliothecario Maior da Real Bibliothe-
ca de Lisboa a importancia de que seria
não só para o conhecimento das Anti-
quidades Sagradas e Politicas, e para il-
lustração das Artes e das Sciencias, mas
para ornamento da mesma Bibliotheca, formar-se nella
hum grande Collecção de Peças de Antiguidade e rari-
dade, que possa servir aos indicados fins ; e Querendo
que com effeito se forme em utilidade pública a referida
Collecção, Hey por bem suscitár a disposição do Alvará
de Lei de 20 de Agosto de 1721, pelo qual o Senhor
Rei D. João Quinto, Meu Avô, ordenára em beneficio
da Academia Real da Historia Portugueza a conservação
e integridade das Estatuas, Marmores, Cippos, Laminas,
e outras peças de antiguidade, em que se achassem figu-
ras, letreiros, ou caracteres, o qual Alvará Mando no-
vamente publicar para se pôr em inteira e plena obser-
vancia, a bem da Real Bibliotheca de Lisboa. Determi-
no porém, que as funções no mesmo Alvará declaradas
pertencentes ao Secretario da dita Academia, quanto á
correspondencia com as Camaras sobre os monumentos
que se acharem, fiquem pertencendo ao Bibliothecario
Maior da dita Real Bibliotheca ; devendo o mesmo fa-
zer-Me tudo presente pelo Conselheiro, Ministro e Se-
cretario de Estado dos Negocios da Fazenda, Inspector
Geral da Real Bibliotheca de Lisboa, para Eu ordenar
as providencias necessarias, assim á compra das Medalhas,
Laminas, e outros objectos semelhantes por conta da Mi-
nha Real Fazenda, como á conservação dos mesmos ob-
jectos, e outras quaesquer que sejam convenientes nesta
materia.

Pelo que: Mando ao Presidente do Meu Real Era-
rio ; á Meza do Desembargo do Paço ; Regedor da Casa
da Supplicação ; Junta dos Tres Estados ; Concelho da
Mi-

Minha Real Fazenda e do Ultramar; Meza da Consciencia e Ordens; Senado da Camara; Governador da Relação e Casa do Porto; Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas, e Navegação destes Reinos, e seus Dominios; e a todos os outros Tribunaes, Ministros, e Officiaes de Justiça e de Fazenda, e mais pessoas, a quem o conhecimento deste Alvará com força de Lei pertencer, que o cumprão, e guardem, e fação inviolavelmente cumprir, e guardar, como nelle se contém, sem dúvida, ou embargo algum, não obstante quaesquer Leis, Regimentos, Alvarás, Disposições, Decretos, ou estilos contrarios, que todas, e todos para este effeito sómente Hey por dêrogados, como se de todos, e de cada hum delles fizesse especial, e expressa menção, ficando aliás sempre em tudo o mais em seu vigor. É ao Doutor José Alberto Leitão, do Meu Concelho, e Desembargador do Paço, Chanceller Mór do Reino, Ordeno, que o faça publicar na Chancellaria, e registrar em todos os lugares, em que se costumão registrar semelhantes Alvarás; e o Original se remetterá para o Meu Real Archivo da Torre do Tombo, para nelle ser guardado. Dado no Palacio de Queluz em quatro de Fevereiro de mil oitocentos e dous.

PRINCIPE ...

D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Alvará com força de Lei, pelo qual Vossa Alteza Real He servido suscitar o Alvará de Lei de vinte de Agosto de mil setecentos vinte e hum, ordenado em beneficio da Academia Real da Historia Portugueza para a conservação, e integridade das Estatuas, Marmorês, Cippos, e outras peças da Antiguidade: Mandando que as
fun-

funções do mesmo Alvará, que até agora pertencião ao Secretario da dita Real Academia, fiquem da data do presente em diante pertencendo ao Bibliotecario Maior da Bibliotheca Pública; tudo na fórma acima declarada.

Para Vossa Alteza Real ver.

Pedro Ignacio Xavier de Amorim o fez.

Registado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda a fol. 17. vers. do Livro I. de Cartas, e Alvarás. Lisboa 12 de Fevereiro de 1802.

Pedro Ignacio Xavier de Amorim.

José Alberto Leitão.

Foi publicado este Alvará com força de Lei na Chancellaria Mór da Corte e Reino. Lisboa 13 de Fevereiro de 1802.

Fernonymo José Correa de Moura.

Registado na Chancellaria Mór da Corte e Reino no Livro das Leis a fol. 1. Lisboa 13 de Fevereiro de 1802.

Manoel Antonio Pereira da Silva.

Na Regia Officina Typografica.

DOCUMENTO 3

Colecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Magestade Imperial o Regente do Reino desde a sua entrada em Lisboa até a instalação das Câmaras Legislativas, Imprensa Nacional, Lisboa, 1835, p.189.

DECRETO de extinção das Ordens Religiosas de 1834

Tomando em consideração o relatório do Ministro e Secretario de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, e tendo ouvido o Conselho de Estado: Hei por bem, em nome da Rainha, decretar o seguinte:

Artº1 – Ficam desde já extinctos em Portugal, Algarve, Ilhas adjacentes, e domínios portugueses todos os conventos, mosteiros, colégios e hospícios e quaisquer casas de religiosos de todas as Ordens Regulares, seja qual fôr a sua denominação, instituto ou regra.

Artº2 – Os bens dos conventos, mosteiros, colégios, hospícios e quaisquer casa de religiosos das Ordens Regulares, ficam incorporados nos próprios da Fazenda Nacional.

Artº3 – Os vasos sagrados e paramentos, que serviam ao culto divino serão postos à disposição dos Ordinários respectivos para serem distribuídos pelas Igrejas mais necessitadas das dioceses.

Artº4 – A cada um dos religiosos dos conventos, mosteiros, colégios, hospícios ou quaisquer casas extintas será paga pelo Tesouro Público para sua sustentação, uma pensão anual, enquanto não tiverem igual ou maior rendimento de benefício ou emprego público. Exceptuam-se:

§ 1º Os que tomaram armas contra o Trono legítimo ou contra a Liberdade Nacional.

§ 2º Os que em favor da usurpação abusaram do seu ministério no confessional ou no púlpito.

§ 3º Os que aceitaram benefício ou emprego do Governo do usurpador.

§ 4º Os que denunciaram ou perseguiram directamente os seus concidadãos por seus sentimentos de fidelidade ao Trono legítimo, e de adesão á Carta Constitucional.

§ 5º Os que acompanharam as tropas do usurpador.

§ 6º Os que no acto do restabelecimento da autoridade da RAINHA ou depois dele nas terras em que residiam, abandonaram os seus conventos, mosteiros, colégios, hospícios ou casas respectivas.

Artº5 – Ficam revogadas todas as leis e disposições em contrário.

O Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça o tenha assim entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 28 de Maio de 1834 = D.PEDRO, Duque de Bragança. = Joaquim António de Aguiar.

PORTARIA : INSTRUÇÕES DO TESOURO

1ª Instrução – Tomar posse sem demora para a Fazenda Pública de todos os bens que por qualquer modo constar serem pertencentes a conventos, mosteiros, colégios, hospícios e casas de religiosos de todas as Ordens Regulares, seja qual for a sua denominação pondo em practica todas as medidas de segurança que se tornarem necessárias para prevenir o extravio dos sobreditos bens.

2ª Instrução – Exigir, debaixo de juramento, dos religiosos chefes, superiores ou administradores de cada uma das ditas casas, além dos inventários dos respectivos bens que possa haver, as precias declarações desses bens e das dívidas activas ou passivas.

3ª Instrução – Proceder, com audiência de um Fiscal por parte da Fazenda (requerendo a nomeação dele nos lugares onde não houver), a formalizar inventários parciais de todos os objectos das mesmas casas, classificados pela maneira seguinte:

- 1 – Vasos sagrados e paramentos
- 2 – Objectos preciosos não sagrados
- 3 – Objectos de refeitório, cozinha, enfermaria, e mais mobília do comum
- 4 – Livrarias e manuscritos
- 5 – Finalmente, casco, cerca, prédios rústicos e urbanos, foros, pensões, títulos de juro, dinheiro, e outros quaisquer efeitos de valor

4ª Instrução – Avaliar todos os prédios rústicos e urbanos e sem rendimentos bem como os domínios directos de quaisquer prazos; e arrendar procedendo os anúncios e formalidades do estilo pelo tempo que corre até o fim do presente ano, todos aqueles desses prédios que se acharem vagos.

5ª Instrução – Se porém alguns prédios ficarem por arrendar, nomear depositários de reconhecida probidade, que se constituam responsáveis pela arrecadação e venda dos frutos e pela conservação dos mesmos prédios, vencendo por seu trabalho o que está determinado por lei.

6ª Instrução – Quanto aos móveis pertencentes ao comum, vendê-los prontamente em hasta pública com excepção dos vasos sagrados, paramentos, livrarias e objectos preciosos não sagrados; tudo o que deverá ser conservado em seguro depósito até ulterior determinação.

7ª Instrução – Formalizar relações circunstanciadas de todos os indivíduos moradores ou pertencentes às mesmas casas com a devida classificação dos que estiverem ou não compreendidos nas excepções marcadas no Artº4 do predito Decreto.

Tesouro Público, 4 de Junho de 1834 = José da Silva Carvalho.

Iguais officios e instruções se enviaram aos Prefeitos das Províncias do Minho, Trás-os-Montes, Beira Alta, Beira Baixa, Algarve e Estremadura, declarando-se no officio dirigido ao Prefeito desta Província que os arrendamentos de bens situados em Lisboa e termo serão feitos no Tribunal do Tesouro.

DOCUMENTO 4

**Circular do Ministro do Reino Monsinho de Albuquerque
a respeito dos Monumentos Nacionaes**

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Sua Magestade a Rainha houve por bem encarregar-me de convidar a Academia Real das Sciencias de Lisboa a formar uma relação de todos os edificios pertencentes ás extinctas ordens regulares, e hoje incorporados nos bens da Nação, que se fazem notaveis pela época da sua fundação, factos historicos com que tem intima relação, monumentos funebres, ou reliquias de homens celebres que encerram, ou finalmente pela sua architectura, e por qualquer d'estes motivos se tornam dignos de ser conservados, e entretidos por conta do governo como monumentos publicos; enviando successivamente as relações motivadas e illustradas, que assim for formando, e que serão, quanto possível, organisadas por provincias, a fim de que se possa sobreestar a tempo na venda, alienação ou desorganisação d'estes objectos de interesse nacional. Sua Magestade confia que a Academia Real das Sciencias, a que V. Ex.^a fará saber este convite, acquiescerá a elle com todo o zelo e interesse que de uma Corporação Scientifica e Litteraria reclama um semelhante objecto.

Deus guarde a V. Ex.^a — Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino em 19 de Fevereiro de 1836. — Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato. = *Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque.*

DOCUMENTO 5

Portaria

Representando a Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, sobre a necessidade de obter das camaras municipaes dos differentes districtos administrativos alguns esclarecimentos indispensaveis para se desempenhar convenientemente da commissão de que foi superiormente encarregado, de indicar os edificios publicos do paiz que devam ser considerados monumentos nacionaes: determina Sua Magestade El-Rei, que os governadores civis de todos os districtos expeçam as necessarias instrucções ás camaras municipaes dos concelhos dos seus respectivos districtos, para que satisfaçam com urgencia ás requisições que lhes forem feitas pela referida associação, e lhe transmittam os esclarecimentos pedidos nos quesitos que para aquelle fim lhes forem apresentados, na certeza de que é do maior interesse publico o bom desempenho da referida commissão.

Paço, em 10 de dezembro de 1880. — *José Luciano de Castro.*

DOCUMENTO 6

Portaria

Convindo colligir, desde já, os dados precisos para completo conhecimento do estado em que se acham os monumentos nacionaes e padrões historicos e commemorativos a que se refere o relatorio publicado no *Diario do Governo* n.º 62, de 19 de março do presente anno, elaborado pela commissão eleita pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes: ha por bem Sua Magestade El-Rei, encarregar o architecto civil, Joaquim Possidonio Narciso da Silva, vogal da mencionada commissão, de levantar as plantas e alçados dos edificios monumentaes, com os *cortes* indispensaveis para se conhecer o systema de construcção e a divisão interna, e bem assim de redigir as correspondentes memorias descriptivas; devendo elle remetter esses trabalhos ao Ministerio das Obras Publicas Commercio e Industria, á medida que os fôr concluindo; a fim de que, em presença d'estes estudos e subseqüentes informações, o Governo fique habilitado a resolver sobre o systema que mais convenha adoptar, para levar a effeito a restauração ou a reparação dos monumentos nacionaes, e para assegurar, por modo efficaç e permanente a sua conservação e guarda.—O referido architecto fica auctorizado a requisitar do Ministerio das Obras Publicas os meios que forem indispensaveis para desempenho do serviço que lhe é incumbido.—Sua Magestade confia em que o mesmo architecto se haverá no desempenho d'esta commissão com o zelo com que sempre se tem dedicado aos assumptos d'esta natureza.

Paço, em 29 de Dezembro de 1881.—*Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro.*

DOCUMENTO 7

Portaria

Sua Magestade El-Rei ha por bem approvar o regulamento para a commissão dos monumentos nacionaes, que baixa com a presente portaria assignado pelo director dos serviços de obras publicas.

Paço, em 27 de fevereiro de 1894.—*Carlos Lobo d'Avila.*

Reglamento para a commissão dos monumentos nacionaes

Artigo 1.º Para os effeitos do presente regulamento são considerados monumentos nacionaes todos os edificios, construcções, ruinas e objectos artisticos, industriaes ou archeologicos:

a) Que importem á historia do modo de ser intellectual, moral e material da nação nas diversas evoluções e influencias do seu desenvolvimento;

b) Que testemunhem e commemorem factos notaveis da historia nacional;

c) Os megalithicos, e em geral os que constituam vestigios dos povos e civilisações anteriores á formação da nacionalidade, quando existentes ou encontrados em territorio portuguez.

Art. 2.º Á commissão dos monumentos nacionaes incumbe:

a) Estudar, classificar e inventariar os monumentos nacionaes;

b) Propor as providencias necessarias á guarda, conservação, reparação e exposição publica d'esses monumentos;

c) Indicar as respectivas reparações, apropriações, acquisições e destinos;

d) Informar ácerca de restauração, remoção, emprestimo ou alienação dos mesmos monumentos;

e) Promover a propaganda e o culto publico pela conservação e pelo estudo d'esses monumentos, e de velar por elles.

§ unico. Os trabalhos descriptos nas alineas a), b), c), d), servirão de elemento de apreciação para o conselho superior de obras publicas e minas.

Art. 3.º A commissão será composta de dez vogaes, dos quaes um será presidente, outro vice-presidente e outro secretario.

§ 1.º A nomeação para todos estes cargos será feita por despacho ministerial, precedendo proposta da comissão para o preenchimento das vagas que de futuro se derem

§ 2.º A comissão nomeará de entre si os relatores ou inspectores especiaes temporarios para os diversos serviços ou assumptos de que tenha de occupar-se.

§ 3.º Será gratuito o serviço dos vogaes, com excepção do secretario, que continuará a ser remunerado, tendo sómente direito os mesmos vogaes ás ajudas de custo e transporte que se achem fixados por lei, quando em serviço de inspecção e estudo fóra da séde da comissão.

Art. 4.º Haverá vogaes correspondentes nas localidades em que forem julgados necessarios, sendo de nomeação do governo, sobre proposta da comissão. As suas funções serão opportunamente regulamentadas pela comissão, ficando o respectivo regulamento dependente de approvação superior.

Art. 5.º A comissão corresponder-se-ha com o Ministro por intermedio da direcção dos serviços de obras publicas.

Art. 6.º Por conta do Estado serão impressos os annaes da comissão, que serão constituídos pelos estudos de investigação, descripção e informação dos vogaes, e pelos relatorios, consultas, actas e mais documentos da comissão.

Art. 7.º Para o serviço da comissão ser-lhe-hão fornecidos casa, mobiliario e artigos de expediente.

Direcção dos Serviços de Obras Publicas, 27 de fevereiro de 1894. — O Director, *Frederico Augusto Pimentel*.

DOCUMENTO 8

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Temos a honra de enviar a V. Ex.^a o questionario junto.

Os estudos historicos chamam cada vez mais as attencões das sociedades cultas, e assim o conhecimento dos edificios notaveis pela arte, ou a que se ligam recordações historicas, impõe-se como indispensavel para a perfeição e acabamento do trabalho do historiador.

Além d'esta poderosa razão o brio natural, reforçado e tornado bem consciente pelo estudo, obriga-nos a respeitar os veneraveis monumentos antigos, testemunhas dos feitos portuguezes, e provas das phases de civilisação que a nossa brilhante nacionalidade tem percorrido.

Ainda tambem, no momento actual, esse volver de olhos pelo passado como que nos levanta o espirito e nos dá alento para vencermos difficuldades que hão de passar se houver coragem civica. Não devemos esquecer a influencia moral do estudo dos monumentos nacionaes.

Ao mesmo tempo tornar conhecidos os monumentos augmenta-lhes o valor; e é escusado lembrar como nos ultimos annos tem crescido o apreço de moveis, tecidos, ceramicas a que, ha alguns annos apenas, nenhum merito se attribuia.

Como se vê do questionario, abrange elle grande numero de assumptos; responder-se-ha ao que for possivel, fazendo diligencia por approximar quanto possivel da certeza.

Não deve tambem esquecer a menção de letreiros, datas e assignaturas de architectos, pintores, etc.

Quando a leitura de uma inscripção fôr duvidosa ou incerta, será conveniente tirar um calco em papel, para que um perito o possa examinar.

Respondendo cuidadosamente a este questionario ficarão compendiados muitos dados importantes para a historia.

A commissão não tem pressa da resposta, nem é conveniente que se responda precipitadamente, todavia ousa esperar que V. Ex.^a se digne remetter as suas informações, e quaesquer ampliações que V. Ex.^a julgar convenientes, até o 1.^o de outubro proximo.

Deus guarde a V. Ex.^a Sala da Commissão dos Monumentos Nacionaes, . . . de julho de 1894. — A commissão, Presidente, *Joaquim Possidonio Narciso da Silva* = Vice-presidente, *Luciano Cordeiro* = Secretario, *Julio Mardel* = Vogaes, *Alberto Pimentel* = *Alfredo Ribeiro* = *Fernando Larcher* = *Gabriel Pereira* = *Joaquim Rasteiro* = *Ramalho Ortigão* = *Sousa Viterbo*.

DOCUMENTO 9

Conselho superior dos monumentos nacionaes

Plano organico

Artigo 1.º A classificação dos monumentos nacionaes, sob os aspectos archeologico, historico e architectonico, e a fiscalização superior da respectiva conservação, serão da exclusiva competencia do Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria, quer sejam propriedade do Estado, quer pertençam a quaesquer individuos ou collectividades.

Art. 2.º Para os effeitos do artigo precedente, será creada, junto do referido Ministerio, uma corporação technica consultiva, denominada: «Conselho Superior dos Monumentos Nacionaes», com as seguintes attribuições:

1.º Classificar os monumentos nacionaes, nos termos do artigo anterior, estabelecendo as regras d'estas classificações;

2.º Estudar e approvar os respectivos projectos de conservação, reparação e restauração, que lhe sejam submettidos;

3.º Propôr, por iniciativa propria, as medidas necessarias para conservação, reparação e restauração dos monumentos nacionaes;

4.º Fiscalizar superiormente a rigorosa execução do trabalho, depois da competente approvação;

5.º Consultar sobre todos os assumptos que, nos termos e para os fins d'este decreto, lhe sejam submittidos pelo Ministro das Obras Publicas;

6.º Mandar proceder ao levantamento dos elementos technicos necessarios para a restauração graphica dos monumentos nacionaes;

7.º Elaborar monographias historicas, descriptivas e artisticas dos mais importantes monumentos nacionaes ;

8.º Colligir, archivar e classificar todos os dados e documentos que possam interessar a historia da arte portugueza ;

9.º Reunir collecções, copias e modelos que constituam subsidio de estudo e ensino nas escolas e nos museus nacionaes ;

10.º Elaborar os regulamentos especiaes das respectivas attribuições ;

11.º Administrar os fundos proprios que, para os effeitos d'este decreto, sejam descriptos no orçamento do Estado.

§ unico. As attribuições definidas nos n.ºs 2, 3, 4 e 5, referem-se exclusivamente ás condições archeologicas historicas e artisticas dos monumentos nacionaes.

Art. 3.º A classificação dos monumentos nacionaes será determinada por decreto referendado pelo Ministro das Obras Publicas e publicado no *Diario do Governo*.

Art. 4.º O Conselho Superior dos Monumentos Nacionaes será composto de vinte vogaes, nomeados pelo Ministro das Obras Publicas, Commercio e Industria.

§ 1.º Alem dos vogaes de nomeação de que trata este decreto, farão parte do mesmo conselho com funcções inherentes aos respectivos cargos :

Os inspectores das bellas-artes de Lisboa e Porto ;

Os directores das Academias das bellas artes ;

O inspector dos serviços de obras publicas ;

O conservador do museu nacional ;

Os professores de architectura das Academias das bellas-
artes.

§ 2.º As vacaturas que venham a dar-se, depois da or-

ganisação de que trata este artigo, serão preenchidas por escolha do Ministro das Obras Publicas em lista triplice, apresentada pelo mesmo conselho.

Art. 5.º A presidencia do Conselho Superior dos Monumentos Nacionaes pertencerá ao Ministro e ao Director Geral das Obras Publicas e Minas, quando assistirem ás sessões.

§ unico. O conselho elegerá presidente, vice-presidente e secretarios especiaes.

Art. 6.º A execução das deliberações do Conselho Superior dos Monumentos Nacionaes e a direcção do respectivo expediente, serão da competencia de uma «commissão executiva» composta de cinco membros, dos quaes tres serão escolhidos pelo Ministro das Obras Publicas e dois pelo mesmo conselho.

§ unico. A escolha do Ministro recairá sempre em dois engenheiros do respectivo quadro, um militar e outro civil, e n'um architecto.

Art. 7.º Nos monumentos nacionaes, classificados nos termos d'este decreto, não serão executadas obras de qualquer natureza, ou sob qualquer titulo, sem previa approvação do projecto pelo respectivo Conselho Superior, confirmada em portaria expedida pelo Ministerio das Obras Publicas.

Art. 8.º As expropriações por utilidade publica que interessarem monumentos nacionaes, classificados nos termos d'este decreto, deverão ser previamente preparadas com a opinião do respectivo Conselho Superior.

Art. 9.º Em complemento das disposições d'este decreto, o Governo apresentará ao Parlamento as medidas indispensaveis para regular a expropriação dos monumentos nacionaes, quando circumstancias imperiosas assim o exigirem, no

caso de resistencia á rigorosa execução dos preceitos d'este diploma.

Art. 10.º O fundo especial, para os effeitos d'este decreto, será constituido pelas verbas inscriptas no Orçamento do Estado para conservação de monumentos, e pelas que venham a descrever-se com égual applicação.

Art. 11.º O Conselho Superior dos Monumentos Nacionais organisará para a execução das differentes disposições d'este decreto os respectivos regulamentos, que serão approvados pelo Ministro das Obras Publicas.

Paço, em 9 de dezembro de 1898.—*Elvino José de Sousa e Brito.*

DOCUMENTO 10

DECRETO

Attendendo ao que me representou o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas, Commercio e Industria, e usando da faculdade conferida ao Governo pelo artigo 18.º da carta de lei de 12 de junho de 1901: hei por bem approvar a organização das corporações consultivas da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas, Commercio e Industria que funcionam junto da Direcção Geral das Obras Publicas e Minas, a qual, fazendo parte integrante d'este decreto, baixa assignada pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas, Commercio e Industria.

O mesmo Ministro e Secretario de Estado assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 24 de outubro de 1901.—REI — *Manuel Francisco de Vargas*.

Organização das corporações consultivas da Secretaria de Estado
dos Negocios das Obras Publicas, Commercio e Industria
que funcionam junto da Direcção Geral das Obras Publicas e Minas

CAPITULO I

Corporações consultivas

Artigo 1.º Na Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas, Commercio e Industria funcionarão, junto da Direcção Geral das Obras Publicas e Minas, as seguintes corporações consultivas:

- a) Conselho Superior de Obras Publicas e Minas;
- b) Conselho de Melhoramentos Sanitarios;
- c) Conselho dos Monumentos Nacionaes;
- d) Conselho de Tarifas.

Art. 2.º A organização dos serviços que incumbem a estas corporações consultivas, bem como a sua constituição e modo de funcionamento, serão as constantes dos capitulos II a V d'este decreto.

CAPITULO II

No Conselho Superior de Obras Publicas e Minas

Art. 3.º a 14.º.....
.....

CAPITULO III

Do Conselho dos Melhoramentos Sanitarios

Art. 15.º a 23.º.....
.....

CAPITULO IV

Do Conselho dos Monumentos Nacionais

Art. 24.º As funções do Conselho dos Monumentos Nacionais são consultivas e de fiscalização, competendo-lhe especialmente:

1.º A classificação dos monumentos nacionais, segundo as regras adoptadas pelo proprio conselho, quando devidamente approvadas pelo Ministro, sob os aspectos archeologico, historico e architectonico e a fiscalização superior da respectiva conservação, quer sejam propriedade do Estado, quer pertençam a quaesquer individuos ou collectividades;

2.º Estudar e apreciar os respectivos projectos de conservação, reparação e restauração que lhe sejam submettidos;

3.º Propor, por iniciativa propria, as medidas necessarias para conservação, reparação e restauração dos monumentos nacionais;

4.º Fiscalizar superiormente a rigorosa execução dos trabalhos, depois da competente approvação;

5.º Consultar sobre todos os assumptos que, nos termos e para os fins d'este decreto, lhe sejam submettidos pelo Ministro;

6.º Mandar proceder ao levantamento dos elementos technicos necessarios para a restauração graphica dos monumentos nacionais;

7.º Elaborar monographias historicas, descriptivas e artisticas dos mais importantes monumentos nacionais;

8.º Colligir, ordenar e classificar todos os dados e documentos que possam interessar a historia da arte portuguesa;

9.º Reunir collecções, copias e modelos que constituam subsidios de estudo e ensino nas escolas e nos museus nacionais;

10.º Elaborar os regulamentos especiaes das respectivas attribuições;

11.º Propor a distribuição dos fundos que, para os effeitos d'este decreto, sejam descritos no Orçamento do Estado e fiscalizar a sua administração.

§ unico. As attribuições definidas nos n.ºs 2.º, 3.º, 4.º e 5.º referem-se exclusivamente ás condições archeologicas, historicas e artisticas dos monumentos nacionais.

Art. 25.º A classificação dos monumentos nacionaes será determinada por decreto referendado pelo Ministro das Obras Publicas e publicado no *Diario do Governo*.

Art. 26.º O Conselho dos Monumentos Nacionaes será composto de vinte vogaes, nomeados pelo Ministro das Obras Publicas, Commercio e Industria.

§ 1.º Alem dos vogaes de nomeação, de que trata este decreto, farão parte do mesmo conselho, como vogaes de qualidade:

O presidente da Commissão Consultiva do Serviço Geologico;

O inspector dos edificios publicos;

Os inspectores das Bellas Artes de Lisboa e Porto;

Os directores das Aca demias de Bellas Artes;

Os lentes e professores de Architectura das Escolas de Engenharia, e das Academias de Bellas Artes, de Lisboa e Porto;

O director do Museu Ethnologico Português;

O conservador do Museu Nacional de Lisboa.

§ 2.º As vacaturas que venham a dar-se, depois da organização de que trata este artigo, serão preenchidas por escolha do Ministro das Obras Publicas em lista triplice, apresentada pelo mesmo conselho.

Art. 27.º A presidencia do Conselho dos Monumentos Nacionaes pertencerá ao Ministro e na sua ausencia ao director geral das Obras Publicas e Minas, quando assistirem ás sessões.

§ unico. O conselho elegerá presidente, vice-presidente e secretario.

Art. 28.º A execução das deliberações do Conselho dos Monumentos Nacionaes e a direcção do respectivo expediente serão da competencia de uma «commissão executiva» composta de cinco membros, dos quaes tres serão escolhidos pelo Ministro das Obras Publicas, e dois pelo mesmo conselho.

§ unico. A escolha do Ministro recairá sempre em dois engenheiros, um militar e outro civil, o mais antigo dos quaes será o presidente, e num architecto, todos ao serviço do Ministro das Obras Publicas, Commercio e Industria.

Art. 29.º Nos monumentos nacionaes, classificados nos termos d'este decreto, não serão executadas obras de qualquer natureza, ou sob qualquer titulo, sem previa approvação dos projectos pelo respectivo conselho, confirmada em portaria expedida pelo Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria.

Art. 30.º As expropriações por utilidade publica que interessarem monumentos nacionaes, classificados nos termos d'este decreto, deverão ser previamente preparadas com a opinião do respectivo conselho.

Art. 31.º Em complemento das disposições d'este decreto o Governo apresentará ao Parlamento as medidas indispensaveis para regular a expropriação dos monumentos nacionaes, quando circumstancias imperiosas assim o exigirem, bem como os termos do processo e comminação de penas, no caso de resistencia á rigorosa execução dos preceitos d'este diploma.

Art. 32.º O fundo especial, para os effeitos d'este decreto, será constituido pelas verbas inscritas no Orçamento Geral do Estado para conservação de monumentos nacionaes.

Art. 33.º O Conselho dos Monumentos Nacionaes organizará, para a execução das differentes disposições d'este decreto, os respectivos regulamentos, que serão submittidos á approvação do Ministro das Obras Publicas.

CAPITULOS V e VI

Do Conselho de Tarifas e disposições diversas

Art. 34.º a 40.º.....
.....

DOCUMENTO 11

*Oliveira, Augusto - Subsídios para o
estudo das relações do Estado com
as igrejas sob o regime republicano
Imprensa Nacional, 1914*

Decreto com força de lei de 8 de Outubro de 1910.¹

(Mandando que continuem em vigor as leis de 3 de Setembro de 1759, 28 de Agosto de 1767 e 28 de Maio de 1834, sobre expulsão dos jesuítas e encerramento de conventos, e anulando o decreto de 18 de Abril de 1901)².

O Governo Provisório da República Portuguesa faz saber que em nome da República se decreta, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Continua a vigorar como lei da República Portuguesa a de 3 de Setembro de 1759, promulgada sob o regime absoluto e pela qual os jesuítas foram havidos por desnaturalizados e proscritos, e se mandou que efectivamente fôsem expulsos de todo o país e seus domínios «para nele mais não poderem entrar».

¹ Vide art. 3.º, n.º 10 da Const. Pol. da Rep. Portug. que confirma as leis sobre congregações religiosas.

² Lei de 3 Setembro de 1759. (Do Marquês de Pombal). — D. José por graça do Deus Rei de Portugal, e dos Algarves, daquém, e da além mar; em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia, e da Índia, etc. Faço saber que havendo sido infatigáveis a constantíssima benignidade, e a Religiosíssima Clemência, com que desde o tempo em que as operações que se praticaram para a execução do Tratado de Limites das Conquistas; sobre as informações, e provas, mais puras, e autênticas; e sobre a evidência dos factos mais notórios, não menos do que a três Exércitos; procurei aplicar todos quantos meios, a Prudência, e a Moderação podiam sugerir, para que o governo dos Regulares da Companhia denominada de Jesus, das Províncias destes Reinos, e seus Domínios, se apartasse do temerário,

sus, ou jesuítas, fôsem obrigados a sair immediatamente «para fora do país e seus domínios».

Art. 3.º Continua também a vigorar com força de lei na República Portuguesa o decreto de 28 de Maio de 1834, promulgado sob o regime monárquico representativo, o

sável necessidade de sustentar a minha Real Reputação, em que consiste a Alma vivificante de toda a Monarquia, que a Divina Providência me deu, para conservar indemne, e ílesa a autoridade, que é inseparável da sua independente soberania; de manter a paz pública dos meus Reinos, e Domínios; e de conservar a tranquilidade, e interesses dos meus fiéis, e louváveis Vassallos; fazendo cessar neles tantos, e tão extraordinários escândalos; e protegendo-os, e defendendo-os contra as intoleráveis lesões de todos os sobreditos insultos, e de todas as funestas consequências, que a impunidade dêles não poderia deixar de trazer após de si: Depois de ter ouvido os Pareceres de muitos Ministros doutos, religiosos, e cheios de zelo da honra de Deus, do meu Real serviço, e decôro, e do Bem comum dos meus Reinos, e Vassallos, que houve por bem consultar, e com os quais fui servido conformar-me: Deplorablemente alienados do seu santo Instituto; e manifestamente indispostos com tantos, tam abomináveis, tam inveterados, e tam incorregíveis vícios para voltarem à observância d'ele; por Notórios Rebeldes, Traidores, Adversários, e Agressores, que tem sido, e são actualmnte, contra minha Real Pessoa, e Estados, contra a paz pública dos meus Reinos, e Domínios, e contra o Bem comum dos meus fiéis Vassallos: Ordenando, que como tais sejam fidos, havidos, e reputados: E os hei desde logo em offeito desta presente Lei por desnaturalizados, proscritos, e exterminados: Mandando que effectivamente sejam expulsos de todos os meus Reinos, e Domínios, para neles mais não poderem entrar: E estabelecendo de baixo de pena de morte natural, e irremissível, e de confiscação de todos os bens para o meu Fisco, e Camara Real, que nenhuma Pessoa de qualquer estado, e condição que seja, dê nos mesmos Reinos, e Domínios entrada aos sobreditos Regulares ou qualquer dêtes, ou que com êles junta, ou separadamente, tenha qualquer correspondência, verbal, ou por escrito, ainda que hajam saído da referida Sociedade, e que sejam recebidos, ou Professores em qualquer outras Provincias, de fora dos meus Reinos, e Domínios; e menos que as Pessoas que os admittem, ou praticarem, não tenham para isso inediata, e especial licença minha. Atendendo porém a que aquella deplorável corrupção dos ditos Regulares (com diferença de todas as outras Ordens Religiosas, cujos comuns se conservaram sempre em louvável, e exemplar observância) se achava infelizmente no Corpo, que constitui o govêrno, e o comum da sociedade Sociedade: E havendo respeito a ser muito verosímil que nela possa haver alguns Particulares Individuos daqueles, que ainda não haviam sido admitidos à Profissão solene, os quaes sejam innocentes; por não terem ainda feito as provas necessárias para se lhes confarem os horribes segredos de tam abomináveis conjurações, e infames delictos: Nesta consideração, não obstante os Delictos comuns da Guerra, e da Repressália, universalmente rece-

Art. 2.º Continua também a vigorar com a lei da República Portuguesa a de 28 de Agosto de 1737, igualmente promulgada sob o regime absoluto, que, «explicando e ampliando» a referida lei de 3 de Setembro de 1759, determinou que os membros da chamada Companhia de Je-

e fagunoso projecto, com que havia intentado, e clandestinamente prosseguido a usurpação de todo o Estado do Brasil; com um tam artificioso, e tam violento progresso, que, não sendo pronta e effizadamente atalhado, se faria dentro no espaço de menos de dez annos inacessível, e insuperável a todas as forças da Europa unidas: Havendo (em ordem a um fim de tam indispensável necessidade) exaurido todos os meios que podiam caber na utilidade das Supremas Jurisdições, Pontificia, e Régia; por uma parte, reduzindo os sobreditos Regulares à observância do seu Santo Instituto por um próprio, e natural effeito da Reforma à minha Real stância ordenada pelo Santo Padre Benedito XIV de feliz recordação; e pela outra parte apartando-os da ingerência nos negócios temporais; como soas, Bens, e Comércio dos Índias daquele continente; por outro beloci, e excitei a estes urgentíssimos respectos: Havendo por todos estes modos procurado que os sobreditos Regulares, livres de contagiosa corrupção com que os tinha contaminado a hidrópica sede dos governos profanos, das aquisições de terras, e estados, e dos interesses mercantis, servissem a Deus, e aproveitassem ao Próximo, como bons, e verdadeiros Religiosos, e Ministros da Igreja de Deus; antes que pela total depravação dos seus costumes, viesse a acabar necessariamente nos mesmos Reinos, e seus Domínios, uma Sociedade, que neles entrara dando exemplos, e que havia sempre sido tam distintamente protegida pelos Enhores Reis Meus Gloriosísimos Predecessores, e pela minha Real, e successiva Piedade: E havendo todas as minhas sobreditas diligências ordenadas à conservação da mesma Sociedade sido por ella contestadas, e invalidados os seus pios, e naturais effeitos por tantos, tam estranhos, e tam inauditos atentados, como foram por exemplo; o com que à vista, e face de todo o Universo, declararam, e proseguiram contra Mim nos meus mesmos Domínios Ultramarinos, a dura, e aleivosa guerra, que tem causado um tam geral escândalo; o com que dentro no meu mesmo Reino suscitaram também contra Mim as selliças intestinas, com que armaram para a última ruína da minha Real Pessoa os meus mesmos Vassallos, em quem acharam disposições para os corromperem, até os precipitarem no horroroso insulto perpetrado na noite de três de Setembro do ano próximo precedente, com abominação nunca imaginada entre os Portugueses; e o com que depois que erraram o fim daquelle exacerando golpe contra a minha Real Vida, que a Divina Providência preservou com tantos, e tam decisivos milagres, passaram a atentar contra a minha Fama a cara descoberta, maquinando, e difundindo por toda a Europa, em causa comum com os seus senhores das outras Regiões, os infames agregados de disformes, e manifestas imposturas, que contra os mesmos Regulares tem retorquido a universal, e prudente, indignação da mesma Europa: Nesta argente, e indispen-

qual extinguiu em Portugal, Algarve, ilhas adjacentes e domínios portugueses, todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e quaisquer casas de religiosos de todas as ordens regulares, fôsse qual fôsse a sua denominação, instituto ou regra.

bidos, e cotidianamente observados na praxe de todas as Nações civilizadas; segundo os quais Direitos, todos os indivíduos da sociedade Sociedade, sem excepção de algum d'elles se acham sujeitos aos mesmos procedimentos, pelos insultos contra Mim, e contra os meus Reinos, e Vassallos, cometidos pelo seu preterido govôrno: Contudo reflectindo a minha benigníssima Clemência, na grande aflição que hão-de sentir aquelles dos referidos *Particulares*, que, havendo ignorado as machinações dos seus Superiores, se virem proscritos, e expulsos, como partes daquele Corpo infecto, e corrupto: Permitto (que todos aquelles dos ditos *Particulares* que houverem nascido nestes Reinos, e seus domínios, ainda não solenemente professos, os quais apresentarem Denúncias do Cardeal Patriarca Visitador, e Reformador Geral da mesma Sociedade, porque lhes relaxe os Votos Simples que nela houverem feito; possam ficar conservados nos mesmos Reinos, e seus Domínios, como Vassallos d'elles, não tendo aliás culpa pessoal privada, que os inhabilite. E para que esta minha Lei tenha toda a sua cumpria, e inviolável observância, e se não possa nunca relaxar pelo lapso do tempo em comum prejuizo uma tam memorável e necessária disposição: Estabeleço que as transgressões dela a quem sendo casos de Devassa para delles inquirem presentemente todos os Ministros Civis, e Criminaes nas suas diversas jurisdições: Conservando sempre abertas as mesmas Devassas, a que agora procederem, sem limitação de tempo, e sem determinado numero de testemunhas: Preguntando depois de seis em seis meses pelo menos o numero de dez testemunhas: E dando conta do assim o haverem observado, e do que resultar das suas inquirições, ao Ministro Juiz da Inconfidência, sem que aos sobreditos Magistrados se possam dar por correntes as suas residências, enquanto não apresentarem certidão do referido Juiz da Inconfidência.

E esta se cumprirá como nela se contém. Pelo que mando à Mesa do Desembargo do Paço, Regedor da Casa da Supplicação, ou quem seu cargo servir, Conselheiros da minha Real Fazenda, e dos meus Domínios Ultramarinos, Mesa da Consciência, e Ordens, Senado da Câmara, Junta do Comércio d'estes Reinos, e seus Domínios, Junta de Depósito Público, Capitães Generaes, Governadores, Desembargadores, Corregedores, Juizes e mais Officiaes de Justiça, e Guerra, a quem o conhecimento d'esta pertence, que a cumpram, e guardem, e façam cumprir, e guardem tam inteiramente, como nella se contém, sem dilata, ou embargo algum, e não obstantes quaisquer Leis, Regimentos, Alvarás, Disposições, ou Estatutos contrários, que todas, e todos hei por derogados, como se d'elles fizesse individual, e expressa menção, para este effeito subnente, ficando aliás sempre em seu vigor. E ao Doutor Manuel Gomes de Carvalho, Desembargador do Paço, do meu Conselho, e Chanceler mor d'estes meus Reinos, mando que e faça publicar na Chancelaria, e que dela se remetam cópias a todos os Tribunais,

Art. 4.º É declarado nulo, por ser contrário á letra e ao espirito dos mencionados diplomas, o decreto de 18 de Abril de 1901, que disfarçadamente autorizou a cons-tituição de congregações religiosas no pais, quando pretendessem dedicar-se exclusivamente á instrução ou bene-

cabegas do Comarcas, e Vilas d'estes Reinos: Registrando-se em todos os lugares, onde se costumam registrar semelhantes Leis: E mandando-se o Original para a Torre do Tombo. Dada no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, aos três de Setembro de mil setecentos e cinquenta e nove. — Rei. — *Conde de Oeiras*.

Lei por que Vossa Magestade é servido extermiar, proscriver, e mandar expulsar dos seus Reinos, e Domínios os Regulares da Companhia denominada de Jesus, a proibir que com elles se tenha qualquer comunicação verbal ou por escrito; pelos justissimos, e urgentissimos motivos, acima declarados, e de laixar das penas nella estabelecidas.

Para Vossa Magestade ver. — *Filipe José da Gama* a fez.

Registrada na Secretaria de Estado dos Negocios do Reino no livro das Cartas, Alvarás e Patentes a fol. 52. Nossa Senhora da Ajuda, a 4 de Setembro de 1759. — *Joaquim José Borralho* — *Mauel Gomes de Carvalho*.

Foi publicada esta Lei na Chancelaria mor da Córte, e Reino. Lisboa, 3 de Outubro de 1759. — *D. Sebastião Maldonado*.

Registrada na Chancelaria mor da Córte, e Reino no livro das Leis a fol. 128. Lisboa, 3 de Outubro de 1759. — *Rodrigo Xavier Alvaes de Moura*.

Foi impressa na Secretaria de Estado dos Negocios do Reino.

Lei de Joaquim António de Aguiar. — Relatoria. — Senhor: — Está hoje extinto o prejuizo que daram século, de que a existência das Ordens Regulares é indispensável á Religião Católica, e útil ao Estado, e a opinião dominante é que a Religião nada lucra com ellas, e que a sua conservação não é compativel com a civilização, e luzes do século, e com a organização politica, que convêm aos Povos.

Jesus Christo não as criou — os Apóstolos desmembrearam-as: — o estabelecimento da Igreja, e a propagação do Evangelho fez-se nos primeiros séculos de um modo prodigioso sem a cooperação das Ordens Regulares. — As perseguições augmentaram das Cidades muitos homens que achando nos desertos a paz, e a liberdade de exercer a Religião perseguida foram obrigados a refugiar-se n'elles. — O Império Romano tornou-se Cristiano, os desertos alearam-se povoados de Cenobitas, e apesar de haverem cessado os motivos que aí conduziram os primeiros, continuaram a povoar-se d'ellos. — O entusiasmo duma devoção solitária levou também aos crues muitos devotos, como o modo da morte levava os primeiros Cristãos. Associações assim formadas nos dias de hoje, e nos tempos da

fiência, ou à propaganda da fé e civilização no ultramar.

Art. 5.º Em consequência e de harmonia com o disposto nos artigos 1.º a 3.º e nos diplomas aí referidos serão extintos do território da República todos os membros da

ram origem às Ordens Regulares: mas em pouco tempo foi esquivado o modelo, que elas apresentavam para seguir-se: essas instituições passaram do Oriente para o Ocidente; e, no século v havia aí um prodigioso número de Conventos, e já os Religiosos de então se pareciam tanto com aqueles primeiros ascetas, quanto a Roma de Nero se assemelhava à de Numa. A história deste, e dos séculos seguintes oferece um contraste notável entre uns e outros. — Uns fugiram das cidades e povoações para se purificarem no ermo com os pensamentos da eternidade: eram leigos, que procuravam a clausura, não por modo de vida, mas por uma divinação espontânea: eram Cidadãos úteis, apesar de separados da sociedade, porque tiravam a sua subsistência não dos fiéis, nem do Estado, mas do trabalho de suas mãos, a que indispensavelmente consagravam muitas horas por dia em todo o decurso do ano; e todo nêle era modesto e humilde; o seu sustento, os legumes, que as suas fadigas extorquiam aos baldios ermosos e quasi infértiles; — os seus hábitos, paños grossieiros, curtos, e aconchados a suas fadigas; as suas celas, grutas e choupanas; os seus templos, pequenos oratórios; uma Cruz informe, e as reliquias dos Mártires, todo o seu tesouro. — Os outros, pelo contrário, fugiram e ao esparvorido da solidão para os povoados, e para as cidades mais ricas, e populosas; abandonaram o trabalho como indecoroso ao carácter Sacerdotal, a que foram elevados; obtiveram, e arrancaram muitas vezes dos Príncipes, e dos Povos, doações ilimitadas, e privilégios os mais odiosos, inventaram outros, e fabricaram as titulas, e magnificas lantias, e regaladas; edificaram casas sumptuosas, e magníficos templos; afertaram contra a segurança, e contra a Autoridade dos Reis, e contra os Povos; derramaram o fanatismo pelas diferentes classes dos Estados; perturbaram a paz da Igreja, e a Sociedade com dissensões, e discórdias, que começando por subtilidades esculásticas sempre odiosas, e quasi sempre ridiculas, acabaram algumas vezes em brigas, e assassinios dentro dos próprios templos; substituíram as puras, e sãs doutrinas do Evangelho, falsas legendas, milagres, e aparições, e revelações fabulosas, e observadas; excogitaram os mais astuciosos meios de amontoar riquezas; propagaram a crença, que durou séculos, de que os pecadores eram perdidos a quem mais desse aos Mosteiros, e a outra da proximidade do fim do Mundo; a crueldade trouxe assim grandes doações aos Mosteiros; acreditou-se que o meio mais seguro da salvação das almas era fundar uma casa religiosa ou deixar todos os bens, e a infeliz geração que se reputava próxima a catástrofe que devia extingui-la, de boa mente dava aos Mosteiros o que tinha, e os religiosos ainda que não pareciam duvidar de irem cedo gozar duma melhor sorte na eternidade, foram aceitando as doações, e guardando os títulos em seus arquivos para que da sua parte não estivesse qualquer divida que pudesse haver na salvação das almas dos piedosos doantes; patefaram enfim de

chamada Companhia de Jesus, qualquer que seja a denominação sob que ela ou elles se disfarcem, e tanto estrangeiros ou naturalizados, como nascidos em território português, ou de pai ou mãe portugueses.

Art. 6.º Os membros das demais companhias, congrega-

todos os modos a ambição, inseparável de Corporações poderosas, que tinham a seu favor a crulidade dos Povos, e por consequência a sua imoderada liberalidade; e por meio de tam fecundas fontes conseguiram apoderar-se de todos os bens do Mundo, se o número dos timoratos, e dos creólulos não tivesse diminuído com a penetração das luzes, e os Príncipes não tivessem limitado as aquisições por meio de Leis muitas vezes repetidas; a opulência, e o luxo dos Religiosos chamaram ao seio destas associações, em lugar de homens levados a elas por uma vocação sincera, os que queriam gozar aí as comodidades que não podiam encontrar no século.

Não são estas, Senhor, asserções sem fundamento, ou acusações vagas, os Escriitores mais insignes por sua Religião, e por sua Piedade deixaram em seus Escriitos abundantes provas. A relaxação das Ordens Regulares devia ser uma influencia poderosa na moral pública, mas não é só de baixo desta relação que devem considerar-se, elas pesam ainda por outro modo bem desastroso na República, e na Igreja, principalmente depois do Século XIII, quando appareceram no Mundo as quatro famílias dos mendicantes, que rivalizando, e excedendo logo a todas as criações dos Séculos passados agravaram ainda tantos males: intrinsecaram-se nos negócios civis de maior momento, pregaram com a maior veemência a intolerância, e pronunciaram-se abertamente contra a supremacia do Poder Temporal, e contra a plenitude do Poder Espiritual, que compete aos Bispos, como successores dos Apóstolos. «O que foram os Jesuitas depois do concilio de Trento (fiz um grande Canonista dos nossos tempos) eram os Franciscanos, e Dominicos do Século XIII até áquelle Concilio». Foi então principalmente que se manifestaram em toda a sua luz os effeitos subversivos das isenções. Estas emancipações da autoridade Episcopal, como as civis o são da autoridade paterna; estas emancipações (para me servir da expressão de S. Bernarito, que tanto as detestou) foram atentórias dos direitos sagrados que Jesus Christo confiara aos Apóstolos, e aos seus successores: os Bispos cessaram, em consequência delias, de ser Prelados de todos os seus Diocesanos, porque uma parte lhes foi alienada: e esta alienação, que só parecia prejudicar o regime interno da Igreja, não só teve ainda relação nos seus effeitos com o Poder dos Príncipes, mas dissolven o vínculo, que podia mais de perto prender os Regulares ao desempenho de seus deveres, e habilitou-os para viverem em mais desenfreada licença, não só porque os seus interesses trunfaram de todos os obstáculos legítimos, mas porque de facto não ficaram tendo superior sóbrea terra, tendo um tam remoto, e occupado dos negócios da Cristandade inteira. Outro inconveniente resulta ainda bem grave, e que não foi sentido senão muito tarde, e quando já tinha produzido estragos irreparáveis na moral: quero falar da diminuição da autoridade Paroquial. Esta foi absorvida em grande parte pelas Ordens Regulares em geral, mas principalmente pelos corpos Mendicantes:

gações, conventos, colégios, associações, missões ou outras casas de religiosos pertencentes a ordens regulares serão também expulsos do território da República, se forem estrangeiros ou naturalizados; e se forem portugueses,

chamaram a si a administração de quasi todos os sacramentos, e com preferéncia do mais importante em quanto regula os movimentos do espirito, e do coraço humano, que é a penitência: os costumes soffreram com isto uma inevitável relaxação, e aquellos a quem o Direito Divino constituiu atalajas e zeladores d'esses costumes, juizes das consciéncias, e immediatos distribuidores do Pasto Espiritual, não puderam conhecer mais o seu rebanho, que a cada momento se lhe subtraia. Acresceu a estes males um último, que devia derivar-se de tam estreitas relações entre aquelles e o Povo: este recebeu todas as doutrinas boas, e más, devorou todo o seu fanatismo, respeitou-os, socorreu-os com excesso, e elles tiveram todos os vícios dos mendigos, que levaram pelo seio das famílias. O estado das Ordens Regulares, e sua desregrada conduta deu muitas vezes lugar a queixas amargas, e enérgicas, mas sempre inúteis reclamações, e a divisões funestas à paz da Igreja, e do Estado, e cuja narração a história transmittiu à posteridade em longas páginas. Diferentes reformas auxiliadas pelos esforços dos Concílios, dos Pontífices, dos Bispos, e dos Imperantes Civis se foram succedendo através dos tempos; porém nada podia esperar-se que alguma delas desarraigasse os vícios enraizados aos estabelecimentos, e com effeito o resultado foi nenhum: o mal foi progredindo; prohibiu-se a fundação de novos Institutos, extinguiram-se diferentes Mosteiros, porém este remédio não bastou para curá-lo.

A história das Ordens Regulares é quasi a mesma em todas as Nações em que foram admitidas; pode dizer-se que em todas os mesmos principios, e os mesmos meios serviram ao seu estabelecimento, que em toda a parte se encontram pelas a mesma relaxação, e os mesmos abusos, e que as consequências para a Moral, para a Religião, e para o Estado, tem ainda sido as mesmas. Folheando-se os annaes da Historia Portuguesa, e documentos antigos, e modernos, achar-se-hão abundantes provas desta verdade pelo que se applica a Portugal, e não faltarão particularmente exemplos de actos de usada temeridade contra os direitos dos Principes, e contra os annaes sagrados interesses dos Povos, de ingratidão nos negocios civis, e politicos, e duma desordenada ambição nas riquezas.

Em nosso tempo, Senhor, quantas vezes não se tem urdido no Claustro insidiosas tramas contra o Trono Legítimo, e contra a civilização e liberdade nacional! Não é necessário recordar antigoss fatos; basta o que se tem passado de 1820. Desde esta época os Religiosos não contentes de extravasarem das ideias da liberdade, com sua magia sagrada, os espíritos fracos por verdades tortuosas, depondo todos os respeito, correram como ondas mediantes a investir de todos os lados a Nau sossenhada do Estado: os Casas Religiosas foram convertidas em assembleas revolucionárias; os Púlpitos em tribunais de cathólicas facções, e sanguinolentas; e o Confessionário em oratórios de fanatismo, e de tráfego. A Nação inteira viu uma parte do Clero Regular trocando a Milícia de Deus pela Milícia secular, abandonando rectivamente o San-

serão compelidos a viver vida secular ou pelo menos a não viver em comunidade religiosa.

§ 1.º Para o efeito da disposição deste artigo, entende-se que vivem em comunidade os religiosos, pertencentes

tuário, cuja potência os não secundava, despojando o culto de suas opulências, para as converter em uínios, e estímulos de guerra, distribuindo com uma mão as reliquias dos Santos, e com a outra as armas fratricidas, alterando as verdades do Evangelho com as mentiras mais absurdas, as orações com as proclamações mais ferozes, e para cúmulo de horror, perpetrando na solidão da noite desecatos inuítos para os assallar de dia como obra dos Liberais: A Nação toda o viu alistado nesses bandos de selvagens assim por ele fanatizados, correndo as fileiras, cingindo em vez do cilecio, que lhe cumpria trazer, a espada que deveria exterminá-lo, e disparando raios de morte com as mãos que foram sagradas para suplicar, e atrair as benções do Céu sobre os seus semelhantes, imitando com sua palavra, e com o exemplo ao roubo, ao assassinio e ao incêndio; submetendo enfim a Religião aos capríchos duma imaginação delirante, e furiosa. — Mas para que é tocar em furidas tantas recusas que ainda magoam o Religioso Coração de V. M. I., individuando mais os meios tenebrosos, e imprudentes de que se serviu esse sustentáculo da superstição, e do despotismo para expulsar do Governo a V. M. I., porque nem era escarvo d'elle, nem tirano de seus súbditos, e para privar do Trono a RAINHA, porquanto o Sistema Liberal com que devia reger lhe não convinha?

O pouco que deixo ponderado sobre este objecto é sobreto para V. M. I. tome em consideração, na medida que tenho de propor-lhe, a incompatibilidade das Instituições Liberais que V. M. I. se dignou outorgar à Nação Portuguesa, com a conservação de seus substitutos que, geralmente falando, se tem mostrado contrários à Liberdade, e nos quais ella achará sempre um poderoso estorvo a consolidar-se.

Porém, longe de mim, Senhor, a idea de comprehender todo o Clero Regular na generalidade das accusações feitas contra elle. As Ordens Regulares tem tido, e tem hoje, honras de solida virtude, de distinto saber, e de extrenuado patriotismo: muitos. Senhor, tem V. M. I. visto exposto no Campo da Batalha suas vidas pelo Trono da RAÍNEA, e pela liberdade da sua Pátria; outros foram vítimas, no tempo do governo do usurpador, dos furores com que foi perseguida a fidelidade e a honra; mas são estes mesmos a *prova de esândalo das Corporações a que pertencem, e o alvo das suas perseguições*. Estes, vencendo a força de seus viciosos instintos, e da geral corrupção, são dignos de participar honra, e não de ser humilhados, sem duvida, merecer a especial protecção de V. M. I. — Elles devem reconhecer que se os prejuizos tem conservado as Ordens Regulares em pouca conformidade, com a verdadeira Religião, que tanto desacreditam com seu exemplo, as circunstâncias reclaman hoje a sua inteira extincção.

A existência das Ordens religiosas não se combina com as máximas de uma sã política, e é destrutiva dos fundamentos da prosperidade pública. A força de uma Nação depende da sua população; a população dos casamentos; o maior número de casamentos, do

a quaisquer ordens regulares, que residam ou se ajuntem habitualmente na mesma casa, ou successiva ou alternadamente em diversas casas, em número excedente a três.

§ 2.º As pessoas referidas no parágrafo anterior são obrigadas a participar ao Governor, pelo Ministério da Justiça, por officio registado numa estação postal, a localidade

maior número de proprietários: as Ordens Religiosas são duplicadamente prejudiciais à população: como celibatarios deixam grande vasto nas gerações; como corpos de mão morta, absorvendo enormes propriedades que não se tornam mais a alienar, fazem com que um número considerável de indivíduos não possam ter um palmo de terra, e por conseguinte se condene também a um celibato necessário: é subdividindo-se, e mobilizando-se esses enormes fundos territoriais, que resultará? O Estado lucrará nos direitos provenientes de compras e vendas, tornadas então possíveis e prováveis: a agricultura prosperará porque todos esses terrenos limitados e postos em relação com as forças físicas de seus futuros possuidores serão bem cultivados, e sempre com géneros úteis: a industria e comércio, por uma consequência necessária, receberão o seu acréscimo da actividade: a convicção das vantagens duma tal medida repassará até a última camada social, para a qual o melhor argumento é a riqueza: a população se aumentará e com ella todas as forças do Estado.

Em conclusão, Senhor, é força extinguir as Ordens Regulares, e dar destino aos bens que possuem. O bem publico, a felicidade da Nação que tantos benefícios deve a V. M. I. a pureza do culto que V. M. I. tanto se desvela em promover; a regeneração do Povo Português, que V. M. I. tem tanto a peito consular, tudo reela aquella extinção. Protender ainda reformá-las é inútil; as reformas feitas por sábios e virtuosos Varões desde o século v não puderam melhorá-las, e o mesmo seria o resultado de qualquer outra reforma: arrancá-las do meio do século, onde lançaram raízes, para as rejor no deserto, obrigando os Religiosos a sustentar-se do trabalho das suas mãos, é impossível; subjúctas em tudo, e por tudo, aos Bispos, não é evitar os inconvenientes da conservação delias. É tempo que a razão acorde dessa espécie de letargia, em que jazem por séculos, agora que o longo eclipse da justiça e das luzes passou, é prudente, é nobre, é necessário que V. M. I. não cerque o Trono de Sua Augusta Filha d'esses corpos, que umas vezes tem feito curvar diante de si os Reis, outras vezes tem feito curvar os Povos diante dos interesses dos Reis, seus protectores, que elles enlaçam com os interesses de Deus. Os Tronos Constitucionais, como o da Augusta Filha de V. M. I., cercam-se da felicidade dos Povos; guardam a mais zelosa, a mais forte e a mais duradoura.

Só o hábito de ver subsistir aquella instituição formou o prejuizo de pensar que ella era útil realmente, e em vez de se escurtar a razão para julgar, não se tem empregado as luzes senão em procurar motivos para provar o que ella nega. Sim, Senhor, a razão imparcial tem plenamente confirmado as doutrinas, que com toda a franqueza ousou levar à Presença Augusta de V. M. I., e à vista

do território da República em que estabelecem o seu domicílio.

Art. 7.º Os individuos comprehendidos neste decreto que infringirem qualquer das suas disposições, ou deixarem de cumprir immediatamente, ou no prazo que lhes fôr marcado, as determinações legítimas da autoridade com-

das quaes tenham a honra de propor a V. M. I. o seguinte projecto de decreto.

Paço das Necessidades, em 28 de Maio de 1834. — *Joaquim António de Aguiar.*

DECRETO

Tomando em consideração o relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negocios Ecclesiásticos e de Justiça, e tendo ouvido o Conselho do Estado: Hei por bem, em Nome da RAINHA, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Ficam desde já extintos em Portugal, Algarves, illas adjacentes, e domínios portugueses, todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e quaisquer casas de religiosos de todas as Ordens Regulares, seja qual fôr a sua denominação, substituto ou regra.

Art. 2.º Os bens dos conventos, mosteiros, colégios, hospícios e quaisquer casas de religiosos das Ordens Regulares, ficam incorporados nos proprios da Fazenda Nacional.

Art. 3.º Os vasos sagrados e paramentos, que serviam ao culto divino serão postos à disposição dos Ordinários respectivos para serem distribuidos pelas Igrejas mais necessitadas das dioceses.

Art. 4.º A cada um dos religiosos dos conventos, mosteiros, colégios, hospícios ou quaisquer casas extintas será paga pelo Tesouro Público, para sua sustentação, uma pensão annual, enquanto não tiverem igual, ou maior rendimento de beneficio, ou emprego publico. Exceptuam-se:

§ 1.º Os que tomaram annas contra o Trono legítimo ou contra a Liberdade Nacional.

§ 2.º Os que em favor da usurpação abusaram do seu ministério no confessional ou no púlpito.

§ 3.º Os que aceitaram beneficio ou emprego do Governor do usurpador.

§ 4.º Os que denunciaram ou perseguiram directamente os seus concellados por seus sentimentos de fidelidade ao Trono legítimo, e de adesão à Carta Constitucional.

§ 5.º Os que acompanharam as tropas do usurpador.

§ 6.º Os que no acto do restabelecimento da autoridade da RAINHA, ou depois d'elle, nas terras em que residiam, abandonaram os seus conventos, mosteiros, colégios, hospícios ou casas respectivas.

Art. 5.º Ficam revogadas todas as leis e disposições em contrario. O Ministro e Secretário de Estado dos Negocios Ecclesiásticos e de Justiça o tenha assim entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 28 de Maio de 1834. — D. PEDRO, Duque de Bragança. — *Joaquim António de Aguiar.*

petente, incorrerão na pena de desobediência qualificada, sem prejuízo da responsabilidade que porventura lhes caiba por constituírem associações ilícitas, nos termos do artigo 282.º do Código Penal, ou associações de malfeteiros, nos termos do artigo 263.º do mesmo código.

Art. 8.º Os bens das associações ou casas religiosas serão arrolados e avaliados, precedendo imposição de selos; e os das casas ocupadas pelos jesuitas, tanto móveis como imóveis, serão desde logo declarados pertença do Estado¹.

§ único. Aos bens das outras casas religiosas dar-se-há proximo destino no decreto organico sobre as relações do Estado português com as igrejas, ou em regulamento do presente decreto.

Art. 9.º A execução deste decreto e dos diplomas mencionados nos artigos 1.º a 3.º fica especialmente incumbida ao Ministro da Justiça, que para este fim poderá reclamar dos magistrados judiciais e dos procuradores da República, seus delegados e sub-delegados, os serviços de que carecer, inclusivé para se estabelecer eficazmente a identidade dos individuos atingidos por este mesmo decreto.

Art. 10.º O presente diploma com força de lei entrará immediatamente em vigor e será sujeito à apreciação da próxima Assembleia Nacional Constituinte.

Determina-se portanto que todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Os Ministros de todas as repartições o façam imprimir, publicar e correr.

Dado nos paços do Governo da República, aos 8 de Outubro de 1910. = *Joaquim Teófilo Braga* = *António José de Almeida* = *Afonso Costa* = *António Xavier Correia Barreto* = *Amaro de Azevedo Gomes* = *Bernardino Machado*.

(D. de G., de 10 de Outubro de 1910).

¹ Vide portaria de 21 de Outubro de 1910, que regula este serviço, e portaria de 21 de Janeiro de 1911.

DOCUMENTO 12

Retratos de corpo inteiro

1. Fr. Manoel Nicoláo d'Almeida, 214×112 centímetros, Barbosa Canaes, pag. 161.
2. Fr. Vicente Luiz, 204×118, B. C., pag. 87.
3. Fr. José da Ave Maria, 212×117, B. C., pag. 160.
4. P. Fr. João de Nossa Senhora, 217×107, B. C. pag. 246.
Tem assignatura do pintor: Berardo Pr.^a Fes ano de 1758. É o retrato do poeta de Xabregas.
5. V. Fr. João Fernandes, dos eremitas de S. Paulo da serra d'Ossa, 215×106, B. C., pag. 181.
6. D. João Peculiar, da serra d'Ossa, 190×106, B. C. pag. 94.
7. Fr. Agostinho Pipia, 202×119, B. C., pag. 146.
8. Fr. D. Fernão d'Annes, 215×107, B. C., pag. 272.
9. Dr. Fr. Bernardo de Brito, 200×115, B. C., pag. 208.
10. Cardeal da Cunha, 184×106, B. C., pag. 112.
11. P. M. Fr. Miguel Contreiras, 167×105, B. C., pag. 187.
Carlos Antonio Leoni pintou, anno 1766.
12. D. Affonso VI, 201×125, B. C., pag. 297.
13. Principe D. Theodosio, filho de D. João IV, 195×107, B. C., pag. 306.
14. D. João IV, 228×137, B. C., pag. 294.
15. Fr. Joaquim José de Santanna, 217×108, B. C., pag. 252.
16. Reynerio Cappacio, 209×113, B. C., pag. 154.
17. Fr. Henrique de Santo Antonio, 217×107, B. C., pag. 245.
18. Fr. Joaquim Pereira Forjaz Coutinho, 216×122, B., C. pag. 253.

19. Um frade franciscano, doutor, sem outra designação, 214 × 141.
20. D. Fr. Ignacio de S. Caetano, 214 × 153, B. C., pag. 97. Assign. Ignacio Silva Coelho, F. 1789.
21. D. Fr. José Maria de Sant'Anna, 218 × 103, B. C., pag. 165. (A). D.^s Esquioppetta pinx. 1824, C. Volkmarr Machado menciona o pintor Domingos Scopeta, pag. 229. da Coll. de Memorias.
22. D. João IV. E' o retrato chamado da sala de Geographia, 229 × 138, B. C., pag. 294. Assign. Avellar, fecit. 1643. Creio ser o pintor José d'Avellar Rebello, Memorias de C. V. Machado, pag. 76.
23. D. Fr. Manuel da Encarnação Sobrinho, 222 × 165, B. C., pag. 156. Assign. D.^o Esquioppetta pinx. an. 1825.
24. B. Estevam Castellioni, ou de Castiglioni, 208 × 129, B. C., pag. 32.
25. Fr. Dyonisio de Deus, 236 × 150, B. C., pag. 253.
26. D. Bernardo, da Ordem de S. Bruno, ou da Cartuxa, 207 × 128, B. C., pag. 315.
27. B. Nicoláo Albergato, 208 × 129, B. C., pag. 34.
28. B. D. Antonio Soriano, 208 × 129, B. C., pag. 102.
29. D. Luiz Mercader, 208 × 129, B. C., pag. 125.
30. D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, 204 × 122, B. C., pag. 95.
31. Dr. Fr. Patricio da Silva, 224 × 127, B. C., pag. 108.
32. Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo, 187 × 131, B. C., pag. 223. Assign. Stanislaus Ludovicus Antonius, faciebat an. 1796.
33. R. D. João Birelo, 209 × 107, B. C., pag. 180.
34. D. Affonso Henriques, 198 × 107, B. C., pag. 278.
35. Fr. Francisco de Santa Maria, 210 × 117, B. C., pag. 159.
36. S. Agatho, Pont. Max., anno 680, 218 × 134.
37. S. Anthelmo, geral da Ord. da Cartuxa, 208 × 97, B. C., pag. 10.
38. S. Hugo, da Cartuxa, 208 × 97, B. C., pag. 11.
39. D. Guilherme Reinaldo, da Cartuxa, 208 × 107, B. C., pag. 181.
40. Fr. Carlos de S. Boaventura, 217 × 107, B. C., pag. 232.
41. B. Eudio de Novara, 208 × 106, B. C., pag. 31.
42. Fr. Antonio de S. João, 210 × 101, B. C., pag. 245.
43. D. João d'Austria, principe de Candia, 172 × 103, B. C., pag. 305.

44. Fr. Manuel de S. Damazo, 178 $\times$ 115, B. C., pag. 250.
45. P. Paulo de Portalegre, 217 $\times$ 105, B. C., pag. 188.
46. D. Fr. Jorge Martinuzio, 192 $\times$ 108, B. C., pag. 115.
47. Príncipe D. José, 197 $\times$ 120, B. C., pag. 307.
48. Fr. Antonio da Graça, 188 $\times$ 115, B. C., pag. 249.
49. Príncipe D. Theodosio, filho de D. João IV, 196 $\times$ 110,
B. C., pag. 306.
50. Fr. Vicente do Espírito Santo, 168 $\times$ 82, B. C., pag. 164.
51. Frade franciscano, tendo na mão a Guia de contempla-
tivos, 173 $\times$ 106.
52. Fr. João da Madre de Deus, 200 $\times$ 125, B. C., pag. 119.
53. P. Isidoro Tristão, 219 $\times$ 112, B. C., pag. 187.

Retratos de meio corpo

1. P. Manuel de Pina, 133 × 97. B. C., pag. 238.
2. Fr. Domingos Pereira, 128 × 101. B. C., pag. 247. Assign.
Fc. Carlos Ant.^o Leoni.
3. Fr. Matheus de Villa Real, 125 × 98. B. C., pag. 266.
4. Fr. Martinho da Insua, 125 × 97. B. C., pag. 204.
5. Fr. Diogo Peregrino, 124 × 92. B. C., pag. 201.
6. Fr. Antonio dos Reis, 130 × 100. B. C., pag. 240. As-
sign. Carlos Antonio Leoni. Lisboa, 1760.
7. Fr. Melchior dos Reis, 125 × 100. B. C., pag. 220.
8. Fr. João de S. Diogo, 125 × 98. B. C., pag. 266.
9. Fr. Sebastião do Rosario, 126 × 99. B. C., pag. 212.
10. Fr. Antonio da Exaltação, 124 × 98. B. C., pag. 315.
11. Fr. Bernardo de Santa Maria, 124 × 98. B. C. pag. 317.
12. Fr. André de S. Bento, 124 × 99. B. C., pag. 220.
13. Fr. Manuel de Almalaguês, 125 × 99. B. C., pag. 266.
14. Fr. Gonçalo de Jesus, 124 × 98. B. C., pag. 257.
15. Fr. Henrique da Cruz, 124 × 99. B. C., pag. 201.
16. Fr. Christovam de Lisboa, 126 × 97. B. C., pag. 216.
17. Fr. Affonso d'Assumpção, 122 × 93. B. C., pag. 198.
18. Cardeal D. Nuno da Cunha de Athayde, 73 × 59. B.
C., pag. 156.
19. D. Rodrigo Affonso, 105 × 83. B. C., pag. 179.
20. Lotario, Imperador da Allemanha. 105 × 83. B. C.,
pag. 262.
21. Fr. Agostinho de Santa Maria, 104 × 78. B. C., pag.
236.

22. Fr. Thomé de Jesus, 101 $\times$ 75. B. C., pag. 197.
23. D. Pedro Affonso, 105 $\times$ 83. B. C., pag. 179.
24. Fr. José do Menino Jesus, 98 $\times$ 73. B. C., pag. 132.
25. P. Luiz Caetano de Lima, 104 $\times$ 78. B. C., 246,
26. P. Manuel Caetano de Sousa, 95 $\times$ 73. B. C., pag. 241.
27. Cardeal D. Thomaz d'Almeida, 1.^o patriarcha de Lisboa, 90 $\times$ 75. B. C., pag. 108.
28. Fr. Alexandre da Sacra Familia, bispo, 92 $\times$ 72. B. C., pag. 161.
29. P. Gonçalo da Silveira, em moldura elliptica, 107 $\times$ 86. B. C., pag. 192.
30. Dr. P. Francisco Soares, mold. ellipt., 87 $\times$ 66. B. C., pag. 218,
31. P. Paulo de Portalegre (ou de Ammaia), 105 $\times$ 86. B. C., pag. 188.
32. Bento Fenaia, patriarcha de Constantinopla, B. C., pag. 91.
33. Clemente XIV, 73 $\times$ 57. B. C., pag. 83.
34. Dr. Martinho d'Azpilcueta Navarro, 62 $\times$ 48. B. C., pag. 200.
35. Nicoláo de Saxonia, 59 $\times$ 48. B. C., pag. 317.
36. P. João de Lisboa. ou de S. Vicente, 105 $\times$ 86. B. C., pag. 189.
37. D. Maria Francisca, filha de D. João IV, 57 $\times$ 42. B. C., pag. 307.
38. Ascenso Vaqueiros, 60 $\times$ 49. B. C., pag. 268.
39. Fr João Português, 60 $\times$ 50. B. C., pag. 195.
40. Manuel Elvense, 138 $\times$ 86. B. C., pag. 189.
41. Vicente de Santo Antonio, 136 $\times$ 85. B. C., pag. 210.
42. P. Estacio d'Almeida, 135 $\times$ 102. B. C., pag. 251. Assign. Carlos Antonio Leoni, pintor em Lisboa, an. 1774.
43. P. José do Valle, 132 $\times$ 97. B. C., pag. 230.
44. Fr. José de Santa Maria, 124 $\times$ 97. B. C., pag. 152.
45. D. Fr. Alvaro de S. Boaventura, 125 $\times$ 98. B. C., pag. 127.
46. Pedro Troyano, 133 $\times$ 100. B. C., pag. 270. Assign. Carlos Antonio Leoni, pintou.
47. P. João Col, 133 $\times$ 100. B. C., 250. Assign. Carlos Antonio Leoni o pintou.
48. P. Bernardo Lopes, 132 $\times$ 98. B. C., pag. 252.
49. D. Julio Francisco d'Oliveira, 132 $\times$ 99. B. C., pag. 131. Assign. Carlos Antonio Leoni pintou an. 1766.
50. Fr. Francisco de Jesus Maria José Castello. 132 $\times$ 85. B. C., pag. 252.

51. João Duns Scoto, 124×87. B. C., pag. 179.
52. Dr. Manuel de S. Thomaz, 107×84. B. C., pag. 220.
53. Dr. Gonçalo da Madre de Deus, 107×85. B. C., pag. 231.
54. Dr. Bernardo da Madre de Deus, 106×84. B. C., pag. 227.
55. Dr. Pedro de S. João Garcez, 107×84. B. C., pag. 211.
56. Dr. Martinho Lourenço, 106×84. B. C., pag. 182.
57. Dr. Pedro d'Assumpção, 106×85. B. C., pag. 209.
58. Dr. Vicente da Ressurreição, 106×85. B. C., pag. 211.
59. Fr. Joaquim de Sant'Anna e Silva, 123×88. B. C., pag. 252.
60. D. João IV, 110×86. B. C., pag. 294.
61. Rainha D. Luiza, 113×87. B. C., pag. 303.
62. Fr. Ignacio de S. Caetano, 107×88. B. C., pag. 97.
63. Fr. Sebastião de S. Paulo, 98×79. B. C., pag. 163.
64. Fr. Mathias da Conceição, 98×76. B. C., pag. 253.
65. Beato Egisio, 92×76.
66. Monsenhor Ferreira Gordo, 85×73. Assign. A. J. Nunes Junior 1870.
67. Fr. Antonio das Chagas, 86×72. B. C., pag. 213.
68. Cavalheiro, mui novo, de cabelleira empoadada. 87×68.
No verso tem o nome ou assign. *Dionisio José Throno*.
Segundo a tradição é retrato de D. João V, ainda creança. C. Volkmar Machado, Coll. de Mem. pag. 129, falla de José Throno, nascido em Turim em 1739. Não póde ter sido o pintor de D. João V, ainda novo, talvez seja o retrato de D. João VI, aos 12 a 14 annos.
69. Fr. Antonio da Silva, 81×65.
70. P. Theodoro d'Almeida, 79×65. B. C. pag. 254.
71. D. Maria I, 75×64. B. C., pag. 302.
72. P. Manuel de Sousa, 130×98. B. C., pag. 235.
73. Fr. José Pereira de Sant'Anna, 106×89. B. C., pag. 247.
74. Clemente XI, 95×73. B. C., pag. 75.
75. Fr. Marcos de Lisboa, 125×97. B. C., 152.
76. Fr. Antonio de S. Thomaz, 112×76. B. C., pag. 242.
77. P. Francisco Manuel, 131×99. B. C. pag. 249.
78. Fr. José dos Serafins, 110×75. B. C., pag. 244.
79. André Nunes da Silva, 96×74. B. C., pag. 231.
80. D. Jorge de Athayde, 85×66. B. C., pag. 131.

81. Fr. Francisco de S. Thomaz, 87×64, B. C., pag. 249.
82. José Antonio d'Oliveira Machado, 82×63, B. C., pag. 314.
83. P. Raphael Bluteau, 105×84, B. C., pag. 239.
84. Fr. Manuel do Cenaculo, 92×72, B. C., pag. 112.
85. Fr. Antonio da Purificação, 112×78, B. C., pag. 242.
86. Princeza D. Maria Benedicta, 124×83, B. C., pag. 307.
87. P. Antonio Vieira, 130×102. Assign. A. J. Nunes Junior, 1868.
88. Antonio Ribeiro dos Santos, 77×54, B. C., pag. 258.
89. Marquez de Ponte de Lima, 74×49.
90. D. José Barbosa, 90×70, B. C., pag. 243.
91. Dr. Ignacio Barbosa Machado, 110×70, B. C., pag. 249.
92. Dr. Francisco Gomes do Avellar, 96×71, B. C., pag. 128.
93. P. Manuel Bernardes, 133×100, B. C., pag. 232.
94. Fr. Francisco do Rosario, 113×77, B. C., pag. 239.
95. Fr. Lourenço de S. Lourenço, cardeal, 110×86, B. C., pag. 237.
96. S. Lucio, rei da Bretanha, 106×83, B. C., pag. 2.
97. S. Antonio de Padua, ou de Lisboa, 111×84, B. C., pag. 15.
98. P. Edmundo Campiano, 112×89, B. C., pag. 198.
99. Fr. José de Jesus Maria, 115×80, B. C., pag. 155.
100. S. Thiago Mayor (S. Jacob), pintura em madeira, 57×40.
101. S. Simão, pintado em madeira, 56×40, B. C., pag. 139.
102. Henrique, imperador da Allemanha, 107×85, B. C., pag. 7.
103. Gregorio Petrochino, 126×93, B. C., pag. 140.
104. Dr. João de S. Pedro, 106×86, B. C., pag. 203.
105. Fr. Valerio do Sacramento, 125×99, B. C., pag. 160.
106. Fr. Francisco Xavier de Sant'Anna, 111×77, B. C., pag. 251.
107. P. Manuel de Vasconcellos, 123×97, B. C., pag. 231.
108. P. Francisco Xavier, 129×100, B. C., pag. 238.
109. Manuel Caetano de Sousa, 97×74, B. C., pag. 241.
110. D. Nuno da Cunha Athayde, 74×60, B. C., pag. 156.
111. Fr. Manuel da Epiphania, 111×76, B. C., pag. 244.
112. Fr. Domingos da Estrella, 112×77, B. C., pag. 243.
113. Fr. Antonio dos Archanjos, 113×77, B. C., pag. 244.
114. Fr. José da Estrella, 112×76, B. C., pag. 253.
115. P. Jeronymo Seripando, 124×93, B. C., pag. 114.
116. P. Bartholomeu do Quental, 87×64, B. C., pag. 227.

Retratos em busto

1. P. Felipe Nery, 36×26, B. C., pag. 245.
2. P. Luiz Cardoso, 36×27, B. C., pag. 250.
3. P. Theodosio d'Andrade, 36×27. B. C., pag. 316.
4. P. Pedro Alvares, 36×26. B. C., pag. 241.
5. P. Sebastião Ribeiro, 37×27. B. C., pag. 234.
6. P. Manuel de Pina, 36×27. B. C., pag. 238.
7. P. Manuel da Consciencia, 36×26. B. C., pag. 241.
8. P. Antonio de Faria, 37×27. B. C. pag. 240.
9. P. Domingos Pereira, 36×27. B. C., pag. 247.
10. P. Vicente Dias, 36×27. B. C., pag. 235.
11. P. Antonio dos Reis, 36×26. B. C., pag. 240.
12. Fr. Manuel Domingues, 36×27. B. C., pag. 270.
13. P. Manuel Rodrigues Leitão, 35×24. B. C., pag. 226.
14. P. Francisco José (Candido Lusitano). 37×24.
15. P. Manuel Bernardes, 36×24. B. C., pag. 232.
16. P. Bento Correia, 37×27. B. C., pag. 315.
17. Fr. Christovão Francisco, 37×28. B. C., pag. 317.
18. P. Manuel Ribeiro, 47×40. B. C., pag. 242.
19. Fr. Manuel dos Santos, 36×27. B. C., pag. 317.
20. João Pinto Ribeiro, 47×40.
21. P. José Vaz, 36×27. B. C., pag. 232.
22. Fr. Pedro de Alpoim, 36×26. B. C., pag. 260.
23. O Condestavel D. Nuno Alvares Pereira, 40×33. B. C., pag. 308.

Retratos em tela, sem moldura em máo e em pessimo estado de conservação

1. S. Gelasio.
2. D. Sebastião.
3. D. João III.
4. João de Andrade, de Ceuta, B. C., pag. 217.
5. Domingos Baratta.
6. Fr. Gonçalo de Lisboa.
7. D. Pedro II. Assign. in v. Antonius ab Oliva e Louredo, pingebat, 1704.
8. Fr. João de N. Senhora, post mortem: tela quadrada, só o rosto. B. C., pag. 247.
9. D. Manuel da Cunha, bispo d'Elvas.
10. Fr. Francisco Leitão.
11. Fr. Emerico de Estherhazy. B. C., pag. 116.
12. Fr. João de Santa Maria. bispo de Vizeu, B. C., pag. 188.
13. Retrato de um rei, talvez D. Sebastião?
14. Gregorio X.
15. Retrato de um rei, D. Manuel?
16. Fr. Bartholomeu dos Martyres, meio corpo.
17. Fr. Gaspar dos Anjos e fr. Athanasio de Jesus; quadro representando o martyrio de ambos em 1575. Navios bem nitidos. No outro lado da tela: N. S.^a, o Menino, e S. João Baptista. B. C., pag. 196.
18. Fr. Lourenço de S. Thomaz. Meio corpo. B. C., pag. 244.

19. P. Carlos de Thomasi de Ragusa. Meio corpo. B. C., pag. 222.
20. José da Ave Maria. Meio corpo. B. C., pag. 160.
21. Dr. Francisco de S. Bernardo. Meio corpo.
22. Pedro Foreiro. Meio corpo.
23. Gregorio IX.
24. Fr. Jeronymo de S. José.
25. Fr. Chrisostomo da Visitação.
26. Fr. Antonio da Exaltação. Meio corpo. B. C., suppl. pag. 315.
27. Fr. Antonio Forjaz Pereira Coutinho. B. C., pag. 253.
28. D. João, príncipe de Portugal, de idade de... seis annos.
29. D. Fr. Bartholomeu dos Martyres.
30. Retrato em pessimo estado, que segundo um bilhete colado na tela é de um patriarcha da Ethiopia.
31. Fr. Luiz de Montoya. B. C., pag. 194.
32. Jacobus de Stephano.
33. Fr. Heitor Pinto. B. C., pag. 199.
34. S. Domingos.
35. Thomas Morus.
36. Francisco Gonzaga, filho do duque de Mantua.
37. Zacharias Pasqualigo.